



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**NARRATIVAS EM MOVIMENTO – DO “ESCOLA SEM PARTIDO” À  
“EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA”: HISTÓRIA PÚBLICA E TRAJETÓRIAS  
DOCENTES**

RENAN RUBIM CALDAS

Niterói/Rio de Janeiro

2018

Renan Rubim Caldas

**NARRATIVAS EM MOVIMENTO – DO “ESCOLA SEM PARTIDO” À  
“EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA”: HISTÓRIA PÚBLICA E TRAJETÓRIAS  
DOCENTES**

Material apresentado para Defesa da Dissertação  
junto ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF)  
como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juniele Rabêlo de Almeida

Niterói/RJ

2018

Renan Rubim Caldas

**NARRATIVAS EM MOVIMENTO – DO “ESCOLA SEM PARTIDO” À  
“EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA”: HISTÓRIA PÚBLICA E TRAJETÓRIAS  
DOCENTES**

Material apresentado para a Defesa da Dissertação  
junto ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF)  
como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Doutora Juniele Rabêlo de Almeida (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Professor Doutor Fernando de Araújo Penna  
Universidade Federal Fluminense – Arguidor interno

---

Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Arguidor externo

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

C145n Caldas, Renan Rubim  
Narrativas em movimento - Do "Escola Sem Partido" à  
"Educação democrática": História pública e trajetórias  
docentes / Renan Rubim Caldas ; Juniele Rabelo de Almeida,  
orientadora. Niterói, 2018.  
339 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.13569765733>

1. Escola Sem Partido. 2. Trajetórias docentes. 3.  
História pública. 4. História oral. 5. Produção  
intelectual. I. Título II. Almeida, Juniele Rabelo de,  
orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto  
de História.

CDD -

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que foi realizada com contribuições importantes de pessoas que fizeram parte tanto direta quanto indiretamente da mesma. Aproveitaremos esse espaço de agradecimentos para retribuir, aos envolvidos nesse processo coletivo que resultou nesta dissertação, o carinho, a atenção e a disponibilidade durante esses dois anos de trabalho.

Primeiramente, quero agradecer à minha família pelo apoio de sempre, principalmente, à minha mãe Rogéria e ao meu pai Álvaro, pessoas fundamentais em minha vida e que, com todo amor e afeto, ajudaram a trilhar meu caminho e contribuíram para minha formação pessoal e profissional. À minha irmã Carolina que, não obstante as brigas entre irmãos, sempre esteve ao meu lado para me apoiar. À minha namorada Rebecca que, com toda sua atenção e carinho, me ajudou, emocionalmente, a superar as dificuldades da pesquisa e também, como historiadora e professora de História, contribuiu em algumas partes práticas da dissertação, como a organização de fontes, trechos de entrevistas, leitura dos capítulos, etc. Aos primos Robson e Annie pelos sábados relaxantes e divertidos com os jogos de tabuleiro e pelo apoio dado nessa reta final da dissertação. Aos amigos de banda, Luan, Luiz, Matheus e Pedro pela força que me deram nesses dois anos de pesquisa e pela compreensão e paciência em meus momentos de ausência por conta dos trabalhos. E ao amigo Cainã, também mestrando em História, pelas mútuas conversas sobre nossas pesquisas e que produziram ideias, reflexões e hipóteses que contribuíram para a escrita.

Não poderia deixar de agradecer também aos professores que foram fundamentais em minha formação intelectual como historiador e professor de História desde a época da graduação. Ao Prof.º Dr.º Marcos Alvito, a quem devo muito do meu aprendizado inicial em história oral e agradeço pelos ensinamentos. À Prof.ª Dr.ª Giselle Martins Venâncio, que, por mais de dois anos, foi minha orientadora na bolsa de pesquisa e a quem também eu devo muito da minha formação intelectual e profissional como historiador, principalmente, pelas discussões sobre Historiografia, Teoria da História e História Cultural e a quem eu fico muito grato por todo ensinamento. Ao Prof.º Dr.º Fernando Penna, que, por meio das suas aulas, me propiciou um aprendizado sobre as discussões em torno do Ensino de História e que foram essenciais em minha formação como professor de História. E à Prof.ª Dr.ª Juniele Rabêlo de Almeida, minha orientadora desde ao final da graduação e quem contribui muito para a minha formação

continuada em história oral e quem me incentivou à refletir sobre história pública e movimentos sociais.

Também faço um agradecimento especial às pessoas que estiveram diretamente envolvidas na construção deste trabalho de pesquisa. Aos professores Fernando Penna e Renata Aquino pela entrevista concedida sobre a história do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” e sobre suas experiências, que foi essencial na compreensão e investigação dos mesmos. Aos professores de História do ensino básico, professora Regina Lúcia, professor Leandro Climaco, professora Fernanda Moura, professor Diogo Salles, professor Raphael Giovanini e professor Juarez Junior, também por terem concedido as entrevistas e por terem disponibilizado um tempo de suas vidas para compartilhar suas histórias, suas memórias e suas experiências como professores, e que também foram fundamentais nesta pesquisa. À professora Claudia Affonso, que me ajudou indicando alguns possíveis professores para a entrevista e quem me passou o contato do professor Leandro Climaco. Aos professores Everardo Paiva de Andrade e Rodrigo de Almeida Ferreira do Laboratório de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFF, que também contribuíram com as reflexões presentes nesta pesquisa e com o enriquecimento bibliográfico. Sou muito grato por esse trabalho conjunto e colaborativo com esses professores, central para a viabilização desta dissertação.

Por fim, quero agradecer à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marieta de Moraes Ferreira e ao Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Fernando Penna por terem aceitado o convite para participar da banca de qualificação e da banca de defesa, e agradecer pelas sugestões e contribuições durante o processo de qualificação que foram essenciais na escrita da dissertação. À fundação CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF pela contribuição para minha formação acadêmica.

## RESUMO

Vivenciamos na história do tempo presente um intenso debate público em torno das condições da profissão docente, do papel do professor em sala de aula e da função da escola na construção da educação de uma sociedade. Esta pesquisa assume os desafios da investigação dos “sujeitos coletivos” envolvidos nos debates públicos em torno dessas questões. Temos como objetivo analisar as narrativas públicas, os valores e as ações dos sujeitos mobilizados na construção e consolidação do que entendemos por antimovimento social “Escola Sem Partido” (ESP) e por movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP): grupos que possuem diferentes orientações valorativas e distintos repertórios de ação coletiva nos espaços públicos e que colocam em jogo divergentes projetos de escola, de educação, de docência e de sociedade.

Em meio a essas “narrativas em movimento” estão as narrativas dos professores de História do ensino básico sobre suas próprias experiências, trajetórias e práticas docentes, e que também se posicionam nesses debates públicos sobre “Escola sem Partido”, tendo em vista que são questões que lhes afetam diretamente. Desse modo, também realizamos um trabalho de história oral com esses professores. Nosso objetivo foi observar como suas histórias de vida, memórias pessoais e coletivas, bem como os valores incorporados em suas formações familiares, escolares, políticas, intelectuais e profissionais fazem parte da sua maneira de ser professor em sala de aula.

**Palavras-chave:** “Escola Sem Partido” – Educação democrática – (Anti)movimento social – Trajetórias docentes – História do tempo presente – História pública – História oral

## ABSTRACT

In the history of the present time has been occurring an intense public debate around the conditions of teaching profession, teachers' role and the school's purpose at the construction of a society's education. This study takes on the challenges of investigating "collective subjects" that participates in public debates around these issues. Our main goal is analyzing public narratives, values and the actions of mobilized actors partaking construction and consolidation in what we consider as a social antimovement "Escola Sem Partido" (ESP) and as a social movement "Professores Contra o Escola Sem Partido" (PCESP): groups that have different valued orientations and distinct collective action repertoires in public spaces, that disputes opposing schooling, education, teaching and society projects.

Amidst these "moving narratives" are the History teachers' narratives about their own experiences, trajectories and teaching practices, who also position themselves in these public debates about "Escola Sem Partido", understanding that these issues affects them directly. Hence, we developed an oral history research with these teachers. We aim to observe how their life stories, personal and collective memories, as well as incorporated values in their family, schooling, political, intellectual and professional backgrounds are part of the way they teach History.

**Key words:** "Escola Sem Partido" – Democratic education – Social (anti)movement – Teaching trajectories – History of the present time – Public history – Oral history



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>1º Capítulo – O avanço do antinmovimento social “Escola Sem Partido”(ESP) no contexto de crise política e os possíveis impactos na prática da história pública</b> .....	32
1.1 Movimento social e antinmovimento social: valores e repertórios de ação coletiva na sociedade em rede.....	38
1.2 Surgimento e crescimento do “Escola Sem Partido” no contexto de uma “onda conservadora”.....	50
1.3 Para além da neutralidade política e ideológica do “Escola Sem Partido”: as redes sociais, institucionais e parlamentares que envolvem o antinmovimento.....	79
1.4 A negação da subjetividade do outro: consequências do antinmovimento ESP para o ensino de história como prática de história pública em sala de aula.....	98
<b>2º Capítulo – O movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP) e a educação democrática</b> .....	107
2.1 As narrativas públicas do movimento PCESP: autonomia do professor como educador de uma escola democrática.....	121
2.2 O surgimento e a consolidação do movimento PCESP em três fases de atuação.....	141
2.3 O compromisso do PCESP com a história pública: o engajamento de historiadores e de professores de História na história do tempo presente e nos espaços públicos.....	173
<b>3º Capítulo – A ação da palavra e da memória: reflexões sobre o trabalho de história oral com professores de História envolvidos no debate público “Escola Sem Partido”</b> .....	187
3.1 A construção do trabalho de história oral com professores.....	190
3.2 A formação acadêmica, intelectual e política dos professores de História e as vivências da profissão docente.....	197
3.3 Cultura e prática docente em ação: ensino de história, “Escola Sem Partido” e questões éticas docentes em sala de aula.....	230
<b>Considerações finais</b> .....	272
<b>Fontes da pesquisa</b> .....	278
<b>Referências bibliográficas</b> .....	304
<i>Apêndice I – Sínteses biográficas dos professores de História</i> .....	I
<i>Apêndice II – Trajetórias iniciais de vida dos professores: a formação familiar e escolar</i> ....	VII
<i>Anexo – Acervo “Debates e palestras em defesa da educação democrática 2015/2017 (PCESP/MED)” por Fernando de Araújo Penna</i> .....	XIX

## Introdução

“A ambivalência da disciplina histórica, uma vez reconhecida e situada, não deve nos desmobilizar. Muito pelo contrário, deve servir de incentivo para enfrentarmos os desafios de nosso tempo”<sup>1</sup>

A produção historiográfica atual enfrenta os desafios do seu próprio tempo, ao reconhecer a história do tempo presente. Por mais que esta possa expressar uma ambivalência doce-amarga, como nos diz François Bédarida, no sentido da dupla relação dos homens e das mulheres com a história, que, de um lado, sentem a necessidade e o apetite de devorá-la, e, de outro, sentem um mal-estar e uma ansiedade devido às incertezas que enfrenta<sup>2</sup>, historiadores-professores de História atualmente não negligenciam o processo histórico que vivenciam na efervescência do tempo presente e nem renunciam a sua responsabilidade social, cultural e política como sujeitos históricos na sociedade.

Por muito tempo, o estudo da história do tempo presente mobilizou objeções e interdições por parte do campo historiográfico que, resistente, alimentava concepções da história metódica, dita positivista<sup>3</sup>, característica do século XIX. Nessa concepção o passado era visto como dissociado do tempo presente e a distância entre o historiador (formação especializada) e o seu objeto de pesquisa (o passado) era interpretada como condição indispensável para realizar uma “história científica”, fundamentada na objetividade. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, essa ideia de história, baseada na visão retrospectiva do passado, começou a ser questionada. A partir das décadas de 70 e 80 novas metodologias foram criadas, novas fontes de pesquisa concebidas e analisadas, e novas problematizações foram trazidas à tona no campo historiográfico. A subjetividade do historiador e da fonte, sua relação com o tempo presente, a relação entre memória e os usos do passado, os usos dos relatos e testemunhos vivos, as experiências individuais, as histórias de vida, as biografias, aparecem, então, como objetos de reflexão teórica e metodológica. A contribuição da história cultural e a da história oral foram fundamentais para essa mudança no campo historiográfico. Desse modo, além dessas questões terem se tornado objetos de pesquisas acadêmicas, também se tornaram um tema desafiador do ponto de vista ético e político para historiadores-professores do tempo presente.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.229

<sup>2</sup> Ibidem, p.227-228

<sup>3</sup> Cf. REIS, José Carlos. “A escola metódica, dita positivista”. In: *A história, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

<sup>4</sup> Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, 2013.

Esta pesquisa, ao se debruçar sobre o tema a que se propõe analisar, assume os desafios e as tensões da história do tempo presente e suas características de história imediata e inacabada, assim como suas incertezas, mas sem perder o cuidado teórico e metodológico na construção do conhecimento histórico.

Esta dissertação tem como tema as narrativas públicas<sup>5</sup>, mobilizadas na atualidade, para construção e consolidação do que entendemos por antimovimento social “Escola Sem Partido” (ESP) e por movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), a partir das proposições teóricas do sociólogo Alain Touraine<sup>6</sup>. São também objetivos desta pesquisa identificar e analisar quem são os sujeitos que os constituem, quais são seus repertórios de ação coletiva<sup>7</sup> nos espaços públicos (espaço híbrido entre as redes sociais da internet e os espaços

---

<sup>5</sup> Entrecruza-se, aqui, o conceito de narrativa (proposto por Paul Ricoeur) e a dimensão do público na história (discutida por Jill Liddington) para analisarmos como os integrantes tanto do ESP quanto do PCESP mobilizam suas narrativas e ações nos espaços públicos. Para Ricoeur, a narrativa contribui para (re)configurar o entendimento das ações humanas, (re)definindo um sentido próprio destas ações. Interações diárias, com suas causas e acasos, passam por um processo de elaboração narrativa pelo sujeito (“síntese do heterogêneo”) que ocorre a partir da articulação: memória, tempo e narrativa. A própria narrativa permite articular, por meio da linguagem, as orientações valorativas dos sujeitos e a experiência humana do e no tempo. Como nos diz Ricoeur, “o tempo torna-se tempo humano, na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.” RICOEUR apud NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricoeur (1913 – 2005). In: PARADA, Maurício (Org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópoli, RJ: Vozes, PUC-Rio, 2014; Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Volume I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Tais narrativas podem ser observadas nos espaços públicos. Liddington, a partir das discussões de “esfera pública” feitas por Jürgen Habermas (1984; 1997), problematiza os fenômenos de ampliação dos públicos na história. Se em um primeiro momento Habermas tem uma visão pessimista da ampliação da esfera pública ao longo do século XX, considerando até mesmo uma “degeneração” e uma “passividade” da massa do público apenas como consumidor cultural, em um segundo momento, após ter feito uma revisão das suas próprias afirmações, reconsidera a dimensão crítica e de agência que existe nesses públicos, apontando o seu caráter participativo de demandas e de discussões sociais, políticas e culturais na esfera pública. Cf. LIDDINGTON, Jill. “O que é história pública?”. In: ALMEIDA, J; ROVAI, M. (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. Para saber mais, ver: GOMES, W. Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, *XVI Encontro da Compós*, na UTP, Curitiba, 2007; SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.

<sup>6</sup> Aqui, fizemos um exercício de apropriação e de reflexão das noções de “antimovimento social” e de “movimento social” concebidas por Touraine (1994; 1998), juntamente com seus conceitos de “sujeito” e “democracia”, para analisarmos tanto os valores políticos e morais do ESP quanto do PCESP. Aprofundaremos essa reflexão no Capítulo 1 desta dissertação. Cf. TOURAINE, Alain. *O que é democracia?* Lisboa: Instituto Piaget, 1994; Cf. TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

<sup>7</sup> Aqui, nos apropriamos das categorias de “repertório de ação coletiva” e de “performance” concebidas pelo sociólogo Charles Tilly para analisarmos as diferentes formas de mobilizações coletivas tanto do antimovimento ESP quanto do movimento PCESP, em um contexto de confrontação política. Cf. ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. v.2, nº 3, 2012; Cf. TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010; Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.

urbanos ocupados)<sup>8</sup>, e como lançam mão de estratégias de mobilização política para a difusão de seus valores e princípios políticos e morais.

No caso do “Escola Sem Partido”, analisamos quais são as principais narrativas dos seus membros e colaboradores na defesa dos seus ideias e dos seus valores, seus espaços de atuação e quais são as principais redes que os envolvem (redes sociais na internet, redes institucionais e redes parlamentares), e que contribuíram para seu crescimento, sua consolidação e sua difusão na sociedade atual. No caso do “Professores Contra o Escola Sem Partido”, observamos e analisamos também suas principais narrativas públicas mobilizadas para se contrapor ao ESP, seus espaços de ação e mobilização coletiva e como este movimento social foi contribuindo, ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017, para constituição de uma rede de movimentos sociais que agrupam professores e professoras, educadores e educadoras, estudantes e críticos em geral em resistência e em combate ao “Escola Sem Partido” atualmente. Nesse ponto, iremos analisar as especificidades da história do movimento PCESP nesse contexto de confrontação com o ESP, como seus integrantes constroem uma representação de si e uma identidade do movimento, e, ao mesmo tempo, identificar e analisar também suas redes de relações com outros movimentos que foram surgindo contra o ESP e suas relações com figuras públicas ligadas às instituições jurídicas e estatais.

Ainda sobre os objetivos da pesquisa, observamos também, por meio da metodologia da história oral, as trajetórias de professores de História da educação básica do Rio de Janeiro que também estão envolvidos no debate público “Escola Sem Partido”. Em um contexto de intensas disputas sobre a condição da profissão docente, o papel do professor em sala de aula e a função da escola, estimulados pelo ESP e pelo PCESP nos espaços públicos, percebemos a importância da escuta de narrativas de professores sobre suas próprias experiências vividas em sua profissão. Desse modo, buscou-se analisar, por meio das entrevistas, as representações, as memórias, as experiências e as expectativas que os professores constroem da sua trajetória de vida como professor e de sua própria prática docente em História. Essas narrativas, elaboradas pelos professores em conjunto com o pesquisador e fundamentadas em experiências cotidianas de sala de aula e no ambiente escolar, nos instigam a refletir sobre a complexa relação entre formações familiares e escolares, formação intelectual, política e profissional, prática docente

---

<sup>8</sup> Também trabalhamos aqui com as proposições do sociólogo Manuel Castells sobre as mobilizações sociais atuais que se constituem, se conectam e atuam em redes da era digital, por meio das redes sociais da internet, e que também constroem, atuam e ocupam o espaço urbano, para além do espaço digital, fazendo com que suas reivindicações se tornem visíveis também nos diferentes lugares da vida social. Desse modo, podemos falar em um espaço público híbrido de constituição dos movimentos e dos antimovimentos sociais atuais. Cf. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

e ensino de história, e perceber como essas questões mais amplas em debate, suscitadas pelo ESP e pelo PCESP, estão presentes nas reflexões que os próprios professores realizam sobre sua prática. Nesse sentido, são narrativas sobre experiências que estão atravessadas pelo trabalho de autoconsciência sobre maneiras de ser e agir como professores e professoras, que envolvem posicionamentos políticos e ideológicos em sala de aula e questões éticas pessoais e profissionais que perpassam a docência.

*“Escola Sem Partido” versus “Professores Contra o Escola Sem Partido”*

O “Escola Sem Partido”, em seu *site* oficial na internet, se apresenta como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”<sup>9</sup>. Segundo o ESP, essa “contaminação político-ideológica” estaria sendo reproduzida por alguns professores nas salas de aula, vistos como “doutrinadores ideológicos”. De um lado, para o ESP, haveria a “doutrinação política e ideológica esquerdista-comunista”<sup>10</sup> e, de outro, a doutrinação pela “ideologia de gênero”.<sup>11</sup>

Como veremos de maneira mais detalhada a seguir, na visão do ESP, esses professores podem ser considerados “doutrinadores” quando tratam de questões relacionadas ao noticiário político da realidade atual (nacional ou internacional) dentro de sala de aula, expressando seus posicionamentos ideológicos e políticos, e quando trabalham questões sobre homofobia, transfobia, machismo, violência contra mulher, etc., na escola, isto é, temas considerados relativos à “ideologia de gênero” pelos membros e defensores do ESP.<sup>12</sup> Esses professores

<sup>9</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> Acesso (15/05/2017)

<sup>10</sup> De acordo com os membros e defensores do “Escola Sem Partido”, as matérias mais “propícias à doutrinação têm sido tradicionalmente as chamadas Humanas: História e eventualmente Sociologia”. Segundo um dos seus ideólogos: “No Brasil, hoje, as noções transmitidas de política e cidadania estão flagrantemente contaminadas de conceitos marxistas, particularmente no ensino de nível médio. O que se ensina nas aulas de História, Sociologia, Geografia, e mesmo em Literatura ou Filosofia, não passa de doutrinação.” Cf. SILVA, Nelson Lehmann da. A doutrinação ideológica nas escolas. *Site “Escola Sem Partido”*. 23 setembro 2004 (Atualização 2011). Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/173-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas> Acesso (12/02/2018)

<sup>11</sup> Segundo Junqueira, o termo “ideologia de gênero” surge a partir de um ativismo religioso de cunho cristão católico “dogmático e intransigente” que busca denunciar os “riscos” da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana” como forma de recuperar o espaço da Igreja em sociedades envolvidas em processos de secularização e de “conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero.” Para tanto, tais grupos, que reivindicam fortemente uma pauta moral, “investem maciçamente na (re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual.” JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

<sup>12</sup> Segundo Miguel Nagib, coordenador do “Escola Sem Partido”, a homofobia não é assunto para ser debatido em sala de aula, já que os professores estariam “violando o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral de acordo com as próprias convicções”. Do mesmo modo, o assunto da violência contra mulher

considerados “doutrinadores”, segundo o antinovimento, são vistos como professores que “fazem a cabeça” dos alunos e os “manipulam”, e dessa forma estariam desrespeitando a sua liberdade de pensamento e de crença.

A constituição, o crescimento e a consolidação do ESP tem como base a denúncia e o combate à “doutrinação” nas salas de aula por meio de propostas e medidas que visam interferir no trabalho docente, na relação entre professores e alunos e nas políticas pedagógicas escolares. Essas medidas vão desde a afixação obrigatória nas salas de aula de um cartaz com uma lista do que eles chamam de “Deveres do Professor” – isto é, deveres considerados importantes pelos membros e defensores do ESP para que o professor não cometa “doutrinação” em sala de aula – passando por canais de denúncias dos professores pelos alunos ou pais responsáveis, até a abertura de processos judiciais contra os professores acusados de “doutrinadores”.

Criado em 2004, pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib<sup>13</sup>, o ESP só tomou amplas proporções públicas a partir de 2014, quando teve seus princípios e conteúdos políticos e morais transformados em Projetos de Lei (PLs) sob o nome de “Programa Escola Sem Partido”.<sup>14</sup> Em 2015, Nagib criou a “Associação Escola Sem Partido”, onde atua como presidente<sup>15</sup> e tem como vice-presidente o professor Bráulio Pôrto de Matos<sup>16</sup>, um dos

---

não deveria ser abordado em sala de aula pelo professor. Esses dois assuntos, segundo o advogado deveriam ser abordados pela propaganda estatal e não pela escola. Cf. FERNANDES, Marcella. Homofobia não é assunto de sala de aula, defende fundador da Escola sem Partido. *Huffpost Brasil*. 24 fevereiro 2017. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2017/02/24/homofobia-nao-e-assunto-de-sala-de-aula-defende-fundador-da-es-a-21721269/> Acesso (15/05/2017)

<sup>13</sup> Miguel Nagib é advogado, procurador do Estado de São Paulo desde 1985 e foi assessor no Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002. Cf. RODA POLÍTICA. “O Paradoxo Brasileiro”, com Bruno Garschagen e “Escola sem Partido”, com Miguel Nagib. *Roda Política*. Maio 2016. Disponível em: <https://appticket.com.br/rodapol%C3%ADtica> Acesso (15/05/2017)

<sup>14</sup> O PL 2974/2014, proposto pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), que cria o “Programa Escola Sem Partido” no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2014, e o PL 867/2014, proposto pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) em junho de 2014, que cria o “Programa Escola Sem Partido” no âmbito do Município do Rio de Janeiro, foram os primeiros PLs propostos baseados nos valores e princípios do ESP. Nagib conta, em várias de suas narrativas públicas, que a idéia de criar uma lei contra a “doutrinação ideológica” nas escolas partiu do deputado Flávio Bolsonaro que, em uma ligação, pediu que o advogado criasse um anteprojeto de lei para servir de base para o PL. Cf. PALESTRA de Miguel Nagib. Projeto Escola Sem Partido. *Youtube*. 31 março 2015. Perfil de Rodrigo Constantino (publicação). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AmgnW6OrLCE> Acesso (15/05/2017); Para acessar os anteprojetos de lei estadual e municipal: Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Anteprojeto de Lei Estadual e minuta de justificativa. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/484-anteprojeto-de-lei-estadual-e-minuta-de-justificativa> Acesso (15/05/2017); Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Anteprojeto de Lei Municipal e minuta de justificativa. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/485-anteprojeto-de-lei-municipal-e-minuta-de-justificativa> Acesso (15/05/2017)

<sup>15</sup> Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Liberdade de expressão na sala de aula. *Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Senado Federal*. 01 setembro 2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=5325> Acesso (15/05/2017)

<sup>16</sup> Bráulio Tarcísio Pôrto de Matos possui Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1993). Professor adjunto da Universidade de Brasília desde 1994 atuando no ensino de sociologia, análise de políticas públicas em educação, métodos e técnicas de pesquisa, medidas educacionais e filosofia da educação. Atualmente

membros ativos do ESP. Desde a sua criação, a associação tem se envolvido em processos e representações abertas na justiça, agindo no sentido de pressionar as instituições estatais para realização de propostas que estão de acordo com os princípios e valores compartilhados pelo antimovimento.<sup>17</sup>

Ao tomar conhecimento do ESP e dos seus Projetos de Lei em tramitação em âmbito municipal, estadual e federal, o professor de Ensino de História Fernando Penna (FE-UFF)<sup>18</sup>, historiador de formação, juntamente com seus alunos estudantes de História da Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, iniciaram uma mobilização contra o ESP a partir de maio/junho de 2015 com o intuito de reunir e divulgar notícias relativas aos seus avanços. Inicialmente, esse grupo de estudantes e professores criou o Movimento Liberdade para Educar (MLE) e atuaram sob este nome até abril/maio de 2016. No entanto, devido aos desentendimentos internos, parte dos integrantes deixou o MLE para formar o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), que está ativo até hoje.<sup>19</sup> Em seu blog oficial o movimento se apresenta como,

---

é professor na Faculdade de Educação da UnB. Cf. LATTES, Currículo. Bráulio Tarcísio Pôrto de Matos. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785974H7> Acesso (15/05/2017)

<sup>17</sup> Aqui, podemos citar o caso da Associação Escola Sem Partido que entrou com um pedido à Justiça Federal para que suspendesse a regra do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de zerar redações que “desrespeitem os direitos humanos”. O pedido foi acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que aceitou o pedido de suspensão. Segundo o Escola Sem Partido em uma nota em seu site, “ao impor essa exigência [de respeitar os direitos humanos sob a punição da nota zero] o próprio INEP (responsável pelo Enem) desrespeita os direitos humanos dos candidatos, já que o direito à livre manifestação do pensamento está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como na Constituição Federal.” (grifos nossos). Conforme a associação argumenta, isso é um “cabresto politicamente correto imposto pelo INEP”. Cf. ROSA, Ana Beatriz. Escola Sem Partido ganha decisão na Justiça sobre redação do Enem. *Huffpost Brasil*. 26 outubro 2017. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2017/10/26/escola-sem-partido-ganha-decisao-na-justica-sobre-redacao-do-enem-a-23256916/> Acesso (08/12/2017); Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Modelo de petição inicial contra o cabresto politicamente correto do ENEM. *Site*. 08 outubro 2017. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/vestibular-categoria/663-modelo-de-peticao-inicial-contr-o-cabresto-politicamente-correto-do-enem> (08/12/2017)

<sup>18</sup> Fernando de Araújo Penna é Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFF e parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Doutor e Mestre em Educação pela UFRJ e bacharel e licenciado em História pela mesma universidade. Atualmente é coordenador do Laboratório de Ensino de História (LEH-UFF) e do Movimento Educação Democrática. Cf. LATTES, Currículo. Fernando de Araújo Penna. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778139H1> Acesso (13/10/2017)

<sup>19</sup> Realizamos uma entrevista com o professor Fernando Penna e a professora Renata Aquino, dois integrantes do PCESP e que também eram integrantes ativos do MLE. O motivo destacado pelos entrevistados, sobre a transição do MLE para o PCESP, foi um desentendimento interno com os outros membros do MLE devido aos muitos pedidos de entrevistas para jornais, revistas, mídias em geral que o movimento recebia. Segundo os entrevistados, eles consideravam isso fundamental para o crescimento e consolidação do movimento contra o “Escola Sem Partido”. No entanto, uma outra parte do movimento discordava e queria marcar reuniões presenciais para discutir esses pedidos. Os entrevistados relatam que isso era muito complicado de ser feito já que muitas vezes os contatos feitos pelos jornais e revistas eram de imediato e a matéria tinha que ser publicada com certa urgência, e isso foi se tornando um entrave na relação entre os integrantes e um entrave nas atuações do movimento. Desse modo, Fernando e Renata, e outros integrantes, saíram do MLE e começaram a atuar como movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”. A partir disso, como contam, o MLE acabou e hoje em dia não existe mais. Isso

“um grupo de estudantes e professores que se opõem aos projetos de lei incentivados por este movimento [ESP] que tramitam em várias casas legislativas do país. Para combater este retrocesso buscamos na página e neste blog informar e produzir conteúdo de análise e reflexão sobre o crescimento e organização do ESP, visando fundamentar nossos argumentos para desconstruir o apoio que eles conquistaram nos últimos anos.” (grifo nosso)<sup>20</sup>

O PCESP é um grupo que, além de problematizar e analisar as propostas e os argumentos do ESP e dos seus PLs, defende a “liberdade de expressão e a liberdade de educar dos professores em sala de aula”, contra qualquer medida considerada censura aos professores, afirmando a importância da relação dialógica de ensino-aprendizagem entre o docente e os seus alunos. Para o PCESP, a escola e a sala de aula não são lugares de “doutrinação ideológica” e de “manipulações” como afirma o ESP, mas sim lugares onde os alunos aprendem a conviver democraticamente uns com os outros, respeitando à pluralidade de valores, de ideias, de comportamentos, de orientações sexuais, de crenças, isto é, lugar de valorização da democracia e da formação para cidadania.<sup>21</sup> Desse modo, como veremos, o PCESP estabelece a “educação democrática” como valor essencial do movimento e como bandeira de luta no combate ao ESP.<sup>22</sup>

Além disso, o PCESP assume um lugar de fala em defesa da profissão docente e da autonomia do professor, e procura (re)afirmar a capacidade profissional dos professores em suas atuações na educação básica e a importância da própria escola na resolução dos problemas cotidianos escolares, sem a necessidade de interferências e medidas externas como os PLs do ESP. A questão ética da profissão dos professores, seus saberes e suas práticas mobilizadas no

---

aconteceu porque os integrantes que saíram do MLE eram justamente aqueles que coordenavam e estavam à frente do mesmo. Cf. PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>20</sup> PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Sobre o PCESP. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/sobre/> Acesso (15/05/2017)

<sup>21</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Em defesa da liberdade de expressão dos professores. *Site*. 07 julho 2016. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/2016/07/07/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-dos-professores/> Acesso (13/10/2017)

<sup>22</sup> No dia 29 de junho de 2017 foi fundado o Movimento Educação Democrática (MED), uma associação que tem como objetivo defender a escola pública, laica, plural e democrática. A associação foi criada com o intuito de agir legalmente e abrir representações na justiça para combater não só o “Escola Sem Partido” mas também qualquer iniciativa que coloque em risco a “educação democrática”. A associação também se preocupa em discutir a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, dentre outras políticas públicas que atingem a educação e a profissão docente. A diretoria da associação, votada em assembléia no dia de sua criação, conta a participação dos membros do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”, que estiveram à frente de sua fundação juntamente com outros grupos e movimentos em defesa da educação, como o Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Coletivo Cultura Negra na Escola. Cf. MATHIAS, Maira. Por uma educação democrática. *EPSJV/Fiocruz*. 06 Julho 2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/por-uma-educacao-democratica> Acesso (13/10/2017)



cotidiano escolar e a gestão escolar como um todo, são elementos que aparecem de forma recorrente nos argumentos de seus membros para se contrapor ao ESP.

O movimento PCESP, desde o início da sua militância até os dias atuais, tem produzido materiais que servem de base para a luta contra o ESP: textos, artigos, vídeos de apresentações e palestras públicas, notas e cartas de repúdio, mapas com identificações dos Projetos de Lei do ESP em todo o Brasil, transmissões online de vídeo na página do Facebook para discussão sobre o ESP, entre outros. Além disso, o PCESP, ao longo da sua trajetória como movimento, vem ocupando espaços públicos urbanos considerados importantes pelos seus membros no combate ao ESP, espaços esses que dão visibilidade aos seus posicionamentos, que contribuem para o crescimento do movimento e para ampliação do debate em torno do “Escola Sem Partido”: participação e apresentações em audiências públicas nas câmaras municipais e também na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; palestras e apresentações em universidades; aulas públicas em escolas; entrevistas e participação em debates em programas televisivos; etc.

Ao longo dos anos de 2016 e 2017, conforme o “Escola Sem Partido” e seus Projetos de Lei foram se tornando objetos de debates públicos e pesquisas acadêmicas, as controvérsias e as polêmicas em torno dos mesmos foram se intensificando. Além do PCESP, foram surgindo diversas outras mobilizações sociais de professores e estudantes que criticam o ESP e se opõem à postura dos seus membros e seus defensores. Os debates sobre o ESP e as consequências sobre a educação e sobre a prática docente se tornaram pautas de discussão nacional, tomando amplas proporções, dividindo opiniões e posições entre aqueles que são favoráveis ao ESP (e isso inclui também professores e estudantes)<sup>23</sup> e aqueles que são contra. Assim como o PCESP, foram sendo criados outros movimentos de oposição à aprovação dos Projetos de Lei do ESP em tramitação, afirmando que esses projetos são inconstitucionais, censuram a liberdade de pensamento, a autonomia do professor em sala de aula e impedem a reflexão e o diálogo entre professores e alunos.

Essas outras mobilizações que foram surgindo em todo o país começaram a denominar esses PLs de “Lei da mordaca” e assumiram o nome “Escola Sem Mordaca” como lema e

---

<sup>23</sup> Na própria página do ESP no Facebook podemos ver publicações de vídeos que mostram depoimentos de alunos e professores da educação básica em apoio ao ESP. Em um dos vídeos compartilhados, um grupo de alunos pertencente ao Movimento Brasil Livre (MBL) de Bagé, Rio Grande do Sul, faz uma campanha pró ESP enfatizando a importância da afixação do cartaz “Deveres do Professor” na sala de aula. Em outro vídeo, uma professora de Campinas afirma que apoia o ESP no combate à “doutrinação ideológica esquerdista” nas escolas atualmente. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. MBL de Bagé faz campanha pelo Escola Sem Partido. *Facebook*. 07 julho 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/872392622911730> Acesso (09/04/2018); Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Depoimento de professora. *Facebook*. 27 setembro 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/videos/917330655084593/> Acesso (09/04/2018)

identidade dos movimentos. A escolha do nome “Escola Sem Mordação” passa a ter um significado político evidente nesses conflitos: de um lado, tem-se como o objetivo desvelar os significados por trás dos PLs do ESP, enfatizando o caráter de censura e de repressão aos professores e alunos dentro de sala de aula e, de outro, os movimentos assumem para si essa expressão como uma bandeira de luta e de atuação política nos espaços públicos.

Em julho de 2016 foi criada a “Frente Nacional contra o Projeto Escola Sem Partido”, que depois mudou o seu nome para “Frente Escola Sem Mordação”. Durante os anos de 2016 e 2017, foram surgindo outras “Frentes” em diversas localidades do país, criadas a partir de mobilizações focalizadas de professores, alunos e outros grupos críticos do ESP que, em diferentes regiões do Brasil, se posicionam contra os Projetos de Lei que estão em tramitação nos seus respectivos estados e municípios. Essas “Frentes” são constituídas por variados grupos sociais: centrais sindicais, entidades nacionais, sindicatos de professores, outros movimentos sociais e culturais, coletivos, entidades estudantis, partidos políticos, etc.

Atualmente, podemos perceber que a resistência em relação ao avanço do ESP é ampla e bastante diversa, e está se difundindo em todo país, assumindo características particulares de acordo com a realidade política e educacional de cada estado e município. Com a ajuda da internet, essas mobilizações se organizam e atuam por meio das redes sociais como o Facebook, principal plataforma de comunicação entre os movimentos, e também nos espaços urbanos ocupados, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas câmaras municipais, prefeituras e assembleias estaduais, etc.

Desse modo, o que vemos hoje em dia é a constituição de uma ampla rede de movimentos sociais de professores educadores e professoras educadoras – como se autoidentificam, já que a afirmação de que o “professor é um educador” se tornou uma bandeira de luta política – que se mobilizam no combate ao ESP. Essa rede tem como característica a reciprocidade e a co-atuação, mas também especificidades, distinções e tensionamentos, entre os diversos grupos envolvidos. Aqui, entendemos o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” como um ponto fundamental na tecitura e no funcionamento dessa rede, por conta da sua história de mobilização e atuação contra o ESP e seus PLs, e de como suas produções, análises, reflexões e ações coletivas contribuíram para o surgimento de outros movimentos de oposição ao ESP e para os debates públicos atuais.

*História pública, ensino de história e questões socialmente vivas*

Ao escolhermos esse tema, que envolve questões polêmicas e tem gerado um acirramento dos conflitos políticos, sociais e culturais no país, assumimos o que Henry Rousso chama de obrigação dos historiadores (e, nesse caso, também dos professores de História) para com a história do tempo presente. Segundo o autor, os acontecimentos que marcaram o século XX e marcam o século XXI,

“modificaram profundamente o ofício do historiador, obrigando-o a se engajar de modo permanente no espaço público, sabendo ao mesmo tempo que sua missão, que consiste em explicar o mais amplamente possível a complexidade do passado, iria adensar a sua prática, fazendo-o sair da torre de marfim da universidade para que adentrasse um pouco mais nos vivos combates do tempo presente, tanto o seu quanto o dos homens e das mulheres que ele estuda.”<sup>24</sup>

Ao reconhecermos o engajamento dos historiadores e do professores de História no mundo público a partir dos estudos, pesquisas e debates em torno das questões socialmente vivas do tempo presente<sup>25</sup> – e aqui podemos considerar os debates e as confrontações em torno do “Escola Sem Partido” como uma questão socialmente viva importante – assumimos também uma reflexão sobre algumas problemáticas suscitadas pelo movimento da história pública.

Atualmente no Brasil, a história pública vem se constituindo como um movimento de ideias e de práticas, que conjuga reflexão e ação coletiva, acadêmicas e não-acadêmicas, que tem mobilizado não só campo da História mas também da Educação, da Comunicação, do Cinema, da Antropologia, da Sociologia, etc., e que tem estimulado um espaço dialógico e interdisciplinar cada vez mais intenso entre essas e outras áreas. Diversos sentidos e significados de história pública são discutidos em livros, artigos, congressos, seminários, o que demonstra o caráter polissêmico da expressão “história pública”.

O movimento da história pública, há tempos debatido em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália, se expandiu nos últimos anos e busca novos contornos no caso brasileiro.<sup>26</sup> Ricardo Santhiago nos diz que há dez ou quinze anos a expressão “história pública”

<sup>24</sup> ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 7-8.

<sup>25</sup> Por questões socialmente vivas entendemos as demandas sociais, fundamentadas em memórias e identidades, que são mobilizadas por diferentes sujeitos e grupos no tempo presente. Essas demandas sociais expressam e configuram conflitos políticos e culturais e problemas centrais em debate na sociedade atual. Nos dias de hoje, vemos a discussão sobre homofobia, LGBTfobia, racismo, violência contra mulher e machismo, crise política, etc., como exemplos de questões socialmente vivas que estão diretamente ligadas às memórias, experiências e identidades de sujeitos e grupos que estão envolvidos nesses conflitos. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012; Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis (RJ), v.94, n.3, p.111-124, maio-jun. 2000.

<sup>26</sup> Foram realizados três seminários internacionais de história pública no Brasil (USP, 2012; UFF, 2014; URCA, 2016), bem como um primeiro curso de extensão em 2011 (USP), que resultaram em diversas produções – livros,

não fazia parte do vocabulário historiográfico brasileiro, apesar de que a prática de se fazer e de se pensar a história pública já existia nas reflexões e nos estudos sobre os usos do passado, os usos da memória, as demandas sociais, a percepção pública da história, a divulgação científica da história, a pesquisa-ação, etc.<sup>27</sup> No entanto, o que há de novo é a construção do movimento da história pública que vem crescendo nos últimos anos, principalmente, com a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) em 2012.

Vale destacar que não é possível entender o movimento da história pública como um campo disciplinar com método e objetos próprios<sup>28</sup> – a história pública não encontra-se dissociada da operação historiográfica e das questões suscitadas pela teoria da história – mas, sim, enquanto uma plataforma de observação e prática que estimula debates, problematizações e teorizações sobre as perspectivas e os desafios da relação entre a história e os seus diversos públicos para além dos muros da academia.

A constituição do movimento da história pública pode ser interpretada como uma atitude, uma ação reflexiva, que visa tanto afirmar e reforçar a importância e o papel da produção do conhecimento histórico (acadêmico e não acadêmico) atenta aos processos sociais, políticos e culturais, às suas mudanças e conflitos, às questões socialmente vivas do tempo presente, quanto reconhecer a difusão de conhecimento histórico produzido em outras dimensões e em outros espaços, como nas escolas, nos museus, no cinema, nas mídias em geral, etc.<sup>29</sup> A história pública, em vez de negar ou negligenciar os espaços de produção de história e os múltiplos públicos que os constituem, busca criar conexões e estabelecer diálogos próximos com esses espaços, no intuito de levantar questões e problemas conceituais sobre o próprio sentido e o lugar da história na sociedade atual. Desse modo, a história pública surge como um sinal de uma preocupação que envolve os usos e apropriações da história em uma comunidade de leitores diversa, ou seja, uma preocupação com os modos pelos quais as representações do passado/presente circulam em âmbito público.<sup>30</sup>

---

capítulos e artigos - dos integrantes Rede Brasileira de História Pública a partir de 2011. Cabe ressaltar, a importância dos diversos dossiês, em revistas acadêmicas brasileiras, sobre o tema a partir do ano de 2012.

<sup>27</sup> Cf. SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016, p.26.

<sup>28</sup> Idem

<sup>29</sup> Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

<sup>30</sup> Cf. SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: história pública, ensino de história e o projeto “Escola Sem Partido”. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016, p.12.

No caso desta pesquisa, a reflexão em torno da história pública, dentre os seus múltiplos significados, está intimamente relacionada tanto à prática docente em História e ao ensino de história na sala de aula<sup>31</sup>, quanto à atuação de historiadores e professores de História nos diferentes espaços públicos na história do tempo presente.<sup>32</sup> Aqui, entendemos a aula e o ensino de História como uma prática de história pública em três sentidos que são indissociáveis: no primeiro, de que a produção do conhecimento histórico é realizada de maneira compartilhada e colaborativa<sup>33</sup>, entre professores e alunos, ou seja, há uma troca de saberes e experiências no processo de ensino-aprendizagem entre o docente e discente, um “lugar de fronteira”<sup>34</sup> na produção desse conhecimento histórico; no segundo, de que essa produção de conhecimento entre professores e alunos dentro da sala de aula leva tanto em consideração o conhecimento histórico circulante na sociedade (literatura, filmes, novelas, jogos, museus, etc.) quanto o debate sobre questões socialmente vivas e as demandas do tempo presente que estão ligadas às memórias, experiências e identidades de diferentes sujeitos e grupo sociais, isto é, de diferentes públicos agentes e produtores de história; no terceiro, de que essa produção de conhecimento histórico, realizada de maneira historicizada e problematizada, contribui para que os estudantes possam se inserir, de maneira consciente, na realidade histórica do tempo presente em que vivem, compreendendo-a e atuando na mesma.<sup>35</sup>

---

<sup>31</sup> Vale frisar que nesta dissertação daremos atenção à prática docente em História e ao ensino de história como disciplina escolar, que possuem especificidades, lógicas, saberes e objetivos próprios em relação à história acadêmica. Essa ênfase foi feita tendo em vista um dos objetivos desta dissertação, que é a análise de história de vida de professores de História da educação básica envolvidos nos debates públicos em torno do “Escola Sem Partido”. Percebemos, aqui, uma diferença de procedimentos de produção de conhecimento histórico entre a história como disciplina escolar e a história acadêmica, mas que não implica em uma relação de hierarquização. Aqui, mobilizamos a noção de saber escolar, cultura escolar e saber docente para superar o pressuposto de que a escola e, especificamente, o professor de História “simplifica”, “banaliza” e/ou “distorce” o conhecimento histórico científico produzido na academia. Cf. MONTEIRO, A. M. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In: *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007; Cf. FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, nº 5, 1992; Cf. TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002

<sup>32</sup> Cf. FERREIRA, Rodrigo de Almeida; PENNA, Fernando de Araújo. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente a BNCC e ao ESP. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado* São Paulo: Letra e Voz, 2018; Cf. PENNA, Fernando de Araújo; SILVA, Renata C.A. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.

<sup>33</sup> Cf. FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de ‘A Shared Authority’ à cozinha digital, e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016

<sup>34</sup> MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.36, n. 1, p. 191 – 211, jan/abr. 2011

<sup>35</sup> Cf. FERREIRA e PENNA, 2018.

No que se refere à atuação de historiadores e professores de História na história do tempo presente, podemos entender essa atuação como uma prática de história pública no sentido de que esses não só agem como intelectuais que se preocupam com as operações cognitivas inerentes ao processo de pesquisa e de ensino-aprendizagem em História, mas que atuam também como sujeitos históricos nos espaços públicos, isto é, como intelectuais públicos, intervindo na realidade social, política e cultural em que vivem.<sup>36</sup> Aqui, o nosso foco de análise será tanto a atuação dos integrantes do movimento PCESP, constituído principalmente por professores de História e pesquisadores acadêmicos da área de História e Ensino de História<sup>37</sup>, que atuam nos diferentes espaços públicos contra o ESP, quanto a atuação dos professores de História do ensino básico envolvidos no debate público “Escola Sem Partido” e que atuam discutindo questões socialmente vivas importantes (inclusive o ESP) em sala de aula com seus alunos.

Desse modo, essa reflexão em torno da história pública aparecerá na dissertação de distintas formas, cada qual ligada aos objetivos estabelecidos para cada capítulo, mas podemos dizer que o tripé “história pública – pesquisa acadêmica/engajamento na história do tempo presente – prática docente/ensino de história” é a base da nossa reflexão. Nesse sentido, vale destacar, brevemente, alguns desafios que nos deparamos durante a pesquisa, a estrutura da dissertação e a divisão dos capítulos para entendermos as questões e as problemáticas envolvidas.

#### *História do tempo presente: desafios para o recorte temporal da pesquisa*

Nesse ponto, vale apontar alguns desafios colocados pela história do tempo presente e que foram enfrentados, não sem dificuldades, durante realização desta pesquisa. O primeiro desafio diz respeito à definição do recorte cronológico da dissertação. Muitos historiadores do

---

<sup>36</sup> Aqui, além de mobilizarmos a noção de “intelectual público” (Cf. FERREIRA e PENNA, 2018) mobilizamos também a noção de “professores como intelectuais transformadores”, desenvolvida por Henry Giroux. Para Giroux, o trabalho do professor é destacado aqui como um trabalho intelectual, já que reflexivo, problematizador e crítico, mas também potencialmente transformador, no sentido de contribuir para as mudanças na sociedade. Essa mudança surge tanto a partir do ato de educação dos estudantes, para agirem como cidadãos ativos e críticos da realidade em que vivem, quanto da própria atuação de professores que se mobilizam para debater sobre questões educacionais e questões relativas à sua profissão na sociedade. Cf. GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais transformadores. In: *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

<sup>37</sup> No movimento PCESP participam ativamente, atuando na coordenação e na direção do mesmo, sete professores ao todo: Fernando Penna, Renata Aquino, Diogo Salles, Fernanda Moura, Carina Martins, Maurício Barbosa e Fabiany Melo. Seis são formados em História, são professores de História e pesquisadores na área de Ensino de História e Educação, e apenas uma integrante do grupo, a professora Fabiany, é formada em Letras e atua como professora de Espanhol. É importante destacar também que Fernando Penna, Renata Aquino, Diogo Salles, Maurício Barbosa e Fabiany Melo fazem parte da mobilização contra o ESP desde o início, com a fundação e o funcionamento do Movimento Liberdade para Educar (MLE)

tempo presente debruçaram-se sobre a questão da delimitação temporal na escrita da história do tempo presente. Dentre as múltiplas definições em debates, podemos nos apropriar da conclusão das historiadoras Lucília Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira sobre essa questão:

“A orientação que talvez deva prevalecer na definição temporal do tempo presente é a da presença ativa de sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores. Ou seja, a existência de uma memória social viva é fundamental para definição dos recortes temporais e dos campos constitutivos da história do tempo presente. Na verdade, o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização”<sup>38</sup>

Na esteira dessa reflexão, François Bédarida destaca que a história do tempo presente “é feita de moradas provisórias”, sua lei é da renovação e seu *turnover* verifica-se muito rapidamente.<sup>39</sup> Desse modo, a singularidade da história do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história.<sup>40</sup> Isso acontece justamente porque o objeto de estudo do historiador são as narrativas e as ações de sujeitos ativos em um presente ou passado recente que se encontra em “permanente processo de atualização”, como nos diz as autoras. Portanto, o marco temporal da escrita da história do tempo presente é definido por “balizas móveis”, realizado de forma imprecisa, submetido à constantes revisões, acréscimos, correções, isto é, um presente ou passado recente que não está fechado em si mesmo, mas que é reescrito indefinidamente<sup>41</sup>, já que depende das próprias narrativas e das ações desses sujeitos, que deixam suas marcas na história por meio das disputas de memória e por meio dos diferentes usos do passado/presente em conflito.

No caso desta pesquisa, percebemos esses desafios ao estudarmos as narrativas e ações dos sujeitos envolvidos com o antimovimento “Escola Sem Partido” e com o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”. Até esse momento da escrita, os debates e as disputas entre os diferentes argumentos e proposições dos grupos em conflito ainda estão acontecendo e continuarão após o término da mesma. No entanto, após diversas modificações na pesquisa, procuramos demarcar alguns limites temporais para a viabilização desta dissertação.

Como dissemos anteriormente, o ESP foi criado em 2004 mas só tomou amplas proporções a partir de 2014, quando foi proposto o primeiro Projeto de Lei “Programa Escola

<sup>38</sup> DELGADO e FERREIRA, 2013, p.24-25.

<sup>39</sup> BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 221

<sup>40</sup> Cf. FERREIRA, 2012, p.107

<sup>41</sup> Ibidem, p.221

Sem Partido” pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O foco de análise das narrativas e ações dos membros e colaboradores do ESP, nesta pesquisa, será a partir de 2014, tendo em vista a relevância deste evento tanto para o crescimento do próprio ESP na sociedade, quanto para o surgimento e crescimento dos movimentos de oposição ao mesmo, como o movimento PCESP que iremos analisar. Entretanto, não abrimos mão de analisar alguns períodos anteriores, como os períodos de 2008, 2010 e 2011 posto que são períodos importantes para entendermos os itinerários e a construção dos valores e princípios do ESP e para contextualizarmos as narrativas e memórias dos seus membros. Além disso, mencionaremos outro período importante, como o período entre 2002 e 2004, que nos ajuda no entendimento sobre a origem política, cultural e ideológica do antimovimento.

Tendo como baliza inicial o ano de 2014, iremos levar em consideração também os anos de 2015 e 2016, tendo em vista que 2015 é o ano em que surge o movimento PCESP, em sua fase inicial como “Movimento Liberdade para Educar”, e 2016 ano em que a polêmica em torno do ESP ganha uma grande dimensão pública de discussão nacional, principalmente, pelas atuações do PCESP nos espaços públicos, pelo surgimento da “Frente Escola Sem Mordança” e pelo surgimento de diversas outras “Frentes” em diferentes localidades do país.

Como baliza final, estabelecemos o primeiro semestre de 2017 quando foi criada a associação “Movimento Educação Democrática” (MED), que entendemos aqui como a fase mais recente do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”, fase caracterizada pela formalização e institucionalização do combate ao ESP e aos projetos que ameaçam a educação democrática. Entretanto, assim como analisamos períodos anteriores à 2014, aqui também não deixamos de levar em consideração eventos importantes que aconteceram posteriormente à essa data estabelecida. Desse modo, ao longo do ano de 2017, esta pesquisa atravessou momentos de revisões, alterações e acréscimos, tendo em vista as próprias mudanças históricas que emergiram dos conflitos em torno do ESP. Vale dizer, que algumas dessas revisões e acréscimos foram feitos no corpo do texto ou encontram-se em notas de rodapé.

Também podemos destacar outro desafio na história do tempo presente e que também foi enfrentado nesta pesquisa: a superabundância de fontes para a análise.<sup>42</sup> Aqui, trabalhamos com uma multiplicidade de fontes históricas, que refletem a multiplicidade dos lugares de atuação dos sujeitos e grupos em questão. Dado que esses sujeitos e grupos estão atuando ativamente no passado recente/presente e produzindo muitos materiais, posto que suas ações e

---

<sup>42</sup> Cf. RÉMOND apud FERREIRA, 2012, p.108



lutas são incessantes no cotidiano, a escolha dessas fontes não foi realizada facilmente. No entanto, podemos dizer que as fontes utilizadas foram, majoritariamente, de fontes digitais, além de fontes escritas e orais. Dentre as fontes digitais mobilizadas, e aqui podemos considerar desde os documentos audiovisuais publicados, notícias e entrevistas nos jornais e revistas eletrônicas, até *memes* e postagens na rede social do Facebook, fizemos uma seleção dos materiais que interpretamos como os mais representativos das narrativas e das ações tanto dos sujeitos do ESP quanto dos sujeitos do PCESP.<sup>43</sup>

Nesse aspecto, vale destacar também a dificuldade de um processo de arquivamento e sistematização extensiva dessas fontes digitais e do trabalho com a análise quantitativa na história do tempo presente, devido a essa superabundância de materiais disponíveis ao historiador. Aqui, para realizarmos esse processo de arquivamento precisaríamos de um trabalho de organização e sistematização exaustivo dessas fontes e que demandaria mais tempo e esforço que estão além do tempo de realização desta dissertação no período estabelecido. No entanto, houve esse trabalho de construção de um acervo sobre os debates em torno do “Escola Sem Partido”, mas é um esforço contínuo, que não termina, e que precisa acompanhar as atuações dos sujeitos em um presente em constante mudança e atualização. Nesse ponto, vale dizer que a preocupação no que se refere ao arquivamento dessas fontes digitais é importante, visto que vivemos em um tempo de transição da cultura alfabética para cultura digital<sup>44</sup>, e necessitamos de uma “preservação digital” para salvaguardar as fontes produzidas pelos sujeitos no tempo presente.<sup>45</sup> Desse modo, achamos relevante ter essas considerações em mente para que se tenha uma noção mais completa dos percursos desta pesquisa.

---

<sup>43</sup> Nesse ponto, é importante dizer que nos apropriamos do conceito de “representatividade qualitativa” desenvolvida por Alessandro Portelli para analisar as fontes orais na prática da história oral, mas que adaptamos nesta pesquisa também para viabilizar o nosso trabalho de análise em meio à superabundância dessas fontes digitais. Aqui, como nos diz Portelli, representatividade não significa média, isto é, inferência a partir de uma sistematização de dados quantitativos, mas se caracteriza pelo modo como o historiador interpreta a singularidade de uma fonte histórica, produzida por um sujeito ou por um grupo de sujeitos, inserindo-a em um conjunto de procedimentos discursivos e simbólicos socialmente compartilhados. Essa singularidade da fonte histórica representa um ponto de vista circunscrito sobre a dimensão social, ponto de vista este que expressa comportamentos e códigos culturais coletivamente reconhecidos. Dessa forma, essa subjetividade da fonte nos oferece não só um esquema de experiências comuns entre os sujeitos, mas também um campo de possibilidades de ações compartilhadas. Assim, esse conceito pode ser mobilizado pelo pesquisador para trabalhar com a fusão do individual e do social, expressões subjetivas de uma prática coletiva e objetiva. Também utilizamos esse conceito para interpretarmos as fontes orais construídas para esta pesquisa a partir da metodologia da história oral, como veremos no segundo e no terceiro capítulo. Cf. PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Revista Tempo*, vol.1, nº 2, dezembro de 1996, UFF.

<sup>44</sup> Cf. LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, n. 02, mar./abr. 2014, p. 45-57

<sup>45</sup> Cf. TAVARES, Maria de Fátima Duarte. Preservação digital: entre a memória e a história. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.9-21, jan./abr., 2012.

### *Itinerários da pesquisa*

Esta pesquisa começou no primeiro semestre de 2015 tendo como objetivo a realização de um trabalho de história oral de vida com professores de História do ensino básico. No entanto, concomitantemente ao nascimento da ideia inicial do projeto, começavam a surgir os primeiros debates públicos importantes sobre o que era o ESP e quais eram seus objetivos, estimulados pela criação do Movimento Liberdade para Educar (MLE) e depois pelas movimentações dos professores no movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP), denunciando os argumentos e as ações dos membros do ESP. Desse modo, diante do início desses debates públicos, nos quais o ponto central da discussão é a figura do professor e o papel da escola, decidimos ampliar o escopo de investigação e assumir as narrativas em torno destas questões como um objeto importante de análise. Repensamos o trabalho de história oral de vida docente em um contexto no qual a própria trajetória do professor, sua subjetividade, suas atuações na escola e na sala de aula são colocadas no centro da discussão.

Desse forma, passamos a nos preocupar não só com as narrativas dos professores de História do ensino básico, mas também com as narrativas dos sujeitos envolvidos no antimovimento ESP e no movimento PCESP, que, como veremos, aparecem como protagonistas de uma “guerra de narrativas” nos espaços públicos. Dessa maneira, a própria discussão pública passou a ser um elemento significativo para refletirmos, o que configurou os objetivos dos três capítulos a seguir.

No primeiro capítulo, intitulado “O avanço do antimovimento social ‘Escola Sem Partido’ (ESP) no contexto de crise política e os possíveis impactos na prática da história pública”, debruçamo-nos sobre as questões teóricas mobilizadas na pesquisa para analisarmos tanto os valores e as ações do ESP quanto os valores e as ações do PCESP, a partir das propostas teóricas do sociólogo Alain Touraine sobre o conceito de sujeito, democracia, movimento social e antimovimento social e também com base nos referenciais teóricos de outros dois sociólogos, Charles Tilly e Manuel Castells, que, em suas obras, também se voltaram para reflexão sobre as mobilizações coletivas e os movimentos sociais. O objetivo aqui é estabelecer um diálogo a partir desses autores e inferir uma interpretação teórica viável para que possamos trabalhar tanto a análise do ESP quanto a análise do PCESP.

Feito esse trabalho de reflexão teórica, seguiremos abordando o surgimento e o crescimento do “Escola Sem Partido” no contexto de avanço de uma “onda conservadora” e de crise política em curso no Brasil. Entendemos que não seria possível compreender a difusão do ESP e dos seus Projetos de Lei no país sem levar em consideração o pano de fundo das disputas

e polarizações políticas e sociais atualmente. Concomitantemente, apresentaremos e analisaremos os princípios e conteúdos políticos e morais do antimovimento por meio das narrativas públicas dos seus membros e colaboradores, à luz desse contexto, identificando e analisando também as principais redes que o envolvem (redes sociais na internet, redes institucionais e redes parlamentares).

Como dissemos anteriormente, as fontes utilizadas nesse capítulo são constituídas de documentos digitais.<sup>46</sup> O ESP atua por meio do seu site na internet e da sua página no Facebook, produzindo e divulgando textos, artigos, cartazes, cartilhas, vídeos, *hangouts*<sup>47</sup> e notícias concernentes às suas propostas e às denúncias de práticas de “doutrinação política e ideológica” nas escolas. Além disso, o ESP também divulga vídeos e fotos de palestras, seminários, entrevistas e audiências públicas que tenham a participação dos seus membros e colaboradores. Desse modo, as fontes digitais aparecem como principal material para analisarmos os valores e estratégias de ação política e coletiva do ESP tanto no espaço digital da internet quanto no espaço urbano.

Ao final do capítulo, faremos uma reflexão reforçando o porquê entendemos o “Escola Sem Partido” como um antimovimento social, estabelecendo relações importantes com o conceito de “desprofissionalização docente”<sup>48</sup>, para entendermos seus possíveis impactos na profissão docente. Além disso, também daremos indicações de como o avanço do “Escola Sem Partido” no contexto atual pode produzir consequências para a prática da história pública e para o ensino de história na escola, espaço fundamental de produção do conhecimento histórico.

No segundo capítulo, intitulado “O movimento social ‘Professores Contra o Escola Sem Partido’ (PCESP) e a educação democrática”, iniciaremos a partir das discussões finais do capítulo anterior, aprofundando a discussão sobre os impactos do ESP e de suas proposições na profissão docente, tratando de alguns casos recentes de perseguição, denúncia e até mesmo agressão física à professores considerados “doutrinadores”. Nesse sentido, vamos contextualizar essas consequências recentes e aprofundar nossas análises a partir da leitura

---

<sup>46</sup> Cf. ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011; Cf. LUCCHESI, Anita. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 2013.

<sup>47</sup> Hangout é um termo utilizado para referir-se a um vídeo conferência, gravado ao vivo, com a participação de diferentes convidados para debater um tema específico. Nesse caso, a plataforma mais utilizada para transmissão e divulgação é o *Youtube*.

<sup>48</sup> Cf. NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio (Org.) *Vidas de professores*. 2ª ed. Porto: Ed. Porto, 1995; Cf. JEDLICKI, L.R.; YANCOVIC, M.P. Desprofissionalização docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010

interdisciplinar de pesquisadores e teóricos do campo da Educação, tratando de algumas questões importantes para os movimentos sociais docentes atuais criados para fazer oposição aos processos que estimulam a desprofissionalização docente e a precarização do trabalho do professor. Inserido nesse contexto mais amplo, entendemos que o ESP pode ser considerado um novo tipo de problema colocado à docência, no sentido de influenciar diretamente à autonomia profissional do professor em sala de aula, e que o PCESP pode ser entendido como um movimento social docente importante que mobiliza-se para debater esses mesmos problemas colocados pelo ESP.

Desse modo, iremos tratar do surgimento e do crescimento do “Professores Contra o Escola Sem Partido” fazendo uma análise da sua história, da sua organização e do seu funcionamento como movimento social docente de combate ao “Escola Sem Partido”. Vamos identificar e analisar quais são suas principais críticas e suas principais narrativas contra o ESP, quem são os sujeitos que o constituem e quais são suas estratégias de ação coletiva e política de luta.

Para isso, utilizaremos as fontes digitais, escritas e orais. Assim como o ESP, o PCESP utiliza seu blog e sua página do Facebook na internet como principais meios de publicação e divulgação de textos, artigos, vídeos de entrevistas, de palestras, de audiências públicas e notícias sobre as atuações do ESP e de seus defensores. Também divulgam os Projetos de Lei do ESP e relacionados (leia-se PLs que proíbem a discussão de gênero ou questões raciais na escola) que estão em tramitação nas casas legislativas do país. O PCESP também utiliza as redes sociais como meios de mobilização e estímulo para a luta política e ocupação dos espaços públicos contra os avanços do ESP, fomentando a participação dos seus seguidores nas audiências públicas em que se discutem os Projetos de Lei do ESP e também nos seminários e congressos voltados para esse debate. Além de utilizarmos as fontes digitais, também serão utilizadas e analisadas fontes escritas, como artigos publicados em livros e revistas escritos por membros do movimento PCESP.

A fonte oral também aparecerá no segundo capítulo como um documento importante para analisarmos a história do movimento social PCESP. Por meio da metodologia da história oral, entrevistamos dois membros ativos do movimento, o professor Fernando Penna e a professora Renata Aquino<sup>49</sup>, da FEUFF e do PPGHS/UERJ, respectivamente. Nessa entrevista

---

<sup>49</sup> Renata da Conceição Aquino da Silva é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores (UERJ), na linha de pesquisa Ensino de História e Historiografia, orientanda do professor Fernando Penna, e é bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal

coletiva, com base no que Alessandro Portelli chama de “diálogo com mais vozes”<sup>50</sup>, abordamos o surgimento, a consolidação e a organização do PCESP, assim como os sujeitos que o integram e as suas experiências de atuação política. Diferente da história oral de vida de professores de História da educação básica, que aparecerá no terceiro capítulo, essa entrevista caracterizou-se por uma história oral temática, na qual a análise central foi a própria história do PCESP, da atuação de seus membros e de como, por meio da narrativa, os próprios membros constroem uma representação de si e uma identidade do movimento.

A partir das análises das narrativas e das ações dos membros do “Professores Contra o Escola Sem Partido” podemos dizer que o movimento assume um compromisso com a história pública. Como dissemos anteriormente, um elemento fundamental na constituição do PCESP, é a conexão entre a formação profissional em História dos integrantes do movimento, a pesquisa acadêmica na área de Ensino de História e Educação e as atuações públicas e políticas fora da academia no combate ao ESP. Esse compromisso do PCESP pode ser entendido como uma prática de história pública em via de “mão dupla”<sup>51</sup> entre a universidade e a sociedade, realizada pelos integrantes do movimento. Nesse sentido, iremos analisar como essa relação aponta para aspectos importantes da dimensão do engajamento público dos membros do PCESP nos conflitos do tempo presente por uma educação democrática.

No terceiro capítulo, intitulado “A ação da palavra e da memória: reflexões sobre o trabalho de história oral com professores de História envolvidos no debate público ‘Escola Sem Partido’”, continuaremos essa reflexão sobre a posição dos professores de História engajados nessas discussões mas, agora, a partir das narrativas dos professores do ensino básico do Rio de Janeiro. Nosso foco será analisar as relações variadas entre diferentes trajetórias docentes, as diferentes formações escolares, acadêmicas, intelectuais e profissionais dos professores, as distintas experiências como docentes e os divergentes posicionamentos políticos e ideológicos dos mesmos, principalmente no que se refere às questões colocadas pelo “Escola Sem Partido”, visto que entrevistamos tanto professores contra quanto a favor do ESP. Nesse ponto, será importante analisar também as narrativas desses professores sobre sua maneira de ser e agir como professor dentro de sala de aula, levando em consideração questões éticas docentes (o que se deve e o que não se deve fazer como professor) que aparecem em suas narrativas e que atravessam a sua prática no que diz respeito à relação entre professor-aluno, à função do ensino

---

Fluminense (2016). Cf. LATTES, Currículo. Renata Conceição Aquino da Silva. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4025266J6> Acesso (13/10/2017)

<sup>50</sup> PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

<sup>51</sup> FRISCH, 2016.

de história para os alunos e aos posicionamentos em sala de aula. Nesse sentido, algumas discussões realizadas nos capítulos anteriores voltarão a aparecer nesse capítulo, principalmente a que se refere à questão da desprofissionalização docente estimulada pelo ESP. Aqui, nossa intenção com essas trajetórias e práticas docentes é demonstrar, por meio das narrativas de professores, como a realidade escolar e a prática docente são heterogêneas, permeadas por nuances e bastante complexas.

O critério de escolha para a entrevista dos professores baseou-se em quatro aspectos fundamentais: 1) ser professor de História; 2) ter atuado ou estar atuando no ensino básico, seja de ensino fundamental ou médio; 3) ter trabalhado ou trabalhar em diferentes redes de ensino (federal, estadual, municipal e particular) no Rio de Janeiro; 4) ter um posicionamento intelectual e político no que diz respeito ao “Escola Sem Partido” (ESP). Dentre os professores entrevistados, vamos analisar seis histórias de vida: Regina Lúcia de Castro professora do Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho<sup>52</sup>; Leandro Climaco, professor do Colégio Pedro II, campus Tijuca II<sup>53</sup>; Fernanda Moura, professora da Escola Municipal Juliano Moreira e integrante do movimento PCESP<sup>54</sup>; Diogo Salles, professor do curso de pré-vestibular Escola de Mestres e também integrante do movimento PCESP<sup>55</sup>; Raphael Giovanini, professor que atualmente não está lecionando, mas que foi professor do Colégio Estadual Adino Xavier e da Escola de Ensino Fundamental (EDEF)<sup>56</sup>; e Juarez de Almeida Junior, professor do Vitor Pré-Vestibular e do Externato Santo Antônio, dentre outras.<sup>57</sup>

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado de perguntas e temas que foram divididos por eixos: 1) trajetória familiar e infância; 2) formação escolar; 3) a escolha da carreira

<sup>52</sup> Cf. CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s); Cf. CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista:1h14m11s; Duração da segunda entrevista:1h23m58s)

<sup>53</sup> Cf. CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista:1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>54</sup> Cf. MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>55</sup> Cf. SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

<sup>56</sup> Cf. GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

<sup>57</sup> Cf. JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

e a graduação; 4) trajetória docente, prática docente e ensino de história; 5) posicionamento intelectual e político e “Escola Sem Partido”.

Essas entrevistas serão analisadas à luz do referencial teórico da história oral tendo como eixos os conceitos de tempo, memória e narrativa. Além disso também será utilizado o referencial teórico do Ensino de História e da Educação para analisar como os professores atribuem significado à sua prática docente e à relação com os alunos, tendo em mente também os conceitos de cultura escolar e saberes experienciais docentes, além da mobilização de leituras sobre história de vida de professores e sua formação profissional.

## 1º Capítulo – O avanço do antimovimento social “Escola Sem Partido” (ESP) no contexto de crise política e os possíveis impactos na prática da história pública

“É um argumento surrado o de que o aluno não é uma folha em branco, de que uma criança de 12 anos sabe perfeitamente dialogar com o professor, com um professor tarimbado, com um militante, que eles estão ali em pé de igualdade. É evidentemente, como disse o professor Jungmann, isso é um argumento de gente sonsa, com todo respeito. E mais, é um argumento que é típico dos abusadores que procuram minimizar a gravidade dos seus atos, apelando para a condição pessoal de suas vítimas. [...] Digo mais, é um argumento típico também dos estupradores... é um argumento típico dos estupradores, que, alegam em sua defesa, que aquela menina de 12 anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece. Este é o argumento de que o aluno não é uma folha em branco.”<sup>58</sup>

Este trecho foi transcrito da fala final de Miguel Nagib, criador e coordenador do “Escola Sem Partido” (ESP), na Audiência Pública da “Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido”, que aconteceu no dia 14 de fevereiro de 2017 na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. Podemos ver que, em seu discurso, Nagib tem como alvo os críticos do “Escola Sem Partido”, constituídos, principalmente, por professores e educadores que se posicionam contra os princípios e conteúdos defendidos pelo antimovimento.

Nagib, ao tratar de um dos argumentos utilizados pelos professores em suas críticas ao ESP – o de que “o aluno não é uma folha em branco” em sala de aula – estabelece uma comparação entre professores e “abusadores”, afirmando que esse argumento é utilizado também por “estupradores” quando tentam legitimar sua violência e, como diz o advogado, quando “procuram minimizar a gravidade dos seus atos”. Aqui, Nagib desqualifica os professores contrários ao ESP comparando-os à condição de “abusadores” dos seus alunos, não no sentido físico do ato, mas sim – e veremos que este é um recurso retórico frequentemente utilizado pelos membros e defensores do antimovimento – no sentido simbólico, no qual o professor aparece como “sequestrador” e um “estuprador” intelectual dos seus alunos, e estes como “vítimas indefesas” de suas “doutrinações ideológicas”, uma “audiência cativa”.

Atualmente, no Brasil, estamos vivendo um intenso debate político, educacional e jurídico em torno do “Escola Sem Partido”, que tem mobilizado professores tanto do ensino básico quanto do ensino superior, e também estudantes, pais e mães, deputados, senadores, advogados, figuras públicas da mídia, sindicatos, entidades estudantis, coletivos e movimentos

---

<sup>58</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 14 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo>. Acesso (15/05/2017)



sociais em suas discussões e reflexões.<sup>59</sup> Hoje em dia existem diversos Projetos de Lei que visam incluir o “Programa Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que estão em tramitação na própria Câmara dos Deputados e no Senado Federal.<sup>60</sup> Além disso, o “programa” está em tramitação em diversas câmaras municipais e estaduais do país<sup>61</sup>, e já foi aprovado em alguns municípios<sup>62</sup> e no estado de Alagoas (Lei 7.800/2016, que institui o programa “Escola Livre”, como foi chamado o “Programa Escola Sem Partido” nesse estado).<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> No ano de 2016 foi produzida uma reportagem pela TV Brasil sobre o tema do “Escola Sem Partido”, chamada “Caminhos da Reportagem: A escola necessária”, e foi lançado um documentário pela La Maestiza Audiovisual também sobre o ESP chamado “A escola toma partido”, dirigido e roteirizado por Carlos Pronzato. Ambos os materiais demonstram a dimensão do debate em torno do ESP atualmente. Cf. TV BRASIL. Caminhos da Reportagem: A escola necessária. *Youtube*. 30 setembro 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dKPz9\\_mTLk4](https://www.youtube.com/watch?v=dKPz9_mTLk4) Acesso (13/10/2017); Cf. LA MAESTIZA AUDIOVISUAL. A escola toma partido. *Youtube*. 22 maio 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cTq21yJa0os> Acesso (13/10/2017)

<sup>60</sup> PL 867/2015, proposto pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) e que tramita na Câmara dos Deputados, pretende incluir o “Programa Escola Sem Partido” entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este Projeto de Lei encontra-se apensado ao PL 7180/2014, proposto pelo deputado Erivelton Santana (PSC/BA), que inclui entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas. A este projeto também encontra-se apensado: o PL 7181/2014, também proposto pelo deputado Erivelton Santana e que estende as proposições do PL 7180/2014 aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); o PL 1859/2015, também proposto pelo deputado Izalci Lucas e outros, e que acrescenta um parágrafo na LDB que prevê a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de “ideologia de gênero” ou orientação sexual na educação; o PL 5487/2016, proposto pelo deputado Victório Galli (PSC/MT), que institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes;

Outros Projetos de Lei “Escola Sem Partido” e relacionados: o PL 193/2016 (retirado de tramitação em 21/11/17), proposto pelo senador Magno Malta (PR-ES) no Senado Federal, e que também pretende incluir o “Programa Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PL 1411/2015 (retirado de tramitação em 12/04/17), proposto pelo deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) na Câmara dos Deputados, e que tipifica o crime de assédio ideológico por parte dos professores e dá outras providências.

<sup>61</sup> Para saber mais sobre Projetos de Lei que incluem o “Programa Escola Sem Partido” e afins nos diversos municípios e estados do país, ver: MOURA, Fernanda Pereira de. “*Escola Sem Partido*”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Vigiando os projetos de lei. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/> Acesso (15/05/2017)

<sup>62</sup> O “Escola sem Partido” já vigora como lei em pelo menos quatro cidades brasileiras: Jundiá, São Paulo; Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; Santa Cruz do Monte Castelo, no Paraná; e Picuí, na Paraíba. Além disso, o Projeto de Lei Escola Sem Partido (PL 325/2014) recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de São Paulo e o texto está pronto para ser votado em plenário em 2018. Cf. DOLCE, Júlia. Escola Sem Partido já virou lei em pelo menos quatro cidades brasileiras. *Brasil de Fato*. 29 setembro 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/29/escola-sem-partido-ja-virou-lei-em-pelo-menos-quatro-cidades-brasileiras/> Acesso (09/02/2018); Cf. SOARES, Will. Escola Sem Partido avança na Câmara de SP e já pode ser votado em plenário. *G1-SP*. 12 dezembro 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/escola-sem-partido-avanca-na-camara-de-sp-e-ja-pode-ser-votado-em-plenario.ghtml> Acesso (09/02/2018)

<sup>63</sup> Cf. CÔLEN, Roberta. 'Escola Livre' é publicada no Diário Oficial e lei passa a valer em Alagoas. *G1-AL*. 09 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/05/escola-livre-e-publicada-no-diario-oficial-e-lei-passa-valer-em-alagoas.html> Acesso (13/10/2017)

Ao longo dos anos de 2016 e 2017 já tivemos alguns posicionamentos do sistema judiciário brasileiro sobre a apresentação e a aprovação desses PLs. Em maio de 2016 a Lei 7.800/2016 (“Escola Livre”) no estado de Alagoas foi questionada por meio de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI 5.537 e ADI 5.580) propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), e teve como relator o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso.<sup>64</sup> Em março de 2017, Barroso suspendeu, em caráter liminar (provisório), os efeitos da Lei 7.800/2016 sob o argumento de que a lei é uma “afrenta ao pluralismo de ideias” e decidiu pela inconstitucionalidade da mesma.<sup>65</sup> Em 2016, também tivemos uma nota técnica do Ministério Público Federal (MPF) destacando a inconstitucionalidade dos Projetos de Lei do ESP.<sup>66</sup> Além disso, em 2017 também tivemos o posicionamento de relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) recomendando ao governo brasileiro que conduzisse uma revisão dos projetos de lei (PLs) que tratam do Escola Sem Partido, alertando sobre os seus impactos nas escolas e afirmando a necessidade das autoridades brasileiras de assegurarem a conformidade desses projetos com a base dos direitos humanos internacionais e a Constituição Federal de 1988.<sup>67</sup>

O “Escola Sem Partido” tem sido pauta de debate em diversas palestras, entrevistas, seminários, congressos acadêmicos e audiências públicas na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em diversas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas por todo o Brasil.<sup>68</sup> Vale destacar que dois livros já foram lançados sobre o tema: *A ideologia do Movimento Escola Sem*

---

<sup>64</sup> Cf. BARROSO, Ministro Roberto. Ação Direta de Inconstitucionalidade (Med. Liminar) - 5537. *Supremo Tribunal Federal*. 30 maio 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=5537&processo=5537> Acesso (13/10/2017); Cf. BARROSO, Luís Roberto. Votos e decisões no STF - Escola Livre (Escola sem partido) – ADI 5537 e 5580. Decisão liminar. *Luís Roberto Barroso: Jurisdição Constitucional e Debates Públicos*. Disponível em: <http://luisrobertobarroso.com.br/votos-e-decisoes/> Acesso (13/10/2017)

<sup>65</sup> Cf. REDAÇÃO G1 ALAGOAS. Ministro do STF suspende Lei 'Escola Livre' em decisão provisória. *G1-AL*. 22 março 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/03/ministro-do-stf-suspende-lei-escola-livre-em-decisao-provisoria.html> Acesso (15/05/2017);

<sup>66</sup> Cf. CRISTALDO, Heloísa. MPF diz que Escola sem Partido é inconstitucional e impede o pluralismo. *Agência Brasil*. 22 julho 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/mpf-diz-que-escola-sem-partido-e-insconstitucional-e-impede-o-pluralismo> Acesso (13/10/2017)

<sup>67</sup> Cf. TOKARNIA, Mariana. ONU alerta para impactos do projeto Escola sem Partido na educação brasileira. *Agência Brasil*. 13 abril 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/onu-alerta-para-impactos-do-projeto-escola-sem-partido-na-educacao> Acesso (13/10/2017)

<sup>68</sup> Por meio da consulta pública do PL193/2016 (ESP) proposto pelo senador Magno Malta (PR-ES) no Senado Federal, podemos ter uma noção sobre os divergentes posicionamentos no espaço público em torno do tema. Foram “210.819 votos” contrários à aprovação do PL e “199.873 votos” a favor do PL. Esse resultado mostra como o debate público e os posicionamentos sobre o ESP encontram-se bastante divididos e equilibrados, existindo uma margem pequena entre aqueles que votaram contra e aqueles que votaram a favor do PL. Cf. MALTA, Senador Magno. Votação do Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2016 (“Escola Sem Partido”). *Senado Federal (e-cidadania)*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666> Acesso (09/02/2018)

*Partido: 20 autores desmontam o discurso* (2016)<sup>69</sup> e *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (2017)<sup>70</sup>. Esses livros são constituídos de textos que possuem uma análise crítica do ESP. Também há uma produção acadêmica significativa em termos de artigos para revistas e livros, dissertações, apresentações em seminários, que possuem como foco de pesquisa o ESP.

Esses debates que estão acontecendo em diversos espaços públicos e mobilizando diferentes sujeitos e grupos são interpretados aqui como uma representação do que Christian Laville chama de “guerra de narrativas”<sup>71</sup>, que coloca no centro da discussão e também da disputa, os sentidos de escola, de docência e de educação no Brasil atualmente. Laville utiliza o termo “guerra de narrativas” para discutir o interesse, a vigilância e as intervenções suscitadas pelos discursos e pelas narrativas sobre o ensino de História. Nos casos analisados por ele, o ensino de História encontra-se em disputa e transita entre premissas de instrução e o propósito da educação para a cidadania.<sup>72</sup>

Tendo isso em vista, percebemos que esse termo é apropriado para esta pesquisa já que os sentidos de escola, de educação e de docência são objetos de disputas, interesses e intervenções tanto do antimovimento “Escola Sem Partido” (ESP) quanto do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP). De um lado, os membros e defensores do ESP propõem projetos de escola e de docência voltados apenas para a transmissão de conhecimentos instrumentais para a sociedade existente, afirmando que o papel do professor não é discutir a realidade política e moral vivida pelos alunos. Aqui, as funções da escola e do professor são apenas de *ensinar* e *instruir* a matéria aos alunos e não educar. A dimensão da educação, principalmente a educação moral e religiosa, nesse caso, estaria reservada apenas à família, à igreja e à sociedade. Desse modo, na concepção do ESP, as dimensões do ensino e da educação são entendidas separadas umas das outras e de acordo com uma dicotomia entre a escola que ensina e a família que educa.

De outro lado, o movimento PCESP e a rede de movimentos sociais docentes mais ampla procuram (re)afirmar que o propósito da escola e dos professores é *educar* os alunos

<sup>69</sup> Cf. AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016

<sup>70</sup> Cf. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017

<sup>71</sup> Cf. LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do Ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n. 38, 1999, p. 125-138.

<sup>72</sup> Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; CALDAS, Renan Rubim. História Pública e Educação Democrática: “Professores contra o projeto Escola Sem Partido” - Narrativas em Debate. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 66- 91, abr./jun. 2017.

na/para a vivência democrática e cidadã, questionando e problematizando os diferentes valores que se encontram na sociedade. Aqui, diferente do ESP, o PCESP afirma a necessidade e a importância de se discutir temas como gênero, homofobia, violência contra mulher, racismo, questões políticas atuais em sala de aula, dado que esses temas são importantes para a construção de uma visão crítica dos alunos sobre a realidade em que eles vivem e para formação democrática dos mesmos.

Desse modo, tendo em vista essas guerras de narrativas entre o ESP e o PCESP, podemos nos fazer a seguinte pergunta: qual é a condição escolar, educacional e docente em jogo no Brasil atual? Segundo Emilio Tenti Fanfani, quando falamos de condição docente<sup>73</sup> (e aqui também podemos ter a mesma interpretação para pensar a condição escolar e educacional), estamos querendo dizer de um “estado” do processo de construção social e histórica do ofício docente. Essa ideia nos permite ir além da realidade objetiva da prática docente (pessoas que ganham suas vidas ensinando em instituições escolares oficiais ou reconhecidas pelo Estado), e perceber as múltiplas dimensões subjetivas, as percepções e as representações que os sujeitos constroem e possuem sobre a docência.<sup>74</sup> Ou seja, ao analisar essas disputas no tempo presente, precisamos estar atentos às atribuições de significados que os próprios professores dão ao que são e ao que fazem, e também às atribuições de significados dadas por outros sujeitos e grupos sociais às suas práticas. A docência (como qualquer outro objeto social, como a escola e a educação) não existe como essência ou substância cuja verdade deva ser descoberta, mas, sim, existe como resultado de construções sociais, políticas, culturais e históricas e como objeto de lutas pela definição desse fenômeno social.<sup>75</sup>

Desse modo, podemos dizer que, atualmente, a condição docente, escolar e educacional encontra-se em disputa pelo ESP e pelo PCESP, posto que apresentam narrativas que concebem projetos de escola, de educação e de docência que são diametralmente opostos. Aqui, também podemos dizer que são projetos de sociedade que encontram-se em disputa, posto que são grupos que possuem valores políticos e culturais divergentes e que se refletem na maneira como concebem os projetos acima destacados. A partir das afirmações de Roger Chartier, suscitadas pela teoria sociológica de Pierre Bourdieu, podemos observar que o que está em jogo são representações e práticas distintas do mundo social, ou seja, formas distintas e conflituosas de

---

<sup>73</sup> Cf. FANFANI, E.T. Condição docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem.

classificação, percepção e apreciação das relações sociais.<sup>76</sup> Ao analisarmos as narrativas públicas e as maneiras de agir dos sujeitos do ESP e do PCESP, vemos que essas “traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.<sup>77</sup>

Tendo em vista essas narrativas e projetos que se opõem, algumas questões são recolocadas no centro dos debates educacionais e dos problemas da sociedade atualmente: Qual a importância do professor e da educação escolar na sociedade? Quais são os limites da profissão docente em sala de aula? Até que ponto o professor pode atuar sem desrespeitar a liberdade do aluno? Até que ponto o professor pode ser considerado educador sem desrespeitar a dimensão familiar da educação? Até que ponto a família, e outras instâncias da sociedade, podem intervir no trabalho docente e no trabalho pedagógico escolar sem ultrapassar e desrespeitar o âmbito de liberdade e de autonomia profissional do professor?

A nossa intenção aqui não é responder essas questões, até mesmo porque excedem os objetivos da pesquisa, mas, sim, contextualizar, problematizar e analisar os posicionamentos divergentes nesses debates, representados, principalmente, pelo “Escola Sem Partido” e pelo “Professores Contra o Escola Sem Partido”. A nosso ver, essas questões são preocupações reais que caracterizam as relações entre pais, mães, alunos, professores e a escola como um todo, relações muitas vezes atravessadas por conflitos. No entanto, no caso das propostas e dos posicionamentos do “Escola Sem Partido”, como veremos neste primeiro capítulo, podemos nos colocar a seguinte questão: até que ponto essa preocupação real pode se tornar uma mobilização radical que nega ao outro um espaço para exercer sua liberdade e sua autonomia?

E é nesse momento que podemos mobilizar algumas reflexões a partir das definições de movimento social e antimovimento social propostas pelo sociólogo Alain Touraine para entendermos o ESP e o PCESP nessas disputas por projetos de sociedade distintos. Também mobilizamos os conceitos de repertório de ação coletiva e sociedade em rede, dos sociólogos Charles Tilly e Manuel Castells, respectivamente, para analisarmos as formas e as estratégias de atuação dos dois grupos.

---

<sup>76</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p.16-17.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p.19.

## 1.1 Movimento social e antimovimento social em conflito: valores e repertórios de ação coletiva na sociedade em rede

O paradigma teórico de Touraine, segundo a autora Maria da Glória Gohn, fundamenta-se na “ciência da ação social” e um dos seus pressupostos básicos é que toda ação é uma resposta a um estímulo social, ou seja, as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais não podem ser entendidas como se estivessem isoladas umas das outras, mas, sim, em relação de conflito, de integração e/ou de negociação.<sup>78</sup>

A sociologia da ação tourainiana define como o centro da vida social o conflito e a luta permanente<sup>79</sup>. Nesse aspecto, os sujeitos históricos e os movimentos sociais aparecem como agentes essenciais desse conflito, são forças centrais da sociedade, e Touraine considera seu estudo como fundamental para entender os processos de mudança no mundo.<sup>80</sup> No entanto, diferente de uma perspectiva marxista, esse conflito não se dá pela direção dos meios de produção da sociedade e nem pela tomada do poder do Estado por meio de uma revolução que objetiva a criação de um novo tipo de sociedade – ou seja, conflitos característicos das lutas de classes –, mas se dá pelos questionamentos e pelas tentativas de mudanças de determinadas orientações culturais em disputa na sociedade civil, isto é, comportamentos, valores, costumes, crenças, etc.<sup>81</sup> Aqui, como nos diz Gohn, a sociedade civil focaliza a ação coletiva dos sujeitos

<sup>78</sup> Cf. GOHN, Maria da Glória. A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade. In: GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p.93

<sup>79</sup> É importante destacar que, de acordo com Rodrigo Leistner, a sociologia de Alain Touraine possui três etapas diferentes que foram se modificando ao longo de sua trajetória. Num primeiro instante, Touraine concentrou seu trabalho nos estudos sobre o conflito entre os trabalhadores e empregadores, ainda centrados na sociedade industrial, dando atenção ao movimento operário. Em um segundo momento, a partir das transformações culturais do final dos anos 1960, principalmente tendo como marco maio de 68, Touraine deslocou seu foco de análise para a ação de outros grupos e de outros processos sociais, ou seja, novos movimentos sociais e culturais e seus conflitos que ocorreram no espaço urbano, como o movimento estudantil, movimento feminista, movimento negro pelos direitos civis nos EUA, etc. Gohn nos diz que foi a partir dos anos 60 que Touraine foi construindo a ideia de sujeito coletivo e definindo o papel desse sujeito na construção da identidade desses novos movimentos que afloraram. Na terceira etapa, que compreende um período mais tardio de sua obra, Touraine aprofunda a sua teorização do sujeito inserindo-o não mais na conjuntura da sociedade industrial, mas sim no que ele chama de “sociedade pós-industrial”, ou seja, numa sociedade de comunicação de massa, de processos globalizantes, programada, informatizada, da era digital. Cf. LEISTNER, Rodrigo. As fronteiras entre campo e ação: Bourdieu e Touraine em perspectiva. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009; Cf. GOHN, 2010.

<sup>80</sup> Cf. GOHN, 2010, p.101

<sup>81</sup> Aqui, vale citar as palavras do sociólogo americano Jeffrey Alexander sobre o termo “movimentos sociais”, que tem como inspiração as teorias de Alain Touraine: “O termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.” ALEXANDER, Jeffrey. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13 n. 37 São Paulo, junho, 1998; Cf. GOHN, op.cit., p.105 - 107

e agentes sociais e aí os movimentos sociais, assim como os antimovimentos, são os grandes destaques.

Por sociedade civil entendemos uma esfera das relações entre sujeitos, grupos sociais, classes e (anti)movimentos que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Segundo Gohn, para Touraine a sociedade civil é um espaço de disputas sociais e culturais, de lutas e de processos políticos, no qual se localiza a criação de normas, identidades, instituições e que possui suas próprias relações de poder, ou seja, suas próprias relações sociais de dominação e de resistência.<sup>82</sup> No entanto, quando tratamos de sociedade civil não podemos deixar de pensar as suas relações com a esfera do Estado, já que são duas dimensões inseparáveis e estão em contínuo relacionamento.

De acordo com Norberto Bobbio, a relação da sociedade civil com o Estado pode se dar de diferentes maneiras: 1) o Estado tem a seu cargo resolver as disputas na sociedade civil, intervindo como mediador desses conflitos e/ou suprimindo-os por meio da coerção; 2) a sociedade civil pode ser base da qual partem as solicitações dos sujeitos e grupos sociais às quais o sistema político está chamado a responder, podendo atender ou não essas demandas; 3) ou a sociedade civil pode ser o campo das várias formas de mobilização, associação e organização das forças sociais que impele à conquista do poder político, ou seja, do poder do Estado.<sup>83</sup>

Nessa relação, não podemos deixar de destacar a importância da esfera pública, concebida como uma instância intermediária da relação entre sociedade civil e Estado.<sup>84</sup> Aqui, pode-se indicar algumas vantagens do uso do conceito de esfera pública na teoria política.<sup>85</sup> A idéia de esfera pública permite a superação da “contraposição seca”, entre sociedade e Estado, posto que se apresenta como mediadora dessa relação, atravessada por fluxos de comunicação e influência de variada procedência e com múltiplos vetores.<sup>86</sup> Essa mediação, se realiza por meio das importantes funções que a esfera pública cumpre no que se refere à legitimação do poder e da decisão política na esfera do Estado, e aqui podemos entender que uma dessas funções é a formação de um modelo de democracia, a democracia deliberativa, que coloca a

---

<sup>82</sup> Cf. GOHN, 2010, p.105

<sup>83</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. *Verbete: Sociedade Civil*. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>84</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

<sup>85</sup> Cf. GOMES, W. Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, Curitiba, 2007.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.3

discussão pública generalizada como centro gerador de legitimidade da decisão política.<sup>87</sup> Desse modo, é por meio da esfera pública, das discussões e debates de narrativas nos meios de comunicação de massa, que podemos perceber o alcance das disputas sociais e culturais presentes na sociedade civil e perceber as atuações dos sujeitos e dos (anti)movimentos.

Segundo Touraine, a relação entre os (anti)movimentos sociais e o Estado, pode ser entendida, principalmente, de acordo com o segundo aspecto apontado por Bobbio, tendo a esfera pública um papel importante como lugar de manifestação das solicitações e demandas dos sujeitos e grupos sociais ao sistema político. Para o sociólogo, os (anti)movimentos podem ser vistos como agentes de pressão social para que o Estado institucionalize, por meio do poder legal, as diferentes orientações culturais em disputa. Nesse sentido, os (anti)movimentos sociais atuam na sociedade civil: em disputa pelo controle dos principais modelos sociais e culturais que orientam as ações históricas (as formas de classificação, percepção e apreciação do mundo social, segundo Chartier e Bourdieu); pelo controle das próprias capacidades de transformação da sociedade; e na luta para fazer valer as suas solicitações frente à legitimidade do Estado.<sup>88</sup>

Touraine é conhecido por compor uma linha teórica chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), e que possui uma perspectiva culturalista dos movimentos sociais.<sup>89</sup> O sociólogo, ao refletir sobre os novos movimentos sociais, centra a sua análise, simultaneamente, nos sujeitos históricos que integram esses movimentos e preocupa-se em analisar os valores mobilizados pelos sujeitos e como as suas ações fazem parte de manifestações culturais mais amplas, vinculadas a determinadas coletividades. Sua preocupação não está voltada para processos amplos, macroestruturais, mas, sim, para as condutas, os desempenhos e os significados das ações coletivas dos sujeitos concretos que constituem os movimentos sociais, cada qual com sua subjetividade, sua cultura, seu pertencimento e sua historicidade. Mas o que caracterizaria o sujeito para Touraine?

Gohn nos diz que a ideia de sujeito na teoria sociológica de Touraine é ação, vontade, resistência e luta, ou seja, os sujeitos não são simples representantes de categorias sociais pré-atribuídas e pré-definidas pelo lugar que ocupam na sociedade, mas são agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas no mundo social.<sup>90</sup> Esses mesmos sujeitos agem no

---

<sup>87</sup> Cf. GOMES, 2007, p.3

<sup>88</sup> Cf. GOHN, 2010, p.93

<sup>89</sup> Cf. ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço dos debates. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009

<sup>90</sup> Cf. GOHN, op.cit., p.95-97



sentido de disputar e modificar tanto o ambiente material quanto a dimensão social e cultural ao seu redor. Não apenas desempenham os papéis conforme o esperado, mas os criam e recriam, opondo resistência a uma lógica de conformação, homogeneização e racionalização, característica da atual sociedade capitalista ocidental moderna.<sup>91</sup> Nesse sentido, as ações dos sujeitos podem ser interpretadas como demandas por subjetivação e por liberdade, que passam pelo âmbito da afirmação e do reconhecimento de aspectos culturais diversos e de identidades pessoal e social específicas.<sup>92</sup>

O que caracteriza o sujeito, então, para Touraine, é essa “vontade de um indivíduo agir e ser reconhecido como ator”<sup>93</sup>, ou seja, como ator social, político e cultural dotado de uma identidade pessoal e coletiva particular e diversa e consciente da sua agência histórica. Essa categoria de sujeito confere protagonismo e ativismo aos indivíduos, transformando-os em agentes de seu tempo, de sua história e de sua identidade. No entanto – e aqui que o conceito em Touraine toma um forma importante para entendermos a diferença entre os movimentos sociais e os antimovimentos – para ser reconhecido como sujeito e agir como tal, o indivíduo também deve reconhecer o outro como sujeito e reconhecer suas demandas por subjetivação, “na medida em que ser sujeito implica reciprocidade”.<sup>94</sup> Dessa forma, ser sujeito não quer dizer da experiência imediata de si, unicamente individual, no sentido de voltar-se apenas para o indivíduo, mas sim da relação com o outro. É, antes de tudo, uma ação e uma experiência que se refere ao coletivo.<sup>95</sup>

Já os movimento sociais, no entender de Touraine, são mobilizações que resultam das ações de um grupo de sujeitos, das ações e de vontades coletivas (sujeitos coletivos) que expressam projeções sociais, culturais e políticas sobre a construção do mundo social. No entanto, não podemos interpretar qualquer ação coletiva de grupos como sendo um movimento social, já que esta configuração possui características próprias.<sup>96</sup>

---

<sup>91</sup> Cf. SILVA, Maria Salete. Democracia e sujeito: uma relação indissociável na obra de Alain Touraine. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(2), 2008, p. 24

<sup>92</sup> Cf. GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, nov. 2005, p. 40

<sup>93</sup> TOURAINE apud SILVA, op.cit., p. 24

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Cf. GOHN, 2010, p. 95

<sup>96</sup> Segundo Leistner, Touraine distingue quatro tipos de ações coletivas no mundo social. A primeira pode ser chamada de “condutas de crise organizacional”, que nada mais é que ações reivindicativas promovidas no interior de uma organização social, mas em uma relação na qual tal ação é “prisoneira” do próprio contexto organizacional, ou seja, existe um limite que a ação do sujeito não pode ultrapassar, muito menos suprimir tal organização, já que tal realidade se voltaria contra o próprio sujeito. Leistner dá o exemplo do operário que negocia com o patrão, que pressiona por melhores condições e melhores salários, mas, ao mesmo tempo, necessita de seu emprego. O segundo tipo de ação refere-se às “tensões institucionais”, que significa a possibilidade de pressão sobre certas decisões

Touraine destaca três elementos básicos constitutivos do movimento social: o ator, ou o sujeito, o seu adversário e o que está em jogo no conflito. A esses elementos correspondem, de acordo com Gohn, três princípios de interpretação dos movimentos sociais: identidade, oposição e totalidade.<sup>97</sup> A identidade diz respeito à maneira como o sujeito ou o grupo se identifica. Esse processo de identificação sempre remete ao princípio da oposição, ou seja, da alteridade, a definição do outro, do adversário. Desse modo, a organização do movimento social só é possível a partir da conjunção do princípio de identificação e de oposição, a partir da consciência de definição de um “quem somos?” e de “quem são nossos adversários?”, e isso se dá apenas em uma situação conflitiva, ou seja, emerge da luta entre os atores. Segundo Touraine, “a identidade do ator não pode ser definida independentemente do conflito real com o adversário e do reconhecimento do objetivo de luta”.<sup>98</sup> Já o princípio da totalidade reúne e envolve os dois outros princípios ao definir o que está em jogo e o motivo do conflito entre as duas partes, que, no caso da TNMS, seria a própria direção do campo social e cultural em disputa pelas forças sociais envolvidas.<sup>99</sup>

Mas como se dá a relação entre sujeito e movimento social na sociologia de Touraine? Para o autor, não podemos pensar o movimento social dissociado da ideia de sujeito. Em sua obra mais tardia “Podemos viver juntos? Iguais e diferentes” (1999), o sociólogo afirma que o movimento social pode ser interpretado como um esforço para unir a “luta contra inimigos sempre ameaçadores do sujeito” e de suas liberdades, e a defesa dos seus direitos sociais e culturais.<sup>100</sup> Nesse período tardio de suas obras, além de entender os movimentos sociais como agentes de disputas pelas orientações culturais na sociedade civil, Touraine começa a aproximar cada vez mais a ideia de movimento social a uma ação coletiva dirigida para afirmação e a defesa dos direitos sociais, políticos e culturais do sujeito, da sua liberdade de atuação e da sua participação nas decisões coletivas.

---

deferidas pelo sistema institucional, ou seja, neste quadro, além do sujeito pressionar e negociar ele tem a capacidade de influenciar e de impor uma determinada ordem ao sistema institucional por meio de sua ação. Podemos citar o exemplo de uma greve de trabalhadores bem sucedida que afeta e modifica determinadas regras institucionais. O terceiro tipo de ação seriam os “protestos modernizantes”, que revelam uma luta contra o passado, a favor de uma readequação ao contexto do período vivido. Leistner nos diz que ainda que tais formatos de ação comportem lutas por determinados projetos, os mesmos não presumem uma disputa pelo controle dos padrões e modelos sociais e culturais das relações entre sujeitos e grupos característica dos movimentos sociais, ou seja, não existe maior ruptura e não há adversário nítido. O quarto tipo de ação coletiva é o movimento social. Cf. LEISTNER, 2009.

<sup>97</sup> Cf. GOHN, 2010, p. 98-99

<sup>98</sup> TOURAINE, 1977 apud LEISTNER, 2009, p. 6.

<sup>99</sup> Cf. GOHN, op.cit., p.99

<sup>100</sup> Cf. TOURAINE, Alain. *Podemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.118

Segundo Gohn, uma das afirmações centrais que compõe a concepção de sujeito e de movimento social em Touraine é a ideia de que “não há movimento social possível à margem da vontade de libertação ou liberação do sujeito”.<sup>101</sup> Essa libertação, como foi dito acima, refere-se à ação de sujeitos pessoais e coletivos que questionam às imposições feitas por uma estrutura social dominante homogeneizadora e que buscam manter suas subjetividades e/ou produzir novas subjetividades, sendo capazes de expressar suas identidades e serem reconhecidos por isso. Aqui, o movimento social defende projetos que visam um modo de emprego social de valores morais que nada mais são do que valores ligados a essa liberdade do sujeito.<sup>102</sup> Aqui, a noção de projeto do movimento social é importante para construção teórica de Touraine visto que “a noção de projeto refere-se ao fato de que, em uma situação dada, a possibilidade de o ator dar sentido às suas próprias condutas permanece sempre aberta, por oposição ao sentido já dado no sistema social”.<sup>103</sup> Desse modo, ao estabelecer uma relação intrínseca entre o sujeito e o movimento social, conclui o sociólogo, que

“É necessário não aplicar a noção de movimento social a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política [...] O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizado [...] só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opõe a tal dominação.”<sup>104</sup>

Portanto, assumimos aqui que um movimento social, na concepção sociológica de Touraine, caracteriza-se por uma ação coletiva que coloca em questão e em disputa os modos de utilização social de modelos culturais, e que, ao mesmo tempo, possui uma ação crítica direcionada aos princípios e valores sociais e culturais dominantes na sociedade, ou seja, direcionada aos padrões de atuação e de comportamentos, maneiras de ser e estar no mundo que determinados grupos sociais, voltados apenas à defesa dos seus interesses particulares, tentam impor aos diferentes sujeitos. Aqui, o movimento social aparece para se contrapor a essas estruturas sociais, dando condições para a emergência de novos sujeitos pessoais e coletivos e para a afirmação e reconhecimento de suas subjetividades e de suas identidades nos espaços públicos. O movimento social, desse modo, abre um espaço para que o indivíduo possa se tornar sujeito, para que se torne ator coletivo, agente histórico capaz de engendrar mudanças e contestar relações de dominação.

---

<sup>101</sup> Cf. GOHN, 2010, p.95

<sup>102</sup> Cf. TOURAINE, 1998, p.119

<sup>103</sup> ALBUQUERQUE, 1977 apud GOHN, op.cit., p.96

<sup>104</sup> Cf. TOURAINE apud GOHN, op.cit., p.109

Segundo Angela Alonso, essa foi a maior contribuição de Touraine para a sociologia dos novos movimentos sociais, ou seja, estudar as mobilizações de novos sujeitos coletivos, dos grupos que encontram-se marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural dominante, isto é, as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, etc.) que teriam em comum uma atitude de oposição e de contestação às relações de dominação.<sup>105</sup> Assim, os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e tentariam mudar suas orientações valorativas, afirmando a existência de novos atores coletivos, portadores de projetos culturais que devem ser considerados em um processo de democratização política, social e cultural. Essa democratização não seria construída no plano das leis, mas sim no plano dos costumes, dos valores, dos comportamentos, sediada no âmbito da sociedade civil, debatida no plano da esfera pública e tendo como alvo de suas demandas e solitações as instituições estatais e as decisões políticas dos corpos parlamentares.

Desse modo, tendo em mente essas contestações de dominação pelos movimentos sociais, não podemos deixar de destacar que a lógica contrária também acontece. Segundo Touraine, existem também na sociedade civil os antimovimentos sociais, que seriam não só uma “deformação” e uma “inversão” dos movimentos sociais, mas também poderiam aparecer antes destes e com tanta força que são os movimentos sociais que têm de se esforçar para se formar e combatê-los.<sup>106</sup> Aqui, vale dizer que os antimovimentos sociais, assim como os movimentos sociais, também disputam as orientações sociais e culturais da sociedade civil, também pressionam o Estado para a institucionalização de suas orientações, também podem ser interpretados pelas características de identidade, oposição e totalidade e também estão envolvidos nas relações de dominação. No entanto, nesse caso, se mobilizam para reforçar essas relações e não para contestá-las. Desse modo, o que caracteriza e diferencia os antimovimentos sociais dos movimentos sociais são justamente os seus princípios e valores que aparecem como ameaçadores das liberdades dos diferentes sujeitos pessoais e coletivos e dos seus direitos sociais, culturais e políticos de exercerem suas identidades na esfera pública, ao contrário dos movimentos sociais que aparecem na defesa dos mesmos.

Mas que ameaças seriam essas? Na sociedade pós-industrial atual, Touraine nos diz que a liberdade dos sujeitos encontra-se ameaçada por dois motivos<sup>107</sup>: de um lado, os sujeitos lutam contra o triunfo do universo da instrumentalidade racional das normas e das leis do mercado e

---

<sup>105</sup> ALONSO, 2009, p.60

<sup>106</sup> Cf. TOURAINE, 1998, p. 141

<sup>107</sup> Ibidem, p. 112

das técnicas, reivindicando ser produtores de mudanças e de ações históricas contra um sistema dominante que tende a rebaixar esses mesmos sujeitos a meros consumidores passivos dessas leis; e de outro, os sujeitos lutam contra uma lógica autoritária de poder comunitário, reivindicando a diversidade e a pluralidade de ideias, de crenças e de comportamentos contra determinados grupos que buscam impor a outros orientações culturalmente homogeneizadoras, por meio da universalização de valores culturais específicos de um grupo particular sobre todos os outros.

Nesse caso, os antimovimentos sociais podem ser constituídos com base nessas duas frentes de ameaças à liberdade dos sujeitos na sociedade. Para o sociólogo, até mesmo um movimento social pode se transformar num antimovimento social e essa transição pode ser caracterizada quando,

“[...] um ator social identifica-se inteiramente com uma aposta cultural e então rejeita seu adversário como inimigo, traidor ou simples obstáculo a eliminar. O que define um movimento societal [social] – isto é, o conflito de atores pela gestão social de uma aposta cultural, conflito que nunca se reduz completamente aos interesses de um e de outro – quebra-se, então, e a ação que questiona as grandes orientações da sociedade degrada-se em seita ou em mobilização autoritária” (grifo nosso)<sup>108</sup>

Desse modo, o que está no centro da definição do antimovimento social é o não reconhecimento do outro, isto é, quando uma mobilização coletiva, que um dia pode ter sido um movimento social legítimo, torna-se autoritária a ponto de não reconhecer o outro, o seu adversário social, aquele que possui valores, crenças e comportamentos distintos, como sujeito, mas, sim, como um inimigo, obstáculo ou mal absoluto a ser eliminado ou marginalizado da sociedade. O antimovimento, ao contrário do movimento social, nega ao sujeito as suas próprias condições de liberdade de afirmação identitária, ou seja, nega as condições de produção de sua própria subjetividade ligada a uma coletividade. De um lado, por meio da pressão do Estado, o antimovimento pode reforçar leis e normas políticas e econômicas de acordo com seus interesses e seus ideais, e restringir a liberdade e a subjetividade desses outros sujeitos pessoais e coletivos, e de outro, pode reforçar padrões e orientações culturais da sociedade civil que negam outras formas de expressão cultural e de identidade, já que se prendem a valores culturais e morais específicos do seu grupo.

A partir dessas definições, podemos construir a base de nossa reflexão do “Escola Sem Partido” como antimovimento social e do “Professores Contra o Escola Sem Partido” como movimento social. Como veremos com mais detalhes a seguir, podemos interpretar o ESP como um antimovimento justamente porque atua a partir dessas duas frentes de ameaças à liberdade

---

<sup>108</sup> TOURAINE, 1998, p.140

dos sujeitos que apontamos anteriormente. Já o PCESP, pode ser entendido como movimento social porque atua na direção oposta a do antimovimento ESP e contra essas ameaças.

Porém, o que temos que destacar aqui é que, apesar das diferenças de valores e princípios políticos e culturais que norteiam as ações do ESP e do PCESP em torno do reconhecimento ou não do sujeito e de sua expressão democrática ou não no espaço público – o que determina o que é um movimento social e um antimovimento social na teoria tourainiana –, ambos podem ser interpretados como grupos que disputam as orientações culturais da sociedade e ambos mobilizam-se na tentativa de pressionar o Estado com suas demandas. Além disso, podemos dizer também que ambos os grupos mobilizam repertórios de ação coletiva nas suas atuações e ambos elaboram redes de trocas e influências com outros grupos e (anti)movimentos que compartilham dos seus respectivos objetivos de luta.

Nesse momento, podemos recorrer às reflexões do sociólogo Charles Tilly para entendermos as formas de ação tanto do ESP e quanto do PCESP, ou seja, como os grupos mobilizam diferentes estratégias de atuação política a partir de um repertório de ação coletiva. Diferente de Touraine, Tilly faz parte da linha da Teoria dos Processos Políticos (TPP) nas análises sobre os movimentos sociais. Segundo Angela Alonso, tanto a TNMS quanto a TPP, insurgiram-se contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra à ideia de um sujeito histórico universal, enfatizando como chave explicativa a combinação entre política e cultura nas análises dos movimentos sociais. No entanto, a TPP investe mais numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural.<sup>109</sup> Porém, foi por meio da categoria de repertório que Tilly interessou-se em incorporar as dimensões culturais às explicações e teorias dos processos políticos.

Segundo Tilly, em uma dada conjuntura de confrontação política entre mobilizações coletivas opostas, que possuem interesses e valores culturais distintos, os sujeitos e grupos mobilizados atuam na sociedade civil apropriando-se da estrutura de oportunidades políticas<sup>110</sup>,

---

<sup>109</sup> Cf. ALONSO, 2009, p.53-54

<sup>110</sup> Segundo Alonso, o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” permite que o pesquisador analise as relações de força entre os desafiantes – as mobilizações coletivas que se encontram do lado de fora do Estado, isto é, na sociedade civil – e as autoridades governamentais – grupos ocupando cargos no Estado. Por estrutura de oportunidades políticas entende-se as dimensões formais e informais do ambiente político (principalmente as instituições estatais) que se abrem ou não para reivindicações de grupos sociais e mobilizações coletivas que se encontram na sociedade civil. Nesse caso, grupos insatisfeitos podem expressar suas reivindicações nos espaços públicos e podem tentar obter uma influência sobre o governo e ter acesso aos recursos controlados pelas instituições estatais. Aqui, vemos uma aproximação importante entre Tilly e Touraine, por meio desse conceito, no que diz respeito às relações entre as mobilizações coletivas na sociedade civil e o Estado. No entanto, mobilizamos Tilly para justamente preencher um vazio teórico deixado por Touraine no que se refere às pressões políticas exercidas pelos movimentos sociais sobre a esfera do Estado e sobre os corpos parlamentares que o

e possuem, à sua disposição, uma determinada estrutura de repertório de ação coletiva para defender suas ideias e/ou para se contrapor às ideias dos seus adversários. Segundo Tilly,

“A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas [performances rotinizadas] que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente” (grifos nossos e da autora)<sup>111</sup>

Podemos ter como exemplo de repertório de ação coletiva na sociedade atual: passeatas, reuniões públicas, abaixo-assinados, petições online, declarações, discussões e posicionamentos nos meios de comunicação em massa, etc. Essa estrutura de repertório, apesar de ser comum às diferentes mobilizações coletivas e compartilhada por distintos grupos em conflito, é apropriada e recebe distintas significações de acordo com os diferentes usos (*agency* ou *performances*) que os grupos fazem da mesma, ou seja, usos de acordo com seus interesses, seus valores culturais, seus princípios morais, etc. Uma passeata pode ser organizada tanto para afirmação quanto para negação de direitos políticos, sociais e culturais; ou um abaixo-assinado pode ser organizado tanto por grupos “pró” quanto por grupos “contra” a uma determinada pauta cultural e política em debate. De acordo com Alonso,

“Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. Isto é, os agentes atribuiriam o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É o caráter vazado, sem semântica, do repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito.”<sup>112</sup>

Desse modo, podemos ter essa categoria em mente para analisarmos tanto os movimentos sociais quanto os antimovimentos sociais, que, no caso da nossa pesquisa, refere-se ao PCESP e ao ESP. Nesse sentido, o repertório de ação coletiva compartilhado por ambos na conjuntura de confrontação política e cultural atual é variado: constituição de redes sociais no Facebook; construção de sites e blogs na internet; produção de conteúdo audiovisual, de textos e artigos e que são disponibilizados e reproduzidos nas redes sociais e nos sites; produção e reprodução de *memes* com intuito de qualificar a si mesmo e desqualificar o adversário; participação em palestras, seminários e debates em diversos espaços públicos como universidades, escolas, auditórios, teatros, etc.; participação em audiências públicas nas

---

constitui. Cf. ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. v.02.03: 21 – 41, 2012.

<sup>111</sup> TILLY, 1995 apud ALONSO, 2012, p. 26.

<sup>112</sup> ALONSO, 2009, p.58.

Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais, e também na Câmara Nacional e no Senado Federal; entrevistas textuais e audiovisuais concedidas pelos membros às diferentes mídias (programas televisivos, jornais e revistas eletrônicos, rádios, canais do Youtube); mobilização nas ruas com passeatas; produção de cartilhas e cartazes com apresentação dos seus argumentos e propostas, e com divulgação de palestras, seminários e audiências públicas; produção e reprodução de notas de repúdio, etc.

Dessa forma, neste capítulo e no segundo capítulo, analisamos, respectivamente, como ESP e o PCESP apropriam-se desse repertório de ação coletiva de diferentes maneiras, atribuindo significados distintos, mantendo e/ou modificando determinadas estratégias de mobilização conforme os usos na prática, criando, assim, repertórios específicos de atuação, de acordo com seus objetivos e seus valores e princípios políticos e culturais.

Além disso, podemos nos apropriar também das proposições feitas pelo sociólogo Manuel Castells para analisarmos como essas mobilizações coletivas tanto do ESP quanto do PCESP hoje em dia atuam por meio de um processo de comunicação autônoma, na qual as redes sociais na internet são fundamentais para a sua organização e para o seu funcionamento. Segundo Castells, nos últimos anos, houve uma mudança fundamental no domínio da comunicação, que foi a emergência do que ele chama de “autocomunicação”, ou seja, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital.<sup>113</sup> Essas plataformas, de comunicação de massa, “processam mensagens de muitos para muitos”, alcançam uma multiplicidade de receptores e possibilitam a conexão com um número infindável de redes. Essas plataformas podem ser chamadas de “autocomunicação” por três motivos: 1) a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente; 2) a designação do receptor, ou seja, do público, é autodirecionada, já que o remetente tem a liberdade de escolher seu público alvo; 3) e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada.<sup>114</sup> Desse modo, a comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa, dando condições de maior liberdade e autonomia do ator social para construção de mobilizações coletivas em relação às instituições controladas pelo governo ou por empresas (as grandes redes midiáticas).

Atualmente, Castells percebe que os movimentos sociais cada vez mais se constituem, se organizam e atuam por meio das redes sociais, mas que, ao mesmo tempo, não abrem mão

---

<sup>113</sup> Cf. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.11

<sup>114</sup> Ibidem, p.11-12



das atuações por meio dos espaços urbanos ocupados. Aqui, o sociólogo chama atenção para a criação de um novo espaço público, “o espaço em rede”, situado entre os espaços digital e urbano, que nada mais é que o espaço da comunicação autônoma, que permite que o movimento se forme e que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.<sup>115</sup>

Segundo o próprio Castells, sua perspectiva teórica de análise dos movimentos sociais baseia-se nas proposições teóricas de Alain Touraine.<sup>116</sup> Castells também compartilha a concepção de que os movimentos sociais são voltados para as disputas e tentativas de mudanças dos valores da sociedade civil, ou seja, disputas pelas orientações sociais e culturais que condicionam as ações dos sujeitos históricos. No entanto, Castells não chega a tratar da ideia de antimovimento social. Porém, na nossa análise, vemos que o antimovimento “Escola Sem Partido” também atua por meio das redes sociais e por meio dos espaços urbanos, e também compartilha desse espaço de comunicação autônoma para difundir suas propostas, seus argumentos, seus princípios e seus valores políticos e culturais.

Desse modo, tanto no caso do ESP e quanto do PCESP, é importante analisar como ambos os grupos utilizam as redes sociais digitais para deliberarem e coordenarem as suas ações e suas propostas de mobilização, e como que ambos os grupos também estão ligados às redes mais amplas, nos espaços urbanos, para além das redes sociais digitais. No caso do ESP, identificamos e analisamos algumas redes de relações institucionais<sup>117</sup> e parlamentares que envolvem o antimovimento, e entendemos que esse grupo possui uma forte rede de influência em torno do Estado, com diversas ligações partidárias e com autoridades governamentais que reforçam as propostas do antimovimento, contribuindo para o seu crescimento. Aqui, a estrutura de oportunidades políticas da esfera do Estado configura-se de maneira aberta e permeável às inserções das propostas do antimovimento no corpo parlamentar.

No caso do PCESP, como foi dito anteriormente, identificamos e analisamos a relação deste movimento com a constituição de uma rede mais ampla de movimentos sociais docentes de resistência e combate ao ESP na sociedade civil. Além disso, também vemos no PCESP a tentativa de se aproximar e de estabelecer relações de alianças com autoridades governamentais que eles consideram importantes para o movimento e para a sua causa. No entanto, diferente

---

<sup>115</sup> Cf. CASTELLS, 2013, p.16

<sup>116</sup> Ibidem, p.244

<sup>117</sup> Aqui, entendemos as relações do ESP com instituições da sociedade civil, empresas e instituições liberais especificamente, como veremos a seguir.

do ESP, a estrutura de oportunidades políticas para a influência PCESP na esfera do Estado não aparece tão favorável e vemos que o movimento não possui a mesma força política na construção dessas redes com corpos parlamentares como o ESP. No entanto, podemos perceber que o movimento não deixa de criar esforços e tentar encontrar “brechas” no sistema político para pressionar com suas pautas e propostas.

## **1.2 Surgimento e crescimento do “Escola Sem Partido” no contexto de uma “onda conservadora”**

Estruturas narrativas de uma história contada podem possuir uma linearidade temporal e uma ordenação cronológica que seguem, em geral, uma sequência de início, meio e fim. Uma estrutura narrativa, a despeito de variações importantes, possui um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* que aparece em cada história construída<sup>118</sup>. Ou seja, quando um narrador conta uma história ele tenta estabelecer uma certa coerência e continuidade por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves, que reaparecem de forma cada vez mais solidificada e estereotipada na narrativa. Segundo Pollak, isso pode ser interpretado como expressão de um trabalho de construção de identidade do sujeito, que tende, a partir do ato de narrar, a definir seu lugar social e suas relações com os outros.<sup>119</sup>

Ao analisarmos as narrativas públicas dos membros e colaboradores do “Escola Sem Partido”, percebemos que essa seleção e solidificação de acontecimentos-chaves na história do antimovimento também acontece, como forma de construção e reforço da identidade do próprio grupo e dos seus valores compartilhados. Podemos começar pela narrativa fundacional do “Escola Sem Partido” feita por Miguel Nagib.

Em uma entrevista realizada em novembro de 2011 pelo blog “Conexão Conservadora”, o advogado, ao contar como surgiu o ESP em 2004, relata uma situação que ocorreu com sua filha mais nova na escola onde estudava, em 2003, quando o seu professor de História comparou São Francisco de Assis, figura religiosa característica da história e da moral cristã católica, com Che Guevara, líder político característico da história do socialismo. No entender de Nagib, o professor não poderia ter comparado um santo católico, uma figura considerada sagrada por ele e pelos fiéis, com o que ele chama de “garoto propaganda do comunismo”. Nagib, então, afirmando que já “conhecia a peça”, porque o professor já tinha dado aula para suas outras

---

<sup>118</sup> Cf. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15

<sup>119</sup> Idem.

filhas, enfatiza que o professor atuava como um “militante” em sala de aula, que “sistematicamente promovia os valores da esquerda”.<sup>120</sup> Seguindo sua narrativa, ele diz:

“E eu achei que naquele momento eu tinha que reagir e a partir daquele momento eu não escutaria mais passivamente esse tipo de abuso da liberdade de ensinar. A Constituição garante a liberdade de ensinar do professor, mas ele não pode abusar dessa liberdade em detrimento da liberdade de aprender dos alunos, que também está garantida na Constituição. E a doutrinação ideológica em sala de aula é um claro abuso da liberdade de ensinar que o professor tem. Muito bem. Eu resolvi que deveria fazer alguma coisa contra essa situação e contra essa prática. Eu escrevi uma carta, uma carta aberta, e imprimir centenas de exemplares, uns 300 exemplares, e fui até o estacionamento da escola e distribuí uma cópia dessa carta para cada pai de aluno que chegava. Nessa carta eu denunciava essa prática, me opunha categoricamente a essa instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos que aquele professor e muitos outros professores, deste colégio onde meus filhos estudaram, praticavam. Muito bem. Fiz aquilo e aguardei para saber qual seria a resposta, qual seria a reação, não apenas do professor, mas também da escola onde minha filha estudava. E a reação me surpreendeu de forma extremamente negativa. A escola negou que aquilo estivesse acontecendo, a direção da escola negou que aquilo acontecesse no colégio. Os alunos se solidarizaram com o professor e reagiram violentamente contra às críticas que eu fazia. Eu recebi dezenas de cartas agressivas dos alunos, me xingando de tudo quanto é nome. Aí eu falei: “Bom, tem alguma coisa de muito errada nisso aí”.”<sup>121</sup>

Neste trecho, Nagib diz que tinha que tomar alguma atitude contra a “militância esquerdista” do professor, contra o que ele chama de “abuso da liberdade de ensinar em detrimento da liberdade de aprender do aluno”. Isso configuraria, para ele, uma “doutrinação ideológica” em sala de aula e uma “instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos” – e nesse momento de sua narrativa, durante a descrição dos acontecimentos, podemos perceber que o advogado procura deixar claro os princípios e os conteúdos norteadores do ESP. Essa atitude contra a “militância esquerdista” do professor, segundo o advogado, resumiu-se em escrever uma carta aberta denunciando e condenando a tal prática do professor e de outros professores do colégio, e distribuir os exemplares para os pais de outros alunos da escola.<sup>122</sup> Para sua surpresa, negativa, como enfatiza, a escola negou o que estava

<sup>120</sup> CONEXÃO CONSERVADORA. Entrevista com Miguel Nagib. *Blog Conexão Conservadora*. 01 novembro 2011. Disponível em: <http://conexaoconservadora.blogspot.com.br/2011/11/conexao-conservadora-6-miguel-nagib.html> Acesso (17/05/2017)

<sup>121</sup> Idem

<sup>122</sup> É importante dizer que esta carta de Miguel Nagib foi publicada na época (19/09/2003) no site do filósofo conservador Olavo de Carvalho que escreveu um texto introdutório intitulado “O estupro intelectual da infância”, reforçando a denúncia de Nagib e comparando o professor denunciado a um “abusador intelectual de menores”. Nesse ponto, a narrativa de Nagib sobre o professor como “estuprador intelectual dos seus alunos”, que vimos anteriormente, aproxima-se bastante da narrativa elaborada pelo filósofo já em 2003. No texto, Olavo de Carvalho diz que essa prática pode ser encontrada nos ensinamentos de Antonio Gramsci, pensador marxista que difundiu esse “método pedagógico” de “manipulação” e “doutrinação” comunista nas escolas. Cf. NAGIB, Miguel. Carta ao professor Iomar (introdução de Olavo de Carvalho com o texto “O estupro intelectual da infância”). *Google Drive*. 19 setembro 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1eHx3SNUDsK6yOntboRNOmkZ8Tz4rc-1x?usp=sharing> Acesso (20/02/2018); Aqui, é importante dizer que esta publicação foi descoberta pelo movimento “Professores Contra a Escola Sem Partido” e apresentada ao público na palestra do professor Fernando Penna no dia do lançamento da associação Movimento Educação Democrática (MED), no dia 29/06/2017, conforme destacamos acima.

acontecendo, os alunos “se solidarizaram com o professor” e voltaram-se contra o advogado de maneira “agressiva” e “violenta”.

Essa narrativa retrospectiva sobre a origem do ESP – contada e recontada em outras entrevistas e palestras da mesma maneira, com a repetição dos mesmos eventos, com a intenção de se criar um núcleo sólido de acontecimentos-chaves que marcam a história do ESP<sup>123</sup> – é moldada a dar sentido e significado aos princípios e conteúdos defendidos pelo antimovimento e às ações dos seus membros e colaboradores. Aqui, na narrativa de Nagib, o “professor de História militante esquerdista” justifica o principal alvo do ESP, que são os professores que cometem “doutrinação ideológica e política” nas escolas, de maioria “esquerdista”, segundo o próprio advogado; a negação pela direção da escola de que o professor havia cometido “doutrinação”, justifica a necessidade de criação do ESP como saída para combater diretamente a “instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos”, já que nem a própria escola se dispôs a assumir tal prática; e o fato dos alunos terem ficado ao lado do professor contra as críticas de Nagib justifica um dos principais argumentos do ESP: a de que os alunos são um “audiência cativa” em sala de aula e são “vítimas” do “sequestro intelectual” dos seus professores. Assim como no caso relatado, muitas vezes esses alunos podem sofrer da “síndrome de estocolmo”, que ocorre, nas palavras do ESP, quando “o estudante doutrinado desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva.”<sup>124</sup> Desse modo, se analisarmos as narrativas fundacionais do antimovimento, podemos encontrar diversos elementos que são as bases de construção dos valores e dos princípios do ESP. Aqui, vemos que as escolhas e as ênfases dos fatos narrados não são aleatórias, mas sim feitas de acordo com uma linha de sentido atribuída pelo próprio criador do ESP para justificar suas ações no presente.

Inspirado no *site* americano “noindoctrination.org”<sup>125</sup> – que não existe mais –, Nagib cria o *site* do ESP em 2004 como uma iniciativa “sem nenhum viés político, ideológico e

---

<sup>123</sup> Cf. NAGIB, Miguel. Palestra sobre Projeto Escola Sem Partido. *Youtube*. 31 março 2015. Publicação: Rodrigo Constantino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AmgnW6OrLCE> Acesso (17/05/2017); Cf. BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. *El País Brasil*. 25 jun. 2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html) Acesso (17/05/2017)

<sup>124</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Síndrome de Estocolmo. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo> Acesso (17/05/2017)

<sup>125</sup> “A iniciativa *No Indoctrination* surgiu da indignação de Luann Wright do *site noindoctrination.org*, ao perceber um viés crítico nos textos e nas atitudes de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como ‘tendenciosos’ sobre o racismo dos brancos contra os negros. Chama a atenção que a maior parte dos depoimentos publicados no *site*, que incluem comentários anônimos, eram ataques a professores com visões críticas ao conservadorismo”. ESPINOSA, Betty Solano; QUEIROZ, Felipe Campanuci.

partidário” para denunciar e combater a “doutrinação política e ideológica” nas escolas, desde o ensino básico ao ensino superior. Ao entrarmos no *site* nos deparamos logo com um “aviso importante”: “Esta é a página do movimento Escola Sem Partido. Para visitar a página do anteprojeto de lei contra a doutrinação nas escolas, ‘clique aqui.’”<sup>126</sup> Ao clicarmos, somos redirecionados para uma outra página, a do “Programa Escola Sem Partido”<sup>127</sup>, que contém os anteprojeto de lei municipal, estadual e federal que servem de base para os Projetos de Lei em tramitação em diversas casas legislativas do país, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, como já mencionado. Esse redirecionamento, pode ser interpretado, na leitura de Fernanda Moura, historiadora, professora de História e integrante do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), como uma tentativa de desvincular o “Escola Sem Partido” do “Programa Escola Sem Partido”.<sup>128</sup> No entanto, essa dissociação não pode ser feita, tendo em vista que as propostas e os argumentos políticos e morais que compõem os artigos dos PLs são os mesmos que fundamentam as ações do antimovimento.<sup>129</sup>

O *site*, atualmente é constituído por várias seções, cada qual com uma função específica dentro da totalidade do que é o antimovimento “Escola Sem Partido”.<sup>130</sup> Além disso, o *site* possui alguns *links* de *blogs* relacionados, que compartilham as mesmas ideias e valores do ESP: o “Tomatadas”, coordenado por Luís Lopes Diniz Filho<sup>131</sup> e o “De olho no livro didático”

---

Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017, p.50

<sup>126</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/> Acesso (17/05/2017)

<sup>127</sup> Cf. PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/> Acesso (17/05/2017)

<sup>128</sup> Cf. MOURA, Fernanda Pereira de. “*Escola Sem Partido*”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016, p. 26

<sup>129</sup> Essa tarja com o aviso, segundo o professor Fernando Penna, um dos coordenadores e integrantes do movimento PCESP, foi colocada após as críticas do PCESP ao ESP no programa “Sala Debate”, no Canal Futura, que contou com a participação do professor Fernando e do advogado Miguel Nagib, criador do “Escola Sem Partido”. Segundo Fernando, essa tarja foi colocada na tentativa de dissociar o “Escola Sem Partido” do “Programa Escola Sem Partido”, o que para ele não são separáveis, já que os Projetos de Lei resultam das propostas do ESP. Cf. PENNA, Fernando de Araújo. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola Sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 novembro 2016. Publicação: Fernando de Araujo Penna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ&t=664s> Acesso (13/10/2017)

<sup>130</sup> O *site* é dividido em: “Apresentação”; “Quem somos”; “Objetivos”, “Deveres do professor”; “Flagrando o doutrinador”; “Planeje sua denúncia”; “Conselho aos pais”; “Caso COC”; “Artigos”; “Corpo de delito”; “Defenda seu filho”; “Depoimentos”; “Doutrina da doutrinação”; “Doutrinação pelo mundo”; “Educação moral”; “O papel do governo”; “Livros didáticos”; “Mídia”; “Movimento estudantil”; “Representações ao MP”; “Síndrome de Estocolmo”; “Universidades”; “Vestibular”; e “Modelo de notificação extrajudicial”.

<sup>131</sup> Luís Lopes Diniz Filho é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR e possui doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2000). Cf. LATTES, Currículo. Luís Lopes Diniz Filho. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2132845622294374> Acesso (18/05/2017). Para saber mais: Cf. TOMATADAS. Quem sou eu. *Site*. Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/p/quem-sou-eu.html> Acesso (18/05/2017); Luís Lopes Diniz Filho aparece como um dos colaboradores do “Escola Sem Partido”. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Seminário sobre doutrinação política e ideológica em sala de aula. *Site*.

coordenado por Orley José da Silva <sup>132</sup>. O *site* também possui uma “Biblioteca politicamente incorreta”, isto é, alguns livros que são recomendados pelo ESP: “Professor não é educador” de Armindo Moreira<sup>133</sup>; “Por uma crítica da geografia crítica” de Luís Lopes Diniz Filho; “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” de Leandro Narloch<sup>134</sup>; e “Guia politicamente incorreto da América Latina” também de Narloch.

Devido à quantidade extensa de seções disponíveis no *site*, vamos destacar apenas aquelas que consideramos mais importantes para analisarmos os valores do antimovimento e suas formas de atuação, isto é, seu repertório de ação coletiva, como nos diz Tilly. Na seção “Quem somos”, o ESP afirma que existe “um exército organizado de militantes travestidos de professores” que “a pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade [...] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das aulas para impingir-lhes sua própria visão de mundo.”<sup>135</sup>. Conforme o ESP argumenta, é preciso “abrir as cortinas [das salas de aula] e deixar a luz do sol entrar, afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, ‘a little sunlight is the best disinfectant’”<sup>136</sup>.

A partir desse diagnóstico do antimovimento, os professores aparecem como “militantes travestidos” nas escolas e que se prevalecem da “cortina de segredo das aulas” para incutir aos alunos suas doutrinas e ideologias político-partidárias. Tendo em vista esses trechos, podemos dizer que o ESP delinea três aspectos que constituem as suas atuações: a definição de sua

---

21 outubro 2012. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/359-seminario-sobre-doutrinao-politica-e-ideologica-em-sala-de-aula> Acesso (18/05/2017)

<sup>132</sup> Orley José da Silva é professor na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2012), Tem formação complementar em Seminário de Midiologia Subliminar (2005) pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, IAD, Brasil, e também em Teologia (1993-95) pela Escola de Evangelismo e Preparação de Obreiros da Assembléia de Deus, EEPOAD, Brasil. Cf. LATTES, Currículo. Orley José da Silva. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9365254351357550> Acesso (18/05/2017); Orley José também aparece como um dos colaboradores do “Escola Sem Partido”. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Entrevista do Prof. Orley José da Silva ao programa Educashow. *Site*. 19 setembro 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/505-entrevista-do-prof-orley-jose-da-silva-ao-programa-educashow> Acesso (18/05/2017)

<sup>133</sup> Armindo Moreira, professor e mestre em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Salamanca, na Espanha. E professor aposentado da Universidade Estadual do Oeste (Unioeste). Cf. WURMEISTER, Fabiula. O educador usurpa uma função que é da família. *Gazeta do povo*. 07 ago. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-educador-usurpa-uma-funcao-que-e-da-familia-293fk255btxfvp15ip2ikn4ni> Acesso (18/05/2017)

<sup>134</sup> Leandro Narloch é jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi repórter de ciência e história da revista “Veja” e editor de “Aventuras da História” e “Superinteressante”. É autor dos livros “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” (Leya, 2009) e “Guia politicamente incorreto da América Latina” (Leya, 2011). É colunista do jornal “Folha de S. Paulo”. Cf. INSTITUO MILLENIUM. Leandro Narloch – Biografia. *Site*. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/recentes/leandro-narloch-biografia/> Acesso (18/05/2017)

<sup>135</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> Acesso (15/05/2017)

<sup>136</sup> Idem.

identidade, a definição do seu adversário e a definição do motivo do conflito. De um lado, os membros, colaboradores e defensores do ESP se colocam como denunciadores e combatentes da “doutrinação ideológica, política e partidária” nas escolas. De outro, estabelecem como seu adversário os “professores militantes doutrinadores” que “fazem a cabeça dos alunos”. E no centro da disputa está o próprio sentido de escola e de docência, isto é, as funções que a escola e que os professores devem desempenhar na sociedade.

Nesse ponto, não podemos deixar de destacar que essas definições de identidade, oposição e totalidade, como nos diz Touraine, tem uma íntima relação com as dimensões valorativas compartilhadas pelo grupo mobilizado. A definição de si e do outro, nessa dimensão do conflito, corresponde, simultaneamente, a julgamentos que são orientados por valores e maneiras de ser e agir no mundo social. Isso nos leva a perceber e analisar as formas como o antimovimento ESP qualifica as suas próprias representações e práticas, ao mesmo tempo que desqualifica as representações e práticas do outro, do seu adversário político.

Nesse sentido, fica claro que, como vimos nos trechos acima, na visão do ESP, é de sua responsabilidade abrir as “cortinas da sala de aula” e deixar a luz do sol entrar para “desinfetar” o espaço escolar, dando a entender que as salas de aulas estão tomadas por “bactérias” ou “insetos”, que, nesse caso, referem-se aos professores “doutrinadores”, seus principais adversários e que devem ser combatidos. É nessa desqualificação do outro que vemos o caráter do ESP como um antimovimento.

Podemos traçar algumas formas de atuação mobilizadas pelo ESP para entendermos melhor suas orientações valorativas. Na seção “Objetivos”, o antimovimento diz que o site foi criado para dar visibilidade ao problema da “doutrinação política e ideológica” nas escolas a partir dos testemunhos das próprias “vítimas”, ou seja, os alunos. Assim, foram criadas as seções “Corpo de delito” e “Depoimentos” com o intuito de registrar e reunir ao máximo o número de “provas” contra a tal prática. Utilizando o *Wayback Machine*<sup>137</sup>, podemos acessar o conteúdo da página do movimento de anos anteriores, desde 2004 até os dias atuais.<sup>138</sup> Quando o site foi criado, vemos que na seção “Corpo de delito” haviam apenas duas publicações que apareciam como “provas”. Atualmente, treze anos depois, a seção reúne vinte e três

---

<sup>137</sup> O Wayback Machine é um banco de dados digital criado pela organização sem fins lucrativos *Internet Archive* e que arquiva mais de 475 bilhões de página da World Wide Web desde 1996. O serviço proporciona aos usuários a possibilidade de visualizar versões arquivadas de páginas da Web, tal como eram no passado. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Wayback\\_Machine](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wayback_Machine). Disponível em: <https://archive.org/web/>. Acesso (18/05/2017)

<sup>138</sup> Para acessar o conteúdo de outros anos do *site* do “Escola Sem Partido”, basta entrar no *site* do Wayback Machine e colocar o endereço original <http://escolasempartido.org/>. Irá aparecer uma tela com diversas datas em que foram feitos os registros do *site*.

publicações.<sup>139</sup> Também em sua página oficial no Facebook, podemos ver que o ESP compartilha imagens e notícias de denúncias de “doutrinação” nas escolas.<sup>140</sup>

Em relação à seção “Depoimentos” no site, vemos que ela só foi criada entre agosto de 2005 e julho de 2007, não existindo desde o início. No entanto, existem depoimentos de alunos que foram recebidos desde 2004.<sup>141</sup> Nessas mensagens, os alunos denunciam seus professores de maneira anônima, algo que é estimulado e alertado pelo próprio ESP, na seção “Planeje sua denúncia”. Nesta seção podemos encontrar a seguinte mensagem:

“Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública.”<sup>142</sup>

Essa narrativa tem como objetivo orientar os alunos a seguirem as etapas necessárias para denunciarem os seus professores. Nesse trecho, podemos ver que o ESP reforça a ideia de que existe uma relação de dominação entre o professor e seus alunos, isto é, o professor como “algoz” e os alunos como “vítimas”. Isso fica claro em alguns trechos como: “esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês”; e “quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir” (grifo do autor). Desse modo, aqui, o professor aparece na descrição, de maneira generalizada, como alguém capaz de praticar algum ato de violência, no sentido simbólico e aqui também no sentido físico, contra os seus próprios alunos. Além disso, a prática da denúncia é interpretada como um “serviço de utilidade pública” dos alunos, um “bem” para outros estudantes. A questão pública, para o ESP, diferente do entendimento do movimento PCESP, como veremos no segundo capítulo, não se trata do entendimento e do diálogo compreensivo

<sup>139</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Corpo de delito. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/corpo-de-delito> Acesso (18/05/2017)

<sup>140</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial do Escola Sem Partido. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/> (18/05/2017)

<sup>141</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Depoimentos. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/depoimentos> Acesso (18/05/2017)

<sup>142</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Planeje sua denúncia. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia> Acesso (18/05/2017)



entre professores e alunos na resolução dos problemas cotidianos dentro de sala de aula, mas sim a vigilância, a delação e o conflito entre eles.<sup>143</sup>

Esses aspectos de vigilância e de denúncia de professores que são acusados como “doutrinadores” também ficam explícitos na seção chamada “Flagrando o doutrinador”. Nesta seção, que também existe no *site* desde 2004, o objetivo é “alertar” aos alunos das “estratégias de doutrinação” utilizada pelos professores. Segundo o antimovimento, foram selecionados “alguns procedimentos utilizados por esses mestres da militância” para que o aluno possa identificar e registrar o “flagra”.<sup>144</sup> De acordo com o ESP,

“Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor: se desvia freqüentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica; pressiona os alunos a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos; alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.; promove uma atmosfera de intimidação em sala de aula, não permitindo, ou desencorajando a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus.”<sup>145</sup>

Nesse trecho, podemos destacar alguns elementos que o ESP mobiliza e que nos diz muito sobre sua concepção do que é ser professor e de como o mesmo deve atuar dentro de sala de aula. O primeiro elemento é novamente a referência à relação de dominação que existe dentro de sala de aula, isto é, a figura do professor como alguém “pressiona” os alunos a adotarem seus pontos de vista, que “alicia” os alunos, e que “promove uma atmosfera de intimidação” em sala de aula. Esses adjetivos mobilizados pelo ESP carregam uma conotação negativa da imagem do professor, reforçando as desqualificações que tratamos anteriormente, do professor como um “sequestrador e estuprador intelectual”, como “manipulador”, como alguém que comete um ato de violência física e simbólica contra os seus alunos, ou seja, como um criminoso.

O segundo elemento a ser enfatizado já demonstra o entendimento do ESP sobre o que eles consideram “doutrinação política e ideológica”. Aqui, o professor é considerado “doutrinador”: por fazer seleções de livros e autores identificados com alguma corrente

<sup>143</sup> O PL867/2015 “Programa Escola Sem Partido” visa instituir um canal de denúncia dos professores pelos alunos. Isso fica claro no Art.7º: As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato. Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade. Cf. LUCAS, Izalci. PL 867/2015 “Programa Escola Sem Partido”. *Câmara dos Deputados*. 23 março 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso (10/02/2018)

<sup>144</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Flagrando o doutrinador. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador> Acesso (18/05/2017)

<sup>145</sup> Idem

ideológica para preparar suas aulas; por tratar de questões políticas do cenário nacional e internacional; e incentivar os alunos a participarem de manifestações públicas e passeatas nas ruas, ou seja, incentivar os alunos de participarem na vida política da cidade. Nesse ponto, o ESP defende que o professor precisa se ater somente ao conteúdo da matéria e se manter “neutro” ao dar a sua aula. Aqui, a defesa da “neutralidade ideológica e política” do professor em sala de aula passa a ser um dos principais argumentos mobilizados pelo antimovimento.

Nesse sentido, vale frisar que o ESP afirma que o professor não possui e não deve ter liberdade de expressão dentro de sala, mas sim que possui liberdade de ensinar ou liberdade de cátedra. Segundo Miguel Nagib, há uma distinção entre as duas liberdades. A liberdade de expressão é a “liberdade que o indivíduo tem de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto”, ou seja, suas opiniões relativas aos assuntos cotidianos da vida pública. Já a liberdade de ensinar ou de cátedra, é a liberdade que o professor tem para tratar apenas do conteúdo de sua disciplina e nada além disso. Portanto, segundo o ESP, já que os alunos são uma “audiência cativa” dentro de sala de aula e são obrigados a estar ali, o professor não pode se expressar e emitir suas opiniões sobre temas que estão fora do domínio da sua disciplina, sob o risco de ser acusado como “doutrinador”.<sup>146</sup>

Além do estímulo às práticas de denúncias de professores pelos seus alunos, o ESP também preparou um “modelo de notificação extrajudicial” para ser usado como uma “arma das famílias contra a doutrinação nas escolas”<sup>147</sup>. Aqui, essa notificação extrajudicial pode ser entendida como forma de orientar os pais dos alunos para que possam ter um maior controle e uma interferência direta na conduta dos professores em sala de aula. Essa notificação funcionaria como um dispositivo de pressão e vigilância dos professores por parte também dos pais e responsáveis pelos alunos, algo que pode ser interpretado como um aviso para o professor parar de “doutrinar” seus filhos, antes de abrirem um processo no Ministério Público, caso for necessário.

Desse modo, como nos diz o autor Henrique Estrada Rodrigues, o ESP, como extensão natural do seu criador, aparece como uma “escola da judicialização”, que tem como pretensão levar o caráter da “denúncia”, do “flagra”, dos “processos”, dos “abusos”, das “vítimas”, da

---

<sup>146</sup> Cf. NAGIB, Miguel. Liberdade de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão. *Consultor Jurídico*. 24 junho 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao> Acesso (18/05/2017)

<sup>147</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Modelo de notificação extrajudicial. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas> Acesso (18/05/2017)

criação de “provas”, para dentro do âmbito escolar e para as salas de aula.<sup>148</sup> Mediante provocação e estímulo de pais e alunos, visa instaurar o judiciário como instância de controle e de tomadas de decisão sobre políticas educacionais, conteúdos escolares e comportamento docente. É a judicialização das relações entre professores e alunos, entre pais e a comunidade escolar, estimulando a desconfiança e a culpa entre os sujeitos.<sup>149</sup>

A última seção que podemos destacar chama-se “Deveres do professor” e nela o ESP apresenta um cartaz contendo seis procedimentos que os professores terão de cumprir para não cometerem “doutrinação ideológica” nas suas aulas, caso seus PLs sejam aprovados.<sup>150</sup> Segundo o ESP, é necessário a afixação desse cartaz nas escolas para que os alunos tenham consciência de que sua “liberdade de aprender” pode estar sendo “colocada em risco” e “cerceada” pelo professor no momento da “doutrinação”.<sup>151</sup> Para o ESP, “só um estudante consciente dos seus direitos poderá defendê-los contra a ação abusiva de professores militantes”.<sup>152</sup> Os deveres são:

“1) O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. 2) O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. 3) O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. 4) Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. 5) O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. 6) O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.”<sup>153</sup>

<sup>148</sup> RODRIGUES, Henrique Estrada. “Escola Sem Partido”: a escola do nosso tempo?. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016, p.238

<sup>149</sup> *Ibidem*, p.239-241

<sup>150</sup> Vale dizer que esta seção não existe no site desde 2004, mas foi criada entre agosto de 2005 e julho de 2007 e se chamava “Campanha do Cartaz Antidoutrinação”. Pelo Wayback Machine, a primeira captura de tela desta seção data de 21 de julho de 2007. Antes disso temos uma captura de tela de 31 de agosto de 2005 e podemos perceber que esta seção não existia ainda. De 2007 até os dias atuais, o cartaz sofreu diferentes modificações. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Campanha do Cartaz Antidoutrinação. *Google Drive*. 21 julho 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/19BSDtsYFqC5rPW5YDdvjWayZ43wEfN0n?usp=sharing> Acesso (16/04/2018)

<sup>151</sup> Os PLs do “Escola Sem Partido” em tramitação pretendem tornar obrigatório a afixação desse cartaz nas sala de aula. Aqui, os membros e defensores do ESP argumentam que esses deveres do professor já existem na Constituição Federal e na Convenção Americana de Direitos Humanos, e que os Projetos de Lei estão sendo criados para “informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não serem doutrinados e manipulados por seus professores.” Como veremos no segundo capítulo, movimentos de oposição como PCESP problematizam esse argumento e afirmam que os anteprojetos e os PLs do ESP são interpretações da Constituição Federal e que alguns dispositivos constitucionais foram alterados. Cf. PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. O que é o Programa Escola Sem Partido? *Site*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/faq> Acesso (10/02/2018)

<sup>152</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Deveres do professor. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/deveres-do-professor> Acesso (18/05/2017)

<sup>153</sup> *Idem*

Conforme o ESP argumenta, esses “deveres” foram elaborados para “disseminar o conhecimento sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente e vacinar os alunos contra a doutrinação”.<sup>154</sup> No entanto, podemos perceber que os itens apontados expressam mais um caráter restritivo da atividade docente do que propositivo, isto é, versa mais sobre o que o professor “não deve fazer” do que ele “deve fazer”. Aqui, novamente, também vemos o pressuposto de que o professor é um “aproveitador” da “audiência cativa” dos seus alunos, que os “prejudica” e os “constrange”.

Nesse cartaz podemos ver também um argumento que passou a ser cada vez mais forte entre os membros, colaboradores e defensores do ESP: “o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Esse argumento é baseado, segundo o ESP, no Artigo 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos, do qual o Brasil faz parte<sup>155</sup>, e reforça uma das ideias e concepções principais do ESP: a de que o professor não é educador, isto é, de que apenas a família, a igreja e a sociedade educam e a escola apenas instrui e transmite conhecimento aos alunos.<sup>156</sup> Em um debate sobre essa questão em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, o advogado Miguel Nagib tem a seguinte resposta:

“O senhor falou sobre moral cristã, quem é que decide, o que é moral, o que está de acordo com a moral cristã e o que não está certamente não é o burocrata. Burocrata não faz sermão! Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma. Mas ele não faz sermão, quem faz sermão é padre! Quem diz o que é moral ou imoral, é o padre, é o pastor, é o pai e a mãe! Não é o funcionário público! O funcionário público só faz aquilo que a lei determina! E a lei brasileira, a legislação brasileira, não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui um código moral são as religiões. Então essa é a diferença. Burocrata não faz sermão, o burocrata aplica a lei,

<sup>154</sup> Segundo o ESP, os professores não precisam esperar a aprovação do PL para adotar o cartaz com os “Deveres do Professor”. Segundo o *site*: “se você é professor e defende uma escola sem partido, mande fazer um cartaz como esse e coloque na sala durante suas aulas”. Outra estratégia utilizada pelos membros do ESP é baixar o “Programa Escola Sem Partido” por meio decretos municipais e estaduais, direcionados às escolas públicas. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Nenhum professor precisa esperar a aprovação do Projeto Escola sem Partido para adotar o cartaz com os Deveres do Professor. *Site*. 27 maio 2017. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/655-nenhum-professor-precisa-esperar-a-aprovacao-do-projeto-escola-sem-partido-para-adotar-o-cartaz-com-os-deveres-do-professor> Acesso (13/10/2017); Cf. PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Minuta de Decreto Municipal. *Site*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/decreto-municipal> Acesso (10/02/2018); Cf. PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Minuta de Decreto Estadual. *Site*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/minuta-de-decreto-estadual> Acesso (10/02/2018)

<sup>155</sup> Cf. NAGIB, Miguel; SILVA, Luiz Carlos Faria da. Direitos dos pais ou do Estado?. *Folha de São Paulo*, 30 jan. 2011. Disponível em: <http://escolasempartido.org/66-direito-dos-pais-ou-do-estado> Acesso (18/05/2017)

<sup>156</sup> Essa ideia tem como principal referência teórica o livro citado anteriormente “O professor não é educador”, de Armindo Moreira. Segundo o autor, “o educador usurpa uma função que é da família” e que “um dos males da sociedade” advém da confusão entre educação e instrução na função do professor. Desse modo, seria necessário separar e dissociar essas duas dimensões da profissão do professor, reservando para o mesmo apenas a tarefa de instrução dos alunos. Cf. WURMEISTER, Fabiula. O educador usurpa uma função que é da família. *Gazeta do povo*. 07 ago. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-educador-usurpa-uma-funcao-que-e-da-familia-293fk255btxfvp15ip2ikn4ni> Acesso (18/05/2017)

e o professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que foi escrito e foi aprovada pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer, aos filhos dos outros, o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o ponto.”<sup>157</sup>

Neste trecho, podemos ver que Nagib reafirma essa dicotomia entre família/igreja e escola por meio da diferenciação estabelecida entre as funções do pai, da mãe, do padre e do pastor, que seria a de decidir o que é moral ou imoral, o que é certo e o que errado, e a função do professor, visto como um burocrata, aquele que apenas aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma e transmite o conteúdo do currículo específico de sua disciplina, que foi elaborado e aprovado pelas “autoridades competentes”. Aqui, a diferenciação entre a função do professor e da escola e a função da família e da igreja fica clara. Nessa concepção, a escola e o professor aparecem como se estivessem isolados das questões morais e dos problemas sociais vividos na realidade presente, o que reforça a ideia de que o professor não pode tratar de questões políticas do cenário nacional e internacional, de que ele deve ser “neutro” e de que ele não usufrui de liberdade de expressão em sala de aula. Aqui, tendo como base as reflexões de Henry Giroux, teórico da educação, podemos perceber que o ESP aproxima-se de uma visão tradicionalista da escola, como simplesmente locais de instrução, ignorando que as mesmas são também locais políticos e culturais onde transitam questões referentes às relações entre conhecimento, poder e dominação, que marcam as relações entre sujeitos e grupos na sociedade.<sup>158</sup> Além disso, nessa lógica, os professores são reduzidos ao *status* de técnicos especializados dentro de uma burocracia escolar, cujo papel é apenas de implementar e executar programas curriculares e procedimentos de conteúdo predeterminados.<sup>159</sup> Caso o professor aja de maneira contrária a essas sentenças, corre o risco de cometer “doutrinação política e ideológica”. Esses argumentos e o argumento da educação moral e religiosa dos pais ganham mais força, principalmente, a partir das discussões atuais sobre as questões de gênero na escola, como veremos a seguir.

Desse modo, para entendermos essas concepções e os posicionamentos de controle e vigilância do ESP em relação ao trabalho dos professores nas escolas, podemos ver na seção “Artigos”<sup>160</sup> a publicação de alguns textos que servem de fundamentação teórica para a defesa

<sup>157</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 14 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo>. Acesso (13/10/2017)

<sup>158</sup> Cf. GIROUX, Henri. Os professores como intelectuais transformadores. In: *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997, p. 25-26

<sup>159</sup> GIROUX, 1997, p.158-160

<sup>160</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Artigos. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos> Acesso (18/05/2017)

das propostas e argumentações do antimovimento e que revelam a origem dos seus valores mobilizados. São muitos textos publicados de diferentes autores, mas vale destacar que, nas primeiras publicações de 2004, um autor chamado Nelson Lehmann da Silva<sup>161</sup> aparece como uma das referências principais que influenciou as ideias do ESP, ao lado também do filósofo Olavo de Carvalho<sup>162</sup>, com diversos textos publicados, e que já vimos que possui estreitas relações com Nagib.

Nelson Lehmann possui alguns textos com os seguintes títulos publicados no site: “A doutrinação ideológica nas escolas”, “A posição do MEC”, “Ensinar x doutrinar: vícios da educação escolar para a cidadania”, “Como se faz a doutrinação” e “Escola sem partido?”.<sup>163</sup> Vale destacar que o autor é considerado “pioneiro na luta contra a doutrinação ideológica nas escolas, grande incentivador do *EscolasemPartido.org*”, segundo o próprio ESP<sup>164</sup>. Lehmann da Silva, nesses textos, afirma que tanto o ensino básico quanto o ensino superior, estão “contaminados de conceitos marxistas” e que a “rede pública de ensino está sob controle de docentes sindicalistas, militantes partidários”<sup>165</sup>. Para ele, a “ideologia marxista” difundiu-se, generalizou-se e encontrou consensos em todo meio educacional a tal ponto que,

“Hoje, o ‘politicamente correto’ proíbe a menor menção vexatória a religiões, culturas, raças, opções sexuais. Mas não se observa o menor escrúpulo em ridicularizar lideranças políticas e autores que não rezem segundo a cartilha esquerdizante. Os métodos de constrangimento vão do sorriso condescendente à perda de pontos por resposta ideologicamente discordante da do respectivo professor. No discurso se propaga a intenção de ‘formar o cidadão crítico’; na verdade a crítica já é dada pronta, pré-fabricada.”<sup>166</sup>

<sup>161</sup> Nelson Lehmann da Silva foi professor dos departamentos de História e de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UNB) e foi diretor-executivo do Instituto Liberal de Brasília. É autor do livro “A Religião Civil do Estado Moderno”, Thesaurus, Brasília, 1985.

<sup>162</sup> Olavo Luiz Pimentel de Carvalho é um escritor, conferencista, ensaísta, jornalista e filósofo brasileiro. É um dos principais nomes que possui um discurso e um posicionamento conservador, de matriz religiosa cristã católica, no Brasil atualmente.

<sup>163</sup> Alguns desses textos não se encontram mais no site atual, só podendo ser acessados através do *Wayback Machine*. Esses textos são: “A posição do MEC”, “Ensinar x doutrinar: vícios da educação escolar para a cidadania” e “Como se faz a doutrinação”. Ao acessarmos esses textos através do *Wayback Machine* somos redirecionados para um site chamado “O indivíduo” no qual Nelson Lehmann participou como articulista convidado. Os textos publicados datam de maio e junho de 2002. Ou seja, antes da criação do movimento ESP. No entanto, esse site não existe mais, podendo ser acessado apenas pelo *Wayback Machine*. Basta colocar o endereço original do site [www.oindividuo.com](http://www.oindividuo.com) no banco de dados, clicar em uma das data no final do ano de 2002, e depois clicar na seção “Convidados”. Cf. SILVA, Nelson Lehmann da. Textos Nelson Lehmann da Silva. *Google Drive*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--WGV4QWw5eW1yTFU?usp=sharing> Acesso (10/02/2018)

<sup>164</sup> Cf. SILVA, Nelson Lehmann da. A doutrinação ideológica nas escolas. Site “*Escola Sem Partido*”. 23 setembro 2004. (Atualização em 2011). Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/173-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas> Acesso (18/05/2017)

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Idem.

A partir dessas afirmações, percebemos a origem de alguns princípios e argumentos que são mobilizados atualmente pelo ESP: posicionamentos contra o “politicamente correto” (lembrando que no site existe uma biblioteca “politicamente incorreta”) que, segundo o autor, “proíbe” as pessoas de fazerem menções vexatórias e ofenderem outras culturas, religiões e opções sexuais; a ideia de que os professores utilizam “métodos de constrangimento” e fazem “retaliações” aos alunos que discordam das suas ideias; e o argumento de que a formação de um cidadão crítico é falsa e que na verdade o que existe é uma “doutrinação marxista e comunista” que já é pronta, pré-fabricada. Desse modo, por meio deste texto e do texto do Olavo de Carvalho que vimos anteriormente, podemos dizer que os valores, princípios e argumentos que orientam as ações do ESP são bem anteriores à fundação do mesmo.

Sobre essa questão da “doutrinação ideológica comunista-marxista”, que é frequente no anticomunismo, vale destacar também que entre os anos de 2007/2008 na seção “Livros didáticos”, o ESP compartilhou dois textos do jornalista Ali Kamel <sup>167</sup> publicados no jornal “O Globo” com os títulos de “O que ensinam às nossas crianças”<sup>168</sup> e “Livro didático e propaganda política”<sup>169</sup>, nos quais o autor analisa o livro didático “Nova História Crítica” de Mario Schimidt e faz duras críticas ao conteúdo do livro, afirmando ser um exemplo de “doutrinação política e ideológica esquerdista-marxista” nas escolas.<sup>170</sup> Na época, o MEC tinha distribuído esse livro didático nas escolas públicas, e, na seção “O papel do governo”, o ESP compartilhou o texto “Esquerdopata, esquerdocínico ou esquerdista? Ou os três?” do autor Reinaldo Azevedo<sup>171</sup> publicado na revista “Veja” em outubro de 2007<sup>172</sup>, no qual comentava a polêmica sobre o livro didático e argumentava que o governo, na época o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) tendo como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, era responsável pela “doutrinação política e

---

<sup>167</sup> Ali Kamel é um jornalista brasileiro, atual Diretor Geral de Jornalismo e Esportes da Rede Globo.

<sup>168</sup> Cf. KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. *O Globo*. 18 setembro 2007. Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/artigos/que-ensinam-nossas-criancas.php> Acesso (18/05/2017)

<sup>169</sup> Cf. KAMEL, Ali. Livro didático e propaganda política. *O Globo*. 02 outubro 2007. Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/artigos/livro-didatico-propaganda-politica.php> Acesso (18/05/2017).

<sup>170</sup> Cf. MOURA, Fernanda Pereira de. “*Escola Sem Partido*”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016. p. 27

<sup>171</sup> José Reinaldo Azevedo e Silva é um jornalista político brasileiro, colunista no jornal Folha de S.Paulo e atua como comentarista do telejornal “RedeTV! News”, da “RedeTV!”. Foi articulista da revista “Veja” até 7 de outubro de 2009.

<sup>172</sup> Cf. AZEVEDO, Reinaldo. Esquerdopata, esquerdocínio ou esquerdista? Ou os três? *Veja*. 02 outubro 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/esquerdopata-esquerdocinico-ou-esquerdista-ou-os-tres/> Acesso (18/05/2017)

ideológica”, algo que já marca o caráter antipetista do antimovimento, como veremos mais claramente a seguir.<sup>173</sup>

Ao lado da questão da “doutrinação política e ideológica esquerdista” nas escolas, as questões da educação moral e dos direitos dos pais passaram a ser temas de debate no ESP a partir do final de 2008 e início de 2009. Nesse período, o ESP publicou dois textos em seu *site*: “Protejam suas crianças do molestamento do Estado”<sup>174</sup> e “Esquerdopatia sensual e escolhas morais”<sup>175</sup>, ambos publicados originalmente na revista “Veja” em novembro de 2008 também pelo jornalista Reinaldo Azevedo. Nesses textos, o autor faz duras críticas ao projeto de educação sexual produzido pelo Ministério da Saúde na época do governo do PT, por meio do programa “Saúde e Prevenção nas Escolas” que deveria ser aplicado nas escolas da rede pública do país.<sup>176</sup> Segundo o autor, o material didático distribuído era “pornográfico” e “pervertido”, e incitava o sexo entre crianças de 12 e 13 anos de idade.

Além disso, em 2011 houve uma polêmica envolvendo um kit de combate a homofobia nas escolas financiado pelo MEC que tinha como nome “Escola Sem Homofobia”<sup>177</sup> e que fazia parte do programa “Brasil Sem Homofobia” lançado pelo governo federal em 2004, com o intuito de combater a violência e o preconceito contra os grupos LGBT (compostos por transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos) e contribuir para a formação de educadores para tratar de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade nas escolas.<sup>178</sup> Pejorativamente chamado pelos opositores e críticos de “kit gay”, os setores conservadores do parlamento (principalmente o setor fundamentalista religioso cristão), sob os argumentos de

<sup>173</sup> Em 2008, no lançamento do livro “O país dos petralhas” do jornalista Reinaldo Azevedo, estavam presentes Miguel Nagib, Nelson Lehmann da Silva e Braúlio Porto de Matos, três membros do “Escola Sem Partido”. Cf. MAIER, Félix. O País dos Petralhas: Sucesso do Lançamento do Livro em Brasília. *Webartigos*. 29 outubro 2008. Disponível em: <http://webartigos.com/artigos/o-pais-dos-petralhas-sucesso-do-lancamento-do-livro-em-brasilia/10626> Acesso (10/07/2017)

<sup>174</sup> Cf. AZEVEDO, Reinaldo. Projetam suas crianças do molestamento do Estado. *Veja*. 26 novembro 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/protejam-suas-criancas-do-molestamento-do-estado/> Acesso (18/05/2017)

<sup>175</sup> Cf. AZEVEDO, Reinaldo. Esquerdopatia sensual e escolhas morais. *Veja*. 27 novembro 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/ainda-sexo-2-esquerdopatia-sensual-e-escolhas-morais/> Acesso (18/05/2017)

<sup>176</sup> Cf. PORTAL MEC. *Projeto de Saúde e Prevenção nas escolas (SPE)*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe> Acesso (18/05/2017);

<sup>177</sup> Cf. BRASIL. Caderno Escola Sem Homofobia. *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://www.acaeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>

<sup>178</sup> Cf. BRASIL. Brasil Sem Homofobia. *Ministério da Saúde*. 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) Acesso (18/05/2017)



que o kit “estimulava o homossexualismo e a promiscuidade” ao “impor a ideologia de gênero”, pressionaram o governo federal a suspender o projeto, e conseguiram.<sup>179</sup>

No contexto dessa polêmica, o ESP cria uma nova seção em 2011 chamada “Educação Moral: direito dos pais” que tem como objetivo publicar artigos, denúncias, depoimentos e reportagens relacionadas à qualquer prática que afete, no entendimento do antinascimento, a educação moral que os pais dão a seus filhos.<sup>180</sup> Nesta seção, uma das suas primeiras publicações é o texto “Kit gay nas escolas: um escândalo muito pior que o mensalão”, do Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz.<sup>181</sup> Nesse texto, o autor ataca o governo federal da presidente Dilma Rousseff dizendo que tratar das questões de gênero, sexualidade e homofobia nas escolas era “corromper as crianças, os adolescentes e as famílias”, famílias essas que compartilham a tradição da moralidade cristã.<sup>182</sup> A partir de então, a questão da “ideologia de gênero” é incorporada como pauta do ESP e passou a ser um dos principais alvos de denúncia e condenação do antinascimento, o que o fez crescer e ganhar apoios ainda mais nos setores conservadores da sociedade.<sup>183</sup>

Em 2014, o ESP também acompanhou de perto outra polêmica sobre a questão de gênero e sexualidade nas escolas, agora em torno dos debates sobre o “Plano Nacional de Educação” (PNE), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.<sup>184</sup> Nesse contexto, diversos grupos e setores conservadores dentro e fora do

---

<sup>179</sup> Cf. SOARES, Wellington. Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011. *Nova Escola*. 01 fevereiro 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> Acesso (18/05/2017); Cf. LEÃO, Naiara. Veja vídeos do kit anti-homofobia do MEC. *Último segundo*. 19 maio 2011 Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/veja-videos-do-kit-antihomofobia-do-mec/n1596964952707.html> Acesso (18/05/2017)

<sup>180</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Educação Moral. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/educacao-moral> Acesso (18/05/2017)

<sup>181</sup> Luiz Carlos Lodi da Cruz é formado no Seminário Maior São José, Rio de Janeiro – RJ (1992) e é presidente do Movimento Pró-Vida, Anápolis – GO. Em 2005 envolveu-se em uma polêmica na qual proibiu uma jovem de realizar o aborto de um feto que havia sido diagnosticado com síndrome que impede vida fora do útero. Em 2016, o STJ condenou o padre a pagar uma indenização de R\$ 60 mil para a família, que tinha entrado com uma ação por danos morais. Cf. VELASCO, Murilo. STJ condena padre por impedir mulher de fazer aborto em Goiás. *Gl*. 24 outubro 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/10/stj-condena-padre-por-impedir-mulher-de-fazer-aborto-em-goias.html> Acesso (18/05/2017)

<sup>182</sup> Cf. CRUZ, Pe. Luiz Carlos Lodi da. Kit gay nas escolas: um escândalo muito pior que o mensalão. *Google Drive*. Publicado em 13 junho 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--NnVyMDdRbzFLb2M?usp=sharing> Acesso (18/05/2017)

<sup>183</sup> Cf. MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016, p. 595 – 596; Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. “Investigando o Escola Sem Partido (4/5) – palestra com o prof. Dr. Fernando Penna. *Youtube*. 26 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UG5feB3w7wA> Acesso (18/05/2017); Cf. MOURA, Fernanda Pereira de. “Escola Sem Partido”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016, p.27-28

<sup>184</sup> Cf. PORTAL MEC. Planos de Educação. *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao> Acesso (10/02/2018)

parlamento se posicionaram contra as iniciativas que tratavam de igualdade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade nas escolas, e que estava entre uma das metas do PNE. No caso em questão, assim como o kit de combate à homofobia, esse grupos pressionaram o governo para que o texto fosse vetado, e novamente conseguiram. O texto vetado colocava como meta “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. O PNE aprovado não faz nenhuma menção às duas últimas questões delegando para os estados e municípios a decisão de incluí-las ou não em seus planos.<sup>185</sup>

No contexto dessa discussão, o ESP publicou um texto em abril de 2014 escrito pelo autor José Maria e Silva<sup>186</sup>, intitulado “Plano Nacional de Educação irá aprofundar a doutrinação no ensino”, que diz que “o Plano Nacional de Educação não passa de uma absurda colcha de retalhos, que carregou para dentro de si os particularismos dos mais diversos guetos ideológicos, que nada têm a ver com a sociedade brasileira, muito menos com a sala de aula.”<sup>187</sup> No entendimento do autor, esses “guetos ideológicos” nada mais são do que os grupos ligados aos movimentos LGBTs, movimentos negros e movimentos feministas, que reivindicam igualdade de gênero, de raça e os debates sobre essas questões na escola.

Essa discussão, sobre a questão de gênero no PNE, repercutiu de forma direta nos princípios e conteúdos propostos pelo ESP. O item cinco do cartaz “Deveres do Professor” que destacamos anteriormente, que trata do respeito à educação moral e religiosa que os pais dão a seus filhos, não existia até maio/junho de 2014. Foi somente a partir do contexto dessa discussão em torno do PNE que o ESP adicionou este item ao cartaz. No entanto, na primeira vez que ele apareceu, a frase estava formulada de outra forma: “O professor deverá abster-se de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas

---

<sup>185</sup> Cf. MUNDIM, Isabelle. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? *Uol Educação*. 11 agosto 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm> Acesso (10/02/2018); Cf. CARVALHO, Milena. Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. 26 dezembro 2015. *Ultimo Segundo IG*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html> Acesso (10/02/2018)

<sup>186</sup> José Maria e Silva é jornalista e sociólogo, possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. José participou como palestrante no 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas no dia 24 de julho de 2014, ao lado de figuras como Miguel Nagib, Bráulio Porto de Matos, Luís Diniz Filho e Olavo de Carvalho. Cf. CONGRESSO. 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. *Eventials*. 24 julho 2014. Disponível em: <https://www.eventials.com/escolasempartido/congresso/#t=1h45m35s> Acesso (10/02/2018)

<sup>187</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Plano nacional de educação irá aprofundar doutrinação no ensino. *Site*. 14 abril 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/470-plano-nacional-de-educacao-ira-aprofundar-doutrinacao-no-ensino> Acesso (10/02/2018)

ou morais dos estudantes ou de seus pais.”<sup>188</sup> Aqui, vemos que os argumentos da educação moral e dos direitos dos pais aparecem de maneira impositiva, como uma forma de controle e cerceamento do debate a cerca das questões de gênero e sexualidade em sala de aula. Nesse “dever” o antinovimento afirma que o professor deve “abster-se” de tratar de tais conteúdos, já que o mesmo entra em conflito com a educação moral e religiosa que os pais dão a seus filhos. Devido às intensas críticas da oposição, o ESP fez algumas alterações nesse quinto argumento do cartaz e atualmente encontra-se da maneira que tratamos acima, isto é, retirou-se a frase “o professor deverá abster-se...” que foi substituída por “o professor respeitará...”. No entanto, a ideia de que a educação moral dos pais prevalece sobre a educação escolar ainda continua.

Em fevereiro de 2017, o próprio Nagib, em uma entrevista realizada pelo *site* “Huffpost Brasil”, deixou claro que temas como homofobia e violência contra mulher não devem ser abordados em sala de aula, e sim na televisão, através da propaganda estatal. Segundo ele, “[...] o cartaz de uma menina dando beijo na boca de outra menina, você mostra e vai naturalizando o comportamento homossexual. Se a escola está fazendo isso, viola o direito do pai.”<sup>189</sup> E segue afirmando o motivo de ser contra o debate dessas questões em sala de aula e deixando explícito a origem política, moral e religiosa dos seus posicionamentos:

“Se fosse comigo, católico e conservador, se eu vejo que meu filho participou de uma aula como aquela, foi levado a produzir aquele cartaz, eu processo o professor. Não penso duas vezes porque sinto que está violando o meu direito de definir qual é a formação moral dos meus filhos.”<sup>190</sup>

Sobre o cartaz a que Miguel Nagib se refere, podemos destacar a sua fala na audiência pública sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido no dia 14/02/2017, em que condena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por ter criado um concurso de cartazes que visa combater a homo-lesbo-transfobia na sociedade. Esses cartazes foram feitos por alunos do ensino fundamental e médio. Na sua apresentação durante a audiência Nagib mostra alguns dos cartazes feitos e, pelo fato dos cartazes mostrarem diferentes configurações de famílias e de relações homoafetivas, o

<sup>188</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Cartaz “Deveres do Professor” (Print do site oficial “Escola Sem Partido”). *Google Drive*. Junho de 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl-UzAzM2ZnUHgwbGM?usp=sharing> Acesso (10/02/2018)

<sup>189</sup> FERNANDES, Marcela. Homofobia não é assunto de sala de aula, defende fundador da Escola sem Partido. *Huffpost Brasil*. 24 fevereiro 2017. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2017/02/24/homofobia-nao-e-assunto-de-sala-de-aula-defende-fundador-da-es\\_a\\_21721269/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/02/24/homofobia-nao-e-assunto-de-sala-de-aula-defende-fundador-da-es_a_21721269/) Acesso (18/05/2017)

<sup>190</sup> Idem.

advogado diz que há pais que não concordam com essas relações, que estão no direito deles de não concordarem e novamente condena os professores que abordam esses temas nas escolas.<sup>191</sup>

Feita essa apresentação das propostas e argumentações do “Escola Sem Partido”, vemos que o antinascimento tem como alvos principais de denúncia e combate duas práticas que, segundo o ESP, estão “contaminando” as escolas brasileiras atuais: “a doutrinação política e ideológica esquerdista-comunista” e a “ideologia de gênero”<sup>192</sup>. O antinascimento, assim, atua tanto na dimensão política quanto na dimensão moral e que, a nosso ver, não podem ser dissociadas, já que estão intimamente entrelaçadas e se complementam nas narrativas públicas dos membros e dos defensores do ESP.

Para entendermos melhor os princípios políticos e morais do ESP e como esse antinascimento cresceu e avançou a partir de 2014 a ponto de se transformar em diversos Projetos de Lei, precisamos historicizá-lo e realizar uma contextualização mais aprofundada dos conflitos políticos, sociais e culturais do Brasil atual, marcado por uma intensa crise política e por um golpe parlamentar.

Como vimos, o ESP não está sozinho quando defende que existe uma “doutrinação política e ideológica marxista” nas escolas e quando se coloca contra a discussão de temas relacionados ao gênero e à sexualidade em sala de aula. Existe uma ressonância muito grande quando os membros e colaboradores do ESP se posicionam contra as tais práticas de “doutrinação” nas redes sociais, nas palestras, nas entrevistas e nas audiências públicas. O respaldo existe e não é fraco. Vários sujeitos e grupos compartilham das mesmas ideias políticas e dos mesmos valores morais que o antinascimento e reproduzem argumentos similares em diversos espaços públicos. Nesse ponto, vale aprofundar a análise de quem são esses sujeitos e grupos, e identificar que ideias e valores eles possuem e compartilham.

---

<sup>191</sup> Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 14 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo>. Acesso (18/05/2017)

<sup>192</sup> Na página oficial do “Escola Sem Partido” e de outras páginas simpáticas ao mesmo no Facebook podemos encontrar alguns *memes* produzidos que reforçam as críticas e os posicionamentos contrários ao PT, aos movimentos sociais e às discussões de gênero nas escolas pelos membros e defensores do ESP. Esses *memes* são produzidos com o intuito de desqualificar a imagem do outro a partir de representações negativas e generalizantes, o que ressalta ainda mais seu caráter de antinascimento social. Alguns desses *memes* são analisados de maneira crítica pelos membros do PCESP em seus argumentos, como veremos no capítulo seguinte. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. *Memes do Escola Sem Partido*. *Google Drive*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1I89XOCQVgCwjM4maXBq8wxc813hnzxZ?usp=sharing> Acesso (10/02/2018)

Em outubro de 2014 foi publicado um artigo na *Folha de São Paulo* com o título de “A onda conservadora”, do autor Guilherme Boulos<sup>193</sup>. Nesse artigo Boulos faz um diagnóstico da eleição do Congresso Nacional que acabara de acontecer. Segundo ele:

“O último domingo revelou eleitoralmente um fenômeno que já se observava ao menos desde 2013 na política brasileira: a ascensão de uma onda conservadora. Conservadora não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita”.<sup>194</sup>

Afirmando que o período democrático brasileiro recente talvez tenha elegido um dos Congressos mais “atrasados” de sua história, Boulos faz um breve apanhado dos perfis sociais dos deputados eleitos e afirma que a “bancada da bala”, ou seja, constituída por policiais, delegados, coronéis, militares em geral, e os religiosos fundamentalistas cristãos (que constituem os setores mais conservadores da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana na Câmara dos Deputados) tiveram votações expressivas em vários estados do país. Deputados como Jair Bolsonaro<sup>195</sup>, do Rio de Janeiro, que na época foi eleito pelo Partido Progressista (PP-RJ) mas que desde 2016 é filiado ao Partido Social Cristão (PSC), Delegado Waldir<sup>196</sup> eleito pelo Partido Republicano (PR-GO), e o pastor Marco Feliciano<sup>197</sup> também do Partido Social Cristão (PSC-SP) foram alguns dos nomes que ocuparam vagas no Congresso. Essas figuras políticas, juntamente com outras, já se envolveram em algumas polêmicas nas quais pronunciaram discursos denunciados como racistas, homofóbicos, de apologia ao estupro e de caráter extremista.

<sup>193</sup> Cf. BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

<sup>194</sup> Ibidem, p.29

<sup>195</sup> Jair Messias Bolsonaro é um militar da reserva do Exército e deputado federal brasileiro conhecido por suas posições nacionalistas e conservadoras, por suas críticas ao comunismo e à esquerda. Também é conhecido por defender a ditadura militar e por considerar a tortura uma prática legítima. Já se envolveu em controvérsias e polêmicas nas quais pronunciou frases consideradas ofensivas e preconceituosas. É membro da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPC) na Câmara dos Deputados. Cf. MARTINELLI, Andréa. 'Não te estupro porque você não merece', repete Bolsonaro a deputada Maria do Rosário. *Huffpost Brasil*. 09 dez. 2014. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2014/12/09/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-repete-bolsonaro-a-depu\\_a\\_21677985/](http://www.huffpostbrasil.com/2014/12/09/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-repete-bolsonaro-a-depu_a_21677985/) Acesso (19/05/2017)

<sup>196</sup> Waldir Soares de Oliveira, conhecido como Delegado Waldir, é um político brasileiro formado em Direito, com pós-graduações em Direito Penal e Processo Penal, e Gerenciamento de Segurança Pública. É conhecido pela sua defesa constante e firme da redução da maioria penal e de outras leis de combate ao crime. Na sua campanha eleitoral de 2014 teve como slogans “Tolerância Zero” e “45 do calibre e ‘zero-zero’ da algema para o bandido” que fazia alusão ao número da sua campanha.

<sup>197</sup> Marco Antônio Feliciano tem graduação em Filosofia e é Pós-doutor em Filosofia Cristã. É pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro. Atua como empresário, autor de inúmeros livros religiosos e cantor gospel. Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, cargo que exerceu durante o ano de 2013. Durante o seu cargo Feliciano gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Cf. OLIVEIRA, Mariana. Deputado Marco Feliciano responde por homofobia e estelionato no STF. *GI*. 07 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/deputado-marco-feliciano-responde-por-homofobia-e-estelionato-no-stf.html> Acesso (19/05/2017); Cf. MOURA, 2016.

Em sua análise, Boulos pergunta-se quando essa “onda” começou a tomar forma e a crescer, e seu argumento é de que a mesma foi uma resposta às mobilizações populares de Junho de 2013, um período de crise urbana, de ocupações e greves, com reivindicações populares por melhorias nos serviços públicos, como “mais saúde”, “mais educação”, e “transportes com baixas tarifas”, representado pelo movimento “Passe Livre”. Os movimentos de Junho de 2013 expressaram também uma descrença nas instituições políticas e uma forte crise de representatividade.<sup>198</sup>

Nesse contexto, Junho também possuiu uma outra vertente que deixou marcas mais profundas na crise política atual. Segundo Boulos, “a direita passou a adotar abertamente um discurso mais ousado e raivoso”, grupos passaram a defender uma “reedição de 1964”, e discursos “homofóbios, racistas e elitistas” passaram a ser pronunciados “sem pudores”. Como destaca, “isso tudo sintetizou num antipetismo feroz que correu o país”.<sup>199</sup>

Esse antipetismo, que já vinha sendo nutrido pelos setores que possuíam críticas às medidas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), como vimos anteriormente no que se refere ao “Escola Sem Partido” e aos parlamentares que se opunham às políticas públicas sociais e culturais executadas pelo PT, intensificou-se ainda mais a partir da reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014 e a derrota de Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal candidato da oposição. A polarização política acirrou-se cada vez mais e o modelo de governo conciliatório adotado pelo PT dava sinal de esgotamento.

Aqui, é importante dizer que não podemos entender essa “onda conservadora” atual sem analisar como o modelo de governo do PT conseguiu administrar e conciliar distintas forças sociais, com interesses políticos diferentes e, por vezes, excludentes, durante todo o seu tempo no governo, mas que fracassou atualmente.<sup>200</sup> Fazendo uma análise crítica desse período, o

---

<sup>198</sup> Cf. COLOMBO, Sylvia. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. *Folha de São Paulo*. 18 mai. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml> Acesso (19/05/2017)

<sup>199</sup> BOULOS, 2016, p.30

<sup>200</sup> O historiador Rodrigo Patto Sá Motta, ao analisar a crise política brasileira, afirma que um dos objetivos da política de conciliação durante o governo do PT foi de “garantir o funcionamento do sistema político sem grandes sustos, evitando conflitos graves para manter privilégios políticos e sociais. [...] Porém, em clima de radicalização e aumento da participação política, os acordos são mais difíceis de alcançar. Os próprios governos comandados pelo PT foram baseados também em alguma dose de acomodação, com a diferença significativa de que a estratégia era usar os acordos para fazer mudanças sociais paulatinas. Esse arranjo sustentava-se em alianças com uma parcela dos grupos conservadores e do *establishment* político, muitos deles alimentados pelo fisiologismo. Era uma forma de rendição à lógica do sistema político brasileiro, mas sem abrir mão de um projeto de mudanças sociais. Evitava-se conflitos graves e rupturas, ao mesmo tempo que se fazia avançar algumas pautas sociais. Mas a fórmula parece ter se esgotado. Os sócios conservadores do projeto não acreditam mais na sua viabilidade e os

historiador Felipe Demier afirma que o PT passou por um “transformismo” quando ascendeu ao poder e, amenizando sua postura classista de esquerda baseada na defesa de lutas sociais e modificando sua própria essência política<sup>201</sup>, “conseguiu, por meio da coadunação de contrarreformas, redução do desemprego, aumento do consumo popular e políticas sociais compensatórias, garantir o sono tranquilo da burguesia brasileira”<sup>202</sup>. De um lado, o PT “agradou economicamente os grupos dominantes brasileiros” ao cumprir os ditames do mercado e ao se converter numa eficiente máquina capaz de gerir o capitalismo brasileiro, diminuindo o desemprego e aumentando o mercado consumidor, aquecendo a economia e gerando riquezas. De outro lado, também agradou a sua base social eleitoral, aumentando o poder de compra, valorizando o salário mínimo, formalizando o trabalho, implementando o “bolsa família” e tirando milhões da miséria.<sup>203</sup>

Por meio dessas medidas, o governo elevou milhões de trabalhadores pobres a uma posição que daria a eles a capacidade de participarem ativamente de um mercado consumidor antes reservado somente para os camadas médias superiores.<sup>204</sup> Esses trabalhadores puderam comprar televisões HD e celulares por meio do crédito e do prazo, começaram a competir por novos postos de trabalho, e passaram a frequentar, com seus “trajes e modos plebeus”, espaços de sociabilidade antes restritos à média burguesia.<sup>205</sup>

Desse modo, afirma Demier, “o cheiro do povo acirrou, claro, o ódio ao povo”. Incomodados, os estratos superiores brasileiros começaram a manifestar suas insatisfações com o modelo de governo vigente, e isso se intensificou mais ainda a partir da crise econômica de 2014, que gerou desempregos, inflação, aumento no custo de vida e queda no poder de

---

aliados fisiológicos estão a abandonar o navio”. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 97

<sup>201</sup> Cf. NAPOLITANO, Marcos. A crise brasileira, em perspectiva histórica. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016, p.58

<sup>202</sup> DEMIER, Felipe. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016a, p.55

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Segundo Demier, o modelo petista de inclusão social não foi assentado na efetivação de direitos sociais expressos em serviços públicos de qualidade, como melhora nos setores da Educação e da Saúde, por exemplo, mas sim em uma inclusão social do que chama de “cidadania pelo consumo”. Deise Mancebo também destaca que, durante o seu governo, o PT, apesar de ter ampliado as políticas sociais compensatórias, trazendo melhorias para os setores sociais mais empobrecidos, “abandonaram a agenda de reformas estruturais; descuidaram da expansão dos bens e serviços de uso coletivo; não conseguiram coordenar e executar os investimentos necessários em infraestrutura”. Cf. DEMIER, Felipe. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016b, p.19; Cf. MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017, p.877

<sup>205</sup> Cf. DEMIER, 2016b, p.20

compra. Essas insatisfações e todo esse ressentimento acumulado foram canalizados nas figuras de Lula e Dilma e nas políticas sociais compensatórias implementadas pelo governo. Por meio de uma retórica perversa<sup>206</sup>, esses grupos descontentes com o governo discursavam contra o programa de cotas raciais nas universidades e programas de ampliação do acesso ao ensino superior, afirmando que esses programas iriam produzir mais racismo e desigualdade em vez de resolver o problema, e discursavam também contra o “bolsa família”, argumentando não só que não iria resolver o problema da pobreza e das pessoas desempregadas, mas que cresceria o número de pessoas que vivem do sustento do Estado.

Dessa forma, o governo, as camadas inferiores da sociedade, os sindicatos, os trabalhadores grevistas e os partidos de esquerda foram classificados como culpados e responsáveis pelo declínio social e pela crise econômica no país. O passado petista de militância sindical, antes de assumir o poder, oferecia elementos simbólicos necessários para a oposição incorporar e utilizar em seus argumentos contra o governo.<sup>207</sup> Além disso, os escândalos da Operação Lava Jato, que envolvia políticos não só do PT, mas de diversas legendas partidárias, aguçou ainda mais a descrença no sistema político e nos partidos, e deu força aos gritos de “contra a corrupção” entoados pela oposição.

A polarização política e social e o maniqueísmo ideológico caracterizados por discursos marcados por desqualificações e categorizações negativas, entre “petralhas” e “coxinhas”, por exemplo, reacendeu o conflito entre a chamada “direita” e a “esquerda” brasileiras. Essa diáde, como já nos disse Norberto Bobbio, não deve ser negada ou negligenciada.<sup>208</sup> Vemos que os próprios sujeitos, vivenciando o espaço político de dissensos, se identificam e se distinguem por meio dessas categorias. Até agora vimos, por exemplo, que o próprio criador do ESP e os autores que inspiram o antimovimento utilizam o termo “esquerdista” para se referir à prática da “doutrinação política e ideológica” nas escolas. No que diz respeito às análises da “onda

---

<sup>206</sup> A retórica da perversidade, ou, tese da perversidade, segundo Albert Hirschman, é uma das três teses reativo-reacionárias utilizadas, principalmente, por grupos conservadores que se opõem e discordam da implementação de determinadas medidas políticas ditas “progressistas”. Segundo o autor, “a estrutura do argumento é admiravelmente simples, ao passo que a afirmação que se faz é um tanto extrema. Não se afirma apenas que um movimento ou política não alcançará sua meta, ou ocasionará custos inesperados ou efeitos colaterais negativos: em vez disso, diz o argumento, *a tentativa de empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela, sim, se mova, mas na direção contrária*. Simples, intrigante e devastador (se for verdadeiro), o argumento tem-se revelado popular entre gerações de ‘reacionários’, além de ser bastante eficaz com o público em geral.” (grifos do autor) Cf. HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 18.

<sup>207</sup> Cf. DEMIER, 2016b, p.20

<sup>208</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.



conservadora” atual, autores também utilizam o termo “nova direita” para classificarem suas alteridades políticas.

Segundo Bobbio, esses termos são, ao mesmo tempo, antitéticos e reciprocamente excludentes, ou seja, são opostos e nenhuma doutrina ou movimento pode ser simultaneamente de “direita” e de “esquerda”.<sup>209</sup> Além disso, Bobbio nos alerta que não podemos interpretar essas categorias apenas como indicadores de ideologias. Segundo ele,

“Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. ‘Direita’ e ‘esquerda’ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer”<sup>210</sup>

Tendo isso em mente podemos nos perguntar: que valores políticos e culturais constituem essa “nova direita” brasileira atual em tempos de crise política? A nosso ver, essa “nova direita” brasileira, ou, como chama Demian Melo, uma “direita radical”, uma “direita intransigente”<sup>211</sup>, surge como uma amálgama tanto de elementos de uma “cultura política conservadora” quanto de um conjunto de ideias características da lógica do “pensamento neoliberal”.

Por “cultura política” entendemos, como nos diz Rodrigo Patto Sá Motta, um conjunto de práticas relacionadas a valores, representações sociais e comportamentos políticos arraigados, com dimensões estruturais, que, ao mesmo tempo, mobilizam os atores e lhes fornecem argumentos para a luta pelo espaço público.<sup>212</sup> São projetos políticos e culturais que, ao mesmo tempo, visam o futuro, possuem a força do passado e demarcam o campo entre os atores que disputam o poder no presente.

Segundo Motta, é importante destacar que, apesar do conceito de cultura política ser compatível com o conceito de ideologia,

“[...] a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças e medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes). Toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere

<sup>209</sup> BOBBIO, 1995 p. 31

<sup>210</sup> Ibidem, p.33

<sup>211</sup> Cf. MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

<sup>212</sup> Cf. MOTTA, 2016, p.90

menos pela concordância com as idéias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo.”<sup>213</sup>

Em relação ao significado de “conservador” ou “conservadorismo” entendemos um conjunto de características que, ao mesmo tempo que possuem historicidades, são dinâmicas e específicas a determinados contextos históricos, possuem alguns aspectos substantivos gerais: a importância dada aos valores como a religião e a família – aqui entendidas em sua configuração tradicional ligada à herança ocidental cristã; a crítica à centralização do Estado; o apreço às hierarquias e às ordens estabelecidas; a aversão ao igualitarismo, em suas várias manifestações, e à desorganização social, interpretada como consequência das mudanças vividas na sociedade.<sup>214</sup> Aqui, para a cultura política conservadora, as representações atuais dessa “desorganização social” seriam o “multiculturalismo”, o “relativismo” e a “secularização”, vistos como ameaças aos determinados padrões e modelos culturais tidos como “naturais” por alguns grupos.<sup>215</sup>

Desse modo, quando falamos de cultura política conservadora brasileira não estamos tratando apenas do conjunto de ideias relacionados ao pensamento conservador, mas também um conjunto de práticas culturais, representações, valores e sentimentos relacionados à família, à religião, à tradição, à disciplina e à ordem, à manutenção do *status quo* e da organização social, etc.<sup>216</sup>

Nesse aspecto, o fundamentalismo religioso cristão pode ser considerado uma das maiores expressões dessa cultura política conservadora da “nova direita” brasileira. O

---

<sup>213</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.28.

<sup>214</sup> Cf. FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Org). *Revisão do Pensamento Conservador: ideias e políticas no Brasil*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2010, p.12; Cf. MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

<sup>215</sup> Vale destacar que o próprio Miguel Nagib, em seu texto “Por uma escola sem partido”, deixa claro essa cultura política conservadora como orientação valorativa do ESP. Segundo ele, os professores considerados “doutrinadores” querem “demolir o mundo malvado com a marreta do pensamento crítico e construir o mundo bom com a argamassa do politicamente correto: relativismo, multiculturalismo, igualitarismo, coletivismo, ecologismo, secularismo e outros ismos. Em suma: demolir e transformar em vez de simplesmente estudar e compreender o mundo.” Aqui, vemos claramente esse aspecto de aversão do ESP às reivindicações de grupos e movimentos sociais que se manifestam em defesa de um reconhecimento de suas diferenças culturais e identitárias nos espaços públicos. Segundo Nagib, essas manifestações “relativistas”, “multiculturalistas”, “coletivistas” e “secularizantes” são expressões de desordem social que querem “demolir”, por meio do pensamento crítico, os padrões sociais e culturais da família, da religião, do patriotismo, da propriedade privada, da hierarquia, da lealdade, etc. NAGIB, Miguel. Por uma escola sem partido. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/192-por-uma-escola-sem-partido> Acesso (10/02/2018)

<sup>216</sup> Aqui, podemos destacar que, segundo Motta, essa cultura política conservadora, de dimensão estrutural, que emerge no contexto do golpe de 2016, possui traços semelhantes com os repertórios políticos mobilizados durante a crise de 1964, principalmente no que diz respeito à aversão aos programas sociais de governo e ao caráter anticomunista e antimarxista dos discursos. Cf. MOTTA, 2016, p.92.

fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada e absoluta que anula qualquer possibilidade de compreensão e aceitação do outro, que possui valores culturais, comportamentos e crenças diferentes. A “bancada evangélica” e a ala mais conservadora da Igreja Católica (Renovação Carismática Católica)<sup>217</sup> no Congresso Nacional são os maiores representantes do fundamentalismo religioso cristão atualmente no Brasil.

Segundo Luís Antônio Cunha, ao analisar o fundamentalismo religioso cristão no Brasil atual, vemos um avanço de movimentos de contenção que visam frear o processo de secularização da cultura e de laicidade do Estado através de “um projeto de educação reacionária, entendida aqui como a que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas.”<sup>218</sup> Nesse caso, Cunha entende o próprio “Escola Sem Partido” como uma expressão desse projeto de educação reacionária e desse movimento de contenção que tem apoio desses grupos fundamentalistas religiosos cristãos.<sup>219</sup>

Durante o governo de Lula e Dilma, demandas secularizantes como a descriminalização do aborto, políticas públicas contra a homofobia, como já falamos no caso do programa do governo “Brasil sem Homofobia”, e a desconstrução de estigmas relacionados ao gênero e ao sexo ganharam espaços na sociedade, ainda que muito lentamente. Para Cunha,

“Cada vez mais gente e em ambientes distintos tomam consciência de que o sexo é uma base biológica e o gênero é uma construção social baseado na discriminação entre o que é ‘assunto e comportamento de homem’ e ‘assunto e comportamento de mulher’, na qual as crianças são socializadas desde muito pequenas. Com base nisso, monta-se toda uma divisão social do trabalho e desenha-se a discriminação dos desviantes da norma, que se tornam alvo de agressões variadas, que vão da chacota ao assassinato.”<sup>220</sup>

No entanto, o crescimento dessas demandas sociais e culturais e as aberturas dadas pelo governo federal, que, segundo Hebe Mattos, baseou-se em um Estado de bem-estar social com ênfase em políticas de inclusão e diálogo com os movimentos sociais<sup>221</sup>, não agradaram os

<sup>217</sup> Cf. MOURA, Fernanda Pereira de. “*Escola Sem Partido*”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016.

<sup>218</sup> CUNHA, Luís Antônio. *O projeto reacionário de educação*. 2016, p.2. Disponível em: <http://luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>

<sup>219</sup> Nesse ponto, é importante dizer que nem todo grupo religioso católico e/ou protestante possui uma atitude fundamentalista no que diz respeito aos seus preceitos religiosos e às suas crenças. Nesse sentido, vale destacar que existem movimentos e coletivos religiosos cristãos que defendem pautas democráticas e se posicionam a favor, por exemplo, do direito ao aborto, contra discriminações religiosas, contra atitudes machistas, homofóbicas e transfóbicas e que se mobilizam também contra o “Escola Sem Partido”. É o caso dos grupos, por exemplo, “Católicas Pelo Direito de Decidir”, “Coletivo de Mulheres Protestantes do Distrito Federal” e “Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil no Distrito Federal.” Esses movimentos e coletivos, como veremos no segundo capítulo, inclusive manifestaram seu apoio ao movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”.

<sup>220</sup> Cf. CUNHA, op.cit., p.10.

<sup>221</sup> Cf. MATTOS, Hebe. O gigante. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016, p.35

grupos conservadores brasileiros. Ao defenderem os aspectos tradicionais da configuração familiar e dos valores morais da religião cristã, além de defenderem a ordem e a hierarquia, esses grupos reagiram posicionando-se contra o direito ao aborto, contra a aceitação de outras configurações da entidade familiar (como a família constituída por gays, lésbicas ou transsexuais), contra políticas de combate à homofobia, políticas de ação afirmativa, e contra a discussão de gênero e sexualidade nas escolas.<sup>222</sup> Além disso, os fundamentalistas tem ao seu lado fortes aliados políticos como os latifundiários, os militares e defensores dos armamentos, que são forças conservadoras ativas no Congresso Nacional, numa ação conjunta que fortalece a todos.<sup>223</sup> Para esses grupos conservadores, esses temas ainda continuam sendo tabus e continuam estigmatizados por meio de discursos e práticas de discriminação que beiram o extremismo.

Além desses elementos da cultura política conservadora brasileira, percebe-se nessa “nova direita” aspectos também ligados aos ideais neoliberais atuais<sup>224</sup>: a defesa do Estado mínimo, ou seja, a menor interferência possível do Estado na vida dos indivíduos, principalmente no âmbito do mercado e da vida privada; a ascensão social como resultado do próprio mérito do indivíduo; e também a afirmação de que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, entendida como natural da própria lógica de mercado, por mais desigual que pareça.<sup>225</sup>

---

<sup>222</sup> Segundo Cunha, “a família” tem sido a idealização maior dos grupos conservadores, que supõem em geral uma forma familiar nuclear, urbana e pequeno-burguesa específica (pai, mãe e filhos em convivência duradoura), fundamentada em uma tradição religiosa judaico-cristã. “A ideologia da *sagrada família* (Jesus, Maria e José) se apresenta como sendo a normal, o modelo a ser seguido, e todas as outras não passando de anormalidades.” (grifo do autor). CUNHA, op.cit., p.5; Cf. MOURA, 2016

<sup>223</sup> Cf. MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016, p.593

<sup>224</sup> O neoliberalismo, como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, surgiu logo após a II Guerra Mundial como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social característico dos governos social-democratas da Europa. Tem como expoentes autores como Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, Carl Menger, da Escola Austríaca de Economia e Milton Friedman, da Escola de Chicago. O neoliberalismo fundamenta-se suas críticas em ataques contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. Cf ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>225</sup> Segundo os autores neoliberais, como Hayek, argumenta-se, baseado em uma retórica perversa como vimos com Hirschman, que o “igualitarismo” promovido pelo Estado de bem-estar social destrói a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência de mercado, da qual depende a prosperidade social. Aqui, esses autores argumentam que a desigualdade é um valor positivo, na realidade, imprescindível em si. Desse modo, posicionam-se a favor de uma disciplina orçamentária e exigem a contenção de gastos públicos com programas sociais de governo característicos do Estado de bem-estar. Como nos diz Anderson, ao analisar os argumentos de Hayek, destaca que para o autor “a democracia em si mesma jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse”. Cf. ANDERSON, 1995, p. 20; Cf. MIGUEL, op.cit., p. 592.

Segundo Rejane Hoeveler, esse pensamento neoliberal da “nova direita” brasileira é organizado e difundido através de uma rede de *think tanks*, ou seja, um conjunto de entidades privadas de organização transnacional comprometidas em “espalhar a liberdade” e a “democracia do livre mercado” mundo afora.<sup>226</sup> Esses *think tanks* funcionam como programas de treinamentos por meio de palestras e seminários com objetivos de formar pessoas capazes de consolidarem os ideais e os valores neoliberais na sociedade.

Dois *think tanks* têm se destacado atualmente no Brasil e expressam bem esses centros de formação da agenda neoliberal: o Instituto Millenium e o Instituto Liberal.<sup>227</sup> O Instituto Millenium apresenta-se como:

“[...] uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.”<sup>228</sup>

Já o Instituto Liberal, como “uma instituição sem fins lucrativos voltada para a pesquisa, produção e divulgação de idéias, teorias e conceitos que revelam as vantagens de uma sociedade organizada com base em uma ordem liberal.”<sup>229</sup> Além disso, esses institutos visam criar mecanismos de influência midiática e de pressão ao governo para a adoção de medidas que favoreçam o modelo econômico e político que defendem.

Outro traço constituinte da “nova direita” brasileira, como nos diz Hoeveler, é a defesa radical de um anticomunismo e um antimarxismo, algo que, como vimos, é bastante presente no “Escola Sem Partido”. Isso se expressa através da crença em teorias conspiratórias, utilizadas como recurso para negar ou obscurecer o conflito social. Desse modo, “a política, nesse pensamento, é apresentada como mera manipulação orquestrada por ‘forças subterrâneas’ de ‘subversivos’, ‘comunistas’, ‘terroristas’, etc.”<sup>230</sup> Essa “nova direita” brasileira também se

<sup>226</sup> Cf. HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.86

<sup>227</sup> “Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, eles se constituem numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros, os Institutos Liberais constituem-se como entidades civis, cujo eixo central de atividade é a ideologia, a difusão de sua concepção de mundo.” Cf. GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo, e políticas públicas na nova república. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.19, nº 54, 2004, p.144.

<sup>228</sup> INSTITUTO MILLENIUM. Quem somos. *Site*. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso (20/05/2017)

<sup>229</sup> INSTITUTO LIBERAL. Nossa história. *Site*. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/> Acesso (20/05/2017)

<sup>230</sup> HOEVELER, op.cit., p. 80

utiliza da retórica do conspiracionismo para desqualificar o governo e reproduzir notícias muitas vezes falsas, sem nenhuma fonte confiável.<sup>231</sup>

No ano de 2015 a “onda conservadora” tomou as ruas de todo o Brasil nas manifestações de 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto e o “rosto” dessa “nova direita” ganhou contornos mais definidos. Diferente das manifestações de junho de 2013 que tinha um caráter mais popular e mais jovem, as manifestações de 2015 reuniu os setores médios superiores brasileiros e vimos a presença de pessoas mais velhas, de outras gerações, majoritariamente de pessoas entre 30 e 60 anos.<sup>232</sup> Alguns grupos proferiam discursos extremistas, nacionalistas e anticomunistas, e pediam o *impeachment* da presidente Dilma e o fim da corrupção no país. Outros grupos defendiam também uma intervenção militar, uma volta a 64, como saída para a crise, exaltavam torturadores do período da Ditadura como heróis e tiravam fotos com figuras políticas como Jair Bolsonaro.<sup>233</sup> Além disso, os discursos proferidos eram de desqualificação do governo: “Fora Dilma!”, “Fora PT!”, “Fora corruPTos!”, “Ditadura petista!”, “Conspiração comunista!”, “Vai pra Cuba!”, eram algumas das frases mais ditas nas manifestações.

Convocados por movimentos que compartilham dessa cultura política conservadora e desses aspectos ideológicos neoliberais como Revoltados Online e Movimento Brasil Livre (MBL) por meio das redes sociais como Facebook, os protestos contra o governo Dilma em 2015 “lograram amalgamar toda a fauna e a flora reacionária da nossa sociedade civil”, como nos diz Demier.<sup>234</sup>

Ao final do ano de 2015, no dia 02 de dezembro, o Presidente da Câmara Eduardo Cunha, do PMDB, autorizou a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e, fazendo isso, Cunha abriu caminho para que o presidente do seu partido Michel Temer, na época Vice-Presidente da República, ocupasse o lugar de Dilma e assumisse a

---

<sup>231</sup> HOEVELER, 2016, p. 80

<sup>232</sup> Cf. SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo. *Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação*. 01 abril 2016. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/> Acesso (20/05/2017)

<sup>233</sup> Cf. ROSSI, Mariana. Manifestantes do dia 12 confiam mais em Bolsonaro que em Marina Silva. *Brasil El País*. 14 abril 2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333\\_476876.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333_476876.html) Acesso (20/05/2017); Cf. REDAÇÃO PRAGMATISMO. As imagens que mais chamaram atenção nos protestos de domingo. *Pragmatismo Político*. 18 ago 2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> Acesso (20/05/2017)

<sup>234</sup> Cf. DEMIER, 2016b, p. 18

direção do país, em maio de 2016, concretizando, assim, o que muitos historiadores, sociólogos e cientistas políticos chamam de golpe parlamentar.<sup>235</sup>

Desse modo, ao fazermos uma análise do contexto político e cultural brasileiro tendo em mente o avanço da “onda conservadora”, a crise política e o golpe parlamentar, podemos compreender melhor o pano de fundo que possibilitou o crescimento do antimovimento “Escola Sem Partido” a partir de 2014 no país, e que pode ser considerado um dos maiores representantes desse avanço conservador no âmbito da educação. No próximo tópico veremos, por meio da identificação das redes sociais, institucionais e parlamentares que envolvem o ESP, como os membros e colaboradores do antimovimento possuem ligações políticas, culturais, ideológicas e partidárias claras com essa “nova direita” que vimos acima. Como tratamos anteriormente, a partir de Castells e Tilly, é preciso identificar as atuações do ESP nas redes sociais mas ir além, percebendo também suas conexões nos espaços urbanos e como o antimovimento apropria-se da estrutura de oportunidades políticas para estabelecer relações próximas com parlamentares que compartilham dos mesmos valores e princípios conservadores.

### **1.3 Para além da neutralidade política e ideológica do “Escola Sem Partido”: as redes sociais, institucionais e parlamentares que envolvem o antimovimento**

A questão da “neutralidade política e ideológica” aparece como um dos argumentos centrais e fundamentais do “Escola Sem Partido” e ele é acionado tanto para se referir ao próprio antimovimento que, segundo seus membros e colaboradores, está “isento” de qualquer ligação ideológica, política e partidária, quanto para se referir a como o professor deve se comportar

---

<sup>235</sup> Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, “golpes parlamentares são fenômenos genuinamente inéditos na história das democracias representativas”. Diferente da mecânica dos golpes militares, que são orquestrados e colocados em prática por um tipo de poder arbitrado fora da arena eleitoral, o golpe parlamentar é endógeno ao sistema político constitucional, ou seja, é realizado a partir de dentro do sistema da democracia representativa. Aqui, o golpe parlamentar fundamenta-se no mecanismo de substituição fraudulenta dos ocupantes do governo, por via não eleitoral, orquestrada e executada por lideranças parlamentares da oposição. Ao contrário de golpes militares – que, se bem sucedidos, buscam desde logo consolidar as condições que os protegeram, desalojando os oficiais opositores de posições de poder e introduzindo pela força física, se necessária, as modificações propícias à estabilização – os golpes parlamentares dispensam a violência institucional, armada ou jurídica. Na verdade, adquire “fórmulas constitucionais, naturalizando e trajando de civilidade a violência contra os resultados eleitorais prévios”. A ruptura tenta “preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais”. Desse modo, Santos conclui: “Naturalmente há inúmeras personalidades fora do Congresso interessadas e ativamente envolvidas nas conversações e nos acordos que antecedem a deflagração do golpe, e que patrocinam propaganda positiva e apoio irrestrito ao governo usurpador. Mas todo o processo ocorre dentro do Congresso, conduzido por políticos com mandatos de representação, obedecendo formalmente à letra das leis vigentes no país. O golpe, em sentido de truque esperto, consiste precisamente em valer-se dos mecanismos de operação normal das instituições em favor de objetivos ilegítimos”. Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p.32.

dentro de sala de aula, ou seja, de maneira “neutra” frente às questões socialmente vivas atuais, não podendo discutir a realidade do tempo presente dos alunos, a vida política em que vivem e não podendo também tratar de questões e valores morais que possam entrar em conflito com a educação moral e religiosa dos pais dos alunos.

Em uma entrevista feita ao criador do “Escola Sem Partido” Miguel Nagib pelo *site* “Conexão Conservadora” em 2011, o advogado afirma que o ESP é “neutro” e não defende “nenhum tópico da agenda de direita, da agenda conservadora”. Para ele, isso é algo que os “professores doutrinadores militantes de esquerda” usam para “agredir” o ESP, já que o mesmo “colocou o dedo numa ferida” e esses professores “se sentiram incomodados com isso.” Na mesma entrevista, Nagib tenta deixar claro em sua narrativa que não defende a economia de mercado, o Estado mínimo e não defende os valores tradicionais. Segundo ele, o ESP defende “apenas que professor não tem direito de fazer a cabeça do aluno, e que a escola não pode usurpar a autoridade moral dos pais”, enfatizando que o ESP não diz qual a moral que a escola vai ensinar.<sup>236</sup> O interessante é destacar que atualmente, como vimos acima, Nagib possui uma postura mais explícita em relação aos seus valores e posicionamentos políticos, quando diz que é “católico e conservador” e se posicionou contra os cartazes que tratavam da união homoafetiva.

Nagib, nessa mesma entrevista diz também que a “neutralidade” e a “objetividade científica” devem ser perseguidas pelo professor, já que ele está “moralmente obrigado” a isso. Afirma também que “o ideal era que tivéssemos uma apreensão exata da realidade” e, ainda que “a perfeita neutralidade, a perfeita objetividade científica não exista”, o professor não pode desobrigar-se dessa busca.<sup>237</sup> Desse modo, qualquer coisa que possa corromper e distorcer a apreensão “exata” e “objetiva” da realidade, que eles acreditam ser possível atingir, pode ser entendido como “doutrinação ideológica”, e aqui, o conceito de “ideologia” aparece nos argumentos do ESP, dentre as suas diferentes acepções, como “falseamento” da realidade.<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> Cf. CONEXÃO CONSERVADORA. Entrevista com Miguel Nagib. Blog Conexão Conservadora. 01 novembro 2011. Disponível em: <http://conexaoconservadora.blogspot.com.br/2011/11/conexao-conservadora-6-miguel-nagib.html> Acesso (20/06/2017)

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Em uma outra entrevista, no programa “The Noite” do apresentador e humorista Danilo Gentili, que também se posicionou simpático ao ESP, Nagib chegou a dizer que o professor dentro de sala de aula não pode tratar dos acontecimentos recentes do tempo presente, como a crise política vivida no país que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e nem as investigações da Lava Jato, porque “não existe perspectiva histórica para que esse assunto seja discutido em sala de aula”, ou seja, “os assuntos não estão estabelecidos” para que o professor possa fazer uma avaliação “objetiva” e “neutra” dos fatos, já que eles ainda estão acontecendo e “ninguém sabe de nada”. Nesse ponto, podemos interpretar que Nagib, reproduz a ideia tradicional de história baseada na visão retrospectiva do passado, separada do presente, e que só pode ser analisada se o historiador ou o professor de História tiver um distanciamento temporal em relação ao passado. Além disso, nessa concepção de história,



Sobre essa questão da neutralidade, vale destacar que os membros e colaboradores do ESP, todos, sem exceção, viveram e vivem o âmbito acadêmico e intelectual e foram formados nesse microcosmo. Ao analisarmos o grupo que coordena o ESP, vemos que todos possuem formações acadêmicas diferentes, mas todos possuem formações na área de ciências humanas: Direito, Sociologia, Educação, Geografia, História, Linguística.<sup>239</sup> Tendo isso em mente, podemos nos apropriar das reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu sobre o conceito de campo social<sup>240</sup>, mais especificamente, do campo científico e do campo político, para analisarmos a afirmação da posição aparentemente “desinteressada” e “neutra” do ESP, que age em nome da “objetividade científica” e da “exata apreensão do real” sem “contaminação ideológica” para atuarem politicamente.

Bourdieu, ao analisar as condições sociais de produção do campo científico e as suas relações de dominação, nos diz que a prática “desinteressada” e da “neutralidade” faz parte do próprio jogo, das regras e dos conflitos do campo científico. Para se manter como um campo autônomo em relação a outros campos sociais, como campo político e o campo econômico por exemplo, o campo científico elabora determinadas condições e estruturas de funcionamento que lhes são particulares e servem para distingui-lo de outros campos. Dessa forma, os sujeitos e agentes sociais que fazem parte desse campo cultivam a crença e a prática de que dentro desse campo o que vale é a disputa do “conhecimento pelo próprio conhecimento”, “a ciência pela ciência”, assim como no campo artístico o que vale é a “arte pela arte”. Assim, é próprio do campo científico tentar separar-se e fechar-se ao máximo em relação ao campo político e ao campo econômico para manter a sua relativa autonomia.<sup>241</sup>

No entanto, quando analisamos as ações do “Escola Sem Partido”, vemos que o ESP além de atuar no campo científico, também atua, principalmente, no campo político,

---

acredita que os fatos existem por si só, como algo dado na realidade passada, e que é possível alcançar a sua verdade se houver a neutralidade por parte do pesquisador. Cf. NAGIB, Miguel. Entrevista no programa The Noite com Danilo Gentili. *Youtube*. 09 ago. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkBBW91jVEA> Acesso (10/07/2017)

<sup>239</sup> Dentre essas pessoas podemos destacar: Miguel Nagib, formado em Direito; Bráulio Porto de Matos, formado em Sociologia e com doutorado em Educação; Bia Kicis, formada em Direito; Ana Caroline Campagnolo, formada em História; Orley José Silva, formado em Letras e Linguística; e Luis Lopes Diniz Filho, formado em Geografia.

<sup>240</sup> “A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa à imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. [...] Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. [...] Os agentes criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram.” BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.20-23

<sup>241</sup> BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983

estabelecendo relações com figuras políticas e partidárias, buscando apoio para aprovação dos Projetos de Lei baseados nas suas propostas e argumentos. Aqui, nesse campo, o elemento da “neutralidade” não possui os mesmos sentidos que possui no campo científico. Na verdade, o campo político, possui suas próprias condições sociais de produção e segue suas próprias regras particulares de disputa que são claramente distintas em relação ao campo científico, quase que no pólo contrário da crença da “neutralidade”. O campo político é o lugar onde seus participantes agem de acordo com uma determinada agenda de princípios e pautas políticas que são claras, assumidamente ideológicas e partidárias. Um campo que pressupõe alianças, adversários, negociações, trocas de interesse e de favores. Portanto, o próprio campo político é um lugar de dissensos e de embates entre propostas ideológicas e políticas distintas e reconhecidas. Desse modo, quando os membros e colaboradores do ESP transferem o elemento da “neutralidade” que é característico e próprio do campo científico para o campo político, e afirmam que são “neutros”, esse mesmo elemento perde seus significados, porque as regras do jogo que são jogadas e tensionadas são distintas. E é nesse momento que podemos problematizar esse argumento mobilizado pelos seus membros e apontar suas contradições.

Além disso, é importante destacar também que essa percepção de “neutralidade” e “objetividade” está intimamente relacionada à cultura política conservadora compartilhada pelos membros e defensores do ESP, que acreditam que exista uma verdade absoluta que não deve ser questionada e nem criticada, apenas estudada e compreendida tal como ela é. Caso contrário, a sociedade cairá em um “relativismo” e em um “multiculturalismo” que, como vimos no texto de Nagib, aparecem como aspectos sociais inaceitáveis para o antinimovimento.

Podemos ir além e aprofundar a reflexão. Bourdieu nos diz que, mesmo “o universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas.”<sup>242</sup> O sociólogo afirma que “os conflitos epistemológicos, são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos”<sup>243</sup>, porque expressam relações de poder e dominação dentro do campo.

Desse modo, podemos interpretar a posição de “neutralidade” do ESP e a busca pela “objetividade”, como uma tentativa de dissociar-se de algo que, para nós, é indissociável: colocar-se fora dos espaços de conflito, de poder e de dominação, ou seja, colocar-se em um patamar superior, como se estivesse acima das tensões sociais, não tomando partido nem para

---

<sup>242</sup> BOURDIEU, 1983, p.122.

<sup>243</sup> Ibidem, p.124.

um lado e nem para o outro, julgando e impondo medidas de maneira “objetiva”, a serviço da “pura” racionalidade, cumprindo um papel de justiça “cega”. Segundo Bourdieu, esses são aspectos característicos de grupos sociais que buscam “justificativas técnicas, racionais, para dominar, e [...] cada vez mais invocarão a razão e a ciência para exercer sua dominação”.<sup>244</sup>

Ao analisarmos quem são os integrantes do ESP, suas narrativas públicas e quais são suas redes de sociabilidade<sup>245</sup>, que aqui identificamos como redes sociais, institucionais e parlamentares, vemos que por trás dessa aparente neutralidade desinteressada defendida pelo antimovimento existe uma intensa conexão política e partidária e todo um grupo de pessoas que organizam-se em torno de valores e ideais em comum, ligados à cultura política conservadora e ao pensamento neoliberal acima caracterizados. Desse modo, podemos citar algumas pessoas que fazem parte do ESP como membros ativos e colaboradores, e assim, delinaremos essas redes.

Miguel Nagib, como já foi dito no início do texto, tem formação em Direito, trabalha como advogado, é procurador do Estado de São Paulo em Brasília desde 1985 e foi assessor no Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002. Em 2011, aparece como “especialista” no site do Instituto Millenium (Imil)<sup>246</sup> onde publicou artigos desde 2009, como, por exemplo, “Por uma escola que promova os valores do Millenium” e “Outra ameaça à liberdade”.<sup>247</sup> Atualmente, não encontramos mais esses textos no site e nenhum outro artigo escrito por Nagib, visto que foram retirados.

Como vimos, o Instituto Millenium (Imil), formado por intelectuais e empresários, é um dos *think tanks* mais representativos do pensamento liberal e neoliberal brasileiro junto com o Instituto Liberal. Entre os membros do Imil podemos ver, por exemplo, a participação de Rodrigo Constantino<sup>248</sup> que é apresentado como membro-fundador do mesmo e também

<sup>244</sup> BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996, p. 155-156

<sup>245</sup> “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 248.

<sup>246</sup> Cf. INSTITUTO MILLENIUM. Comunicação Millenium: Miguel Nagib. Site. 31 jan. 2011. Disponível em: [http://www.institutomillennium.org.br/?attachment\\_id=34081](http://www.institutomillennium.org.br/?attachment_id=34081) Acesso (20/06/2017)

<sup>247</sup> Cf. AQUINO, Renata. A ideologia do Escola Sem Partido. *PCESP*. 03 jun 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/06/03/a-ideologia-do-escola-sem-partido/> Acesso (20/06/2017)

<sup>248</sup> Rodrigo Constantino dos Santos é um economista e colunista brasileiro. Graduado pela PUC-RJ e possui MBA pela Ibmecc. Já escreveu artigos para o site “Mídia sem Máscara”, dirigido por Olavo de Carvalho, foi colunista da revista “Veja” e atualmente é colunista na “IstoÉ”. É presidente do Instituto Liberal e um dos fundadores do Instituto Millenium.

presidente do Instituto Liberal, o deputado estadual Marcel Van Hattem (PP-RS)<sup>249</sup> um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL) e Leandro Narloch, dentre vários outros.

Já delineando as redes sociais, institucionais e parlamentares que envolvem o “Escola Sem Partido”, podemos ver ligações claras entre Miguel Nagib e esses participantes. Na própria página oficial do ESP no Facebook nos deparamos com várias publicações que compartilham o perfil social de Rodrigo Constantino, no qual este faz denúncias sobre a “doutrinação ideológica comunista nas escolas”. Também podemos ver uma publicação na qual Constantino congratula Nagib pelos seus posicionamentos nos debates com os opositores do ESP.<sup>250</sup> Além disso, na página do Facebook e no site do ESP, Nagib publicou no final do ano de 2016 uma “Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola Sem Partido ao militante disfarçado de professor”. Nessa mensagem, Nagib dirige sua palavra diretamente aos professores, dizendo-lhes, em tom ameaçador, que no ano de 2017 a vigilância e os processos contra a prática da doutrinação só iriam aumentar, e que “não será um ano tranquilo para politikeiros”. Segundo ele, a situação do “professor militante” só vai piorar quando for lançado um livro escrito conjuntamente com Rodrigo Constantino pela editora Record. Ao final da mensagem, Nagib se despede dos professores desejando-lhes “um 2017 cheio de denúncias e processos”, e deixando claro que não tem “o menor respeito ou admiração” por esses professores.<sup>251</sup>

Também em sua página na rede social do Facebook, o ESP compartilha publicações de Marcel Van Hattem, exaltando o deputado quando o mesmo denuncia a “doutrinação de partidos de esquerda como PT, PSOL e PCdoB nas escolas” na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.<sup>252</sup> Além disso, o ESP também compartilha em sua página no Facebook publicações feitas pelo MBL e por outros membros fundadores e coordenadores do mesmo,

---

<sup>249</sup> Marcel Van Hattem é cientista político, jornalista e político brasileiro. É graduado em relações internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em ciência política pela Universidade de Leiden.

<sup>250</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Publicações Rodrigo Constantino. *Google Drive*. 23 fevereiro 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--NIVxa3lPbEFXTDg?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

<sup>251</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor. *Site*. 30 dez. 2016. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/647-mensagem-de-fim-de-ano-do-coordenador-do-escola-sem-partido-ao-militante-disfarcado-de-professor> Acesso (10/07/2017)

<sup>252</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Publicações Marcel Van Hattem. *Google Drive*. 11 jul. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--aUdqMzdsenQ0Tzg?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

como Kim Katagui<sup>253</sup> e o vereador de São Paulo Fernando Holliday (DEM-SP) <sup>254</sup> que são apoiadores do ESP e denunciam “doutrinações petistas” nas escolas.<sup>255</sup>

Podemos destacar também que a relação de Miguel Nagib com instituições, grupos e pessoas que compartilham valores culturais conservadores e ideais neoliberais não é recente.<sup>256</sup> Além da relação de Nagib com o Imil, por meio do *Wayback Machine*, também tivemos acesso ao site do Instituto Liberal de Brasília (desativado atualmente) e, em um *print* do ano de 2002 da lista dos associados ao instituto aparece o nome de Miguel Nagib como advogado e vinculado ao Supremo Tribunal Federal.<sup>257</sup> Em um outro *print* de 2003 vemos que o IL de Brasília possui uma lista de receptores da revista *Think Tank*, a revista do próprio instituto, e

<sup>253</sup> Kim Patroca Katagui<sup>253</sup> é um ativista, conferencista, ex-colunista da Folha de S. Paulo e co-fundador e coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL). Katagui<sup>253</sup> tem participado, junto com o vereador Fernando Holliday, de algumas audiências públicas sobre o “Escola Sem Partido”, que conta com a participação também de Miguel Nagib. Nessas audiências, Katagui<sup>253</sup> posiciona-se a favor do ESP. Cf. RATIER, Rodrigo. Uma noite com o Escola Sem Partido. *Nova Escola*. 26 mai. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4982/uma-noite-com-o-escola-sem-partido> Acesso (10/07/2017)

<sup>254</sup> Fernando Silva Bispo, conhecido como Fernando Holliday, é coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL) e vereador de São Paulo filiado ao Democratas (DEM). Holliday já se envolveu em algumas controvérsias por defender o fim das cotas raciais, o fim do Dia da Consciência Negra e o fim da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo. Recentemente, Holliday causou algumas polêmicas ao fazer “visitas surpresas” a algumas escolas municipais de São Paulo para “fiscalizar” professores e verificar se estaria acontecendo algum tipo de “doutrinação ideológica” nas salas de aula. Logo em seguida, protocolou o PL 222/17 que visa promover o projeto “Escola Sem Partido” na Câmara Municipal de São Paulo. Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO. Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar ‘doutrinação’. *Estadão*. 04 abr. 2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinacao.70001726796> Acesso (10/07/2017) Cf. HOLLIDAY, Fernando. Página oficial no Facebook. *Facebook*. 06 abr. 2017. Disponível em: [https://www.facebook.com/fernandoholiday\\_mbl/photos/a.1565465310358296.1073741828.1563878917183602/1869754443262713/?type=3](https://www.facebook.com/fernandoholiday_mbl/photos/a.1565465310358296.1073741828.1563878917183602/1869754443262713/?type=3) Acesso (10/07/2017)

<sup>255</sup> As relações entre o ESP e o MBL ficaram ainda mais evidentes em 2017, quando o MBL ajudou a promover, no dia 15 de agosto de 2017, uma marcha nacional pelo “Escola Sem Partido”. No link a seguir, vemos um vídeo com diversos membros do MBL (Katagui<sup>253</sup>, Holliday, etc.), o pastor Marco Feliciano e também Miguel Nagib realizando uma chamada para a marcha. Cf. MOVIMENTO BRASIL LIVRE. O Movimento Brasil Livre (MBL) promoverá no dia 15 de agosto a “Marcha pelo Escola Sem Partido”. *Facebook*. 07 agosto 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/654059621384851/> Acesso (12/02/2018)

<sup>256</sup> Aqui, é importante dizer que nem todas as instituições de cunho neoliberal no país apoiam o ESP. Nesse ponto, podemos citar, por exemplo, a organização “Todos Pela Educação” (TPE), que possui financiamentos de diversas empresas privadas (Fundação Bradesco; Itaú Social, Gol, etc.) e a Fundação Roberto Marinho, que é uma das empresas parceiras da TPE. Ambas se posicionaram contra o ESP e seus Projetos de Lei. No que se refere à organização TPE, a sua presidente executiva, Priscilla Cruz, avalia que a medida é inconstitucional, visto que cerceia a liberdade de expressão e de discussão entre alunos e professores na escola. No que diz respeito à Fundação Roberto Marinho, vemos que a mesma foi uma das fundações que assinaram a carta “Em defesa da liberdade de expressão em sala de aula” criada pelo movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”, como veremos a seguir. Desse modo, por mais que o ESP compartilhe também de ideais neoliberais, é importante não generalizarmos. Aqui, o apelo em relação à questão da moralidade de cunho conservador e a postura de cerceamento da liberdade do outro parecem ser os elementos de discordância de alguns grupos de cunho neoliberal em relação ao ESP, como os que vimos acima. Cf. CRUZ, Fernanda; CRUZ, Elaine Patricia. Ministro critica leis municipais que preveem a implantação do Escola sem Partido. *Agência Brasil*. 03 outubro 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/ministro-critica-leis-municipais-que-preveem-implantacao-da-escola-sem> Acesso (12/02/2018)

<sup>257</sup> Cf. INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. Lista dos associados. *Google Drive*. 14 jul. 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbz1KS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

nessa lista aparece, no setor da “Alta Administração Federal”, novamente o nome de Miguel Nagib como assinante da mesma.<sup>258</sup>

Na mesma lista de associados ao IL de Brasília no *print* de 2002 aparece o nome também de Nelson Lehmann da Silva como Diretor Executivo do IL e como professor da UnB, o mesmo Nelson Lehmann que tratamos anteriormente e que é considerado pelo ESP um dos precursores na reflexão e na luta contra a “doutrinação ideológica” nas escolas e uma “inspiração” para o antinomovimento.

Ainda navegando pelo *site* do IL de Brasília, nos deparamos com um outro *print* de dezembro de 2002 de uma página dentro do próprio site chamada “ResPublica, carta aberta ao cidadão sem opção”, que nada mais é que um manifesto do próprio IL de Brasília que teve como objetivo criar um Fórum Livre “que oferece uma oportunidade de manifestação para os que não encontram no cenário nacional a devida valorização da liberdade e responsabilidade individual”.<sup>259</sup> Na página, os autores se identificam como um grupo informal que quer levar ao grande público suas “inquietações e advertências quanto ao futuro desta nação”. Eles dizem: “não temos constrangimentos partidários ou ideológicos, apenas percebemos espontânea coincidência em relação a certos valores fundamentais”.<sup>260</sup> Esse grupo, como podemos ver de acordo com as assinaturas e profissões, é constituído majoritariamente por intelectuais e acadêmicos, e dentre eles encontramos o nome de Nelson Lehmann da Silva.<sup>261</sup>

Desse modo, vemos que existiam conexões de Miguel Nagib com o Instituto Liberal de Brasília e também com o Nelson Lehmann antes mesmo da criação do “Escola Sem Partido” em 2004, e podemos ver também os mesmos valores de uma cultura política conservadora e os ideais neoliberais sendo compartilhados entre eles. Tendo em vista essa conexão, podemos pensar, como uma hipótese a ser confirmada, que até mesmo esse manifesto “ResPublica” do

<sup>258</sup> Cf. INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. Lista dos receptores da revista Think Tank. *Google Drive*. 03 dez. 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

<sup>259</sup> Cf. INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. ResPublica. *Google Drive*. 18 dez. 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

<sup>260</sup> *Idem*.

<sup>261</sup> Dentre as principais inquietações e insatisfações do grupo, vale destacar algumas que se aproximam bastante do conteúdo e das propostas que viriam ser a base das orientações valorativas do “Escola Sem Partido”, que já destacamos acima: a crítica à politização da educação; à centralização e à tutela do Estado, interferindo na sociedade e no indivíduo; à doutrinação ideológico-partidária das escolas; e ao controle de “corações e mentes” por “grupos infiltrados” na máquina estatal que “inculcam seu pensamento politicamente correto” nas pessoas. Podemos ver também aspectos culturais e ideológicos em comum entre o manifesto do Instituto Liberal e o ESP: a crença na “fé cristã”, na “moral tradicional”, no “livre mercado econômico e cultural”, na ideia da objetividade e do realismo. *Idem*.

IL de Brasília pode ter sido uma inspiração para que Nagib tivesse criado o ESP, funcionando como um esboço do que poderia ser o ESP, posto que o conteúdo de ambos é muito semelhante.

Outro membro importante do ESP e que é ativo no antimovimento é Bráulio Porto de Matos, professor de Sociologia do Departamento de Educação da Universidade de Brasília (UnB) que, como havíamos falado no início do texto, atua como vice-presidente da “Associação Escola Sem Partido” criada em 2015. Matos tem atuado em várias audiências públicas como palestrante e especialista no tema da “doutrinação”, representando o ESP nesses debates ao lado de Miguel Nagib e de outros colaboradores do antimovimento.

Nessas audiências, o professor Bráulio prontifica-se a refletir sobre as “éticas da objetividade científica de um lado e as do compromisso com uma causa política de outro”, utilizando como referência algumas afirmações do sociólogo Max Weber. Fazendo uma leitura e uma interpretação dos escritos de Weber, Matos reforça a importância da separação entre ciência e política e a necessidade do professor sempre buscar a “neutralidade ideológica” dentro de sala de aula, algo que problematizamos anteriormente.<sup>262</sup>

Novamente, no que diz respeito ao site do Instituto Liberal de Brasília, vemos que, na mesma lista de associados que aparecem o nome de Miguel Nagib e Nelson Lehmann, que tratamos anteriormente, também aparece o nome do professor Bráulio Porto de Matos, em 2002.<sup>263</sup> Além disso, o nome do professor consta também entre as assinaturas do grupo que lançou o manifesto do IL de Brasília na página “ResPublica”, acima comentada.<sup>264</sup> Desse modo, vemos que a relação entre os três intelectuais existe, pelo menos, desde 2002, antes da criação do ESP, o que reforça ainda mais a nossa hipótese desse grupo em torno do IL de Brasília ser um esboço do que viria a ser o ESP em 2004.

Outra figura importante que aparece como colaboradora do “Escola Sem Partido” e atua nas redes sociais e também nas audiências públicas representando o ESP é Beatriz Kicis de Sordi, ou Bia Kicis.<sup>265</sup> De acordo com a autora Betty Solano Espinosa e o autor Felipe Queiroz,

<sup>262</sup> Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Liberdade de expressão na sala de aula. *Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Senado Federal*. 01 set. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwGERV-1zUo> Acesso (10/07/2017)

<sup>263</sup> Cf. INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. Lista dos associados. *Google Drive*. 14 jul. 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

<sup>264</sup> Cf. INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. ResPublica. *Google Drive*. 18 dez. 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Bia Kicis, na sua página oficial no Facebook, apresenta-se como: “Cidadã brasileira, advogada, procuradora do Distrito Federal, mãe de 2 filhos, e que tem-se dedicado à atividade política apartidária, na luta incansável contra o Foro de São Paulo, organização criminosa, fundada por Lula e Fidel Castro nos anos 90. Ao tomar conhecimento deste Foro de SP e seu projeto de implantação do comunismo na América Latina e, ao perceber que a grande mídia

Kicis, junto com Adolfo Sachsida<sup>266</sup>, também apoiador do ESP, Kicis subscreveu uma das petições de afastamento da Presidente Dilma, endereçada ao Congresso Nacional.<sup>267</sup> Kicis também foi uma das lideranças do movimento “Revoltados On Line”<sup>268</sup>, um dos grupos pró-*impeachment* e, ao lado de Marcelo Reis, fundador do grupo, e Alexandre Frota, foram apresentar o projeto “Escola Sem Partido” no dia 25 maio de 2016 ao, na época, Ministro interino da Educação Mendonça Filho.<sup>269</sup> Vale destacar também que no mesmo dia, ainda em Brasília, Marcelo Reis, Bia Kicis e Miguel Nagib gravaram um vídeo falando da importância do encontro com o novo Ministro da Educação e também reafirmando as propostas e os argumentos do ESP.

Nesse vídeo, podemos perceber novamente o caráter antipetista e anticomunista do ESP, por meio de frases que estimulam a crença em teorias conspiratórias ditas por Nagib, como, por exemplo: “há um ataque frontal à família! O petismo continua! Porque o petismo não acabou, o PT está momentaneamente fora do poder, mas o petismo continua dominando a máquina do Estado, e, sobretudo o sistema educacional.”<sup>270</sup> Aqui, o ESP reforça a ideia de que o governo do PT é culpado pela usurpação do direito dos pais sobre a educação moral dos seus filhos, argumento que está presente no ESP desde 2008/2009 quando se posicionou contra o projeto de educação sexual promovido pelo Ministério da Saúde, desde 2011 contra o kit de combate à homofobia também promovido pelo governo federal e que ganha mais força em 2014 com o debate em torno do PNE, como vimos anteriormente.

---

silencia sobre esse tema e tantos outros, decidi que era sua obrigação de cidadã compartilhar essas informações com os demais brasileiros. Essa página é um espaço para essa missão.” KICIS, Bia. Biografia na página do Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/biakicisoficial/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/biakicisoficial/about/?ref=page_internal) Acesso (10/07/2017)

<sup>266</sup> Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Instituto Liberal e ao Foro de Brasília, se apresenta como defensor do “Escola Sem Partido”. Sachsida foi um dos líderes da chamada Marcha pela Liberdade que pedia o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Foi nomeado como assessor do Ministro da Educação, Mendonça Filho, e exonerado menos de vinte e quatro horas depois. Cf. REDAÇÃO G1. MEC desiste de nomeação de apoiador do ‘Escola sem Partido’. *G1*. 12 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-desiste-de-nomeacao-de-apoiador-do-escola-sem-partido.ghtml>

<sup>267</sup> Cf. ESPINOSA, Betty Solano; QUEIROZ, Felipe Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017, p.56

<sup>268</sup> Grupo fundado em 2004 por Marcelo Reis para combater a pedofilia na internet e que depois abraçou a bandeira do *impeachment*. Seu foco foi a saída do PT do governo e suas posições em relação a temas como aborto e a legalização da maconha são ultraconservadoras. Idem.

<sup>269</sup> Cf. REDAÇÃO G1. Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e líder de protestos. *G1*. 25 mai. 2016. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-lider-de-protestos.ghtml> Acesso (10/07/2017)

<sup>270</sup> Cf. NAGIB, Miguel. Encontro com Revoltados Online. *Google Drive*. 25 mai. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--UGUtM1VWNHhGZEE?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)



Vale destacar também, como expressão da construção dessas redes, a importância dos *hangouts*, vídeo-conferências realizadas e transmitidas em um canal do *Youtube* em que se reúnem membros e colaboradores do ESP com outros sujeitos que defendem o antimovimento e compartilham dos mesmos valores culturais e políticos conservadores. Nesses *hangouts*, geralmente, a discussão gira em torno das proposições do ESP e dos adversários que se opõem à suas propostas. Podemos perceber que, muitas vezes, os participantes utilizam esse espaço para expor suas narrativas de desqualificação dos sujeitos e grupos que se posicionam contra a aprovação dos PLs baseados no ESP. Essa desqualificação vai desde a inferiorização e ridicularização dos adversários políticos, até discursos discriminatórios, de caráter homofóbico, racista e machista.

Um desses *hangouts* chama-se “Hangout Especial – Quem tem medo do Escola Sem Partido?” do canal “Terça Livre” que foi realizado em julho de 2016, conduzido por Allan dos Santos<sup>271</sup>, e tem a participação de Miguel Nagib, Bia Kicis, Olavo de Carvalho e o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)<sup>272</sup>, autor do PL 1411/2015 (retirado de tramitação) que tipifica o crime de assédio ideológico por parte dos professores e dá outras providências. Nesse *hangout*, logo de início podemos ver o filósofo conservador Olavo de Carvalho prestando uma homenagem informal a um “falecido amigo nosso, que é o pioneiro de toda essa coisa, que é o Nelson Lehmann da Silva, que nos anos 70 já estava estudando a fundo esse problema da propaganda comunista nas escolas sobretudo nos livros didáticos”, e dizendo que foi Lehmann quem chamou a atenção dele e a de Miguel Nagib para a questão da “doutrinação ideológica nas escolas”. Além disso, vemos Bia Kicis e o deputado Rogério Marinho demonstrar sua simpatia e sua admiração pela figura de Olavo, colocando-se como seguidores do mesmo. À pergunta “Quem tem medo do Escola Sem Partido?” as respostas finais dos participantes foram consensuais: “comunistas idiotas úteis”, “petistas”, e aí incluso os partidos “REDE, PSOL, PCdoB, essa tranqueira toda”, nas palavras de Kicis; “professores militantes”, e aqui Miguel Nagib cita a página do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP); a

<sup>271</sup> Allan dos Santos é bacharel em filosofia e um dos fundadores do canal Terça Livre. O canal visa promover vídeos sobre as questões políticas atuais com viés marcadamente anticomunista, antipetista e conservador. O canal já realizou diversos *hangouts* que conta com a participação frequente de nomes como Lobão, Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro e Bia Kicis. Cf. HANGOUT TERÇA LIVRE. Os próximos passos contra o PT. *Youtube*. 02 jun 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1BBDJS\\_VME&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=1BBDJS_VME&t=3s) Acesso (10/07/2017); Cf. HANGOUT TERÇA LIVRE. Contra o comunismo ontem e hoje. *Youtube*. 31 mar. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gi1LUZUDnzi> Acesso (10/07/2017)

<sup>272</sup> Rogério Marinho é economista, professor, administrador público, coordenador de projetos, empregado público e assessor político. Faz parte da Comissão de Educação da Câmara, assim como das comissões especiais para o PL 6583/13, que julga o Estatuto da família, e a PL 6314/05, que julga a liberdade de opinião no ensino religioso. Em seu perfil na rede social Facebook, apresenta-se como sendo um dos principais defensores da reforma do Ensino Médio e do projeto Escola Sem Partido. Cf. MOURA, 2016

Associação Nacional de História (ANPUH) que se pronunciou contra o ESP; os sindicatos de professores; os “karnais”<sup>273</sup>, etc. Todos esses grupos contrários ao ESP são considerados, nas palavras de Nagib, um mal que se iguala ao câncer.<sup>274</sup>

Outro *hangout* que vale destacar chama-se “Universidade Totalitária, ‘fui perseguida por ser cristã’” publicado no canal de Bia Kicis no *Youtube*<sup>275</sup> em abril de 2017 e que conta com a participação de Kicis, da professora de História Ana Caroline Campagnolo<sup>276</sup>, do pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP), do vereador de São Paulo Fernando Holliday (DEM-SP) e de Miguel Nagib. Nesse *hangout* o tema principal abordado foi a recente polêmica envolvendo Campagnolo e a professora Marlene de Fáveri<sup>277</sup> do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ex-orientadora de Campagnolo no mestrado em História nessa mesma universidade. Campagnolo abriu um processo contra Fáveri exigindo uma indenização no valor de R\$ 17.600 por “discriminação, intimidação, ameaça velada via e-mail, exposição discriminatória, humilhação em sala de aula e tentativa de prejudicar academicamente a autora”.<sup>278</sup> Nessa polêmica, Campagnolo tem se posicionado como “vítima de perseguição religiosa” pelo motivo de ser “católica, conservadora e antifeminista”. Esse caso, que ganhou proporções nacionais, está sendo utilizado, pelo ESP, como “um dos maiores exemplos de doutrinação ideológica no ensino superior brasileiro”. No *hangout* todos os participantes mostram-se simpáticos à causa de Campagnolo e apoiam o seu processo contra a professora Fáveri. Nas entrevistas concedidas aos *sites* de conteúdo jornalístico, Campagnolo insiste que seu processo não tem nenhuma relação com o ESP e que

<sup>273</sup> Referência aos seguidores do historiador Leandro Karnal, que também se pronunciou contra o ESP no programa de entrevista e debate “Roda Viva”. Segundo Leandro Karnal, o ESP “é uma coisa de gente que não é formada na área e que decide ter uma ideia absurda que é substituir o que eles imaginam que seja uma ideologia em sala de aula por outra ideologia, que é a ideologia conservadora” RODA VIDA. Entrevista Leandro Karnal. 04 julho 2016. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE> Acesso (10/02/2018)

<sup>274</sup> Cf. HANGOUT TERÇA LIVRE. Quem tem medo do Escola Sem Partido?. *Youtube*. 14 julho 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=L90OR58L\\_pA&t=13s](https://www.youtube.com/watch?v=L90OR58L_pA&t=13s) Acesso (10/07/2017)

<sup>275</sup> Cf. HANGOUT BIA KICIS. Universidade totalitária – fui perseguida por ser cristã. *Youtube*. 25 abr.2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xiul9vEdhf8&t=3516s> Acesso (10/07/2017)

<sup>276</sup> Ana Caroline Campagnolo é professora de História em escolas públicas e privadas de Santa Catarina e idealizadora do canal “Vlogoteca”, que tem “como objetivo apresentar resenhas e sugestões de livros que não são indicados na faculdade”. Dentre os autores sugeridos podemos encontrar Olavo de Carvalho e o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do Doi-Codi e do II Exército no período da ditadura militar. Cf. CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Canal Vlogoteca*. Disponível em: <http://www.vlogoteca.com/> Acesso (10/07/2017); Cf. ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 57.

<sup>277</sup> Cf. PORTAL CATARINAS. “Não posso orientar quem não acredita naquilo que estuda”, afirma Marlene de Fáveri. *Catarinas*. 11 abril 2017. Disponível em: <http://catarinas.info/nao-posso-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/> Acesso (10/07/2017)

<sup>278</sup> Idem.

também não é colaboradora do mesmo, apesar de já ter participado de audiências públicas apoiando o ESP e ter conexões próximas com os seus representantes.<sup>279</sup>

Outros nomes que aparecem ligados ao ESP e também são figuras frequentes nas audiências públicas são os professores Orley José da Silva e Luiz Lopes Diniz Filho<sup>280</sup>, que aparecem relacionados ao *site* do ESP com seus *blogs* “De olho no livro didático” e “Tomatadas”, respectivamente. Orley, como vimos, é Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor no Município de Goiânia. Segundo o portal cristão “Gospel 10”, Orley é um “evangelista assembleiano de Goiânia, que milita no evangelismo universitário há 17 anos” e um “servo atuante no ministério de evangelismo universitário”.<sup>281</sup>

Em seu *blog*, o professor Orley tem como objetivo denunciar as práticas de “doutrinação” nos livros didáticos aprovados pelo MEC. Uma das suas principais críticas está em dizer que o objetivo dos livros atuais é “apresentar a família de acordo com a ideologia de gênero”. Dentre os livros que estão sendo criticados, vemos alguns que afirmam que na sociedade existem diferentes configurações familiares (não só casais héteros mas também casais homossexuais, famílias com mãe solteira, famílias constituídas por negros, etc.).<sup>282</sup> No entanto, para Orley, isso seria uma demonstração da “doutrinação pela ideologia de gênero”. Além disso, Orley denuncia também as versões da Base Nacional Comum Curricular<sup>283</sup> ainda

<sup>279</sup> Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 15 fevereiro 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58828&codReuniao=46293> Acesso (17/10/2017)

<sup>280</sup> Para assistir a fala de Luiz Lopes Diniz Filho Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 07 fevereiro 2017 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974> Acesso (10/07/2017); Para assistir a fala de Orley José da Silva Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 30 maio 2017 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=65725&codReuniao=47532> Acesso (10/07/2017)

<sup>281</sup> Cf. SILVA, Orley José da. Perfil no portal Gospel 10. *Gospel 10*. 10 janeiro 2012. Disponível em: <http://www.gospel10.com/usuario-professor/> Acesso (10/07/2017)

<sup>282</sup> Cf. SILVA, Orley José da. Livro do MEC de ciências humanas e da natureza/2016 apresenta a família de acordo com a Ideologia de Gênero. *De olho no livro didático*. 21 agosto 2015. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2015/08/> Acesso (10/07/2017)

<sup>283</sup> Vale frisar que Orley José e Bráulio Porto de Matos participaram como palestrantes da mesa “Ciências Humanas na BNCC”, coordenada pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) no Ciclo de Debates sobre a Base Nacional Comum Curricular realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no dia 31 de maio de 2016. Cf. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. A Comissão de Educação organizou ciclo de debates sobre a Base Nacional Comum Curricular. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/programacao-para-o-ciclo-de-debates-sobre-o-bncc-dos-dias-31-05-e-02-06> Acesso (10/07/2017)

em discussão e em processo de implementação, afirmando que a mesma abre espaço para um “projeto de desconstrução da família natural, da sexualidade natural e desconstrução da moral religiosa cristã”, de acordo com a “ideologia de gênero”.<sup>284</sup>

O caso da “doutrinação religiosa”, também uma preocupação do ESP ao lado da “ideologia de gênero”, também aparece no *blog*, quando Orley afirma que, “a pretexto de estudar a cultura afro brasileira”, o MEC, por meio dos livros didáticos, está “doutrinando as crianças sistematicamente no Candomblé e na Umbanda”, por tratar de representações iconográficas de divindades dessas respectivas religiões e tratar dos seus aspectos culturais.<sup>285</sup>

Já Luiz Lopes Diniz Filho, como foi falado anteriormente, é professor de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e é autor do *blog* “Tomatadas”, inspirado, como o mesmo diz, no “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” de Leandro Narloch, que avisa no livro que “já é hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta”. No caso de Diniz Filho, o mesmo diz que é hora de fazer isso com a “geografia e o sistema de ensino atuais, que carregam os mesmos vícios”.<sup>286</sup> No *blog*, Diniz Filho tem como objetivo denunciar livros didáticos de Geografia que possuem um viés político-ideológico anticapitalista e de esquerda, e nas audiências públicas fundamenta suas críticas em livros de sua própria autoria e usa como exemplo livros didáticos da década de 90, ultrapassados e não mais aprovados e utilizados pelo MEC, para “provar” que existe “doutrinação ideológica e política” nas escolas, uma estratégia que é recorrente entre os membros e defensores do ESP.

Também é importante reforçarmos aqui as ligações do ESP com as redes conservadoras e fundamentalistas religiosas cristãs da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)<sup>287</sup> e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPC)<sup>288</sup> na Câmara dos Deputados. Em maio de 2016 foi criada a “Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180,

<sup>284</sup> SILVA, Orley José da. A 3ª versão da BNCC: análise e constatações (Nota Técnica). *De olho no livro didático*. 12 abr. 2017. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/04/a-3-versao-da-bncc-analise-e.html> Acesso (10/07/2017)

<sup>285</sup> Cf. SILVA, Orley José da. Candomblé e Umbanda em livros didáticos/2016 do MEC para o ensino fundamental. *De olho no livro didático*. 12 abr. 2016. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html> Acesso (10/07/2017) Ver também: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/05/o-mundo-fisico-e-espiritual-dos-orixas.html> Acesso (10/07/2017)

<sup>286</sup> DINIZ FILHO, Luiz Lopes. *Blog Tomatadas*. Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/> Acesso (10/07/2017)

<sup>287</sup> Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658> Acesso (10/07/2017)

<sup>288</sup> Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53496> (10/02/2018)

de 2014 – Escola Sem Partido” do deputado Erivelton Santana (PEN/BA)<sup>289</sup>, na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional, que “inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.”<sup>290</sup> Essa Comissão tem como objetivo discutir e avaliar este e outros projetos de lei que envolvem o “Programa Escola Sem Partido”. Vale lembrar que a esse PL tramitam apensados outros como: o PL 7181/2014, também proposto pelo deputado Erivelton Santana e que estende as proposições do PL 7180/2014 aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); o PL 867/2015, proposto pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF)<sup>291</sup> na Câmara dos Deputados, e que pretende incluir o “Programa Escola Sem Partido” entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o PL 1859/2015, também proposto pelo deputado Izalci Lucas e outros, e que acrescenta um parágrafo na LDB que prevê a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação; e o PL 5487/2016, proposto pelo deputado Victório Galli (PSC/MT)<sup>292</sup>, que “institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”.<sup>293</sup>

No dia 05 outubro de 2016 a Comissão foi instalada e suas atividades foram iniciadas com a votação para presidente, vice-presidentes e relator. Dentre os parlamentares titulares e suplentes vemos que a maioria pertence a FPE e alguns pertencem a FPC e vale citar alguns

---

<sup>289</sup> O deputado Erivelton Santana é auxiliar de administração e assessor político, tem curso superior incompleto em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Salvador e faz parte da FPE pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Dentre seus outros projetos de lei, destaca-se o de nº 5.618/2013, que autoriza o poder executivo a transformar em projeto de Estado o programa denominado “Fé na Prevenção”, que levaria os agentes religiosos a “participar da implementação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público” Cf. MOURA, 2016, p. 32-34

<sup>290</sup> ATO DE CRIAÇÃO. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 16 maio 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/conheca-a-comissao/criacao-e-constituicao/ato-de-criacao> Acesso (10/07/2017)

<sup>291</sup> Izalci Lucas tem formação em Pedagogia e em Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado Brasília. Izalci faz parte tanto da FPE quanto da FPC e é membro titular da Comissão de Educação e de várias outras comissões referentes à educação. Dentre as comissões das quais participa, destaca-se presidência na Comissão Especial para análise da Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio e sua suplência na Comissão Especial para análise da PL 7180/2014 – Escola Sem Partido ao qual seu próprio PL 867/2015 está apensado. Cf. MOURA, 2016, p. 45-46

<sup>292</sup> O deputado Victório Galli é membro da FPE, pastor evangélico e professor de Teologia das Faculdades Evangélicas Integradas Cantares de Salomão. Seu principal projeto é o PL 4.500/2012, que prevê a possibilidade de líderes religiosos questionarem e criticarem a homossexualidade sem estarem sujeitos a penalidades por homofobia. Cf. MOURA, 2016, p. 57

<sup>293</sup> Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Árvore de apensados – PL 7180/2014. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_arvore\\_tramitacoes?idProposicao=606722](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=606722) Acesso (10/07/2017)

nomes como Eduardo Bolsonaro (PSC/SP)<sup>294</sup>, Rogério Marinho (PSDB/RN), João Campos (PRB/GO)<sup>295</sup>, Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) e Izalci Lucas (PSDB/DF). Além disso, o presidente da Comissão deputado Marcos Rogério (DEM/RO)<sup>296</sup>, o 1º e o 2º vice-presidentes deputado Pastor Eurico<sup>297</sup> (PHS/PE) e o deputado Lincoln Portela (PRB/MG)<sup>298</sup>, respectivamente, e o relator da comissão deputado Flavinho (PSB/SP)<sup>299</sup> também fazem parte da FPE. Ao analisarmos algumas narrativas desses parlamentares, tanto nas audiências públicas quanto fora delas, percebemos uma forte ligação com os membros do ESP e uma base de apoio sólida para a aprovação dos PLs sendo discutidos.

Começando pelo deputado Eduardo Bolsonaro, vemos que o mesmo, em suas narrativas nas audiências públicas, deixa claro o seu apoio ao “Escola Sem Partido” ao reforçar que existe “doutrinação ideológica de esquerda” nas salas de aula e que isso é um projeto de “professores militantes” inspirados em “Paulo Freire e Antonio Gramsci para dominar as escolas”. Saudando e agradecendo os militares de 64, por não terem deixado os marxistas tomarem os quartéis no passado, Bolsonaro diz que o “Programa Escola Sem Partido tem que prever a criminalização, a pena” desses professores.<sup>300</sup> Vale lembrar que, como apontamos no início do texto, a própria ideia de se criar um Projeto de Lei baseado no ESP partiu de uma conversa entre o deputado Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e Miguel Nagib. Além disso, o próprio Nagib já participou de um *hangout* com a participação de Eduardo Bolsonaro e o vereador da Câmara Municipal de Niterói

---

<sup>294</sup> Eduardo Bolsonaro é advogado, formado em Direito (UFRJ), policial federal e político brasileiro. Faz parte tanto da FPE quanto da FPC na Câmara dos Deputados. Filho de Jair Bolsonaro e irmão de Flávio e Carlos Bolsonaro, autores do PL ESP no Rio de Janeiro. Além de compor a Comissão Especial Escola Sem Partido, também já fez parte como suplente da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara.

<sup>295</sup> O deputado João Campos é formado em Direito pela Universidade Católica de Goiânia, líder da FPE, delegado e pastor pela Assembleia de Deus. É um dos autores da Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 435/2014 que, estabelece que a cada dez anos, a lei fixará conteúdos mínimos para a educação básica e superior, proibindo a aplicação da transversalidade ou técnicas subliminares no ensino de matéria moral ou orientação religiosa. Izalci Lucas e Erivelton Santana também fazem parte dos autores da PEC, junto com mais alguns deputados que compõem a FPE e a FPC. Cf. MOURA, 2016, p.37-38

<sup>296</sup> O deputado Marcos Rogério é Jornalista e Bacharel em Direito, e membro da FPE. Além de ser presidente da Comissão Especial Escola Sem Partido, já participou como suplente na Comissão de Educação e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

<sup>297</sup> O pastor Francisco Eurico da Silva é formado em Teologia na Faculdade de Ensino Teológico, São Paulo, e em Direito na Faculdade Maurício de Nassau, Recife. É pastor na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Recife e membro da FPE.

<sup>298</sup> Lincoln Portela é pastor evangélico, apresentador de televisão, radialista e presidente da Igreja Batista Solidária. É graduado e doutor em Teologia, União Internacional, Seção Brasil. Também é membro da FPE na Câmara dos Deputados.

<sup>299</sup> Flávio Augusto da Silva é empresário, católico, apresentador de Televisão e cantor da Canção Nova. É membro da FPE e da FPC na Câmara dos Deputados

<sup>300</sup> Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 07 fev. 2017 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974> Acesso (10/07/2017)

Carlos Jordy (PSC/RJ), que propôs o PL 49/2017 que inclui o “Programa Escola Sem Partido” no sistema municipal de ensino de Niterói.<sup>301</sup> Desse modo, a proximidade das relações entre o ESP e a família Bolsonaro fica explícita.

Como vimos, os deputados Rogério Marinho (PSDB/RN) e o Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) também já participaram de *hangouts* com membros e colaboradores do ESP e ambos se posicionam a favor do programa em suas falas nas audiências públicas, reproduzindo e reforçando os mesmos argumentos compartilhados pelo ESP. Além disso, vale lembrar que o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) propôs o PL 1411/2015 que criminaliza o que eles chamam de “assédio ideológico” por parte dos professores.

No dia da instalação da Comissão Especial, Bia Kicis e Miguel Nagib estavam presentes e a advogada gravou um vídeo ao vivo dizendo aos seus espectadores, apoiadores do ESP no Facebook, que a instalação da Comissão tinha sido um sucesso e conversou com dois deputados que fazem parte da mesma: João Campos (PRB/GO) líder da FPE e um dos titulares da Comissão e Marcos Rogério (DEM/RO), presidente da Comissão. A conversa entre ela e os deputados é reveladora por dois motivos: primeiro, pela maneira como os deputados expressam, com naturalidade, o seu apoio ao ESP, compartilhando dos mesmos valores e ideias; segundo, pela maneira explícita de como argumentam que a Comissão foi criada e estruturada tendo como objetivo aprovar o “Programa Escola Sem Partido”.

Na primeira conversa, com o deputado João Campos, o mesmo deixa claro que a Comissão Especial foi criada para aprovar o “Programa Escola Sem Partido” “o mais rápido possível e de forma mais fácil, sem precisar tramitar por outras Comissões”, e também enfatiza que o professor precisa respeitar os valores, os costumes e as tradições “a partir da família”.<sup>302</sup>

---

<sup>301</sup> Cf. HANGOUT. Hangout Com Eduardo Bolsonaro, Vereador Carlos Jordy/RJ e Prof. Miguel Nagib. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6GQWc19JMa0> Acesso (10/07/2017); Vale destacar que no dia 29 de maio de 2017 houve uma Audiência Pública sobre o “Escola Sem Partido”, projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de Niterói, e que contou com a participação do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), de Miguel Nagib e Carlos Jordy (PSC/RJ), que presidiu a audiência. À princípio a mesa era composta apenas de defensores do programa, no entanto, após a pressão da oposição, o vereador Tarcísio Mota (PSOL-RJ) e uma professora de uma escola estadual do Rio de Janeiro também tiveram seus momentos de fala de contraposição ao programa ESP. A audiência foi marcada por um intenso debate no plenário, entre defensores do ESP e opositores. Dentre os defensores do ESP alguns levantavam cartazes homenageando torturadores, com os dizeres “Ustra Vive” e um rapaz foi preso por cometer racismo. Cf. REDAÇÃO REVISTA FÓRUM. Defensor do “Escola Sem Partido” é preso em flagrante por injúria racial. *Revista Fórum*. 01 jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/06/01/defensor-escola-sem-partido-e-preso-em-flagrante-por-injuria-racial/> Acesso (10/07/2017)

<sup>302</sup> KICIS, Bia. Instalação da Comissão Especial “Escola Sem Partido”. *Google Drive*. 05 out. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--QkxFMmR0OXE5bFk?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

Já na conversa entre Bia Kicis e o deputado Marcos Rogério (DEM/RO) podemos ver os mesmos valores e ideais compartilhados. Nas palavras do deputado, o objetivo da Comissão é construir um texto final que “esteja alinhado com o pensamento nacional, com a preservação dos valores nacionais”. Ao final da conversa o deputado diz que “todos aqui [da Comissão] estarão servindo a família brasileira”.<sup>303</sup> Aqui, percebemos, nas duas conversas a tendência de homogeneização das diferentes configurações familiares numa única categoria: “a família brasileira”, que como vimos, remete à ideia da família que compartilha dos valores tradicionais cristãos e que é um elemento fundamental na cultura política conservadora compartilhada pelos membros e defensores do ESP.

Desse modo, ao identificarmos e analisarmos as redes que envolvem o “Escola Sem Partido” e os sujeitos que compartilham as suas propostas e argumentos, podemos perceber o apoio que esse antimovimento vem conquistando ao longo dos anos, desde a sua criação até os dias atuais. Esse crescimento pode ser explicado tendo em mente duas estratégias de ação política fundamentais.

De um lado, o ESP construiu uma rede de contatos e apoios forte por meio das redes sociais na internet que contribuiu e contribui para circulação em massa das suas propostas, seus argumentos, seus materiais produzidos, as denúncias feitas aos professores, etc. Esse braço na rede digital conta com uma rede ampla de jornalistas, líderes de outros (anti)movimentos, formadores de opiniões em geral, que compartilham valores conservadores no que diz respeito ao aspecto moral, amalgamados, muitas vezes, com o pensamento neoliberal. Esse grupo, que apoia o ESP e é constituído de pessoas que são formadas em universidades e são diplomadas, possui um público fiel em massa que também passa a apoiar o antimovimento após tomar conhecimento das suas propostas. Vimos que figuras públicas como Rodrigo Constantino, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, membros do MBL, entre outros, utilizam dos meios de comunicação em massa para divulgar e consolidar o ESP ainda mais nos espaços virtuais.

---

<sup>303</sup> KICIS, Bia. Instalação da Comissão Especial “Escola Sem Partido”. *Google Drive*. 05 out. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--OkxFMmR0OXE5bFk?usp=sharing> Acesso (10/07/2017). Aqui, vale uma nota de atualização sobre a relatoria da Comissão Especial sobre o PL do ESP. Recentemente, o deputado Marcos Rogério publicou uma notícia em seu site afirmando que na última audiência pública da Comissão Especial (10/04/2018) “tanto os parlamentares presentes, como os convidados, foram unânimes ao defender a aprovação do projeto de lei Escola Sem Partido.” Dentre os convidados, estava Kim Kataguirí do MBL. Isso reforça ainda mais os argumentos dos deputados de que a Comissão foi criada, desde a sua origem, para aprovar o ESP. Cf. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO. Escola Sem Partido: convidados e parlamentares são unânimes quanto à aprovação do projeto de lei. *Site*. 10 abril 2018. Disponível em: <http://depmarcosrogerio.com.br/observatorio-da-familia/escola-sem-partido-convidados-e-parlamentares-sao-unanimes-quanto-a-aprovacao-do-projeto-de-lei/> Acesso (16/04/2018)



De outro lado, o ESP também atua ocupando os espaços públicos urbanos, por meio das redes institucionais, mantendo contatos próximos com os institutos liberais, algo que está presente no ESP antes mesmo da sua criação, e por meio da construção de uma rede parlamentar das câmaras legislativas do país que cada vez mais fortalece suas propostas e facilita a aprovação dos seus Projetos de Lei.<sup>304</sup> Vemos que esses parlamentares, que apoiam o ESP, possuem uma forte representação dos setores fundamentalistas religiosos e conservadores da sociedade, que tem a família tradicional cristã, seja católica ou evangélica, como principal valor moral a ser defendido.

Além disso, é importante frisar que um ponto em comum que conectam todos os envolvidos nessas redes com ESP é o fato de todos terem se posicionado a favor do afastamento da presidente Dilma Rousseff durante a crise política vivida no país e todos compartilharem do discurso anticomunista, antipestista e do discurso contra o debate acerca da questão de gênero nas escolas.

Por fim, vale destacar que, como vimos, o ESP possui alguns principais nomes que são, de fato, as pessoas que são ativas na organização e no funcionamento do antimovimento. Assim como movimento PCESP, que veremos a seguir, o ESP tem seguidores e um apoio em massa nas redes sociais, principalmente no Facebook, isto é, pessoas que participam publicando e divulgando opiniões, notícias, denúncias contra professores, etc. No entanto, por mais que o ESP seja envolvido por essa ampla rede de participantes e defensores nas redes sociais, e uma ampla rede institucional e parlamentar, são poucos que possuem o poder de dar uma direção ao antimovimento, criando conteúdos, consolidando repertórios e estratégias de ação política e coletiva, ocupando os espaços virtuais e públicos. Através dos nomes citados, principalmente de Miguel Nagib, Bráulio Porto e Bia Kicis e de outros colaboradores próximos que representam o ESP, podemos dizer que o antimovimento possui uma centralização interna, ao

---

<sup>304</sup> Em uma entrevista recente, concedida à Revista Época, Miguel Nagib afirma que “O Escola sem Partido funciona como uma espécie de ‘franquia legislativa’. Os parlamentares que decidem apresentar o projeto sempre contam com nosso apoio e nossa expertise. Além dos anteprojetos e suas respectivas justificativas, oferecemos um parecer jurídico sobre a constitucionalidade do projeto, modelos de panfletos informativos e uma ampla amostra das condutas abusivas que justificam a necessidade da lei que está sendo proposta.” Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Trechos da entrevista concedida por Miguel Nagib à reportagem da Revista Época. *Facebook*. 12 março 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/1005787792905545> Acesso (16/04/2018); Também vale destacar que, em uma matéria recente pelo site de notícias “Gênero e número” em parceria com pesquisadores e professores do movimento PCESP, foi feito um levantamento de que os partidos que mais apresentaram os PLs do “Escola sem Partido” e contra “ideologia de gênero” pelo país no ano de 2017 foram PP (Partido Progressista) e PSC (Partido Social Cristão), seguidos de perto por PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e MDB (Movimento Democrático do Brasil, ex-PMDB). Cf. BASTOS, Mariana. PP, PSC, PSDB e MDB, os partidos da “Escola sem Partido”. *Gênero e número*. 18 abril 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/pp-psc-psdb-e-mdb-os-partidos-da-escola-sem-partido/> Acesso (21/04/2018)

mesmo tempo que é externamente vinculado por meios das ramificações do público mais amplo defensor de suas propostas, que acabam por configurar as redes que destacamos acima.

#### **1.4 A negação da subjetividade do outro: consequências do antimovimento ESP para o ensino de história como prática de história pública em sala de aula**

Após termos apresentado e analisado os princípios e valores políticos e morais que caracterizam o “Escola Sem Partido”, e também termos identificado os integrantes que fazem parte do mesmo e as suas redes de apoio e difusão, podemos retomar algumas reflexões a partir das propostas de Alain Touraine para concluirmos nossa análise do ESP como um antimovimento social e como esse antimovimento pode gerar consequências para o ensino de história como disciplina escolar e como prática de história pública em sala de aula.

Para compreendermos melhor o ESP como um antimovimento, que cresceu em um contexto de crise política e de avanço de uma “onda conservadora”, como vimos anteriormente, podemos mobilizar as reflexões de Touraine sobre o conceito de democracia, conceito este que, segundo o sociólogo, é indissociável da ideia de sujeito e de movimento social que tratamos no início deste capítulo. De acordo com Touraine, não podemos pensar esses conceitos de maneira dissociada porque não podemos separar a formação dos atores sociais, isto é, dos sujeitos e, portanto, dos próprios movimentos sociais, das mediações políticas e culturais que são os elementos centrais e indispensáveis da democracia.<sup>305</sup> Mas o que seria democracia para Touraine? Para o autor,

“O que define a democracia não é, pois, apenas um conjunto de garantias institucionais ou o reino da maioria mas sobretudo o respeito a projectos individuais e colectivos, que combinem a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de se identificarem com uma colectividade social, nacional ou religiosa particular. A democracia não se assenta somente em leis, mas sobretudo numa cultura política, numa *cultura democrática*”<sup>306</sup> (grifo do autor)

Neste trecho, Touraine procura deixar claro que não podemos entender democracia apenas como um conjunto de regras e de garantias institucionais a serem seguidas, fechada apenas numa dimensão de deliberação política na qual a palavra “cidadania” só passa a ter sentido em períodos eleitorais. Democracia é mais do que a capacidade de eleger e ser eleito, é mais do que uma representação política e institucional. Essa é uma dimensão importante da democracia, mas não a única e a principal para Touraine. O que o sociólogo afirma é que “temos necessidade de uma democracia de libertação”<sup>307</sup>. Ou seja, como vimos no início do capítulo, é

<sup>305</sup> Cf. TOURAINE, 1998, p.145.

<sup>306</sup> TOURAINE, 1994, p. 24.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 20

somente em uma sociedade democrática, que cultiva uma cultura política democrática, que os indivíduos podem ter a liberdade de se tornarem sujeitos, isto é, de se tornarem atores sociais, dotados de uma identidade pessoal e coletiva, que possuem o direito de reivindicar a particularidade dessa identidade, a produção de sua subjetividade vinculada a uma coletividade perpassada por valores culturais, crenças e comportamentos, e, ao mesmo tempo, serem reconhecidos e respeitados nos espaços públicos. Desse modo, democracia para Touraine encontra-se intrinsecamente ligada à liberdade do sujeito. É apenas nessa cultura política democrática de libertação que o indivíduo pode se tornar sujeito e se reconhecer e ser reconhecido como ator coletivo e agente de mudanças. É apenas nessa dimensão que o sujeito pode resistir e afirmar-se pelo seu elemento de diferenciação em relação aos outros, dentro de um sistema de regras institucionais universais, que se impõe e é comum a todos.

Para Touraine, como bem sintetiza, “o regime democrático é a forma de vida política que dá a maior liberdade ao maior número, que protege e reconhece a maior diversidade possível”.<sup>308</sup> E é nesse ponto em que reside a grande dificuldade para a democracia atual: a de defender e produzir a diversidade numa cultura de massas.<sup>309</sup> A grande questão para a democracia então, segundo Touraine, é combinar, ao mesmo tempo, a liberdade dos sujeitos e o respeito pelas diferenças culturais, com a organização racional da vida coletiva por meio das leis da administração pública e privada, ou seja, combinar o princípio da diversidade e da unidade, da liberdade e da integração.<sup>310</sup>

Vale frisar que a questão da liberdade do sujeito em Touraine não pode ser confundida com “individualismo”, já que este não pode ser considerado um princípio suficiente de construção da democracia. Se a liberdade do sujeito pressupõe uma associação ao coletivo e sempre refere-se ao outro, reconhecendo esse outro também como sujeito, dotado de vontade e ação política, respeitando a sua diferença, a sua demanda por liberdade e aceitando a sua diversidade, o “individualismo” pressupõe um indivíduo que é guiado apenas pelos seus interesses e pela satisfação das suas necessidades privadas, e que nem sempre leva em consideração o outro e a cultura democrática acima caracterizada.<sup>311</sup> Na verdade, o princípio do “individualismo” não reconhece o outro como sujeito e sua liberdade de atuação. Desse modo, segundo Touraine “a cultura democrática não pode existir sem uma reconstrução do espaço

---

<sup>308</sup> TOURAINE, 1994, p.23

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Ibidem, p.27

<sup>311</sup> Ibidem, p. 26-27

público e sem um regresso ao debate político”<sup>312</sup>, isto é, um espaço público e um debate político que valorize a dimensão dos diferentes sujeitos pessoais e coletivos e reconheça a maior diversidade possível.

Tendo isso em mente, como podemos concluir a nossa interpretação do “Escola Sem Partido” como um antimovimento social? Anteriormente, dissemos que um antimovimento social baseia-se na ameaça à liberdade dos sujeitos por meio de duas frentes de imposição: de um lado, por meio da tentativa de imposição através das leis e das regras institucionais da administração pública do Estado, que tende a racionalizar e uniformizar a atuação dos sujeitos, não reconhecendo suas diferenças e cerceando as suas liberdades, fazendo desses sujeitos apenas consumidores passivos dessas leis; e de outro, por meio de tentativas de imposição de orientações culturalmente homogeneizadoras na sociedade civil, isto é, por meio da universalização de valores culturais específicos de um grupo particular sobre todos os outros, cerceando as diferentes identidades de outros sujeitos pessoais e coletivos nos espaços públicos.

No caso do ESP, no que diz respeito à primeira frente de ameaça à liberdade do sujeito, podemos ver em suas atuações a busca pela imposição de determinadas leis racionais e técnicas que se expressa por meio das tentativas de aprovação dos Projetos de Lei “Programa Escola Sem Partido”, sancionadas pelo Estado, isto é, pelo corpo parlamentar de decisão política que é defensor e apoia o antimovimento. e que restringem a dimensão da liberdade dos professores e dos alunos como sujeitos no espaço escolar.

Como vimos, o antimovimento ESP e os seus Projetos de Lei apresentam propostas e argumentos que desqualificam o papel dos professores em sala de aula, desconsiderando a dimensão subjetiva e de sujeito dos mesmos. Vimos referências aos professores considerados como “bactérias” a serem “desinfetadas” do espaço escolar, como “estupradores e sequestradores intelectuais” dos seus alunos e que precisam ser vigiados e denunciados, professores vistos como uma “doença” que “contamina” as salas de aula e as escolas, como um “câncer” a ser combatido, etc. Além disso, vimos que o ESP entende que o professor não possui liberdade de expressão em sala de aula e que ele apenas tem que se limitar a instruir e transmitir o conhecimento, e que quem educa e pode discutir questões morais da sociedade com as crianças e adolescentes é apenas o pai, a mãe ou o padre.

Essas desqualificações do papel do professor em sala de aula podem ser entendidas aqui como estímulos à “desprofissionalização docente”, que nada mais é que um processo de

---

<sup>312</sup> TOURAINE, 1994, p. 213.

desvalorização da profissão do professor na sociedade. O educador e teórico português Antônio Nóvoa, que tem como objeto de estudo e de investigação educacional os professores, a sua formação e sua prática profissional, tanto no contexto político e educacional português quanto no contexto brasileiro, afirma que existem três eixos indicativos dessa desprofissionalização docente.<sup>313</sup> Aqui, podemos inserir as atuações do ESP em todos os eixos, mas é no terceiro eixo que o ESP atua mais fortemente como um antimovimento.

O primeiro eixo seria o processo de racionalização e de uniformização do ato educativo *a priori*, que não leva em consideração as experiências e as particularidades da prática educativa cotidiana escolar e do contexto real da relação entre professores e alunos dentro de sala de aula. Aqui, podemos entender o ESP como mais um agente que estimula esse processo de racionalização/uniformização do ato educativo. Sob o argumento de que existe “doutrinação ideológica e política” dentro de sala de aula, o ESP procura aprovar Projetos de Lei que partem do pressuposto de que a prática docente em sala de aula é homogênea e, por meio da elaboração de uma série de “deveres do professor” que os mesmos precisam cumprir, desconsideram a multiplicidade e a diversidade de professores, escolas e disciplinas existentes na realidade educacional brasileira, professores que possuem diferentes formações e competências profissionais de atuações, diferentes crenças, vivências, posicionamentos políticos, experiências e saberes mobilizados em sala de aula. Na concepção do ESP há apenas aqueles professores que “doutrinam” e os que “não doutrinam”, uma maneira simplista de entender a realidade educacional brasileira. No terceiro capítulo desta dissertação, veremos como as narrativas de professores de História da educação básica deixam em evidência, por meio das suas trajetórias de vida e experiências docentes, a complexidade da realidade escolar e da sala de aula para além da concepção reducionista do ESP.

O segundo eixo indicativo da desprofissionalização docente é a multiplicação das instâncias de controle dos professores, que acarreta a perda de autonomia profissional sobre seus próprios saberes e práticas. Aqui, podemos considerar o ESP como uma dessas instâncias de controle da profissão docente e da retirada de autonomia dos professores, que age não só na tentativa de impor leis estatais, por meio dos PLs, mas que também estimula vigilâncias e fiscalizações ideológicas, políticas e morais de professores por meio da sociedade civil (fiscalização pelos próprios alunos, canais de denúncia anônimas, notificações extrajudiciais, processos abertos pelos pais e mães, etc.)

---

<sup>313</sup> Cf. NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio (Org.) *Vidas de professores*. 2ª ed. Porto: Ed. Porto, 1995. 14-15

O terceiro eixo indicativo é a tentativa de redução da profissão docente a um conjunto de competências e capacidades puramente técnicas da ação pedagógica, que procura impor uma separação entre o “eu” pessoal e o “eu” profissional, buscando retirar a própria dimensão pessoal da profissão docente. Aqui, o ESP pode ser entendido como mais um fator que compreende que a profissão docente é uma competência puramente técnica, ou seja, o professor como apenas um burocrata, que cumpre e aplica leis, que tem que apenas implementar e executar, de maneira “neutra”, programas curriculares e procedimentos de conteúdos predeterminados. Aqui, podemos dizer, de acordo com Nóvoa, que o ESP mobiliza uma concepção que incentiva a separação do “eu” pessoal do “eu” profissional na prática docente, isto é, os aspectos subjetivos do professor, suas experiências e vivências pessoais, ligadas ou não à sua profissão, suas ideias, suas escolhas, suas opiniões, suas idiossincrasias, não deveriam aparecer e interferir nas suas aulas, sob o risco desses mesmos professores cometerem “doutrinação política e ideológica”. No entanto, também no terceiro capítulo retomaremos essa discussão para analisar como, por meio das histórias de vida, a dimensão subjetiva do professor está intimamente relacionada às suas maneiras de ser e agir como docente em sala de aula e que, apesar dessas tentativas do ESP, essa dimensão continua sendo uma dimensão fundamental na maneira como atuam como professores de História.

Além disso, essa tentativa de reduzir o espaço de subjetividade das salas de aula também atingem os alunos. Como vimos, os alunos aparecem como uma “audiência cativa”, passivos, sem capacidade de ação e reação, que desenvolvem uma relação afetiva com seu próprio “sequestrador”, isto é, seu professor. Aqui, também podemos perceber uma uniformização dos alunos dentro de sala de aula, desconsiderando a multiplicidade desses alunos dentro de uma sala, a heterogeneidade dos estudantes, oriundos de diferentes modelos de famílias, com diferentes crenças, valores, comportamentos, de diferentes classes e camadas sociais, etc. Portanto, a dimensão da subjetividade dos alunos também desaparece nos argumentos e nas propostas do ESP.

Desse modo, podemos ver que esse estímulo à desprofissionalização do professor realizada pelo ESP e o tratamento dos alunos como uma audiência cativa se aproxima bastante dessa primeira frente de ameaça à liberdade do sujeito característica do antimovimento. Essa aproximação pode ser considerada, principalmente, pela tentativa de retirar a dimensão subjetiva do professor da prática de sua profissão e a dimensão subjetiva do aluno da sala de aula.

No que diz respeito à segunda frente de ameaça à liberdade do sujeito, o ESP pode ser caracterizado como antimovimento social também pelo fato de que seus atores se mobilizam em nome de uma “aposta cultural” (e aqui lembramos os valores que constituem a cultura política conservadora que orientam as ações dos membros do ESP), que se torna impositiva a partir do momento em que buscam universalizar, por meio do âmbito educacional, seus valores e ideias particulares, e que procuram estabelecer esses mesmos valores e ideias a outros sujeitos, que são distintos e plurais. Aqui, o ESP busca impor determinados modelos culturais homogeneizantes, ou seja, formas de classificar e apreender as relações sociais que são próprias de um determinado grupo social mas que se querem “verdadeiras” e “absolutas”, e acabam, assim, negando outras formas distintas e diversificadas de ser e estar no mundo. Isso fica evidente com as constantes desqualificações e ataques ao debate de gênero e raça nas escolas, com os constantes reforços à estereótipos e discursos discriminatórios, com as desconsiderações da multiplicidade de famílias com diferentes religiões, crenças e valores culturais que vivenciam o espaço escolar, com os constantes discursos de aversão ao “multiculturalismo” e ao “relativismo”, que expressam posicionamentos de não aceitação a outros padrões culturais de vivências, etc. Aqui, podemos dizer, com base nas reflexões de Touraine, que o princípio que norteia o ESP é o princípio do “individualismo”, dos indivíduos guiados apenas pelos seus interesses particulares e pelas satisfações das suas necessidades privadas e não o princípio da liberdade do sujeito, que tem como base fundamental o reconhecimento do outro no espaço público democrático, como dissemos anteriormente. Nesse ponto, o grande dilema da sociedade democrática (conciliar o princípio da diversidade e da unidade, da liberdade e da integração), apontado por Touraine, entra em desequilíbrio, já que o princípio da unidade e da integração social se sobrepõe ao princípio da diversidade e da liberdade dos sujeitos.

Nesse ponto, podemos destacar o exemplo que Touraine apresenta sobre o racismo contemporâneo como uma forma de antimovimento, para fazermos aproximações com as posições do ESP. O racismo contemporâneo, segundo Touraine, não apela mais para a natureza e nem para o fundamento biológico para rejeitar o outro, mas sim para os aspectos culturais, ou seja, os costumes, as crenças e os valores inadmissíveis do outro.<sup>314</sup> A rejeição do outro significa a exclusão daquele que é entendido como não pertencente ao modelo cultural vigente da sociedade, ou seja, como não pertencente aos padrões sociais e culturais dominantes que determinados grupos, que compartilham desses padrões e valores, querem reproduzir e determinar aos outros. É o racismo da diferença cultural. Desse modo, conclui Touraine, “o

---

<sup>314</sup> TOURAINE, 1998, p. 143

racista contemporâneo faz do outro um anti-sujeito”<sup>315</sup>, já que não o reconhece em sua diversidade cultural e limita seu espaço de liberdade e atuação.

Como vimos anteriormente, o ESP posiciona-se contra a discussão sobre homofobia, sobre violência contra mulher, sobre os papéis de gênero na sociedade e também sobre ensino de elementos culturais e religiosos próprios da história afro-brasileira nas salas de aula. Sabemos que esses temas, que estão cada vez mais sendo discutidos em sala de aula, tanto nas escolas quanto nas universidades, estão vinculados às demandas sociais de determinados sujeitos pessoais e coletivos, e de determinados movimentos sociais e culturais, como os movimentos negros, os movimentos feministas e os movimentos LGBTQs. O livre debate sobre esses temas aparece como forma de desnaturalizar determinados preconceitos e comportamentos, e denunciar violências físicas e simbólicas. Na verdade, se esses temas estão aos poucos se consolidando no debate público é por conta da mobilização desses sujeitos e das suas reivindicações por reconhecimento e aceitação na sociedade civil. No entanto, antimovimentos como o ESP se mobilizam para conter os avanços dessas demandas dos movimentos sociais, no sentido de manter esses sujeitos pessoais e coletivos à margem do que entendem e concebem como modelo cultural e social ideal de sociedade.

Ao afirmar que o professor é obrigado a ser “neutro” em sala de aula e que não pode discutir os valores, as questões morais, os problemas, e os conflitos do tempo presente com seus alunos, o ESP está legitimando a reprodução de determinadas representações e práticas vinculadas à relações de poder e dominação que existem e são naturalizadas na sociedade, e deslegitimando um espaço de questionamentos e de debate dessas próprias relações. Aqui, apropriando-nos novamente de Bourdieu<sup>316</sup>, pode-se dizer que o ESP procura reproduzir a lógica de uma distinção social que se quer manter intacta e incostestável, já que essa lógica está intimamente ligada ao modo de viver de determinados sujeitos e grupos que, como vimos, pertencem e apoiam o ESP nas redes sociais, institucionais e parlamentares.

Desse modo, entendemos o ESP como uma ação coletiva política e moral que, ao disputar as orientações valorativas da sociedade civil, atua na defesa da reprodução de padrões sociais e culturais dominantes, marcada, como vimos, por um caráter conservador e antidemocrático, já que atenta contra a cultura política democrática conforme entendida por Touraine. Afirmamos que o ESP pode ser caracterizado como antimovimento social no sentido

---

<sup>315</sup> TOURAINE, 1998, p. 143

<sup>316</sup> BOURDIEU, Pierre. Os modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 203-225.



de ser uma mobilização que não só nega a subjetividade do outro, mas nega a própria condição de produção de subjetividades (sujeitos pessoais e coletivos), de forma direta, nas escolas e dentro de sala de aula, desconsiderando a subjetividade do professor e do alunos, e de maneira indireta, em diversos outros espaços públicos, desconsiderando as demandas de sujeitos, grupos e movimentos sociais que se mobilizam em prol da liberdade de suas atuações coletivas e da liberdade de manifestarem suas formas de ser e estar no mundo, e que reivindicam o reconhecimento de que são sujeitos aos olhos de outros. Ou seja, O ESP nega a produção de uma cultura política democrática que tem como base o reconhecimento e a aceitação do diferente, e, dessa forma, como um antimovimento, o ESP faz do outro um anti-sujeito.

Na esteira dessa reflexão, podemos considerar também os impactos do ESP e dos seus PLs especificamente no ensino de história como disciplina escolar e como prática de história pública em sala de aula. Como mencionamos na introdução desta pesquisa, entendemos aqui as aproximações entre o ensino de história e a história pública a partir de três aspectos que são indissociáveis. No primeiro, entendemos que a produção do conhecimento histórico é realizada de maneira compartilhada e colaborativa, entre professores e alunos. No segundo, vemos que essa produção de conhecimento compartilhado entre professores e alunos dentro da sala de aula leva tanto em consideração o conhecimento histórico circulante na sociedade (literatura, filmes, novelas, jogos, museus, etc.) quanto o debate sobre questões socialmente vivas e as demandas do tempo presente que estão ligadas às memórias, experiências e identidades de diferentes sujeitos e grupo sociais, isto é, de diferentes públicos agentes e produtores de história. No terceiro, entendemos que essa produção compartilhada de conhecimento histórico, realizada de maneira historicizada e problematizada, contribui para que os estudantes possam se inserir, de maneira consciente, na realidade histórica do tempo presente em que vivem, compreendendo-a e atuando na mesma.

Aqui, é importante dizer que entendemos que o objetivo do ensino de história como disciplina escolar e como prática de história pública é de produzir um conhecimento histórico capaz de suprir a carência dos alunos de orientação no mundo.<sup>317</sup> Essa carência pode ser suprimida tanto por meio do desenvolvimento de um exercício crítico dos estudantes, isto é, um exercício de entendimento de que a história não está dada *a priori*, mas que é um constructo social e cultural dotado de historicidade, fazendo com que os alunos sejam capazes de

---

<sup>317</sup> Cf. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. A aula como texto: historiografia e ensino de história. In: ROCHA, Helenice et al (orgs.) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009

reconhecer e lidar com as diferenças sociais e os diferentes públicos da história e situá-los no tempo, ou seja, historicamente, quanto por meio do estímulo à construção de leituras sobre si mesmos e sobre o mundo, leituras capazes de favorecer o seu sentimento de pertencer a uma comunidade e, ao mesmo tempo, reconhecer o pertencimento do outro.

Analisando esse contexto de avanço do antimovimento ESP e refletindo sobre seus impactos por meio da perspectiva do ensino de história, vemos que o ESP pode impossibilitar o próprio ensino de história na escola: de suprir essa carência dos alunos de orientação no mundo; de ser perpassada pelas diferentes vozes do público, não só as vozes dos professores e alunos como também as vozes de diferentes sujeitos pessoais e coletivos, de diferentes movimentos sociais e culturais como tratamos acima, desestimulando o diálogo e a troca entre as múltiplas representações do passado/presente; e, por fim, de contribuir para o desenvolvimento da própria cultura política democrática a partir do reconhecimento dos diferentes públicos da história, tanto no passado quanto no presente. Desse modo, entendemos que o ESP inviabilizaria não só a produção de sujeitos e de uma cultura política democrática na sociedade, mas também a produção e o compartilhamento de experiências, de narrativas, de memória, em suma, da própria história.

## 2º capítulo - “O movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP) e a educação democrática”

“Recebi dois e-mails do coordenador do blog [Escola Sem Partido]. No primeiro e-mail, ele me dizia que publicaria nas semanas seguintes alguns artigos denunciando uma suposta ‘prática doutrinária’ da minha parte. Achei que fosse alguma brincadeira e nem respondi. Quatro dias depois, recebi um segundo e-mail dele dizendo que estava publicado o primeiro artigo e que eu tinha o direito de resposta. Bom, aí percebi que era algo sério. Fui pesquisar quem era esse cara [Miguel Nagib] e o que significava esse blog, aí fiquei apavorada, óbvio. [...] Minha vida se tornou um inferno, meu telefone não para de tocar em nenhum momento. Na Fatec, meus alunos têm falado muito sobre isso. Tenho visto meu nome envolvido com acusações das quais não posso me defender.”<sup>318</sup>

Este trecho foi extraído de um relato feito pela professora Cleonildi Tibiriçá<sup>319</sup> em novembro de 2013, na época professora de Comunicação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – Barueri (FATEC), quando foi denunciada pelo antimovimento social “Escola Sem Partido” sob a acusação de cometer “doutrinação ideológica e política” em sala de aula. No caso em questão, o coordenador do ESP, Miguel Nagib, denunciou o “viés ideológico do material adotado no plano de ensino” da professora, plano esse que continha a discussão de textos do historiador Eric Hobsbawm, um documentário sobre o geógrafo Milton Santos, e uma canção do músico Chico Buarque sobre o golpe militar, dentre outros autores que são considerados “esquerdistas” pelo ESP.<sup>320</sup> A estratégia utilizada pelo advogado para intimidar a professora foi enviar para ela alguns e-mails afirmando que esses materiais seriam publicados em artigos de denúncias no site do próprio “Escola Sem Partido”, além de ameaçar a professora dizendo que enviaria cópias dos artigos publicados ao coordenador do curso de Comércio Exterior da FATEC – Barueri, ao diretor da FATEC, e ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.<sup>321</sup>

Esse caso teve uma repercussão pública considerável na época e chegou a ser noticiado em alguns sites de conteúdos jornalísticos<sup>322</sup>, além de ter sido levado para o âmbito da ação jurídica, já que a professora Tibiriçá entrou com um recurso no Tribunal de Justiça do Estado

<sup>318</sup> CARVALHO, Igor. “Minha vida se tornou um inferno”, reclama educadora, alvo do ex-articulista do Millenium. *Revista Fórum*. 29 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2013/11/29/minha-vida-se-tornou-um-inferno-reclama-professora-vitima-de-artigo-do-articulista-do-instituto/> Acesso (10/02/2018)

<sup>319</sup> Cf. LATTES, Currículo. Cleonildi Tibiriçá. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4229925Z6> Acesso (10/02/2018)

<sup>320</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Doutrinação ideológica na FATEC de Barueri. *Usina de Letras*. 03 dezembro 2013. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cat=Ensaios&cod=12900> Acesso (10/02/2018)

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> Cf. REDAÇÃO CARTA CAPITAL. “Perseguição contra professora da Fatec é ridícula”, diz sindicato. *Carta Capital*. 28 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cperseguiacao-contra-professora-da-fatec-e-ridicula201d-diz-sindicato-9493.html> Acesso (10/02/2018)

de São Paulo para que o ESP retirasse do site as publicações de denúncias, acusações e ofensas feitas à sua pessoa. O recurso foi aceito<sup>323</sup>, no entanto, essa polêmica trouxe consequências negativas para sua atuação como professora. Em uma entrevista concedida à “Rede TVT” em setembro de 2016, quase três anos após o acontecido, a professora Cleonildi conta que foi afastada da FATEC de Barueri, foi para outras FATECs e não atua mais como professora em sala de aula, encontrando-se, atualmente, no setor administrativo da coordenação de ensino superior da faculdade.<sup>324</sup>

Em julho de 2016, no Distrito Federal, tivemos o caso do professor de Biologia Deneir Meirelles de uma escola pública de Ceilândia, que foi denunciado por trabalhar questões relacionadas ao gênero e à orientação sexual em uma turma do 2º ano do Ensino Médio. A deputada Sandra Faraj (SD – DF), autora do PL 01/2015<sup>325</sup>, que pretende estabelecer o “Programa Escola Sem Partido” no sistema de ensino do DF, enviou um ofício à escola questionando à direção sobre as atividades realizadas pelo professor. Segundo a deputada, que enfatiza ter sido procurada por um responsável de um aluno que participou das atividades em sala, o professor estaria tratando de temáticas que foram vetadas dos planos de educação. Defensora do ESP, a deputada acusou o professor de cometer “doutrinação ideológica” e de tentar impor aos alunos a “ideologia de gênero”. A escola em questão e a Secretaria de Educação do Distrito Federal posicionaram-se em defesa do professor e afirmaram que o debate sobre a diversidade sexual, de gênero e sobre direitos humanos em sala de aula está previsto no Plano Distrital de Educação (PDE), no Plano Nacional de Educação (PNE) e também no Conselho Nacional de Educação (CNE).<sup>326</sup>

No Rio de Janeiro, temos o caso mais recente do professor de Sociologia Pedro Henrique de Souza Tavares (Pedro Mara), professor da rede estadual e diretor do CIEP 210 Mario Alves de Souza Vieira, em Belford Roxo. O professor Pedro Mara sofreu acusações de que estaria fazendo “apologia às drogas” em sala de aula, por ter uma folha de maconha tatuada no antebraço. A denúncia e a acusação começaram em julho de 2017 e foram feitas pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC – RJ), autor do PL 2974/2014, o primeiro projeto de lei sob o

<sup>323</sup> Cf. MIOTO, Ricardo. Justiça manda site tirar crítica a professora de faculdade de SP. *Folha de São Paulo*. 14 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1385647-justica-manda-site-tirar-critica-a-professora-de-faculdade-de-sp.shtml> Acesso (10/02/2018)

<sup>324</sup> Cf. REDE TVT. Escola sem Partido gera afastamento de professora. *Youtube*. 19 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x4S1vLT1VwQ&t=1s> Acesso (10/02/2018)

<sup>325</sup> Cf. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Projeto de lei 01/2015. *Sinpro DF*. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/04/pl-escola-sem-partido.pdf> Acesso (10/02/2018)

<sup>326</sup> Cf. NANINI, Lucas. Debate sobre gênero e sexualidade em aula é previsto em lei, diz GDF. *Globo*. 06 de julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/07/debate-sobre-genero-e-sexualidade-em-aula-e-previsto-em-lei-diz-gdf.html> Acesso (10/02/2018)

nome “Programa Escola Sem Partido” a ser proposto no Brasil, como vimos anteriormente. Bolsonaro chegou a acionar o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) e pedir a exoneração do professor e a cassação de seu mandato.<sup>327</sup> Em outubro do mesmo ano, a sindicância aberta pela SEEDUC para apurar o caso concluiu que o professor Pedro apresentava “conduta incompatível com o cargo” e teve como punição a sua suspensão.<sup>328</sup>

Também podemos perceber um crescimento das denúncias e ameaças à professores e professoras nas universidades, que possuem pesquisas voltadas aos estudos de gênero e sexualidade na sociedade<sup>329</sup> e pesquisas e discussões que tem como foco de reflexão as teorias de Marx e as teorias marxistas.<sup>330</sup> Aqui, a autonomia universitária é colocada em xeque e questionada por membros e defensores do ESP que afirmam que professores utilizam as universidades públicas para fins políticos e partidários.<sup>331</sup>

---

<sup>327</sup> Cf. JORNAL O DIA. Maconha: Bolsonaro pede afastamento de professor que tem tatuagem no antebraço. *O Dia*. 08 de julho de 2017. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-08/maconha-bolsonaro-pede-afastamento-de-professor-que-tem-tatuagem-no-antebraço.html> Acesso (10/02/2018); Cf. JORNAL O DIA. Informe: Bolsonaro protocola ação no MP acusando professor de apologia às drogas. *O Dia*. 11 de julho de 2017. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-11/informe-bolsonaro-protocola-acao-no-mp-acusando-professor-de-apologia-as-drogas.html> Acesso (10/02/2018)

<sup>328</sup> A conclusão foi decretada por dois motivos: além da denúncia do deputado Flávio Bolsonaro, a sindicância alegou irregularidades na eleição de Pedro Mara como diretor do CIEP. Cf. MARA, Pedro. Notificação oficial da sindicância. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1788758187873558&set=a.643389175743804.1073741835.100002181812389&type=3&theater&ifg=1> Acesso (10/02/2018)

<sup>329</sup> Cf. MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. Professora da UFBA é ameaçada de morte por causa de pesquisa. *Correio 24 horas*. 21 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-causa-de-pesquisa/> Acesso (10/02/2018)

<sup>330</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. O movimento Escola sem Partido continua atacando a liberdade de pesquisa no ambiente acadêmico. *Facebook*. 02 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasespartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243.091/1740653849560257/?type=3&theater> Acesso (10/02/2018); Cf. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MARX, TRABALHO E EDUCAÇÃO. Nota do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Marx, Trabalho e Educação, sobre a denúncia realizada contra as atividades do grupo ao Ministério Público Federal. *Facebook*. 01 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/gepmte/photos/a.1769192646628362.1073741829.1757213324492961/1952904998257125/?type=3&theater> Acesso (10/02/2018)

<sup>331</sup> Atualmente, existe uma polêmica em torno das disciplinas sobre o “Golpe de 2016” que estão sendo oferecidas em diversas universidades públicas estaduais e federais no país. Essa polêmica começou quando o professor Luís Felipe Miguel ofereceu a disciplina optativa “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” no Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasília). Após a divulgação da mesma nas redes sociais e nos sites da internet, o professor passou a ser alvo de críticas. O próprio Ministro da Educação Mendonça Filho que, como vimos, recebeu simpatizantes do ESP em seu gabinete, se posicionou contra a disciplina da UnB afirmando que ela continha “indicativos claros de uso da universidade pública para proselitismo político e ideológico do PT”. Mendonça Filho afirmou ainda ter pedido à AGU (Advocacia-Geral da União), ao TCU (Tribunal de Contas), à CGU (Controladoria Geral) e ao MPF (Ministério Público Federal) “apuração de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela criação da disciplina”. A atitude do ministro gerou diversas críticas como as de “abuso de autoridade”, “censura à liberdade e autonomia universitária” e de “caráter antidemocrático”. Diversos outros professores e universidades do país, em solidariedade e apoio ao professor Miguel, começaram a ofertar cursos

Podemos afirmar que esses casos de denúncia e acusação de professores pelos membros do antinascimento ESP e por seus defensores não são casos isolados. Ao longo dos anos de 2016 e 2017 podemos perceber um aumento na circulação de notícias relacionadas às práticas de vigilância, intimidação e perseguição de professores em diversos estados e municípios do Brasil, realizadas diretamente por membros do ESP, ou indiretamente, através de estímulos à realização dessa prática.<sup>332</sup> Vimos, no capítulo anterior, que uma das estratégias de ação política e coletiva do antinascimento é estimular a judicialização da sala de aula e da escola, fomentando a delação de professores pelos alunos e pelos responsáveis dos alunos.<sup>333</sup> Como no caso da professora Marlene de Fáveri, e nos casos dos professores que comentamos acima, a abertura de processos e ações contra os professores vistos como “doutrinadores” está se tornando uma prática recorrente para resolução dos problemas cotidianos nas escolas e nas universidades. Além disso, a agressão e a repreensão de professores também estão fazendo parte desse cotidiano.<sup>334</sup> Apesar dos Projetos de Lei nacionais que instituem o “Programa Escola Sem Partido” ainda estarem em tramitação, a realidade das perseguições aos professores está se

---

com a mesma temática, como forma de resistência às ingerências do Estado. Semanas depois, o Ministro se pronunciou afirmando que decidiu “não levar adiante a representação” contra a disciplina da UnB visto que sua reação estava ganhando conotação de “censura e intervenção na universidade”. Cf. RONCOLATO, Murilo. O curso sobre o ‘golpe de 2016’ e o debate sobre a autonomia universitária. *Nexo*. 06 março 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/03/06/O-curso-sobre-o-%E2%80%98golpe-de-2016%E2%80%99-e-o-debate-sobre-a-autonomia-universit%C3%A1ria> Acesso (18/04/2018); Cf. FERNANDES, Douglas. “Preferi não levar adiante”, diz Mendonça sobre “curso golpe de 2016”. *Blog Ne10*. 26 março 2018. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2018/03/26/preferi-nao-levar-adiante-diz-mendonca-sobre-curso-golpe-de-2016/> Acesso (18/04/2018); Nesse mesmo contexto, Miguel Nagib também se posicionou contra o curso da UnB, afirmando ser “inaceitável” e “um absurdo”. Segundo ele, “isso está sendo feito em nome da autonomia universitária e da liberdade de cátedra, mas isso é um mero biombo para esconder a promoção de interesses político-partidários por meio de uma instituição pública de ensino”. Cf. FELIPE MOURA BRASIL. “Curso da UnB ‘O golpe de 2016’ é inaceitável”, diz fundador do Escola Sem Partido. *O antagonista*. 21 fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/curso-da-unb-o-golpe-de-2016-e-inaceitavel-diz-fundador-escola-sem-partido/> Acesso (18/04/2018)

<sup>332</sup> Cf. DIP, Andrea. Ameaças, ofensas e sindicâncias. *Pública*. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/ameacas-ofensas-e-sindicancias/> Acesso (10/02/2018); Cf. BASILIO, Ana Luiza. Escola sem Partido intimida e persegue professores. *Carta Educação*. 02 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/> Acesso (10/02/2018)

<sup>333</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Processem por dano moral. *Facebook*. 16 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173.489/942435505907441/?type=3&theater> Acesso (10/02/2018)

<sup>334</sup> Em um desses casos, a professora Marcia Friggi, de Santa Catarina, foi agredida por um aluno dentro de sala de aula e o caso repercutiu na internet. Nessa repercussão, ela recebeu mensagens de ódio de pessoas dizendo que ela “mereceu ser agredida” por conta dos seus posicionamentos políticos de críticas à Jair Bolsonaro e, como a professora mesmo diz, pelo seu posicionamento “de esquerda, de feminista”. Cf. ROSSI, Amanda; ALVIM, Mariana. “Já atingiram meu olho, mas não vão me calar”: professora agredida por aluno denuncia mensagens de ódio. *BBC Brasil*. 22 agosto 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41008085> Acesso (10/02/2018); Em outro caso, professores de Santo André foram repreendidos pela Polícia Militar em uma manifestação contra o projeto “Escola Sem Partido”. Cf. REDAÇÃO RBA. Professores são detidos em Santo André por ato contra mordada na educação. *Rede Brasil Atual*. 21 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/professores-sao-detidos-em-santo-andre-apos-panfletagem-contra-escola-sem-partido> Acesso (10/02/2018)

concretizando cada vez mais na prática escolar e fazendo parte do horizonte de possibilidades compartilhadas dos professores em atuação. Mesmo sem ter seus Projetos de Lei aprovados, o ESP tem impactado na profissão do professor dentro de sala de aula e afetado sua rotina de trabalho.

Como dissemos na introdução, a partir de 2015, e ao longo dos anos de 2016 e 2017, conforme o “Escola Sem Partido” e seus PLs foram se tornando objetos de debates públicos e pesquisas acadêmicas, as controvérsias e as polêmicas em torno do mesmo foram se intensificando, e foram aumentando também as mobilizações coletivas e os movimentos sociais docentes de resistência e combate ao ESP e seus PLs, que criticam os princípios políticos e morais do antimovimento, e criticam essas posturas de perseguições e ataques aos professores promovidas pelos seus membros e defensores.

O primeiro movimento social a surgir contra o “Escola Sem Partido” e seus Projetos de Lei foi o Movimento Liberdade para Educar (MLE), que foi criado por um grupo de professores e estudantes da faculdade de História e de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) entre maio e junho de 2015, e que depois vieram a atuar como movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” entre abril e maio de 2016. Este capítulo será dedicado a entender as narrativas públicas desse movimento contra o ESP, como ele surgiu e como foi seu processo de consolidação no combate ao “Escola Sem Partido” ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017. No entanto, não podemos deixar de destacar que, no decorrer desses anos, também foram surgindo outras mobilizações sociais constituídas por professores, educadores, estudantes e outros grupos que se mostram contrários ao ESP e seus projetos de lei.

No dia 13 de julho de 2016 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi lançada a Frente Nacional contra o Projeto Escola Sem Partido (atualmente conhecida como Frente Escola Sem Mordaza).<sup>335</sup> Uma semana antes, no dia 07 de julho, foi redigido um manifesto à convocação da Frente contra o PL 867/2015 que tramita na Câmara dos Deputados, e que pretende incluir o “Programa Escola Sem Partido” entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse manifesto, a Frente deixa claro seu posicionamento contra o ESP:

“Nós, membros atuantes da sociedade por meio de nossas entidades representativas, educadores/as, estudantes, trabalhadores/as e cidadãos/as dos mais variados setores, repudiamos com veemência a ofensiva do atraso e do fascismo expresso no famigerado Projeto de Lei 867/2015 denominado “Escola Sem Partido”. Defender a

---

<sup>335</sup> Cf. SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Frente Nacional contra o Projeto Escola Sem Partido é lançada no Rio de Janeiro. *Portal ANDES-SN*. 14 de julho de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8228> Acesso (10/02/2018)

escola sem partido é defender a escola com apenas um partido. Partido daqueles que são contra uma educação laica e contra o debate sobre gênero, fortalecendo assim a cultura do estupro e a LGBTIfobia presente em nosso país. Defendemos a escola crítica sim, a educação libertadora, a pluralidade de ideias e a liberdade de expressão e pensamento [...] Por tudo isso, conclamamos a todos/as que entendem a necessidade da mobilização democrática que se somem a nós no lançamento da Frente Nacional Contra o PL 867/2015 “Escola Sem Partido”.<sup>336</sup>

Nesse manifesto, apesar de compartilharem dos mesmos objetivos de mobilização e de luta, podemos ver que a Frente é composta por grupos plurais: centrais sindicais, entidades nacionais, diversos sindicatos de professores, movimentos sociais, coletivos, e partidos políticos, além de vereadores, deputados e senadores.<sup>337</sup> Essa participação deixa em evidência a multiplicidade de interesses em discussão e a heterogeneidade dos grupos que compõem a Frente. Isso pode ser percebido ao acessarmos a página da “Frente Escola Sem Mordça” na rede social Facebook<sup>338</sup>, que divulga notícias não só relacionadas ao “Escola Sem Partido”, mas publica também diversas notícias relacionadas ao racismo, ao machismo, à homofobia e à transfobia em geral, além também de publicar notícias e críticas relacionadas ao governo do presidente Michel Temer, à reforma do Ensino Médio, à reforma trabalhista, ou seja, ao cenário político e educacional brasileiro mais amplo.

Se fizermos uma breve busca na rede social Facebook, encontraremos diversas outras páginas que foram criadas ao longo dos anos de 2016 e 2017 para fazerem oposição ao “Escola Sem Partido”. Além da página do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”, que contém 73.103 “curtidas”, e da página da “Frente Escola Sem Mordça”, com 16.451 “curtidas”, as duas com maior número de seguidores, sendo que a primeira possui mais que o triplo de seguidores que a segunda, temos outras páginas que também se mobilizam contra o ESP em diferentes localidades do Brasil: “Alagoas contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido” (11.986 “curtidas”)<sup>339</sup>; “Frente Gaúcha Escola Sem Mordça” (1.765 “curtidas”)<sup>340</sup>; “Professor,

<sup>336</sup> SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Manifesto à convocação da frente contra o PL “Escola Sem Partido”. *Portal ANDES-SN*. 07 de julho de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1994796758.pdf> Acesso (10/02/2018)

<sup>337</sup> Centrais sindicais (CUT, CTB, etc.); Entidades nacionais (ANDES – SN, SINASEFE, etc.); Sindicatos de professores (ADUFF, SINPRO – RJ, SEPE – RJ, SINDISCOPE, etc.); Movimentos sociais (Lésbitoca, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Kizomba, Movimento Nacional Quilombo, Raça e Classe, Levante Popular da Juventude, etc.); Coletivos (Coletivo Articulação Popular, Coletivo de Educação Florestan Fernandes, etc.); Entidades estudantis (UNE, UBES, etc.); Partidos políticos (PCB, PSOL, etc.).

<sup>338</sup> Cf. ESCOLA SEM MORDÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/> Acesso (10/02/2018).

<sup>339</sup> Cf. ALAGOAS CONTRA O PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Alagoas-contra-o-projeto-de-lei-Escola-sem-Partido-491605024373089/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Alagoas-contra-o-projeto-de-lei-Escola-sem-Partido-491605024373089/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018).

<sup>340</sup> Cf. FRENTE GAÚCHA ESCOLA SEM MORDÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/frentegauchaescolasemmordaca/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/frentegauchaescolasemmordaca/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)



Desobedeça!” (5.366 “curtidas”)<sup>341</sup>; “Escola Sem Mordação – RJ” (666 “curtidas”)<sup>342</sup>; “Frente Estadual Escola Sem Mordação – CE” (579 “curtidas”)<sup>343</sup>; “Frente Escola Sem Mordação – Juiz de Fora” (334 “curtidas”)<sup>344</sup>; “Frente Escola Sem Mordação – SJC (435 “curtidas”)<sup>345</sup>; “Frente Goiana por uma Escola Sem Mordação” (581 “curtidas”)<sup>346</sup>; “Frente Uruguaiana Escola Sem Mordação” (304 “curtidas”)<sup>347</sup>; “Movimento Escola Sem Censura” (234 “curtidas”)<sup>348</sup>, etc.

Mas por que ter como objeto de estudo e análise o movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP) e não outros movimentos como, por exemplo, a “Frente Escola Sem Mordação”? Os fatores que condicionaram a nossa escolha estão relacionados tanto à viabilidade de realização da dissertação quanto à nossa avaliação sobre o contexto atual de mobilizações contra o “Escola Sem Partido”.

No que diz respeito à realização da pesquisa, fazer um estudo e uma análise de outros movimentos que se mobilizam contra o ESP demandaria tempo e esforço que ultrapassam os limites da realização dessa dissertação. Vimos que, no caso da “Frente Escola Sem Mordação”, os sujeitos e grupos que constituem a mesma são bastante diversos e com múltiplos interesses em jogo. Vimos também que estão surgindo outras mobilizações sociais em diversas regiões e estados do país. Isso exigiria uma dimensão mais ampla de análise. Dissemos na introdução que vemos o crescimento de uma rede de movimentos sociais docentes contra o ESP, que estão conectados e inter-relacionados, e que existem especificidades e diferenças entre os grupos envolvidos nesses movimentos. No entanto, não é nossa intenção realizar uma pesquisa sobre essa rede de movimentos, e sim realizar um recorte específico e analisar somente o movimento PCESP, que consideramos um ponto específico importante para a constituição dessa rede, tendo em vista a sua história de mobilização no combate ao ESP.

<sup>341</sup> Cf. PROFESSOR, DESOBEDEÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/professordesobedecaa/> Acesso (10/02/2018)

<sup>342</sup> Cf. ESCOLA SEM MORDAÇA RJ. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Escola-Sem-Morda%C3%A7a-RJ-103199396796455/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Escola-Sem-Morda%C3%A7a-RJ-103199396796455/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

<sup>343</sup> Cf. FRENTE ESTADUAL ESCOLA SEM MORDAÇA – CE. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/escolasemmordacace/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/escolasemmordacace/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

<sup>344</sup> Cf. FRENTE ESCOLA SEM MORDAÇA – JUIZ DE FORA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Frente-Escola-Sem-Morda%C3%A7a-Juiz-de-Fora-361958547479581/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Frente-Escola-Sem-Morda%C3%A7a-Juiz-de-Fora-361958547479581/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

<sup>345</sup> Cf. FRENTE ESCOLA SEM MORDAÇA – SJC. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/frenteescolasemmordacasjc/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/frenteescolasemmordacasjc/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

<sup>346</sup> Cf. FRENTE GOIANA POR UMA ESCOLA SEM MORDAÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/frentegoianaescolasemmordaca/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/frentegoianaescolasemmordaca/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

<sup>347</sup> Cf. FRENTE URUGUAIANENSE ESCOLA SEM MORDAÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteuruguaianensescolasemmordaca/> Acesso (10/02/2018)

<sup>348</sup> Cf. MOVIMENTO ESCOLA SEM CENSURA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoEscolaSemCensura/> Acesso (10/02/2018)

No que se refere à nossa percepção e à nossa análise, podemos dizer que, a partir de 2015, o MLE/PCESP surge como um tipo específico de movimento social docente que se preocupa em debater e combater um novo tipo de problema colocado à docência. Esse problema é o próprio antimovimento “Escola Sem Partido” e seus Projetos de Lei, com suas afirmações de que os professores cometem “doutrinações ideológicas e políticas” nas escolas. Aqui, consideramos o movimento PCESP como representativo desse tipo específico de movimento docente que foi criado para se contrapor ao ESP, e que contribuiu e contribui para a formação da rede de movimentos sociais docentes mais ampla de oposição ao mesmo. Podemos dizer que o MLE/PCESP foi o primeiro movimento social organizado e estruturado por professores e estudantes voltado especificamente ao combate ao ESP.<sup>349</sup>

Para entendermos o significado do movimento PCESP e dessa rede crescente de movimentos sociais docentes contra o “Escola Sem Partido” podemos realizar uma breve contextualização sobre os estudos e as pesquisas que se debruçam sobre os diferentes problemas e obstáculos colocados à profissão docente no Brasil e sobre as mobilizações dos professores que aparecem como tentativas de resolução desses problemas enfrentados pela categoria.

As autoras Paula Perin Vicentini e Rosario Genta Lugli, ao tratarem dos movimentos dos professores na história da profissão docente no Brasil, afirmam que:

“A movimentação dos professores na defesa de seus interesses corresponde a um aspecto nuclear da estruturação do seu espaço profissional. Isto porque envolve as iniciativas empreendidas pela categoria para conquistar a possibilidade de se manifestar a respeito do seu trabalho, procurando interferir não só nas tentativas de definir os saberes, as práticas e os valores que lhes são próprios, mas também no processo de organização dos sistemas de ensino em que são estabelecidas as condições para o exercício da profissão, inclusive, em termos de reconhecimento financeiro e simbólico”<sup>350</sup>

Possuindo um papel fundamental na estruturação de sua prática e de sua profissão, os movimentos docentes marcaram e marcam a história da educação no Brasil. Preocupados em se manifestar a respeito do seu trabalho e afirmar um lugar de decisão a respeito do saber-ser e

---

<sup>349</sup> Se fizermos uma breve busca das datas de criação de páginas de movimentos contra o ESP no Facebook, veremos que as páginas do MLE/PCESP foram criadas em 2015 e que todas as outras foram criadas no ano de 2016 e 2017. Chegamos a essas datas por meio da publicação da primeira foto de perfil da página, quando ela é criada: “Alagoas contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido” (criada em 23 de abril de 2016); “Frente Goiana por uma Escola Sem Mordada” (criada em 19 de julho de 2016); “Frente Escola Sem Mordada – SJC (criada em 1 de agosto de 2016); “Escola Sem Mordada – RJ” (criada em 10 de agosto de 2016); “Frente Gaúcha Escola Sem Mordada” (criada em 29 de agosto de 2016); “Frente Estadual Escola Sem Mordada – CE” (criada em 29 de setembro de 2016); “Frente Escola Sem Mordada – Juiz de Fora” (criada em 19 de outubro de 2016); “Frente Uruguaiana Escola Sem Mordada” (criada em 5 de abril de 2017); “Movimento Escola Sem Censura – São João de Meriti (RJ)” (criada em 22 de agosto de 2017)

<sup>350</sup> VICENTINI, Paula & LUGLI, Rosário. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009

saber-fazer do professor, muitos desses movimentos docentes são conhecidos por atuarem em prol de melhorias das condições de educação, de melhorias na infra-estrutura escolar, da valorização do seu trabalho, de melhorias nas suas remunerações, e atuarem contra as tentativas de controle do seu ofício, engendrados por mecanismos institucionais que conferem maior ou menor grau de autonomia para o seu trabalho. Tais manifestações, apontadas pelas autoras, resultaram e resultam na criação de entidades, associações e sindicatos que tem como objetivo proteger os direitos do professor e defender os interesses da categoria. A criação desses segmentos ou redes de associações e de sindicatos, que não são homogêneas mas múltiplas, distintas e disputam a posição de “porta-voz” da categoria, remetem para uma dimensão histórica e coletiva da docência, que contribuiu e contribui para produzir e veicular determinadas representações do grupo a respeito do que fazem, da sua posição e do seu papel na sociedade.<sup>351</sup>

No campo da Educação há uma vasta produção acadêmica e diversas pesquisas que tratam dessas questões relacionadas à prática docente e às mobilizações dos professores, e que inclui estudos e análises em torno da chamada desprofissionalização do professor, como vimos anteriormente de acordo com Nóvoa, ou da proletarização do professor como preferem chamar alguns autores.<sup>352</sup> Essa desprofissionalização docente pode englobar outras discussões acerca da profissão do professor, para além daquelas já apontadas por Nóvoa: o debate sobre a precarização das condições do seu trabalho<sup>353</sup>, as tensões entre as múltiplas regulações da educação e a autonomia profissional do professor<sup>354</sup>, e estudos em torno do mal-estar docente<sup>355</sup>, que remete às complicações de saúde física e mental dos professores decorrentes do seu trabalho. Esses termos, a nosso ver, não podem ser entendidos de maneira dissociada, mas sim de maneira relacional, já que carregam em si ideias e reflexões sobre os problemas enfrentados pelos docentes no cotidiano escolar como um todo.

Segundo Fanfini, no que diz respeito ao processo de desprofissionalização docente, precisamos entender esse processo no contexto de introdução do “novo espírito” do capitalismo

---

<sup>351</sup> Cf. VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 95-96

<sup>352</sup> Cf. BITTAR, M.; JUNIOR, A.F. Proletarização de professores. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010

<sup>353</sup> Cf. OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: flexibilização e precarização. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 25, n. 89, p. 1.127-1.144, set./dez. 2004.

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA et al., 2010.

<sup>354</sup> Cf. LESSARD, C. Autonomia profissional. In: OLIVEIRA et al., 2010; Cf. LESSARD, C. Regulação múltipla e autonomia profissional dos professores: comparação entre o Quebec e o Canadá. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44. p. 143-163. dez. 2006

<sup>355</sup> Cf. MARTINEZ, D. Mal estar docente. In: OLIVEIRA et al., 2010

no sistema educacional e nas instituições educativas. A introdução de critérios de concorrência (entre instituições, escolas, professores etc.), de produtividade (em termos de rendimento das aprendizagens dos alunos), de avaliação (não só dos alunos mas também dos professores), a pressão por resultados, etc., são expressões desse novo cenário que coloca novas condições e novos problemas à prática docente.<sup>356</sup> Segundo o autor, nessa nova lógica, por exemplo,

“O salário do docente não dependerá só de sua antiguidade ou qualificação, mas de sua capacidade de lograr certos resultados de aprendizagem mensuráveis em seus alunos. Os resultados serão muito mais importantes do que os processos ou os efeitos de seu trabalho sobre outras dimensões de seus alunos (capacidade de mobilizar seu interesse e/ou curiosidade, criatividade, atitudes solidárias, etc.)”.<sup>357</sup>

Outros autores, como Jedlicki e Yancovic, apontam um processo de enfraquecimento do caráter específico da profissão do professor nesse contexto, e que também contribui para a sua desprofissionalização.<sup>358</sup> Esse processo se expressa: na diminuição da qualidade da formação inicial e contínua dos professores, que muitas vezes não são preparados na sua formação inicial de acordo com a realidade escolar e das salas de aula, ou, às vezes, não possuem tempo ou capacidade de voltarem a se atualizar e a estudar, não dando continuidade à sua formação; na perda de direitos e na precarização das condições de trabalho, tendo em vista a diminuição de salários, as instabilidades, a deterioração dos ambientes escolares e das salas de aula, principalmente das escolas públicas, e também deterioração da saúde docente, não só física (doenças cardíacas e respiratórias) mas também emocional e psicológica (transtornos depressivos, ansiedade, *stress*), produzindo nos professores uma sensação de mal-estar e sensação de estarem constantemente sobrecarregados; na intensificação e estandardização (padronização e rotinização) do tempo de trabalho docente, que implica o aumento da quantidade de atividades e de responsabilidades atribuídas ao professor, assim como uma variedade de tarefas a serem realizadas em uma carga horária de trabalho já extensa, além da lógica avaliativa do trabalho do professor, que prioriza o desempenho e exige a “prestação de contas”, ou seja, tudo isso também acentuando ainda mais o mal-estar docente; e na exclusão do professorado dos processos de construção de políticas públicas educacionais, dos processos de definições curriculares, de gestões escolares, etc., não valorizando e não incluindo seus saberes e suas experiências nesses processos.<sup>359</sup>

---

<sup>356</sup> FANFANI, E.T. Condição docente. In: OLIVEIRA et al., 2010

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> JEDLICKI, L.R.; YANCOVIC, M.P. Desprofissionalização docente. In: OLIVEIRA et al., 2010

<sup>359</sup> Idem.

Ao tratar desses processos de desprofissionalização docente e da precarização do trabalho do professor não podemos deixar de destacar também uma questão que aparece no centro desses problemas: as tensões existentes entre os diferentes mecanismos de regulação da prática docente e as reivindicações de autonomia profissional pelos professores. Dentre os múltiplos significados da ideia de regulação, entendemos aqui, como nos diz Claude Lessard,

“a regulação institucional, que se refere ao conjunto de regras, convenções e mecanismos de controle implantados por uma autoridade para orientar as ações de atores sobre os quais ela exerce um certo poder”<sup>360</sup>.

Nesse ponto, Lessard aponta que temos que levar em consideração os modos de regulação da educação e dos professores tanto por meio da burocracia estatal, com suas regras, hierarquias, a necessidade de controlar os processos através dos planos curriculares, dos planos nacionais de educação, a conformidade com as prescrições do trabalho, etc., quanto por meio do mercado e por meio das instituições privadas de ensino que, como tratamos acima, introduz na educação a lógica da concorrência, da demanda, do consumo, etc.<sup>361</sup> No entanto, vimos no primeiro capítulo, que atualmente existem as tentativas de regulação da educação e dos professores também por meio da sociedade civil, estimuladas principalmente pelo antinomismo “Escola Sem Partido”.

Frente à essas regulações, os professores se veem diante da necessidade de reivindicar sua autonomia profissional. Essa luta pela autonomia pode ser entendida a partir de três reivindicações, de acordo com Lessard: 1) pela liberação das pressões externas ao trabalho do professor, por vezes pesadas demais e desumanizantes; 2) pela autoridade legítima para executar uma tarefa e realizar um trabalho de acordo com os saberes e experiências docentes, e de acordo com as regras da prática e ética estabelecidas pelo grupo profissional dos professores; 3) e pela capacidade autônoma dos professores de realizarem na prática aquilo que aparece como uma necessidade da sua profissão, isto é, aquilo que torna o trabalho docente eficaz, ligada ao exercício do julgamento do professor em uma determinada situação concreta real dentro de sala de aula, que remete à parte do sujeito no trabalho, sua subjetividade e sua vivência docente, o professor que precisa gerenciar situações contingentes, indeterminadas e, muitas vezes, imprevisíveis, que não estão prescritas em nenhum modelo ou manual de atuação.<sup>362</sup>

Tendo essas questões em mente, cabe nos colocarmos a seguinte pergunta: como podemos entender a mobilização do PCESP no combate ao “Escola Sem Partido” e frente ao

---

<sup>360</sup> LESSARD, 2006, p.145.

<sup>361</sup> Idem.

<sup>362</sup> Cf. LESSARD, C. Autonomia profissional. In: OLIVEIRA et al., 2010

contexto de impactos à profissão docente atualmente? Como veremos, o PCESP aparece como um movimento que não só atua problematizando as diferentes formas de controle da profissão docente e os diferentes estímulos à sua desprofissionalização produzidas e reproduzidas pelos membros e defensores do ESP, mas atua também para (re)afirmar a importância de uma educação democrática na escola e (re)valorizar o papel dos professores e professoras na sociedade, defendendo que são profissionais que possuem formações, saberes e práticas que os (as) capacitam a exercer a sua profissão de maneira legítima. Aqui, a defesa do professor como educador e de sua autonomia docente, de acordo com os três aspectos reivindicativos destacados por Lessard, aparecem como nos valores centrais mobilizados e compartilhados pelo movimento PCESP em sua atuação em oposição ao ESP.

Antes de analisarmos as narrativas públicas do PCESP contra o ESP, e fazer uma reflexão das ações do movimento tanto nas redes sociais quanto nos espaços públicos urbanos, é importante destacar que percebemos que o movimento PCESP se divide em três fases de atuação em sua história de mobilização no combate ao ESP.

A primeira fase, é a fase inicial de surgimento do movimento e de mobilização coletiva, que aconteceu entre o professor Fernando Penna e seu grupo de estudantes de História e professores em formação na Universidade Federal Fluminense (UFF), e que resultou na criação do Movimento Liberdade para Educar (MLE), em maio/junho de 2015 e foi até abril/maio de 2016<sup>363</sup>. Essa fase inicial pode ser caracterizada pelo aprendizado de mobilização e de atuação política na prática, a partir das experiências e das vivências, nas quais os integrantes do movimento percebem quais são as melhores estratégias de combate e quais são as melhores maneiras de atingir o público mais amplo para debater sobre o ESP. Ou seja, é a fase inicial de construção do repertório de ação coletiva do movimento. Além disso, é a fase de construções da rede de contatos, fundamental para o crescimento do movimento, e o início da confrontação direta com os membros e defensores do ESP.

A segunda fase, seria a fase de consolidação do movimento contra o ESP. Nesse momento, o movimento começou a atuar como “Professores Contra o Escola Sem Partido”

---

<sup>363</sup> Faziam parte do MLE: Fernando Penna, Renata Aquino, Diogo Salles, Maurício Barbosa, Elisa Dourado, Deyverson Souza Barbosa e Maian Capella. Posteriormente, a professora Fabiany Melo entrou no movimento. Vale destacar também que, inicialmente, os integrantes colocaram o nome do movimento de Movimento Liberdade para Ensinar. No entanto, como nos diz a professora Renata na entrevista realizada, ela e outros acharam melhor mudar o nome para Movimento Liberdade para Educar, já que expressava melhor o significado do movimento, que defende a liberdade de educação do professor e a escola como instituição importante na educação dos alunos, e não o professor como mero instrutor e reproduzidor de conteúdo.

(PCESP)<sup>364</sup> a partir de abril/maio de 2016<sup>365</sup>. Essa fase pode ser considerada de consolidação por diversos aspectos. Primeiro, podemos perceber a repercussão pública do movimento e dos seus argumentos de críticas e problematizações feitas ao ESP, repercussão essa que se expressa: 1) nos diversos pedidos de entrevistas feitos por jornais e revistas aos integrantes do PCESP – que já vinha acontecendo no segundo semestre de 2015, mas que em 2016 ganhou proporções maiores; 2) no aumento das apresentações públicas em palestras, seminários e encontros em universidades e escolas, e no aumento da participação em programas de debate; 3) no início das participações em audiências públicas nacionais (Senado Federal e Câmara dos Deputados) sobre o ESP.

Podemos perceber também que, nessa fase, o repertório de ação coletiva, isto é, as estratégias de mobilização e de combate ao ESP, já encontram-se rotinizadas, no sentido de apreendidas e aprendidas pelos integrantes do movimento e aplicadas no cotidiano de luta. Desse modo, as performances e as formas de atuação consideradas bem sucedidas pelos seus membros são consolidadas, abrindo espaço para conceberem e realizarem novas tentativas de atuação.

---

<sup>364</sup> Do grupo que fazia parte do MLE e começou a atuar como PCESP podemos citar os seguintes integrantes: Fernando Penna, Renata Aquino, Diogo Salles, Maurício Barbosa e Fabiany Melo. A professora Carina Martins e a professora Fernanda Moura, que fazem parte do PCESP atualmente, entraram no grupo posteriormente, em junho e julho de 2016.

<sup>365</sup> Vale frisar que a página do Facebook “Professores Contra o Escola Sem Partido” já existia desde agosto de 2015, surgindo, quase que simultaneamente, com a página do MLE, criada em julho do mesmo ano. O professor Fernando Penna coordenava a página do PCESP enquanto a professora Renata Aquino e o professor Diogo Salles controlavam o blog do MLE e a página do MLE no Facebook. Na entrevista, Fernando conta que criou a página PCESP como uma opção estratégica, isto é, adotar um nome para facilitar a procura das pessoas por uma voz de contraponto e de crítica ao ESP. Se as pessoas buscassem pelo nome “Escola Sem Partido” no Google, iria aparecer rapidamente a página do PCESP, ao passo que a página do MLE iria demorar mais para ser encontrada, já que possuía um nome que não remetia diretamente ao ESP. Enquanto o MLE existiu, a página do PCESP compartilhava as publicações feitas na página do MLE, e vice-versa. A página PCESP foi criada mais como uma outra página de informações. Desse modo, havia uma atuação simultânea nas duas páginas. Essa foi uma estratégia escolhida por Fernando para fazer com que o movimento aparecesse mais no espaço público das redes sociais. No entanto, isso gerou opiniões divergentes entre os membros participantes. Na entrevista, a professora Renata, por exemplo, diz que, inicialmente, foi contra a ideia de fazer uma página com esse nome, porque tinha receio de que a reprodução do nome “Escola Sem Partido” no novo nome da página fosse ajudar na ampliação da audiência e na divulgação do próprio ESP. Porém, ao ser criada a página no Facebook, os entrevistados contam que o número de “curtidas” da página PCESP ultrapassou rapidamente a página do MLE. Quando os integrantes citados acima saíram do MLE, eles decidiram manter o nome “Professores Contra o Escola Sem Partido” dado que já existia a página em funcionamento e já existia um número considerável de seguidores. Hoje em dia a página PCESP tem 73.562 “curtidas”, enquanto a página do MLE, sem publicações e atualizações desde 30 de maio de 2016, possui apenas 2.592 “curtidas”. A professora Renata Aquino conta que, com a saída do MLE, o movimento acabou, tendo em vista que era ela e o professor Diogo Salles que coordenavam a página do MLE no Facebook e o blog do movimento. Cf. PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

Além disso, nessa fase podemos destacar também como o PCESP aparece no sentido de contribuir na construção de uma rede de movimentos sociais docentes mais ampla, como tratamos acima, ajudando nos lançamentos de outros movimentos de combate ao ESP (os lançamentos das “Frentes”), fazendo divulgações desses movimentos, ampliando a rede de contatos, etc. O que vemos aqui, principalmente no ano de 2016, quando o tema e o debate sobre o “Escola Sem Partido” ganha maior projeção pública, é o estabelecimento de uma rede de trocas e de influência entre o movimento PCESP e as entidades nacionais, os sindicatos, outros movimentos sociais e coletivos, as associações científicas, as universidades, as escolas, etc., que já vinha acontecendo de maneira inicial na fase do MLE, mas que nesse momento é ampliado e concretizado. É nessa fase também que vemos as tentativas do PCESP de firmar relações com alguns setores políticos e autoridades governamentais consideradas importantes para o movimento de oposição ao ESP, por meio de suas participações nas audiências públicas nas Câmaras Legislativas do país e nas audiências públicas nacionais.

A terceira fase, mais recente, é a fase de formalização e institucionalização do movimento em instâncias legais, por meio da criação do “Movimento Educação Democrática” (MED) no dia 29 de junho de 2017, como vimos anteriormente. O MED é uma associação que tem como objetivo ampliar a discussão sobre as políticas públicas educacionais que ameaçam o projeto de escola pública, gratuita, laica, plural, de qualidade e organizada democraticamente.<sup>366</sup> Aqui, o alvo de debate e de combate não é só o ESP, mas também outras políticas públicas educacionais consideradas, pelos seus integrantes, ameaçadoras desse projeto de escola, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Médio, os ataques à discussão de gênero e questões raciais nos currículos escolares, etc. Essas temáticas já vinham sendo debatidas e apresentadas pelos membros do PCESP em suas apresentações públicas, no entanto, o seu foco específico de atuação e mobilização é o “Escola Sem Partido”. Da diretoria da associação fazem parte todos os membros do PCESP<sup>367</sup> e a associação conta com o apoio também de outros grupos e movimentos em defesa da educação, como o

---

<sup>366</sup> Cf. MOVIMENTO EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA. Professor Fernando Penna explica como grupos e coletivos podem juntar esforços conosco em favor da luta por uma educação democrática. *Facebook*. 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/moveducacaodemocratica/videos/1924603284466347/> Acesso (11/02/2018)

<sup>367</sup> É importante destacar que o PCESP não deixou de existir com a criação do MED. Os integrantes continuam atuando e canalizando suas críticas e mobilizações contra o ESP a partir do PCESP. A criação do MED é uma tentativa de abarcar novas discussões consideradas necessárias pelos seus membros, sem descaracterizar a atuação específica do PCESP.



Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ)<sup>368</sup>, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação<sup>369</sup>, e o Coletivo de Cultura Negra na Escola<sup>370</sup>.

Tendo isso em mente, primeiro vamos identificar e analisar algumas narrativas públicas mobilizadas pelo PCESP no combate ao ESP, destacando suas principais críticas ao mesmo e quais são as propostas, os valores e os princípios do movimento. Em seguida, iremos trabalhar com alguns trechos da entrevista realizada com o professor Fernando Penna e a professora Renata Aquino, e estabelecer uma relação com outras fontes (fontes digitais, principalmente), identificadas e analisadas, para entendemos as estratégias de ação e mobilização do PCESP nessas três fases de atuação.

## 2.1 As narrativas públicas do movimento PCESP: autonomia do professor como educador de uma escola democrática

“O professor não teria liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional, segundo o coordenador do Escola Sem Partido. Tem todo sentido dentro do projeto de escola desta organização: professores/instrutores deveriam se limitar a transmitir a ‘matéria’ para alunos que constituiriam uma audiência cativa, aprisionada dentro das salas de aula. Nos opomos veementemente a este projeto. A sala de aula é um espaço de construção de conhecimentos através do diálogo aberto entre professores e alunos. O professor tem conteúdos a ensinar, mas, como ele vai torná-los significativos para cada uma das suas diferentes turmas, só ele tem como saber. Afinal de contas, professores são profissionais competentes, formados para fazer estas escolhas de acordo com as características das diferentes realidades encontradas nas mais variadas salas de aula.”<sup>371</sup>

Essa publicação foi feita pelos integrantes do movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), em sua fase inicial quando atuavam como “Movimento Liberdade para Educar” (MLE), na rede social Facebook, no dia 20 de agosto de 2015, quando o movimento estava nos seus primeiros meses de mobilização contra o “Escola Sem Partido” e seus Projetos de Lei (PLs)<sup>372</sup>. Nessa publicação, podemos perceber alguns dos elementos principais que caracterizam as narrativas públicas do movimento contra o ESP, e que vão circular nos

<sup>368</sup> Cf. OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/edulaica/> Acesso (11/02/2018)

<sup>369</sup> Cf. CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://campanha.org.br/> Acesso (11/02/2018)

<sup>370</sup> Cf. COLETIVO DE CULTURA NEGRA NA ESCOLA. Página inicial. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivoculturanegranaescola> Acesso (11/02/2018)

<sup>371</sup> PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Escola Sem Partido defende que professores não têm liberdade de expressão no exercício de sua atividade profissional. *Facebook*. 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasepartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200.243091/1503047063320938/?type=3&theater> Acesso (15/12/2017)

<sup>372</sup> Os projetos discutidos pelo PCESP são aqueles que aplicam diretamente as propostas do “Escola Sem Partido” e aqueles que estão relacionados ao mesmo, como os PLs que proíbem a discussão de gênero na escola e o que tipificam crime de assédio ideológico por parte dos professores, e que já citamos na introdução e no primeiro capítulo desta dissertação. Os projetos são: PL 2974/2014; PL 867/2014; PL 7180/2014; PL 7181/2014; PL 867/2015; PL 1859/2015; PL 1411/2015; PL 193/2016.

diferentes espaços públicos conforme o seu crescimento e a sua atuação. Veremos algumas dessas narrativas a seguir.

As principais narrativas públicas dos integrantes PCESP, desde a sua fase inicial com o MLE e até os dias atuais, são constituídas tanto de críticas, análises e problematizações feitas ao ESP e aos PLs em questão, quanto de proposições e afirmações fundamentadas em vivências e experiências de professores, e em estudos e pesquisas acadêmicas no campo educacional, principalmente no que diz respeito à área de Ensino de História. Como foi dito anteriormente, o movimento PCESP é constituído por professores de História e historiadores, profissionais da área de História e da Educação, que atuam profissionalmente ministrando aulas tanto no ensino básico quanto no ensino superior, e que, desde o ano de 2015, vem atuando politicamente nas disputas em torno da definição do que é ser professor e qual é a função da escola e da educação na sociedade atual. No primeiro capítulo identificamos e analisamos algumas das narrativas públicas dos membros e defensores do ESP, e como essas narrativas expressam representações e valores de determinados grupos sobre a prática do professor em sala de aula e sobre o papel da escola. Neste capítulo, trataremos da visão oposta ao ESP, produzida pelo PCESP, sobre essas mesmas questões.

As críticas e as análises dos integrantes do PCESP direcionadas ao ESP e aos PLs que destacamos acima, podem ser sintetizadas em três eixos principais: 1) críticas às ameaças e aos ataques à autonomia docente e que tentam criminalizar a prática do professor em sala de aula, retirando o caráter educacional da escola; 2) aos ataques à discussão sobre gênero e práticas relacionadas à cultura afro-brasileira nas escolas, isto é, ataques à discussões de questões socialmente vivas como machismo, homofobia, violência contra mulher, racismo, etc.; 3) aos aspectos ideológicos e partidários compartilhados por membros e defensores do ESP. Esses três eixos aparecem, muitas vezes, indissociáveis nas narrativas dos integrantes do PCESP, sob o argumento de que há uma ameaça crescente ao que eles entendem como “educação democrática”, um valor essencial do PCESP e que atravessa as três fases do movimento.<sup>373</sup>

---

<sup>373</sup> Aqui, sobre a noção de “educação democrática” o PCESP tem como base conceitual e de reflexão o teórico da educação Gert Biesta. Por educação democrática, o movimento entende o fenômeno educacional em toda a sua complexidade, ou seja, em todas as suas funções a serem desempenhadas na escola: a função de qualificação, de socialização e de subjetivação. A função de qualificação consiste em proporcionar, aos alunos, conhecimentos, habilidades e entendimentos, isto é, formas de julgamento que lhes permitam “fazer alguma coisa”. A função de socialização, é a forma como os indivíduos, por meio da incorporação de valores, se tornam membros e parte de ordens sociais, culturais e políticas. Já a função de subjetivação, contribui para processos de subjetivação, isto é, para que o aluno possa se tornar sujeito e ter uma dimensão independente e autônoma frente às ordens sociais existentes. Essa função é essencial em um processo de emancipação do aluno, no sentido de construção de sua personalidade e de construção de sua percepção como agente no mundo. Dessa forma, na visão do movimento, a ameaça à educação democrática e emancipadora seria um projeto que não levaria em consideração essa dimensão

O primeiro eixo diz respeito às críticas do PCESP à forma como o ESP concebe a imagem do professor, do aluno, a função da escola e o papel da família na sociedade. Dentro dessa chave, podemos dividir a análise em quatro principais críticas que estão intimamente relacionadas: a crítica à ideia de que “o professor não é educador, a escola instrui e a família educa”; a crítica à ideia do “professor como prestador de serviço”; a crítica à concepção do “professor como burocrata”; e a crítica à afirmação de que “o professor é um criminoso”. O segundo eixo de crítica refere-se à maneira como o ESP entende as questões de gênero e as questões religiosas na escola. Aqui, a crítica é direcionada ao termo “ideologia de gênero”, usada pelo ESP e seus defensores, e à afirmação da precedência da educação moral e religiosa dos pais sobre a escola. Já o terceiro eixo de crítica do movimento tem como objetivo mostrar as “estratégias fascistas discursivas” do ESP e a relação dos seus membros com figuras políticas ligadas aos setores conservadores de cunho fundamentalista religioso cristão.

Os integrantes do PCESP, ao longo da história do movimento, vem escrevendo textos, produzindo vídeos, realizando pesquisas acadêmicas, fazendo apresentações públicas em diversas palestras, seminários, encontros, participando de audiências públicas municipais e nacionais, concedendo entrevistas à jornais e revistas, e participando de debates, sobre o ESP e os seus PLs. Na maioria dessas atuações, os integrantes tratam da necessidade de se discutir os PLs do ESP em tramitação, mas enfatizam que não se pode deixar de discutir também as origens das propostas e afirmações desses projetos. Essas origens, como diz o professor Fernando Penna, um dos coordenadores e integrantes do PCESP, podem ser encontradas no site e na página oficial do Facebook do “Movimento Escola Sem Partido (MESP)” ou da “organização Escola Sem Partido” – como os membros do PCESP comumente nomeiam o ESP.<sup>374</sup>

Segundo o professor Fernando Penna, é preciso problematizar, primeiro, o nome “Escola Sem Partido”. Esse nome, segundo ele, “remete a uma falsa dicotomia entre uma escola

---

da subjetivação no espaço escolar. Por isso o PCESP entende o ESP como uma ameaça à educação democrática, já que apenas leva em consideração a função de qualificação (transmissão de conhecimento) da escola. Cf. PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (org.) *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017.

<sup>374</sup> Aqui, neste capítulo, vale dizer que o movimento PCESP não utiliza o termo “antimovimento social” para nomear o ESP. A reflexão do “Escola Sem Partido” como antimovimento social no sentido tourainiano da análise foi mobilizado especificamente para esta pesquisa. Desse modo, quando utilizarmos o termo “Movimento Escola Sem Partido (MESP)” estamos nos referindo à forma usada pelos integrantes do PCESP, e quando utilizarmos “antimovimento” estamos nos referindo à reflexão própria desta dissertação.

com partido e uma escola sem partido”<sup>375</sup>. O professor diz que as pessoas que costumam ouvir o nome “Escola Sem Partido” “pensam que é algo positivo”, já que isso remete a uma ideia de que “nenhuma escola deve ser dominada por um partido A ou B”, e as pessoas geralmente concordam com essa afirmação.<sup>376</sup> No entanto, Penna destaca – e aqui podemos encontrar a principal base de argumentação do movimento PCESP contra o ESP – que “o que está em jogo” nas afirmações e proposições do “Escola Sem Partido” não é essa dicotomia entre uma escola com ou sem partido, mas sim um projeto que “remove o caráter educacional da escola”.<sup>377</sup>

Para demonstrar essa “remoção do caráter educacional da escola”, o professor Fernando Penna e os outros professores do movimento realizam análises e problematizações de diversos materiais produzidos pelo ESP, alguns dos quais vimos anteriormente no primeiro capítulo. O primeiro argumento do ESP que é criticado pelo PCESP é a ideia de que “o professor não é educador, e a escola apenas instrui”. Aqui, nas narrativas dos integrantes do PCESP, podemos elencar alguns focos de críticas.

Uma das críticas feitas pelo PCESP, e que está presente, principalmente, nas narrativas do professor Penna, é o destaque dado ao livro “Professor não é educador”, do autor Armindo Moreira, que aparece na seção “Biblioteca politicamente incorreta” no site do ESP, como bibliografia recomendada<sup>378</sup>. Nessa crítica, o ponto central destacado é justamente a separação entre o ato de educar, reservado apenas à família e à igreja, e o ato de instruir, reservado à escola.

Esse apontamento é acompanhado por outro destaque feito, agora tendo como referência uma pesquisa realizada pelo Instituto Sensus e publicada na revista *Veja* em uma edição de 2008, que é utilizada pelo ESP e aparece em seu site<sup>379</sup>. Nesta pesquisa, perguntou-se aos

<sup>375</sup> FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna sobre o “Escola Sem Partido” – Câmara Municipal do Rio de Janeiro 03/12/15. *Youtube*. 27 de maio de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XGK0\\_dLEQN0](https://www.youtube.com/watch?v=XGK0_dLEQN0) Acesso (11/02/2018)

<sup>376</sup> Cf. PROGRAMA CAIXA DE PANDORA. Projeto “Escola Sem Partido” – Programa Caixa de Pandora – Completo. *Youtube*. 11 de março de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fEQ6I0Oi\\_MM](https://www.youtube.com/watch?v=fEQ6I0Oi_MM) Acesso (11/02/2018).

<sup>377</sup> FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna sobre o “Escola sem Partido” – Câmara Municipal do Rio de Janeiro 03/12/15. *Youtube*. 27 de maio de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XGK0\\_dLEQN0](https://www.youtube.com/watch?v=XGK0_dLEQN0) Acesso (11/02/2018)

<sup>378</sup> Cf. REVISTA APURO. Escola Sem Partido trata professor como criminoso. *Medium*. 20 de junho de 2016. Disponível em: <https://medium.com/revista-apuro/escola-sem-partido-trata-professor-como-criminoso-ae771430beef> Acesso (11/02/2018)

<sup>379</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Dia nacional de luta contra a doutrinação política e ideológica nas escolas. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/dia-nacional-de-luta-contra-a-doutrinacao-politica-e-ideologica-nas-escolas> Acesso (11/02/2018); Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. O que pode ser feito contra a doutrinação. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/236-o-que-pode-ser-feito-contra-a-doutrinacao> Acesso (11/02/2018); ESCOLA SEM PARTIDO. Perguntas frequentes. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/faq> Acesso (11/02/2018)

professores “Qual é a missão principal da escola?”. Sobre o resultado, segundo a pesquisa, 78% dos professores responderam que é “formar cidadãos”, 14% responderam que é “contribuir para a formação profissional” e 8% responderam que é “ensinar as matérias”. Segundo Penna, em sua apresentação na audiência pública na Câmara Municipal do Rio,

“Eles [os membros e defensores do ‘Escola Sem Partido’] veem nisso um sintoma de doutrinação, de que os professores estão doutrinando os alunos, porque eles não veem o ensino das matérias como prioridade. Só que, o que essas pessoas tem que entender é que, na verdade, o professor vê todas essas missões como indissociáveis. O professor não ensina a matéria só pela matéria. Ele ensina para formar cidadãos e para formar profissionais competentes [...] Mas o Escola Sem Partido fala que formar cidadãos equivale, na prática, a ‘fazer a cabeça dos alunos’” (grifos nossos)<sup>380</sup>

À essas duas afirmações – a de que a apenas a família educa e a escola instrui, e a de que os professores são “doutrinadores” por valorizar a formação do aluno para a cidadania – Fernando Penna contrapõe com o argumento de que na própria Constituição Federal (artigo 205), a educação é entendida de maneira colaborativa entre o Estado, a família e a sociedade visando a formação do aluno para a cidadania, para o seu desenvolvimento pessoal e a sua qualificação para o trabalho. Dessa forma, a educação também seria função da escola, e não só da família, segundo o professor, e também seria a função da escola e do professor a formação de cidadãos.<sup>381</sup>

Outro elemento que é muito criticado pelo PCESP é a própria noção de “doutrinação ideológica” mobilizada pelo ESP em suas narrativas e as suas afirmações de que, atualmente, existem práticas de “doutrinação ideológica” em todo o país. Sobre isso, o movimento argumenta que, nos PLs em tramitação, “querem proibir uma prática sem definir precisamente o que ela é”, ou seja, segundo os integrantes do PCESP, o termo é colocado de maneira vaga, o que já constituiria em si a inconstitucionalidade do projeto.<sup>382</sup> Além disso, os integrantes argumentam também que os dados em que o ESP se baseia para afirmar que existe “doutrinação” em proporções nacionais “são muito fracas, são formuladas de maneira tendenciosa”, como o exemplo da pesquisa do Instituto Sensus, citada pelo professor Penna.<sup>383</sup>

<sup>380</sup> FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna sobre o “Escola sem Partido” – Câmara Municipal do Rio de Janeiro 03/12/15. *Youtube*. 27 de maio de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XGK0\\_dLEON0](https://www.youtube.com/watch?v=XGK0_dLEON0) Acesso (11/02/2018)

<sup>381</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Câmara dos Deputados – 07/02/2017). *Youtube*. 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow> Acesso (11/02/2018)

<sup>382</sup> Cf. MORRENE, Beatriz. “O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional”. *Revista Época*. 02 de agosto de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>383</sup> Cf. ABDALLA, Sharon. Projeto remove da escola o seu caráter educacional. *Gazeta do Povo*. 26 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/projeto-remove-da-escola-o-seu-carater-educacional-5onyeds3jrch88sctnfo2c9aw> Acesso (11/02/2018)

No entanto, apesar da não definição do termo nos Projetos de Lei apontada pelo PCESP, o movimento afirma que essa definição pode ser encontrada na seção “Flagrando o doutrinador”, no site do ESP. Nessa seção, o PCESP chama atenção para algumas indicações da lista de procedimentos elaborada pelo ESP para identificar quando professor está “doutrinando” os alunos. Duas dessas indicações, que vimos no primeiro capítulo, são bastante citadas pelo PCESP: “você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto de assunto para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” e “quando adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica”.<sup>384</sup>

Aqui, os professores do PCESP, e outros professores que se posicionam e se mobilizam contra o ESP, argumentam que essas duas indicações se opõem a algo que já está estabelecido no campo educacional e no campo das ciências humanas há décadas.<sup>385</sup> O primeiro argumento mobilizado pelo PCESP é a necessidade de tratar sobre a realidade do aluno em sala de aula, do contexto onde a escola está inserida, não dissociando a matéria da disciplina da realidade da sociedade. O professor Fernando Penna, em um dos debates que participou, questiona essa primeira indicação:

“Doutrinar é falar sobre o que está acontecendo no mundo? Se o seu aluno, se no bairro onde está a escola aconteceu um caso de violência? Você, como professor, vai começar problematizando. Se na sala de aula acontece um caso de racismo, um caso de violência? Você vai...isso não é sair da matéria! Ser professor é isso! [...] Você para e você vai entender aquilo, a função do professor é ajudar a entender melhor a realidade”<sup>386</sup>

A professora Renata Aquino, uma das integrantes do PCESP, afirma que o movimento “entende que para educar, ensinar história, a gente precisa falar da realidade, do presente, para trazer os alunos para a sala de aula.”<sup>387</sup> Já sobre a segunda indicação, Fernando aponta que o ESP trabalha “com uma dissociação já caduca nas ciências humanas, entre neutralidade e

<sup>384</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Flagrando o doutrinador. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador> Acesso (11/02/2018)

<sup>385</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ> Acesso (11/02/2018)

<sup>386</sup> PROGRAMA CAIXA DE PANDORA. Projeto “Escola Sem Partido” – Programa Caixa de Pandora – Completo. *Youtube*. 11 de março de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fEQ610Oi\\_MM](https://www.youtube.com/watch?v=fEQ610Oi_MM) Acesso (11/02/2018).

<sup>387</sup> BEDINELLI, Talita. “Eles querem retirar a diversidade da escola”. *El País*. 26 de junho de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466802333\\_665468.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466802333_665468.html) Acesso (11/02/2018)

ideologia, como se houvessem coisas que são neutras e outras ideológicas”, e desafia a alguém indicar algum livro que não seja identificado com um corrente ideológica.<sup>388</sup>

Aqui, como vimos no primeiro capítulo, o ESP entende esses dois “procedimentos de doutrinação” partindo da ideia de que os professores tentam impor aos seus alunos uma “ideologia esquerdista e comunista”. O PCESP vai contra-argumentar que o “Escola Sem Partido”, assim como os PLs em questão, “confunde partidarismo e política”. Para os integrantes do PCESP,

“Política é ação coletiva no espaço público, ou seja, falar de política não é fazer propaganda partidária. Professores devem falar com os alunos sobre o que está acontecendo no mundo, sobre a atuação deles no espaço comum. Ter um discurso politicamente engajado em sala de aula significa que esses professores estão formando para a cidadania. Estão formando alunos que se sintam capazes de mudar o mundo. Essa é a concepção de política com a qual a maioria dos professores trabalha.”<sup>389</sup>

Os professores do PCESP também se veem confrontados quando o ESP defende a separação entre a “liberdade de cátedra” (liberdade de ensinar os conteúdos da disciplina) e a “liberdade de expressão” (liberdade de opinar e mobilizar valores), para afirmar que o professor “não tem liberdade de expressão” em sala de aula. Aqui, na visão do PCESP e de outros movimentos sociais docentes contra o ESP, essa afirmação, juntamente com a ideia de que o professor não é educador, de que a escola apenas instrui e de que o professor não pode discutir a realidade dos alunos, cria um impacto direto na forma como o professor atua dentro de sala de aula, atingindo gravemente a sua autonomia docente.<sup>390</sup>

<sup>388</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ> Acesso (11/02/2018)

<sup>389</sup> Aqui, é importante destacar que os integrantes do PCESP não concordam que o professor deva fazer propaganda partidária em sala de aula. Em seu entendimento, isso é algo que pode ser discutido. No entanto, o que o PCESP argumenta é que, o que o antimovimento ESP entende por “doutrinação” o movimento entende e chama de “educação”, isto é, o incentivo aos alunos a se manifestarem democraticamente nos espaços públicos, como cidadãos ativos. Cf. AQUINO, Renata. Em resposta à crítica de Miguel Nagib. *Facebook*. 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/amoremvermelho/posts/922369307820737> Acesso (11/02/2018); Cf. ABDALLA, Sharon. Projeto remove da escola o seu caráter educacional. *Gazeta do Povo*. 26 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/projeto-remove-da-escola-o-seu-carater-educacional-5onyeds3jrch88sctnfo2c9aw> Acesso (11/02/2018); Cf. MORRENE, Beatriz. “O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional”. *Revista Época*. 02 de agosto de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>390</sup> Nesse ponto, não podemos deixar de destacar duas críticas importantes que o professor Fernando Penna e o PCESP fazem ao ESP e ao PL867/2015, que busca implementar o “Programa Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A primeira crítica refere-se ao argumento dos membros do ESP de que o PL 867/2015 “apenas reafirma o que já está posto na Constituição Federal”. No entanto, o PCESP mostrará que o PL removeu alguns dispositivos constitucionais fundamentais. Segundo Fernando, “o que percebemos ao comparar os princípios propostos pelo PL com aqueles estabelecidos pela constituição é que o projeto amputa maliciosamente os dispositivos constitucionais: ‘pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas’ (Art. 206, III, Constituição Federal) reduz-se ao ‘pluralismo de ideias no ambiente acadêmico’ (Art. 2, II, PL 867/15) e ‘liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber’ (Art. 206, II, Constituição Federal) reduz-

Essa ameaça à autonomia docente é agravada, segundo o PCESP, por mais algumas concepções difundidas pelos membros do ESP e seus defensores, e que reforçam os ataques à profissão docente: “o professor como prestador de serviço”; “o professor como burocrata”; e “o professor como criminoso”. No que diz respeito à ideia do “professor como prestador de serviço”, o PCESP afirma que o ESP e os PLs, além de retirarem a dimensão educacional da escola, tentam “reduzir a educação a uma relação de consumo”<sup>391</sup>. O professor Fernando Penna, em suas apresentações públicas, utiliza a própria fala do advogado Miguel Nagib para evidenciar isso.<sup>392</sup> Em sua percepção, a educação tem sim essa dimensão de prestação de serviço, mas o problema, segundo Penna, é que o ESP tenta reduzir a prática docente apenas a isso. Aqui, o professor aparece como fornecedor de um serviço, de um conteúdo, e o aluno como consumidor desse serviço, uma “audiência cativa”, “a parte mais fraca dessa relação”, segundo o próprio Miguel Nagib. Podemos também pensar que os pais desses alunos, principalmente, aqueles que pagam uma mensalidade em uma escola particular, também aparecem como consumidores desse serviço do professor. Nesse caso, na visão do ESP, os pais desses alunos teriam o direito e poderiam interferir no trabalho docente, já que são consumidores do mesmo. De acordo com o professor Penna, a consequência dessa concepção é a “desqualificação do professor enquanto um detentor de saberes profissionais, que pode

---

se à ‘liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência’” (Art. 2, III, PL 867/15). De acordo com Penna, pode-se perceber que os elementos excluídos são todos relacionados à figura do professor: “o pluralismo de concepções pedagógicas e a liberdade de ensinar.” Desse modo, segundo Fernando Penna, o PL remove dispositivos constitucionais que atingem diretamente a prática da liberdade do professor em sala de aula. Além disso, Fernando também faz uma crítica a um dos parágrafos de justificação do PL 867/15, que afirma que o professor não possui liberdade de expressão em sala de aula. O parágrafo é o seguinte: “Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa”. Aqui, segundo Fernando além de ser retirada a liberdade de ensinar do professor, retira-se também a liberdade de expressão do mesmo, em detrimento da liberdade de consciência e de crença dos alunos. Nesse caso, Fernando destaca que o ESP e o PL entendem uma oposição entre ensino e aprendizagem, como se a liberdade de um, do professor, fosse incompatível com a liberdade do outro, a liberdade do aluno. No entanto, segundo Fernando, precisa-se pensar essas duas dimensões como complementares, recíprocas, e não opostas e excludentes. Cf. PENNA, 2017; Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Em defesa da liberdade de expressão dos professores. *Site*. 07 de julho de 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/07/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-dos-professores/> Acesso (11/02/2018)

<sup>391</sup> FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ> Acesso (11/02/2018)

<sup>392</sup> A fala do Miguel Nagib em questão é a seguinte: “O nosso projeto, ele foi inspirado no código de defesa do consumidor. O código de defesa do consumidor ele intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta intervém na relação de ensino e aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação, que é o estudante, que é aquele indivíduo vulnerável que está se desenvolvendo”. Fala de Nagib na audiência pública que o professor Fernando também participava. Cf. TV SENADO CE - Comissão de Educação – 01/09/2016. *Youtube*. 01 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-lzUo> Acesso (11/02/2018)



praticar intervenções pedagógicas de acordo com esse saber, para enfrentar qualquer problema que ele encontre em sala de aula”, sem que seja preciso que as famílias determinem o que vai ser discutido ou não nas escolas.<sup>393</sup>

Além disso, o PCESP também faz uma crítica à outra concepção difundida pelos membros do ESP, a de que “o professor é um burocrata” em sala de aula, e que vimos anteriormente no primeiro capítulo. Aqui, podemos ver que o professor Fernando Penna, em suas apresentações públicas, também utiliza falas do advogado Miguel Nagib e publicações na página do ESP, para corroborar as suas análises. Em sua crítica, o professor afirma que, assim como a questão da prestação de serviço, o ESP tenta reduzir o professor a apenas um burocrata, um funcionário público, que cumpre e aplica a lei em sala de aula. Novamente, Penna diz que existe a dimensão burocrática na profissão docente e que o professor é um funcionário público, mas “o fazer do professor é muito mais do que isso”. Nesse caso, segundo a crítica do PCESP, o professor não poderia mobilizar valores em sala de aula, tratar de questões morais, falar com seus alunos sobre o diálogo com a diferença, sobre o respeito ao outro, já que ele apenas é um burocrata e apenas pode instruir os alunos e ensinar a matéria.<sup>394</sup> Desse modo, essa concepção, ao lado das afirmações tratadas acima, são entendidas pelo PCESP como uma desvalorização do trabalho do professor em sala de aula e que intensificam a sua desprofissionalização.

Já no que diz respeito à ideia do “professor como criminoso”, o PCESP afirma que atualmente “existe uma verdadeira campanha de ódio aos professores” realizada por membros e defensores do ESP.<sup>395</sup> Aqui, além das ameaças à autonomia do professor e de sua profissão, o PCESP destaca também as tentativas de criminalização docente. Os integrantes do PCESP, nesse ponto, destacam em suas narrativas públicas as representações negativas criadas pelo ESP sobre os professores considerados “doutrinadores”, isto é, os professores como “estupradores e sequestradores intelectuais dos seus alunos” e como “manipuladores”, duas concepções que tratamos anteriormente no primeiro capítulo.

<sup>393</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ> Acesso (11/02/2018)

<sup>394</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna sobre o “Escola sem Partido” (Câmara Municipal de Ribeirão Preto – SP – 24/04/17). *Youtube*. 16 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ROaVcMvMdVk> Acesso (11/02/2018)

<sup>395</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. “Investigando o Escola Sem Partido (4/5) – palestra com o prof. Dr. Fernando Penna. *Youtube*. 26 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UG5feB3w7wA> Acesso (11/02/2018)

O professor Fernando Penna escreveu um artigo na fase inicial de atuação e de mobilização do MLE em 2015, chamado “O ódio aos professores”<sup>396</sup>, no qual ele analisa alguns comentários e algumas imagens (*memes*) produzidos e difundidos pelos membros do ESP e seus defensores nas redes sociais, e que desqualificam os professores, a escola, os movimentos sociais e algumas referências teóricas usadas no campo da educação, como o teórico e educador Paulo Freire e o teórico marxista Antonino Gramsci. Em várias das suas apresentações públicas, o professor também procura chamar atenção das pessoas para essas imagens.<sup>397</sup>

Ao analisar os comentários e as imagens, o professor Fernando Penna conclui que na maior parte das vezes os professores aparecem: com a cor da roupa vermelha, ou com uma estrela vermelha no peito, fazendo uma alusão ao Partido dos Trabalhadores (PT); de óculos, não mostrando os seus olhos, o que desumaniza sua figura; e manipulando de alguma forma os seus alunos (uma professora “corta” os pensamentos e os sonhos dos alunos, dando uma forma de foice e de martelo, símbolo do comunismo; outra professora, representando a escola pública, “vomita lixo” na cabeça do aluno e diz que “religião é para pessoas estúpidas e o que você só precisa saber é sexo”; e outro professor “enfia goela abaixo do aluno” uma cartilha com as cores do arco-íris, em referência à bandeira LGBT). Já os alunos aparecem nessas imagens como crianças pequenas, inocentes, assustadas, chorando e não tendo capacidade de reagir ao que o professor está fazendo, ou seja, aparecem como passivas, reforçando a ideia de que na sala de aula os alunos são uma “audiência cativa”, consumidores, “a parte mais fraca na relação”, segundo o ESP. As escolas e as universidades aparecem, nessas imagens, como lugares tomados pela ideia de “luta de classes”, “ideologia de gênero” e “movimentos sociais”, o que contribui para reforçar a ideia de que existe “doutrinação política e ideológica” nesses espaços. Já os referenciais teóricos como Paulo Freire e Antonio Gramsci, são representados como “vampiros que vampirizam a educação brasileira.”<sup>398</sup>

---

<sup>396</sup> Cf. PENNA, Fernando. O ódio aos professores. *Movimento Liberdade para Educar*. 18 de setembro de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/> Acesso (11/02/2018); Cf. PENNA, Fernando. O ódio aos professores se profissionaliza. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. 14 de novembro de 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/> Acesso (11/02/2018)

<sup>397</sup> Comentamos rapidamente sobre esses *memes* produzidos pelo ESP no primeiro capítulo, ver nota 192. Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 1 (Fernando Penna). *Youtube*. 21 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b3TiIy77844> Acesso (11/02/2018)

<sup>398</sup> Cf. PENNA, Fernando. O ódio aos professores. *Movimento Liberdade para Educar*. 18 de setembro de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/> Acesso (11/02/2018)

Essa “campanha de ódio aos professores”, como diz o professor Penna, se torna ainda mais séria quando o próprio ESP defende e estimula a denúncia anônima de professores considerados “doutrinadores”, como vimos, no capítulo anterior, na seção “Planeje sua denúncia” no site do antimovimento. Ao tratar dos Projetos de Lei que buscam implementar o “Programa Escola Sem Partido”, o professor Fernando diz,

“Então, quando eu vejo esses projetos, eu fico muito temeroso, porque, um dos principais problemas que eu vejo nele é: ele destrói a escola enquanto espaço de debate. Primeiro, os professores não são mais considerados educadores. Segundo, o projeto nacional e muitos dos municipais e estaduais também fazem isso, eles propõem a criação de um canal de denúncia anônima [direto com as Secretarias de Educação], no qual o aluno vai poder denunciar seu professor. Isso para mim é acabar com a escola enquanto espaço de debate. Porque, como acontece numa...e eu já vivi isso várias vezes como professor. Um professor emite uma opinião em uma determinada aula. Saiu daquela aula e você [aluno] vai encontrar outros professores. Então você conversa: ‘olha, o professor da matéria ‘x’ me falou isso, você concorda?’. Concorda ou discorda, aí conversa com os pais, conversa com os colegas, conversa com as pessoas na comunidade. Então a escola tem que ser esse espaço. E supondo que um professor exceda, a própria escola tem como lidar com isso. Você conversa com outros professores, você tem os coordenadores, tem a direção.” (grifos nossos)<sup>399</sup>

Nesse ponto, podemos perceber que Penna conclui que essa desqualificação do professor e o estímulo à sua denúncia, como um criminoso, pode trazer prejuízos graves à profissão docente e “acabar com a escola enquanto espaço de debate”. Segundo o professor, esses elementos de “ódio aos professores” e sua criminalização fazem parte de “estratégias discursivas fascistas”, características do “Escola Sem Partido” e que está presente em seus Projetos de Lei.<sup>400</sup> Aqui, o professor Fernando Penna diz que não entende o ESP como fascista, mas sim que utiliza discursos e estratégias que podem ser consideradas fascistas, tais como: a constante desumanização dos professores considerados “doutrinadores”; a constante afirmação de um “conspiracionismo ideológico e moral” (o petismo espalhado pelas escolas e universidades, a doutrinação política e ideológica de esquerda, as imposições da “ideologia de gênero”); e a tentativa de abrir canais de denúncia anônima, incentivando os alunos a fazerem delações de seus professores e os pais a processarem esses professores.<sup>401</sup>

Aqui, também pode-se perceber que o PCESP aponta os aspectos ideológicos presentes no ESP. Os seus integrantes preocupam-se em identificar e analisar esses elementos,

<sup>399</sup> CAIXA DE PANDORA. Projeto “Escola Sem Partido” – Programa Caixa de Pandora – Completo. Youtube. 11 de março de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fEQ6I00i\\_MM](https://www.youtube.com/watch?v=fEQ6I00i_MM) Acesso (11/02/2018)

<sup>400</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 3 (Fernando Penna). Youtube. 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ec5prmQIP3U> Acesso (11/02/2018); Cf. LOFF, Manuel. Escola Sem Partido? *Público*. 06 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/08/06/mundo/opiniao/escola-sem-partido-1740469> Acesso (11/02/2018)

<sup>401</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 3 (Fernando Penna). Youtube. 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ec5prmQIP3U> Acesso (11/02/2018)

procurando evidenciar, segundo eles, uma contradição no próprio discurso do ESP: ao mesmo tempo que os membros do ESP afirmam que não possuem nenhuma vinculação ideológica, política e partidária, o PCESP, em suas apresentações públicas, entrevistas, textos escritos, e suas publicações na internet, tentam chamar a atenção do público para os aspectos ideológicos e partidários presentes no ESP. Essa crítica aos aspectos ideológicos ganha mais força quando o movimento se propõe a analisar como o ESP entende as questões de gênero e as questões religiosas na escola.

Nesse ponto, o movimento afirma que há um ataque do ESP e dos PLs à essas discussões de gênero e de religião nas escolas, por dois motivos indissociáveis: primeiro, a tentativa de aprovar leis que afirmam a “precedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar, vedando a discussão transversal de temas que possam entrar em conflito com a educação moral, sexual e religiosa que os pais dão aos seus filhos” (relativo aos PLs 7180/14 e 867/15 que tramitam na Câmara dos Deputados); e segundo, um motivo mais explícito, a tentativa de aprovar leis que impedem a discussão de “gênero”, “ideologia de gênero” ou “orientação sexual” nas escolas (relativo ao PL 1859/15).

No que diz respeito ao primeiro motivo, o professor Fernando Penna, em sua última participação na audiência pública sobre o ESP na Câmara dos Deputados, destaca que esse impedimento na discussão de temas que possam entrar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes, “inviabilizaria o trabalho do professor em sala de aula”. Segundo ele, “se o professor não pudesse fazer nada que fosse contra à crença de qualquer uma das inúmeras famílias que estão em sala de aula, você não teria como discutir basicamente quase nenhum tema”.<sup>402</sup>

Nesse ponto, o PCESP realiza uma crítica direta à forma como os membros do ESP interpretam o artigo 12 da “Convenção Americana sobre Direitos Humanos”, na qual os mesmos se baseiam para afirmar “o direito dos pais a que seus filhos recebam educação moral e religiosa de acordo com suas convicções”. Segundo o professor Penna,

“Essa é uma interpretação absolutamente equivocada da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ela defende o espaço privado da intervenção do Estado, mas não se refere à prestação de serviços. É claro que, dentro do espaço privado, as famílias têm o direito de educar seus filhos de acordo com suas crenças. O que não pode acontecer é que essas normas invadam o espaço público da escola. O interesse da educação é justamente formar pessoas capazes de conviver com as diferenças, com outros valores e outras culturas. O professor não tem como evitar atividades que

---

<sup>402</sup> FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Câmara dos Deputados – 07/02/2017). Youtube. 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow> Acesso (11/02/2018)

possam estar em conflito com as convicções dos pais de turmas heterogêneas, com cerca de 30 alunos. Isso amarraria o professor, que ficaria incapaz de discutir qualquer assunto.”<sup>403</sup>

Nessa crítica feita pelo PCESP, podemos perceber aqui a ênfase dada à duas questões essenciais nessa discussão: a questão da pluralidade e a relação entre espaço privado e espaço público. No que diz respeito à pluralidade, destaca-se muito nas falas dos integrantes do PCESP, a necessidade de ser levada em consideração nesse debate a pluralidade de famílias, de diferentes modelos e configurações, com diferentes crenças, religiões e valores, e não só um único modelo de família. De acordo com Fernando Penna, “isso é importantíssimo, porque para discutir democracia e educação democrática a pluralidade é um elemento central, não só a pluralidade de estarmos em um mesmo espaço, mas a capacidade de dialogar com outras crenças e outros valores”.<sup>404</sup>

Nesse trecho, pode-se perceber que essa discussão sobre a pluralidade está atrelada à ideia de uma convivência dialógica entre diferentes pessoas, famílias, em um mesmo espaço, isto é, em um espaço público, o que constituiria uma democracia e uma educação democrática, conforme dito pelo professor Fernando Penna. Aqui, nesse ponto, Penna destaca o principal problema da interpretação do ESP sobre o artigo 12 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. Segundo ele, esse documento defende o espaço privado da intervenção do Estado, e isso é importante, já que as famílias, sim, oferecem educação religiosa aos seus filhos, e essa religião, “de foro íntimo”, tem que ser respeitada, ou seja, “a escola não pode obrigar a pessoa a crer ou deixar de crer em nenhuma crença, não pode se intrometer, e aí se aplica a Convenção Americana”.<sup>405</sup> No entanto, ele diz, a Convenção não vale para a dimensão da prestação de serviço, ou seja, não vale para a dimensão da educação escolar, visto que é um lugar de convivência entre diferentes pessoas em um espaço comum público, compartilhado. Nesse caso, essas normas privadas, de religião, de foro íntimo, não podem “invadir” o espaço público, já que a religião também pode ser interpretada como uma manifestação cultural nesse espaço compartilhado de vivências. Segundo Fernando, aqui, nenhum aluno, pai ou professor, independente da sua crença privada, pode-se negar a dialogar com outras manifestações de crenças e culturas na escola.<sup>406</sup>

<sup>403</sup> MORRENE, Beatriz. “O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional”. *Revista Época*. 02 de agosto de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>404</sup> FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Câmara dos Deputados – 07/02/2017). *Youtube*. 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow> Acesso (11/02/2018)

<sup>405</sup> Idem.

<sup>406</sup> Idem.

Nesse ponto, como vimos no primeiro capítulo, a discussão sobre gênero é um dos temas que, segundo o ESP e os PLs em questão, “pode entrar em conflito com a convicção religiosa e moral dos pais e dos alunos”, a ponto de criarem uma lei para proibir sua discussão. Sobre o debate acerca do tema do “gênero” nas salas de aula, o professor Fernando Penna diz,

“O termo utilizado para combater esse tema na escola é ‘ideologia de gênero’, criado justamente para desqualificar esse debate tão importante. A ideia que querem passar é que falar sobre gênero é propagar uma ‘ideologia’ que tentaria destruir a ‘família tradicional’ – sempre representada como um casal heterossexual, com um filho e uma filha, todos brancos – e corromper os jovens, transformando-os em homossexuais.”<sup>407</sup>

A professora Renata Aquino também aponta essa tentativa de desqualificação dos debates em torno da questão de “gênero”. Segundo ela, o ESP e os seus defensores usam o termo “ideologia de gênero” tanto para dar um tom de “autoritarismo e de imposição”, como se as pessoas que debatesses o tema tentassem impor ao outro uma maneira de ser e agir, quanto para dar um tom de distorção ou inversão da realidade, como se essas mesmas pessoas estivessem tentando construir uma realidade ilusória, mentirosa, não verdadeira.<sup>408</sup> Segundo ela, em uma entrevista dada ao jornal “El País”, “em resumo, eles acham que a escola está querendo impor ao aluno uma visão de mundo e violar aquilo que os alunos aprendem no espaço privado, nas suas casas. Mas eu entendo essa proposta deles como um avanço da esfera privada sob a esfera pública.”<sup>409</sup>

Aqui, o PCESP identifica esse ataque à discussão de gênero nas escolas ligado, principalmente, à setores conservadores de cunho fundamentalista cristão na Câmara dos Deputados, que constituem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPC), como vimos no capítulo anterior. Além disso, o movimento percebe também as relações construídas entre os membros do ESP e os partidos e figuras políticas que compõem essa Frente, isto é, as redes parlamentares que identificamos acima. O professor Diogo Salles<sup>410</sup> e a professora Fernanda Moura<sup>411</sup>, também integrantes do

<sup>407</sup> ZINET, Caio. Projeto de lei prevê prisão de docente que falar sobre “ideologia de gênero”. *Educação Integral*. 09 de novembro de 2015. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/> Acesso (11/02/2018)

<sup>408</sup> Cf. AQUINO, Renata. O que se fala quando se fala sobre “ideologia de gênero”. *Movimento Liberdade para Educar*. 17 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/17/o-que-se-fala-quando-se-fala-sobre-ideologia-de-genero/> Acesso (11/02/2018)

<sup>409</sup> BEDINELLI, Talita. “Eles querem retirar a diversidade da escola”. *El País*. 26 de junho de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466802333\\_665468.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466802333_665468.html) Acesso (11/02/2018)

<sup>410</sup> Diogo Salles é graduado em Bacharelado e Licenciatura na área de História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrando pelo programa de História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP-UERJ) na linha de pesquisa de Ensino de História. Cf. LATTES, Currículo. Diogo da Costa Salles. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4361573D3> Acesso (11/02/2018)

<sup>411</sup> Fernanda Moura possui mestrado em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) e graduação em

movimento PCESP e que foram entrevistados no terceiro capítulo desta dissertação, dedicam suas atenções, tanto como historiadores quanto militantes do PCESP, a estudar e pesquisar essas relações.<sup>412</sup> Desse modo, segundo a professora Renata Aquino, o PCESP opõe-se à essa postura do ESP e defende a discussão de gênero na escola,

“[...] para acabar com preconceitos e para conquistar liberdades que nos têm sido negadas em praticamente toda a história humana. A escola é um dos primeiros lugares nas vidas dos jovens onde eles se deparam com uma grande diversidade, por isso é um lugar tão importante para se discutir diferenças e diversidade. E se estamos tratando de liberdade, é logicamente impossível que tenhamos como objetivo em sala de aula obrigar jovens seres humanos a serem isso ou aquilo. Para deixar claro: a questão é sempre ampliação de horizontes e possibilidades, jamais de restrição.”<sup>413</sup>

Tendo em vista essas questões, podemos perceber que essas concepções mobilizadas e defendidas pelos professores do PCESP buscam reafirmar a dimensão educacional da escola e destacar o papel do professor como uma figura importante para a formação dos alunos. Aqui, como vimos, o movimento procura enfatizar a formação dos alunos para a cidadania, fazendo com que os mesmos compreendam a realidade em que vivem, para atuá-la sobre ela, sem perder de vista o ensino dos conteúdos e a formação dos mesmos para o mundo do trabalho.

Desse modo, a defesa de uma educação democrática é o elemento fundamental mobilizado pelo movimento contra o ESP. Nesse sentido, as funções de qualificação (ensino das disciplinas, formação do aluno para o trabalho, desenvolvimento profissional), de socialização (discussão sobre as questões da sociedade, o que está acontecendo no mundo, problematizações de preconceitos, convivência com a diversidade e a pluralidade, diálogo com o outro) e de subjetivação (emancipação do aluno, formação para a cidadania, alunos capazes de mudar o mundo, ser independentes e autônomos) são entendidas de maneira indissociáveis.

Essas ideias e valores compartilhados pelos membros do PCESP se aproximam bastante das noções de democracia e de sujeito que tratamos anteriormente com base nas reflexões de Touraine. Ao contrário do antimovimento ESP, o PCESP, aqui, pode ser interpretado como um

---

História também pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), É professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em Gênero, Ensino de História e Políticas Públicas. Cf. LATTES, Currículo. Fernanda Pereira de Moura. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4139026A7> Acesso (11/02/2018)

<sup>412</sup> Cf. MOURA, Fernanda Pereira de. “*Escola Sem Partido*”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016; Cf. SALLES, Diogo. A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola Sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo de ensino-aprendizado. *RevistAleph*. Julho 2017 Ano XIV – Número 28

<sup>413</sup> AQUINO, Renata. O que se fala quando se fala sobre “ideologia de gênero”. *Movimento Liberdade para Educar*. 17 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/17/o-que-se-fala-quando-se-fala-sobre-ideologia-de-genero/> Acesso (11/02/2018)

movimento social no sentido tourainiano porque é um movimento que disputa as orientações valorativas da sociedade civil buscando reiterar o espaço de liberdade de atuação dos sujeitos.

Nesse ponto, a atenção é dada ao espaço de liberdade tanto dos professores e alunos dentro de sala de aula quanto dos sujeitos pessoais e coletivos (movimentos sociais e culturais) que podem ser atingidos diretamente pela proibição das discussões sobre gênero e sobre questões religiosas da cultura afro-brasileira nas escolas, dois temas que, como vimos no primeiro capítulo, são entendidos como “doutrinações ideológicas” pelo ESP e seus defensores, e que podem entrar em conflito com a educação moral e religiosa “da família” de base heteronormativa e cristã.

Aqui, diferente dos membros e colaboradores do ESP que compartilham de uma cultura política conservadora e que priorizam o princípio da unidade e da integração social, os membros e defensores do PCESP compartilham uma cultura política democrática no sentido tourainiano, priorizando uma sociedade que proteja e reconheça a maior diversidade possível de sujeitos.

Como foi destacado acima, os membros do PCESP entendem que política, diferente de partidarismo, é uma ação coletiva no espaço público, espaço entendido como o lugar do reconhecimento do outro, das diferenças e da pluralidade social e cultural, percepção muito próxima da noção de sujeito e democracia em Touraine. Como nos diz o sociólogo, a cultura democrática não pode existir sem uma reconstrução do espaço público e sem ao regresso ao debate político, ou seja, é apenas na estreita associação que existe entre a democracia e a liberdade de associação e de expressão dos sujeitos que se permite que as demandas pessoais e coletivas subam até à vida pública e à decisão política.<sup>414</sup> Essa dimensão do público, desse modo, pode ser entendida como um lugar que traz à tona, para esse espaço do debate político, as questões e demandas que se encontram no espaço privado. No entanto, essas questões privadas que são trazidas à tona precisam pressupor o reconhecimento do direito do outro de também expressar e manifestar suas demandas no espaço público. Se isso não for feito, corre-se o risco dessa demanda privada cair no princípio individualista apontado por Touraine que vimos no primeiro capítulo, que pressupõe um indivíduo que é apenas guiado pelos seus próprios interesses e pela satisfação de suas necessidades privadas, sem reconhecer as necessidades do outro e sem reconhecer o seu espaço de atuação, fundamental para o indivíduo se tornar sujeito.

---

<sup>414</sup> TOURAINE, 1994, p. 211



Sobre essa questão da relação entre a vida privada e a vida pública, Touraine deixa claro que em vez de separarmos e opormos essas duas dimensões, o que contribuiria para uma diminuição da participação política dos atores sociais e uma diminuição da preocupação com o bem público, é preciso aproximarmos essas duas dimensões e perceber as suas relações de interdependência, já que isso fortalece tanto o sujeito pessoal quanto o sujeito coletivo, contribuindo diretamente para manter e para vivificar a democracia.<sup>415</sup>

Dito isso, podemos relacionar esse ponto, inclusive, com uma das críticas que o PCESP faz ao ESP, quando seus integrantes dizem que há uma “invasão” e um “avanço” da esfera privada na esfera pública, no que diz respeito à tentativa dos membros e defensores do ESP de tornar lei uma proposta que diz que o professor deverá abster-se de discutir temas que possam entrar em conflito com a educação moral e religiosa que os pais dão aos seus filhos. Aqui, como vimos, o PCESP posiciona-se afirmando que a dimensão religiosa das famílias, de foro íntimo, isto é, da esfera privada, deve ser respeitada, não podendo a escola se intrometer nessa dimensão. Mas o contrário também não pode acontecer, ou seja, as normas, regras e demandas pessoais, da esfera privada, não pode deixar de reconhecer, no espaço público, as demandas e as expressões culturais e sociais dos outros e nem deixar de dialogar com a diferença. Desse modo, o princípio individualista, voltado apenas para a esfera privada, não pode se sobrepor ao princípio do sujeito coletivo, que se abre para o espaço público e precisa da constituição do mesmo para a sua própria existência como ator social, político e cultural.

Conforme defendido pelos integrantes do PCESP, o reconhecimento e o respeito à diversidade do outro no espaço público começa justamente no espaço escolar, na sala de aula, por meio de uma educação democrática que leva em consideração as três dimensões da formação dos alunos (a qualificação, a socialização e a subjetivação), acima mencionadas. Nesse ponto, também podemos estabelecer algumas relações com as reflexões de Alain Touraine.

Touraine, ao buscar responder uma das questões centrais colocadas em sua obra, “como poderemos viver juntos?” ou “como poderemos combinar a liberdade do sujeito, o reconhecimento das diferenças culturais e as garantias institucionais que protegem esta liberdade e estas diferenças?”, afirma que é necessário uma reflexão sobre educação.<sup>416</sup> Segundo Touraine, cultura política democrática, democracia institucional, liberdade do sujeito e preocupação com o espaço público, não fariam sentido sem uma “escola do sujeito”, uma

---

<sup>415</sup> TOURAINE, 1994, p.209-214

<sup>416</sup> TOURAINE, 1998, p. 317

noção que o autor desenvolve para abarcar tanto uma noção de escola democratizante quanto uma noção de educação democrática.

De acordo com o sociólogo, uma escola do sujeito é orientada para cumprir três princípios que, a seu ver, são inseparáveis. Primeiro, a escola do sujeito deve ter uma educação para formar e reforçar a liberdade do sujeito.<sup>417</sup> Aqui, Touraine fala da necessidade de se pensar não somente uma “educação da oferta”, no qual valoriza-se mais a transmissão do conhecimento por meio das disciplinas e das matérias, mas também, e principalmente, uma “educação da demanda”, que valorize e reconheça a existência de demandas individuais e coletivas na escola e nas salas de aula. Nesse ponto, Touraine diz que a escola deve aproximar as motivações e a “memória cultural” dos alunos, isto é, os valores, as crenças, os comportamentos pessoais e coletivos, das operações que permitem a participação desses alunos no mundo, e aqui podemos entender tanto o mundo do trabalho quanto o mundo público dos debates políticos.<sup>418</sup>

O segundo princípio que deve estar presente em uma escola do sujeito é uma “educação que concede importância central à diversidade (histórica e cultural) e ao reconhecimento do outro”.<sup>419</sup> De acordo com Touraine, a escola deve ser um espaço de “comunicação intercultural”, que valorize a dimensão dialógica da cultura contemporânea. Para isto é preciso ter uma “escola social e culturalmente heterogênea, que se afaste o mais possível da escola comunitária definida pela pertença de todos ao mesmo conjunto social, cultural ou nacional”.<sup>420</sup> Segundo o sociólogo, é apenas compreendendo o outro em sua cultura, em sua diferença, e reconhecendo-o como sujeito, que é possível o conhecimento de si mesmo como sujeito livre para atuação e expressão das suas demandas pessoais e coletivas nos espaços públicos.

O terceiro princípio que deve orientar a educação na escola do sujeito, e que abarca os dois princípios anteriores, é o princípio que atribui à escola um papel ativo de democratização. Segundo Touraine,

“Uma escola que assume por missão consolidar a capacidade e a vontade dos indivíduos de serem atores e ensinar a cada um a reconhecer no outro a mesma liberdade que em si mesmo, o mesmo direito à individuação e à defesa de interesses sociais e valores culturais, é uma escola da democracia, uma vez que reconhece que os direitos do sujeito pessoal e as relações interculturais necessitam de garantias

---

<sup>417</sup> Cf, TOURAINE, 1998, p. 321

<sup>418</sup> Ibidem, p.322

<sup>419</sup> Idem.

<sup>420</sup> Ibidem, p. 322-323

institucionais que não podem ser obtidas a não ser através de um processo democrático.”<sup>421</sup>

Desse modo, a mobilização desses três princípios por Touraine, sintetizados na noção de “escola do sujeito”, visa não buscar os meios para melhor adaptar a escola àquilo que a sociedade espera dela, mas sim de definir uma “política da educação”, que seria parte daquilo que ele denominou de uma “política do sujeito”, isto é, uma política da ação democrática que começa na escola e que é capaz de transformar a sociedade.<sup>422</sup>

Portanto, podemos perceber algumas relações dessa “escola do sujeito” e dessa “política do sujeito” dita por Touraine com os projetos de escola, de educação democrática e de sociedade defendidos pelo movimento PCESP e que encontram-se em disputa atualmente contra os projetos de escola e de sociedade defendidos pelo ESP. Aqui, o que nos chama mais atenção no movimento PCESP é a defesa da escola como função de socialização dos alunos, cabendo o professor e a comunidade escolar como um todo tratar sobre as questões da sociedade, os valores dos diferentes sujeitos e grupos sociais, estimulando a convivência com a diversidade e com a pluralidade, valorizando o diálogo com o outro e, ao mesmo tempo, a defesa da educação escolar em sua função de subjetivação, incentivando aos alunos a se tornarem sujeitos (e aqui podemos interpretar de acordo com a teoria do sujeito de Touraine), desenvolvendo suas personalidades e suas atuações como atores coletivos, capazes de agir de maneira consciente no mundo, compreendendo a realidade em que vivem.

Após as análises das narrativas tanto do ESP quanto do PCESP, podemos perceber, então, uma disputa intensa pelas representações e práticas dos professores e das escolas na sociedade atual. Nesse ponto, podemos destacar o próprio debate sobre uma ética docente, que aparece como um elemento fundamental nessas discussões. Se por um lado, o ESP destaca que tem como objetivo debater sobre os limites éticos do professor em sala de aula, e fazer com que os mesmos cumpram seus “deveres” para não cometerem “doutrinação política e ideológica”, por outro, o PCESP e outros movimentos, destacam que, na verdade, não se está discutindo ética profissional do professor. Primeiro, porque o ESP não incluiu os professores do ensino básico e do ensino superior nesses debates, e segundo, porque as próprias afirmações do ESP, refletidas nos PLs, se mostram como ameaças e ataques à essa própria dimensão profissional do professor.<sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> TOURAINE, 1998, p.339

<sup>422</sup> Ibidem, p.323-324

<sup>423</sup> Segundo o professor Fernando Penna, “O projeto está coberto de incoerências. É mal formulado, tendencioso e inconstitucional. Não serve para nada. Se tem algo de positivo no projeto é que, depois de arquivado, ele poderá mobilizar professores para uma discussão sobre os limites éticos da sua prática. Essa discussão deve envolver a

O que pode ser dito é que esses debates atuais deixam em evidência como, hoje em dia, alguns grupos, de um lado, expressam uma falta de confiança no trabalho do professor, cultivando imagens e representações negativas da sua profissão, como um profissional mal preparado, que goza de pouco prestígio, cuja legitimidade e autonomia precisam estar sob constante vigilância para que o mesmo não cometa “doutrinação ideológica”, e, de outro, grupos que se mostram contrários a essas representações negativas e que procuram reafirmar que os professores são profissionais preparados para atuarem em sala de aula, que possuem uma formação profissional, com suas questões éticas, com seus saberes, práticas e experiências que foram adquiridas durante anos de trabalho, e que é preciso que sua autonomia profissional seja respeitada.

Aqui, ao tomarmos emprestado as palavras de Henry Giroux, podemos dizer que o clima político e ideológico atual não parece favorável aos professores, tendo em vista as notícias crescentes de casos de denúncias, perseguições e ataques aos professores. Entretanto, esse momento lhes oferece o desafio de unirem-se ao debate público com seus críticos, bem como a oportunidade de se engajarem em uma autocrítica em relação à natureza e à finalidade da sua profissão. Desse modo, esse debate pode oferecer aos professores a oportunidade de se organizarem coletivamente e estabelecerem uma voz coletiva no debate atual, e demonstrar ao público o papel fundamental que eles devem desempenhar na construção de uma sociedade. Essa afirmação, de um lugar de voz nas disputas entre representações e práticas de sua própria profissão, pode contribuir também para a mudança da percepção do público quanto ao seu papel de professores como praticantes reflexivos, isto é, quanto ao seu papel de professores como intelectuais transformadores.<sup>424</sup>

Nesse aspecto, percebemos que o PCESP tem se manifestado como movimento social docente importante nesse debate, assumindo esse lugar de mobilização e de afirmação dos professores enquanto intelectuais transformadores fundamentais na sociedade, e reconhecendo também a necessidade de valorização de uma identidade docente profissional nos espaços públicos fora da escola, em diálogo com a sociedade. Nesse ponto, ao mesmo tempo que os professores integrantes do PCESP lutam pela defesa dos professores como intelectuais

---

sociedade como um todo, mas principalmente professores, o que não foi feito até agora. Nem ao longo da elaboração do projeto, nem ao longo de sua tramitação. Como elaborar um projeto que discute a ética do professor, sem convidar essa categoria para discutir quais os critérios de sua própria atividade profissional?” In: MORRENE, Beatriz. “O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional”. *Revista Época*. 02 de agosto de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>424</sup> Cf. GIROUX, Henri. Os professores como intelectuais transformadores. In: *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

transformadores, eles mesmos atuam, na prática, durante a própria mobilização, como intelectuais transformadores, inserindo-se nos debates públicos sobre a sua profissão e disputando as representações e percepções sociais sobre a mesma.

## **2.2 O surgimento e a consolidação do movimento PCESP em três fases de atuação**

Após termos analisado os princípios e os valores que orientam os argumentos e as proposições do movimento PCESP, podemos agora dar atenção às estratégias de ação e de mobilização do PCESP nas três fases de atuação que apontamos acima. Fizemos uma entrevista coletiva de história oral temática<sup>425</sup> com dois membros do movimento PCESP, o professor Fernando Penna e a professora Renata Aquino, realizada no dia 20 de abril de 2017 na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) na Universidade Federal Fluminense (UFF) e nessa entrevista, como analisaremos de forma mais aprofundada e detalhada a seguir, os entrevistados enfatizam alguns elementos em suas narrativas sobre a história do movimento que nos dão indicações importantes de como elaboram representações de sua ação coletiva e de suas atuações contra o ESP e contra os seus Projetos de Lei. Esses elementos nos dizem muito sobre as formas de atuação do PCESP, seu repertório de ação coletiva e também sobre o processo de construção de identidade do movimento feito pelos seus integrantes.

Na entrevista realizada com o professor Fernando e a professora Renata, foram abordados os seguintes eixos temáticos: 1º eixo) Surgimento e consolidação do movimento PCESP; 2º eixo) Organização, funcionamento e participantes do PCESP; 3º eixo) Experiências de atuação política contra o ESP, ocupação dos diferentes espaços públicos e produção acadêmica; 4º eixo) Relação do PCESP com outros movimentos de combate ao ESP, instituições acadêmicas e partidos políticos; 5º eixo) Relação com membros do ESP e retaliações sofridas; 6º eixo) Eventos que marcaram a trajetória do movimento até os dias atuais e as estratégias de ação política para o futuro. Podemos dizer que todos os eixos foram abordados na entrevista, porém, uns foram mais aprofundados que outros, e em diferentes ordens de destaque, conforme os entrevistados desenvolviam as suas narrativas.

As narrativas, tanto do professor Fernando quanto da professora Renata, fluíram de maneira complementar, praticamente, por toda a entrevista. Se o professor Fernando começava

---

<sup>425</sup> A metodologia da história oral é entendida aqui como um procedimento para produção do conhecimento histórico, que estimula a reflexão de diversas questões e problemáticas não só particulares à própria prática da história oral, mas também concernentes à teoria da história. Com esse método busca-se, por meio da entrevista, do registro da narrativa e do trabalho de construção da fonte oral, provocar testemunhos, versões e interpretações sobre a história em seus aspectos factuais, temporais, espaciais, conflituosos e consensuais. Cf. ALBERTI, 2004; DELGADO, 2010; FERREIRA e AMADO, 1996; PORTELLI, 1991, 1996;

tratando sobre determinado assunto ou questão, a professora Renata complementava esse mesmo assunto com informações adicionais que considerava relevante e, às vezes, com uma recordação distinta sobre o tema, e vice-versa. O interessante é notar como as narrativas de cada entrevistado apresenta singularidades, ou seja, como cada um possui experiências e memórias próprias da história do movimento.

Como nos diz Juniele Rabêlo de Almeida, a interface entre história oral e movimento social nos permite a criação de fontes que expressam as dimensões subjetivas dos movimentos sociais nos processos históricos, ou seja, permite o estudo das representações que os integrantes dos movimentos constroem da sua própria prática de atuação política, em um exercício de memória, realizado conjuntamente com o entrevistador no momento da entrevista, em um espaço de “autoridade compartilhada”.<sup>426</sup> Essas narrativas muitas vezes indicam diferentes posicionamentos dos atores sobre o processo de construção e consolidação do movimento, isto é, diferentes opiniões e decisões sobre as oportunidades políticas para a ação e sobre que estratégias elaborar.<sup>427</sup> No caso da entrevista com o professor Fernando e a professora Renata isso não foi diferente.

Isso quer dizer que, mesmo compartilhando memórias de acontecimentos vividos individual e coletivamente<sup>428</sup>, como, por exemplo, eventos e atuações de militância marcantes para o grupo, cada um vivencia e lembra a trajetória e a atuação do movimento à sua maneira, subjetivamente. Desse modo, podemos entender que os depoimentos recolhidos durante a entrevista traduzem visões particulares de processos que são coletivos.<sup>429</sup>

Essas narrativas são entendidas aqui como um trabalho do narrador de transformar lembranças, episódios, experiências, expectativas, em linguagem<sup>430</sup> além de ser feito também um trabalho de memória, que pode ser caracterizado tanto pela busca e seleção de algumas lembranças específicas, quanto pelo silenciamento e esquecimento de outras, dentro de uma pluralidade de lembranças de acontecimentos relacionados à sua vida pessoal e coletiva.<sup>431</sup> Esses trabalhos de linguagem e de memória podem ser interpretados como processos ativos de criação de significados feitos pelo próprio narrador, que (re)interpreta seu passado e sua

<sup>426</sup> Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016, p.48;

<sup>427</sup> Idem.

<sup>428</sup> Cf. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992

<sup>429</sup> Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.18

<sup>430</sup> Cf. ALBERTI, V. Ouvir contar: Textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 79

<sup>431</sup> Cf. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

trajetória no momento em que relata a sua história e suas experiências, dando um sentido para as mesmas.<sup>432</sup>

A partir dessas questões é possível analisar a narrativa fundacional do movimento. Ao fazer a primeira pergunta, sobre o surgimento do MLE/PCESP e como o movimento se consolidou, o primeiro a falar é o professor Fernando Penna, que começa a sua narrativa tratando dos Projetos de Lei do “Escola Sem Partido”, o PL 2974/2014 e o PL 867/2014 propostos, respectivamente, pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) e pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) no Rio de Janeiro no ano de 2014. O professor Fernando continua dizendo que “na época” não escutou sobre a apresentação desses projetos, lembra de “menções” a isso em 2014, mas diz que não parou para olhar e procurar sobre os PLs, já que isso “não era ainda uma temática forte” na lista de email do GT de Ensino de História e Educação da ANPUH, da qual participa.<sup>433</sup>

Fernando continua sua narrativa citando o PL 867/2015, o primeiro projeto nacional baseado no ESP, proposto pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) na Câmara dos Deputados em março de 2015. Diz que via “menções ainda muito esparsas a isso na lista do GT e de uma maneira mais geral”, e que, quando começou a ver algumas informações sobre esse projeto nacional, decidiu procurar sobre o mesmo. Nesse momento, Fernando enfatiza que “não tinha o hábito de acessar o site da Câmara dos Deputados” e diz que foi “tateando ali”, procurando, e descobriu que o PL 867/2015 estava “apensado” – e destaca que não sabia nem o que significava esse termo “na época” – a dois outros projetos: o PL 7180/2014 e o PL 7181/2014, que tratam sobre a precedência dos valores familiares no âmbito da educação, vedada a transversalidade na discussão de temas como educação moral, sexual e religiosa nas escolas. Fernando comenta que “hoje em dia está tudo muito claro” para eles, sobre o teor dos projetos, mas que “naquele momento não se escutava a falar sobre isso”.

Em sua fala – e a sua expressão corporal no momento da entrevista demonstrava isso – podemos perceber o tom de surpresa negativa e de indignação do professor Fernando de não só descobrir os projetos e o teor dos mesmos, mas também de descobrir, posteriormente, que a

---

<sup>432</sup>Cf. PORTELLI, Alessandro. What makes Oral History different. In: PORTELLI, Alessandro. *The Death of Luigi Trastulli and other stories*. Albany: State University of New York Press, 1991; Cf. PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Revista Tempo*, vol.1, nº 2, 1996.

<sup>433</sup> Aqui, vale destacar que o professor Fernando faz parte do Grupo de Trabalhos de Ensino de História e Educação da ANPUH (Associação Nacional de História), que congrega diversos pesquisadores e professores de História e de Ensino de História no Brasil. Entre os anos de 2015-2017 Fernando fez parte de sua coordenação junto com a professora Maria Cristina Dantas Pina, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Comissão de Educação da Câmara tinha dado parecer positivo sobre os PLs em maio de 2015.<sup>434</sup> Nesse processo, desde a descoberta dos PLs em tramitação até o parecer, Fernando destaca que começou a fazer um movimento de publicação e de divulgação dessas informações sobre os PLs tanto na lista de email do GT de Ensino quanto na UFF, em eventos com seus outros colegas professores universitários e com seus alunos em sala de aula. No entanto, enfatiza que, “naquele momento”, o ESP e os seus PLs “ainda geravam uma reação muito de descrença”. Ao mesmo tempo que as pessoas diziam que era um absurdo, diziam também que era “inconstitucional, não deve-se falar sobre isso”. E completa:

“**Fernando:** Lembro que quando eu falava com os meus colegas, ninguém dava bola, achavam que era uma excentricidade que nunca iria gerar nada de mais preocupante. Comecei a falar nas minhas turmas, eu lembro muito a reação dos meus alunos, porque eu falava disso como se fosse algo muito preocupante e os meus alunos, de uma maneira geral, falavam: ‘Fernando, se isso é tão preocupante assim porque você é a única pessoa que fala sobre isso? Ninguém nem sabe, etc’. Fiquei tocando nessa tecla, falando, e falando com minhas turmas e discutindo. Depois começou a se tornar uma pauta pertinente nas discussões em sala de aula, porque eu dou aula de Pesquisa e Prática de Ensino de História e um dos meus pontos de debates constantes em sala de aula são as políticas públicas do campo educacional e mais especificamente do Ensino de História. Então, eu comecei a mencionar isso e uma pauta constante foi ganhando importância. E isso sensibilizou alguns alunos meus, alunos do curso de História. Eu lembro que um ponto de ruptura, quando começou a surgir o embrião de algum movimento para discutir isso, foi quando aconteceu a greve de 2015. Nós vivemos uma greve longa, que eu não lembro a data precisa, mas se eu não me engano foi por volta de Junho.”<sup>435</sup>

Tendo em vista os trechos destacados acima, o que podemos refletir a partir da narrativa inicial do professor Fernando e os significados atribuídos? Ao iniciar a sua fala, podemos perceber que o professor Fernando não começa tratando do início do movimento em si, mas sim do contexto que antecede o seu surgimento. Aqui, Fernando busca traçar o caminho que levou à criação do movimento MLE, com a intenção de tecer um sentido para o surgimento do mesmo. Esse processo é delineado por meio de uma combinação do que podemos chamar de “modalidades narrativas”, segundo Portelli.<sup>436</sup>

<sup>434</sup> Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 7.180/2014. Brasília. s/d. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BCB224216975FDE21D8BF9C354F4EE2F.proposicoesWebExterno1?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PL+7180/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BCB224216975FDE21D8BF9C354F4EE2F.proposicoesWebExterno1?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PL+7180/2014) Acesso (11/02/2018)

<sup>435</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>436</sup> Segundo Alessandro Portelli, em uma análise de entrevista em história oral, podemos trabalhar com a ideia de “modalidades narrativas” para percebermos, na fala do entrevistado, as múltiplas camadas da experiência. Essa noção nos permite identificar as relações entre as esferas institucional, coletiva e pessoal, entre condições gerais e experiências particulares, e entre processos de longa duração e eventos únicos que aparecem na narrativa. Cf. PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 22



Primeiro, vemos que Fernando inicia a sua fala em uma “modalidade institucional” da narrativa, ou seja, narrada de forma impessoal ou em terceira pessoa, com referentes espaciais e sociais ligados à esfera pública da política e das instituições. No caso narrado, esses referentes são os PLs do ESP em tramitação, os políticos envolvidos em suas proposições, e a lista de email do GT da ANPUH. Logo em seguida, o professor Fernando começa a narrar em primeira pessoa do singular (“eu”), e começa a tratar das suas próprias experiências, apontando para uma “modalidade pessoal” de sua narrativa. Aqui, podemos retomar os referentes dessa experiência pessoal do professor: na época das proposições dos PLs não escutou sobre os projetos; decidiu procurar sobre os PLs para saber mais dos mesmos; conta do processo de busca desses projetos no site da Câmara (ênfatisa que foi “tateando”, reforçando a ideia de que não tinha o hábito de entrar no site); expressa uma surpresa negativa e uma indignação pessoal; e realiza o movimento de divulgação das informações que descobriu, na lista de email do GT e na UFF. Não demora muito essa modalidade narrativa já ganha um novo contorno e um novo significado quando Fernando destaca que começou a discutir sobre o ESP e os PLs com sua turma de estudantes de História, e diz que “uma pauta constante foi ganhando importância”, foi se tornando pertinente nos debates com os alunos em sala de aula, a ponto de surgir “o embrião de algum movimento”. A partir desse momento na entrevista, podemos dizer que Fernando insere a “modalidade comunitária” em sua narrativa, na qual começa a narrar em primeira pessoa do plural (“nós” ou com o uso da locução pronominal “a gente”). Ou seja, aquela preocupação que antes encontrava-se na “modalidade pessoal”, agora está se tornando uma preocupação coletiva, e encontrando ressonância publicamente, principalmente entre os seus alunos.<sup>437</sup> O uso dos referentes espaciais, sociais e simbólicos aqui são importantes e estão intimamente vinculados aos valores do movimento que tratamos acima: a universidade, a sala de aula e os estudantes. A universidade e a sala de aula como lugares democráticos que representam os debates públicos e a produção conjunta de conhecimento entre professores e alunos. E os alunos como agentes

---

<sup>437</sup> Aqui, podemos considerar o surgimento desse “embrião” como um processo de transformação de aspectos emocionais individuais negativos – como indignação, medo, ansiedade e raiva perante a uma ação percebida como injusta e perante a identificação do agente responsável por ela – em aspectos emocionais coletivos positivos, isto é, em ação, em mobilização coletiva, que estimula o entusiasmo e aflora a esperança da luta, aspectos essenciais nos movimentos sociais. Segundo Castells, a insurgência de um movimento social não começa com um programa ou um estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge uma liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas ou pessoais que podem ou não relacionar-se às origens e motivações dos participantes do movimento. O movimento social começa quando a emoção se transforma em ação, quando a ativação emocional dos sujeitos se conecta a outros sujeitos por meio do processo de comunicação. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.18-19.

de mobilização e de transformação social. Elementos importantes que configuram a identidade do movimento e que fazem parte da narrativa fundacional do mesmo.

Além disso, podemos destacar o uso constante de referentes temporais como “na época”, “naquele momento”, e, “hoje em dia”, “atualmente”, nas narrativas tanto do professor Fernando quanto da professora Renata. Mas o que isso quer dizer? A questão, nesse ponto, é perceber como os mesmos estabelecem a relação entre passado, presente e futuro em suas narrativas, e como essas narrativas expressam as modificações ocorridas no espaço de experiência e no horizonte de expectativas não só de ambos os narradores mas de todos os sujeitos envolvidos na criação do movimento.<sup>438</sup>

Podemos dizer que essas relações temporais revelam dois pontos importantes. O primeiro ponto é revelador porque fica em evidência o estabelecimento de um eixo de transição no debate sobre o ESP e seus PLs nos espaços públicos, e esse eixo é marcado pelo próprio surgimento do movimento MLE. Ou seja, existe um “antes” e um “depois” nessa narrativa fundacional e o marco temporal desse momento de transição é a própria criação do movimento.

No caso dos trechos destacados e comentados acima, o professor Fernando enfatiza, primeiro, que a temática do ESP e seus PLs “era pouco conhecida”, “não era ainda uma temática forte na lista de emails do GT”, “era pouco mencionada”. Em seguida, destaca que existia uma “reação de descrença” e de ceticismo no meio acadêmico quando ele publicava e compartilhava as informações sobre o ESP com os seus pares (“os colegas não davam bola”). No entanto, quando esse assunto “sensibilizou” alguns dos seus alunos e começou a surgir alguma mobilização, esse cenário foi se modificando e houve um “ponto de ruptura” nessas reações, como ele mesmo destaca. O que o professor Fernando está querendo dizer, e isso será reforçado ao longo das narrativas de ambos os entrevistados, que defendem um caráter pioneiro e

---

<sup>438</sup> Aqui podemos nos apropriar das proposições de Reinhart Koselleck sobre a concepção de tempo histórico para nos auxiliar na reflexão sobre as ações dos integrantes do movimento PCESP. Koselleck nos diz que, em um determinado presente histórico, os sujeitos históricos articulam as dimensões temporais do passado e do futuro de diferentes maneiras. Pensando nisso, o autor concebeu duas categorias fundamentais para entender essa relação: “espaço de experiências” e “horizontes de expectativas”. Segundo Koselleck, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada a experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento das histórias alheias. [...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 309-310.

protagonista do movimento PCESP no combate ao ESP, é que o debate sobre o ESP só foi sendo ampliado e “levado a sério” devido às mobilizações iniciais do MLE, que começou a discutir o tema do ESP durante a greve dos professores vivida em 2015 (outro referencial temporal e simbólico importante na história do movimento, que representa mobilização e luta política dos professores por direitos).<sup>439</sup> Segundo ele, foi nesse contexto que a discussão sobre o ESP se inicia “em rodas de conversa, debates, e surge, embrionariamente, a ideia de um movimento que congregasse professores, alunos, e todo mundo que fosse contrário aos projetos, de se organizar”. Ou seja, essas mobilizações embrionárias acabaram por modificar o espaço de experiência e o horizonte de expectativa não só dos sujeitos envolvidos com a criação do MLE mas também daqueles que possuíam uma reação de descrença no que diz respeito ao ESP. Aqui, a perspectiva de que os PLs do ESP eram inconstitucionais e que por isso os professores não deveriam se preocupar com isso foi substituída pela perspectiva da necessidade de discussão pública e de atuação coletiva em combate aos mesmos, ativando o que Castells chama de esperança de luta.

O segundo ponto que essas relações temporais na narrativa revelam, é a evidência de que ambos os entrevistados, assim como outros integrantes do movimento, começaram a vivenciar experiências que, antes da criação do MLE/PCESP, não viviam. O professor Fernando, por exemplo, destaca em sua fala que, antes do início da mobilização e do movimento surgir, não tinha o hábito de acessar o site da Câmara para acompanhar os projetos. Após a criação do MLE, e até hoje com o PCESP, essa estratégia de acompanhamento dos projetos pode ser considerada uma marca forte na atuação política dos integrantes, isto é, a vigilância e a divulgação dos PLs do ESP em todo o Brasil nas redes sociais, vigilância que se dá em âmbito nacional, estadual e municipal.<sup>440</sup> Além disso, o professor destacou também que, se hoje em dia o teor dos PLs do ESP “está muito claro” para eles, naquele momento não estava, ou seja, os integrantes, de acordo com o avanço do movimento e de suas atuações políticas, começaram a dominar uma linguagem jurídica para melhor compreender os termos específicos dos Projetos de Lei (o professor Fernando conta que nem sabia na época o que era o termo “apensado”). A professora Renata, em uma de suas falas na entrevista, enfatiza que hoje em dia os integrantes

---

<sup>439</sup> Cf. G1 RIO. Funcionários e professores da UFF entram em greve no RJ. *G1*. 28 de maio de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/funcionarios-e-professores-da-uff-entram-em-greve-no-rj.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>440</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Vigiando os projetos de lei. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/> Acesso (11/02/2018)

do PCESP sabem “de cabeça” os PLs em tramitação e sobre o que cada um trata, já que existe todo um estudo e um acompanhamento de perto sobre os mesmos.<sup>441</sup>

O que podemos perceber durante toda a entrevista e analisando as atuações do movimento tanto nas redes sociais quanto nos espaços públicos urbanos, é o caráter processual das mobilizações e ações políticas dos sujeitos participantes do PCESP. Aos poucos, os integrantes foram desenvolvendo seu próprio repertório de ação coletiva no decorrer da prática política de mobilização contra o ESP, isto é, desenvolvendo suas próprias formas de ação e estratégias de mobilização e de luta, que foram apreendidas, aprendidas, adaptadas, rotinizadas, e modificadas na própria prática dos seus membros. Por isso, podemos perceber, por meio das narrativas, essas mudanças no espaço de experiência e no horizonte de expectativa dos integrantes do movimento. Conforme aprendiam a atuar politicamente a partir das experiências vivenciadas na prática, o horizonte de esperança e de luta abria-se para mais oportunidades de ação e mobilização.

No decorrer da entrevista, o professor Fernando – que utilizou seu notebook com um arquivo que contém as datas das principais atividades realizadas pelo movimento MLE/PCESP<sup>442</sup> – e a professora Renata, elencam alguns eventos e algumas atuações consideradas importantes nos primeiros passos de mobilização: a criação do grupo na rede social do Facebook no dia 22 de maio e que, segundo o professor Fernando, foi “a principal plataforma de mobilização” e de comunicação entre os integrantes; a primeira reunião do MLE feita com a participação de Fernando e do grupo de alunos na sede da ADUFF (Associação dos

---

<sup>441</sup> Ao analisarmos algumas publicações no blog e na página do movimento no Facebook, podemos perceber vários contatos dos integrantes do MLE/PCESP com advogados, procuradores e professores de Direito para saber mais sobre os PL. Aqui podemos citar a palestra “As inconstitucionalidades do Escola Sem Partido” do procurador Sávio Bittencourt que ocorreu no dia 04 de março de 2016 na UFF, que contou com a organização do MLE. Essa palestra foi publicada no canal do movimento no Youtube. Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. As Inconstitucionalidades do Escola Sem Partido – Palestra com o Procurador Sávio Bittencourt (1/4). *Youtube*. 10 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gOGRrGjFPM> Acesso (14/12/2017); Também podemos citar o contato do movimento feito com o defensor público e professor de Direito Othoniel Pinheiro Neto. Em 31 de Janeiro foi publicado um *podcast* sobre as inconstitucionalidades do ESP com a participação de Othoniel, realizado pela professora Renata Aquino e pelo professor Diogo Salles. Na página tanto do MLE quanto na página do PCESP, podemos ver também diversas publicações do professor Othoniel sobre a inconstitucionalidade da Lei 7.800/2016, “Escola Livre” (Escola Sem Partido) aprovada em Alagoas em janeiro de 2016, e que foram compartilhadas pelo movimento. Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. MLE Podcast - Episódio 02 - As inconstitucionalidades do ESP: entrevista com Othoniel Pinheiro Neto. *Soundcloud*. 31 janeiro 2016. Disponível em: <https://soundcloud.com/liberdadeparaeducar/mle-podcast-episodio-02-as-inconstitucionalidades-do-esp-entrevista-com-othoniel-pinheiro-neto> Acesso (14/12/2017)

<sup>442</sup> Esse arquivo utilizado durante a entrevista foi usado como base para a elaboração de um documento pelo próprio professor Fernando Penna que contém as datas das diversas apresentações públicas nas quais ele participou. O mesmo contabilizou 183 apresentações públicas sobre o “Escola Sem Partido”, sobre a BNCC, sobre a Reforma do Ensino Médio, entre junho de 2015 e outubro de 2017. A maioria dessas apresentações foi sobre o ESP em universidades, escolas, audiências públicas nas câmaras, etc. Ver arquivo no Anexo - Acervo “Debates e palestras em defesa da educação democrática 2015/2017 (PCESP/MED) por Fernando de Araújo Penna”

Docentes da UFF) no dia 01 de junho de 2015, quando o professor Fernando fez sua primeira fala pública sobre o ESP e apresentou os Projetos de Lei<sup>443</sup>; a convocação, pelo grupo, de uma roda de conversa sobre os PLs do ESP no auditório Paulo Freire na Faculdade de Educação da UFF (FEUFF) no dia 09 de junho de 2015<sup>444</sup>; e a organização do “I Seminário Movimento Liberdade para Ensinar” que aconteceu no dia 22 de julho de 2015 na UFF<sup>445</sup> e do “II Seminário Interno do Movimento Liberdade para Ensinar: Gênero e Diversidade na escola” que aconteceu no dia 21 de outubro de 2015 também na UFF.<sup>446</sup>

Ao acessarmos o blog e as páginas do movimento no Facebook (tanto a página MLE quanto a PCESP) podemos perceber as diferentes formas de atuação e de mobilização dos integrantes nessa fase do MLE. Além dessas rodas de conversas, reuniões iniciais e seminários internos, podemos ver a produção de cartilhas, cartazes digitais e petições públicas no intuito de fazer circular, pelas redes sociais, as informações sobre o ESP e seus PLs, as críticas feitas aos mesmos e as mobilizações para a não aprovação dos Projetos de Lei. Aqui, podemos destacar a cartilha “Projetos de Lei que ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente”<sup>447</sup> e a cartilha “Quando lecionar pode virar crime”<sup>448</sup>, que procuram explicar ao público leitor o que são os PLs em tramitação em âmbito nacional (o PL 7180/2015 e seus apensados: o PL 7181/2015, o PL 867/2015, o PL 1859/2015<sup>449</sup> e o PL 2731/2015<sup>450</sup>; e também

<sup>443</sup> Cf. Acervo “Debates e palestras em defesa da educação democrática 2015/2017 (PCESP/MED) por Fernando de Araújo Penna

<sup>444</sup> Idem.

<sup>445</sup> Esse seminário foi composto por duas mesas de apresentação e debates. A primeira mesa, chamada “Democracia, espaço público e gênero”, constituída pelo professor Fernando Penna, pela professora Renata Aquino, ainda graduanda naquele momento, e pelo professor Diogo Salles; e a segunda mesa, chamada “Educação em contexto conservador: perspectivas teóricas”, constituída por Deyverson Barbosa e pelo professor de História da UFF Marcelo Badaró. Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. I Seminário Movimento Liberdade para Ensinar [ATIVIDADE DE GREVE-UFF]. *Facebook (Página do evento)*. 22 de julho de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/events/495007823988142/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/495007823988142/?active_tab=discussion) Acesso (15/10/2017)

<sup>446</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. II Seminário Interno do Movimento Liberdade para Ensinar. *Facebook (Página do evento)*. 21 de outubro de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/events/1510344052623318/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1510344052623318/?active_tab=discussion) Acesso (11/02/2018)

<sup>447</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Projetos de Lei que ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente. *Facebook*. 10 de setembro de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243\\_091/1507088982916746/?type=3&theater](https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243_091/1507088982916746/?type=3&theater) Acesso (11/02/2018)

<sup>448</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Quando lecionar pode virar crime. *Facebook*. 10 de setembro de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243\\_091/1507088962916748/?type=3&theater](https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243_091/1507088962916748/?type=3&theater) Acesso (11/02/2018)

<sup>449</sup> Esta lei acrescenta Parágrafo Único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para prever a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação. Cf. RICK, Alan et al. PL 1859/2015. *Câmara dos Deputados*. 10 junho 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894> Acesso (11/02/2018)

<sup>450</sup> Esta lei altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, para dispor sobre a proibição do uso da ideologia de gênero na educação nacional (retirada pelo autor). Cf.

o PL 1411/2015) e os possíveis ataques à profissão docente caso venham a ser aprovados. No que diz respeito aos cartazes digitais, um refere-se à sugestão de mudança de nome e de lema do “Escola Sem Partido: educação sem doutrinação” para “Escola Sem Educação: instrução sem reflexão”<sup>451</sup>, que tem como objetivo revelar, na visão dos integrantes do movimento, as reais intenções do ESP e dos seus PLs, que seria retirar o caráter educacional da escola, como vimos anteriormente, e também assumir esse argumento como um instrumento de luta política nas apresentações públicas dos seus membros, como podemos ver nas palestras do professor Fernando Penna. O outro cartaz, refere-se diretamente aos PLs 7180/2014 e 7181/2014, apontando as proibições nas discussões de temas transversais como educação moral, sexual e religiosa em salas de aula caso o projeto seja aprovado.<sup>452</sup> Vemos também que o movimento criou uma petição pública, pedindo o arquivamento do PL 7180/2014 e seus apensados, e do PL 1411/2015. Nessa petição pública o movimento preocupou-se em elaborar um texto explicando cada PL e destacando suas críticas aos mesmos, tendo em mente o público leitor.<sup>453</sup>

Também podemos ver no MLE mobilizações coletivas em audiências públicas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para fazer pressão para a não aprovação do PL 867/2014 do deputado Carlos Bolsonaro, que estava sendo colocado na ordem do dia para ser votado. Aqui, vemos dois momentos de mobilização: o primeiro no dia 13 de agosto de 2015<sup>454</sup> e o segundo no dia 01 de março de 2016<sup>455</sup>. Na entrevista, o professor Fernando e a professora Renata contam que, na primeira mobilização, reuniram-se os integrantes do MLE, alguns amigos e pessoas que se preocupavam com o tema, para ocupar as galerias da Câmara e se manifestarem em oposição ao projeto. Como os entrevistados nos contam, durante a discussão

---

BIONDINI, Eros. PL 2731/2015. *Câmara dos Deputados*. 20 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672692> Acesso (11/02/2018)

<sup>451</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Uma sugestão para os criadores do Programa “Escola Sem Partido”: mudem o seu nome! *Facebook*. 27 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243.091/1502458090046502/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

<sup>452</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Somos contra todos os projetos de lei que ameaçam o caráter educacional da escola e criminalizam a prática docente. *Facebook*. 2 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243.091/1512415489050762/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

<sup>453</sup> Cf. PETIÇÃO PÚBLICA. Arquivamento dos Projetos de Lei nº 7180/2014 (e seus apensados) e nº 1411/2015. *Site*. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85668> Acesso (11/02/2018)

<sup>454</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Urgente: Pacote ESP no município do Rio. *Site*. 12 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/12/urgente-esp-no-municipio-do-rio/> Acesso (11/02/2018)

<sup>455</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Vamos ocupar as galerias da câmara municipal para dizer não ao “Escola Sem Partido”. *Facebook*. 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/1574545902809230/photos/a.1592439531019867.1073741828.1574545902809230/1646754065588413/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

e comentários das pautas em questão, alguns vereadores olhavam para as galerias e falavam: “Ó, hoje temos o pessoal da educação, está aqui presente!”, “Ô galera da educação eu estou com vocês, não vou apoiar isso não”. De acordo com os entrevistados,

“**Fernando:** Foi o primeiro momento que nós percebemos que a nossa presença naquele espaço fazia diferença, porque estava na ordem do dia, e um dos motivos pelos quais eles não votaram naquele dia foi pela presença de professores organizados ali! [falando entusiasmado] **Renata:** Foi engraçado a gente perceber o nosso poder de mobilização.”<sup>456</sup>

Fernando e Renata relatam também que não sabiam como funcionava os procedimentos formais da Câmara Municipal do Rio, isto é, como funcionava as votações, o que estava ou não na “ordem do dia”, quando essas votações aconteceriam, etc. A mobilização política para impedir a aprovação de um projeto “era algo muito novo” para a maior parte dos integrantes, segundo o professor Fernando. Nesse sentido, eles começaram a entender melhor sobre o trâmite e a votação do projeto a partir do contato com alguns vereadores e assessores de vereadores do Rio que também eram contrários ao projeto<sup>457</sup>. Os entrevistados destacam que isso foi uma vivência que os integrantes foram ganhando e aprendendo ao longo da mobilização e da atuação do movimento. Já no segundo momento de mobilização, em 2016, novamente o mesmo projeto foi colocado em votação, e de novo o movimento se mobilizou para ocupar a Câmara, e dessa vez elaboraram uma ação no site “Panela de pressão”, utilizado como um instrumento de mobilização política digital.<sup>458</sup>

<sup>456</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>457</sup> Em uma publicação na página do MLE no Facebook, chamada “Por que somos contra o Escola Sem Partido”, em março de 2016, podemos ver que o movimento cita e marca alguns perfis de vereadores do Rio que se posicionaram contrários a aplicação do Escola Sem Partido no âmbito educacional. Na publicação, vemos que o movimento cria um contato com esses vereadores, no sentido de contar com seu apoio para a não aprovação do PL 867/2014. Dentre os vereadores citados podemos destacar Renato Cinco (PSOL-RJ), Vereador Reimont (PT-RJ) e Jefferson Moura (na época filiado ao PSOL-RJ) Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Por que somos contra o programa “Escola sem Partido”? *Facebook*. 02 de março de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1647068818890271&id=1574545902809230](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1647068818890271&id=1574545902809230) Acesso (11/02/2018); Além disso, na entrevista realizada com o professor Fernando e com a professora Renata, os entrevistados destacam que realizaram uma “costura política” e fizeram uma pressão ao vereador Jefferson Moura para conseguir um assento na primeira audiência pública na Câmara Municipal do Rio sobre o PL 867/2014, que aconteceu no dia 03/12/15 e que contou com a participação do professor Fernando Penna. Cf. PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>458</sup> O “Panela de Pressão” é um aplicativo digital de mobilizações que permite o contato direto com governantes, gestores públicos, parlamentares, concessionárias de serviços públicos, políticos em geral e outros responsáveis pelas decisões da cidade. Essa mobilização digital pode ser feita por email, por Facebook, por Twitter e por telefone. O professor Fernando conta, na entrevista, que ele criou essa ação no site, escreveu um texto contrário ao projeto e marcou todos os vereadores do Rio de Janeiro para receber esse texto por email. Para cada pessoa que entrava no site e se inscrevia, disparava esse texto por email para todos os vereadores. Ao todo foram 1083 pressões feitas, isto é, os vereadores receberam o texto escrito pelo professor Fernando 1083 vezes. Cf. PENNA,

A partir desses relatos e dessas ações dos integrantes podemos perceber dois aspectos importantes. O primeiro, é o aspecto da autorreflexividade do movimento.<sup>459</sup> Aqui, podemos destacar tanto a questão do aprendizado do fazer político e da mobilização na prática, a partir da experiência e da reflexão sobre essa experiência, que destacamos anteriormente, quanto a percepção do próprio poder de mobilização do movimento e o impacto que as suas ações possuem na realidade, como ficou claro no trecho acima da narrativa da professora Renata e do professor Fernando. Na entrevista, os próprios entrevistados, durante o trabalho de memória e de narrativa, dizem como eram inexperientes no início da mobilização (“era algo novo a mobilização para impedir a aprovação do projeto”) e como foram, aos poucos, aprendendo a se organizar e a atuar como movimento. Além disso, conforme o movimento ia crescendo e sendo “mais conhecido”, como nos diz a professora Renata, os integrantes foram percebendo o resultado e o impacto de suas ações (“foi engraçado a gente perceber nosso poder de mobilização”), alimentando ainda mais a certeza sobre o que são, sobre o que desejam e sobre como realizar o que desejam.

O segundo aspecto, e que está diretamente ligado a esse aprendizado político de mobilização, é o início da criação de uma rede de contatos com políticos e autoridades governamentais locais, com o intuito de buscar apoio no corpo parlamentar para garantir a não aprovação do projeto. Esse aspecto é importante porque na fase PCESP, em 2016 e 2017, o movimento, com uma repercussão pública mais ampla e com as participações do professor Fernando Penna em audiências públicas nacionais, também desenvolverá relações com autoridades governamentais, mas agora a nível nacional, como estratégia de combate ao ESP e seus PLs na Câmara dos Deputados. Como vimos no capítulo anterior, o antimovimento ESP tem uma relação estabelecida e consolidada com a rede parlamentar envolvida na Comissão Especial do “Escola Sem Partido”. Aqui, o que vemos é o movimento MLE/PCESP tentando encontrar “brechas” para também pressionar e estabelecer relações com o sistema político, buscando apoio para as suas propostas. Lembrando que ambos os grupos, o ESP e o PCESP, disputam as orientações valorativas na sociedade civil, mas não abrem mão das atuações e pressões políticas no âmbito das instituições estatais.

---

Fernando. Somos contra o Programa Escola Sem Partido. *Site Panela de Pressão*. s/d. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/903?success=true#>. Acesso (11/02/2018)

<sup>459</sup> Segundo Manuel Castells, os movimentos sociais são profundamente autorreflexivos, questionam-se como movimento e os seus integrantes como indivíduos, sobre o que são, o que desejam, o que pretendem realizar, como realizar, e que tipo de democracia e sociedade estão almejando. Cf. CASTELLS, 2013, p. 163.



Podemos ver que o movimento também produz e divulga cartas de repúdio às propostas do ESP e aos seus PLs em tramitação, e isso demonstra o impacto da mobilização do PCESP, principalmente, no campo acadêmico. A primeira carta de repúdio foi escrita pelo professor Fernando Penna ao GT de Ensino de História e de Educação da ANPUH-RJ e foi publicada no blog do movimento no dia 15 de agosto de 2015.<sup>460</sup> Essa carta foi fruto da primeira mobilização coletiva do movimento na Câmara Municipal do Rio contra o PL 867/2014 no dia 13 de agosto<sup>461</sup>, como vimos acima, e fruto também de uma apresentação pública do professor Fernando, feita na reunião do GT de Ensino de História e de Educação no XXVIII Simpósio Nacional de História que aconteceu em Florianópolis – SC entre os dias 27 e 31 de julho de 2015, sobre os PLs do ESP em tramitação.<sup>462</sup> Na entrevista realizada, Fernando conta um pouco como foi essa apresentação e diz que as reações dos pesquisadores e professores de História do GT ainda era muito dividida: alguns ficaram “em choque” e “surpresos” com a apresentação dos projetos, outros apenas reagem com a descrença anteriormente destacada. O que pode-se perceber é que, após essa apresentação e após a primeira carta de repúdio escrita pelo professor Fernando, outras cartas de repúdio também foram produzidas: no dia 17 de agosto de 2015, a Associação Brasileira do Ensino de História (ABEH) publicou no site da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) uma carta de repúdio ao PL 867/2015, que tramita na Câmara dos Deputados<sup>463</sup>; no dia seguinte, a ANPUH-RJ e a AGB-RJ (Associação dos Geógrafos Brasileiros-RJ) publicaram uma nota de repúdio ao ESP e ao

---

<sup>460</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Carta de repúdio à mesa da audiência pública sobre “assédio ideológico” na Câmara dos Deputados. *Site*. 06 de outubro de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/10/06/carta-de-repudio-a-mesa-da-audiencia-publica-sobre-assedio-ideologico-na-camara-dos-deputados/>. Acesso (11/02/2018)

Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Carta de repúdio do GT de ensino da ANPUH-RJ ao Programa Escola Sem Partido. *Site*. 15 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/15/carta-de-repudio-ao-programa-escola-sem-partido/>. Acesso (11/02/2018)

<sup>461</sup> Cf. PENNA, Fernando. Comentário sobre a votação da PL 867/2014. *Facebook*. 13 de agosto de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1455834731410848&id=100009530050057](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1455834731410848&id=100009530050057). Acesso (11/02/2018)

<sup>462</sup> O professor Fernando diz, na entrevista, que com sua militância na lista de email do GT de Ensino de História e Educação, publicando e divulgando informações sobre os PLs do ESP, seu nome ficou “mais conhecido”, e com isso foi convidado a realizar uma apresentação na reunião do GT nessa semana da ANPUH. Nessa mesma semana, também foi convidado para fazer parte da coordenação do GT, como destacamos anteriormente, muito por conta dessa divulgação e dessa mobilização contra o ESP. Cf. PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>463</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Carta de repúdio da Ass. Bras. De Ensino de História ao “Programa Escola Sem Partido”. *Site*. 19 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/19/carta-de-repudio-da-ass-bras-do-ensino-de-historia-ao-programa-escola-sem-partido/>. Acesso (11/02/2018)

PL867/2014 em tramitação na Câmara Municipal do Rio<sup>464</sup>; e no dia 26 desse mesmo mês, a Diretoria da ANPUH-Brasil publicou uma nota que “divulga e apoia integralmente” a iniciativa da ANPUH-RJ e da AGB-RJ.<sup>465</sup> Ao longo da militância do MLE/PCESP, a divulgação de notas e cartas de repúdio passou a ser muito comum no movimento, tornando-se uma estratégia importante de atuação contra o ESP.<sup>466</sup> Aqui, podemos perceber também o início da construção de uma rede acadêmica de mobilização de professores que se consolida em 2016, com as participações do professor Fernando Penna e de outros integrantes do PCESP em eventos acadêmicos para tratar sobre o ESP e os seus PLs.

Concomitantemente a essas atuações, os integrantes do movimento também participaram de outras apresentações públicas em eventos e encontros para tratar sobre o ESP, o que contribuiu para o seu crescimento. Dentre as apresentações podemos citar: dois eventos organizados pelo SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro), que contou com a participação do professor Fernando Penna e da professora Renata Aquino<sup>467</sup>; um evento organizado pelo PIBID-UERJ chamado “Diálogos PIBID: Escola Sem Partido: Educação sem voz?”<sup>468</sup>, e que contou com a participação do professor Fernando Penna

<sup>464</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Nota de repúdio da ANPUH Rio e da AGB RJ ao PL 867/2014. *Site*. 18 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/18/nota-de-repudio-da-anpuh-rio-e-da-agb-rj-ao-pl-8672014/> Acesso (11/02/2018)

<sup>465</sup> Cf. ANPUH-RJ. Diretoria da ANPUH Brasil apoia nota conjunta de repúdio ao PL 867/2014. *Site*. 26 de agosto de 2015. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/mais-rj/noticias-rj/item/2949-diretoria-da-anpuh-brasil-apoia-nota-conjunta-de-repudio-ao-pl-867-2014> Acesso (11/02/2018)

<sup>466</sup> Aqui, podemos destacar outras cartas e notas de repúdio que foram compartilhadas e divulgadas pelo movimento. A primeira é uma carta de repúdio do SINPRO-AL (Sindicato dos professores de Alagoas), relativa à aprovação, em janeiro de 2016, do Projeto de Lei de autoria do deputado estadual Ricardo Nezinho (PMDB - AL) denominado Programa “Escola Livre” que, como dissemos, é baseado no “Escola Sem Partido”. O MLE/PCESP divulgou não só a carta de repúdio como também várias notícias sobre a aprovação desse projeto em suas páginas do Facebook e no blog, publicou informações sobre sua inconstitucionalidade, e conversou com advogados e procuradores, como vimos anteriormente no caso do procurador Othoniel Pinheiro. A segunda é uma nota de repúdio da ANPUH à aprovação, em março de 2016, do PL 8.242/16, “Escola Sem Partido”, na Câmara Municipal de Campo Grande/MS, também divulgado pelo movimento. A terceira também é uma nota de repúdio ao PL aprovado em Campo Grande, mas agora elaborada pela ANPED. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Nota de Repúdio – Sinpro/AL. *Facebook*. 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1539098623049115> Acesso (11/02/2018)

Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Nota da ANPUH: Não ao projeto de lei “Escola Sem Partido”. *Facebook*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1573789026246741> Acesso (11/02/2018)

Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Nota de Repúdio à Lei Nº 8.242/16 – “Escola sem Partido” – Campo Grande (MS). *Facebook*. 26 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1576541019304875> Acesso (11/02/2018)

<sup>467</sup> Cf. SEPE-RJ. Seminário Estadual de Educação do SEPE RJ: A educação em tempos de crise! *Site*. 27 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim640.pdf> Acesso (11/02/2018); Cf. SEPE-RJ. Debate acerca do PL 867/04 de Carlos Bolsonaro. *Facebook*. 02 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/164948354531504/> Acesso (11/02/2018)

<sup>468</sup> EVENTO UERJ. Escola sem Partido: uma educação sem voz? *Facebook (Página do evento)*. 03 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/856347867794985/> Acesso (11/02/2018)

e também da professora Carina Martins<sup>469</sup>, uma das organizadoras do evento e que posteriormente, em 2016, entrou como integrante do movimento PCESP; e a palestra “Investigando o movimento Escola Sem Partido” realizada pelo professor Fernando Penna na FEUFF (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, que foi gravada em vídeo e disponibilizada no canal do Youtube do movimento MLE.<sup>470</sup>

Sobre essas apresentações, podemos destacar o evento do PIBID-UERJ “Escola Sem Partido: Educação sem voz?” que aconteceu na UERJ, no dia 03 de setembro de 2015, e que é um dos eventos considerados um “marco” na história do movimento, segundo o professor Fernando e a professora Renata. Na entrevista, Fernando e Renata destacam que esse foi um evento “tenso”, porque foi a primeira vez que eles tiveram um contato “mais direto e surreal” contra o ESP. Os entrevistados contam que Miguel Nagib e alguns defensores do ESP tiveram acesso à página do evento no Facebook (que foi criada para divulgar o evento presencial) e, antes do evento acontecer, o coordenador do ESP e seus apoiadores começaram a publicar na página do evento, a discutir e “polemizar” com os participantes da página, e que um perfil falso defensor do ESP chegou “a fazer ameaças à organização do evento”, perfil esse que era “muito agressivo e violento”, segundo os entrevistados. Na página do evento, podemos ver diversas discussões que contam com a participação de Miguel Nagib, o perfil “fake” (Danilo Lima) e outros defensores do ESP. No mesmo tópico de discussão, podemos ver também a participação dos membros do MLE/PCESP, a professora Renata Aquino, o professor Fernando Penna e o professor Diogo Salles.<sup>471</sup>

No dia do evento, Fernando comenta que a organização teve que reforçar a segurança devido à polêmica que aconteceu dias antes. Lembra também que foi a primeira vez que se apresentou com receio da presença de algum defensor do ESP entre o público ouvinte. A professora Renata complementa que, nessa época, os integrantes do movimento estavam

---

<sup>469</sup> A professora Carina Martins possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2000), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2003) e doutorado em História, política e bens culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2011). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É uma das coordenadoras do Projeto "Usinas de Futuro", do PIBID História UERJ (CAPES). Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: educação em museus e diálogos interculturais. Cf. LATTES, Currículo. Carina Martins Costa. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4758396Z2> Acesso (11/02/2018)

<sup>470</sup> Cf. MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. “Investigando o Escola Sem Partido” – palestra com o prof. Dr. Fernando Penna. *Youtube*. 26 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLEEUdtMglJeWgoJaqwnumMaQyRjHmDU9k> Acesso (11/02/2018)

<sup>471</sup> Cf. EVENTO UERJ. Debate na página do evento da UERJ sobre o “Escola Sem Partido”. *Google Drive*. 28 de agosto de 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1yNcusMamqPmaVkySoFTng89OStoDwJdS?usp=sharing> Acesso (11/02/2018)

começando a ficar com “mania de perseguição” quando iam se apresentar nos eventos, isto é, preocupados com as intimidações e ameaças realizadas por defensores do ESP. Esse receio, no seu caso pessoal, intensificou-se após uma publicação feita por Miguel Nagib, em seu próprio perfil no Facebook, em que citou a professora Renata Aquino. Dias após a discussão na página do evento, Miguel Nagib marcou a professora Renata nessa publicação que continha algumas respostas aos seus questionamentos sobre o ESP e os PLs feitos durante o debate na página do evento da UERJ.<sup>472</sup> Renata conta que, depois dessa publicação de Nagib, que possui uma ampla gama de seguidores nas redes sociais, começou a receber algumas mensagens agressivas de defensores do ESP em seu perfil pessoal.

O professor Fernando também comenta desse conflito direto com o ESP e conta que Miguel Nagib também compartilhou um link da página PCESP em sua página pessoal<sup>473</sup>, e que, após isso, a página do PCESP foi “invadida” por diversos defensores do ESP que reproduziram vários comentários agressivos e de ódio aos professores e às pessoas que se opunham ao ESP.<sup>474</sup> Fernando também destaca que teve seu nome citado por Nagib na página oficial do ESP, quando o advogado Nagib publicou seu texto “O ódio aos professores” com o seguinte comentário: “Sem argumentos para contrapor ao PL Escola sem Partido, professor doutor da UFF apela para o mimimi”.<sup>475</sup>

Três dias após esse evento acontecer, foi publicada uma matéria no jornal “O Dia”<sup>476</sup> sobre o que é o “Escola Sem Partido” e os PLs em tramitação e sobre o evento ocorrido na UERJ, com relatos da professora Carina e com trechos de uma entrevista feita com o professor Fernando Penna e com advogado Miguel Nagib. Segundo Fernando, essa foi sua primeira

<sup>472</sup> Cf. NAGIB, Miguel. Resposta à professora Renata Aquino. *Facebook*. 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/miguel.nagib.9/posts/425240591014570?pnref=story> Acesso (11/02/2018)

<sup>473</sup> Não encontramos a publicação em que Nagib citou a página PCESP em seu perfil pessoal, mas temos a referência de uma publicação na página oficial do “Escola Sem Partido” em que citam a página do PCESP. Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. Que outro motivo pode ter um professor para ser contra o Escola Sem Partido? (Sobre a página PCESP). *Facebook*. 18 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173489/652423601575301/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018); Além disso, Nagib também cita a página do PCESP no hangout “Quem tem medo do Escola Sem Partido” do programa “Terça Livre”, e que comentamos no primeiro capítulo. Cf. HANGOUT TERÇA LIVRE. Quem tem medo do Escola Sem Partido?. *Youtube*. 14 de julho de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=L90OR58L\\_pA](https://www.youtube.com/watch?v=L90OR58L_pA) Acesso (11/02/2018)

<sup>474</sup> Na entrevista, o professor Fernando Penna destaca que foram esses comentários de ódio que serviram de base para a escrita do texto “O ódio aos professores”, que vimos anteriormente.

<sup>475</sup> Cf. NAGIB, Miguel. Miguel Nagib cita texto “Ódio aos professores” do professor Fernando Penna. *Google Drive*. 19 de setembro de 2015. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1herNJjLs\\_pqHIX2HWZglQYGOsD721Eyl?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1herNJjLs_pqHIX2HWZglQYGOsD721Eyl?usp=sharing) Acesso (11/02/2018)

<sup>476</sup> JORNAL O DIA. ‘Escola sem partido’ quer fim da ‘doutrinação de esquerda’. *Site*. 05 de setembro de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html> Acesso (11/02/2018)

entrevista concedida a um jornal grande e foi a primeira vez que colocaram, em contraposição, o seu argumento, e aqui representando o argumento do MLE/PCESP, e o argumento de Miguel Nagib, sobre o debate em torno do ESP e dos PLS.<sup>477</sup>

Dessas narrativas e desses acontecimentos, podemos destacar dois aspectos importantes na história do movimento PCESP. O primeiro é como essas intimidações e essas ameaças feitas pelo coordenador do ESP e seus defensores afetaram subjetivamente os integrantes do movimento, e, no caso narrado, o professor Fernando e a professora Renata. Segundo a professora Renata, quando os defensores do ESP acessaram a página PCESP e começaram a publicar comentários de ódio, ela se sentiu “muito mal naquela época, foi o pior momento”. Ela e o professor Diogo Salles, como destaca na entrevista, passavam “dias inteiros respondendo os comentários”. Já o professor Fernando, destaca:

“**Fernando:** Eu não estava acostumado; eu também recebia algumas mensagens inbox com ameaças e comentário de ódio quando mencionavam a minha pessoa. Eu lembro que cheguei a pensar em fechar aquilo tudo e falar: ‘Olha, outro que discuta essa loucura, porque eu não vou ficar...’. Eu mal tinha rede social, não estava acostumado com aquela coisa, daquele ódio todo, e ver isso direcionado a mim me assustou em um primeiro momento. Eu cheguei a deixar meu perfil todo privado, apagar tudo e parar. Mas depois eu pensei: ‘Bom, se eu faço isso é o que eles querem né?’. Eles jogam esse ódio, e você sai”.<sup>478</sup>

O segundo ponto, intimamente relacionado ao primeiro, é o início da confrontação direta entre integrantes do ESP e alguns integrantes do MLE/PCESP, e como essa interação conflituosa nos espaços públicos (e aqui tanto nas redes sociais quanto nos espaços urbanos) contribuiu e contribui na construção de uma relação de identidade/alteridade entre o movimento e o antimovimento, isto é, na construção de uma representação de si e uma representação do outro.

No caso do próprio ESP, comentamos no primeiro capítulo que antimovimento citava a ANPUH, o movimento PCESP, os partidos de esquerda, entre outros que se posicionavam contra o ESP, dizendo que todos são “professores militantes”, “são um câncer que precisa ser combatido”, etc. Na entrevista, Fernando e Renata comentam que essas retaliações sofridas por

<sup>477</sup> Aqui, podemos citar outros jornais e revistas eletrônicas de maior projeção pública que tiveram a participação de membros do PCESP em suas matérias sobre o “Escola Sem Partido” e os seus Projetos de Lei. Ao longo de 2016 e 2017, segundo os entrevistados, os convites para conceder entrevistas aumentaram. Dentre os jornais podemos citar: o El País e o jornal Telesur da Venezuela, que tiveram a participação da professora Renata Aquino; a revista Época, o jornal Folha de São Paulo, o jornal Deutsch Welle, e o jornal G1, que tiveram a participação do professor Fernando Penna; e a Carta Educação e o jornal Nexu que tiveram a participação da professora Fernanda Moura.

<sup>478</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

parte dos membros do ESP deram-se mais no início da mobilização, quando o movimento estava começando a aparecer nas redes sociais, nos eventos e nas matérias de jornais e revistas eletrônicas se posicionando contra o ESP. Mas depois, principalmente no ano de 2016 como enfatizam os entrevistados, os membros do ESP pararam de mencionar e atacar os integrantes do PCESP. Segundo Fernando, isso aconteceu porque

“**Fernando:** Em todo lugar [jornais, revistas, programas de debate] que chamavam o Miguel Nagib, ou quase todo, me chamavam para fazer o contraponto, ou chamavam o PCESP [...] E eu acho que ele percebeu que estávamos sempre presente e ele parou de mencionar a gente. [...] Aí é hipótese, mas eu acho que deixaram de mencionar a gente porque eles sabem que tudo que produzimos é muito danoso para a imagem deles. Então, qualquer um...é óbvio, os defensores raivosos vão concordar com tudo que eles dizem, mas uma pessoa, com bom senso, que leia aquelas críticas, ela pode se questionar sobre aquilo tudo. [...] **Renata:** E a gente está numa posição...de algum jeito a gente tem conseguido manter isso, e que o ESP ainda tem medo da gente, né? Porque ataca a ANPUH, ataca o PT, ataca tudo, mas não cita a gente” (grifo nosso)<sup>479</sup>

Aqui, podemos perceber, nas narrativas do entrevistados, que o movimento cria, a partir das próprias interações com os membros do ESP e a partir da percepção das reações do seu adversário político, uma representação de si como algo “danoso” ao ESP. Ao perceberem que o ESP parou de citá-los nas retaliações e intimidações que faziam, os integrantes do PCESP, em um processo de autorreflexividade, como tratamos acima, inferiram, pelo menos como hipótese, que suas ações tiveram algum impacto na forma de atuação do ESP, a ponto do próprio antimovimento “passar a ignorá-los”, como destaca o professor Fernando e a professora Renata. Além disso, o próprio crescimento do movimento PCESP nos espaços públicos, expresso nos convites para fazer o contraponto ao ESP nas matérias de jornais e revistas, contribuiu para esta representação de si e para representação do ESP como um grupo que se sente ameaçado pelas suas críticas. Nesse ponto, é importante destacar que não precisamos nos indagar se realmente o ESP “sente medo” ou não do PCESP e se sente ameaçado ou não pelas suas críticas. Aqui, como nos diz Portelli, não é o fato em si mesmo que importa nas narrativas orais, mas sim as representações e as construções de significados que os sujeitos pessoais e coletivos fazem dos fatos que nos interessam mais nas narrativas de história oral.<sup>480</sup> Desse modo, o importante aqui é analisar os significados dessas representações construídas pelos integrantes do PCESP em suas narrativas, e como essas representações conformam práticas e resultam na própria formação de uma identidade do movimento, o que reforça também as estratégias de mobilização e atuação dos mesmos em combate ao ESP.

<sup>479</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>480</sup> Cf. PORTELLI, 1991

Essa relação de conflito e de interação direta entre o ESP e o PCESP fica ainda mais explícita quando o advogado Miguel Nagib e o professor Fernando Penna, figuras representativas dos seus grupos, encontram-se, pela primeira vez, para debater presencialmente sobre o “Escola Sem Partido” e os seus Projetos de Lei no programa “Sala Debate” do Canal Futura, que foi exibido e publicado no Youtube no dia 19 de julho de 2016, e que hoje tem mais de 125 mil visualizações.<sup>481</sup> Esse debate também contou com a participação, em transmissão via internet, de Bráulio Porto de Matos, vice-presidente do ESP, e da professora Mariana dos Reis, professora do Instituto Benjamin Constant, que se posicionou contra o ESP. Nesse debate, enquanto o professor Fernando apontava as críticas do PCESP ao ESP que destacamos acima, o advogado Nagib reafirmava as propostas e os princípios do antimovimento.

Desse debate, podemos destacar dois pontos interessantes. O primeiro ponto, é que após esse debate, como dissemos no início do primeiro capítulo, o ESP colocou uma tarja com um aviso em seu site dizendo que a página é do “Movimento Escola Sem Partido” e não dos anteprojetos de lei “Programa Escola Sem Partido”. Segundo o professor Fernando Penna, esse aviso foi colocado após o debate na tentativa do ESP de dissociar suas proposições e argumentos dos Projetos de Lei em tramitação.<sup>482</sup> Ao analisarmos o debate durante o programa, vemos que o professor Fernando enfatizou algumas vezes, durante as suas críticas, a necessidade do público de visitar o site do ESP e as páginas no Facebook tanto do ESP quanto o perfil pessoal do Miguel Nagib, para ter uma noção mais ampla do que é o ESP, quais são os princípios e valores que regem o antimovimento, e para ter noção de toda sua “campanha de ódio aos professores”. No próprio programa, durante o debate, o advogado Nagib chama atenção algumas vezes do professor Fernando da necessidade de discutirem somente o Projeto de Lei “Programa Escola Sem Partido”, e não ficar debatendo sobre o que ele publica ou deixa

---

<sup>481</sup> Podemos destacar também outros programas de debates em TV e/ou Rádio, e reportagens em vídeo que tiveram a participação do professor Fernando Penna: debate no programa Caixa de Pandora e no Programa Plural (UFPR TV); Entrevista no programa Caminhos da Reportagem, na ADUFF TV, no Jornal Notisul, na Unitevê UFF; Debate no podcast “Escolas são asas” sobre o “Escola Sem Partido” no programa “Sobre História”, que contou com a participação também da professora Renata Aquino e da professora Fernanda Moura, integrante do PCESP e uma das coordenadoras do “Sobre História”. Cf. CANAL FUTURA. Escola Sem Partido – Sala Debate – Canal Futura. *Youtube*. 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk> Acesso (11/02/2018)

<sup>482</sup> Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ> Acesso (11/02/2018); Cf. WAYBACK MACHINE. Página inicial do site “Escola Sem Partido” antes do debate no Canal Futura. *Site*. 17 de julho de 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160717161115/http://www.escolasempartido.org:80/> Acesso (11/02/2018); Cf. WAYBACK MACHINE. Página inicial do site “Escola Sem Partido” depois do debate no Canal Futura. *Site*. 26 de julho de 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160726215013/http://www.escolasempartido.org:80/> Acesso (11/02/2018)

de publicar no site e/ou no Facebook do ESP, tendo em vista que lá ele pode falar o que quiser, já que estaria exercendo a sua liberdade de expressão, coisa que os professores não possuem em sala de aula.<sup>483</sup>

A questão importante aqui é destacar, novamente, o impacto das críticas do PCESP ao ESP no que diz respeito às próprias formas de atuação do antimovimento, e de como o próprio movimento PCESP, ao perceber o resultado dessa interação conflituosa, reforça e consolida determinadas críticas e determinadas práticas de atuação e mobilização que são entendidas como exitosas no combate ao ESP. Aqui, o próprio ato do ESP de colocar a tarja no site após o programa de debate expressa esse impacto das críticas do PCESP e reafirma ainda mais as estratégias de ação coletiva do movimento e ainda mais as narrativas de oposição.<sup>484</sup>

O segundo ponto está relacionado à divulgação e à circulação desse debate nas redes sociais. Um trecho desse debate, no qual mostra o professor Fernando Penna destacando os ataques do ESP à figura do educador Paulo Freire e no qual o advogado Miguel Nagib aparece afirmando que Paulo Freire foi “pedagogo do PT”, foi publicado em uma página no Facebook chamada “Falando Verdades” no dia 21 de julho de 2016 e, atualmente, tem mais de 1 milhão e 300 mil visualizações.<sup>485</sup> Podemos dizer que essas e outras publicações de vídeos na própria página do Facebook do movimento PCESP contribuíram para projeção pública das críticas dos integrantes do PCESP ao ESP.<sup>486</sup> E, novamente, podemos dizer também que a circulação e a

<sup>483</sup> Cf. CANAL FUTURA. Escola Sem Partido – Sala Debate – Canal Futura. *Youtube*. 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk> Acesso (11/02/2018)

<sup>484</sup> Nesse ponto, não podemos deixar de destacar os impactos de outras críticas realizadas pelo PCESP e por críticos em geral e que acabaram afetando o ESP. Aqui vale destacar as críticas feitas ao artigo 3º do PL 867/2015, que diz: “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.” Devido às críticas intensas a essa afirmação, como vimos no tópico anterior nas apresentações públicas do professor Fernando Penna, posteriormente, o próprio Miguel Nagib afirmou que o artigo era inconstitucional. Cf. TOKARNIA, Mariana. Criador do Escola sem Partido diz que projeto da Câmara tem trecho “inaceitável”. Agência Brasil. 28 de março de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-03/criador-do-escola-sem-partido-diz-que-projeto-da-camara-tem-trecho> Acesso (11/02/2018)

<sup>485</sup> Cf. FALANDO VERDADES. Fundador do Escola sem Partido passando vergonha. *Facebook*. 21 de julho de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/Falandoverdades.com.br/videos/993915584057095/?hc\\_ref=ARRuunUCIUTtjMIeXmJtBPngfn0r9jWNekUTm43NGHePixkz5Z6v5JhYck-PjXMh9M](https://www.facebook.com/Falandoverdades.com.br/videos/993915584057095/?hc_ref=ARRuunUCIUTtjMIeXmJtBPngfn0r9jWNekUTm43NGHePixkz5Z6v5JhYck-PjXMh9M) Acesso (12/02/2018)

<sup>486</sup> Aqui podemos destacar também: o vídeo que mostra Bia Kicis e Marcelo Reis, do “Revoltados Online”, e Alexandre Frota após a reunião com o Ministro da Educação Mendonça Filho sobre o “Escola Sem Partido, e que foi publicado na página do PCESP no Facebook e que atualmente tem 869 mil visualizações e 14 mil compartilhamentos. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Defensores do programa Escola sem Partido são recebidos no MEC. *Facebook*. 25 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1588680761424234/> Acesso (12/02/2018); O vídeo que mostra o professor Fernando abordando o ESP como ameaça à educação democrática nas escolas, em sua apresentação pública no Senado Federal no dia 16 de novembro de 2016, que também foi publicado na página do movimento e possui 54 mil visualizações. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. O Escola Sem Partido é uma ameaça à Educação Democrática e Plural. *Facebook*. 20 de novembro de 2016. Disponível em:



recepção desses materiais produzidos pelo movimento aparece, para seus integrantes, como uma demonstração do impacto das suas ações e mobilizações nos espaços públicos das redes sociais e nos espaços urbanos.

Ao longo do ano de 2016, como nos diz o professor Fernando e a professora Renata na entrevista, os pedidos de entrevistas à jornais e revistas, e os convites para realizar apresentações públicas em eventos, seminários e encontros, aumentaram. Segundo o professor Fernando, em 2015 já havia uma demanda grande, mas “foi 2016 que isso ganhou uma intensidade de outro mundo”. Conforme diz o professor, em sua narrativa sobre as apresentações públicas para tratar do ESP, “eu falava por semana, quatro ou cinco vezes, teve dia de eu falar três vezes no mesmo dia, em três eventos diferentes”. Nesse ponto, Fernando e Renata refletem, no momento da entrevista, sobre diferença da reação do público em 2015 para a reação em 2016, principalmente do público do ambiente acadêmico e dos professores:

“**Fernando:** Acho que é impressionante comparar a maneira como a reação ao tema em 2015, naquele momento inicial lá na reunião do GT, em que muita gente desconsiderou o perigo daquilo tudo, e em 2016. Foi em 2016 que acredito que o tema ganhou o espaço público. **Renata:** Em fevereiro, entre janeiro e março de 2016 foi quando o Escola Livre em Alagoas foi aprovado. Então, eu acho que isso ajudou a dar visibilidade, finalmente ver um aprovado, sabe.”<sup>487</sup>

Foi nesse momento também que aconteceu a transição dos integrantes do “Movimento Liberdade para Educar” (MLE) para o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP). Como tratamos anteriormente, essa mudança aconteceu devido a alguns desentendimentos internos com outros integrantes que também participavam do MLE. Segundo Fernando e Renata, tudo que era feito no MLE passava “por um processo burocrático de decisão”, e o movimento precisava de “agilidade” nas publicações, nas confirmações das entrevistas, das apresentações públicas, etc. Isso era visto como um entrave para atuação do movimento, que começou a “correr o risco de perder oportunidades”. A saída do MLE e a atuação como PCESP foi uma forma de conseguir essa agilidade. Como conta a professora Renata na entrevista, ela, o professor Diogo Salles, o professor Fernando Penna, o professor Maurício Barbosa e a professora Fabiany Melo, saíram do MLE, fizeram uma transposição dos

---

<https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1657567074535602/> Acesso (12/02/2018); E um vídeo com um trecho de uma palestra do professor Fernando no I Simpósio SOS Brasil Soberano e que tratou sobre a Reforma do Ensino Médio, publicada em 5 de abril de 2017, e que alcançou 397 mil visualizações. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. O grande perigo da reforma do Ensino Médio. *Facebook*. 5 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1715382225420753/> Acesso (12/02/2018).

<sup>487</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

textos e dos materiais publicados no blog do MLE para o novo blog do PCESP, e começaram a publicar somente na página PCESP já existente, e que já tinha vários seguidores.<sup>488</sup>

Assim como o ESP, que tratamos no primeiro capítulo, o PCESP possui poucas pessoas em sua organização e no funcionamento direto do movimento, mas possui muitos seguidores que apoiam, escrevem, publicam na página e contribuem com o movimento de alguma forma. A principal forma de organização e funcionamento do PCESP é por meio da rede social do Facebook. Fernando e Renata contam na entrevista que logo após a saída do MLE, eles criaram um grupo fechado no Facebook para publicar notícias, vídeos e materiais produzidos sobre o ESP e sobre os temas relacionados ao antimovimento, como o tema de gênero. Nesse grupo, como contam, eles programam o que será ou não publicado na página do movimento no Facebook. Aqui, Fernando e Renata apontam que existe uma autonomia na participação dos integrantes, algo que não existia na época de atuação do MLE.

No PCESP, apesar de ter alguns participantes que são mais ativos que outros, devido ao grau de comprometimento de cada um com o movimento, existe um elemento de “sincronia” no grupo, como destaca a professora Renata. Segundo ela, “somos um grupo que se dá muito bem, a gente funciona muito bem juntos”. De acordo com os entrevistados, cada um possui uma função e se dedica a uma tarefa no funcionamento do grupo: o professor Fernando Penna publica textos e artigos acadêmicos, e se apresenta em eventos e em audiências públicas em nome do PCESP, concedendo entrevistas e participando de programas de debates, como já citamos anteriormente; a professora Renata Aquino e o professor Diogo Salles<sup>489</sup> atuam mais na coordenação da página do Facebook e do blog do PCESP, publicando materiais, notícias, etc., mas também escrevem textos para o blog, artigos para revistas acadêmicas, produzem vídeos e participam de palestras e entrevistas; a professora Fernanda Moura<sup>490</sup> participa realizando pesquisas sobre o ESP, assim como os outros integrantes, e também participa

---

<sup>488</sup> Segundo os entrevistados, a maior parte do trabalho de publicação e coordenação do blog e da página do MLE no Facebook era feita pela professora Renata Aquino e pelo professor Diogo Salles. Segundo Renata, ela ficava sobrecarregada com as tarefas do movimento, já que a divisão de tarefas era feita apenas entre ela e o professor Diogo. Como diz o professor Fernando, na entrevista: “*O MLE acabou. Como era a Renata e o Diogo que faziam a maior parte do trabalho de divulgação do material, quando eles saíram o MLE passou a não publicar mais nada. Acho que teve uma ou outra reunião, mas perdeu a relevância...deixou de ser um lugar que as pessoas buscavam e as pessoas começaram a buscar o que elas já tinham mais alcance que era o Professores Contra o Escola Sem Partido.*” PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>489</sup> Ver o terceiro capítulo para saber mais detalhes sobre as trajetórias de vida e experiências docentes do professor Diogo Salles

<sup>490</sup> Ver o terceiro capítulo para saber mais detalhes sobre as trajetórias de vida e experiências docentes da professora Fernanda Moura

concedendo entrevistas, apresentando em palestras e seminários sobre o ESP, escrevendo artigos, além de ter uma rede de contato com sindicatos de professores, e que contribui para formação da rede de movimentos sociais docentes em contraposição ao ESP; o professor Maurício Barbosa atua mais nas vigilâncias da página do ESP no Facebook, do perfil público dos integrantes do ESP, como Miguel Nagib, Bia Kicis, Orley José, além de outras páginas de apoio ao ESP como a página do MBL e a página “Mães pelo Escola Sem Partido”<sup>491</sup>, etc., acompanhando suas publicações e o que pode ou não ser publicado na página do PCESP; a professora Carina Martins atua também produzindo textos, artigos e realizando apresentações públicas em palestras, seminários e encontros sobre o ESP; e a professora Fabiany Melo contribui também na divulgação de notícias e publicações relacionadas ao ESP.

Desse modo, pode-se perceber na organização do PCESP uma forma de atuação que leva em consideração as horizontalidades nas relações entre os integrantes, e que, como nos diz Castells, favorece a cooperação e a solidariedade entre os mesmos.<sup>492</sup> Na própria entrevista, o professor Fernando e a professora Renata afirmam que as decisões do movimento são coletivas e que existe uma relação de confiança entre os integrantes. Isso fica evidente quando destacam que, caso uma pessoa não possa conceder uma entrevista ou realizar uma apresentação pública em um evento, outro integrante do movimento estará disponível para fazê-lo.

Ao analisarmos as atuações do movimento ao longo do ano de 2016 e até o segundo semestre de 2017, podemos ver que o repertório de ação coletiva do PCESP foi consolidado em torno das atuações tanto nas redes sociais da internet quanto nos espaços urbanos. Nas redes sociais, a atuação do movimento é mais forte em sua página do Facebook do que em seu blog. Isso acontece porque a página do Facebook possui maior projeção pública entre as pessoas que seguem o movimento, já que existe um compartilhamento maior dessas publicações nas redes sociais. Na página, o que aparece de maneira mais recorrente entre as publicações do movimento são notícias relacionadas às publicações feitas pelos membros do ESP, relacionadas às denúncias de professores ou ameaças realizadas pelos membros e defensores do ESP, divulgações de eventos que têm como discussão o ESP e seus PLs e que contam com a participação de seus integrantes, notícias sobre os PLs que estão em tramitação em vários municípios e estados do Brasil, divulgação de notas de repúdio ao ESP e das notas de inconstitucionalidade de seus PLs, ETC.

---

<sup>491</sup> Cf. MÃES PELO ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/maespeloescolasempartido/> Acesso (12/02/2018)

<sup>492</sup> CASTELLS, 2013, p.162-163

Atualmente, o grupo tem apostado em novas formas de atuação, e isso se expressa na produção de vídeos chamados “Destaques da Semana”, com transmissões ao vivo na página do movimento no Facebook, que tem à frente de sua produção o professor Diogo Salles.<sup>493</sup> Esse quadro contém um resumo semanal dos acontecimentos mais importantes relativos à atuação do ESP e contém também a discussão de algum tema pertinente: “ESP e extrema direita”; “MBL e ESP”; “Perseguição aos professores e professoras”; são alguns dos exemplos de temas discutidos e analisados. As escolhas dos temas para esses vídeos são feitas justamente com base nas notícias divulgadas na página PCESP e com base, muitas vezes, nas publicações feitas pelos seus adversários do ESP, com intuito de problematizar e criticar seus argumentos. Esse quadro já contou também com a participação da professora Renata Aquino, da professora Fernanda Moura e do professor Fernando Penna.<sup>494</sup>

Já o blog, é um espaço que o movimento possui para publicar textos maiores, com uma análise crítica mais densa sobre o ESP e sobre o seus PLs. Além da publicação de textos e artigos, escritos não só pelos seus integrantes, mas por outros professores, advogados, críticos em geral do ESP, o blog também apresenta outras seções. Podemos encontrar a seção “Vigiando os Projetos de Lei”<sup>495</sup> que tem como objetivo apresentar um panorama dos PLs do ESP em tramitação em todo o Brasil. Esse panorama é resultado do trabalho de pesquisa de uma das integrantes do movimento, a professora Fernanda Moura, no programa de mestrado profissional (ProfHistória-UFRJ), que já destacamos acima.

Dentre as outras seções, temos a seção “Mobilização contra o ESP”, que tem como objetivo “conectar todas e todos que querem se mobilizar contra o ‘escola sem partido’, assim como combatê-lo de variadas maneiras, [...] e agir em nome de uma escola democrática, plural

<sup>493</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Destaques da semana. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page_internal) Acesso (12/02/2018)

<sup>494</sup> Vale destacar também que, recentemente, o movimento PCESP tem apostado em vídeos mais curtos de análise do ESP publicados em sua página no Facebook, como “vlogs” apresentados pelo professor Diogo Salles. Até agora o movimento fez dois lançamentos: “O quão ‘sem partido’ é o ‘escola sem partido’?” e “Cadê a tal da doutrinação ideológica?”. Além disso, o movimento PCESP tem investido também na produção de *memes* que contém críticas e argumentos contrários ao ESP, uma estratégia que também é utilizada pelo antimovimento ESP em suas atuações políticas, como vimos anteriormente. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Vídeos mensais discutindo temas importantes para o debate sobre o “escola sem partido”. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page_internal) Acesso (21/02/2018); Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Memes contra o Escola Sem Partido. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/photos/?tab=album&album\\_id=1842192976073010](https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/photos/?tab=album&album_id=1842192976073010) Acesso (21/02/2018)

<sup>495</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Vigiando os projetos de lei. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/> Acesso (12/02/2018)

e diversa”.<sup>496</sup> Segundo o movimento, isso pode ser feito por meio de duas formas. A primeira é assinar a carta “Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula”, produzida pelo próprio movimento PCESP e que foi escrita pelo professor Fernando Penna para ser apresentada na audiência pública no Senado Federal que iria acontecer no dia 07 de julho de 2016, convocada pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que tinha como tema “A liberdade de expressão em sala de aula”, mas que acabou sendo cancelada.<sup>497</sup> Nessa carta, podemos ver que o movimento mobiliza as principais afirmações e argumentos do ESP e dos seus PLs sobre os professores (o professor não é educador, formar cidadãos é “fazer a cabeça dos alunos”, professor não tem liberdade de expressão em sala de aula, etc.) e apontam também suas principais críticas ao ESP, baseadas na defesa da educação democrática, como vimos anteriormente.<sup>498</sup>

Além disso, vale destacar a multiplicidade de assinaturas que essa carta obteve ao circular nas redes sociais da internet. Dos grupos que assinaram podemos citar: associações científicas; associações profissionais e sindicatos; fóruns; faculdades, insitutos e departamentos; programas de pós-graduação; grupos de pesquisa; movimentos sociais; e

<sup>496</sup> PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Mobilização contra o ESP. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/mobilizacao-contrao-esp/> Acesso (12/02/2018)

<sup>497</sup> Essa audiência foi cancelada pelo presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal, o senador Romário (PSB-RJ). Para participar dessa audiência foram convidados: o professor da PUC-SP Luiz Felipe Pondé; o jornalista Demétrio Magnoli; a secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Romi Bencke; a diretora-executiva da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, Vera Lucia Cabral; o coordenador do Escola Sem Partido, Miguel Nagib; o professor da USP e ex-ministro da Educação Renato Janine; e o professor Fernando Penna (UFF-PCESP). Segundo o PCESP, em uma publicação em sua página no Facebook, o professor Fernando Penna “não fazia parte da lista de convidados original, mas a senadora Angela Portela (PT) fez a busca pelo tema ‘escola sem partido’ e chegou ao seu nome. Foi ela que fez um requerimento para incluí-lo na lista de convidados”. Já sobre o cancelamento da audiência, o movimento também se pronunciou em sua página no Facebook, reproduzindo uma apuração feita pela SINPRO-SP que foi procurar saber o motivo do cancelamento da mesma. Segundo eles, o pedido de cancelamento partiu do próprio senador Cristovam Buarque, sob a justificativa de que audiência deveria ocorrer depois de divulgado o parecer sobre o projeto de Lei 193/2016, do qual o senador Cristovam é relator. O movimento PCESP se posicionou de forma crítica ao cancelamento e afirmou que a audiência deveria ocorrer antes do parecer do relator. Cf. REDAÇÃO SENADO. Comissão de Educação debate liberdade de expressão na sala de aula. *Senado Notícias*. 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/04/comissao-de-educacao-debate-liberdade-de-expressao-na-sala-de-aula> Acesso (12/02/2018); Cf. REDAÇÃO SENADO. Cancelada audiência sobre liberdade de expressão na sala de aula. *Senado Notícias*. 07 de julho de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/07/cancelada-audiencia-sobre-liberdade-de-expressao-na-sala-de-aula> Acesso (12/02/2018); Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Informe sobre a Audiência Pública no Senado Federal. *Facebook*. 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraescolasempartido/posts/1602130220079288> Acesso (12/02/2018); Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Cancelamento da Audiência Pública. *Facebook*. 09 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraescolasempartido/posts/1603681619924148> Acesso (12/02/2018)

<sup>498</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Em defesa da liberdade de expressão dos professores. *Site*. 07 de julho de 2016. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/2016/07/07/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-dos-professores/> Acesso (12/02/2018)

ONGs, fundações e OSs.<sup>499</sup> Segundo o professor Fernando e a professora Renata, essa carta foi publicada no portal “Carta Maior”<sup>500</sup> e “circulou muito e teve muitas assinaturas”. Essas assinaturas, inclusive, aparecem para seus integrantes como mais uma expressão da consolidação do movimento e de que suas atuações estão tendo impactos significativos na luta contra o ESP.

A segunda maneira de contribuir com o movimento, é o preenchimento de um formulário para “a coleta de informações a respeito de como andam a resistência e oposição ao ‘Escola Sem Partido’ pelo Brasil.”. Segundo o PCESP,

“As informações fornecidas serão absolutamente sigilosas. Precisamos do CPF para que não seja possível fraudar a inscrição. Usaremos os e-mails fornecidos para divulgar eventos sobre o tema na sua localidade, informar sobre os projetos locais, mas também para outra coisa fundamental: abrir um canal de contato com todos os professores e professoras e outros profissionais da educação que já tenham sofrido alguma forma de perseguição, supostamente acusados de praticar qualquer ato que o ESP considera um ‘crime’. Por isto, além do formulário estar aberto a todos que se posicionem contra esses projetos de censura, – famílias, estudantes, professores, cidadãos interessados – os professores também poderão fazer uso do espaço dedicado a eles/as para compartilhar relatos sobre casos de perseguição, censura ou retaliação sofridas no ambiente de trabalho: acusação de “doutrinação”, ser impedido de trabalhar com questões de gênero ou de religiões de matriz africana, etc.”<sup>501</sup>

Desse modo, a intenção do movimento com esse formulário não é apenas divulgar eventos sobre o ESP e Projetos de Leis em tramitação local, algo que já fazem também nas redes sociais, mas criar um canal formal para que professores e professoras que já foram alvos de perseguições, ameaças e acusações possam entrar em contato com o movimento e receber orientações dos procedimentos que podem ser realizados nesses casos. De acordo com o

<sup>499</sup> Associações científicas: ABHO, ANPUH, ANPED, ANFOPE, OLÉ, etc.; Associações profissionais e sindicatos: ANDES-SN, ADUFF-SSind, SINASEFE, SINPRO-SP, etc.; Fóruns: Fórum de Educação de Jovens e Adultos – Nacional, Fórum Nacional de Educação (FNE); Faculdades, Institutos e Departamentos: Departamento de História da UERJ, da UDESC, do Colégio Pedro II, a Faculdade de Educação da UFF, da UERJ, a Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de História da UFRJ, Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, etc.; Programas de Pós-graduação: PPGHS-UERJ, PROFHISTÓRIA, PPGH-UFRGS, PPGE-UERJ, etc.; Grupos de pesquisa: DEGENERA – Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (UERJ), GEPEF – Grupo de Pesquisa em Estudos Étnico-Raciais e de Fronteira (IFMT); Movimentos sociais: Católicas Pelo Direito de Decidir, Coletivo de Mulheres Protestantes do Distrito Federal (COMP-DF), Movimento Passe Livre Niterói (MPL Niterói), Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular, União Nacional LGBT; ONGs, Fundações e OSs: Fundação Roberto Marinho; Instituto Cultural e Educacional Fazendo o Bem – SBC; Novamerica de Rio de Janeiro. Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Lista atualizada de assinaturas da carta aberta ao Senado. *Site*. 11 de julho de 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/11/em-defesa-lista-atualizada-de-assinaturas/>. Acesso (12/02/2018)

<sup>500</sup> Cf. PENNA, Fernando. Em defesa da liberdade de expressão em sala de aula. *Carta Maior*. 06 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Em-defesa-da-liberdade-de-expressao-em-sala-de-aula/4/36394>. Acesso (12/02/2018)

<sup>501</sup> PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Mobilização contra o ESP. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/mobilizacao-contra-o-esp/>. Acesso (12/02/2018)

crescimento de notícias de acusações, denúncias e ameaças pelos membros e defensores do ESP, como vimos no início deste capítulo, o movimento PCESP começou a se preocupar em criar estratégias de ação de apoio a esses professores que sofrem algum tipo de retaliação.

Além dessas seções, no blog também temos a seção “Referências acadêmicas e documentos” e “Documentos, notas e pareceres”. Na primeira, podemos ver uma bibliografia que apresenta estudos e pesquisas sobre o “Escola Sem Partido”, e textos e autores que embasam a crítica do movimento ao ESP. Na bibliografia podemos ver textos acadêmicos dos integrantes do movimento (textos do professor Fernando Penna, da professora Renata Aquino, do professor Diogo Salles e da professora Fernanda Moura) e livros do autor Gert Biesta e Paulo Freire, teóricos importantes para o movimento e que tratamos anteriormente.<sup>502</sup>

Na segunda seção, podemos ver notas técnicas produzidas sobre os Projetos de Lei do ESP e semelhantes, como as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) do ministro do STF Roberto Barroso e da OAB e a nota técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – Ministério Público Federal, tendo como autora a procuradora Debora Duprah. Também podemos ver a citação aos tratados de direitos humanos que garantem a liberdade de ensinar e aprender questões envolvendo debates de gênero e questões envolvendo diversidade racial (Lei 10639/2003 e Lei 10639/2008).<sup>503</sup>

Concomitantemente às atuações do movimento nas redes sociais, o PCESP atuou também nos espaços urbanos, concentrando-se mais nas apresentações públicas em eventos em universidades e escolas (aulas públicas) e nas audiências públicas tanto nacionais quanto municipais. Aqui, o PCESP, diferente de outros movimentos sociais atuais, não tem a rua como espaço de atuação e de militância, isto é, de organização de passeatas, manifestações, ocupação de prédios, etc. Os espaços urbanos principais de atuação e mobilização do movimento são os espaços de produção intelectual, locais vinculados à atuação dos professores e dos próprios integrantes do movimento, como as universidades e as escolas públicas.

Essas atuações em universidades, escolas e audiências públicas foram fundamentais para a construção e reforço das redes de contato do movimento, que já vinham se estabelecendo desde 2015 quando atuavam como MLE, mas que no ano de 2016 ganhou amplas proporções. Como tratamos anteriormente, o PCESP foi construindo uma rede acadêmica ampla em torno

---

<sup>502</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Bibliografia e referências acadêmicas. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/bibliografia-referencias-academicas/> Acesso (12/02/2018)

<sup>503</sup> PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Documentos, notas técnicas e pareceres. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/documentos/> Acesso (12/02/2018)

das suas atuações, para debater e pensar estratégias de mobilização contra o ESP, e que teve à frente a figura do professor Fernando Penna como uma contribuição importante na tessitura dessa rede. Essa rede pode ser percebida nas apresentações em eventos acadêmicos sobre o ESP, que contaram com a participação do professor Fernando Penna, e que foram e são organizados em diferentes universidades federais e estaduais do país<sup>504</sup>, e também nas próprias assinaturas da carta que tratamos acima, que conta com uma predominância de faculdades, institutos, departamentos, programas de pós-graduação e grupos de pesquisas de diferentes áreas do conhecimento.

Além dessa rede acadêmica, podemos destacar também o contato do movimento PCESP com outros movimentos de oposição e combate ao ESP, e aqui, principalmente, com o surgimento da Frente Escola Sem Mordança em julho de 2016. Segundo o professor Fernando e a professora Renata, desde a criação da Frente que o movimento PCESP tem colaborado com a mesma. Essa colaboração fica em evidência, principalmente, nos convites que foram feitos ao professor Fernando Penna para realizar apresentações públicas nos lançamentos das “Frentes” e em eventos promovidos pelos sindicatos de professores que compõem as mesmas, em diferentes lugares do Brasil.<sup>505</sup> Aqui, nesses eventos o movimento estabelece contato também com diversos professores que estão atuando na educação básica, seja no ensino fundamental ou médio.

É por meio dessa rede de contato com a Frente Escola Sem Mordança e com os sindicatos de professores que podemos perceber a contribuição do PCESP para a construção de uma rede de movimentos de oposição e combate ao ESP mais ampla, que possui ramificações em todo o Brasil. Na própria página da Frente no Facebook podemos ver diversas referências aos materiais produzidos pelo PCESP. Dentre as múltiplas referências, podemos ver que representantes do ANDES-SN, SINASEFE e SINPRO-DF levaram a carta “Em defesa da liberdade de expressão

---

<sup>504</sup> Para saber mais sobre esses eventos que tiveram a participação do professor Fernando Penna representando o movimento PCESP, ver Anexo “Debates e palestras em defesa da educação democrática 2015/2017 (PCESP/MED)” por Fernando de Araújo Penna.

<sup>505</sup> Cf. ADUFF. Lançamento: Frente Escola Sem Mordança em Niterói. *Facebook*. 05 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/405639402893663/> Acesso (12/02/2018); Cf. ANDES-SN. Frente Escola Sem Mordança é lançada em Niterói (RJ). *Site*. 08 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8355> Acesso (12/02/2018); Cf. ESCOLA SEM MORDANÇA. Frente Escola Sem Mordança do IF Baiano. *Facebook*. 07 de março de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/posts/281064465660865> Acesso (12/02/2018); Cf. SUL 21. ‘Nem a ditadura militar criou mecanismos tão rigorosos de controle dos professores’. *Site*. 13 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/nem-a-ditadura-militar-criou-mecanismos-tao-rigorosos-de-controle-dos-professores/> Acesso (12/02/2018); Cf. ESCOLA SEM MORDANÇA. Debate sobre o conservadorismo na educação brasileira. *Facebook*. 17 de agosto de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/photos/a.107819786318668.1073741828.10557902320941\\_1/162754387491874/?type=3&theater](https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/photos/a.107819786318668.1073741828.10557902320941_1/162754387491874/?type=3&theater) Acesso (12/02/2018)



em sala de aula” produzida pelo PCESP, que tratamos anteriormente, ao Congresso Nacional em Brasília.<sup>506</sup> Além disso, também podemos ver que a página da Frente compartilhou uma publicação do professor Fernando Penna em que ele reuniu vários materiais produzidos por ele e pelo movimento PCESP nesses anos de atuação do movimento.<sup>507</sup>

Essa contribuição na construção dessa rede pode ser percebida também no lançamento do “I Curso de Formação de Debatedores e Multiplicadores contra os PLs do Escola Sem Partido e contra a imposição de censura aos educadores”, organizado pela própria Frente Escola Sem Mordação, que aconteceu nos dias 3 e 4 de dezembro de 2016, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>508</sup>. Nesse evento, podemos ver a participação do professor Fernando Penna, a participação da professora Carina Martins, também integrante do PCESP, além da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público, Deborah Duprat, que passou a ser um contato importante com o movimento após as participações do professor Fernando Penna representando o PCESP nas audiências públicas nacionais sobre o ESP.

Foram nessas audiências públicas nacionais<sup>509</sup> que o PCESP procurou estabelecer contatos com autoridades governamentais e figuras políticas para reforçar a oposição à aprovação dos PLs em tramitação na Câmara dos Deputados. Aqui, da mesma forma que podemos perceber a construção de uma rede de sociabilidade entre os membros do ESP e as autoridades governamentais e as figuras parlamentares, podemos também perceber as tentativas de construção dessas redes pelos integrantes do PCESP.

Primeiro, vale destacar a relação estabelecida do movimento com a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Deborah Duprat, que encaminhou ao Congresso Nacional, em julho de 2016, uma nota técnica nota técnica na qual aponta a

<sup>506</sup> Cf. ESCOLA SEM MORDAÇA. ANDES-SN, Sinasefe e Sinpro-DF levaram a luta contra o PL “Escola Sem Partido” ao Congresso Nacional. *Facebook*. 22 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/posts/166717653762214> Acesso (12/02/2018)

<sup>507</sup> Cf. ESCOLA SEM MORDAÇA. Materiais produzidos por Fernando Penna. *Facebook*. 28 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/posts/317796151987696> Acesso (12/02/2018)

<sup>508</sup> Cf. JÚNIOR, Mário. Frente nacional e do RJ realizaram primeiro curso de formação. *Escola sem Mordação*. 04 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://escolasemmordaca.org.br/frente-nacional-realizou-seu-primeiro-curso-de-formacao/> Acesso (12/02/2018)

<sup>509</sup> Cf. TV SENADO. CE- Comissão de Educação – 01/09/2016. *Youtube*. 01 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-1zUo> Acesso (11/02/2018); Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ> Acesso (11/02/2018); Cf. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Câmara dos Deputados – 07/02/2017). *Youtube*. 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow> Acesso (11/02/2018)

inconstitucionalidade do Projeto de Lei 867/2015<sup>510</sup>, e que o PCESP utiliza como um dos documentos bases em suas apresentações públicas para reafirmar o caráter inconstitucional dos PLs do ESP em tramitação. Após essa nota técnica, a própria Deborah Duprat começou a ser alvo de crítica e desqualificações realizadas por membros e defensores do ESP.<sup>511</sup>

Além do curso promovido pela “Frente”, a procuradora também participou, ao lado do professor Fernando Penna, de uma audiência pública no Senado Federal, no dia 16 de novembro de 2016, convocada pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater sobre o PL 193/2016 do senador Magno Malta (PR-ES) –retirado de tramitação– e que buscava incluir o “Programa Escola sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.<sup>512</sup> Nessa audiência a procuradora tratou novamente sobre as inconstitucionalidades dos PLs, já apontadas na nota técnica, e também falou sobre as notificações extrajudiciais geradas contra os professores acusados de “doutrinadores” e que são estimuladas pelo ESP, e que vimos no primeiro capítulo. De acordo com Duprat, a Procuradoria Federal emitiria uma recomendação à todos os conselhos estaduais e municipais de educação afirmando que essas notificações extrajudiciais são de nenhum efeito e não podem gerar qualquer tipo de consequência para os professores.<sup>513</sup> O trecho dessa fala foi compartilhado na página do movimento PCESP no Facebook e teve 14 mil visualizações.<sup>514</sup>

Também podemos destacar as relações que o movimento PCESP procura estabelecer com o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) membro da “Comissão Especial destinada

<sup>510</sup> Cf. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. “PL que institui Escola sem Partido é inconstitucional”, defende Deborah Duprat. *Ministério Público Federal*. 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-que-institui-escola-sem-partido-e-inconstitucional-defende-pfdc> Acesso (12/02/2018)

<sup>511</sup> Cf. ESCOLA SEM PARTIDO. A escola e o aluno, segundo Deborah Duprat, Hitler, Stalin, Mao e outros bons companheiros. *Facebook*. 24 fevereiro 2017. Disponível: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173489/791483451002648/?type=3&theater> Acesso (12/02/2018)

<sup>512</sup> Cf. SENADO FEDERAL. Evento interativo Programa Escola sem Partido. *Site*. 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=9776> Acesso (12/02/2018) <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/16/programa-escola-sem-partido-e-criticado-em-debate-na-comissao-de-educacao> Acesso (12/02/2018); Cf. ALTAFIN, Iara. Programa Escola sem Partido é criticado em debate na Comissão de Educação. *Senado Notícias*. 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/16/programa-escola-sem-partido-e-criticado-em-debate-na-comissao-de-educacao> Acesso (12/02/2018)

<sup>513</sup> Cf. TV SENADO. CE – Comissão de Educação – 16/11/2016. *Youtube*. 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-YmnytBfQTg> Acesso (12/02/2018); Cf. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Nota Técnica nº 2/2017/PFCD. *Ministério Público Federal*. 15 de março de 2017. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/grupos-de-trabalho/direitos-sexuais-e-reprodutivos/atuacao-do-gt/nota-tecnica-2-2017-pfdc> Acesso (12/02/2018)

<sup>514</sup> Cf. PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Notícia sobre as notificações extrajudiciais dos professores. *Facebook*. 19 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1657157161243260/> Acesso (12/02/2018)

a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido e seus apensados”, que tratamos no primeiro capítulo. Ao analisarmos algumas audiências públicas realizadas pela Comissão, podemos perceber que o deputado Glauber Braga, junto com o deputado federal João Carlos Bacelar (PTN-BA) que também compõe a Comissão, foram um dos poucos deputados da Comissão que se posicionaram contra os PLs do ESP durante as audiências públicas.<sup>515</sup> Como vimos anteriormente, no primeiro capítulo, o presidente, os vice-presidentes e o relator da Comissão são favoráveis aos PLs do ESP, além de outros parlamentares titulares e suplentes que também se posicionam a favor do ESP durante as audiências públicas. Vimos também que os próprios membros do ESP possuem uma relação já estabelecida com esses deputados, isto é, uma rede parlamentar forte de apoio às propostas do antinomovimento e para aprovação dos seus PLs. Nesse ponto, se compararmos o PCESP com o ESP, percebemos que a rede estabelecida entre os membros do ESP e os parlamentares que apoiam o mesmo é muito mais consolidada do que a rede que o PCESP vem procurando estabelecer. A nosso ver, o ESP possui uma inserção muito maior nessas redes parlamentares do que o PCESP, e isso pode ser explicado pelas proximidades de alguns membros do ESP com os parlamentares, principalmente, Miguel Nagib e Bia Kicis, como vimos no primeiro capítulo.

No entanto, isso não quer dizer que o PCESP não procure estabelecer também essas relações e se apropriar das estruturas de oportunidades políticas, isto é, das estruturas que fazem parte da dimensão política do Estado e das relações com as autoridades para concretizar suas demandas e proposições. Na entrevista, ao perguntar ao professor Fernando e à professora Renata sobre as próximas estratégias de mobilização e atuação política do movimento, o professor Fernando deixa claro essa tentativa de relação com as redes parlamentares do governo<sup>516</sup>:

---

<sup>515</sup> Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 07 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974> Acesso (10/07/2017); Cf. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 14 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo>. Acesso (18/05/2017)

<sup>516</sup> Recentemente, o professor Fernando Penna recebeu a “Medalha Tiradentes”, a maior condecoração da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), pelas mãos do deputado estadual Flávio Serafini (PSOL/RJ) em parceria com os mandatos dos vereadores Tarcísio Motta (PSOL/RJ), Renato Cinco (PSOL/RJ) e da vereadora Talíria Petrone (PSOL/Niterói). No dia do evento estavam presentes membros do PCESP/MED, membros do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ) e membros do Sindicato Estadual dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ). Essa reconhecimento pode ser entendido como uma demonstração das relações estabelecidas entre o PCESP/MED e grupos políticos como o PSOL na esfera do Estado. Cf. TAVARES, Viviane Rosa. Professor Fernando Penna recebe Medalha Tiradentes. *Flávio Serafini*. 05 março 2018. Disponível

“**Fernando:** Eu estava falando com o Glauber Braga, deputado federal da Comissão Especial do Escola Sem Partido, em um evento e perguntei para ele: ‘Qual seria a estratégia para impedir a aprovação do projeto?’. E ele me falou que a Comissão já deveria estar com o relatório pronto, já esperando para entregar e aprovar. Ele falou que a maneira estrategicamente mais viável de impedir a aprovação seria procurar os líderes dos partidos para que eles percebessem que essas pautas são impopulares, tem rejeição no campo educacional, para que as lideranças pressionassem a base para não aprovar. Então, nisso, não adianta eu, Fernando, pedir uma audiência com os líderes. Precisariamos de um movimento mais amplo, e aí eu tive a ideia de criação de uma rede, de uma ONG, a gente ta buscando ainda o formato legal disso. Talvez seja uma associação, de alguma maneira que desse...porque o próprio Escola Sem Partido ele se tornou uma associação, para poder agir legalmente, entrar como *amicus curiae* em processo e etc. Então agora a gente está em um processo similar, na tentativa de institucionalizar esse movimento e tornar ele um agregador de outras associações, especialmente científicas ou movimentos sociais, para que a gente possa criar essa rede para fazer pressão.”<sup>517</sup>

Nestle trecho, Fernando deixa claro que, para tentar impedir a aprovação dos PLs do ESP na Câmara dos Deputados, seria preciso realizar uma estratégia de negociação com os líderes dos partidos, para que a base parlamentar não aprovasse os PLs. Nesse momento, Fernando fala da necessidade de ter um movimento mais amplo, uma associação institucionalizada e que pudesse agregar outras associações e movimentos sociais, para fazer pressão às autoridades governamentais. Nesse ponto, podemos perceber que a criação do Movimento Educação Democrática (MED) já encontrava-se no horizonte de expectativa dos membros do PCESP no momento da entrevista.

O professor Fernando Penna, em sua narrativa, comenta que, naquele momento, o grupo ainda estava pensando na melhor forma de criar a associação, nas estratégias possíveis, entrando em contato com advogados, juristas, para saber como seria esse processo de formalização. Mas o objetivo da criação dessa associação, dessa rede mais ampla, segundo Fernando, seria agregar, de um lado, a força das mobilizações dos sindicatos dos professores e de outros movimentos sociais contra o ESP, e aqui a Frente Escola Sem Mordaza teria um papel importante, e, de outro, a força das associações científicas e das instituições acadêmicas. De acordo com Penna, as associações e as universidades possuem uma “legitimidade muito forte”, mas que não é explorada enquanto “pressão política”, não de maneira coordenada. Aqui, o objetivo do MED então, seria de realizar essa formalização, unindo essas duas frentes de luta e de combate, tendo o PCESP/MED como principal articulador e mediador.

---

em: <http://www.flavioserafini.com.br/2018/03/professor-fernando-penna-recebe-medalha-tiradentes/> Acesso (18/04/2018)

<sup>517</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

O objetivo da criação do MED é formalizar a rede de contatos que já vinha sendo estabelecida pelo MLE/PCESP em todo o país, como vimos acima, e fomentar ainda mais o diálogo com movimentos, coletivos e sindicatos de professores em diferentes localidades do Brasil, em âmbito municipal e estadual. A intenção do movimento é fazer circular, de forma organizada e institucionalizada, informações sobre proposições de PLs do ESP e PLs que ameaçam o projeto de educação defendido pelo movimento, informações sobre casos de intimidação de professores, e também com o objetivo de divulgar eventos de apresentações e debates para fomentar a troca de experiências e estratégias de mobilização.<sup>518</sup>

A criação dessa rede mais ampla de mobilização com o MED, marca uma mudança, segundo o professor Fernando, já que a intenção é “adotar posturas mais propositivas, ao invés de só nos posicionarmos ‘contra’”, em referência ao movimento PCESP. O objetivo é afirmar uma posição institucionalizada em relação não só ao ESP mas à todas as outras políticas públicas educacionais que ameaçam o que entendem por educação democrática (Reforma do Ensino Médio, BNCC, proibições às discussões de gênero e questões raciais nas escolas, etc.).<sup>519</sup>

### **2.3 O compromisso do PCESP com a história pública: o engajamento de historiadores e de professores de História na história do tempo presente e nos espaços públicos**

Após termos identificado e analisado o repertório de ação coletiva mobilizado pelo movimento PCESP, podemos perceber duas características que perpassam as suas fases de atuação desde o início, com a criação do Movimento Liberdade para Educar (MLE), até a sua fase mais recente, com a criação do Movimento Educação Democrática (MED): o compromisso com a história pública e o engajamento de historiadores e professores de História na história do tempo presente e nos espaços públicos, contra o avanço do “Escola Sem Partido” e seus PLs.

Como tratamos na introdução desta dissertação, entendemos a prática da história pública, dentre os seus múltiplos significados, intimamente relacionada tanto ao ensino de História na sala de aula, quanto à atuação de profissionais de História como sujeitos históricos intervindo na realidade social, política e cultural em que vivem, ou seja, que atuam como

<sup>518</sup> Cf. MOVIMENTO EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA. Professor Fernando Penna explica como grupos e coletivos podem juntar esforços conosco em favor da luta por uma educação democrática. *Facebook*. 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/moveducaodemocratica/videos/1924603284466347/> Acesso (12/02/2018)

<sup>519</sup> Cf. ANTUNES, André. ‘Temos que nos contrapor a esse discurso mostrando os equívocos do Escola sem Partido e dos outros movimentos conservadores’. *Fiocruz*. 29 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-que-nos-contrapor-a-esse-discurso-mostrando-os-equivocos-do-escola-sem> Acesso (12/02/2018)

intelectuais públicos e transformadores em outros espaços públicos da sociedade, para além do espaço acadêmico.

Vimos anteriormente como o movimento PCESP atua no sentido de disputar as orientações valorativas da sociedade civil no que diz respeito aos sentidos de escola, de educação e de docência, afirmando-se como uma voz de defesa pelo reconhecimento simbólico dos professores e professoras, educadores e educadoras na sociedade, em contraposição às representações difundidas pelo ESP e seus defensores.

Agora, cabe-nos refletir sobre determinadas questões relativas tanto à ação política dos integrantes do movimento PCESP, enquanto militantes em defesa de uma causa social e educacional, quanto à dimensão dos mesmos como historiadores e professores de História, que atuam em pesquisas acadêmicas na área de História e de Ensino de História. Aqui, podemos recorrer às reflexões propostas pela historiadora e professora de História Marieta de Moraes Ferreira, que preocupa-se em debater sobre o papel social do historiador/professor frente às demandas sociais do tempo presente. Segundo Marieta, como vimos na introdução, a história do tempo presente coloca alguns desafios para o historiador/professor não só do ponto de vista metodológico mas também desafios do ponto de vista ético e político. Esses desafios podem ser sintetizados em algumas questões importantes:

“Como garantir a prática científica da história e ao mesmo tempo exercer responsabilidades sociais? Como transformar as novas aquisições inovadoras produzidas pela academia para estendê-las ao grande público? Como produzir uma história seguindo as regras científicas e ao mesmo tempo produzir manuais necessários à formação política e cívica dos cidadãos das sociedades modernas?”<sup>520</sup>

A partir dessas problemáticas que, segundo o historiador Olivier Dumoulin, expressam “uma tensão que está no coração do tema abordado”<sup>521</sup>, vemos que as próprias atuações dos integrantes do PCESP podem ser colocadas no centro da reflexão sobre o papel social do historiador e de professores de História na sociedade atual em um contexto de conflitos políticos e culturais em torno do “Escola Sem Partido”. Aqui, podemos dizer que os integrantes do PCESP em suas ações, na esteira do argumento de Jean-Clément Martin, preocupam-se em combinar o seu trabalho científico em história — que necessita de total liberdade de reflexão e pesquisa — e o seu papel social — que implica uma responsabilidade social e política frente à

---

<sup>520</sup> Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p.121

<sup>521</sup> DUMOULIN, Olivier. O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (e-book)

questões socialmente vivas.<sup>522</sup> Essa preocupação em combinar essas duas dimensões, a nosso ver, encontra-se intimamente relacionada ao compromisso do PCESP com a prática da história pública, no sentido de estimular um diálogo mais próximo entre a universidade e a sociedade, na tentativa de amenizar as distâncias que existem entre as mesmas.

Esse compromisso do movimento PCESP com a história pública pode ser entendido a partir de um duplo objetivo defendido e compartilhado pelos seus membros, e que chamamos aqui de uma história pública em via de mão dupla<sup>523</sup>, já que é feita de forma articulada e relacional. Em uma via, seus integrantes, desde o início do movimento, agem com o objetivo de ampliar o debate sobre o ESP e seus Projetos de Lei nos espaços públicos para além dos espaços da universidade, isto é, levando as suas análises, problematizações e reflexões sobre o ESP para as escolas, para as redes sociais, para os jornais e revistas, audiências públicas, etc., ao mesmo tempo que atuam se posicionando politicamente nesses espaços contra o ESP. Em outra via, concomitantemente, o movimento atua no sentido de trazer para dentro da academia o debate sobre o ESP e seus Projetos de Lei, tanto como objeto de pesquisa acadêmica, já que praticamente todos os seus membros possuem o ESP e os seus PLs como objetos de estudo e reflexão, quanto para uma mobilização e um posicionamento crítico de outros pesquisadores, historiadores e professores de História frente às demandas sociais e as questões atuais em torno do ESP e os PLs. Esse duplo objetivo do movimento fica claro se analisarmos mais alguns trechos da entrevista com o professor Fernando e a professora Renata, tendo em mente também as formas de atuação do movimento que destacamos anteriormente.

Ao tratarem dos motivos para a criação do MLE/PCESP, o professor Fernando e a professora Renata afirmam, na entrevista, que o movimento surgiu de um lado, como uma necessidade de mobilização no espaço público, isto é, de levar os Projetos de Lei do ESP para que eles fossem conhecidos por mais pessoas, com a intenção de ampliar a audiência pública para o debate<sup>524</sup>, e, de outro, essa mobilização convergiu com uma “preocupação de pesquisa”.

De acordo com os entrevistados, antes da descoberta do “Escola Sem Partido” e dos seus PLs em tramitação, Fernando coordenava um grupo de pesquisa no Laboratório de Ensino

---

<sup>522</sup> Cf. MARTIN, Jean-Clément. O tratamento histórico frente à verdade judicial: juízes e historiadores. *Direito e Sociedade*, 38, 1998; Cf. FERREIRA, op.cit., p.120

<sup>523</sup> FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de ‘A Shared Authority’ à cozinha digital, e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016

<sup>524</sup> Cf. GOMES, W. Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, *XVI Encontro da Compós*, na UTP, Curitiba, 2007

de História na UFF (LEH-UFF), do qual a professora Renata Aquino também fazia parte. Nesse grupo, havia uma preocupação dos integrantes em pesquisar sobre a questão da agência histórica e do tempo histórico no ensino de história nas escolas. Segundo eles, o grupo produzia ferramentas de pesquisa para tentar perceber, por meio das observações das aulas de História de alguns professores, se o aluno do ensino básico “se sentia agente ou não, se ele se sentia capaz de alterar, de transformar o que ele considerava injusto no mundo no qual ele estava vivendo, não somente através de uma ação individual, mas de uma ação coletiva no espaço público”. Com a descoberta do ESP e dos PLs, o professor Fernando e a professora Renata perceberam que esses projetos, se aprovados e aplicados, “impediriam tudo isso”, isto é, toda a discussão sobre a realidade do aluno, sua capacidade de agir no espaço público, de participar das discussões políticas sobre cidadania, ou seja, elementos essenciais, como vimos, da educação democrática defendida pelo movimento PCESP.

Essa preocupação de pesquisa do PCESP que tinha como foco a ação coletiva dos alunos no espaço público estava intimamente vinculada aos debates teóricos em torno dos textos da autora e filósofa Hannah Arendt, textos nos quais Fernando e Renata, e outros integrantes do grupo, se baseiam para refletir sobre a dimensão pública dessa ação coletiva.<sup>525</sup> Aqui, Hannah Arendt, juntamente com Gert Biesta, aparecem como autores importantes que contribuem para a fundamentação teórica dos argumentos do movimento contra o ESP e como orientação para a própria ação dos seus integrantes. Na entrevista, Fernando e Renata, ao refletirem sobre as atuações do movimento, comentam:

**“Renata:** Hoje em dia parece muito que a gente colocou na prática as coisas que a gente estava lendo sobre o mundo público, permanência do mundo, etc., naquela

---

<sup>525</sup> Foi nesse contexto, de debate dos textos de Hannah Arendt e de descoberta do ESP e seus PLs, que Fernando e Renata escreveram juntos o texto “As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história”, que foi publicado no livro “História Pública no Brasil: sentidos e itinerários”, organizado por Juniele Rabelo de Almeida, Ana Maria Mauad e Ricardo Santhiago. Nesse texto, os autores tomam como ponto de partida as proposições do ESP para refletir sobre a dimensão pública na sala de aula e no ensino de história. Os objetivos principais de Fernando e Renata foram, de um lado, analisar o professor de História enquanto realizador de uma operação historiográfica específica na escola e na sala de aula, ou seja, o professor de História como aquele que possui um lugar, uma prática e uma produção de uma narrativa histórica específica, diferente do historiador na academia, e, de outro, entender a aula de História como essa operação que leva em consideração a responsabilidade, tanto do professor quanto dos seus alunos, pela permanência do mundo público, isto é, pela permanência de um espaço comum a todos os sujeitos históricos. Aqui, esse espaço comum transcende a vida presente, já que esse mundo encontra-se ligado tanto ao passado quanto ao futuro, ou seja, essa responsabilidade pelo mundo compartilhado diz respeito também àqueles que se foram e àqueles que ainda vão vir. Desse modo, segundo Fernando e Renata, cabe o professor de História introduzir os alunos neste mundo público e fazer com que eles compartilhem a responsabilidade por sua continuidade e transformação. Nesse aspecto, a perspectiva da responsabilidade pelo mundo, baseada nos escritos de Hannah Arendt, está intimamente ligada à defesa da educação democrática pelo movimento, baseada nas leituras de Gert Biesta, como vimos anteriormente, valor essencial na sua atuação contra o ESP. Cf. PENNA, Fernando; SILVA, R.C.A. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.



época do grupo de pesquisa, e é o que a gente lê até hoje né. **Fernando:** E foi engraçado porque é isso, é um movimento que ele tem uma...algo que era muito novo para a maior parte de nós que era esse aspecto da mobilização política para impedir a aprovação de um projeto, e tinha um outro lado, que era articular as discussões, fazer essas críticas, divulgar as informações, de uma forma fundamentada. E isso foi um desafio. [...] E aí começamos a ler muito Hannah Arendt, sobre política e espaço público. E foi engraçado que a reflexão teórica e ação prática caminharam juntos. Aquele primeiro texto a gente mobiliza justamente a Hannah Arendt para falar sobre mundo comum. E todo esse movimento é um esforço justamente de [alcançar o espaço público]. Porque o movimento Escola Sem Partido é de 2004 e eles ficaram durante 10 anos falando no vento para chegar onde eles chegaram. E a gente quando viu isso, foi tentar criar uma voz de contraponto. E eu avalio que foi um sucesso.” (grifo nosso)<sup>526</sup>

Neste trecho, podemos destacar um aspecto fundamental para pensarmos a prática do PCESP, seu engajamento na história do tempo presente e a história pública em via de mão dupla: a indissociabilidade entre a mobilização política e a reflexão teórica vinculada aos estudos e às pesquisas acadêmicas realizadas pelos seus integrantes. Aqui, os entrevistados, ao avaliarem as atuações do movimento, afirmam que eles “conseguiram colocar em prática o que estavam lendo sobre o mundo público”, algo que apareceu como um desafio para os mesmos, ou seja, realizar essa ação prática contra o ESP e seus PLs e, ao mesmo tempo, articular as discussões e “fazer uma crítica de forma fundamentada”, baseada nas leituras acadêmicas. Aqui podemos dizer que essas leituras teóricas não só contribuíram para a realização de críticas “fundamentadas” ao ESP mas contribuíram também para dar sentido e significado às próprias atuações e mobilizações dos integrantes no combate político e cultural contra o ESP.

Essa articulação pesquisa-ação e teoria-prática, presente no movimento, pode ser percebida nas próprias narrativas dos integrantes do PCESP em suas atuações fora do espaço acadêmico: a apropriação e o uso dos conceitos de “ação”, de “esfera privada” e de “esfera pública”, remetendo à Hannah Arendt, e uso do conceito de “educação democrática” de Gert Biesta, nas falas dos integrantes do movimento ao concederem entrevistas para jornais de amplo alcance, nas audiências públicas, nas apresentações em eventos, nos programas de debate, etc.; o mapeamento dos Projetos de Lei do ESP em tramitação em todo o Brasil como um resultado da pesquisa da professora Fernanda Moura em sua dissertação de mestrado, e que foi disponibilizado no blog do movimento e foi publicado em matérias de jornais eletrônicos juntamente com entrevistas concedidas pela professora falando sobre a sua pesquisa e sobre o mapeamento feito<sup>527</sup>; a pesquisa do professor Diogo Salles sobre o aspecto conservador do ESP

<sup>526</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

<sup>527</sup> Cf. BASILIO, Ana. Escola sem Partido intimida e persegue professores. Carta Educação. 02 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/escola-sem-partido-intimida-e-persegue->

e as suas reflexões em torno do conceito de “doutrinação ideológica” sendo levadas para o público mais amplo por meio da produção de vídeos do quadro “Destaques da Semana” no Facebook, etc. Ou seja, são exemplos que podemos elencar dessa tentativa dos integrantes do PCESP de articular a pesquisa acadêmica e a atuação política nos diversos espaços públicos da sociedade debatendo sobre o ESP e seus PLs.

Essa relação entre pesquisa acadêmica e prática política aparece até mesmo como sendo um elemento fundamental para construção identitária do PCESP, tendo em vista que seus integrantes assumem essa relação como sendo um aspecto “diferencial” e “único” do movimento frente aos outros movimentos sociais de oposição ao ESP. Em diversos momentos da entrevista, o professor Fernando e a professora Renata enfatizam que o PCESP se consolidou como o “principal contraponto ao ESP nos espaços públicos” e é “referência principal que as pessoas procuram quando buscam um contraponto”. Segundo os entrevistados, isso acontece justamente porque o PCESP buscou ampliar a discussão sobre o ESP em diversos espaços públicos, realizando críticas e análises “de maneira mais qualificada”, “mais profunda e mais densa”, como diz a professora Renata, mas sem perder de vista a tentativa de fazer com que essa crítica seja compartilhada com o grande público, isto é, sem perder de vista a tentativa de levar essas reflexões mais complexas para o público que está fora da academia, tornando-as mais compreensíveis e fazendo com que esse público acompanhe essas discussões e faça parte dos debates.

Aqui, fica clara a relação intrínseca entre a formação profissional dos integrantes do ESP, historiadores, professores de História e educadores, e a sua atuação e mobilização política na história do tempo presente e nos espaços públicos contra o ESP e seus PLs: os entrevistados destacam o “cuidado que existe em relação à citação de fontes nos textos” que elaboram e disponibilizam no Facebook e no blog do movimento; afirmam a preocupação em contextualizar e historicizar as ações do ESP, identificando quem são as pessoas por trás do mesmo, os grupos envolvidos, realizando análises dos discursos; ao mesmo tempo, procuram “didatizar” essas análises críticas por meio da produção de um material que seja mais acessível ao público mais amplo, escrevendo textos mais curtos, produzindo vídeos curtos, cartazes e cartilhas, com uma linguagem mais objetiva e direta, explicando o que são os Projetos de Lei, o que é o ESP, quais são as problematizações feitas ao mesmo, isto é, informações que possam

---

[professores/](https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs) Acesso (12/02/2018); Cf. ROCHA, Camilo. O mapa que registra projetos da Escola sem Partido no país. Nexo. 12 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs> Acesso (12/02/2018)

circular facilmente nas redes sociais e em outros espaços. Desse modo, o movimento evidencia a importância de se realizar uma aproximação entre os conhecimentos históricos adquiridos e produzidos na academia e o público mais amplo, não especializado, contribuindo para os debates públicos em torno do ESP.

Durante a entrevista, o professor Fernando e a professora Renata citam alguns eventos, dados e exemplos que fazem parte da história do PCESP como forma de enfatizar o impacto do movimento nas discussões públicas e a sua contribuição como “principal contraponto” e “principal referência” no combate ao ESP. Aqui, os entrevistados apontam: o número de “curtidas” da página do movimento no Facebook, destacando que é a página de oposição ao ESP com o maior número de seguidores; o número de visualizações dos vídeos em que tiveram a participação dos integrantes do PCESP e que circularam na internet, como o vídeo do debate entre o professor Fernando Penna e Miguel Nagib no Canal Futura, que ultrapassou 1 milhão de visualizações, como vimos anteriormente; os constantes usos dos materiais produzidos pelo PCESP como referências em outras pesquisas acadêmicas realizadas por pesquisadores que tem como objeto de estudo o ESP; a própria participação do professor Fernando em audiências públicas nacionais e em apresentações públicas viajando pelo Brasil e a participação de outros integrantes concedendo entrevistas à jornais e revistas de ampla circulação, etc. Ou seja, esses exemplos são colocados como elementos que expressam esse lugar de contribuição do PCESP no debate sobre o ESP. Podemos citar um trecho da entrevista, em que o professor Fernando deixa isso mais explícito:

**“Fernando:** Não, e outra coisa, e aí eu acho que isso é o mais importante que mostra pra gente que deu certo. Aconteceu uma audiência pública na segunda feira agora, passada, na Câmara dos Vereadores do Rio. E, uma das pessoas que estava falando, uma jovem representante do movimento estudantil, ela começou a falar e ela citava exatamente os mesmos termos, as mesmas coisas que eu falo nos vídeos [**Renata: (risos)**]. Então, é referência, quando as pessoas vão buscar, acham os vídeos, acham a página. Encontrei gente pelo Brasil dizendo que discute com os alunos usando o debate do Futura, os meus vídeos no Youtube. Então, isso, por exemplo, não é uma...não vou dizer que a gente inventou, mas, não é um hábito na academia de você gravar suas palestras, você mesmo gravar para divulgar no Youtube. [**Renan: Sim.**] Eu comecei a gravar só o áudio, com o gravador igual a esse aqui que a gente está usando, e o que eu fazia? Eu não queria que saísse a minha imagem. Eu uso sempre Prezi, apresentações com muitas informações. E eu comecei a pegar os áudios, e gravar a tela do que eu estava apresentando. Até a gente brincava e chamava isso de ‘PreziTube’. Eu fazia os meus ‘PreziTubes’, e esses vídeos circulavam muito! Então, é muito bacana você ir no interior do Rio Grande do Norte e o cara: ‘Po, eu uso o teu vídeo com meus alunos!’. Então, quem quer se informar sobre o tema recorre ao Professores Contra o Escola Sem Partido, recorre ao blog, recorre aos vídeos que nós produzimos. E isso é muito bacana né? [tom de satisfação] Quer dizer, a gente...po,

‘Brasilzão’ enorme aí, e a gente conseguiu se consolidar como o principal canal onde as pessoas podem achar a crítica, achar o contraponto.’<sup>528</sup>

Neste trecho, podemos perceber até mesmo um tom de satisfação e de realização nas falas do professores Fernando e Renata ao relatarem que o movimento “deu certo” e que suas ações foram “um sucesso”, no sentido de que as críticas e as análises do ESP e os seus PLs estão sendo difundidas não só no Rio de Janeiro mas em todo país, como enfatiza o professor Fernando. Desse modo, esses exemplos mobilizados pelos entrevistados em suas narrativas – durante um trabalho de memória que não é feito somente no momento da entrevista, mas que começa antes e continua após seu término, posto que é realizado no próprio decorrer das atuações do movimento – podem ser entendidos como elementos significativos que constituem uma representação que os integrantes constroem de suas ações e práticas, e que reforçam a própria identidade do movimento no combate ao ESP.

No entanto, segundo o professor Fernando, esses resultados das atuações do movimento não teriam acontecido se os seus integrantes não tivessem passado por um momento de “auto-crítica”, isto é, uma crítica ao próprio lugar social e à própria prática como pesquisadores, historiadores e professores de História e uma crítica ao próprio posicionamento da academia frente a essas questões socialmente vivas na sociedade. Ao tratar do avanço e da conquista que o “Escola Sem Partido” obteve nas redes sociais da internet nos anos em que atuaram, o professor Fernando afirma que, nesse aspecto, os seus membros estão “anos-luz” à frente da academia, “até porque eles não estão preocupados com uma abordagem argumentativa como nós”. E diz:

“**Fernando:** Mas, o Professores Contra o Escola Sem Partido foi essa tentativa porque, como professor acadêmico, a resposta dos professores acadêmicos é escrever um artigo, falar em evento. E aí nós percebemos que isso não daria conta dessa questão. Então, [o objetivo] foi produzir texto para blog, texto mais curto, foi produzir pequenos vídeos. Quase todas as minhas palestras, quando tem uma mudança significativa, eu gravo, eu divulgo. Então, é...eu lembro, eu sempre faço essa brincadeira, que eu sei, assim, que umas 10 pessoas leram a minha tese, contando a banca, que eu sei, assim, que me falaram e etc. E eu lembro que o texto ‘O ódio aos professores’, nas primeiras semanas já alcançou 20 mil. Eu lembro desse número, não sei se foram 20 mil leituras, ou se foram 20 mil visualizações na divulgação. Eu lembro que 20 mil naquela época era: ‘Uau! 20 mil pessoas leram! Que loucura!’ [Fernando relembra sua reação na época com gestos e expressões de surpresa e empolgação] E aí foram essas estratégias para alcançar esse espaço público. **Renata:** Você falou agora de que geralmente professor acadêmico responde escrevendo artigo. A gente fez o caminho inverso. A gente criou página, a gente criou o blog, aí agora

---

<sup>528</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

recentemente é que a gente tem escrito artigos acadêmicos. **Fernando:** É, a preocupação inicial no momento era esse espaço público” (grifos nossos)<sup>529</sup>

Aqui, essa auto-crítica que os integrantes do PCESP fazem do seu próprio lugar na academia aponta para a necessidade do movimento de diminuição das distâncias entre o conhecimento histórico produzido na universidade, baseado em estudos e pesquisas acadêmicas e historiográficas, e o conhecimento histórico produzido e circulante na sociedade, do “grande público”, principalmente, nesse caso, no que diz respeito ao ESP e as representações do passado e do presente que seus membros e defensores disputam na sociedade. Conforme destaca Fernando, se os integrantes do movimento PCESP ficassem apenas escrevendo artigos e se apresentando em eventos acadêmicos essa prática não daria conta de um debate mais amplo sobre o ESP, já que suas análises críticas não teriam ressonância nos meios de comunicação mais amplos, principalmente, nas redes sociais, plataforma onde o ESP atua e possui muitos seguidores. Aqui, destaca-se a necessidade de participação e uma maior inserção dos historiadores e professores de História nos meios de comunicação de massa, principalmente a internet, apropriando-se da plataforma como forma de atuação pública. O próprio exemplo dado pelo professor Fernando, comparando o número de leituras da sua tese de doutorado e o número de leituras do seu primeiro texto escrito, “O ódio aos professores”, em que faz uma análise crítica das formas de representação dos professores pelo ESP, como vimos anteriormente, é uma expressão desse objetivo do PCESP de alcançar os espaços públicos onde historiadores e professores de História estão mais afastados.

No entanto, como dissemos anteriormente, esse movimento de levar análises historicizadas para fora da academia como uma forma de atuação política no espaço público é, ao mesmo tempo, um movimento para dentro, já que os integrantes, concomitantemente, realizam estudos, pesquisas e leituras teóricas na universidade sobre diversos temas que atravessam o ESP como objeto de investigação. Além disso, não podemos deixar de destacar que, desde o segundo semestre de 2015 e até os dias atuais, podemos ver uma mobilização mais ampla de pesquisadores de variadas áreas, mas principalmente da área de humanas, frente ao ESP e às questões sociais em discussão. No caso da História, vimos o posicionamento da ANPUH contra o ESP e os PLs em tramitação, diversas associações científicas, departamentos e grupos de pesquisa em História que também se posicionaram contra o ESP e os seus PLs por meio das notas e cartas de repúdio, etc. Porém, na visão dos integrantes do PCESP, e retomando

---

<sup>529</sup> PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

aqui aos objetivos do MED que vimos anteriormente, é preciso uma mobilização política mais ampla, coordenada, entre os próprios professores no universo acadêmico atuando conjuntamente com os sindicatos dos professores, outros movimentos sociais e as escolas.

Desse modo, tendo essas discussões em mente, como podemos pensar o lugar dos historiadores e professores de História frente à questão do “Escola Sem Partido” atualmente, tendo em vista que encontra-se em tramitação Projetos de Lei que, como vimos no primeiro capítulo, podem afetar não só a historiografia, a prática docente em História e o ensino de história, mas a profissão docente como um todo e as discussões que levam em consideração os diversos públicos da história visando uma cultura democrática de reconhecimento do outro? Colocando de forma mais clara, até que ponto o historiador/professor pode “julgar” e “tomar uma posição” frente às demandas sociais e às questões socialmente vivas no tempo presente, questões não só relacionadas ao ESP mas relacionadas às discussões de gênero e questões raciais? Até que ponto e como os historiadores devem envolver-se no reconhecimento do papel social de sua disciplina?<sup>530</sup> Até que ponto esse engajamento não seria uma “instrumentalização da história pela demanda social”?<sup>531</sup>

Como tratamos anteriormente, a história do tempo presente nos coloca desafios e dilemas epistemológicos e metodológicos e também dilemas éticos e políticos, que, segundo René Remond, podem gerar efeitos e contribuir para modificar a própria ideia que o historiador/professor faz de seu papel e de seu ofício.<sup>532</sup> Esses dilemas existem porque, ao mesmo tempo que o historiador/professor assume um compromisso com a pesquisa e com o conhecimento científico da história, isto é, com uma intencionalidade histórica que é fundamentalmente uma intencionalidade de conhecimento e uma intencionalidade de “verdade”<sup>533</sup>, ele não deixa de ser um sujeito histórico do seu tempo, dotado de valores, ideias, memórias, emoções, atravessado por questões políticas, culturais e relações de poder presentes na sociedade.

Como nos diz Marieta Ferreira, esse é um dos principais desafios da história do tempo presente ao lidar com as demandas sociais e as questões socialmente vivas, já que, como tratamos na introdução com base nas afirmações de Henry Rousso, essas demandas e questões estão intimamente vinculadas aos combates que são vivenciados tanto pelo

---

<sup>530</sup> FERREIRA, 2012, p.114

<sup>531</sup> CHARLE apud FERREIRA, 2012, p.110

<sup>532</sup> REMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 208.

<sup>533</sup> RICOUER apud FERREIRA, 2012, p.116-117

historiador/professor quanto pelos sujeitos que ele estuda, posto que compartilham um campo de práticas e de experiências suficientemente comum.<sup>534</sup>

Aqui, a prática do historiador/professor fica no centro de um impasse que envolve a questão da “verdade” e da “objetividade” na história e a sua “subjetividade”. Como vimos acima, esse é um assunto que está presente nos próprios argumentos do ESP, tendo em vista que seus membros acreditam que há uma “verdade única, objetiva, pura” que pode ser alcançada e revelada pelo professor de História. No entanto, como sabemos, no campo historiográfico essa percepção da história, de tradição positivista e metódica característica do século XIX, já foi problematizada e superada, principalmente, por historiadores do tempo presente, como tratamos na introdução desta dissertação. Segundo François Bédarida, o questionamento sobre o historiador ser capaz ou não de alcançar a verdade e a objetividade é uma pergunta constante e um problema desafiador que está na base da epistemologia da história.<sup>535</sup> Aqui, a “verdade histórica” não é entendida como um dado que existe por si só na realidade, mas, sim, que depende da percepção do historiador/professor. Como nos diz Bédarida, “a verdade histórica” aparece como uma “chama vacilante e frágil na noite, mas que apesar de tudo ilumina o nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas”.<sup>536</sup>

Buscando desconstruir uma ideia de que há na história uma “certeza objetiva, absoluta e alcançável” mas sem negar a importância da “intencionalidade de verdade” e dessa “chama vacilante”, Jeanne Marie Gagnebin nos diz que o esforço do historiador não pode ter por fim o estabelecimento de uma verdade indiscutível e exaustiva. Para ela, isso seria um esforço em vão, já que a “verdade histórica” não é da ordem da “verificação factual”, mas que procede de um amálgama entre a objetividade e a subjetividade do historiador/professor na elaboração do saber histórico, cujo discurso histórico tem sempre a marca de sua historicidade, isto é, o seu presente e a relação específica que esse presente mantém com o passado.<sup>537</sup>

De acordo com Remond, ao responder uma das principais críticas feitas à história do tempo presente – a de que ela não é capaz de garantir uma objetividade na investigação histórica já que não existe um distanciamento temporal entre o historiador e o seu objeto de estudo (outro argumento utilizado pelos membros do ESP) – o historiador diz que “a objetividade não é consequência direta do recuo, mas efeito da capacidade que o historiador tem de controlar seus

---

<sup>534</sup> RICOUER apud FERREIRA, 2012, p.116-117

<sup>535</sup> BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

<sup>536</sup> Ibidem, p.222.

<sup>537</sup> GAGNEBIN, J.M. Memória e verdade do passado. In: *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

preconceitos e prevenções”<sup>538</sup>, isto é, sua capacidade de proceder com discernimento e rigor científico durante a pesquisa e a investigação. Mesmo assim, Remond afirma que “o historiador do tempo presente sabe o quanto sua objetividade é frágil, que seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para contruí-los”<sup>539</sup>, construção que envolve representações e práticas que caracterizam sua subjetividade no presente. Desse modo, é uma correlação e uma reciprocidade que existe entre o sujeito (historiador/professor) e o objeto (passado/presente), sendo impossível separar um do outro.<sup>540</sup>

Segundo Gérard Noiriel, esses dilemas vividos pelo historiador/professor engajado na história do tempo presente frente às demandas sociais precisam ser acompanhados por uma reflexão crítica e constante dos profissionais da História sobre a função social de sua disciplina. Conforme argumenta, os historiadores/professores “devem refletir acerca dos motivos dessa demanda, historicizar sua própria ação e avaliar seu papel na eclosão de novas escalas políticas e de novas maneiras de pensar”.<sup>541</sup>

Esse debate sobre o papel social e o lugar dos profissionais de História na história do tempo presente, isto é, de garantir os princípios de seu trabalho científico sem, ao mesmo tempo, abrir mão de suas responsabilidades sociais, permanecerá como um desafio a ser enfrentado, segundo Ferreira. Aqui, existe uma linha tênue entre o engajamento do historiador/professor nas questões do seu tempo e a omissão ou isolamento em relação a determinados temas discutidos na sociedade, que pode gerar consequências graves.<sup>542</sup> Bédarida, ao tratar do racismo e do antissemitismo, afirma que “o historiador não pode furtar-se à sua responsabilidade moral como pessoa e como cidadão”, já que sua consciência de historiador é também sua consciência de homem, de ser humano.<sup>543</sup> Jean-Clément Martin também aponta o alcance moral e ideológico do trabalho do historiador/professor. Segundo ele, “o historiador exerce uma responsabilidade enquanto intelectual: ele participa, no mínimo, do intercâmbio científico, e, de todo modo, das construções ideológicas de sua época”.<sup>544</sup> Se sua responsabilidade social é limitada, ela não é nula, posto que o trabalho do historiador/professor não é apenas uma atividade intelectual de observação, sem qualquer ligação com a ética e com a moral.<sup>545</sup> Desse modo, na história do tempo presente e frente às demandas sociais, não é possível levar às últimas

---

<sup>538</sup> REMOND apud FERREIRA, 2012, p.108.

<sup>539</sup> REMOND, 1996, p. 208.

<sup>540</sup> BÉDARIDA, 1996, p. 222-223

<sup>541</sup> NOIRIEL apud FERREIRA, 2012, p.114

<sup>542</sup> FERREIRA, 2012, p.110

<sup>543</sup> BÉDARIDA, 1996, p. 226-227

<sup>544</sup> MARTIN, 1998.

<sup>545</sup> Idem.



consequências as orientações de que “não é desejável julgar os personagens, mas compreendê-los em seu tempo”.<sup>546</sup> Aqui, Martin reconhece a dimensão de julgamento que atravessa a percepção do historiador/professor em sua prática.

Olivier Dumoulin, ao debruçar-se sobre a função social do historiador, levanta a hipótese de que a justificativa da atividade historiadora refere-se cada vez mais ao papel social de seus profissionais, papel esse que modificaria “as bases epistemológicas da disciplina histórica”. Desse modo, seria essa tensão entre seu papel social e seu compromisso com a produção científica de conhecimentos que balizaria as novas metas do ofício de historiador.<sup>547</sup>

No caso desta pesquisa, no que se refere ao PCESP, vimos que o movimento tem em sua direção e organização um grupo de historiadores e professores de História que são pesquisadores acadêmicos e que, ao mesmo tempo que possuem como objeto de estudo o “Escola Sem Partido” e as suas consequências na educação e no ensino de história, não se furtam das suas responsabilidades sociais nos debates em torno dos mesmos, e se posicionam politicamente nos espaços públicos participando ativamente nas disputas de memória, representações e práticas acerca da profissão docente e da função da escola. Além disso, são historiadores e professores de História que se posicionam constantemente em prol de uma educação e de uma sociedade democrática nas audiências públicas, nas redes sociais, nas palestras, nas entrevistas em jornais e revistas, etc.

Desse modo, tendo em vista essas atuações do PCESP, poderíamos dizer que o movimento não estaria colocando à comunidade acadêmica historiográfica questões e problemas para repensarmos as novas metas do nosso ofício frente às demandas sociais e às questões socialmente vivas atuais? Essas questões e problemas não estariam relacionados à capacidade do historiador/professor de inserir-se em novos espaços de produção e circulação de conhecimento histórico, como as redes sociais, e os espaços urbanos, e tornar os debates históricos nesses espaços mais contextualizados e historicizados, aproximando-os do conhecimento histórico produzido na academia? Essa inserção, praticada pelo movimento, não poderia estimular os historiadores e professores de História a assumirem ainda mais as suas responsabilidades sociais, políticas e culturais na história do tempo presente, e a refletirem sobre os impactos das suas ações práticas na transformação da sociedade?

---

<sup>546</sup> MARTIN, apud, FERREIRA, 2012, p.116

<sup>547</sup> DUMOULIN apud FERREIRA, 2012, p.116

Essas são questões fundamentais que nos instigam atualmente, frente ao contexto em que vivemos, e que não temos a intenção de esgotá-las. Para responder, propriamente, a essas questões, seria necessário um estudo específico e mais aprofundado sobre essa inserção do PCESP e de outros historiadores e professores de História nos espaços públicos diversos da sociedade, e como isso pode afetar ou não a produção e a circulação do conhecimento histórico nesses espaços. O que podemos dizer aqui é que o PCESP possui esse objetivo, possui esse compromisso de via de mão dupla com a história pública e engaja-se na história do tempo presente não se omitindo diante do avanço do ESP.

Por meio de um processo de ação-reflexão dos seus integrantes, podemos dizer que a luta do PCESP frente ao ESP e às questões sociais sensíveis que abrange, é um esforço contínuo, que não cessa, uma vez que depende do próprio desenvolvimento dos conflitos e das interações políticas e culturais no presente. Podemos dizer que o PCESP, assim como outros movimentos sociais, vive sua atuação e mobilização em um híbrido do “agora” com o “para sempre”, isto é, vivem cotidianamente a luta do presente, dia após dia, ao mesmo tempo que seus debates, projetos e reflexões referem-se a um horizonte de possibilidade ilimitado da ação, submetidos ao próprio devir e porvir da história.

### **3º capítulo –A ação da palavra e da memória: reflexões sobre o trabalho de história oral com professores de História envolvidos no debate público “Escola Sem Partido”**

Após termos analisado as ações e os valores que envolvem o antimovimento “Escola Sem Partido” (ESP) e o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP) e termos destacado algumas questões em debates que implicam diretamente a profissão docente, neste capítulo nossa atenção estará voltada para as trajetórias docentes de seis professores de História do ensino básico do Rio de Janeiro que foram entrevistados com base na metodologia da história oral.

O objetivo deste capítulo é analisar as representações e as memórias que os professores constroem de sua trajetória de vida e de sua prática docente em História, principalmente, no que se refere às questões em debate atualmente em torno do “Escola Sem Partido”. Buscamos entender como as histórias de vida, entre experiências e expectativas, estão intimamente relacionadas à maneira de ser professor e à forma de conceber o ensino de história em sala de aula (função do ensino de história; relações entre o presente e o passado; os possíveis usos da história; etc.). Por meio das narrativas construídas nas entrevistas podemos ter acesso à fragmentos daquilo que sabem e daquilo que são como professores de História, isto é, como vivenciam o ambiente escolar, como pensam suas aulas, o que consideram importante no ensino de história, quais são suas referências para ensinar história, como concebem suas relações com os seus alunos e com a comunidade escolar, quais são as dificuldades do seu trabalho, etc.

Nosso foco é analisar as relações variadas entre as diferentes trajetórias docentes, identificando as aproximações e os distanciamentos entre as narrativas, mas sem perder de vista o caráter único de cada história de vida e de cada experiência docente. Aqui, colocaremos essas múltiplas narrativas de professores em diálogo para percebermos as diferentes formações familiares, escolares e acadêmicas, as distintas experiências em sala de aula e os divergentes posicionamentos políticos e ideológicos.

Como tratamos na introdução, entendemos os professores de História como intelectuais públicos e transformadores que, ao atuarem nas escolas e nas salas de aula, não estão alheios aos conflitos sociais, culturais e políticos que marcam a sociedade brasileira na história do tempo presente. Como veremos, as próprias escolhas e decisões desses professores em sua prática docente estão intimamente relacionadas não só às experiências vivenciadas e aos saberes adquiridos ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais como professores, mas também relacionadas às suas formações intelectuais, políticas e morais como cidadãos no mundo público. Nesse sentido, será importante analisar como as suas maneiras de ser e agir tanto como

pessoa/cidadão quanto como professores de História estão atravessadas por questões éticas docentes importantes, isto é, baseadas em suas concepções do que deve-se e do que não deve-se fazer em sala de aula em interação com os alunos.

Desse modo, nossa intenção é dar continuidade às discussões realizadas nos capítulos anteriores e refletir sobre como as questões que encontram-se em disputa na esfera pública mais ampla em torno do “Escola Sem Partido” e do “Professores Contra o Escola Sem Partido” estão presentes nas trajetórias de vida e nas práticas desses professores. A intenção aqui é aproximarmos essas discussões, de argumentos e contra-argumentos mais amplos, das experiências concretas e cotidianas que configuram as atuações e as vivências desses professores em sua profissão e, assim, realizar o movimento inverso, partindo das práticas e experiências dos professores para contribuir com o debate público sobre sentidos de docência, educação e ensino de história.

A nossa investigação sobre as práticas docentes dos professores de História gira em torno de algumas questões principais: Como o estudo sobre as experiências dos professores de História em sala de aula pode contribuir para um debate acerca do processo de desprofissionalização docente incentivado por projetos como “Escola Sem Partido”, principalmente no que diz respeito à sua tentativa de separação do “eu” pessoal do “eu” profissional do professor como vimos no primeiro capítulo? Como uma investigação sobre as diferentes experiências e práticas dos professores de História, atualmente, pode contribuir para a problematização e complexificação das concepções de escola e docência produzidas e reproduzidas por membros e defensores do “Escola Sem Partido”? Como o estudo sobre as posturas e posicionamentos intelectuais e políticos dos professores de História em sala de aula, e uma atenção dada ao seu trabalho de reflexão sobre sua própria prática, atravessada por questões éticas pessoais e profissionais, pode contribuir para a superação da ideia de que o professor é um “doutrinador” dos seus alunos? E, como as narrativas dos professores sobre suas relações com os seus alunos pode contribuir para uma percepção da sala de aula como um espaço importante no processo de produção de sujeitos em um âmbito democrático de reconhecimento da diferença como vimos a partir de Touraine?

Ao longo deste capítulo, buscamos analisar as práticas docentes a partir dessas questões, não com o objetivo de esgotá-las, mas, sim, com o intuito de estimular o debate. Mas por que estudar as histórias e trajetórias de vida dos professores de História no contexto atual de avanço do antimovimento “Escola Sem Partido”? Os professores de História do ensino básico são um dos principais responsáveis pela atribuição de sentido ao ensino de história, já que procuram

tornar o ensino de história significativo para os seus alunos<sup>548</sup>. Para a isso, eles mobilizam, de acordo com sua autonomia profissional, os saberes sociais e os saberes da prática docente dentro de sala de aula.<sup>549</sup> Esses saberes docentes são saberes disciplinares, curriculares, profissionais/pedagógicos e, principalmente, saberes experienciais (saber-fazer e saber-ser do professor).<sup>550</sup>

Os saberes experienciais são saberes que os professores desenvolvem no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, baseados em seu trabalho cotidiano, no conhecimento do seu meio, na reflexão sobre suas próprias ações dentro de sala de aula, e em valores e maneiras de ser e agir que foram incorporados durante sua trajetória de vida pessoal, familiar, profissional e social.<sup>551</sup> Aqui, como nos diz Nóvoa, “a maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino”<sup>552</sup>, e o saber experiencial aparece como um elemento fundamental no processo de construção identitária docente.<sup>553</sup>

Esse processo de construção identitária do professor é sustentado por três elementos considerados fundamentais em sua profissão docente: adesão, ação e autoconsciência<sup>554</sup>. Adesão, porque ser professor implica sempre adesão aos princípios e valores que são socialmente compartilhados e que são mobilizados em sala de aula no ato de ensinar/educar; ação, porque, na escolha das melhores maneiras de agir, está em jogo decisões de foro profissional e de foro pessoal do professor, por vezes orientadas pelos princípios e valores

---

<sup>548</sup> PENNA, F.A. Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014

<sup>549</sup> MONTEIRO, A. M. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In: *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, 81 – 111.

<sup>550</sup> TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

<sup>551</sup> O saber experiencial, como afirma Tardif, surge como núcleo vital do saber docente, já que os saberes adquiridos através da experiência constituem os fundamentos da prática docente. Segundo o autor, “estes saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos (e não da prática: eles não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela são partes constituintes enquanto prática docente) e formam um conjunto de representações a partir das quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as dimensões. Eles constituem, por assim dizer, a cultura docente em ação”. *Ibidem*, p.48-49

<sup>552</sup> NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonia (Org.) *Vidas de professores*. 2ª ed. Porto: Ed. Porto, 1995, p.17

<sup>553</sup> Nesse ponto vale destacar que concordamos com Nóvoa no sentido de que “a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. É um processo complexo graças ao qual cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional”. *Ibidem*, p.16

<sup>554</sup> *Idem*.

aderidos; e autoconsciência, porque, em última análise, tudo se decide no processo de reflexão que o professor leva a cabo sobre a sua própria ação e prática docente.<sup>555</sup>

Desse modo, nesse processo identitário docente não podemos deixar de destacar a relação intrínseca entre o “eu” pessoal e o “eu” profissional do saber experiencial, principalmente no que se refere às decisões que configuram as ações dos professores em sala de aula, que são baseadas, ao mesmo tempo, tanto em questões éticas e saberes da profissão docente socialmente compartilhados pela categoria, quanto em questões éticas e saberes do professor como pessoa/cidadão, ligados às subjetividades, experiências pessoais e às idiossincrasias de cada docente. Dessa forma, é impossível dissociar a pessoa do profissional, o ser do ensinar.<sup>556</sup> E, como veremos, por meio das narrativas dos professores, por mais que existam diferentes tentativas de desprofissionalização docente que contribuem para a separação do “eu” pessoal do “eu” profissional do professor, como o “Escola Sem Partido”, cada professor continua a produzir, no mais íntimo, a sua maneira de *ser professor*.<sup>557</sup>

### 3.1 A construção do trabalho de história oral com professores

Sobre as questões mais práticas do processo de pesquisa, vale dizer que o critério de escolha para a entrevista dos professores baseou-se em quatro aspectos fundamentais<sup>558</sup>: 1) ser professor de História; 2) ter atuado ou estar atuando no ensino básico, seja de ensino fundamental ou médio; 3) ter trabalhado ou trabalhar em diferentes redes de ensino (federal, estadual, municipal e particular) no Rio de Janeiro; 4) ter um posicionamento intelectual e político no que diz respeito ao “Escola Sem Partido” (ESP). Dentre os professores entrevistados, vamos analisar seis histórias de vida: Regina Lúcia de Castro, professora do Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho<sup>559</sup>; Leandro Climaco, professor do Colégio Pedro II, campus Tijuca II<sup>560</sup>; Fernanda Moura, professora da Escola Municipal Juliano Moreira e

---

<sup>555</sup> NÓVOA, 1995, p.16

<sup>556</sup> Ibidem, p.17

<sup>557</sup> Ibidem, p.15.

<sup>558</sup> É importante dizer que chegamos aos entrevistados escolhidos por meio de conversas, indicações e de uma rede de contatos com professores da área de História.

<sup>559</sup> Cf. CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s); Cf. CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez. 2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

<sup>560</sup> Cf. CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

integrante do movimento PCESP<sup>561</sup>; Diogo Salles, professor do curso de pré-vestibular Escola de Mestres e também integrante do movimento PCESP<sup>562</sup>; Raphael Giovanini, professor que atualmente não atua lecionando, mas que foi professor do Colégio Estadual Adino Xavier e da Escola de Ensino Fundamental (EDEF)<sup>563</sup>; e Juarez de Almeida Junior, professor do Vitor Pré-Vestibular e do Externato Santo Antônio, dentre outras.<sup>564</sup>

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado de perguntas e temas que foram divididos em cinco eixos: 1) trajetória familiar e infância (relação com os pais e avós, infância, etc.); 2) formação escolar (como era a escola, memórias sobre “ser aluno” e sobre professores marcantes, como eram as aulas de História, etc.); 3) a escolha da carreira e a graduação (motivos da escolha do curso de História, como foi a experiência na graduação, como foram os estágios docentes, etc.); 4) trajetória docente, prática docente e ensino de história (como foram as experiências como professor nas escolas que trabalhou, qual a função da história e do ensino de história para os alunos, como é a relação com os alunos, se aborda questões socialmente vivas em sala de aula e como aborda, etc.); 5) posicionamento intelectual e político e “Escola Sem Partido” (experiências políticas ao longo da trajetória, se participa de algum movimento social, se é filiado a algum partido, qual posição em relação ao ESP, por que é contra ou a favor, se trata sobre o ESP com os seus alunos em sala de aula, etc.)

Além das perguntas e temas gerais, comum a todos os entrevistados, é importante destacar que as entrevistas tiveram perguntas específicas relacionadas à história de vida de cada entrevistado, e perguntas que foram feitas a partir das informações que os entrevistados forneciam durante a conversa, conforme o desenvolvimento de suas narrativas. Vale destacar também que alguns temas foram mais abordados por um entrevistado do que por outro, alguns deram mais ênfase a um determinado assunto, alongando-se mais em sua narrativa, outros preferiram utilizar poucas palavras para tratar sobre o tema. Essas ênfases dadas a alguns assuntos e não a outros fazem parte da entrevista e são passíveis de análise, assim como a questão do silêncio do entrevistado, os suspiros, as pausas, o tom de voz, o volume da fala, as

---

<sup>561</sup> Cf. MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>562</sup> Cf. SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

<sup>563</sup> Cf. GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói – Bloco A (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>564</sup> Cf. JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

expressões faciais e corporais, ou seja, são elementos que possuem significados importantes e nos dizem muito sobre a história de vida do narrador e sobre as suas seleções e escolhas narrativas.<sup>565</sup>

Vale frisar também que esta pesquisa foi realizada seguindo os procedimentos éticos intrínsecos ao trabalho da história oral.<sup>566</sup> Aqui, entendemos a própria entrevista e a metodologia da história oral como um trabalho conjunto de construção e produção de uma fonte histórica e de um conhecimento sobre o passado/presente, por meio de processos de negociações de sentidos e significados entre o entrevistador e o entrevistado, entre o pesquisador e os participantes da pesquisa.<sup>567</sup> O trabalho de história oral não se realiza de forma isolada, mas sim de maneira dialógica entre diferentes sujeitos. Essa dimensão dialógica intrínseca à história oral começa no próprio ato da entre-vista, baseada em uma relação inter-subjetiva. Desse modo, o reconhecimento do lugar do outro nesse processo aponta para o parentesco radical existente entre história oral e história pública<sup>568</sup>, parentesco esse fundamentado na concepção de “autoridade compartilhada”.<sup>569</sup> Aqui, nós pesquisadores não somos os únicos intérpretes da história. O trabalho de história oral e de história pública baseia-se em um processo de interpretação e construção de significado compartilhado entre o pesquisador e os entrevistados. Nesse aspecto, é importante ter em mente que na prática da história oral não trabalhamos com “coisas”, mas sim com vidas, com pessoas que se movem e falam por elas mesmas, e que compartilham conosco seus sentimentos, suas emoções, suas crenças e suas interpretações sobre si e sobre o mundo.<sup>570</sup> Isso fica ainda mais presente nesta pesquisa, tendo em vista que são narrativas de professores de História que estão na história, isto é, a fazem, sofrem, desfrutam, transformam, comentam e realizam suas análises como professores e historiadores atuantes no mundo público.<sup>571</sup>

Vale frisar também que assumimos um compromisso com a honestidade e com o respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos e o respeito intelectual pelo material que

---

<sup>565</sup> Cf. PORTELLI, Alessandro. What makes Oral History different. In: PORTELLI, Alessandro. *The Death of Luigi Trastulli and other stories*. Albany: State University of New York Press, 1991.

<sup>566</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História: Ética e História Oral*. São Paulo: PUC, vol. 15, 1997.

<sup>567</sup> Cf. ALMEIDA, 2016.

<sup>568</sup> Idem.

<sup>569</sup> FRISCH apud SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016, p.80

<sup>570</sup> Cf. PORTELLI, 1991.

<sup>571</sup> FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.



conseguimos. Desde o primeiro contato com os entrevistados até a assinatura da Carta de Cessão ao final da entrevista, procuramos explicar e esclarecer aos participantes sobre a pesquisa, os objetivos da mesma e a finalidade das entrevistas. Comentamos sobre as etapas necessárias do trabalho de história oral e nos comprometemos com a restituição das transcrições e áudios aos entrevistados ao final da pesquisa. Além disso, deixamos em aberto um canal de comunicação para que os entrevistados pudessem sanar suas dúvidas sobre a pesquisa a qualquer momento que precisassem.

No decorrer das etapas de transcrição e edição das entrevistas, tomamos os cuidados necessários em jamais atribuir a algum entrevistado palavras que não tenham proferido. Durante esse processo de materialização das falas no código escrito, tentamos a maior aproximação possível ao áudio gravado, levando em consideração não apenas o conteúdo verbal, mas as repetições, os ruídos, as interrupções, as pausas, os silêncios, as expressões, etc. No entanto, segundo Portelli, o próprio ato da transcrição e edição implica mudança e interpretação, já que somente na gravação pode-se ter uma experiência direta da entrevista.<sup>572</sup>

Já no que diz respeito à edição de trechos narrativos que iremos analisar a seguir, tivemos como finalidade tornar as falas mais legíveis e mais claras ao público leitor. Aqui, entendemos a edição inserida no processo de autoridade compartilhada que destacamos acima, no qual assumimos o nosso lugar de pesquisador e a interferência da nossa subjetividade nesse processo.

Nesse aspecto, podemos dizer o mesmo da etapa de análise, textualização e publicização das entrevistas<sup>573</sup>, visto que nossas interpretações e explicações (expressamente claras no texto) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com interpretações que os leitores, posteriormente, fazem delas. Como nos diz Alessandro Portelli, o que criamos é um texto de múltiplas vozes e interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, as nossas interpretações e as interpretações dos leitores.<sup>574</sup> Desse modo, durante a construção dessas múltiplas camadas interpretativas, pode haver incompatibilidades entre as interpretações, posto que o próprio trabalho compartilhado entre o pesquisador e os entrevistados não está isento de tensões e desigualdades. Porém, segundo Portelli, a própria diferença é desacordo e conflito e isso faz parte da metodologia da história

---

<sup>572</sup> PORTELLI, 1991.

<sup>573</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Comunidade de destino. In: *Manual de História Oral*. SP: Loyola, 1996.

<sup>574</sup> PORTELLI, 1997, p.27

oral, ou seja, o reconhecimento do pluralismo e das múltiplas abordagens da realidade histórica.<sup>575</sup>

Além disso, é importante destacar que reconhecemos também a importância da multiplicidade de histórias de vida e da pluralidade de posicionamentos intelectuais e políticos dos entrevistados que participaram da pesquisa, em um espaço democrático que oferece sentido ao trabalho de história oral.<sup>576</sup> Aqui, seguimos o que Portelli nos diz ser uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de história oral: o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo e de cada narrativa.<sup>577</sup> Como o mesmo nos diz,

“Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência [...] Cada entrevista é importante por ser *diferente* de todas as outras” (grifos do autor)<sup>578</sup>

Nesse sentido, ao valorizar a diferença entre cada história de vida, a história oral trabalha com a ideia da importância de todos os narradores. No nosso caso, as narrativas de todos os professores, sejam a favor ou contra o ESP e independente dos diferentes posicionamentos políticos e ideológicos, são igualmente importantes e necessárias nesse espaço democrático de escuta. Portanto, a história oral, como arte do indivíduo, leva ao reconhecimento não só da diferença como também da igualdade.<sup>579</sup> Aqui, para Portelli, diferença e igualdade podem ser entendidas como dois lados de uma mesma moeda, chamada “liberdade”, e liberdade significa “a possibilidade de escolhermos nossas próprias diferenças, mas essa escolha só se torna viável

---

<sup>575</sup> A questão da objetividade, da subjetividade e da interpretação são problemáticas importantes nas reflexões sobre história oral. Como já dito anteriormente, a fonte oral é fruto de uma construção conjunta entre a subjetividade do entrevistador e a subjetividade do entrevistado, através de um diálogo e de uma negociação entre eles. O discurso oral se apresenta mais como um processo do que como um texto acabado. Como nos diz Portelli, “recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.” PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Revista Tempo*, vol.1, nº 2, dezembro de 1996, UFF, p.60-61

<sup>576</sup> Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy, ao tratar do surgimento da história oral no Brasil, existe um “vínculo natural entre o seu advento e as questões políticas decorrentes da redefinição democrática”, propiciadas pela reabertura política na década de 80 pós governo ditatorial militar. A aceitação da história oral esteve diretamente ligada ao processo de redemocratização e possui um tom político e social muito forte ligado ao seu trabalho, reflexo do momento histórico em que foi institucionalizada aqui no Brasil. Cf. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

<sup>577</sup> PORTELLI, 1997, p.17.

<sup>578</sup> Idem.

<sup>579</sup> Ibidem, p.18.

num estado igualitário”<sup>580</sup>, princípio essencial numa cultura política democrática, como vimos a partir de Touraine.

No entanto, vale frisar que, embora assumamos o espaço democrático de múltiplas vozes na história oral, e, embora tenhamos a obrigação de relatar com a maior fidelidade possível as palavras que os entrevistados proferiram, “a responsabilidade que temos em relação a eles não significa estarmos sempre de acordo com o que dizem”<sup>581</sup>. E aqui, como pesquisadores e historiadores, afirmamos o lugar da nossa análise crítica e historicizada das entrevistas, que podem culminar ou não na incompatibilidade de interpretações ao final do texto. Além disso, não podemos deixar de destacar que situamos a nossa ética profissional em um contexto de responsabilidades mais amplas, tanto individuais quanto civis. De acordo com Portelli,

“Às vezes, nossa ética como cidadãos, como indivíduos envolvidos na luta pela democracia, igualdade, liberdade e diferença, pode transcender a limitada ética de nossa profissão, a fim a de dar lugar a outra, mais ampla, humana e, em última análise, política.”<sup>582</sup>

Por último, vale destacar que as análises das entrevistas são feitas baseadas na maneira como os entrevistados constroem “narrativas de si”<sup>583</sup>, ou seja, como elaboram uma história própria buscando dar sentido e coerência a uma vida marcada por descontinuidades, rupturas e mudanças (podemos perceber que os entrevistados constantemente utilizam advérbios de tempo como “sempre” e “nunca” em suas narrativas, como forma de expressão de uma continuidade temporal entre as experiências passadas e presentes).<sup>584</sup> Aqui, vale destacar que entendemos a narrativa oral como uma expressão da ação e da experiência humana no tempo<sup>585</sup>, isto é, a

---

<sup>580</sup> PORTELLI, 1997, p.19

<sup>581</sup> Ibidem, p.27

<sup>582</sup> Idem

<sup>583</sup> Cf. ALVES, Nilda. Nós somos o que contamos: a narrativa de si como prática de formação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Orgs.). *História de vida e formação de professores*. Rio de Janeiro: Quartet, FEPERJ, 2008.

<sup>584</sup> A pesquisa em história oral é marcada por uma ambígua combinação: de um lado, temos a ilusão de restabelecimento do vivido através de um relato que tende a superar as descontinuidades de uma trajetória de vida, e que encanta e fascina tendo como base a vivacidade do passado de um indivíduo, único e singular; mas, ao mesmo tempo, de outro, temos a construção narrativa entendida como um processo de seleção, interpretação e (re)significação do passado, baseado na experiência concreta e viva do sujeito que narra, e que envolve o trabalho de memória e o trabalho de linguagem (ALBERTI, 2004). Tendo em vista a impossibilidade de apreender a totalidade de uma vida e de restabelecer o vivido de maneira objetiva, como uma coisa dada, a história oral, então, “privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”, ou seja, por meio de sua subjetividade, através das suas interpretações e representações, em diálogo com o entrevistador. Assim, a metodologia da história oral “não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (DELGADO, 2010); Cf. ALBERTI, V. *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a; Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

<sup>585</sup> Podemos retomar o conceito de narrativa proposto por Paul Ricoeur, tendo em mente suas possíveis articulações com os escritos de Reinhart Koselleck. De um lado, Koselleck nos diz que “a experiência temporal manifesta-se à

narrativa (múltipla, variável e “quase ficcional”) é a transformação daquilo que foi vivenciado em linguagem, é o processo de seleção e organização dos acontecimentos-chaves de uma vida de acordo com um determinado sentido, realizado pelo sujeito no ato de contar.<sup>586</sup>

Nesse aspecto, podemos entender que a “narrativa de si” é uma forma de aprendizado narrativo e de formação do sujeito. A “aprendizagem narrativa” é um tipo de aprendizagem que se desenvolve na elaboração e na manutenção continuada de uma narrativa de vida ou de identidade<sup>587</sup>, ou seja, é um aprendizado do sujeito sobre si mesmo e sobre as suas experiências. Desse modo, a identificação das memórias e das experiências que foram e são mais significativas nas vidas desses professores será de fundamental importância para refletirmos sobre seu processo de formação e de construção identitária como professores de História.

A seguir, durante as análises das entrevistas, veremos como as questões relacionadas tanto à história oral quanto à prática docente em História aparecem, de formas distintas, nas narrativas dos professores entrevistados. Primeiro, é importante destacar que construímos uma síntese biográfica de cada entrevistado que encontra-se no “**Apêndice I**” desta dissertação, tendo como objetivo propiciar ao leitor uma perspectiva mais geral sobre cada história de vida. Além disso, no “**Apêndice II**”, criamos um texto de análise mais aprofundada e detalhada das trajetórias iniciais de vida de cada entrevistado, dando mais atenção às formações familiares e escolares durante a infância e adolescência dos professores de História. Vale dizer que as sínteses biográficas e as trajetórias iniciais de vida dos professores de História são fundamentais para entendermos o seu processo de construção identitária como docente e para entendermos suas posições e atuações como professores atualmente. Desse modo, iremos fazer referências constantes a esses textos.

Dito isto, iniciaremos com uma breve análise a partir das memórias e narrativas dos professores sobre suas formações familiares e escolares e, logo em seguida, faremos uma

---

superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita”. De outro, Ricoeur afirma que “o tempo torna-se tempo humano, na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.” Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.15; Cf. RICOEUR apud NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricoeur (1913 – 2005). In: PARADA, Maurício (Org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópoli, RJ: Vozes, PUC-Rio, 2014; Cf. REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos *Annales*: uma articulação possível. In: REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

<sup>586</sup> ALBERTI, 2004, p. 79

<sup>587</sup> Cf. GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 35 maio/ago. 2007, p.248; Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ANDRADE, Everardo Paiva de. Trajetórias docentes e história pública: a construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; MENESES, Sônia (Orgs). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

análise das suas formações acadêmicas e intelectuais, destacando as suas escolhas pelo curso de História, as suas experiências durante a graduação e também as suas formações políticas, por meio de relatos de experiências e posicionamentos como cidadãos nos espaços públicos. Além disso, destacaremos também as memórias de suas vivências na profissão docente, isto é, memórias sobre o cotidiano do trabalho como professor e os desafios enfrentados. Em seguida, levaremos em consideração as memórias e os relatos dos professores sobre as suas práticas de ensino de história em sala de aula, dando destaque para as suas relações com os seus alunos, a sua concepção de ensino de história, as suas discussões sobre questões socialmente vivas em sala de aula em torno do “Escola Sem Partido” e como refletem sobre suas ações e escolhas em sala de aula por meio de questões éticas importantes que atravessam a sua maneira de ser professor.

### **3.2 A formação acadêmica, intelectual e política dos professores de História e as vivências da profissão docente**

Como dissemos, analisamos as memórias dos entrevistados sobre os ambientes socioculturais familiar e escolar em que cresceram e viveram no período da infância e da adolescência, percebendo como isso está relacionado à sua escolha profissional e à sua formação como pessoa-professor. Os ambientes socioculturais nos quais somos criados e vivenciamos “são obviamente ingredientes-chave da pessoa que somos, do nosso sentido do ‘eu’. De acordo com o ‘quanto’ investimos o nosso ‘eu’ no nosso ensino, na nossa experiência e no nosso ambiente sociocultural, assim concebemos a nossa prática”.<sup>588</sup>

No que diz respeito a esses espaços de envolvimento cultural e de formação, todos os entrevistados, de alguma forma, possuem lembranças que estão vinculadas com as suas escolhas e trajetórias posteriores. É interessante destacar que todos os entrevistados, ao tratarem de suas trajetórias iniciais de vida, já dão indicações importantes sobre como enxergam a si mesmos e como percebem as suas relações com o mundo no presente. Ou seja, a narrativa sobre o período da infância e da adolescência é um momento fundamental na construção de um sentido de si e de sua história de vida, tendo em vista que expressam idiosincrasias, valores e princípios que são marcantes em sua trajetória como docente.

As memórias que os entrevistados possuem da sua formação acadêmica, intelectual e política ao longo de sua trajetória também são importantes, já que essas formações encontram-

---

<sup>588</sup> GOODSON, Ivor. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, Antonia (Org.). *Vidas de professores*. 2ª ed. Porto: Ed. Porto, 1995, p.71-72

se intimamente interligadas às suas experiências vivenciadas na profissão docente. Como veremos, essas formações e vivências dos professores de História são plurais e heterogêneas e possuem tanto pontos de convergências quanto pontos de divergências.<sup>589</sup>

Ao analisarmos as narrativas da professora Regina Lúcia, nossa primeira entrevistada, vemos que a sua formação intelectual e política como pessoa-professora de História está muito marcada pela militância em defesa da escola e da educação pública e por uma visão de mundo baseada no marxismo, valores e princípios incorporados e mobilizados pela professora desde a sua formação acadêmica, durante a sua graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF) em meados da década de 80, e desde as primeiras experiências vividas na profissão docente.

A professora Regina nasceu em 1958 e é filha de pai militar do Exército e de mãe professora. Viveu sua infância e sua adolescência durante o período de Ditadura Militar no Brasil e possui várias lembranças de conflitos e problemas que tinha com o seu pai, que, segundo ela, possuía um alto cargo no Exército, comandava tropas e era “linha dura, extremamente conservador e reacionário”. Em sua construção narrativa, a professora Regina enfatiza muito o seu comportamento rebelde e de questionamentos em relação às posturas do pai, que prezava pela ordem e pela disciplina dentro de casa. Segundo ela, esse comportamento do pai a incomodava e a deixava angustiada. Além disso, Regina lembra também das histórias e conversas entre o pai e os seus tios, também militares de alta patente, sobre “os subversivos e a repressão”, algo que, como diz, não entendia quando era criança, mas que, conforme foi crescendo e estudando história começou a entender.<sup>590</sup>

Segundo Regina, quando adolescente, o curso de História apareceu-lhe como uma maneira de conseguir “descortinar” essas histórias que o pai e os tios contavam, e também como forma de alívio para as suas inquietações e questionamentos no que se referem às posturas disciplinadoras e autoritárias do pai. Aqui, o curso de História aparece na narrativa da professora Regina com uma conotação de libertação em relação ao ambiente familiar que vivia. Essa opção pelo curso ficou ainda mais evidente quando teve aulas com um professor de História chamado Emir Amed, durante o pré-vestibular, um professor que é marcante em sua

---

<sup>589</sup> Os processos de formação dos professores e dos seus saberes são construídos permanentemente no decorrer de suas vidas. Segundo Nóvoa, “estar em formação implica um investimento pessoal, livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade pessoal, que é também uma identidade profissional”. Aqui, vale dizer que esse processo alimenta-se de modelos educativos apreendidos pelos professores nos cursos de formação disciplinar e pedagógica, no nosso caso o curso de bacharel e licenciatura em História, mas, ao mesmo tempo, é dinâmico, ativo e constrói-se no movimento entre o saber incorporado do exterior e o conhecimento ligado à experiência prática em sala de aula, constituindo o que entendemos por saber experiencial docente. NÓVOA apud FONSECA, 1997 p.198-199

<sup>590</sup> Ver Apêndice I e II para saber mais detalhes sobre o ambiente familiar da professora Regina Lúcia.

vida por conta das suas posturas destemidas e das suas aulas contestadoras da ordem militar então vigente. Essas posturas do professor Emir lhe chamaram muita atenção, tendo em vista que também se identificava com essas atitudes questionadoras e destemidas.<sup>591</sup> Segundo ela, foi nesse momento que decidiu ser professora de História.<sup>592</sup>

Durante o seu período de graduação em História, Regina lembra que era “uma época em que as ideologias realmente estavam colocadas ali”, era uma época, como diz: “muito boa para defender suas ideias, você ser de esquerda mesmo, você ser, como dizia meu pai, ‘comunista!’, porque a minha formação é uma formação comunista”. Nesse sentido, apesar de perceber as mudanças do mundo e também a existência de múltiplas correntes historiográficas de interpretação da realidade, Regina conta que continua até hoje percebendo o marxismo como “uma grande linha teórica de interpretação das ciências humanas” e destaca: “isso é muito forte dentro de mim”.

Como a professora Regina enfatiza, essa identificação com o marxismo, inclusive, não foi fácil durante a sua graduação, muito em razão dos conflitos que tinha com o pai. De acordo com Regina, seu pai não aceitou bem sua opção pela faculdade de História, curso que, segundo ele, “era celeiro de comunistas”. Desse modo, Regina, assim como quando era criança e adolescente, relembra das brigas que teve com o pai durante a sua formação acadêmica. Relata que seu pai destruía seus materiais do curso, rasgava e queimava seus livros de Marx, principalmente “O Manifesto Comunista”, e conta de um episódio que lhe marcou muito:

“Ele invadia o meu espaço, e começava a fazer lá aquele discurso dele com aquele livro na mão: ‘Eu não disse que isso é formação de comunista? Tem que ser presa. Que se for torturada eu não vou fazer nada’. [suspiro] É... foi assim. Dessa natureza. Mas fui em frente [risos]”<sup>593</sup>

Nessa fala, o ato de suspirar após lembrar as atitudes do pai tem bastante significado na narrativa da professora, tendo em vista que essas memórias são de momentos difíceis que enfrentava. Nesse período da graduação, Regina lembra que os conflitos com o pai eram tão complicados que teve que “se afastar de casa, ficar um tempo sem falar com ele e ir morar com

<sup>591</sup> Aqui, nos apropriamos da ideia de “professor marcante” utilizada nas pesquisas propostas por Ana Maria Monteiro. Segundo a autora, professores marcantes seriam aqueles que, durante a formação escolar, marcaram seus alunos por meio do ensino de história e, de alguma forma, teriam orientado esses alunos na opção pelo curso de História na graduação. Como veremos, alguns dos professores entrevistados nesta pesquisa destacam que tiveram algum professor marcante de História em sua formação escolar, seja no ensino fundamental, médio ou em pré-vestibular, e que condicionaram não só a sua opção por cursar História mas que também foram inspirações para as suas práticas docentes e para as suas formas de ensinar História atualmente. Cf. MONTEIRO e PENNA, 2011

<sup>592</sup> Para saber mais sobre as aulas do professor Emir e o interesse pelo magistério, ver Apêndice II

<sup>593</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s

umas tias em Niterói para conseguir levar o curso adiante”. Nesse ponto, é interessante notar como Regina novamente destaca sua posição de resistência e de firmeza frente às atitudes do pai, muito marcadas em suas memórias.

Além desses problemas com o pai, Regina também conta que, durante a sua graduação, teve um problema de saúde quando sua filha nasceu, e, “por questão de sobrevivência”, como destaca, teve que trancar um período do curso. Segundo a professora, nesse período afastada da universidade sentia-se “perdida e vazia”, porque o curso de História passou a fazer parte de sua vida. Como enfatiza: “era muito mais que um curso para me direcionar profissionalmente, era uma questão existencial, sabe, fundamental assim, tanto quanto o ar que eu estava respirando”. Aqui, a professora Regina reforça a sua paixão pela história, deixando claro sua forte identificação com o curso e a importância que a graduação teve em sua vida. A história aqui, além de possuir um sentido de questionamento e contestação como vimos acima, passa a ser essencial na sua maneira de ser pessoa-professora.

Desse modo, por meio da metodologia da história oral e da análise da construção narrativa da professora Regina, podemos perceber como seu trabalho de memória<sup>594</sup> é realizado para dar um sentido à sua escolha pelo curso de História (as relações conflituosas com o pai e a figura marcante do professor Emir) e à importância da sua escolha até os dias atuais (a questão existencial da história). Aqui, podemos dizer que a professora Regina, e não só ela mas todos os professores entrevistados, possui diversas memórias e experiências do passado que são narradas, selecionadas, interpretadas e ressignificadas no tempo presente à luz de expectativas futuras, tendo em vista o seu processo identitário.<sup>595</sup>

Durante a sua graduação, a professora Regina conta que fez estágios docentes no Colégio Pedro II e no Colégio Estadual Leopoldina da Silveira, e destaca que neste último: “foi a melhor experiência de estágio que tive e que realmente me empolgou mais”. De acordo com a professora, ficou um ano estagiando no Leopoldina e onde teve uma “experiência muito boa dentro de sala de aula”. Essa experiência foi marcante em sua vida porque se apegou muito ao

---

<sup>594</sup> A memória, elemento fundamental na história oral, “é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” e expressa tanto as dimensões do tempo individual quanto as dimensões do tempo coletivo. (BOSI, 2006) Ela pode ser entendida aqui como um importante recurso para transmissão de experiências consolidadas ao longo do tempo, já que é materializada na oralidade, permitindo que os sujeitos percorram os tempos de sua vida. Desse modo, é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas (DELGADO, 2010). Cf. BOSI, Éclea. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. São Paulo: Companhia das Letras, 13ª edição, 2006; Cf. DELGADO, 2010

<sup>595</sup> O passado é tornado presente, atualizado, por meio ato de lembrar e de narrar. É expressão de uma experiência, ou seja, tudo aquilo que é incorporado ao longo de uma trajetória de vida pessoal e coletiva. O futuro é presentificado, por meio das expectativas, é o ainda não experimentado, que se encontra apenas no horizonte. Cf. KOSELLECK, 2006, p. 309-310.



colégio, ao ver a carência da comunidade ao redor da escola e a carência dos alunos, o que fez com que a sua paixão pela escola pública fosse despertada. Como ela diz: “eu sempre estudei em escola pública, mas eu era estudante, né? Quando eu comecei a atuar, era uma estagiária, mas eu estava atuando como docente numa escola pública, aí foi um espetáculo! [risos]”.<sup>596</sup> Aqui, o destaque dado à frase “sempre estudei em escola pública” fortalece ainda mais a sua identificação com a escola pública e a importância de sua luta pela educação pública gratuita, democrática e de qualidade enquanto professora. Em comparação, ela diz: “eu nunca entendi bem a escola particular, eu nunca aceitei bem essa situação, por que que você tem que vender a educação, né?”.<sup>597</sup>

Durante a sua trajetória na profissão docente após a sua graduação, Regina deu aula em diversos colégios, tanto públicos quanto privados, e vivenciou diferentes problemas cotidianos escolares.<sup>598</sup> Aqui, vale destacar duas experiências em colégios particulares que foram marcantes na vida da professora Regina. A primeira experiência aparece como sendo positiva, quando conta do seu primeiro trabalho como professora, no Colégio Regente, onde deu aula por seis anos. Segundo ela, esse seu primeiro trabalho “foi uma prova de fogo”, porque eram turmas supletivas de alunos jovens e adultos que não tinham concluído o ensino médio, então a formação de 2º grau era feita em um ano e meio. Desse modo, Regina comenta que o conteúdo tinha que ser muito sintetizado e a turma era muito indisciplinada. Além disso, deu aula para turma de 5ª série do ensino fundamental, o que também foi um desafio tendo em vista que não tinha ainda trabalhado com crianças. Regina conta que, apesar de serem turmas complicadas e heterogêneas, enfrentou os desafios e destaca que “valeu muito a pena”. Segundo ela, esse primeiro trabalho “foi um laboratório”, onde aprendeu muito a ter o domínio das turmas e onde conseguiu desenvolver bem a síntese do conteúdo, trabalhar o que é essencial para os alunos. Além disso, criou uma empatia com as turmas, se dava bem com os alunos e tinha uma boa relação com o coordenador do colégio, José Augusto, que se tornou um grande amigo. Segundo ela, era um trabalho que lhe dava prazer.

No entanto, já nas experiências como professora no Colégio de São Bento, escola confessional católica, enfrentou diversos problemas que afetavam, diretamente, sua prática e

---

<sup>596</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

<sup>597</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

<sup>598</sup> Ver Apêndice I sobre os colégios que a professora Regina trabalhou.

autonomia docente em sala de aula e, indiretamente, a sua valorização como professora. No São Bento, deu aula por volta de 1990/91, e lembra que sofria cerceamentos da direção do colégio no que se refere aos conteúdos dados dentro de sala de aula. Segundo ela, não podia usar o termo “golpe militar” durante as suas aulas, tinha que usar “revolução de 1964”. Aqui, ainda em um contexto recente de redemocratização política pós-período militar, havia um conflito entre seu posicionamento intelectual e político como historiadora e professora de História e o posicionamento político e ideológico do colégio, porque ali estudavam filhos de generais e filhos da elite política do Rio de Janeiro, como ela destaca.

“E aí você começa a ver que não é o seu espaço, né? Não tem como você falar em revolução de 1964. Não tem como você...ali você era obrigado, limitado a trabalhar uma história factual. Sem análise, sem reflexão, entendeu? Como muitos desses tradicionais, né? Colégios religiosos, principalmente, são muito conservadores”<sup>599</sup>

Em sua narrativa, a professora Regina deixa claro que não aceitava essa interferência por parte da direção, tendo em vista todas as experiências e memórias marcantes de conflitos com o seu pai e também pelo fato de que se posicionava e contestava atitudes consideradas, por ela, autoritárias e conservadoras. Segundo Regina, fazendo uma relação com as questões atuais e deixando em evidência seu posicionamento crítico, “esse colégio, por exemplo, sempre adotou uma linha parecida com o que é o ‘Escola Sem Partido’ hoje”, isto é, no sentido de querer decidir o que os professores devem falar ou não em sala de aula.

Nesse aspecto, enfatiza em sua narrativa que realmente gosta muito de trabalhar na escola pública, porque: “trabalhar em escola particular é muito difícil, você esbarra em determinadas circunstâncias que são bem desagradáveis, o diretor geralmente é o dono da escola, então ali é aquilo que prevalece”.<sup>600</sup> Em 1989 começou a dar aula no Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho e onde se encontra até hoje. Com mais de 25 anos de experiência como professora no Olinto, Regina expressa em sua narrativa um forte laço identitário criado com a escola, possuindo, em suas memórias, diversos momentos de conflitos e problemas cotidianos enfrentados, mas também momentos de muitas satisfações e realizações: “Olinto é paixão mesmo. Eu adoro essa escola! Adoro! Eu tinha que ter vindo pro Olinto, aqui é a minha casa,

<sup>599</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

<sup>600</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

vivencio o Olinto, né? E o meu relacionamento com os alunos é o melhor possível, sempre foi!”<sup>601</sup>

Além de destacar o bom relacionamento com os alunos, Regina enfatiza também que o ambiente de trabalho é muito bom, há uma afinidade muito grande entre os professores e a direção contribui bastante. Segundo ela, isso facilita até mesmo a sua atuação como professora dentro de sala de aula. No entanto, apesar das boas relações internas na escola, desde quando entrou no Olinto vem enfrentando diversos problemas relacionados às políticas públicas educacionais produzidas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), que, segundo ela, dificultam o trabalho dos professores e produzem uma desvalorização de sua profissão e uma desvalorização da escola pública. Como ela enfatiza:

“Eu sou assim uma testemunha do sucateamento da escola pública. Quando eu entrei na escola pública, realmente era uma escola de mais qualidade do ponto de vista pedagógico, do material, da tecnologia pra época né. E não sofreu esse acompanhamento.”<sup>602</sup>

Comparando o que a escola pública foi no passado com o que é hoje, a professora Regina afirma ser “testemunha do sucateamento da escola pública”. Aqui, ao se posicionar como testemunha, a professora assume um lugar de autoridade no relato, posto que vivenciou esse processo de mudanças durante a sua trajetória docente que marcou suas experiências em sala de aula. Realizando um trabalho de memória vinculado aos seus posicionamentos políticos e ideológicos de questionamentos e críticas às políticas públicas educacionais do Rio de Janeiro, destaca que esse processo de desvalorização começou no início do governo de Moreira Franco como governador do Estado do Rio (1987-91) e se aprofundou no governo de Sergio Cabral (2007-2014) que, segundo ela, contribuiu para “destruição da escola pública”.

Dentre as diversas críticas feitas às políticas públicas da SEEDUC e os problemas enfrentados na profissão docente, é muito presente na memória de Regina: a questão da aprovação automática dos alunos e a lógica de premiação de professores; os cortes na carga horária de História e a fragmentação dos horários dos professores entre as escolas; e a constante avaliação dos professores e as cobranças por resultados.

No que se refere ao primeiro aspecto, Regina coloca-se contra a medida de aprovação automática dos alunos das escolas públicas, que foi adotada durante o governo do ex-prefeito

---

<sup>601</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

<sup>602</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista:1h14m11s; Duração da segunda entrevista:1h23m58s)

César Maia (1993-97; 2001-2005; 2005-2009) nas escolas municipais do RJ e que, segundo ela, começou a ser adotada pelo ex-governador Sérgio Cabral nas escolas estaduais. Regina enfatiza que não é defensora da reprovação dos seus alunos, pelo contrário, quer que o seu aluno tenha gosto de estudar, que ele sinta a seriedade do estudo e tenta criar estímulos para ele ler, pesquisar e participar da aula. Como ela diz, no contexto da aprovação automática, se o aluno “sabe que ele vai ser aprovado de qualquer jeito, ele desestimula”. Além disso, Regina destaca que os alunos que chegam na escola estadual apresentam muitas dificuldades de aprendizado, muitos, inclusive, analfabetos, porque terminam o ensino fundamental e saem da escola municipal mal interpretando um texto, lendo e escrevendo mal. Segundo ela, isso é fruto de um ciclo de aprovações automáticas que foram aplicadas no Município do RJ. Nesse ponto, a lógica do salário extra para os professores que aprovam mais alunos também contribui para esse ciclo. Como Regina comenta, o salário dos professores é “aviltado, é horrível”, precisam de salários melhores, mas não por esse meio “da meritocracia”, do “agradinho”, como ela destaca. Nesse ponto, diz que existe uma questão maior, que é a qualidade da educação e o aprendizado do aluno em primeiro lugar, deixando em evidência uma questão ética docente importante para a sua vida como professora.

Ao lado dessa questão, Regina destaca também o problema nos cortes de tempos de aula das disciplinas de humanas na escola, como Sociologia, Filosofia e também História. Como ela diz, quando entrou no Estado ela tinha quatro tempos de aula por turma, hoje em dia tem apenas dois. Essa diminuição da carga horária da disciplina de História, como destaca, além de dificultar o trabalho com o conteúdo em sala de aula, contribui para fragmentação dos horários de aula dos professores, gerando uma diminuição do mercado de trabalho para professores de História e fazendo com que muitos procurem empregos em outras escolas, para se manterem financeiramente. Nesse ponto, vendo a situação que muitos colegas professores enfrentam, que dão aula às vezes em quatro ou cinco escolas diferentes, Regina diz, “você tem que trabalhar com realidades diferentes, é um estresse maior né, é uma demanda de energia muito maior”, e conta de professores que estão desgastados com essa “pulverização” da carga horária e cansados com os deslocamentos entre as escolas, etc. Além disso, a professora Regina enfatiza que isso também impede que os professores criem vínculos e uma identidade forte com a escola, já que vivenciam diferentes realidades e diferentes relações. Nesse ponto, não é o seu caso em relação ao Olinto, posto que trabalha na escola há mais de 25 anos e “vivencia o Olinto”, mas vê que outros colegas professores mais novos passam por esse problema.

Nesse sentido, realizando esse trabalho de reflexão sobre a sua experiência como professora e sobre as experiências de outros, Regina vê a profissão docente com “muita tristeza e pesar” e gostaria de ser valorizada como professora, tanto financeira quanto simbolicamente. Com seus anos de experiência, tem visto professores se transformando em pessoas estressadas e deprimidas, muito por conta também das lógicas avaliativas e de cobranças de resultados por parte da Secretaria, o que cria uma pressão psicológica grande. Relata, inclusive, que durante a sua trajetória chegou a desenvolver gastrite por conta dos estresses e problemas cotidianos em sala. Aqui, a questão da desprofissionalização, no que se refere à precarização do trabalho do professor, e do mal-estar docente, que vimos anteriormente, faz-se muito presente na narrativa da professora Regina sobre suas experiências.

No entanto, apesar de perceber o “jogo das políticas públicas”, que, segundo ela, desvalorizam a escola pública em detrimento da escola privada, a professora Regina destaca a importância da militância dos professores durante a greve e as ocupações das escolas pelos alunos no ano de 2016<sup>603</sup> contra as medidas do governo de Michel Temer, a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241<sup>604</sup>, e também o posicionamento de alguns professores contra o “Escola Sem Partido”. Aqui, a professora Regina enxerga os professores do Olinto como “heróis da resistência” e se coloca como uma dessas professoras que resistem. Além de se posicionar politicamente fora de sala de aula por meio de identificações com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e realizar greves e participações por meio da filiação ao sindicato dos professores (SEPE-RJ) contra essas medidas que, a seu ver, afetam negativamente a escola pública e a profissão docente, Regina faz seu trabalho dentro de sala de aula “suando a camisa”, como destaca, tentando dar aos seus alunos as mesmas condições educacionais que os alunos dos colégios particulares “de elite” possuem, enfatizando as desigualdades entre essas realidades.

No que diz respeito às memórias do professor Leandro Climaco sobre sua formação acadêmica, intelectual, política e suas vivências como docente, podemos dizer que, assim como a professora Regina, Leandro também aparece como um defensor da escola pública e como um militante pela causa dos professores da rede pública. Leandro nasceu em 1979 e é “filho de

---

<sup>603</sup> ROSSI, Mariana. PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. *El País Brasil*. 25 outubro 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658\\_698523.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html) Acesso (10/04/218)

<sup>604</sup> Cf. MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n°. 141, p.875-892, out.-dez., 2017.

trabalhadores”.<sup>605</sup> Sua escolha pelo curso de História também está muito vinculada à sua formação familiar e escolar quando era criança e adolescente. Em seu trabalho de memória, o professor Leandro destaca que seu interesse pela leitura e pelo passado encontra-se ligado tanto à figura do avô, que lhe dava livros de presentes, lia jornais aos domingos e lhe contava histórias sobre o seu passado, quanto à figura marcante do professor Nilton, professor de História da Escola Municipal Arcoverde, onde estudou durante o seu ensino fundamental. Segundo Leandro, as aulas do professor Nilton o seduzia pela sua narrativa e conta que desde a 5ª série já queria ser professor de História. A identificação com o magistério também aparece relacionada às suas memórias dos espaços de casa, onde brincava de ser professor quando criança.<sup>606</sup>

Durante a graduação em História na UFF, sua formação acadêmica e intelectual também encontra-se vinculada às leituras marxistas, porém, ligada mais ao campo do materialismo histórico revisionista, de autores como Edward Thompson, Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, autores que são considerados marcantes em sua formação.

Sua formação acadêmica também, como diz, tem muita relação com as orientações da professora Laura Maciel, que foi sua orientadora na graduação, no mestrado e no doutorado, em suas pesquisas sobre experiências populares com letramento e periodismo no Rio de Janeiro, focado nos subúrbios da cidade.<sup>607</sup> Além disso, Leandro destaca que a professora Laura o influenciou muito no sentido de “colocar o conhecimento histórico em um campo de forças”, isto é, de pensar “como o conhecimento é produzido, o lugar social de quem tá produzindo aquele conhecimento, a circulação, enfim, a responsabilidade das escolhas que a gente faz”.<sup>608</sup>

---

<sup>605</sup> Vale destacar que o professor Leandro começa sua narrativa de vida dizendo que é “filho de trabalhadores”. Essa ênfase inicial no valor do trabalho ligado à história familiar é muito significativa na história de vida do professor, tendo em vista que em diversos momentos de sua narrativa esse valor do trabalho também aparece ligado às suas experiências e suas trajetórias. Podemos destacar: as suas lembranças dos trabalhos que marcaram a sua vida, não só relacionados à própria profissão docente, mas também relacionados aos trabalhos em outras profissões; o interesse pelo estudo da classe trabalhadora e o letramento no subúrbio do Rio de Janeiro vinculado à sua prática de pesquisa como historiador; o ensino de história como professor muito marcado pela valorização das experiências da classe trabalhadora no Brasil; e sua militância política muito relacionada à defesa dos direitos trabalhistas e dos direitos dos professores por meio das greves e das participações nos sindicatos dos professores. Desse modo, a questão do trabalho encontra-se interligada tanto à sua formação intelectual/profissional quanto à sua formação política. Para saber mais ver Apêndice I e II sobre o professor Leandro.

<sup>606</sup> Ver Apêndice II para saber mais sobre as memórias familiares e escolares dos períodos da infância e adolescência do professor Leandro.

<sup>607</sup> Aqui, podemos perceber como a história de vida de Leandro está vinculada à sua prática historiadora, tendo em vista que morou a maior parte de sua vida no subúrbio do Rio e desde a adolescência tem uma proximidade com a imprensa, já que gostava muito de ler jornais ao domingo ao lado do seu avô e pensou em ser jornalista durante o ensino médio.

<sup>608</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

Para Leandro, o mais importante na história é saber lidar com o conhecimento histórico e não simplesmente aprender e reproduzir o conteúdo. Como veremos a seguir, essa concepção está intimamente ligada à sua maneira de ensinar história.

Durante sua graduação, Leandro também teve experiências em estágios docentes. Fez estágio no Colégio Estadual Aurelino Leal, em Niterói, e deu aula para alunos de ensino médio que haviam reprovado em História e para uma turma de 6ª série do ensino fundamental. Leandro conta que a experiência que ganhou como professor nesse estágio foi boa, já que ficou quase um semestre na escola dando aulas. Segundo ele: “geralmente os alunos têm uma aula. Eu não, dei várias aulas. Então, achei que foi bom. Não saí tão cru assim. Saí cru mas não tanto, porque uma aulinha só vamos combinar que... é complicado”.<sup>609</sup>

Após formado, Leandro vivenciou a profissão docente tanto em escolas municipais e estaduais quanto em escolas particulares, antes de começar a dar aula no Colégio Pedro II. Assim como a professora Regina, Leandro também estabelece comparações entre as suas experiências como professor na escola pública e na escola privada.

“É, primeiro lugar eu sempre quis dar aula em escola pública. Eu tinha uma ideia e tenho uma ideia de que a minha formação foi pública e que eu tinha que retornar isso pra sociedade e eu achava que o privado não era um espaço, nesse sentido, mais interessante. O controle é maior, há pouco espaço democrático pra discutir o projeto político-pedagógico. Então eu me sentia mais à vontade no público do que no privado, ainda que a relação pessoal com a direção do privado e com os colegas fossem também boas. Mas têm mecanismos da escola que incomodam.”<sup>610</sup>

Muito próximo ao relato da professora Regina sobre sua identificação com a escola pública, Leandro também enfatiza em sua narrativa que “sempre quis dar aula em escola pública”, como uma forma de retornar à sociedade a educação que recebeu em sua formação escolar quando era criança. Aqui, é interessante notar que Leandro, em seu trabalho de memória, atribui um significado maior à sua formação pública quando era criança no ensino fundamental do que à sua formação na escola privada durante o seu ensino médio, onde estudou no Colégio Santa Mônica, desconsiderando esse período de formação quando enfatiza: “minha formação foi pública”.<sup>611</sup>

<sup>609</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>610</sup> Idem.

<sup>611</sup> Esse silenciamento sobre sua formação no ensino médio, nesse momento de sua narrativa, não é feito sem razão. Diferente do ensino fundamental, Leandro diz que não teve um professor de História marcante no ensino médio e que nesse período, estudando no colégio particular, não criou um vínculo forte com a escola porque começou a trabalhar como estagiário no BANERJ e tinha que estudar a noite. Também se afastou da ideia de ser professor de História e pensou em ser jornalista, visto que também era uma vontade que tinha na sua adolescência. Segundo ele, não teve lembranças boas desse período no ensino médio e tem uma memória de que esse período não teve

O trabalho de memória realizado por Leandro durante a entrevista – e não só por Leandro mas por todos os entrevistados – pode ser caracterizado tanto pela busca e seleção de algumas lembranças específicas quanto pelo silenciamento e tentativa de esquecimento de outras, e podemos interpretar esse trabalho de memória como sendo um processo ativo de criação de significados feito pelo próprio narrador.<sup>612</sup> No caso de Leandro, a ênfase na formação na escola pública e não na escola particular nos diz muito sobre o significado que cada formação tem em sua vida. Aqui, a escola pública, assim com a professora Regina, aparece como um valor essencial em sua trajetória como pessoa-professor.

Além disso, podemos perceber a ênfase do professor Leandro na questão do controle sobre o professor na escola privada, outra aproximação que podemos fazer com a narrativa da professora Regina. Nesse sentido, relata uma experiência que viveu no Colégio Santa Mônica, agora não como aluno, mas, como professor de História, onde se sentia incomodado com alguns mecanismos da escola, como, por exemplo: uma câmera dentro de sala de aula; a vigilância constante da atuação dos professores e do comportamento dos alunos; e as avaliações dos professores feitas pelos alunos, por meio de um “check list”, que inclusive avaliava a roupa que professor usava, etc. De acordo com Leandro: “eram coisas que iam criando um ambiente que não eu queria para o futuro”.

O professor Leandro também destaca que na educação privada há pouco espaço democrático para discutir o projeto político-pedagógico da escola, tendo em vista que considera a participação dos professores nesse espaço como sendo um fator importante na educação. Além disso, afirma que “os espaços de organização da classe de professores, a relação com sindicato, a capacidade de mobilização” são maiores na escola pública do que na escola privada. A importância dada a esses espaços de mobilização dos professores por Leandro está intimamente relacionada à sua participação política realizando greves e atuando em manifestações em defesa dos direitos do professor por meio da filiação aos sindicatos de professores (SEPE-RJ e SINDISCOPE-RJ), e que são marcantes em sua formação e em sua memória política<sup>613</sup>, como,

---

um peso em sua formação. Foi um “ensino mais bancário”, segundo ele, só para ter o diploma. E foi somente no pré-vestibular que a ideia de cursar História voltou a ter mais significado em sua vida. No momento da entrevista, que foi realizada em uma sala no Colégio Pedro II, Leandro também faz uma comparação entre a sua formação no ensino médio e a formação atual dos seus alunos, dizendo que não teve uma formação plural e aberta como seus alunos tem hoje em dia. Pelo contrário, segundo ele, a escola em que estudava no ensino médio “era bem conservadora e tinha um controle absurdo dos espaços”. Cf. CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista:1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>612</sup> Cf. POLLAK, 1992.

<sup>613</sup> Para saber mais sobre a formação política de Leandro, ver Apêndice I.



por exemplo, a greve da Prefeitura em 2013.<sup>614</sup> Nessa greve, como relembra Leandro, foi um momento difícil porque no dia da aprovação do plano de carreira, ele e outros professores grevistas foram atacados pela Polícia Militar na Cinelândia.<sup>615</sup>

No entanto, mesmo almejando a escola pública, Leandro destaca que não enxergava o aluno da escola privada e da escola pública de forma diferente, e nem hierarquizava. “Aluno é aluno”, segundo Leandro, “a atenção e a dedicação eram as mesmas”, e as relações com os alunos das escolas privadas também eram boas. Como diz, “o que era diferente eram os desafios”. Nas escolas públicas, deparava-se com alunos com muitas dificuldades, letramento incompleto, turmas com 50 alunos em sala de aula, com péssimas condições de trabalho, sala sem ar condicionado, ventilador mal funcionava, condições das carteiras eram ruins, isto é, condições que, segundo Leandro, dificultava muito sua prática docente em sala de aula.

Além de vivenciar as condições ruins de trabalho, Leandro afirma também que passou por um período difícil em sua trajetória docente, ao lembrar da rotina intensa de trabalho que viveu em 2012, dividindo seu horário de trabalho em quatro escolas (trabalhou em uma escola municipal, em uma estadual e em dois colégios particulares)<sup>616</sup> porque precisava de uma situação financeira melhor. Segundo ele, vivia uma rotina desgastante de deslocamento entre os colégios, acordava 4:30 da manhã e muitas vezes não tinha tempo de almoçar por causa dos horários apertados. Nesse época, chegou a se questionar se era realmente isso que queria para sua vida, porque o trabalho era muito intenso, a carga horária era muito alta e, como destaca, “vai te tirando a humanidade”. Segundo ele: “a coisa toda fica muito sem sentido, você realmente vira um mero reprodutor ali de assuntos, de conteúdos, um milhão de provas, aquilo tudo vai te engolindo”.<sup>617</sup> É interessante notar que seu relato aparece bem próximo do que a professora Regina comentou sobre a fragmentação da carga horária do professor de História em diversas escolas e o esforço do professor para se sustentar em um contexto de desvalorização salarial do seu trabalho.

---

<sup>614</sup> Cf. CARPES, Giuliander. No Rio, professores municipais fazem protesto em frente à prefeitura. *Uol Educação*. 04 outubro 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/04/no-rio-protesto-de-professores-municipais-chega-a-prefeitura.htm> Acesso (17/02/2018)

<sup>615</sup> Cf. MARINHO, Isabela. PM volta a usar spray de pimenta em ato de professores na Câmara do Rio. *Gl*. 30 setembro 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/professores-se-reunem-com-vereador-apos-novo-tumulto-na-camara-do-rio.html> (17/02/2018)

<sup>616</sup> Para saber mais sobre esses trabalhos ver Apêndice I.

<sup>617</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

Ao assumir no Colégio Pedro II em 2014 e comparando com as suas experiências anteriores, Leandro destaca que o colégio lhe permitiu uma melhor condição de trabalho, com um “bom plano de cargos e salários que te motiva”. Além disso, como destaca,

“O Pedro II me permitiu voltar a repensar a prática, e isso faz parte do cotidiano do professor, né? Então, primeiro: as condições de trabalho são melhores. O fato de eu só trabalhar aqui e não é todo dia isso me permite ter uma relação com o conhecimento, com a instituição e com os alunos que é muito mais qualificada. Então, eu posso me preparar mais, posso estudar mais, sair da sala de aula, poder pensar em outros espaços, usar outros espaços, e...é uma experiência bacana também entre os colegas, porque são pessoas com uma boa formação, tem um campo progressista aqui muito bom. Claro, como qualquer escola, está sempre em disputa, mas eu sinto que tem um campo aqui que tenta construir essa escola, tornar essa escola ainda mais plural, democrática. Então esse é um ambiente que faz eu me sentir bem, eu vejo que tem outros colegas que pensam igual mim nesse sentido, então é um bom ambiente de trabalho”<sup>618</sup>

Assim como a professora Regina possui uma forte relação com a escola Olinto, podemos perceber também na narrativa de Leandro a importância do vínculo construído com a escola e como melhores condições de trabalho contribuem para a sua prática docente em sala de aula. Diferente da realidade vivida em 2012, como vimos acima, atualmente Leandro possui uma relação “muito mais qualificada” com o conhecimento, com os alunos e com a escola. É um espaço que pode repensar sua prática, fundamental na profissão docente, como enfatiza. Além disso, se sente bem no Pedro II porque tem uma equipe boa de professores do campo progressista, e que tenta construir uma escola mais plural e democrática, algo que está intimamente relacionado à sua formação política e intelectual.

Nesse ponto, vale destacar que o professor Leandro faz parte do grupo de professores que se posicionaram contra as medidas propostas pelo governo do presidente Michel Temer (PEC 241, Reforma Trabalhista, Reforma do Ensino Médio) após o processo de impeachment, e na própria narrativa do professor Leandro podemos ver essas questões muito presentes. Ao responder sobre a condição da profissão docente atualmente no Brasil, Leandro afirmou estar preocupado, por conta da Reforma do Ensino Médio, que “querem fazer por canetada, por medida provisória, e isso preocupa, porque é um processo muito autoritário”, e também em razão da PEC 241 que, como diz, “significa não só não expandir como precarizar” a educação pública e o salário dos professores. Assim como a professora Regina, Leandro também aderiu à greve de 2016 contra essas medidas, apoiando também a decisão dos alunos de ocuparem as escolas como forma de protesto. No que se refere ao “Escola Sem Partido”, Leandro posiciona-

---

<sup>618</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

se contra, afirmando ser um projeto de criminalização da fala do professor e do debate sobre gênero na escola, algo que, a seu ver, é fundamental no combate ao preconceito e que está intimamente vinculado à sua história de vida, tendo em vista que é homossexual. Nesse sentido, Leandro também atua em defesa da causa do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), além de ser também filiado ao PSOL.

No que diz respeito às memórias da professora Fernanda Moura, sobre sua formação intelectual e política, também podemos destacar em sua narrativa a ênfase dada à sua militância pela educação pública e pela causa dos professores em greves e participações em sindicatos (SEPE-RJ), como a professora Regina e o professor Leandro, e à sua militância feminista contra a desigualdade de gênero e contra as violências sofridas pelas mulheres. Já sobre sua experiência como docente, o que está mais presente em suas memórias são os problemas enfrentados no cotidiano da escola pública e como esses problemas afetaram a sua vida pessoal e profissional.

A professora Fernanda nasceu em 1986 e também tem muitas lembranças de sua infância e de sua adolescência que são importantes para entendermos a sua formação como pessoa-professora. Em seu trabalho de memória, Fernanda lembra que aprendeu a ler muito cedo, com 4 anos, para ler o jornal para o seu avô que era analfabeto e lembra que sua “primeira memória política” foi ler e explicar o significado da palavra “impeachment” para o mesmo. Além dessa memória familiar, Fernanda possui muitas lembranças de suas relações com a sua mãe, que a ensinou a ler e com quem teve diversos conflitos durante a adolescência, apesar de ter uma relação ótima com a mesma nos dias atuais. Esses conflitos, segundo Fernanda, aconteciam por conta da postura impositiva da mãe, que era militar e queria que ela também seguisse carreira militar, e pelas tentativas de controle por ser filha mulher.<sup>619</sup>

Em relação às memórias de sua formação escolar, Fernanda destaca que gostava muito do ambiente escolar e adorava a leitura. No entanto, possui algumas lembranças negativas e que foram marcantes em sua vida. Aqui, Fernanda relembra da experiência ruim que teve em um colégio de freiras durante a sua educação infantil, visto que, naquela época, como enfatiza, já considerava-se atéia e sentia-se mal pelas imposições do colégio. Também é muito presente na narrativa da professora Fernanda as memórias de experiências traumáticas de abusos e assédios sofridos nas escolas durante o seu ensino fundamental e médio. Segundo Fernanda, quando começou a atuar como professora na escola municipal começou a pesquisar gênero e fazer disso

---

<sup>619</sup> Para saber mais sobre o relato da professora Fernanda sobre suas relações familiares com seu avô e com sua mãe, ver Apêndice II.

uma militância política feminista por conta das experiências de abusos e assédios que sofreu quando era aluna e que, já atuando como professora, via nas suas alunas os mesmos problemas sofridos.<sup>620</sup>

Sobre sua formação acadêmica em História na UERJ, a professora Fernanda destaca que sente muito orgulho da UERJ por ser uma universidade mais democrática do que outras no que diz respeito ao acesso de estudantes. Segundo Fernanda, na época que entrou na UERJ, enquanto em outras universidades os estudantes eram “de maioria branca e classe média”, a universidade tinha estudantes “de classes mais baixas e negros”, o que foi marcante em sua formação como professora e que deixa em evidência seu posicionamento político na luta por uma educação pública mais igualitária e democrática.

Quando entrou na UERJ, conta que adorou o currículo da faculdade de História, porque era um currículo voltado para a formação de professores, extenso, com muitas matérias, e isso fez muita diferença para sua prática docente dentro de sala de aula, como destaca. No entanto, ao mesmo tempo que a UERJ tinha esse currículo voltado para formação de professores, Fernanda aponta uma contradição em sua formação: “apesar da UERJ falar que formava professores, e a gente tinha aula de tudo, a gente não tinha aula de tudo voltado pra sala de aula, a gente tinha aula de tudo para virar pesquisador de tudo”.<sup>621</sup> Nesse sentido, destaca que haviam poucos professores preocupados em como transformar os conteúdos e as problemáticas históricas aprendidas na graduação em uma história a ser ensinada nas salas de aula do ensino básico, com exceção do professor Manoel Salgado, que foi uma figura importante em sua formação e que, para ela, “é a maior referência na área de Ensino de História”.

Foi somente durante a realização dos estágios docentes nas disciplinas de Prática de Ensino no Colégio de Aplicação da UERJ (CAP-UERJ) que conseguiu ter boas experiências com o ensino de história. De acordo com Fernanda, os professores de História do CAP eram ótimos e lembra que fez estágio com uma professora que foi marcante em sua formação docente, a professora Helena Marques Araújo. Como nos diz Fernanda: “era uma professora incrível

---

<sup>620</sup> Ver Apêndice II para saber mais sobre essas experiências e memórias traumáticas na vida da professora Fernanda.

<sup>621</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

assim, sempre lembro dela e...um dos motivos de eu ter me preocupado, como professora de História, em encaixar sempre as mulheres na história, foi por causa dela!”<sup>622</sup>

Nesse ponto específico, Fernanda conta que, apesar dessa experiência, a história das mulheres “não tinha nenhum peso na UERJ, não tinha mulheres na bibliografia e não tinha mulheres como temática nos cursos de maneira geral”<sup>623</sup>, tanto que não se via no caminho de pesquisar gênero na graduação porque não teve o contato com essa bibliografia específica. Como diz, só foi ter mais contato com a temática de gênero a partir das problematizações da professora Helena e, principalmente, como tratamos anteriormente, quando começou a vivenciar a sala de aula como professora de História.

Após formada, Fernanda começou a dar aula na Escola Municipal Eunice Weaver, onde ficou sete anos. Segundo ela, começou o seu primeiro ano letivo como “faxineira da escola”, tendo que arrumar a escola que estava em péssimas condições, principalmente o laboratório de ciências que era “um depósito de coisas velhas”, com livros didáticos velhos, sem capa, rasgados, carteiras quebradas, quadro quebrado, etc. Lembra que, durante seu trabalho na escola, arrumou o laboratório várias vezes, “tentando fazer o laboratório virar um laboratório de ciências”.

Fernanda, ao entrar no Município, conta que logo começou a dar aula para oito turmas (sete turmas de 6º ano e uma turma de 7º ano), já que na escola só tinha ela e mais dois professores de História, no lugar em que eram para ser seis professores. Destaca em sua narrativa que “nunca tinha tido experiência em uma sala de aula do Município”, até então só havia tido experiência no pré-vestibular onde os alunos eram mais focados, alguns já estavam trabalhando, eram mais maduros e queriam aprender. No entanto, como diz, “dar aula no Município é uma experiência à parte”.

“Não interessa, você pode ser professor há trinta anos em uma escola particular, você nunca vai estar preparado para dar aula no Município. Mesmo no Estado, no Município é pior, sabe? Eu dei aula no Estado também. Não adianta, o Município é uma coisa de outro mundo! A realidade da maioria do Município são escolas ruins, que falta tudo. E aí é o caos, é o inferno na terra, é desesperador. Você tem que ter um preparo emocional, físico, porque é uma carga de trabalho absurda. Eu, nesse primeiro ano que eu entrei na escola, as minhas turmas tinham 47 alunos, eram 47 alunos e as salas não comportavam de maneira nenhuma. As salas eram minúsculas, as carteiras eram praticamente uma em cima da outra, não tinha ar condicionado, não tinha

---

<sup>622</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>623</sup> Idem.

ventilador, um calor dos infernos na sala de aula, os alunos desmaiando, os professores desmaiando por causa do calor”<sup>624</sup>

Assim como aparece nos relatos da professora Regina e do professor Leandro, Fernanda também vivenciou as condições ruins de trabalho na escola pública, deixando claro em sua narrativa as memórias dessa precarização das condições do trabalho do professor. A falta de uma mínima infra-estrutura adequada das salas de aula também afetou a sua prática como docente, não tendo condições nem mesmo de se concentrar para dar aula, como diz.

Além desses problemas mais estruturais da escola, Fernanda também destaca o problema do analfabetismo dos alunos do ensino fundamental, algo que está muito presente em suas memórias como docente, e que também foi vivenciado e relatado pela professora Regina, como vimos anteriormente. Nesse ponto, Fernanda destaca

“Não é assim analfabeto de, tipo: ‘Ah, não compreende o texto’. Não, não é analfabeto funcional, não é grau de alfabetização, grau de letramento, não é isso. Tinha isso também, mas a maior parte era aluno analfabeto mesmo! De não saber escrever o próprio nome, de ter aluno que não sabia o alfabeto, de alunos que não sabiam nem o que era letra, o conceito de letra. Achar que está escrevendo quando está fazendo um morrinho igual uma criança de três anos; mas é um adolescente de quinze anos fazendo morrinho e jurando estar escrevendo, sabe?”<sup>625</sup>

Nessas condições, Fernanda destaca os vários desafios em lidar com esse problema da realidade da escola municipal, principalmente o desafio enfrentado pelos professores de História, que não possuem formação adequada para lidar com esse tipo de situação. Segundo ela, os alunos teriam que voltar algumas séries para serem alfabetizados e, aqui, destaca a necessidade desses alunos serem alfabetizados pelo método da alfabetização crítica e a partir de sua realidade, elaborado por Paulo Freire, autor que é uma grande referência para sua formação intelectual. Desse modo, Fernanda enfatiza que em um contexto como esse “não dá para você querer ensinar história”, não dá para ensinar o conteúdo da forma como você espera e ensina a outros alunos.

Ao lembrar desses momentos vividos dentro de sala de aula, Fernanda relembra também como era afetada emocionalmente por isso, destacando que chegava em casa todos os dias chorando e se perguntando como iria ensinar as crianças nessas condições. Nesse sentido, enfatiza que: “a militância ajudou muito nisso também: ‘vamos procurar outras maneiras de reagir a isso que não tristeza, vamos fazer um luto, sair da melancolia e fazer o luto para agir’”. Foi nesse momento que resolveu fazer o curso de Pedagogia para tentar ensinar os alunos em

<sup>624</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>625</sup> Idem

seu processo de alfabetização. No curso, também teve aula de ensino de História para o primeiro segmento do fundamental e para educação especial. Segundo Fernanda, foram disciplinas que foram fundamentais em sua trajetória como professora e como militante. E é interessante perceber que essa questão do ensino do letramento está presente em sua vida desde quando era pequena, quando lia notícias do jornal para o seu avô, que também era analfabeto.

Além desses problemas enfrentados em sala de aula, Fernanda conta também dos problemas que enfrentava com alguns professores e a direção da escola Eunice Weaver no cotidiano escolar. Fernanda relatou alguns conflitos vividos fora de sala que contribuíram para o seu desgaste nessa escola e a sua saída da mesma.

Um desses problemas foi a questão da aprovação automática dos alunos por parte dos professores que queriam ganhar um salário extra no final do ano (14º salário), algo que também foi comentado e criticado pela professora Regina em sua narrativa. Na entrevista, Fernanda destaca que não compartilha o pensamento: “eu ganho 14º se for todo mundo aprovado? Então, aprovo todo mundo”, algo que para ela é anti-ético na profissão docente e a incomodava muito, deixava-a muito mal, tendo em vista a realidade do analfabetismo dos alunos que eram aprovados. Essa questão da aprovação ou reprovação de aluno, como destaca, deixava-a em um dilema e chegava a ficar doente em época de conselho de classe, porque também, assim como a professora Regina, não gostava de reprovar aluno. No entanto, como enfatiza, “isso de aprovar pra ganhar 14º jamais! Isso nunca vou fazer na minha vida!”.

Além disso, Fernanda, que também é filiada ao SEPE-RJ, relembra o acontecimento da greve de 2013 da Prefeitura e que dividiu os professores da escola. Nessa época, assim como o professor Leandro, aderiu a greve e participou das manifestações dos professores, inclusive ocupando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e, como está muito marcado em sua memória, “tomando bomba na votação do plano de carreira, largando a minha filha três dias com minha mãe.” Na escola, metade dos professores fez greve e metade não. Fernanda conta das conquistas que os professores grevistas tiveram com a greve, conquistas pedagógicas, conquistas estruturais, inclusive o ar condicionado para as salas de aula, melhorias do salário, etc. No entanto, os professores da escola que não tinham feito greve, como destaca, “não quiseram ver as nossas conquistas, tanto diminuíram as conquistas como alguns chegaram a se revoltar com o fato de termos feito greve sem perder o salário”. Fernanda ainda enfatiza o lado perverso da greve, isto é, “a conquista vai pra todo mundo, mas a retaliação só vai para o grupo grevista”. Desse modo, conta que a relação com os colegas professores ficou muito difícil depois desses

conflitos. Segundo ela, a convivência se tornou complicado, sendo mais um fator que contribuiu para sua saída dessa escola.

Por fim, Fernanda narra problemas que existiam também com a direção da escola. Segundo ela, a direção não foi eleita pelos professores, era uma direção de intervenção, colocada pela Coodenadoria Regional de Educação (CRE-RJ), o que, para ela, já era um problema tendo em vista que a diretora não era uma professora da escola e não conhecia a escola. Como destaca Fernanda: “era uma escola com uma direção que não tinha condição de assumir, não tinha nenhum preparo, não fazia as obrigações básicas de um diretor, nem sequer prestava contas da verba que entrava”. Desse modo, além de receberem pouca verba, como destaca a professora, a direção não realizava a prestação de contas corretamente e, assim, a escola parou de receber verba para comprar material, fazer melhorias na infra-estrutura, etc.

De acordo com Fernanda, a escola havia piorado muito desde quando começou a dar aula e, nos momentos finais antes de pedir a transferência, além desses problemas citados anteriormente, havia um clima de perseguição aos professores grevistas e muita violência na escola entre os alunos, além da falta de organização da escola. Segundo ela, nessa época,

“Comecei naquele ciclo mesmo de depressão, sabe? De não conseguir levantar da cama no dia anterior aos dias que eu tinha que dar aula. Eu começava a chorar, eu passava mal mesmo! Ficava tonta, vomitava, aquela angústia, aquela coisa assim...e chorava, chorava, chorava, passava a noite chorando. Não conseguia dormir, pensando que no dia seguinte eu tinha que dar aula”<sup>626</sup>

Atualmente, a professora Fernanda encontra-se de licença médica por conta dessas experiências que vivenciou ao longo da sua trajetória docente. Aqui, podemos ver marcas desse mal estar docente, em diferentes gradações, que atingiu também professores como a professora Regina e o professor Leandro. No entanto, como disse a professora Fernanda, segue na militância pela educação pública e por melhorias na profissão docente, e pretende voltar logo para a sala de aula. Hoje em dia, Fernanda afirma não se sentir representada por nenhum partido político e sua militância tem se concentrado nas atuações no movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) pela educação democrática, pela liberdade de atuação dos professores em sua profissão e contra as proibições relacionadas às discussões de gênero nas escolas. Como vimos no segundo capítulo, a atuação da professora Fernanda no movimento está vinculada à sua pesquisa no mestrado profissional na UFRJ, que tem como tema o ESP, e

---

<sup>626</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)



também à produção de textos, artigos, apresentações em congressos e palestras, e também à própria organização e funcionamento do PCESP.

No que se refere à narrativa do professor Diogo Salles, podemos perceber que o seu período de formação acadêmica na UFF foi importante para a sua história de vida devido às transformações que vivenciou e que foram fundamentais para a sua formação intelectual e política como pessoa-professor de História. Diogo nasceu em 1992 e, em sua narrativa sobre sua trajetória docente, relata que não percebe nenhuma relação entre a sua escolha por estudar História e a sua relação familiar, já que tinha relações muito complicadas com os pais e existia um distanciamento entre eles.<sup>627</sup> Foi somente durante seu ensino médio, no Colégio Prioridade Hum, que teve seu “primeiro contato com a ideia de ensinar” e começou a pensar no curso de História, principalmente, por meio de um projeto de monitoria que existia entre os alunos, no qual davam aulas entre si, tiravam dúvidas sobre as matérias, etc. Além disso, assim como o professor Leandro e a professora Regina, Diogo também teve professores de História de referência e que foram importantes em sua formação, principalmente, pelo fato de serem professores que conseguiam transformar o conteúdo de História em uma narrativa agradável, no sentido de didatizar o conhecimento histórico.<sup>628</sup>

Durante a sua graduação, diferente dos entrevistados acima, Diogo não teve uma formação marxista, não é filiado a nenhum sindicato de professores e nem a partido político, e não participa e nem faz greve de professores. Como destaca na entrevista, até entrar no curso de História, sua vida era “completamente despolitizada”, seus pais não gostam de política e não tinha o contato com os debates políticos nem em casa e nem na escola. Foi somente durante a sua graduação, e mais para o final da mesma, quando começou atuar por meio do movimento PCESP, que começou a se envolver com a militância política. Segundo Diogo,

“Boa parte da minha graduação foi consequência desse vazio político que eu tive durante o ensino médio. Então, realmente eu tenho essa carência na minha formação universitária, mas, aparentemente, eu estou compensando toda essa carência com esse um ano e meio de PCESP que já parecem 50 anos! [risos]”<sup>629</sup>

De acordo com Diogo, a sua maior experiência política de vida é a que está tendo com o PCESP atualmente, um espaço que encontrou e que pode manifestar suas perspectivas e interpretações sobre a sua relação com a sala de aula, sobre a maneira como se enxerga como professor e um espaço também que pode se manifestar em defesa de uma educação democrática

<sup>627</sup> Sobre os relatos da relação entre Diogo e os pais, ver Apêndice II

<sup>628</sup> Para saber mais sobre as experiências e as memórias que tem do ensino médio, ver Apêndice II

<sup>629</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

e contra a desigualdade de gênero, valores e princípios que compartilha com outros professores do movimento. Desse modo, reforça que: “minha experiência política está muito restrita ao aspecto da educação, ao aspecto do ensino de história. Uma coisa que eu nunca achei que podia ou que ia acontecer e que hoje toma uma dimensão tão grande minha vida. É curioso”. O interessante é notar que na entrevista, ao olhar para o passado com os olhos do presente, Diogo diz que até “estranha” fazer esse retrospecto e é “curioso” perceber como mudou desde que entrou na universidade e desde quando começou a atuar no movimento, algo que para ele nunca imaginou que pudesse acontecer. Isso porque, segundo ele, entrou na universidade com uma perspectiva “do ensinar pelo ensinar” de que: “ensinar é legal, eu gosto, é uma coisa que eu acho que vale a pena fazer como uma forma de subsistência e é isso aí”<sup>630</sup>, perspectiva essa trazida consigo das experiências nos projetos de monitoria que participou no ensino médio. No entanto, como diz, a partir do momento que foi tendo mais contato teórico e conceitual com a área de Educação conseguiu perceber o ensino de história e a própria educação com um “potencial mais político e transformador”.

Essa perspectiva de ensinar história começou a mudar, como diz, depois que cursou as disciplinas de Pesquisa e Prática de Ensino de História na UFF (PPE), tendo como referências professores importantes para a sua formação: o professor Everardo Paiva, a professora Nivea Andrade e o professor Fernando Penna, todos professores do Laboratório de Ensino de História da UFF (LEH-UFF). Ao cursar essas disciplinas começou a perceber também o ensino de história não só como uma prática empírica e de reflexão da sala de aula, mas, também, como um campo de estudo e de pesquisa, o que é muito significativo em sua história de vida, tendo em vista que hoje atua não só como professor militante mas também como pesquisador da área de Ensino de História.

Diogo começou a sua profissão como professor de História cedo, ainda quando estava na graduação. Antes de fazer estágios docentes nas PPEs, já fazia estágios remunerados em colégios particulares e em pré-vestibular, porque precisava do dinheiro. Nesse sentido, como destaca, as disciplinas de Prática de Ensino o ajudaram bastante a perceber uma “grande pluralidade de questões para trazer para o meu cotidiano tanto enquanto professor, porque nesse época eu já estagiava dando aula, quanto como estudante universitário”, o que contribuiu para o seu processo de reflexão e prática no ensino de história.

---

<sup>630</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

Após formado, Diogo continuou trabalhando em escolas particulares e em cursos de pré-vestibular. Segundo Diogo, em um trabalho de reflexão sobre a própria trajetória como docente, diz:

“O meu espaço de vivência até hoje, em termos profissionais é muito restrito nesse sentido, porque eu continuo dando aula em escolas particulares, em cursos particulares. É... não foi uma coisa consciente, foi mais uma coisa da necessidade. Mas, independente disso, tenho uma certa dimensão do quão restrito ainda é o meu espaço de vivência profissional”<sup>631</sup>

Aqui, diferente dos outros professores entrevistados acima, Diogo diz que não vivenciou a realidade da escola pública como professor e que, por isso, tem um espaço de vivência profissional restrito. Nesse ponto, Diogo demonstra, por meio da sua narrativa, um tom de desejo e expectativa em ter essa experiência, já que a educação pública aparece como um elemento importante em sua formação docente.

Ao contar sobre suas experiências em curso pré-vestibular, o professor Diogo destaca alguns desafios que enfrenta como professor. Aqui, os desafios são diferentes dos desafios anteriormente citados pelos professores que dão aula na rede pública de ensino. O primeiro desafio, segundo Diogo, é que no pré-vestibular a “experiência é muito, muito fugaz. É muito efêmero porque você não tem como construir uma relação dentro de sala de aula da forma como um colégio”. Nesse aspecto, como diz, a lógica do pré-vestibular afeta até mesmo a criação de laços mais próximos com os alunos, porque é tudo muito rápido e a relação acaba sendo diferente do que uma relação que é estabelecida com os alunos do ensino médio, período em que o professor pode acompanhar o alunos em seus três anos de formação.

Além disso, o curso em si é conteudista, e, como Diogo destaca: “eu sempre gosto de defender que não precisa ser só conteudista, eu tento não tornar só conteudista, mas é inevitável! Você fica muito mais restrito a um formato baseado no aprendizado do conteúdo do que qualquer outra coisa”. Mesmo não sendo uma experiência fácil, diz que ainda tenta criar brechas para se movimentar dentro dessa lógica e ensinar para além do conteúdo.

Outro desafio apontado por Diogo é que a rotina de curso pré-vestibular “é muito cansativa e desgastante” tanto para o professor quanto para o aluno, justamente por ser muito conteudista e efêmera. Às vezes, a energia do aluno não está focalizada no curso porque “é uma coisa tangencial”, isto é, a energia do aluno está dividida, muitos ainda estão na escola, no ensino médio, outros estão trabalhando durante a semana, etc.

---

<sup>631</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

Vale destacar aqui também que, nas suas experiências em escolas particulares e em cursos, não teve problema de cerceamento da sua prática docente em sala de aula pela direção ou pelos pais dos alunos, diferente da professora Regina e do professor Leandro que comentam de mecanismos nas escolas particulares que os incomodavam, principalmente a questão da vigilância e das tentativas de retirada de autonomia do professor. Segundo Diogo, não teve e não tem esse problema de interferência nas suas aulas.

Em comparação com os outros entrevistados, o professor Raphael Giovanini possui memórias e percepções distintas de sua formação acadêmica. Além disso, ao narrar sobre sua formação intelectual e política, possui características distintas dos outros professores de História, principalmente, no que diz respeito ao seu posicionamento político e ideológico. Segundo ele, possui uma formação “mais por uma linha conservadora”<sup>632</sup> e possui um posicionamento político favorável ao projeto do “Escola Sem Partido”. Em sua narrativa, se identifica como católico praticante, se considera um “antiesquerdista” e se coloca contra a discussão de gênero nas escolas.

Raphael nasceu em 1986 e destaca em sua narrativa que decidiu fazer o curso de História durante o pré-vestibular muito por influência da aula de um professor marcante de História, o professor Mauro Faio. Aqui, diferente dos outros entrevistados que também tiveram professores marcantes, o professor Mauro foi marcante para Raphael porque, como diz, abordava o conteúdo de História de maneira diferente de outros professores que havia tido em sua formação escolar e porque gostava muito das suas opiniões em sala. Segundo Raphael, o professor Mauro era um professor que falava bem sobre os EUA, criticava o comunismo e à associação coletiva e valorizava a independência do indivíduo, diferente de outros professores de História que eram considerados “de esquerda” e que exaltavam à URSS, como destaca Raphael. Aqui, é interessante notar que Raphael enfatiza essa lembrança como forma de atribuição de sentido e como um reforço às suas ações e posicionamentos políticos atuais a favor do “Escola Sem Partido”, quando afirma que existe, tanto nas escolas quanto nas universidades, um domínio da interpretação marxista da história.<sup>633</sup>

No que diz respeito à sua família, o reforço desse posicionamento político também aparece, mas de maneira distinta. Inicialmente, Raphael relata que não tem muito a dizer sobre a sua família e afirma, assim como professor Diogo, que a sua família não tem nenhuma associação com a sua escolha em fazer o curso de História. No entanto, destaca uma lembrança

---

<sup>632</sup> Ver Apêndice I

<sup>633</sup> Para saber mais sobre essas experiências de Raphael em sua formação escolar, ver Apêndice II

em relação à figura do pai que aparece como sendo significativa em sua história de vida, principalmente relacionada à sua posição política atual. Segundo Raphael, tem uma memória do pai afirmando uma vez, ao ver uma propaganda de um partido comunista na televisão, que apoiava o comunismo. De acordo com a narrativa de Raphael, isso parece ter lhe incomodado um pouco, tanto que, logo depois, procurou conversar com o pai para tentar convencê-lo de que o comunismo não é algo bom e positivo como as pessoas costumam pensar e o incentivou a ter uma percepção mais aprofundada e crítica sobre o tema.

Ao relatar suas experiências durante a graduação na UERJ-FFP, o professor Raphael continua reforçando sua construção identitária “anticomunista”. Segundo ele, afirma que a sua formação acadêmica não contribuiu tanto para a sua formação como professor e apresenta várias críticas à universidade. Nesse ponto, assim como relata sobre a sua formação escolar, destaca que existia na universidade um “viés de esquerda da maioria dos professores”. Raphael, fazendo um trabalho de construção de memória e uma reflexão sobre seu passado com os olhos do presente, avalia que, durante a graduação, a maioria dos professores não apresentavam outras leituras e outras fontes “ou por negligência ou por falta de conhecimento mesmo”, como diz. Segundo ele, “vi autores marxistas como Eric Hobsbawm e Perry Anderson, mas não vi autores como, por exemplo, Roger Scruton<sup>634</sup>, que é um conservador e que eu vim conhecer depois fora da universidade”. Além disso, destaca algo também que lhe marcou durante a graduação: “via muita coisa antinazista, mas de antiesquerdismo não via nada”. Citando um exemplo, conta que os professores falavam das mortes causadas pelos nazistas mas não falavam das mortes causadas pelo comunismo.

Desse modo, em sua narrativa, Raphael faz diversas críticas ao pensamento marxista e afirma que: “a universidade, pelo menos da área de Humanas, basicamente, é esquerdismo puro [...] você não tem uma universidade plural de fato, você tem uma universidade com um viés de esquerda”, reforçando um discurso que está na base de argumento do ESP. Como diz Raphael: “confesso que eu aprendi mais depois que eu saí da universidade, do que durante o período de universidade. Por quê? Depois da universidade eu adquiri uma mentalidade muito mais abrangente em torno da história”, querendo dizer que começou a ler outros autores que possuem uma visão distinta da interpretação marxista da história.

No entanto, ao mesmo tempo, Raphael lembra que teve alguns professores “à parte” durante a graduação, que apresentavam leituras diferentes e autores com os quais se identifica

---

<sup>634</sup> Roger Scruton é um filósofo e escritor conservador inglês, autor dos livros “Como ser um conservador” (2014) e “O que é conservadorismo” (2015)

hoje em dia. Lembra do professor José Roberto, que apresentava autores como Carl Menger, Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, da Escola Austríaca, que veio a conhecer por meio desse professor. Destaca também o professor de filosofia Emílio Eigenheer, que tratava dos aspectos do cristianismo no pensamento ocidental. Aqui, a religião católica aparece como um elemento significativo em sua vida já que é recorrentemente enfatizado em sua narrativa, de diferentes formas.

Porém, segundo Raphael, o professor que aparece como sendo mais importante em sua formação intelectual e acadêmica é o professor Carlos Mauro, professor de Teoria da História. Como diz Raphael, Carlos Mauro era um “professor muito imparcial, passava muitos textos, de muitos autores diferentes” e que também orientou Raphael em sua monografia sobre o pensamento filosófico e político da independência dos EUA.

Durante a graduação, assim como os outros entrevistados, o professor Raphael também realizou estágios docentes, no Colégio Estadual Adino Xavier. No entanto, teve a oportunidade de dar apenas “uma aula de experiência”. Após formado, Raphael conta das suas vivências como professor. Deu aula no Adino Xavier onde tinha feito estágio, ministrando aulas para as turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, e depois começou a trabalhar na Escola de Ensino Fundamental (EDEF), um colégio particular em São Gonçalo, onde deu aula para as turmas de 6º ao 9º ano, durante um ano. Sobre essas experiências, Raphael relata diversos problemas que enfrentou em sala de aula, principalmente, no que diz respeito ao comportamento dos alunos do ensino fundamental. Como diz Raphael: “eu nunca gostei muito do ensino fundamental, porque eles são crianças e é muita correria. Você tem que gritar toda hora com os alunos, é complicado. Os alunos não eram nada quietos...e você fica estressado”.<sup>635</sup> Em comparação, preferia dar aula para ensino médio. Segundo ele, teve experiências melhores porque os alunos eram mais adultos, o ambiente em sala era melhor, a explicação também tornava-se mais fácil, principalmente para o 3º ano, que possui objetivos direcionados ao vestibular.

No que diz respeito às relações com a escola e à direção em si, conta que a experiência no Adino Xavier “era melhor, a escola era mais organizada”, mas enfrentou problemas no EDEF, que era escola particular. Além dos estresses dentro de sala de aula com os alunos, Raphael conta que dar aula nessa escola “não compensava o ganho financeiro e era uma desvalorização muito grande”. Segundo Raphael, tinha uma relação complicada com a diretora da escola porque “pagava muito mal” e a relação do dia a dia era difícil, “não tinha carteira

---

<sup>635</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

assinada, tratava um valor antes e na hora de dar o dinheiro falava outra coisa”, e sentia que não podia falar muito porque ficava dependente daquela relação. Nesse sentido, ao lembrar essas experiências vividas, conta que:

“Com o tempo, você vai perdendo o gosto pela coisa, entendeu? Porque você quer fazer um trabalho interessante, mas não consegue. Aí, você vai ficando desiludido com esse tipo de situação [...] mas pretendo seguir a carreira acadêmica ainda, só que me desiludi com o ensino fundamental e médio, para ser bem sincero. Quero seguir carreira universitária, fazer mestrado, ser professor universitário”.<sup>636</sup>

Concomitantemente à essas vivências como docente após a faculdade, Raphael conta que aprofundou mais suas leituras em autores diferentes daqueles que tinha visto na universidade e eram considerados “de esquerda”. Como ele diz, continuou lendo os autores da Escola Austríaca e também começou a ler autores ligados à uma vertente de interpretação cristã católica da história, como Thomas Woods<sup>637</sup>, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, isto é, autores vinculados ao estudo do papel da Igreja Católica na formação do pensamento e da cultura ocidental. Dentre outros intelectuais que Raphael admira, destaca a figura pública do filósofo conservador Olavo de Carvalho, e é interessante perceber aqui a forte ligação que Raphael tem com esses autores e como isso está vinculado à sua formação intelectual, política e religiosa como pessoa e como professor.

No que diz respeito à sua formação política, conta que tem admiração por figuras como Donald Trump e enfatiza: “figura política? Jair Bolsonaro, não tenho vergonha, falo mesmo. Jair Bolsonaro, não tem esse negócio de nazismo, não tem nada disso.” No entanto, Raphael diz que não é filiado e nem se identifica com nenhum partido político, mas participa do Movimento Crsitão Universitário (MCU)<sup>638</sup> e atua nas redes sociais da internet apoiando o “Escola Sem Partido”.

Vale dizer também que, na entrevista, Raphael destaca várias críticas ao PT, atuando nas redes sociais da internet publicando materiais anti-PT e também realiza críticas aos

<sup>636</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

<sup>637</sup> Thomas Woods é um é um historiador católico norte-americano e membro sênior da faculdade do Instituto Ludwig von Mises (LvMI) no Alabama e autor do livro “Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental” (2011)

<sup>638</sup> Na página oficial do movimento no Facebook, o movimento se apresenta como: “O Movimento Cristão Universitário surgiu com o objetivo de difundir, debater e vivenciar os princípios cristãos no ambiente acadêmico. Independentemente de vinculações institucionais, sejamos Católicos ou Protestantes, temos em comum os valores Cristãos, que temos a obrigação de praticá-los e difundi-los. Em tempos de intolerância, violência, degradação dos valores morais e tradicionais da sociedade por parte de diversos movimentos sociais, em especial nas universidades públicas do país, nós, Cristãos, passamos a ser perseguidos e constrangidos em nossos ideais. Porém, temos o direito de praticar a nossa fé e defender os nossos princípios, e não podemos ser constrangidos pelo que somos.” Cf. MOVIMENTO CRISTÃO UNIVERSITÁRIO. Sobre o MCU. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/MovimentoCristaoUniversitario/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/MovimentoCristaoUniversitario/about/?ref=page_internal) Acesso (12/02/2018)

movimentos políticos e culturais “de esquerda” como o movimento negro, LGBT e outros. Defensor da liberdade econômica e de mercado, Raphael, no entanto, é bastante crítico do princípio liberal do “indivíduo como um fim em si mesmo”. Nesse sentido, Raphael busca deixar claro seu posicionamento político e ideológico:

“Veja bem, olha só, as pessoas tem essa mania de falar assim: ‘sou conservador nos costumes e liberal em economia’. Peraí, mas o conservadorismo é liberal em economia. O Edmund Burke concordava com a liberdade de mercado porque a sociedade sempre fez negócio, sempre fez comércio. Então é conservador, não tem essa de liberal. Porque liberal tem muita coisa moral que não bate com o conservador.”<sup>639</sup>

Aqui, em sua fala, Raphael procura diferenciar sua postura conservadora da postura liberal, afirmando que, apesar de defender a liberdade de mercado e a não intervenção do Estado na economia, não considera-se liberal, já que tem posições distintas no que diz respeito ao âmbito moral. Segundo Raphael: “liberal, na verdade, tem muitos campos da esquerda que é lado a lado, né?”. Ou seja, em sua narrativa, o professor procura afirmar que existem determinadas pautas morais e culturais que são defendidas e compartilhadas por sujeitos e grupos que identificam-se tanto com o socialismo quanto com o liberalismo, e procura se distinguir dessa categorização. Durante a sua narrativa, Raphael enfatiza diversas vezes suas críticas ao princípio liberal do “indivíduo como um fim em si mesmo”, algo que para ele:

“Não existe, o indivíduo não é um fim, o indivíduo está coligado à sociedade, isso tem uma tensão entre si. Porque liberal é tudo liberdade individual né, como se a sociedade fosse baseada em liberdade individual. Não existe isso. A formação da sociedade é limitação de liberdade, a liberdade não pode ser um princípio nunca, entendeu? O princípio pode ser a justiça, porque a sociedade se forma baseada na justiça, mas nunca pode ser a liberdade”<sup>640</sup>

Como destaca Raphael, esse princípio liberal levou a sociedade para o “individualismo” e para o “relativismo” cultural e moral, aspectos sociais que não vê com bons olhos. Segundo Raphael: “para um liberal não existe mais lei natural e direito natural. Tudo é convenção e utilitarismo, e tudo é contratualismo, tudo é contratual. Se existe uma moral na sociedade é porque um dia a sociedade se organizou e viu que essa era a melhor forma, mas amanhã pode ser outra”.<sup>641</sup> Nesse aspecto, destaca que hoje a sociedade vive uma época de relativismo, como consequência dessa concepção e dessa valorização da liberdade do indivíduo: “de tipo assim, ‘ah, nada deu certo mesmo então tudo vale’. Essa mentalidade secular. A gente está no mundo

<sup>639</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

<sup>640</sup> Idem.

<sup>641</sup> Idem.



da secularização e no mundo da secularização tudo vale! Tudo é lindo! Tudo tem que ser aceito!”<sup>642</sup>.

Podemos ver nessa fala que Raphael também é bastante crítico a essa questão da secularização, algo que também foi promovido pela concepção liberal de críticas à lei natural e ao direito natural, segundo ele. Nesse sentido, podemos perceber que Raphael possui valores e princípios bastante próximos ao que orienta o “Escola Sem Partido”, como vimos no primeiro capítulo, isto é, que compartilha de uma cultura política conservadora, baseada na moral cristã, da valorização dos aspectos tradicionais da sociedade, de forte crítica ao secularismo e ao relativismo como formas de desorganização social, e de crítica ao princípio da liberdade do indivíduo em contraposição à valorização da concepção de justiça (dever-ser).

Já no que diz respeito à trajetória docente do professor Juarez Junior, a escolha pelo curso de História e as suas vivências como professor estão muito vinculadas às suas memórias e experiências escolares durante a infância e a adolescência. O professor Juarez nasceu em 1988 e destaca que a sua família tem uma história do “tripé cultural brasileiro”, já que tem ascendências diretas com a cultura escravista, indígena e portuguesa.<sup>643</sup>

Ao lembrar da sua formação escolar e ao realizar seu trabalho de memória, Juarez conta que, assim como o professor Leandro que vimos anteriormente, já queria ser professor de História desde muito cedo, desde a 6ª série do ensino fundamental, quando estudava na Escola Municipal Visconde de Sepetiba, em São Gonçalo. Durante sua vida escolar, Juarez relata que teve alguns professores de História que foram marcantes em sua formação como pessoa-professor. Todos esses professores se tornaram referência para Juarez pela forma de lidar bem com os alunos, ou seja, eram professores que eram carismáticos e possuíam uma relação mais próxima com os alunos.<sup>644</sup>

No entanto, o professor de História que “sempre foi sua referência” é o professor Jaime Fernandes, professor que conheceu no intervalo entre a 8ª série o 1º ano do ensino médio, em 2004. Segundo Juarez, Jaime o ensinou muito e, como destaca, “é o professor mais carismático que já vi relacionado à História”. Como destaca Juarez, já nessa época tinha contato com a pesquisa historiográfica, posto que participava e ajudava Jaime em sua pesquisa no doutorado,

---

<sup>642</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

<sup>643</sup> Para saber mais sobre essa questão da ascendência familiar do professor Juarez, ver Apêndice II

<sup>644</sup> Para saber mais detalhes sobre as memórias de Juarez sobre sua formação escolar, o contato com a História e os professores marcantes, ver Apêndice II.

ia pesquisar jornais de época na Biblioteca Nacional, transcrevia entrevistas, etc. Segundo Juarez, até hoje são muito amigos.

Quando entrou na UERJ-FFP para cursar História, Juarez destaca que tinha como espelho o professor Jaime, porque olhava para ele como uma inspiração para sua carreira tanto como professor quanto como pesquisador. Nesse momento, Juarez conta como pensava na época: “eu nunca vou conseguir ser carismático como ele né, mas alguma característica que dependa só de mim eu tenho que ter, que é a questão do conhecimento”, e destaca que até hoje tem como “referentes ideais de professores, aquele que agrada pelo conhecimento que ele tem e aquele que agrada pelo seu bom relacionamento com os alunos”. Como veremos a seguir, esses são dois valores que aparecem como fundamentais na narrativa de vida do professor Juarez e que são considerados essenciais na forma como pensa o ensino de história e como concebe a sua prática docente em sala de aula.

Sobre sua experiência na graduação, Juarez lembra que era “tarado” por estudar, lia praticamente todos os textos, porque tinha a visão de que seus professores de referência, como Jaime e outros, estudaram muito, e queria ser assim também. Juarez, em sua narrativa sobre o curso em si, destaca que a FFP possui características boas e ruins. Sobre os problemas que existia na faculdade, conta que a universidade “não proporcionava uma continuidade acadêmica no mestrado e doutorado, já que a pós-graduação de História na FFP é muito recente”. Lembra que quando entrou, em 2009, “nem tinha curso de mestrado”. Além disso, algumas áreas do curso não tinham professores especialistas, eram professores contratados, mas que, como diz, dentro de sala de aula do ensino básico, a especialização em determinado assunto não faz muita falta. No entanto, apesar desses problemas, enfatiza: “não me arrependo de ter estudado na FFP, de verdade”, tendo em vista que teve uma formação de professor “excelente”. Nesse ponto, aponta as vantagens dos estágios supervisionados e docentes que teve durante a sua graduação. Sobre isso, diz: “fiz todos os estágios com a professora Zezé, que tinha sido minha professora. Então os estágios me fez ter contato com o cotidiano escolar, a relação professor e aluno, de usar as melhores palavras possíveis, a questão didática. Mas eu só aprendi a dar aula dando aula mesmo.”<sup>645</sup>

Aqui, é importante frisar que Juarez foi colega de turma do professor Raphael e é interessante notar que os problemas da faculdade destacados por Raphael não foram os mesmos

---

<sup>645</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

problemas destacados por Juarez, já que a graduação afetou cada um de maneira subjetiva, de acordo também com suas histórias de vida e experiências que possuíam naquele momento e que possuem atualmente, ou seja, são trabalhos de memória e de linguagem distintos, a partir da realidade presente de cada um. No entanto, existem algumas aproximações entre eles, principalmente no que diz respeito aos professores marcantes. De acordo com Juarez, assim como Raphael, teve como professor de referência na graduação o professor Carlos Mauro, porque era um professor que lhe chamava atenção “pelo repertório de conhecimento de historiador”, já que apresentava múltiplas leituras e interpretações sobre o passado e “era um excelente intelectual”. Além disso, o professor também lidava muito bem com os alunos, tinha uma postura próxima com os mesmos, algo que não sentia isso com outros professores. Ou seja, Juarez também via em Carlos Mauro, assim como via em Jaime, as duas características que buscava como professor, isto é, a aproximação com o conhecimento histórico e a aproximação com os alunos.

Fazendo um trabalho de reflexão sobre sua formação acadêmica, Juarez diz que “já foi mais vislumbrado com a carreira acadêmica”, tendo em vista que passou por um processo traumático durante o seu mestrado na UFRJ entre 2015 e 2016, momento, como diz, em que a sua “vida pessoal bateu de frente com a sua vida profissional”. Segundo Juarez, teve que trancar o período por conta das questões pessoais de casamento, obras no apartamento e o trabalho como professor nas escolas. Desde então, devido aos trabalhos como professor, Juarez ainda não conseguiu voltar para o mestrado, mas ainda tem a carreira acadêmica em seu horizonte de expectativa. Em sua narrativa, faz uma crítica à universidade e aos professores no sentido de que não estão preparados para lidar com as questões psicológicas dos alunos, e sentiu isso na pele quando teve problema no mestrado e não sentiu uma compreensão total da faculdade. No entanto, atualmente, destaca que se sente bem e realizado como professor dando aulas para ensino básico e enfatiza: “eu gosto muito de dar aula para adolescente”.

No que diz respeito à sua profissão docente, Juarez possui mais vivências como professor em escolas particulares do que em escola pública.<sup>646</sup> Segundo ele, a sua única experiência em escola pública foi na Escola Municipal Visconde de Sepetiba, no projeto Mais Educação, ministrando oficinas e aulas de Ética e Cidadania, para turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental, entre 2009 e 2012. Como ele diz: “fiz concurso para o Estado, mas não é uma coisa que me enche os olhos”. Aqui, diferente de professores como Regina, Leandro e Fernanda, que possuem uma forte identificação com a escola pública e tiveram a maior parte

---

<sup>646</sup> Para saber mais sobre as escolas onde o professor Juarez trabalhou e trabalha, ver Apêndice I

de suas experiências docente na educação pública, Juarez possui uma forte identificação com a escola particular em sua prática docente, principalmente por conta das melhores condições de trabalho. Sobre essa questão da escola pública, diz:

“É...Renan, eu sou um cara muito influenciado pelo meio em que eu vivo. E, eu já fiz estágio em colégio público, eu estudei em colégio público, e eu fui algumas vezes em escolas públicas, e aquele ambiente sem professor, os alunos fora de sala, professor faltando, cara...isso é uma coisa que me angustia absurdamente! Essa estrutura da escola pública, se eu entrar, eu vou ser influenciado por isso, e eu vou ficar um professor reclamão, que é o tipo de professor que, sempre quando eu chego numa escola e tem aquele professor que só reclama: ‘ah, porque está ruim, está ruim’. Porque po, eu sei que está ruim cara, mas se eu ficar nisso eu vou me desestimular. Não que eu não queira ter contato com os alunos da escola pública. Não é isso que eu quero dizer. Mas essa estrutura da escola pública [tom enfático], de toda a precariedade, do Estado de uma maneira geral, isso me incomoda absurdamente e isso me entristece. Na verdade, essa seria a palavra. Então, eu tenho medo de ser influenciado por isso e isso afetar na minha vida pessoal e, principalmente, na minha vida profissional.”<sup>647</sup>

Nesse trecho, podemos perceber que o professor Juarez reconhece a precarização da educação pública e do trabalho do professor da escola pública na realidade brasileira, mas destaca que sente “medo” de que precarização possa afetá-lo pessoalmente e em sua prática docente em sala de aula, como vimos que afetou e afeta outros professores entrevistados acima. Segundo Juarez, esse seria o principal motivo de não ter trabalhado ainda em uma realidade da escola pública, visto que, como diz, vai se entristecer diante dessa realidade e ficar desestimulado. Além disso, Juarez aponta também a realidade da violência escolar na educação pública que envolve as vidas dos alunos. Como diz, seu estado emocional seria abalado caso visse um dos seus alunos perdendo a vida, ou tendo uma história familiar rompida por conta da violência característica de muitas escolas públicas no Rio de Janeiro.

No entanto, Juarez não deixa de destacar outros problemas que enfrenta na realidade da escola particular. Aqui, diferente de Leandro e Regina, que destacaram a questão da vigilância e as tentativas de cerceamento das escolas em que deram aula, Juarez não passou por esses tipos de problemas, mas passou por pequenas situações da direção da escola chamar sua atenção sobre palavrões falados espontaneamente em turmas de 8º e 9º ano, por exemplo, mas nada que, como destaca, tenha afetado sua prática profissional. Nesse sentido, atualmente, Juarez diz que prefere dar aula para ensino médio e pré-vestibular, porque aí pode ter um “linguajar mais próximo dos alunos”, com gírias, expressões dos alunos, e fazer brincadeiras, tomando o cuidado e respeitando o aluno. Porém, algo que o incomoda em escolas particulares e, de uma

---

<sup>647</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

maneira geral, é que os professores além de serem desvalorizados financeiramente, são desvalorizados no que diz respeito a sua importância para a sociedade. Como diz,

“A sociedade de uma maneira geral enxerga os professores e a escola, principalmente, como um local para as crianças ficarem, enquanto os pais estão trabalhando. O que eu estou querendo dizer com isso? Não existe um entendimento da sociedade brasileira, assim, de uma maneira geral, da importância da escola, né? Chega ali, o pessoal que estuda de manhã, 7 e pouca, coloca as crianças lá e: ‘de 7 à 13h eu tenho um tempo disponível para resolver alguma coisa’. Mas os pais, muitas vezes, não se preocupam com o que está acontecendo lá dentro, principalmente relacionado às posturas dos seus filhos. Então, isso é uma coisa que, hoje, com mais experiência de sala de aula, eu percebo que isso é um reflexo da desvalorização do professor.”<sup>648</sup>

Nesse ponto, fazendo uma reflexão a partir das suas experiências, Juarez destaca que alguns pais, mas não todos, possuem um pensamento da escola como um “depósito de crianças”, e que não se preocupam tanto com o comportamento dos filhos na escola. Diz que muitos pais cobram a escola e cobram dos professores quando existe algum problema, mas, quando tem reunião, os pais não vão, não comparece à escola para conversar com a direção ou com o professor quando o seu filho recebe alguma advertência, etc. Para Juarez, isso aparece como sendo um reflexo do não reconhecimento simbólico do papel do professor e da escola na sociedade, o que afeta a sua profissão docente.

Sobre seu posicionamento político e ideológico, Juarez destaca que “não gosta de Estado grande”, já que o Estado, ao ter muitos setores para administrar, acaba beirando em “ineficiência”. Segundo ele:

“Partindo desse princípio, eu me considero um social democrata, ou seja, eu acredito que o Estado deve se concentrar naquilo que é mais importante, leia-se: saúde, educação e segurança. E questões estratégicas, leia-se: questão de aviação, água. Agora, transporte público, é... questão de... cuidar de estrada, isso e um monte de coisa o Estado não tem que se meter. Primeiro, porque ele é ineficiente, e segundo que as estatais servem como cabide de emprego”.<sup>649</sup>

Em sua narrativa, Juarez defende a ideia de redução do Estado, como diz, “desestatizar, ou seja, tirar do Estado aquilo que não deve ser sua função”, e fazer o Estado se concentrar mais “em proporcionar, principalmente, aos mais pobres, que não tem condição de pagar, serviços de qualidade. Ou seja, ter uma escola boa, um hospital bom”. Além disso, critica muito a burocratização dos serviços públicos e a dominação das empresas estatais por partidos políticos envolvidos em esquemas de corrupção, e aqui, cita o PT, e diversos outros partidos, como o PMDB e o PSDB. Nesse ponto, enfatiza que não é filiado a nenhum partido político, mas identifica-se com o Partido Novo que, como diz: “tem algumas coisas que eles falam que me

<sup>648</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

<sup>649</sup> Idem.

agradam, principalmente essa coisa de reduzir o tamanho do Estado e tal”, mas destaca que não tem interesse em se filiar ao partido. Além disso, Juarez afirma que não tem identificação com nenhuma figura política, já que não gosta de idolatria e não gosta de personificar nada, referindo-se, principalmente, à figura de Lula e ao partido do PT.

Desse modo, política e ideologicamente, afirma que não é “de esquerda” já que “não gosta do Estado”, e diz: “o pessoal da esquerda gosta do Estado, que a acredita que vai distribuir renda e etc. E eu acho que o processo não é dessa forma, então politicamente eu me coloco nesse sentido”. Identificando-se como “de direita”, acredita na “iniciativa privada e no indivíduo”. No entanto, Juarez faz críticas às posições “conservadoras” como a de Jair Bolsonaro, por exemplo, e afirma que o próprio “Escola Sem Partido” é fruto de uma “onda conservadora”. Nesse aspecto, Juarez se coloca contra o ESP, mas não deixa de destacar que existem professores, principalmente professores marxistas, “de esquerda”, que acabam monopolizando apenas uma interpretação da história em sala de aula ou acabam exagerando em seu posicionamento político e ideológico.

A partir das análises acima sobre as trajetórias docentes e as experiências pessoais e profissionais de vida dos professores de História entrevistados, preparamos a base para as nossas análises sobre as práticas docentes e o ensino de história em sala de aula, e uma análise mais aprofundada sobre os posicionamentos dos professores em relação ao debate sobre o “Escola Sem Partido”. Ao identificarmos as distintas narrativas e memórias marcantes relacionadas às formações familiares, escolares, intelectuais e políticas dos professores de História veremos como essas formações estão intimamente relacionadas às diferentes atuações dos professores de História em sala de aula e como essas formações condicionam às maneiras de ser e agir dos mesmos.

### **3.3 Cultura e prática docente em ação: ensino de história, “Escola Sem Partido” e questões éticas docentes em sala de aula**

“Você tem que desenvolver uma sensibilidade, porque você trabalha com realidades diferentes, você trabalha com turmas diferentes, então a tua sensibilidade vai te norteando, sabe? Como você trabalha com a turma 1, turma 2, a turma 3, entendeu? Se você pensa que você vai entrar em uma sala de aula, ensino médio, com tudo aquilo que você discutiu, que você debateu, né, dos 1001 historiadores, na sala? Não vai não. Você tem que traduzir aquilo tudo para uma linguagem que alunos consigam [entender]. Isso você tem que fazer, porque se você não fizer, você vai ficar falando sozinha. Então, eu percebi isso logo nos meus primeiros dias que entrei em uma sala de aula, eu fazia estágio ainda. Eu falei: ‘gente, eu tenho que mudar este discurso, mas

sem perder aquela linha de pensamento'. Mas você tem que aproximar deles e isso aí é fundamental." (grifo nosso)<sup>650</sup>

A partir de uma reflexão sobre a sua prática docente em História, a professora Regina Lúcia enfatiza, em sua narrativa, a importância do professor em mobilizar uma linguagem direcionada aos alunos do ensino básico como forma de aproximá-los do conhecimento histórico ensinado. Como ela destaca, é preciso que o professor crie uma “sensibilidade” específica para cada turma, de acordo com as diferentes realidades da sala de aula, levando esses aspectos em consideração ao ensinar história. Para isso, como podemos perceber no trecho acima, a professora Regina destaca um ponto que é bastante discutido nas pesquisas da área de Ensino de História: a diferença entre a história como disciplina acadêmica e a história como disciplina escolar. Como ela diz, com base nas suas experiências, a sala de aula de uma escola não é um lugar para professor realizar um debate historiográfico e acadêmico de vários autores com os seus alunos. É preciso pensar em uma linguagem que faça o aluno entender o conteúdo dado.

Como dissemos na introdução desta dissertação, o ensino de história como disciplina escolar possui especificidades, lógicas, saberes e objetivos próprios em relação à história acadêmica. A história acadêmica, diferente da história escolar, orienta-se por regras metodológicas específicas de análise crítica das fontes, de multiplicação de hipóteses de pesquisa, de construção de objetos de estudos complexos, e de produção de uma narrativa escrita que são características do trabalho historiográfico do pesquisador. Aqui, o historiador lida com certa margem de incerteza, de desconstinuidade e reflete continuamente sobre os procedimentos utilizados e as interpretações construídas acerca do seu objeto de estudo.<sup>651</sup> Além disso, o público alvo da história acadêmica são os próprios historiadores e pesquisadores.

No que diz respeito ao ensino de história como disciplina escolar, este orienta-se por regras pedagógicas específicas que envolvem tanto a figura do professor quanto a figura do aluno. Aqui, essas regras são caracterizadas tanto pelas práticas e saberes docentes aprendidos e apreendidos pelo professor – mediante a sua formação intelectual e profissional, e mediante as suas experiências pessoais, sociais e políticas, como vimos e já dissemos anteriormente – quanto pelos diferentes graus de formação dos alunos e pelas diferentes realidades vividas pelos

---

<sup>650</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

<sup>651</sup> Cf. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. A aula como texto: historiografia e ensino de história. In: ROCHA, Helenice et al (orgs.) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.14-15

mesmos, posto que os alunos possuem, assim como os professores de História, múltiplas experiências e histórias de vida mobilizadas em sala de aula.<sup>652</sup>

Aqui, diferente da história acadêmica, o público do professor de História em sala de aula são esses alunos e o ensino de história a ser desenvolvido é marcado por um espaço de conhecimentos compartilhados e de trocas entre o saber e a cultura experiencial do professor e a cultura experiencial dos alunos.<sup>653</sup> Nesse ponto, na esteira da reflexão do ensino de história como prática de história pública que vimos anteriormente, entendemos que ambos professores e alunos são sujeitos e agentes da história, são portadores de visões de mundo, de interesses e de experiências variadas e diferenciadas, que abrem múltiplas possibilidades de interpretação, apropriação e ressignificação em cada relação que estabelecem entre si. Desse modo, a história como disciplina e saber escolar é reinventada em cada aula, no contexto de situações específicas de ensino, que colocam em constante interação as características subjetivas do professor, dos alunos e da instituição escolar como um todo, criando condições para que possa emergir o ensino de história dentro da cultura escolar.<sup>654</sup>

Aqui, entendemos que é a cultura escolar é um espaço fundamental nos processos formativos de “consciências históricas”<sup>655</sup>, no sentido de ter como objetivo suprir uma carência

---

<sup>652</sup> Cf. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca, 2009.

<sup>653</sup> Cf. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLE, Marlene. A construção do fato histórico e o ensino da História. In: *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004, p.49 – 60.

<sup>654</sup> Aqui, nos apropriamos da ideia de cultura escolar mobilizada por Jean-Claude Forquin: “a escola, mais do que um local de instrução e transmissão de saberes, passou a ser considerada como um espaço configurado por e configurador de uma cultura escolar, onde se confrontam diferentes forças e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais”. FORQUIN apud MONTEIRO, A.M. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In: *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 82

<sup>655</sup> Nos apropriamos desse conceito com base nas reflexões de Jörn Rüsen, que aponta a consciência histórica como uma realidade elementar e geral da explicação humana do mundo e de si mesmo, com um significado inquestionável prático para a vida. Segundo Rüsen, a consciência histórica está intrinsecamente associada a uma orientação valorativa dos sujeitos históricos no mundo, ou seja, suas ações e decisões pressupõem julgamentos carregados de valores morais internalizados durante toda uma vida pessoal e coletiva. Como o autor diz, a consciência histórica é um pré-requisito necessário para a mediação entre os valores, princípios, guias de comportamento e o entendimento da e a ação na realidade histórica. Nesse sentido, Rüsen destaca quatro tipos de consciências históricas que são mobilizadas pelos sujeitos: tradicional (a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e cultura do passado); exemplar (as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da conduta humana); crítica (permite formular pontos de vista históricos que problematizam outros pontos de vista por meio da negação de outras posições); e genética (diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda a sua complexidade). Sobre os tipos de consciências históricas, que mobilizam diferentes concepções de tempo histórico dos sujeitos, pode-se afirmar que não existe uma linearidade evolutiva e nem uma hierarquia entre elas, mas que, na verdade, elas coexistem de forma dinâmica e plural no presente e, muitas vezes, de maneiras contraditórias e conflituosas. Desse modo, precisamos tomar cuidado em não perceber essa tipologia como “fechada” e “rígida” em si mesma, na qual a categorização acaba se impondo e desfavorecendo uma reflexão mais complexa e enriquecedora sobre as questões das diferentes consciências históricas coexistentes. Cf. RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Editora UFPR, 2010; Cf. SCHMIDT,



dos alunos de orientação no mundo, como vimos no primeiro capítulo, processo esse que não é homogêneo e consensual, tendo em vista os conflitos e as disputas entre as diferentes representações e usos do passado em circulação na história do tempo presente. Desse modo, nos apropriamos desse conceito, principalmente, para analisarmos as concepções de história e de ensino de história mobilizados pelos professores entrevistados e para perceber como sua formação intelectual, política e profissional de vida, isto é, seus valores e princípios incorporados, encontram-se intimamente relacionados à sua prática docente de ensinar história.

Tendo essas questões em mentes e apesar de existir uma diferença de procedimentos e de objetivos entre a produção de conhecimento histórico como disciplina escolar e como disciplina acadêmica, entendemos que isso não implica em uma relação de hierarquização entre as mesmas. Aqui, mobilizamos justamente as noções de ensino de história como saber escolar e como prática de história pública, inserido em uma cultura escolar e marcado pelo saber experiencial docente, para superar o pressuposto de que a escola e, especificamente, o professor de História, “simplifica”, “banaliza” e/ou “distorce” o conhecimento histórico científico produzido na academia. Nesse ponto, não entendemos uma dicotomia entre a história escolar e a história acadêmica, mas, sim, uma troca de legitimações reais entre duas entidades específicas de produção de saberes e de conhecimentos.<sup>656</sup>

Como veremos, todos os professores entrevistados buscam tornar o ensino de história significativo para os seus alunos. Contudo, isso é realizado de distintas formas: ao diminuir as distâncias entre a sua postura como professor e os seus alunos, por meio de uma relação mais próxima e amigável; ao procurar fazer com que os mesmos tenham gosto pelo estudo e tenham interesse pela disciplina; ao aproximar a realidade passada da realidade presente dos seus alunos, estabelecendo relações com sua realidade cotidiana vivida e/ou levando para sala de aula questões socialmente vivas importantes do cenário político, social e cultural do país atualmente, buscando relacionar com o conteúdo histórico dado; ao diminuir as distâncias entre os alunos e o conhecimento histórico enfatizando a importância e o papel da história em suas vidas, etc.<sup>657</sup>

Além disso, como dissemos anteriormente, esses professores de História estão envolvidos no debate público sobre o “Escola Sem Partido” e possuem diferentes

---

Maria Auxiliadora. Hipóteses ontogenéticas relativas à consciência moral: possibilidades em consciência história de jovens brasileiros. *Educar em Revista*. Curitiba, nº42, out/dezembro 2011.

<sup>656</sup> Cf. MONIOT apud MONTEIRO, 2007, p. 102-103

<sup>657</sup> Para saber mais sobre as “negociações das distâncias” entre o professor e o aluno: Cf. MONTEIRO e PENNA, 2011.

posicionamentos políticos e ideológicos sobre esse tema. Em suas narrativas, podemos perceber que cada entrevistado realiza um trabalho de autoconsciência sobre sua prática, avaliando suas atuações e posicionamentos em sala de aula, deixando em evidência experiências atravessadas por questões éticas docentes importantes, isto é, deixando claro que existe uma reflexão própria sobre os limites das suas ações como professores em sala de aula. Aqui, a nossa intenção é perceber as nuances dessas decisões e lançar uma luz sobre a complexidade da realidade da sala de aula, em um contexto de distorções, deturpações, acusações e perseguições de professores atualmente desqualificados de “doutrinadores”.

Dito isso, podemos continuar analisando as narrativas da professora Regina. Ao contar sobre suas experiências em sala de aula e sobre as relações com seus alunos, a professora Regina Lúcia enfatiza muito a importância da aula de História como uma conversa entre o professor e o aluno, algo que vivencia em sua experiência como docente no Olinto:

“Eu entendo que deva ser exatamente essa relação entre professor e aluno, como uma troca, tem que ter essa troca de experiência. Aquele professor que se acha o dono da verdade né, o que sabe tudo, aquele que tem que ser ouvido o tempo todo, que não pode ou não deve ser questionado, eu acho que ele tende a ser um fracasso como professor”.<sup>658</sup>

Neste trecho, é importante destacar a ênfase que a professora Regina atribui à questão da troca de experiência entre professor e aluno. Em sua concepção, a sala de aula é um lugar de conversa e não um lugar onde somente o professor tem a palavra e a razão, mas, sim, um lugar onde os alunos também se posicionam e questionam o professor. Em sua narrativa, destaca que se um professor pensa que é o “dono da verdade” e que não pode ser questionado, ele tende a fracassar, visto que, em sua percepção como professora, a atuação do aluno dentro de sala de aula é fundamental no processo educacional e no ensino de história. Desse modo, podemos dizer que essa concepção de professor e aluno está muito vinculada às suas questões éticas e aos seus posicionamentos políticos como professora em sala de aula, como veremos.

Sobre essa relação professor-aluno na experiência de Regina, é importante destacar que, nas entrevistas, fica claro que a professora Regina é considerada uma professora marcante para muitos dos seus alunos do ensino médio, e possui uma relação de proximidade com eles.<sup>659</sup> É interessante notar que, assim como Regina teve o professor Emir Amed como referência e figura marcante em sua vida e que lhe inspirou a cursar História quando adolescente, Regina

---

<sup>658</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez. 2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

<sup>659</sup> Vale destacar aqui que a professora Renata Aquino, integrante do PCESP entrevistada no segundo capítulo desta dissertação, foi aluna de Regina e fez História por sua causa.

hoje é uma figura importante na vida de seus alunos. Sobre essa questão de ser referência para os seus alunos, Regina conta:

“Eu entro em sala de aula feliz, eu gosto! Eu posso ter tido um problemão, sabe? Pessoal, particular, familiar...eu entrei aqui, entrei na minha sala, ficou tudo pra lá e eu estou feliz da vida, entendeu? Me faz bem, essa troca que eu tenho com eles, também me alimenta, me empolga, me estimula, então eu quero melhorar mais ainda. Não sei se é isso né, se eu entro empolgada...eles me dizem isso. Hoje tinha uma aluna minha do 2º ano falando, a Karoline: ‘Você adora o que está fazendo, eu vejo o brilho nos seus olhos! Você está empolgada, professora!’ Eu falei: ‘É, eu gosto mesmo’. E eu acho que é isso, sabe...é esse amor, né? E eu procuro sempre valorizar a história, né? Tipo assim: ‘Ó, eu não estou querendo puxar a brasa, mas já puxando a brasa pra minha sardinha...po história faz você ir assistir a um filme e entender aquele contexto’. Cara, isso é tão bom!”<sup>660</sup>

Extasiada em sua narrativa, Regina enfatiza novamente a sua paixão pela disciplina de História, algo que traz consigo desde a sua formação escolar e sua formação acadêmica, como vimos anteriormente. Em sala de aula, conta que procura estimular seus alunos a terem esse mesmo gosto pela disciplina, afirmando que atua empolgada e feliz em sua profissão, postura que é percebida pelos próprios alunos. Aqui, a percepção da história como questão existencial, que foi elucidativa para ela durante a sua graduação, também aparece nos seus relatos sobre suas aulas, quando incentiva os seus alunos a estudarem história para entender melhor o contexto de um filme ou entender uma notícia na televisão, por exemplo, ou seja, a história como forma do aluno entender o seu cotidiano de vida. Nesse sentido, para ela, a função do ensino de história está muito vinculada à compreensão da realidade presente pelos alunos e, principalmente, à problematização e ao questionamento dessa realidade. Sobre a pertinência do ensino de história para os alunos, ela diz:

“É...eu acho que ainda é muito pertinente, até porque estamos falando de Brasil, fazer um trabalho direcionado para conscientização, para eles entenderem bem o que é cidadania, sabe? Para que eles consigam fugir o máximo possível das manipulações. Hoje eu estava dando uma aula na 3001 e eu estava falando sobre os efeitos da Guerra Fria aqui na América Latina, falando das ditaduras, ali do Chile, do Allende. Eu gosto muito de trabalhar essa questão. E aí eles me perguntaram, e eu achei tão legal a pergunta: ‘Professora, nós temos uma democracia de fato? O que nós vivemos hoje é uma democracia?’ Eu achei tão sensacional aquilo. E aí eu fui respondendo com outras perguntas, para que eles chegassem às conclusões deles. Fui ali direcionando, jogando outras perguntas, e eles falaram: ‘É uma mera formalidade’. E eu falei: ‘Pois é, né?’. Aquela democracia substancial mesmo né...não tem ainda. Você pega um deputado estadual, um deputado federal, um senador, um governador: ‘Gente, porque nós precisamos muito de mudanças, de transformações radicais, uma delas é a educação’. E aí eu começo a falar da educação. E aí eles compreendem isso, sabe? Que não é só ir lá pegar o panfletinho ou votar no cara que o líder religioso conduziu para votar, ou que aquela pessoa que está ali naquela área dominando também induziu a votar.

<sup>660</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista:1h14m11s; Duração da segunda entrevista:1h23m58s)

Porque o cabresto tá muito firme ainda né? E...e aí quando eu vejo que eles estão despertando, aí eu estou feliz. Então história pra mim é isso.”<sup>661</sup>

Em sua narrativa sobre o seu ensino de história, Regina enfatiza a “conscientização” dos alunos como sendo um aspecto importante em suas aulas. Aqui, a questão da conscientização é fundamental não só para os alunos problematizarem a realidade em que vivem, “não deixando-se manipular”, mas também para entenderem o que é cidadania, isto é, para que os alunos possam agir no mundo público tendo uma consciência política de suas atuações e das atuações dos outros.<sup>662</sup> Nesse sentido, Regina conta de um exemplo de aula sobre as Ditaduras Militares na América Latina (assunto que gosta muito, como destaca, e que está intimamente relacionado às suas experiências pessoais de vida, de alguém que vivenciou o contexto, como vimos) quando os próprios alunos colocaram em questão a democracia atual no Brasil, fazendo uma relação entre passado e presente. Aqui, podemos perceber como em sua narrativa a professora Regina busca destacar o aspecto dialógico de sua aula, quando conta que foi respondendo com outras perguntas para que os próprios alunos tirassem suas próprias conclusões, reforçando a sua concepção de ensino de história como uma conversa, como uma troca de conhecimento e de experiência com os alunos.

Nesse ponto, partindo da discussão sobre democracia no Brasil, Regina dialoga com os alunos sobre a realidade presente vivida por muitos deles em época eleitoral: a questão da indução de votos por meio de uma política assistencialista, o “voto de cabresto”, por um líder religioso de uma igreja que o aluno frequenta ou por alguma autoridade política que domina uma área mais pobre onde o aluno mora. Aqui, Regina comenta da necessidade do aluno ter uma consciência política do seu voto, incentivando o mesmo a pesquisar sobre os políticos em questão, a conhecer suas propostas, perceber os interesses que estão por trás dos discursos e não só votar em troca de alguma coisa. Nesse ponto, Regina enfatiza que conversa muito com seus alunos sobre a questão da educação pública no Brasil, a precarização da escola pública e a desigualdade de oportunidades existentes entre os seus alunos e os alunos das escolas particulares “de elite”, como forma de incentivar os seus alunos a “batalharem” politicamente por uma educação mais democrática e igualitária. Aqui, a professora Regina percebe uma íntima relação entre educação e conscientização política dos alunos para atuação e a sua aula

---

<sup>661</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

<sup>662</sup> PENNA, Fernando; SILVA, R.C.A. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.

de história aparece como um espaço que oferece condições para os alunos terem uma visão mais problematizadora da realidade.

Desse modo, podemos perceber que Regina procura conversar com seus alunos sobre uma concepção de história e de ensino de história que está muito próxima das suas experiências e memórias como pessoa-professora. Aqui, podemos retomar as suas lembranças da infância e adolescência quando questionava as atitudes do pai, contestava suas posturas e queria “descortinar” as histórias que ele contava e os outros lados da visão de mundo que ele colocava dentro de casa, e perceber que, atualmente, como professora, quer que os seus alunos também tenham essa percepção da história como um ato de “descortinar” outras histórias, por meio da conscientização política. Além disso, podemos dizer também que Regina procura ser para os seus alunos o que o professor Emir foi para ela durante o pré-vestibular, quando ele se mostrou um professor destemido com suas aulas contestadoras, algo que também é uma marca de sua prática docente em História.

No que diz respeito ao seu posicionamento em relação ao “Escola Sem Partido”, Regina se coloca contra o projeto, principalmente, por todas essas experiências que vive em sala de aula com seus alunos. Aqui, posiciona-se firmemente contra qualquer interferência em sua autonomia docente e afirma que, mesmo no contexto do ESP, e enfatizando novamente sua característica “rebelde” e “contestadora”, continua politizando o conhecimento histórico em sala de aula e incentivando os alunos a terem uma visão crítica da sociedade: “eu converso com eles, continuo tendo a mesma atitude que eu sempre tive, sabe? [...] E quanto mais eles estão apertando o cerco mais eu estou sentindo a importância, a necessidade de conversar com eles sobre isso.”<sup>663</sup>

Nesse contexto de acusações e perseguições estimuladas pelo ESP em torno da questão da “doutrinação política e ideológica” dos professores, podemos refletir sobre duas questões importantes a partir das experiências da professora Regina como docente. A primeira está relacionada às suas experiências de relação professor-aluno. No contexto da concepção de professor como “doutrinador” e de aluno como “audiência cativa” reproduzida pelo ESP, Regina relata uma experiência completamente distinta em sala de aula, em que deixa claro a importância da conversa e da troca entre o professor, que “não é dono da verdade”, e o aluno, que questiona e tem posicionamentos próprios, ou seja, que não está passivo diante do que o

---

<sup>663</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

professor diz em sala. Nesse ponto, vale destacar uma situação vivenciada por Regina em sala quando conta sobre um aluno que teve durante o ensino médio e que gostava muito desse aluno justamente porque ele tinha um pensamento político e ideológico diferente do seu e se posicionava dentro de sala. Como ela diz:

“Eu vou até dizer que foi bem estimulante. É instigante, entendeu? Eu não posso chegar e avaliar mal um aluno que discorda de mim, muito pelo contrário! Então, ele me instigava, eu instigava ele. Eu achava muito interessante. Menino novo, 17, 18 anos e já querendo fazer aquele debate mesmo, né? Agora, na medida do possível eu também procurava mostrar a ele que grande parte do que ele estava defendendo vem da circunstância religiosa que ele frequenta. Eu falei: ‘Eu não quero que você, ô Manso, mude, nem quero que você concorde comigo, mas eu quero que você fundamente mais isso que você está falando. Longe de mim interferir na sua fé, na sua religiosidade, na sua espiritualidade, mas procura fundamentar isso. Não é pra defender só por defender. Acredita nisso? Ótimo, mas vamos procurar os fundamentos e tal’. Aí ele ia e procurava, e aí na aula seguinte ele vinha mais forte ainda. Então foi muito bom. Sabe, me instigava bastante [...] Às vezes eu encontro um aluno mais assim, né, que tem informações diferentes, aí ele começa a debater comigo. Eu gosto, eu quero um aluno como o Manso, entendeu? Eu prefiro um aluno como o Manso do que aquele que está ali, você está falando e ele não está nem se ligando, né?”<sup>664</sup>

Neste trecho, Regina relembra que se sentia instigada pelo aluno Manso, que era um aluno que pensava diferente, argumentava e gerava um debate em sala de aula. Aqui, neste relato, podemos perceber uma questão ética importante que atravessa a maneira de ser e atuar de Regina como pessoa-professora: independentemente de seu posicionamento político e ideológico (marxista e comunista, como vimos anteriormente), a professora Regina destaca que respeitava a posição do seu aluno e inclusive o incentivava a fundamentar mais o seu argumento para não apenas “defender por defender” aquelas ideias, isto é, incentivava a conscientização política do aluno não para ele defender o que ela, professora Regina, acredita o que é certo ou errado, mas, sim, para ele defender suas próprias ideias e opiniões. Aqui, Regina reforça, por meio de sua narrativa, uma realidade dentro de sala de aula que é oposta e distinta daquela realidade concebida pelo ESP, já que a conscientização política que aparece na narrativa da professora não é sinônimo de “fazer a cabeça do aluno” e nem de “manipulá-lo” ideologicamente para aderir aos seus valores, mas, sim, de estimulá-lo a ter consciência dos seus próprios argumentos políticos, contextualizando-os e historicizando-os.

Além disso, vemos em Regina a questão do respeito à crença do aluno quando diz que não quer que Manso mude ou concorde com ela, ou seja, destaca que não quer interferir na fé privada do aluno ou de sua família, mas diz apenas para ele ter consciência da circunstância religiosa que ele frequenta para fundamentar mais suas ideias para o debate. Desse modo, como

---

<sup>664</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

conta, o aluno se sentia estimulado, “voltava mais forte” para sala de aula para defender seus argumentos, o que era positivo em sua percepção como professora. Nesse ponto, Regina apresenta uma outra forma de relação entre professor-aluno dentro de sala de aula diferente daquela defendida pelo ESP: a de que o professor de História marxista quer “doutrinar” seus alunos e de que o “professor militante não respeita a liberdade de crença e de consciência dos alunos e de sua família”. O interessante é notar como a própria professora Regina afirma que não pode avaliar mal um aluno que discorda dela, mas, pelo contrário, incentiva a independência do aluno de ter um pensamento próprio. Nesse aspecto, a narrativa da professora Regina coloca em xeque a argumentação do ESP de que os professores “constrangem” e “prejudicam”, por meio de notas baixas, os alunos que pensam diferente.

Nesse sentido, vale frisar também que na entrevista a professora Regina comenta sobre seu processo de reflexão e de autoconsciência sobre seus posicionamentos políticos e ideológicos em sala de aula ao longo de sua trajetória docente, uma segunda questão ética importante como professora. Regina lembra de uma situação ocorrida no Colégio Regente em que, durante a eleição política entre Lula e Collor em 1989, manifestou-se a favor de Lula dentro da escola, isto é, deixou claro seu posicionamento partidário.<sup>665</sup> Segundo ela, o diretor, coordenador e amigo na época, José Augusto, chamou a sua atenção sobre isso. Como ela diz:

“José Augusto falou pra mim assim: ‘Não, olha, vocês podem se manifestar politicamente, mas não partidariamente, isso não acho legal’. Eu falei assim: ‘Eu não estou percebendo que eu estou partidizando turma nenhuma, mas tudo bem, é a linha da escola e eu vou procurar me policiar e tal. E realmente, eu não posso chegar aqui na escola e fazer uma política partidária’. Naquele momento então eu comecei a repensar. Mas nunca deixei de realmente politizar as aulas né? [...] E aí eu fui medindo, porque eu tenho um senso de autocritica grande. Mas extrapolei, não dá pra ser assim. Mas eu também não vejo você trabalhar história fora desse contexto. Você tem que politizar o aluno. A gente está fazendo política toda hora! Mas aí eu consegui contornar aquela coisa mais panfletária mesmo e [tornar] uma questão mais filosófica, né, e politizar dentro de um contexto que você tem que politizar. E pra mim isso é fundamental.” (grifo nosso)<sup>666</sup>

Neste trecho, Regina deixa claro em sua narrativa que começou a repensar a questão do seu posicionamento partidário dentro de sala e afirma em sua narrativa ter consciência de que não pode fazer isso na escola, enfatizando que tem um “senso de autocritica grande” como professora. No entanto, Regina destaca também que não deixa de politizar a sua aula, já que entende que a questão política da realidade presente não está fora do contexto da história e do

<sup>665</sup> Aqui, vale dizer que a professora Regina já foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) mas hoje em dia não é mais por conta das muitas críticas que tem ao partido. Ver Apêndice I.

<sup>666</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

ensino de história, algo que é fundamental em suas aulas. Porém, trabalha essa questão não no sentido “panfletário” como diz, mas busca tornar essa questão política “mais filosófica”, no sentido de debater com seus alunos aspectos políticos mais amplos sobre o que é cidadania, democracia, o que são os partidos políticos, as eleições, etc.

Aqui, é interessante notar que por meio do próprio trabalho de reflexão sobre sua prática, a partir de conversas e debates entre os próprios sujeitos que vivenciam o espaço escolar, Regina mudou seu comportamento no que diz respeito aos seus posicionamentos políticos-partidários em sala de aula, o que evidencia mais uma questão ética que atravessa a sua prática docente e que complexifica ainda mais a realidade da escola e do trabalho do professor diante do contexto de interferências do ESP.

No que diz respeito às memórias do professor Leandro sobre suas experiências em sala de aula e sobre seu ensino de história, podemos perceber questões parecidas. Sobre sua relação com os alunos, Leandro conta das dificuldades que teve quando iniciou sua profissão docente na escola estadual e diz: “eu tive uma experiência muito ruim com uma turma, deles irem para direção reclamar de mim porque de fato eu tentava ser duro demais, talvez pela imaturidade, eu achava que eu ia ter total controle de tudo da sala de aula”.<sup>667</sup> Aqui, ao relembrar dessa situação específica, Leandro comenta também que as condições de trabalho na escola estadual dificultavam o seu dia-a-dia como professor, o deixavam “travado”, como diz, “como se tivesse uma parede afastando” dos seus alunos. No entanto, fazendo uma reflexão sobre a sua postura como professor, foi pensando em outras formas de realizar essa aproximação. Em seu relato, o professor Leandro afirma que aprendeu a construir uma relação próxima com os seus alunos “na marra”, ou seja, na prática de sala de aula e refletindo sobre a mesma. Nesse ponto, destaca também que no início de carreira preocupava-se muito com o conteúdo em si e tinha ainda uma linguagem acadêmica “muito dura”. Como diz, a partir do momento que começou a se preocupar mais com os alunos, com o seu aprendizado e menos com o conteúdo em si, “a coisa fluiu melhor” e conseguiu desenvolver uma relação mais afetiva com os mesmos.

Nesse ponto, podemos destacar que, assim como a professora Regina, Leandro também percebeu a necessidade de criar uma linguagem mais próxima da realidade dos alunos e a necessidade de se aproximar pessoalmente dos mesmos, algo que o ajudou no ensino de história. Atualmente, Leandro diz que a relação com os alunos do Pedro II: “é muito boa, eu sinto que

---

<sup>667</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)



eles se sentem à vontade pra se aproximar, perguntar, conversar, então eu sinto que eu sou acessível”. Como destaca, a relação é saudável, busca o diálogo com os alunos e procura estabelecer regras conjuntamente com os mesmos.

No que se refere à sua concepção de ensino de história e o que Leandro espera que sua aula contribua para a vida do aluno, ele diz:

“Na medida do possível, ainda que eu tenha que dar conta de um grande número de conteúdo, eu sempre tento relacionar esse conteúdo com o presente, fazer uma ponte entre o presente e o passado pra que eles vejam que um dia esse presente vira passado, e que eles politizem a atuação deles. Porque se a gente se cala, se a gente se omite, se a gente não briga hoje, a gente está contribuindo pra perpetuar muita coisa. É claro que têm aqueles que se queixam: ‘Por que eu tenho que estudar história?’. Sempre aparece. Mas na medida do possível eu tento politizar isso pra que eles vejam sentido, o porquê ele está estudando aquilo.”<sup>668</sup>

Neste trecho, podemos perceber que o professor Leandro tem uma percepção da história e do ensino de história próxima da professora Regina, quando diz que busca relacionar o conteúdo histórico com o presente dos alunos, realizando uma “ponte entre o presente e o passado”, tornando o ensino de história significativo para os alunos por meio da politização de suas atuações na realidade em que vivem. Nesse ponto, enfatiza que quer que seus alunos se percebam como sujeitos e agentes da história e que percebam que “um dia esse presente vira passado”. Aqui, Leandro busca ensinar aos alunos que a história é feita de mudanças e permanências, e que, dependendo dos seus posicionamentos, eles podem transformar ou perpetuar determinados tipos de relações sociais. Nesse sentido, Leandro afirma que quer que seus alunos: “se posicionem no presente e se vejam como responsáveis também pela construção do presente e do futuro.” Sobre a relação com o presente do aluno, isso fica mais evidente quando Leandro diz que:

“Têm aulas que eu planejo fazer uma coisa, chega aqui a gente só fala de questões atuais. Quando houve impeachment, por exemplo, eu me posicionei, expliquei porquê que eu me posicionei daquela maneira, disse que significava um golpe e eu expliquei porquê. Expliquei o que está em disputa nesse momento, os projetos do governo para Previdência, Reforma Trabalhista. E é interessante um momento como esse, porque já teve aluno perguntando sobre o Escola Sem Partido.”<sup>669</sup>

Em sua narrativa, Leandro destaca que algumas das suas aulas acabam se tornando um grande espaço de debate sobre questões socialmente vivas do tempo presente. Como ele destaca, as discussões sobre impeachment da presidente Dilma e dos projetos do governo do Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista, Previdência e PEC 241 acabam aparecendo em sala

<sup>668</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>669</sup> Idem.

de aula. Aqui, em sua fala, Leandro destaca que se posicionou politicamente diante desses debates públicos, mas enfatiza que explicou aos alunos o porquê se posicionou daquela maneira e não de outra, e explicou outros posicionamentos e o que está em disputa no momento. Nesse sentido, também posicionou-se em relação ao tema do ESP, que foi levado para sala de aula pelos próprios alunos, segundo ele.

Na entrevista, Leandro apresentou alguns argumentos deixando em evidência seu posicionamento contrário ao ESP e seus projetos. Segundo ele, o projeto ESP é uma tentativa de “criminalizar a fala do professor e de criminalizar um debate que está posto, e que pessoas sofrem por causa disso”, sobre a questão de gênero na escola.<sup>670</sup> Nesse ponto, diz que tenta problematizar com seus alunos a questão da “neutralidade política e ideológica” do professor de História, afirmando que todo professor “tem uma formação, uma certa leitura, uma formação teórica e intelectual” e que o próprio conhecimento histórico que aparece no livro didático, por exemplo, “não é fruto de neutralidade”. Como enfatiza com seus alunos: “não fica achando que: ‘Ah, o professor vai entrar na sala, vai dar aula sobre Vargas, e isso é o conhecimento puro, neutro, científico e não tem disputa sobre isso. Não! Isso também é disputado’”.<sup>671</sup> Nesse aspecto, Leandro destaca que procura politizar não só a percepção das relações sociais e históricas com seus alunos, mas também o próprio conhecimento, para que “dessacralizem o

---

<sup>670</sup> Nesse ponto, vale destacar que a discussão sobre desigualdade de gênero, homofobia e machismo é bastante presente no Colégio Pedro II, que inclusive foi alvo de várias críticas do ESP e de alguns pais durante o ano de 2016 e 2017. Na narrativa do professor Leandro fica claro que essas questões permeavam as suas aulas e nas quais debatiam esses temas com os seus alunos. Segundo Leandro, era uma demanda dos próprios alunos, visto que muitos eram mobilizados por essas questões. O professor Leandro na entrevista destaca dois acontecimentos em que esse debate sobre a questão de gênero acirrou-se na escola: quando o Pedro II colocou em prática o decreto sobre o direito do uso do nome social na escola, algo que foi pressionado pelos próprios alunos; e quando foi decretado o fim de distinção de uniforme por gênero. Nesse contexto de disputas, vários pais e mães se colocaram contra a “ideologia de gênero” na escola e criaram uma página no Facebook chamada “Pais do Col. Pedro II Contra Ideologia de Gênero e Doutrinação dos Alunos”. Ao analisarmos essa página e a página do ESP, vemos que ambas compartilham as mesmas publicações. Além disso, essa é uma questão que afeta direta e pessoalmente Leandro e que possui um significado ainda maior em debater essas questões, principalmente, a homofobia em sala de aula. Sobre ser homossexual no Pedro II, Leandro diz que se expõe publicamente, os alunos sabem e nunca teve nenhum problema de desrespeito e preconceito por parte dos alunos. Pelo contrário, alguns até se identificam e vê isso como algo positivo. No entanto, tem alguns professores no Pedro II que não veem essa questão de gênero e de sexualidade com naturalidade, e diz que “tem homofobia aqui também, tem machismo”. Cf. VIEIRA, Isabela. Colégio federal no Rio é o primeiro a aceitar nome social de alunos transexuais. *Agência Brasil*. 31 maio 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-05/colégio-federal-no-rio-e-o-primeiro-aceitar-nome-social-de-alunos> Acesso (11/02/2018); Cf. JORNAL DO RIO. Fim de distinção de uniforme por gênero no Colégio Pedro II causa polêmica. *Band Uol*. 24 setembro 2016. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldorio/videos/16005066/fim-de-distincao-de-uniforme-por-genero-no-colegio-pedro-ii-causa-polemica.html> Acesso (11/02/2018); Cf. PAIS DO COL. PEDRO II CONTRA IDEOLOGIA DE GÊNERO E DOCTRINAÇÃO DOS ALUNOS. Página inicial. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/PaisCP2/> Acesso (11/02/2018)

<sup>671</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

conhecimento” e percebam que existem múltiplas interpretações e visões do passado em disputa no presente, concepção que traz consigo desde a sua graduação, como vimos.

Além disso, é muito presente na narrativa do professor Leandro a ênfase na escola como um espaço plural onde tem professores de todos os tipos de formação, e destaca que procura conversar isso com seus alunos. Segundo Leandro: “a sala de aula é a escola, então é óbvio que tem professor do campo conservador também que está se posicionando e qual o problema? De ter outros?”.<sup>672</sup> Na segunda entrevista realizada com o professor Leandro, ele volta a afirmar:

“Porque a escola é um espaço pra todas as ideologias, ela tem que ser um espaço pra todas as propostas! Desde que não ofenda, não agrida, né? Eu não vejo problema. Então é o seguinte: o Pedro II é uma escola que abriga professores de direita, de centro, de esquerda, de extrema-esquerda, enfim, e tem que ser assim mesmo! O que não pode é esse discurso que criminaliza só a pauta da esquerda.”<sup>673</sup>

Seguindo sua reflexão de que o conhecimento não é neutro e de que a escola é plural, Leandro defende a escola como um espaço democrático da diferença, um espaço de todas as ideologias, independente de qual for posicionamento político e ideológico do professor. Nesse caso, como diz, não vê nenhum problema em um professor ser conservador, por exemplo, desde que o argumento seja feito com respeito e fundamentado. No entanto, o problema apontado por Leandro é que atualmente há uma tentativa de criminalização da “pauta da esquerda”, como se o conceito de ideologia não fosse um campo mais amplo, como se “a direita também não tivesse uma fala ideológica”. Aqui, tem um posicionamento firme contra essa percepção, já que é algo que o afeta diretamente como pessoa-professor tendo em vista a sua formação intelectual e política.

Ao afirmar a necessidade da escola ser um espaço para todos os tipos de ideologias, podemos perceber também uma questão ética importante de Leandro como pessoa-professor, baseada numa concepção de escola e democracia que, assim como a professora Regina, se aproxima da ideia da “escola do sujeito” que vimos anteriormente com Touraine. Aqui, Leandro enfatiza que a escola é um espaço de reconhecimento do outro como sujeito pessoal e coletivo, aquele que age no espaço público dotado de uma identidade política e cultural distinta, de valores, crenças e comportamentos diferentes, dotados de subjetividades, memórias e experiências de vida que são múltiplas. Sobre essa questão do reconhecimento do outro nos espaços públicos, isso fica ainda mais claro nesse trecho:

---

<sup>672</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>673</sup> Idem.

“Uma coisa que eu falo para os alunos e que eu acho que eles entendem: ‘Imagina se a gente fosse, se tudo que a gente aprende em casa, os valores que os nossos pais nos dão fossem simplesmente reproduzidos pra todos os outros espaços da vida social? A gente não teria a menor possibilidade de conhecer outras formas de viver, outros projetos, seria uma grande reprodução infinita. Então assim, tem a igreja, tem a casa e tem escolas, e a escola tem que ser plural.’ Acho que é uma lógica meio simples que eles entendem.”<sup>674</sup>

Nessa fala, Leandro procura enfatizar com os alunos a importância da escola como possibilidade de conhecimento de outras formas de viver problematizando aquela ideia reproduzida pelo ESP de que a escola não pode tratar de determinados conteúdos que possam entrar em conflito com a educação moral e religiosa que os pais dão a seus filhos. Aqui, Leandro não desconsidera os espaços da igreja e da casa, espaços privados que são legítimos e existem. No entanto, o importante para Leandro é que as pessoas também reconheçam a legitimidade da escola como sendo um espaço público plural e democrático, no sentido de colocar em um mesmo espaço de convivência diferentes sujeitos pessoais e coletivos. Aqui, podemos estabelecer outra relação com a ideia da interdependência entre o espaço público e o privado na “escola do sujeito” elaborada por Touraine, em vez de dicotomizar e separar essas duas dimensões, o que seria prejudicial à democracia.

Ao ter esses posicionamentos políticos em sala de aula sobre os debates públicos, Leandro comenta que não se sente “nem um pouco constrangido” com isso, seja porque os alunos demandam ou porque em algum momento ele mesmo achou que era importante levantar uma questão em sala. Segundo ele: “isso é algo tranquilo e eu vejo que a maioria vê isso com naturalidade, não veem uma tentativa ali de eu tentar adestrá-los. Não é isso, é uma conversa que flui numa boa entre professor e aluno.”<sup>675</sup>

Nesse ponto, assim como a professora Regina, Leandro diz que continua se posicionando no contexto do “Escola Sem Partido”, até porque, como diz: “se a gente começar a se esconder, a gente está fazendo o jogo de quem defende projetos como esse”.<sup>676</sup> Aqui, destaca que tem confiança na relação que é estabelecida com seus alunos, já que os alunos não interpretam como se fosse uma tentativa de “doutriná-los”. E completa:

“Inclusive eu falo: ‘Não vai ter ninguém que vai dizer aqui o que eu posso ou não falar em sala de aula. É um espaço em que eu exerço com responsabilidade. Então pode falar com pai, pode falar com quem quiser que aqui ninguém vai interferir!’ [tom enfático]. E outro argumento que eu utilizo é: ‘Não é porque eu defendo certas questões que vocês necessariamente vão defender, como não defendem! Isso aqui não

<sup>674</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>675</sup> Idem.

<sup>676</sup> Idem.

é uma relação de linha direta. Ou o que eu falo todo mundo diz ‘amém’”. Então eu acho que, assim...a partir dessas conversas eu percebo que eles estão cientes do que está em jogo”.<sup>677</sup>

Neste trecho, podemos perceber duas questões na fala do professor Leandro, que estão intimamente relacionadas e que revelam percepções éticas importantes da sua atuação como professor. A primeira é que Leandro procura reafirmar com seus alunos o seu espaço de autonomia docente, espaço que exerce com responsabilidade, como enfatiza, já que possui uma formação intelectual e profissional que deve ser reconhecida como legítima. Nesse ponto, Leandro se posiciona contra interferências externas que visam decidir o que ele pode ou não falar em sala e argumenta em defesa da legitimidade da escola e do professor na formação e na educação dos alunos. Isso encontra-se diretamente ligado à segunda questão, quando Leandro enfatiza o caráter dialógico e de troca entre professor-aluno. Aqui, os alunos não aparecem como uma “audiência cativa” que concordam com tudo que Leandro diz. Ou seja, existem alunos que pensam diferente e defendem ideias distintas das que Leandro defende, e isso é algo fundamental em sua narrativa sobre suas experiências em sala de aula ao ensinar história, assim como aparece na narrativa da professora Regina.

Nesse ponto, Leandro inclusive diz que tem alguns alunos na sala de aula e na escola que são a favor do ESP e enfatiza: “o nosso papel aqui de educador é realmente gerar esse debate. De maneira nenhuma a gente quer calá-los, eles podem defender. O que não pode é ter alguém querendo calar o outro, desde que a fala seja feita com respeito, né, não tem problema.”<sup>678</sup> Por fim, Leandro destaca: “uma sociedade polarizada como a gente vive agora, se a gente for capaz de formar pessoas que não avaliem pelo ódio, a partir do ódio, da cegueira, da intolerância, já vai ser um bom caminho andado”.<sup>679</sup>

Já a professora Fernanda, ao narrar sobre suas experiências em sala de aula e sobre suas relações com os alunos, compara as vivências que teve na escola municipal, onde dava aula para ensino fundamental, com as vivências na escola estadual, onde dava aula para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na entrevista, relata que tinha alguns problemas com os seus alunos homens do EJA, por conta de assédios que sofria, visto que eram homens mais adultos e faziam comentários que a incomodavam e a desagradavam. Isso fazia com que ela fosse “mais fechada” e como ela diz: “às vezes você tem que fazer aquela coisa de ser bem antipática, sabe? Ter outro

---

<sup>677</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>678</sup> Idem.

<sup>679</sup> Idem.

comportamento”<sup>680</sup>. Como vimos anteriormente, a questão do assédio e do abuso sexual é muito marcante na vida da professora Fernanda, tendo em vista as experiências traumáticas que viveu quando criança e adolescente. Como professora, ainda continuou vivenciando algumas situações de violências em sala de aula.

No entanto, na escola municipal, devido aos alunos serem mais novos, “era uma relação muito mais próxima, muito mais carinhosa”. Aqui, essa relação de afeto com os alunos fica mais evidente quando Fernanda conta, com muita emoção, de uma ex-aluna que foi baleada no “massacre da Tasso da Silveira”<sup>681</sup> e ficou paraplégica, e lembra também de outros alunos que já morreram dentro da escola pública por conta da violência urbana.<sup>682</sup>

Ao responder sobre qual a função do ensino de história e a importância das suas aulas para os seus alunos, Fernanda tem uma resposta, em parte, distinta dos professores Regina e Leandro, muito por conta dos desafios da educação pública nas escolas municipais e da realidade de vida dos seus alunos.

“Assim, é...[breve silêncio] eu não sou dessas, desse tipo de professor que acredita: ‘Ah, a única coisa que é importante é o aluno ter senso crítico’, sabe? Não, eu não acho. Eu acho que senso crítico, apenas senso crítico, é um luxo que a classe média pode se dar. Pobre não. Esses alunos vêm de uma família que não tem nada, muitas vezes os pais são analfabetos, mora dezenas de pessoas numa casa. Já tive um aluno que moravam 18 pessoas na casa com ele, um cômodo só, não tinha banheiro, isso lá em Jacarepaguá. Família do Claudio Adão. Claudio Adão era analfabeto, moravam 18 pessoas na casa dele. Então assim, chegar e falar: ‘Ah, porque o senso crítico...’. Não, para! [tom enfático] Ele precisa...tudo bem que não é esse jogo que eu quero, não quero que o mundo seja uma competição, mas ele precisa ser capaz de, minimamente, competir no mercado de trabalho, sabe?”<sup>683</sup>

Ao narrar de maneira bastante sincera, a professora Fernanda destaca que a função do ensino de história como “um senso crítico apenas pelo senso crítico” está longe da realidade de

<sup>680</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>681</sup> Cf. REDAÇÃO G1. Atirador entra em escola em Realengo, mata alunos e se suicida. *G1*. 07 abril 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/atirador-entra-em-escola-em-realengo-mata-alunos-e-se-suicida.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>682</sup> Fernanda, em sua narrativa, conta de uma atividade que faz todo o início de ano com seus alunos, em que pede para que os mesmos elaborem uma redação sobre as suas histórias de vida. Com isso, Fernanda procura ensinar sobre o que é história e que história é uma seleção de fatos, isto é, procura deixar claro aos alunos que eles não precisam contar tudo de suas vidas. Além disso, por meio dessa atividade, Fernanda também procura se aproximar dos mesmos. Na entrevista, conta que alguns alunos costumam falar pouco da sua vida, mas outros que “se abrem totalmente, e aí falam de família assassinada, de pai preso”. Nesse ponto, Fernanda destaca que começava o ano chorando, visto que sentia muita empatia pela realidade de vida dos seus alunos. Cf. MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>683</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

muitas escolas do Município. Aqui, ela enfatiza bastante em sua narrativa as dificuldades que enfrenta em sala de aula no que diz respeito a realidade da pobreza e do analfabetismo de muitos dos seus alunos, o que dificulta muito o ensino de história para esses alunos. Como diz Fernanda, primeiro, pensa que o aluno precisa ter o mínimo de formação para ser capaz de competir no mercado de trabalho, isto é, ter um trabalho digno, conseguir sobreviver, se sustentar e sustentar a sua família. Nesse sentido, como destaca: “eles têm que aprender a ler bem, escrever bem, e isso é um trabalho que eu me preocupo bastante em fazer, em ajudar eles a aprender a ler e escrever direito!”.<sup>684</sup>

Contudo, para os alunos que possuem “o mínimo de condição”, procura oferecer a história como um instrumental importante para a leitura do mundo.

“Eu tenho que ensinar eles a fazer a crítica histórica, eu tenho que ensinar eles a olhar para o mundo né? O que o Paulo Freire fala de ensinar a ler o mundo. Eu acho que tem que ensinar eles a ler o mundo, tem que ensinar a eles que nem sempre o que está sendo dito é o que está sendo feito, que o discurso não corresponde à prática na maioria das vezes, e problematizar isso, a analisar o presente olhando para o passado e pensando qual é o futuro que a gente quer. Os três tempos em diálogo sempre.”<sup>685</sup>

Neste trecho, podemos ver que a função do ensino de história para Fernanda está próxima da concepção de consciência crítica<sup>686</sup> e genética<sup>687</sup> histórica proposta por Rüsen e que também são mobilizadas, de alguma forma, pelos professores Regina e Leandro que vimos anteriormente. Aqui, Fernanda enfatiza o método de Paulo Freire, educador e teórico que é uma grande influência para sua vida como professora-educadora. O que pretende com suas aulas é ensinar o aluno a ler o mundo, isto é, ter uma percepção crítica e problematizada de sua

<sup>684</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>685</sup> Idem.

<sup>686</sup> Segundo Rüsen, o pensamento histórico-crítico injeta elementos de argumentação crítica às orientações temporais predeterminadas de nossa vida. Tal concepção crítica expressa uma negatividade, “o que não queremos ser”. Proporcionam uma oportunidade para que os sujeitos possam definir-se como não reféns de papéis e formas prescritas de compreensão de si e do outro. Desse modo, põe em questão a moral apontando a relatividade cultural nos valores, isto é, desafia os valores morais prescritos apresentando o seu contrário, abrindo caminho para a construção de novas identidades. Assim, contrasta com uma universalidade moral suposta e aparente, que se fundamenta em uma validade atemporal (que permanece entre passado, presente e futuro), o que caracterizaria, para Rüsen, a concepção histórica de tipo tradicional. Cf. RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: RÜSEN, 2010, p.66-68

<sup>687</sup> A concepção genética da história “da à vida uma concepção do curso do tempo, trata do passado como experiência e revela o tecido da mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem as mudanças” (RÜSEN apud SCHIMDT, 2011) Aqui, a mudança propriamente dita é que dá sentido à história. Essa concepção molda os valores morais a um “corpo temporal”, isto é, recupera a historicidade dos valores e a possibilidade dos sujeitos problematizarem a si próprios e procurarem respostas nas relações entre passado, presente e futuro. Desse modo, “a moral se despoja de sua natureza estática. O desenvolvimento e a mudança pertencem à moral dos valores conceituada em termos de uma pluralidade de pontos de vista, e a aceitação da concreta característica do outro, do não semelhante, e a mútua aceitação daquele outro, como a noção dominante de valor moral” Cf. RÜSEN, 2010, p.68-70

realidade e fazer com que os alunos tenham uma percepção de que, para entender o presente é preciso olhar para o passado e, ao mesmo tempo, refletir sobre o futuro. Nesse aspecto, Fernanda enfatiza que “o ponto crucial da História é o desnaturalizar”. Como ela diz:

“É chegar e mostrar que as coisas não foram sempre assim e podem ser de maneiras diferentes. Muitas das coisas que eles vivem é a realidade deles, mas não é a realidade do resto da sociedade. Porque você vê eles naturalizando muito as coisas. Você vê eles naturalizando uma pessoa morrer por falta de atendimento no hospital, sabe? E achar que é assim mesmo, que não tem vaga para todo mundo mesmo. E aí você chega e fala: ‘Ó, mas olha só, só quem morre por falta de atendimento no hospital, por falta de leito, é pobre. Vamos lá, vamos pegar aqui’. E aí ele começa a ver. Então eu acho que o desnaturalizar, mostrar que tudo é construído e que se é construído a gente pode desconstruir, pode construir de outra forma, eu acho que esse é o fundamental da história, da história na escola principalmente. Desnaturalizar tudo que é mostrado como sempre foi assim, sempre vai ser assim.”<sup>688</sup>

Neste trecho, Fernanda procura deixar claro para os seus alunos a importância deles desnaturalizarem a realidade em que vive e, novamente, em sua narrativa, aparece a questão da pobreza e da desigualdade social em que vivem seus alunos. Nesse ponto, assim como nas narrativas da professora Regina e do professor Leandro, busca fazer a relação entre as três temporalidades para enfatizar a importância da agência histórica dos alunos e de um horizonte de expectativa que está em aberto para as mudanças de suas próprias realidades. Para Fernanda, essa perspectiva de transformação, assim como para Regina e Leandro, é fundamental no ensino de história. E é interessante notar que Fernanda em suas aulas procura estabelecer relações diretas com a realidade cotidiana dos alunos, com o intuito de fazer com que a história tenha algum significado e alguma importância em suas vidas. Nesse aspecto, ela diz que sua maior conquista como professora foi quando percebeu que seus alunos começaram a entender que “a situação de pobreza deles não era por incapacidade deles ou da família deles, e eles começaram a entender que nós vivemos em uma sociedade que gera pobres e ricos”<sup>689</sup>, isto é, que a situação que eles vivem é fruto de um processo histórico mais amplo e que envolve diversas forças e agentes sociais na produção e reprodução da sociedade.

Ao lado da tentativa de desnaturalização da desigualdade social, Fernanda procura realizar o mesmo movimento em relação à questão do racismo. Como Fernanda diz, quando trabalha a questão do que é ser escravo na história, preocupa-se em tratar da questão racial relacionando isso com a realidade vivida pelos alunos, já que muitos são negros. Em sua narrativa, citou um exemplo de uma aula que deu para o 6º ano sobre Egito e sobre os Faraós,

<sup>688</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>689</sup> Idem.



e enfatizou com os alunos que os Faraós não eram brancos e, sim, negros, que o Egito fica na África e pediu um trabalho para que os alunos criassem uma maquete sobre o conteúdo dado.

“Aí você pega e repara que os Faraós são brancos e os escravos são negros. ‘Mas por que? Por que que você botou eles brancos?’. ‘Ué professora, porque eles são reis’. ‘Mas como assim? Olha ali, o que a gente falou? Que o Egito fica onde? Na África. Lembra que a gente falou que os egípcios são negros? E por que que você desenhou eles brancos?’. [risos] ‘Não sei, eu achei que era porque...’, sabe? Eles já naturalizaram! Aquilo está tão forte neles que você fala, você fala, você mostra **[Renan: Parece que o Egito não está na África, né?]** Sim, e pra além disso o papel de poder é sempre de um branco e o papel subalterno é sempre de um negro, sempre. Porque mesmo quando você vai falar dos escravos na Grécia, dos escravos em Roma, pra eles o escravo é sempre negro. E aí isso é uma coisa que eu tento trabalhar com eles o tempo inteiro, essa coisa de tentar desnaturalizar a visão do negro como escravo, como subalterno, tentar desnaturalizar isso, tentar fazer com que eles não liguem mais uma coisa a outra”.<sup>690</sup>

Além de tentar desnaturalizar essa visão do negro “sempre como escravo e como subalterno” com os alunos, Fernanda também procura desnaturalizar a desigualdade de gênero entre os alunos, tema que está intimamente relacionado com sua história de vida, como vimos anteriormente. Segundo Fernanda, como professora, via muitas das suas alunas sofrendo assédio por parte dos meninos: “você pegava turma em que o garoto achava que podia fazer e acontecer com a garota, passar a mão nela inteira na sua frente e a achar que gente ia ficar quieta”.<sup>691</sup> Diante destas situações, Fernanda começou a problematizar e conversar com eles sobre as violências e os abusos contra as mulheres, e destaca: “os meninos começavam a respeitar mais as meninas e você via tanto na questão de assédio mesmo, isso parar de acontecer, como depois você vê que, tipo, a menina começava a ser respeitada por ser inteligente, sabe?”.<sup>692</sup>

Além disso, Fernanda, em suas aulas, também procura problematizar a questão de gênero no conteúdo histórico, discutindo o papel político e social da mulher no decorrer da história, algo que traz consigo desde a graduação por influência da professora Helena, como vimos no tópico sobre sua formação intelectual, acadêmica e política. Citando exemplos de aulas, conta que procura enfatizar: o papel das mulheres na Grécia, destacando os motivos das mulheres não serem consideradas cidadãs; o papel das mulheres como responsáveis pela Revolução Agrícola; e o papel das mulheres na mitologia egípcia.

“É isso, o tempo todo resgatar o papel das mulheres, a existência das mulheres na política *stricto sensu*, mas, também, fora né? Entender que toda a existência humana é política. Todo momento tentando mostrar mulheres importantes e não naturalizando,

<sup>690</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>691</sup> Idem.

<sup>692</sup> Idem.

a identidade. Não naturalizado o que é ser homem, o que é ser mulher. A meu ver você trabalhar gênero na escola é justamente você problematizar que identidades são construídas e ‘o que é ser homem’ e ‘o que é ser mulher’ variou de época para época”.<sup>693</sup>

Neste trecho, podemos ver que o posicionamento intelectual e político da professora Fernanda sobre a questão de gênero não deixa de aparecer na sua maneira de abordar o ensino de história em suas aulas. Além de problematizar a questão do abuso e do assédio das mulheres com seus alunos, acredita ser importante também trabalhar as mudanças e as variações dos papéis de homem e mulher na história, desnaturalizando a questão da identidade e as relações de poder na sociedade. Desse modo, podemos perceber que essa questão de gênero perpassa tanto a sua vida como militante do movimento PCESP, como historiadora no campo de pesquisa sobre gênero e sexualidade e como pessoa-professora em sua prática docente.

Aqui, é importante retormarmos os debates nos capítulos anteriores em torno da “ideologia de gênero”, algo que é bastante enfatizado pelos membros e defensores do ESP em seus argumentos. Como vimos, a questão de gênero e sexualidade aparece como um tema delicado no que se refere à discussão entre professores e alunos em sala de aula. Como vimos acima, tanto no posicionamento da professora Fernanda quanto no posicionamento do professor Leandro, ela mulher e ele homossexual, a questão de gênero é algo fundamental em suas vidas tendo em vista que são questões que atingem diretamente à sua posição como pessoa-professor e como sujeitos pessoais e coletivos nos espaços públicos. Aqui, retomamos novamente a indissociabilidade da relação entre o “eu” pessoal e o “eu” profissional na prática docente, questão essencial que perpassa todas as histórias de vida aqui analisadas e de outros professores em atuação. Tendo isso em mente, como esses professores deixariam de trabalhar essas questões em sala de aula já que é um tema importante em suas histórias de vida? Nesse caso, se continuam abordando essas questões em sala de aula, qual seriam os limites de suas atuações como professores?

Nesse ponto, vale frisar que, na narrativa da professora Fernanda, assim como na narrativa da professora Regina e do professor Leandro, há um trabalho de reflexão sobre a sua própria prática docente e sobre o que se pode ou não se pode fazer em sala de aula como professora. Aqui, por meio de um trabalho de autoconsciência sobre suas adesões à valores e sobre suas ações baseadas em decisões de foro pessoal/profissional, como nos diz Nóvoa, Fernanda destaca que, por mais que problematize e procure desnaturalizar a questão de gênero

---

<sup>693</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

com seus alunos, ela não toca no assunto sobre sexualidade e orientação sexual com eles. Como ela diz:

“Uma coisa que eu gostaria muito de trabalhar e que eu não trabalho é relacionado à orientação sexual. Essa é uma seara que eu ainda não consegui me meter dentro da aula. Por exemplo, problematizar a homossexualidade na Grécia. Não. Não vou trabalhar isso com os meus alunos. **[Renan: Você acha que você teria resistência da escola, de pais?]** Muita! Muita. Porque assim, essa resistência é a mais difícil, porque os alunos eles oferecem resistência, mas com eles dá pra dialogar. E é uma coisa viva pra eles, né? Eles tão vivendo a descoberta da sexualidade, eles querem saber. Mas é uma coisa que eu não banco. Eu não consigo me colocar nessa linha de tiro. Eu quero uma coisa que seja mais palatável. Porque discutir gênero, essa questão de ser mulher e ser homem não foi sempre a mesma coisa, já é difícil, sabe? Já é difícil desnaturalizar isso, que dirá outras identidades, outros quereres, outros amores, isso eu acho muito complicado, muito!”<sup>694</sup>

Neste trecho, podemos perceber que a professora Fernanda, em sua narrativa, deixa em evidência que possui consciência dos limites de sua prática docente em sala de aula no que se refere à discussão sobre sexualidade com seus alunos. Nesse ponto, apesar de debater e defender a importância das discussões dessas questões em outros espaços, por exemplo, atuando no movimento PCESP e atuando como pesquisadora, Fernanda reconhece a dificuldade de conversar sobre esse tema com os seus alunos dentro de sala de aula, por conta das resistências da escola e dos pais dos alunos, da resistência dos alunos, e também porque, pessoalmente, entende que é um assunto complicado. Nesse aspecto, podemos relembrar das representações negativas e das desqualificações da imagem do professor reproduzidas por membros e defensores do ESP – do professor militante das questões de gênero que “enfia goela abaixo do aluno” uma cartilha com os direitos LGBT e da professora da escola pública que vomita “lixo” na cabeça do aluno e diz que tudo que ele precisa saber é de “sexo” – e chamar atenção para a importância de refletir sobre as práticas e experiências concretas dos professores de História em sala de aula como forma de complexificar e problematizar essa visão de docência e de escola. Aqui, as experiências da professora Fernanda, da professora Regina e do professor Leandro, nos ajudam a ter esse olhar mais próximo das nuances e dos detalhes que permeiam as decisões dos professores em sala de aula para além das questões estritas dos seus posicionamentos políticos e ideológicos.

No que diz respeito à narrativa do professor Diogo, também integrante do movimento PCESP podemos perceber que, durante a entrevista, o professor também realiza uma reflexão sobre sua prática docente em sala de aula e sobre seu posicionamento político ao ensinar

---

<sup>694</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

história. Como vimos anteriormente, sobre sua relação com os alunos, Diogo destaca os desafios de criar uma relação mais próxima com os alunos do pré-vestibular, tendo em vista lógica fugaz do curso e a dificuldade de não conseguir acompanhar de perto um aluno como conseguiria em uma escola. Porém, em sua narrativa, Diogo destaca que tenta criar essa aproximação por meio de uma linguagem mais próxima do cotidiano dos alunos do pré-vestibular, realizando piadas, fazendo relações com filmes e séries, e procura relacionar isso com o conteúdo, com a intenção de aproximar os alunos do conhecimento histórico. Como nos diz Diogo: “eu gosto dessa ideia da narrativa como instrumento pedagógico”. Nesse ponto, é interessante notar que foi o elemento narrativo dos professores em sala de aula que lhe chamou atenção desde o ensino médio quando era aluno, isto é, a “mágica” que os professores faziam, de transformar o conteúdo histórico em uma narrativa significativa e interessante para os alunos, e que hoje tem essa experiência em sala de aula. E isso também o ajudou na aproximação pessoal com os alunos. Como diz, hoje em dia: “a minha relação com os alunos é mais próximo de uma amizade do que só de uma relação profissional”.<sup>695</sup>

Essa questão da narrativa também aparece relacionada à sua concepção de ensino de história para os seus alunos de pré-vestibular. Como diz o professor Diogo, a função do ensino de história,

“É mostrar que a gente pode se relacionar com esses conteúdos e que esses conteúdos não são só conteúdos. Que a gente pode criar uma relação de empatia com esses eventos, com esses acontecimentos, com essas narrativas. E mostrar que essas narrativas, que esses processos, que essas dialéticas, que essas relações, elas podem ser instrumentalizadas para gente poder entender a nossa... a nossa própria vivência. De pensar o ensino de história como um ensino que talvez não amplie o horizonte de expectativa, mas que pelo menos ajude a alimentar o espaço de experiência. Que dê para os alunos a condição de mostrar que tanto socialmente quanto cronologicamente, temporalmente, a gente não está numa ilha. E de que a gente pode usar o passado, o conhecimento sobre o passado de várias formas. Talvez não necessariamente para o bem, mas não necessariamente para o mal. Mas a gente pode usar o passado de uma certa forma. O passado não está lá e a gente tá aqui. As duas coisas estão juntas.”<sup>696</sup>

Neste trecho, narrativas, processos e relações dialéticas da história são concebidos por Diogo como instrumentos para que os alunos entendam a realidade presente em que vivem. Aqui, assim como os professores que destacamos anteriormente, Diogo também considera importante fazer relações entre a realidade passada e o presente dos alunos, entretanto, com uma abordagem distinta. Diferente dos outros professores que vimos, Diogo pensa o ensino de história mais como uma forma de entender o presente e a sociedade como um resultado de um

<sup>695</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

<sup>696</sup> Idem.

passado, isto é, como uma forma de “ampliação do espaço de experiência dos alunos”, como diz, do que como uma forma de agir tendo em mente um horizonte de expectativa futura em aberto. Nesse ponto, Diogo não dá ênfase a essa perspectiva futura de atuação, mas enfatiza a importância de entender os usos do passado no presente e que o passado pode ser usado de várias formas, tanto para o bem quanto para o mal.

Nesse aspecto, o professor Diogo em suas aulas procura estimular debates com os alunos sobre questões socialmente vivas do tempo presente, colocando-os para discutirem entre si e mostrando como existem diferentes argumentos e interpretações em disputa tanto pelo passado quanto pelo presente. No início da sua experiência como professor, Diogo conta que tentava realizar “aulas de debate” com esses alunos, mas que não deu certo porque acabou criando uma “impressão de que aquilo é uma coisa separada, de que aquilo é uma tangente” das aulas de conteúdo em si. Segundo ele: “Então você já está mostrando que aquilo está por fora da rotina, então se está por fora da rotina, talvez na cabeça do estudante isso não faz muita diferença”.<sup>697</sup> Vendo que dessa forma não estava dando certo, tentou de outras, buscando “naturalizar o debate dentro do conteúdo e sempre observar no momento em que dá para inserir um assunto fora do normal”.<sup>698</sup> Nesse sentido, conta de alguns exemplos de aulas que se tornaram grandes debates em sala, como, por exemplo, relacionando Grécia Antiga, mais especificamente uma aula sobre pólis grega e método socrático, com as ocupações das escolas pelos alunos no ano de 2016.

Sobre a relação da pólis grega com a ocupação das escolas pelos alunos, conta que ao tratar sobre a ideia de cidade-Estado falou sobre a divisão entre o espaço político, o espaço privado e o espaço público-privado na Grécia e relacionou com o presente dos alunos.

“Aí tem que dar os exemplos, né? Tem que falar: ‘O que é o espaço político?’ ‘O espaço político é a esplanada dos Ministérios, a Câmara dos Deputados, é a ALERJ’. ‘O espaço privado é a sua casa’. ‘E o que é o espaço público-privado?’. ‘O espaço público-privado é isso aqui, é a sala de aula’”.<sup>699</sup>

O interessante é notar nesta fala algumas das referências teóricas usadas por Diogo para abordar a questão do público e privado no ensino de história, baseando-se nas leituras de Hannah Arendt e Gert Biesta, leituras que são fundamentais para o movimento PCESP, como vimos anteriormente. Após realizar esse trabalho de definição conceitual com os alunos, Diogo estabelece uma relação com as ocupações das escolas, comentando sobre um estudante que foi

---

<sup>697</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

<sup>698</sup> Idem.

<sup>699</sup> Idem.

morto por um colega dentro de uma escola ocupada no Paraná<sup>700</sup> e coloca algumas questões para os alunos a partir deste acontecimento: “Quem se responsabiliza? Onde que a gente pode discutir? Qual o papel de cada instituição, de cada órgão da sociedade dentro dos nossos espaços de convivência?”. A partir dessas questões, Diogo conta um pouco sobre o debate.

**[Renan: E os alunos participaram do debate?]** Participaram! É... nesses debates eu sempre tento me colocar na posição meio que de intermediário. Talvez uma pessoa possa me acusar de tentar ser ‘isentão’ mas eu gosto de pensar que eu sou intermediário, que eu quero ouvir eles falando. E aí a tensão e o conflito era entre um aluno, principalmente um aluno defendendo a ideia de que a responsabilização tem que partir pura e simplesmente do indivíduo. A culpa não é de mais ninguém, a culpa é do indivíduo, a sociedade não tem que se responsabilizar pelo que cada um faz. E outra parte da turma defendendo o contrário, defendendo que, a sociedade é uma coleção de indivíduos, ninguém é uma ilha, então a gente precisa buscar outras formas de se relacionar com isso. Ninguém chegou a conclusão nenhuma, como toda discussão que fala sobre cidadania, individualidade, coletividade. A discussão não chegou em lugar nenhum, mas teve conflito”.<sup>701</sup>

Neste relato, Diogo conta que os alunos se animaram com o debate e participaram ativamente, havendo uma divisão de opiniões sobre o assunto. Como diz, o debate não teve um conclusão, mas destaca que o importante é ter o conflito de ideias e de argumentos sobre a questão. Nesse ponto, Diogo enfatiza sua posição como professor nessas discussões, como um intermediário, querendo ouvir o que os alunos têm a falar para depois se posicionar. Como ele diz: “se eu vou me posicionar eu sempre tento deixar o meu posicionamento ser uma consequência do que um aluno fala [...] Eu tento ser muito mais reativo do que proativo nesse aspecto, porque eu prefiro que os alunos sejam proativos.” Nesse sentido, Diogo prefere trabalhar esses debates ouvindo e orientando os argumentos dos alunos e mostrando as divergências de posições. Aqui, podemos ver uma questão ética docente importante na posição de Diogo como professor, que valoriza a dimensão subjetiva dos alunos e suas participações ativas em suas aulas. Ou seja, aqui, Diogo pensa a própria sala de aula como um espaço democrático público de respeito e de reconhecimento ao lugar de fala do aluno e também incentiva os seus alunos a terem essa mesma percepção entre si, algo que está muito vinculado às suas experiências políticas e intelectuais atualmente por meio do movimento PCESP.

Ao contar sobre esses debates em sala, Diogo relembra de algumas situações de debates que tiveram a participação de alunos que apoiam o político Jair Bolsonaro, alunos que se consideram anarco-capitalistas e que fazem críticas à democracia, assumindo seus

<sup>700</sup> Cf. REDAÇÃO G1. Adolescente é encontrado morto dentro de colégio estadual ocupado. *G1-PR*. 24 outubro 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html> Acesso (11/02/2018)

<sup>701</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

posicionamentos políticos. De acordo com Diogo, “é sempre legal” quando tem um aluno assim, “porque te permite tratar de vários outros assuntos que você não teria oportunidade de falar naturalmente”. Sobre a relação com esses alunos, Diogo enfatiza:

“É um bom relacionamento. Eu tento, com esses alunos especificamente, construir o melhor relacionamento possível, o melhor relacionamento possível! Porque, do contrário, eu vou fechar o portão em geral. Se eu tiver um relacionamento mais é... conflituoso, mais de antagonismo com esses alunos, aí ferrou de vez! Aí não vai ter como. Então, eu tento...eu me policio em aspectos específicos dentro de sala de aula. Mas um aspecto que eu tento me policiar muito, muito, muito, muito mesmo é esse aspecto, nessa relação com esses alunos. Porque são os alunos que eu acho mais interessantes, porque eles são alunos que já têm um posicionamento político, né? Você é anarcocapitalista, você já tem um posicionamento político, ou se você é liberal ou se você é mais libertário, é muito interessante [risos]. É muito fascinante ver uma pessoa de 16 anos que tem um posicionamento tão forte sobre esse tipo de coisa. Então isso exige um cuidado maior. Isso exige um cuidado maior justamente pra você poder manter essa fagulha que deu origem a isso nesse moleque, nessa menina, mas ainda sim permitir que ele escute a coisa diferente que você tem para dizer para ele.”<sup>702</sup>

Nesse trecho de sua narrativa, é bastante interessante notar na fala do professor Diogo a sua ênfase no que se refere ao relacionamento com esses alunos em específico que tem um posicionamento político e ideológico diferente do seu. Aqui, podemos perceber outra questão ética que norteia as suas decisões como professor em sala de aula, quando diz que procura ter o melhor relacionamento possível com esses alunos ao invés de ter um relacionamento conflituoso com os mesmos. Segundo Diogo, destaca que se policia muito (e aqui diz repetidas vezes em sua narrativa para expressar o significado que isso tem em sua prática docente) em “não transformar uma provocação saudável em um antagonismo destrutivo”, e isso acabar criando um distanciando entre ele e os alunos, “fechando o portão” do diálogo. Aqui, nesse ponto, muito do próximo da narrativa da professora Regina e do professor Leandro, essa não é a intenção do professor Diogo, mas, pelo contrário, a intenção é reconhecer o espaço de voz do aluno dentro de sala de aula e seu espaço de posicionamento político e ideológico, independente de qual seja. Desse modo, como destaca Diogo, assim como a professora Regina, sente-se fascinado ao ver que os meninos com 16 anos já possuem um posicionamento político forte e enfatiza que é preciso manter essa fagulha acesa, mas, ao mesmo tempo, permitir que ele escute algo diferente e que tenha oportunidade de refletir sobre seus próprios argumentos e opiniões. Aqui podemos retomar novamente a ideia da escola do sujeito por Touraine, quando afirma que a base da relação entre os sujeitos em uma democracia é o próprio reconhecimento do diferente. Nesse caso do professor Diogo, assim como dos outros professores vistos anteriormente, ao reconhecer o aluno como sujeito em sala de aula, vislumbra-se a possibilidade deste aluno

---

<sup>702</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

reconhecer os outros alunos como sujeito e as outras pessoas fora da escola também como sujeito, já que ele se sente reconhecido e respeitado, nutrindo, dessa maneira, a crença em uma educação democrática.

Além disso, vale frisar também como o professor Diogo, em seu trabalho de autoconsciência como docente, busca separar a sua ação como militante no PCESP da sua ação como professor em sala de aula. Fora de sala aula e atuando no movimento, podemos ver como Diogo, por meio dos seus vídeos no Facebook, textos e artigos escritos, possui uma posição firme contra o ESP e de forte crítica aos argumentos da família Bolsonaro, por exemplo, grande apoiadora do ESP, como vimos, e à qualquer tipo de posicionamento considerado homofóbico, racista e machista. Entretanto, dentro de sala de aula Diogo possui outra postura como professor, tendo em vista, antes de tudo, o respeito pela capacidade do aluno de agir politicamente e também a preocupação com o seu aprendizado, como vimos acima. Aqui podemos perceber que o professor Diogo, assim como a professora Fernanda, possui um discernimento sobre os limites de sua atuação como militante no movimento PCESP e das suas ações como docente.

Em relação à narrativa do professor Raphael, sobre suas experiências em sala de aula, vimos anteriormente que o professor relata que enfrentou alguns problemas no que diz respeito ao comportamento dos alunos do ensino fundamental em sala. Segundo ele, não teve problemas de vivenciar brigas e xingamentos entre os alunos, mas os alunos gritavam e corriam, e como diz: “é mais estresse de toda a hora ficar dando esporro em alunos diferentes, ou no mesmo aluno”.<sup>703</sup> Essas vivências cotidianas em sala de aula, como vimos acima, acabaram desestimulando Raphael a continuar na profissão docente. Por meio de sua narrativa, relata como se não tivesse uma relação próxima com seus alunos por conta dessas situações. Contudo, na entrevista ele nos conta um pouco das suas experiências como professor.

No que se refere à sua prática docente em História, Raphael conta que se baseava muito no livro didático para preparar suas aulas. Segundo ele: “basicamente, eu extraía tudo do livro didático. Porque você tinha que passar um trabalho, prova, uma ou duas provas, geralmente era tudo do livro didático”.<sup>704</sup> De acordo com Raphael, “o professor tem que se ater ao livro [...], tem que estar respaldado pelo livro didático”. Desse modo, preparava sua aula anotando o conteúdo no papel e colocava no quadro para os alunos copiarem e, enquanto falava sobre o

---

<sup>703</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>704</sup> Idem.



conteúdo, fazia algumas observações, mas sem problematizar muito, como destaca. Aqui, vale frisar que, no dia da entrevista, Raphael levou o livro didático que costumava se basear para elaborar suas aulas.<sup>705</sup> Segundo Raphael – e aqui, novamente em sua narrativa, busca reforçar o seu apoio ao ESP e a necessidade da aprovação do seu Projeto de Lei – esse livro didático “é o menos pior do que os outros, que possuem um mesmo viés de esquerda”.<sup>706</sup> Como diz, ainda que o livro tenha “um viés marxista, ele não é um livro que diz, por exemplo, que o capitalismo é um inferno e o socialismo é o céu. Ele mostra: bloco capitalista, bloco socialista, tem uma abordagem...é mais equilibrado”.<sup>707</sup> No entanto, Raphael não deixa de citar um exemplo do livro que assume “um viés marxista” de interpretação da história, no que se refere à explicação da divisão social no período feudal. Segundo ele, o livro apresenta uma “visão simplista” da relação entre o clero e a nobreza, que aparecem como os grupos dominantes reservados à oração e à defesa e o campesinato como o grupo dos dominados e explorados. Aqui, segundo Raphael, o livro procura dar ênfase ao conflito de classe marxista a partir dessa perspectiva. Como destaca Raphael, “quando você vai estudar de fato a história”, clero e nobreza não eram aliados, mas “viviam em pé de guerra”. Desse modo, segundo ele, trabalhava algumas dessas questões com os alunos.

Outro exemplo de crítica que faz ao livro didático, e que também trabalhou com os alunos e procurou enfatizar na entrevista, é a ideia de que o Renascimento Cultural e Urbano resgatou a cultura clássica. Como Raphael enfatiza, em sua perspectiva, esse resgate já vinha sendo feito pela Igreja Católica, pelos monges copistas, desde o período medieval, e que preservavam muitos escritos de Aristóteles e outros filósofos. Como diz, essa perspectiva da história não aparecia e não era valorizado no livro. Aqui, é interessante notar que em toda sua narrativa durante a entrevista, Raphael procurou destacar várias vezes o papel de importância da Igreja Católica na formação do pensamento e da cultura ocidental em diversas dimensões da sociedade, algo que, segundo ele, não é muito valorizado na história.<sup>708</sup> Nesse ponto, podemos

---

<sup>705</sup> Aqui, vale destacar que o livro de História utilizado por Raphael para preparar suas aulas é um livro de edição de 1994, ou seja, um livro mais antigo em relação aos livros didáticos mais atuais que contam com interpretações historiográficas mais recentes. Cf. PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. *História Moderna e Contemporânea*. Editora Ática. 7ª Edição, 1994.

<sup>706</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>707</sup> Idem.

<sup>708</sup> Na entrevista, Raphael fala, em tom crítico, da representação negativa que se tem do período da Inquisição da Igreja Católica na historiografia e no ensino de história, e enfatiza a necessidade de “tirar a limpo a história da Inquisição”. Na entrevista cita livros e pesquisas que são referências para sua formação intelectual e que problematizam a questão da prática da tortura pela Inquisição e que destacam as contribuições da Inquisição e da Igreja Católica para a “civilização ocidental”. Aqui, baseia-se em leituras como a do autor Thomas Woods, que vimos no tópico anterior e que é uma de suas referências.

perceber que essa ênfase está intimamente vinculada à sua formação intelectual, política e religiosa que vimos acima e também vinculada à sua crítica à interpretação secularizante da história. Nesse sentido, fazendo essas críticas ao livro didático, afirma que, em sua concepção, o professor de História atua como sendo “uma lente” em sala de aula: “você tem o material, o professor que é a lente, e o aluno”, isto é, o professor atua como se fosse um intermediário de informações, assuntos e concepções entre os materiais didáticos e os alunos.

Em sua narrativa, podemos perceber também que o professor Raphael, assim como os outros professores que vimos acima, estabelece algumas relações entre o conteúdo das aulas com a realidade presente dos alunos, como forma de trabalhar o que é importante no ensino de história. Como dissemos e vimos anteriormente, esses professores estabelecem essa relação com o presente por meio de escolhas e decisões que estão relacionadas à sua trajetória de vida e à sua formação intelectual e política como pessoa/cidadão. No entanto, o interessante é perceber que essa relação entre passado/presente assume uma roupagem distinta na prática docente de Raphael justamente porque o professor possui uma postura política e ideológica singular em relação aos outros professores entrevistados. Na entrevista, Raphael, cita um exemplo de aula na qual problematizou a questão do “Estado forte” do governo do PT, assumindo sua postura política como uma crítica à essa forma de governo e ao regime petista. Segundo ele:

“O Brasil tem uma presença estatal muito forte, muito pesada. É lógico que a esquerda promove esse Estado pesado, forte, grande, mas isso já vem da história do Brasil. E eu faço muita associação dessa história do Brasil de ‘Estados fortes’. Você vê que o Brasil, quando tem alguma coisa de âmbito liberal na economia, é um escândalo: ‘É o JK entreguista’, entendeu? ‘Ah, o Collor’. O Collor tem uma frase mais ou menos assim: ‘os nossos carros são como carroças’. Para que? Para promover o neoliberalismo mesmo. Isso é tido como entreguismo, como uma coisa absurda. Por quê? Porque a formação brasileira é essa. Então, eu tento associar a mentalidade do brasileiro com todo esse passado, de 500 e poucos anos de história. A mentalidade do povo hoje com a história do Brasil, desde Tomé de Souza, essa mentalidade esquerdista que vigora no Brasil, que é muito forte.”<sup>709</sup>

Em outros aspectos, também podemos perceber essa relação indissociável entre a sua formação intelectual e política e a sua prática docente em História. Assim como os outros professores entrevistados que vimos acima, a sua concepção de história e de ensino de história está muito vinculada à sua maneira como entende e vê o mundo, as relações sociais, etc. Sobre qual é a função da história para os seus alunos e a importância de estudar história na escola, Raphael diz:

---

<sup>709</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

“Você veja bem, história serve para a gente não repetir as bobagens do passado. Preservar as coisas passadas boas e não repetir as bobagens, e mudar, mas não em um tom revolucionário. Toda mudança tem que ser pontual, é mentalidade conservadora! [tom enfático]. Toda mudança tem que ser pontual, nada brusco. História serve para isso. Para você olhar o passado e ver: ‘Onde nós erramos? O que deu certo? O que não deu?’”<sup>710</sup>

Neste trecho, o professor Raphael apresenta uma concepção histórica distinta dos outros professores entrevistados, já que suas formações políticas e intelectuais são diferentes e até mesmo opostas. Aqui, ao analisarmos com base nas tipologias das concepções históricas propostas por Rüsen, podemos perceber que Raphael compartilha, ao mesmo tempo, uma concepção tradicional<sup>711</sup> e exemplar<sup>712</sup> da história, no sentido de que a história cumpre um propósito tanto de “preservar as coisas boas” quanto de “não repetir as bobagens” do passado, e isso referente aos valores, crenças e costumes de uma determinada sociedade, servindo, assim, como exemplos a serem seguidos ou não no presente.<sup>713</sup> Nesse ponto, Raphael, como ele mesmo se identifica, destaca que essa concepção é uma “mentalidade conservadora” da história, tanto pela questão de preservar os valores e os costumes tradicionais da sociedade quanto pela concepção de mudanças na história, isto é, reconhecer que tem que haver mudanças, mas

<sup>710</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>711</sup> Segundo Rüsen, na concepção histórica tradicional as tradições são elementos indispensáveis de orientação dentro da vida prática, e sua negação total conduz a um sentimento de desorientação massiva. A consciência histórica tradicional funciona em parte para manter vivas essas tradições. Nessa concepção os acontecimentos do passado determinam as escolhas e as ações dos sujeitos no presente, havendo uma continuidade temporal dos modelos de vida e os modelos culturais prescritos além do tempo. Aqui, a orientação histórica tradicional define a moral como tradição, isto é, a moral como uma estabilidade inquestionada. Cf. RÜSEN, 2010, p.62-64.

<sup>712</sup> Na concepção história exemplar são as regras e não as tradições que são utilizadas como argumentos para a ação dos sujeitos, isto é, ensinam que curso de ação tomar e o que devem evitar fazer. Aqui, a consciência histórica se refere à experiência do passado na forma de casos que representam e personificam regras gerais de conduta humana. A história é vista como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente, como algo didático. “O pensamento histórico exemplar revela a moralidade de um valor ou de um sistema de valores, culturalmente materializados na vida social e pessoal, através da demonstração de sua generalidade: ou seja, que tem uma validade que se estende a uma gama de situações. Conceitua-se a moral como possuindo validade atemporal”. Cf. RÜSEN, 2010, p. 65-66

<sup>713</sup> Na entrevista, Raphael cita um exemplo prático sobre essa questão da história exemplar ao tratar da história dos EUA. Nesse relato, podemos perceber mais uma vez como sua concepção de história está vinculada à sua formação política e ideológica, principalmente no que se refere à defesa da liberdade de mercado, do Estado mínimo e de crítica aos programas sociais de governo, bastante próximo dos argumentos mobilizados pelos membros do “Escola Sem Partido”, como vimos no primeiro capítulo. Segundo ele: “*Você vai ver a história dos Estados Unidos. As pessoas têm uma tendência a olhar para os EUA como crítica. Eu, particularmente, não olho. Eu tenho a tendência ao seguinte: ‘espera aí, é o país mais rico do mundo, o que esses caras fazem para serem os mais ricos do mundo? Como é a história deles? Como é o tipo de mentalidade que vigora naquele país?’ E tentar adaptar para cá o que dá certo no mundo. Quer dizer, por exemplo, você chega no Facebook – e isso eu estou falando até lidando com professores de História –, você faz uma abordagem assim: ‘Sou contra a bolsa, sou contra a cota’. O cara já acha que você é o reacionário, não gosta de pobre. Quando você vai ver, na prática mesmo, os países que tem mais prosperidade social são os países com maiores índices de liberdade econômica. No Brasil, as pessoas ainda não conseguem fazer essa associação, de que a liberdade econômica, no final das contas, cria prosperidade social.*” GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

mudanças graduais, “nada brusco”, como enfatiza. Aqui, fica evidente a fala de Raphael contrária à ideia “revolucionária” de história baseada em mudanças radicais, vinculada, principalmente, ao marxismo criticado pelo professor.

Aqui, é interessante destacar que essa concepção de história tradicional e exemplar também está relacionada à sua visão crítica ao “relativismo” nos dias atuais, como vimos acima. Nesse ponto, a crítica ao relativismo encontra-se tanto no plano epistemológico do conhecimento histórico quanto na dimensão cultural e moral das ações dos sujeitos. No campo epistemológico, Raphael tem a convicção de que o relativismo é um “paradoxo, uma contradição”, tendo em vista que, “se a verdade é relativa e existem várias verdades nada pode ser verdadeiro”, e conclui: “Então existe ‘a verdade’. E aí é essa ‘verdade’ que a gente tem que buscar, só que ela é complicada. Só que a gente está no mundo do relativismo atualmente, pelo menos no mundo ocidental.”<sup>714</sup> Nesse ponto, diferente dos outros professores que problematizam e relativizam a produção do conhecimento histórico e possuem uma consciência crítica e genética da história, Raphael enfatiza em sua narrativa que é possível alcançar a objetividade do conhecimento e a verdade histórica, mesmo que ela seja complicada. Como vimos no primeiro capítulo, é uma afirmação bem próxima da utilizada por Miguel Nagib e defendida pelo ESP para fundamentar seu argumento em defesa da “neutralidade política e ideológica” dos professores. Dessa forma, podemos ver uma aproximação entre a concepção de “neutralidade” e “objetividade” defendida pelo ESP e a concepção de história mobilizada pelo professor Raphael.

Além disso, a crítica ao “relativismo” na dimensão cultural e moral também está bastante próxima ao ESP e, aqui, o problema da abordagem de questões socialmente vivas do tempo presente em sala de aula pelos professores de História, como racismo e questão de gênero, aparece como o principal elemento de ligação. Segundo Raphael, ao responder a pergunta se aborda ou não essas questões em sala de aula, ele diz:

“Mas agora, aí vamos entrar em outra questão: educação moral. Educação moral, para mim, não tem que ter nada, nem hétero, nem homo na escola. Isso daí é educação moral dos pais. **[Renan: Questão da família, então?]** Da família. Você pode falar alguma coisa, que é errado agredir gay, que é errado agredir uma pessoa por ser diferente. Mas nada de entrar em questões muito específicas. Sou contra isso daí”.<sup>715</sup>

Nesta fala do professor Raphael, ele enfatiza que não abordaria essas questões em sala de aula porque a educação moral e religiosa dos alunos diz respeito aos pais, à família e não à

<sup>714</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>715</sup> Idem.

escola, compartilhando, assim, dos mesmos argumentos utilizados pelo ESP. Nesse ponto, percebemos nas críticas feitas por Raphael que o professor compartilha de valores da cultura política conservadora, visto que interpreta estas questões de gênero como resultados da relativização cultural e moral da sociedade, o que gera uma desorganização social, onde tudo é permitido, tudo é convenção, tudo é secularizado e tudo é relativo. Além disso, Raphael enfatiza que essas pautas são de movimentos sociais, políticos e culturais “de esquerda” baseados no “marxismo cultural” de Antonio Gramsci, e que buscam transformar a sociedade em uma “sociedade socialista por meio do âmbito educacional tanto nas universidades quanto nas escolas”. Aqui, também vemos um argumento mobilizado em sua narrativa que também é compartilhado pelos membros e defensores do ESP.

No entanto, por mais que enfatize que não se prontificaria a discutir e não problematizaria, por exemplo, a questão da homofobia em sala de aula, Raphael destaca que, em uma situação hipotética de prática homofóbica, iria intervir e falaria com o aluno que é errado agredir a outra pessoa por ser diferente.

“Agora, se eu visse alguma situação: ‘ah, estão batendo no sujeito’. Aí, eu teria que intervir. Eu falaria: ‘não é porque ele é assim, ou assado, ou porque você acha que ele deve ser de outro jeito que você tem que bater nele’. Aí é uma intervenção de uma situação específica. Mas nada assim: ‘ah, vou levar um cartaz, problematizar’. Isso daí eu não... Mesmo porque a criança, o adolescente, está em período de formação; então, você vai ficar falando esse tipo de coisa para complicar a cabeça do sujeito?”<sup>716</sup>

A partir das análises desse trecho, podemos perceber uma questão ética interessante de Raphael como pessoa-professor em sala de aula. Se por um lado, Raphael destaca que não discutiria essas questões em sala de aula devido aos seus posicionamentos políticos e ideológicos, por outro, ele tomaria uma posição como professor ao intervir em uma situação de violência para explicar aos alunos que aquela atitude não é certa, reforçando que é preciso respeitar e reconhecer a diferença do outro na sala de aula. Aqui, da mesma forma que os outros professores entrevistados, podemos entender que Raphael também faz um trabalho de autoconsciência em relação à sua postura e à sua maneira de agir como professor em sala de aula. Nesse sentido, sua questão ética como docente supera sua posição política e ideológica de negação da discussão dessas questões ao nível do discurso, dos debates e das ideias com os seus alunos para dar lugar a sua postura mais pragmática diante de uma situação específica. É uma nuance importante em sua prática docente.

---

<sup>716</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

Além disso, podemos destacar outras nuances da posição de Raphael no que se refere ao apoio ao ESP. Em diversos momentos de sua narrativa, e como vimos anteriormente, Raphael compartilha dos mesmos argumentos utilizados pelo ESP. Dentre esses argumentos podemos destacar ainda a sua afirmação de que o PL do ESP “não é censura porque é uma lei que já existe” (referindo-se à Constituição) e que o cartaz “Deveres do Professor” é para garantir que o aluno tenha o conhecimento dos seus direitos de não ser “doutrinado” pelo seu professor. Como diz Raphael: “não, censura eu não acho, porque isso é lei, não tem censura. Só se o Miguel Nagib fizesse uma lei da cabeça dele. Aí, poderia até ser censura. Mas isso aqui existe na legislação”.<sup>717</sup> Nesse sentido, acha que o PL “pode inibir” o professor, mas que, segundo ele, prefere assim, “com aluno conhecendo a lei para evitar esse tipo de coisa”. Ao responder à pergunta se o ESP resolveria o problema da “doutrinação” em sala de aula, Raphael responde:

“Não, resolver, não resolve. Nada resolve, mas vai dar uma certa inibida. O sujeito vai pensar duas vezes antes de falar que ‘Fulano é nazista’, ‘o Regime Militar matou não sei quantos’, ‘a Inquisição matou milhões de pessoas’, como eu escuto muito. O sujeito vai pensar duas vezes. Hoje, com o celular, tem gente que está gravando. Ele pode tomar um processo e pode mesmo, e acho que tem que tomar. O sujeito não tem que ficar mentindo para um público cativo”.<sup>718</sup>

Aqui, também podemos ver na fala de Raphael a ideia de que os alunos são uma “audiência cativa”, uma percepção do aluno distinta e oposta dos entrevistados que vimos acima, que entendem que os alunos possuem uma posição ativa em sala de aula e não são passivos diante do professor. Essa perspectiva de Raphael corrobora com a imagem do aluno concebida pelo ESP, e, com isso, também posiciona-se em apoio aos processos abertos e às denúncias de professores acusados de “doutrinação”, visto que os professores não podem “mentir para um público cativo”. Aqui, a valorização da justiça na narrativa de Raphael como um valor essencial da cultura política conservadora é bem próxima do posicionamento de Miguel Nagib e do ESP. No entanto, apesar das aproximações, Raphael aponta algumas discordâncias e problemas em relação a algumas propostas do ESP em sua fala.

Uma primeira discordância que vale apontar é que, para Raphael, o ESP não funciona para o ensino fundamental. Como ele diz: “eu entendo que o Escola Sem Partido funciona mais para o ensino médio, que já são mais adultos. Para o ensino fundamental, tanto faz como tanto fez, porque eles não querem nada mesmo. Essa que é a verdade, eles não querem nada”. Nesse ponto, podemos ver que a fala de Raphael tem um tom pessimista em relação à educação no ensino fundamental, muito vinculada às vivências ruins que teve como professor dentro de sala

<sup>717</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>718</sup> Idem.

de aula. Desse modo, o ESP não faria diferença no ensino fundamental porque os alunos não querem aprender. Além disso, Raphael destaca também que, por mais que o professor deva apresentar os diferentes pontos de vista da história quando for tratar do conteúdo, reconhece as dificuldades do professor de realizar essas problematizações no ensino fundamental, muito por conta dos comportamentos dos alunos dentro de sala. Como ele diz: “Eu já acho que problematizar com aluno de ensino fundamental é complicado. Ensino médio pode ser até que dê, mas...”<sup>719</sup>

A segunda discordância de Raphael com o ESP refere-se à maneira como o antimovimento denomina a prática do “professor militante”, como sendo uma “doutrinação”. Segundo ele,

“As pessoas têm mania de falar ‘doutrinação’. Eu escuto muito essa palavra, o próprio Miguel Nagib fala doutrinação. O que é doutrinação? Doutrinação é você chegar com uma cartilha e você falar para todos os alunos repetirem aquela cartilha. O que tem hoje não é doutrinação, é manipulação de comportamento. Quer dizer, qual a diferença de doutrinação para manipulação de comportamento? Doutrinação é na cara de pau: ‘sou comunista e vocês vão ler Lênin, acabou. Marx, acabou’. Quer dizer, manipulação de comportamento é a coisa nas entrelinhas, você não tem consciência daquilo ali. Por exemplo, eu na escola e eu como professor. Eu como professor, eu tinha consciência: ‘isso aqui é uma tese marxista’. Mas eu como aluno, eu olhando aquilo ali: ‘é assim que funciona’. Isso mudava o meu comportamento, também”.<sup>720</sup>

Em sua fala, Raphael busca enfatizar a diferença entre o termo “doutrinação” e “manipulação de comportamento”. Como diz, não acha que tem professores doutrinando explicitamente os alunos e impondo questões partidárias e marxistas em sala de aula da forma como o ESP representa os professores, como vimos anteriormente, mas, sim, existem professores que fazem isso nas entrelinhas, de maneira mais sutil, sem o aluno ter consciência. Nesse ponto, Raphael retoma sua narrativa inicial de história de vida, sobre o seu período escolar, quando teve professores de “viés de esquerda” que realizavam essa manipulação, e destaca que isso, inclusive, mudou o seu comportamento como aluno, sem ele ter consciência. Somente depois na universidade e como professor foi ter essa percepção.

O interessante é notar que durante toda a sua narrativa de história de vida e trajetória docente, o professor Raphael destaca acontecimentos-chaves que reforçam essa questão da tentativa de manipulação por parte dos professores na escola e na universidade. No entanto, ao mesmo tempo, demonstra também que, por outro lado, teve contato com outras perspectivas e outras concepções de história, outros valores, outros posicionamentos e argumentos políticos e

<sup>719</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

<sup>720</sup> Idem.

ideológicos, tanto que hoje em dia possui sua formação intelectual e política justamente por conta desses contatos com outras interpretações e visões de mundo.

Além disso, ao tratar sobre suas experiências em sala de aula e percebermos as nuances em relação às suas atitudes como professor, podemos dizer que a narrativa de Raphael é mais uma demonstração da complexidade da realidade da prática e da profissão docente em História. Raphael, como vimos, é conservador e apoia o ESP, porém, em suas narrativas sobre sua própria prática, deixa claro que, mesmo defendendo a “imparcialidade e a “neutralidade política e ideológica” do professor em sala de aula, suas próprias escolhas e maneiras de agir em sala, e suas próprias concepções de história e de ensino de história, são intrínsecas à sua trajetória de vida e aos seus valores e princípios mobilizados.

No que se refere à narrativa do último professor entrevistado, o professor Juarez, sobre suas experiências em sala de aula e sobre seu ensino de história, podemos ver que enfatiza muito a sua relação próxima e amigável com seus alunos. Como vimos no tópico anterior, Juarez teve alguns professores marcantes em seu período escolar e em sua formação acadêmica, e a postura desses professores ao terem uma boa relação com os alunos, foi algo que lhe chamou atenção e está muito presente em sua fala. Hoje em dia, Juarez procura ser um professor que também prioriza essa boa relação com os alunos. Sobre isso, o professor Juarez diz:

“Um bom relacionamento com os alunos, eu não estou dizendo aqui aquele que só faz bobeira, que é amigo de adolescente só por ter o mesmo linguajar. Não, não é esse tipo de professor carismático que eu estou dizendo. É aquele que usa disso para conseguir ensinar; que é o que eu sou hoje, que é a minha melhor característica”.<sup>721</sup>

O fato de Juarez ter esse reconhecimento de sua característica como professor carismático e amigo dos alunos está muito ligado ao reconhecimento dos próprios alunos, tendo em vista que ele é considerado um professor de referência. Assim como vimos com a professora Regina, o professor Juarez atualmente também aparece como um professor marcante na vida dos seus alunos. É interessante notar que na própria entrevista, ao lembrar os professores marcantes que teve durante a sua formação escolar e acadêmica, Juarez fica surpreso ao refletir sobre sua posição como professor hoje em dia: “Aí eu percebo, como pode, né...alguns anos atrás, eu procurava a pessoa. Hoje em dia eu acabo sendo a referência, principalmente para o pessoal que está no ensino médio”.<sup>722</sup>

---

<sup>721</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

<sup>722</sup> Idem.



Sobre ser essa referência para os alunos, Juarez diz que, por um lado, se sente muito feliz, mas por outro, destaca que é “algo muito difícil”, já que ser referência para alguém envolve uma questão de responsabilidade como professor. Ao tratar dessa questão, Juarez comenta que muitos dos seus alunos adolescentes são “carentes de atenção” e, às vezes, não conversa com o pai ou com a mãe, mas conversa com ele sobre determinados problemas que vivem. Aqui, tendo consciência dos limites de sua profissão docente, Juarez destaca que não acha que o professor tem que ter esse papel, mas tenta “se humanizar um pouco” em sala de aula, conversando com os alunos sobre coisas do cotidiano, não só para fazer brincadeiras, mas também para conversar sobre os problemas da vida, algo que diminui a distância entre a sua postura como professor e os seus alunos. Nesse aspecto, é interessante notar como na fala do professor Juarez os problemas da vida privada atravessam a relação entre alunos e professores na escola, e como o seu papel de professor aparece como uma figura importante na vida dos alunos. Aqui, a experiência do professor Juarez e as experiências de outros professores que vimos acima, evidenciam que a realidade da escola é muito mais complexa do que a percepção dicotômica entre a família que educa e a escola que apenas instrui os alunos, visão que é alimentada pelo ESP. De acordo com Juarez, essa proximidade com os alunos inclusive ajuda no ensino de história, algo que é indissociável da sua maneira de ensinar o conteúdo.

“**[Renan: Você acha que isso ajuda, então, na sua aula?]** Com certeza. Eu tenho a certeza de que se eu não fosse tão próximo dos meus alunos – no sentido de conversar coisas banais ou coisas mais sérias – eu não teria tanto sucesso no sentido de conteúdo. Não estou falando que sou um profissional de sucesso, mas eu não conseguiria chegar tanto assim de conhecimento aos alunos se não fosse por essa minha postura.”<sup>723</sup>

Nesse sentido, Juarez destaca o que é fundamental no seu ensino de história: utilizar uma linguagem próxima ao cotidiano dos alunos, isto é, relacionar o conteúdo dado com a realidade vivida pelo aluno no presente. Assim como o professor Diogo, que também é professor de pré-vestibular, Juarez utiliza muitos exemplos do que os alunos gostam de ver e fazer no seu cotidiano, e busca integrar isso ao conteúdo, para facilitar uma aproximação entre o aluno e o passado. Nesse aspecto enfatiza que: “Nós professores, a gente tem que perceber o seguinte: uma coisa é como a gente aprende; outra coisa é como os nossos alunos aprendem. Eu acho que a gente precisa pensar a história a partir da realidade do público que a gente está dando aula.”<sup>724</sup>

---

<sup>723</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

<sup>724</sup> Idem.

Assim como os outros professores entrevistados, o professor Juarez não está alheio aos debates públicos atuais em torno do “Escola Sem Partido” e nem deixa de conversar com seus alunos sobre isso. Ao tratar sobre essa questão na entrevista, Juarez destaca:

“Eu acho que nós, professores, a gente tem que ser um apresentador de argumentos. O professor hoje, ele não é – vou usar essa expressão – aquela ilha de conhecimento, onde ele está ali soberano, e só ele sabe. Acho que muitos professores ainda não se deram conta de que o que ele fala em sala de aula vai repercutir na casa do aluno. Pode ser que o pai do aluno, por exemplo, a mãe, tenha uma opinião diferente do professor. Pode ser uma opinião equivocada, mas isso vai chegar à casa dos alunos. Então os professores, nós, professores, temos que estar prontos para isso. A gente tem que dar opiniões embasadas e não opiniões políticas, partidárias, rasas. ‘Ah, mas a Dilma fez isso para ajudar o pobre’. E o cara que não acredita nisso? E o cara que discorda disso? Isso vai refletir dentro da sala de aula, que é exatamente o que vai desembocar aí na história do Escola Sem Partido. Então, assim, o que eu acho, é que o professor tem que tirar da cabeça dele que ele é essa ilha de conhecimento. Não só ilha, mas como monopolizador das ideias, que ele tem tudo e só o que ele fala é a lei. Não, não é isso. Então, o professor tem que se comportar no seguinte, não esticar esse debate, no sentido de beirar levar algo para o pessoal. Porque eu acho que o professor tem que estar ali para esclarecer as coisas. Existe essa visão e existe essa visão, os argumentos são esses e esses, você vai decidir o que é melhor para si”.<sup>725</sup>

Neste trecho, o professor Juarez preocupa-se em deixar claro o que pensa sobre a questão do posicionamento político-partidário do professor em sala de aula, tema central na discussão sobre o ESP. Segundo Juarez, o professor tem que ser um apresentador de argumentos, isto é, esclarecer aos alunos as opiniões e os argumentos em debate e deixar que os alunos decidam por conta própria sobre que posição tomar, uma narrativa próxima da narrativa do professor Diogo sobre sua postura em sala, como vimos acima, isto é, uma postura que procura priorizar mais a postura ativa do aluno do que a do professor em sala. Aqui, Juarez chama atenção para o fato de que muitos professores não têm em mente que aquilo que ele diz em sala de aula vai repercutir na vida privada desse aluno e que pode entrar em conflito com as opiniões e valores dos pais e isso acabar culminando no ESP. Nesse sentido, a figura do professor como um esclarecedor de diferentes argumentos e pontos de vista assume uma importância maior, nesse caso.

Ainda sobre essa questão do posicionamento do professor de História em sala de aula, Juarez faz uma crítica aos professores que pensam que são uma “ilha de conhecimento” e que “monopolizam as ideias”, no sentido de pensar que só eles sabem e não podem ser questionados em sala de aula, uma crítica que, nesse aspecto, é próxima à posição da professora Regina, que destaca em sua narrativa que o professor que pensa dessa forma, como “o dono da verdade”, ele “tende ao fracasso como professor”. É interessante notar que, por mais que Juarez e Regina

---

<sup>725</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

tenham formações políticas e ideológicas distintas e tenham diferentes formas de percepção sobre como o professor deve se colocar em sala de aula no ensino de história, ambos possuem um posicionamento ético importante em relação à posição do professor de História como aquele que não é o único detentor do conhecimento e pode, e deve, ser questionado em sala de aula pelos seus alunos.

Sobre isso, Juarez enfatiza que os alunos muitas vezes questionam o professor sobre aquilo que ele está falando sobre o conteúdo, ou sobre a sua opinião política e partidária, já que o acesso à informação hoje faz com que o aluno tenha acesso às diferentes visões e aos múltiplos argumentos sobre um determinado tema em debate. Juarez inclusive conta que algumas vezes em sala os seus alunos usaram o celular e a internet para confirmar o que ele estava dizendo, e enfatiza que isso é algo positivo, já que exerga o aluno como participante da construção do conhecimento histórico junto com o professor, e o professor tem que saber usar a tecnologia a seu favor, se adaptar aos tempos atuais da internet.<sup>726</sup>

Nesse ponto de sua narrativa, Juarez cita um exemplo de um colega professor de História que, durante uma aula sobre os Estados Unidos, afirmou “que os EUA não tinham leis trabalhistas porque lá eles não se preocupavam em proteger os trabalhadores”. Juarez conta que um aluno desse professor o questionou em sala de aula perguntando: “‘ah, professor, mas então por que pessoas do Brasil, do México, querem ir trabalhar nos EUA se lá é tão ruim?’ Aí ele meio que ficou gaguejando”. Aqui, Juarez destaca sua opinião sobre a postura do seu colega professor:

“Ele pode criticar o modelo de proteção ao trabalhador nos EUA? Sim, mas ele tem que contextualizar isso. Dizer que as questões de leis trabalhistas, hoje, por exemplo, é uma coisa que está mais presente em países com o passado escravista mais recente, que tem essa preocupação”<sup>727</sup>

Nesse ponto, Juarez conta que existem professores, como nesse exemplo, que apresentam apenas uma visão e uma interpretação da história dicotômica, entre “aquele que só pensa em se dar bem” e “aquele que é vítima”, isto é, uma visão baseada, principalmente, na

<sup>726</sup> “E hoje, com o acesso à informação, os alunos podem pesquisar e eles vão ver que tem interpretações diferentes. Aí, o cara vai questionar o seguinte: ‘pô, mas aquele meu professor disse isso, mas aqui na revista, no artigo, ou no vídeo que eu vi no YouTube, o cara fala isso’. E aí? Se o professor tiver uma postura autoritária, no sentido de que ‘tudo que está fora daqui está errado’, ele só tem um resultado: ele vai perder aquele aluno. Mas o professor tem que dar ferramentas para o cara ter a sua maturidade intelectual, dele poder crescer intelectualmente: ‘olha, existem visões sobre isso, Fulano de tal pensa assim, tem um autor tal que fala dessa forma, mas tem outros que falam dessa forma também’. Mas, aí, cara, você pode ler Fulano e Cicrano e você pode entender, e você vai concluir o que você acha. A minha opinião é essa’”. JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

<sup>727</sup> Idem

perspectiva marxista de luta de classes. Nesse ponto, assim como o professor Raphael, que vimos acima, Juarez faz uma crítica a essa postura e diz:

“A gente não pode criar uma ideia...de ‘mocinho’ e ‘vilão’. Não, isso aí é história, a gente não pode tratar dessa forma. Por mais que seja mais fácil para os alunos entenderem dessa forma. [...] Então, quando a gente vai ensinar história, a gente deve ensinar não superando essa perspectiva, mas problematizando além disso. Não pode ser só essa visão.”<sup>728</sup>

Aqui, é interessante notar que, por mais que o professor Juarez se aproxime da narrativa do professor Raphael no que diz respeito às críticas aos professores “de esquerda” que apresentam só a visão marxista da história, ele se afasta no que se refere ao seu posicionamento sobre o ESP. Sobre isso, Juarez destaca:

“O Escola Sem Partido, para mim, é um momento em que o Brasil tem uma onda conservadora muito grande, que significa que...existe um estereótipo do professor de esquerda, com camisa do Che Guevara, que entende a história, exatamente toda a história, dessa maneira que a gente está falando. Cara, os professores de História não são assim. Eu sou professor de História e não sou assim. [tom enfático] Uma vez, em sala de aula, um menino falou assim: ‘Professor, você viu o negócio do Escola Sem Partido?’. Eu falei: ‘Vi, cara’. Aí ele: ‘Pô, eles estão certos mesmo, né?’. Aí eu falei: ‘Ah é, né? E eu sou seu professor de História, não sou? Aí ele falou: ‘É’. ‘E eu sou aquilo lá?’ Aí ele: ‘Não’. ‘Então por que você está falando que isso acontece?’ [risos] Aí ele falou: ‘É mesmo né?’. Eu falei: ‘Então, toma cuidado, cara, com o que você ouve por aí’”.<sup>729</sup>

Nesse momento de sua narrativa, Juarez se coloca contra o ESP e diz que “é um delírio de uns conservadores de direita que ficam achando que todos os professores são assim”. Aqui, faz uma crítica à maneira como o ESP representa os professores de História, de forma generalizada e estereotipada, como se todos os professores tivessem um posicionamento marxista em sala de aula. De acordo com Juarez, os professores de História não são assim e se coloca como exemplo, citando uma conversa que teve com um dos seus alunos que, em um primeiro momento, parecia apoiar o ESP, mas que depois mudou de ideia. Além disso, apesar de Juarez dizer que existem esses professores marxistas de acordo com o estereótipo construído pelo ESP, como o exemplo do colega professor que citou em sua narrativa, ele destaca: “na minha opinião – e olha que eu não sou de esquerda para ficar defendendo ninguém – na minha opinião, isso é cada vez menor. Esses professores autoritários, que pensam a história dessa forma e querem impor isso dentro de sala de aula”. Nesse sentido, Juarez diz que esse modelo de professor “cada vez mais não existe”, primeiro, porque hoje em dia questiona-se a ideia do professor como “ilha de conhecimento” e, segundo, que a escola tem professores de diversos

<sup>728</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

<sup>729</sup> Idem

posicionamentos políticos e ideológicos, e destaca que conhece professores tanto “de direita” quanto “de esquerda” na escola, algo que é muito enfatizado também pelo professor Leandro em sua narrativa ao tratar da realidade do Pedro II.<sup>730</sup> Desse modo, Juarez diz que as pessoas acham que o problema da educação no Brasil é a opinião político-partidária dentro de sala, e destaca: “Isso não é! O Brasil tem vários outros problemas”.

No que diz respeito à sua posição em relação à discussão sobre questões de gênero na escola, Juarez tem um posicionamento bastante cauteloso e incerto sobre, já que afirma ser um “assunto muito delicado”. Primeiro, em sua narrativa, destaca que não problematiza essas questões em sala de aula porque “é uma questão muito complexa, o que é trans, o que não é, o que é um homem trans, uma mulher trans” e diz não ter muito conhecimento sobre isso. Além disso, como diz: “eu acho essas questões – e nem é puro conservadorismo, não, pelo contrário, eu acho que elas devem ser faladas em sala de aula, sim –, mas, para mim, precisa de um contexto para a gente poder falar sobre isso”.<sup>731</sup> Nesse sentido, assim como o professor Raphael, faz uma crítica aos professores que tratam essas questões como uma forma de “levantar uma bandeira, ‘você tem que aceitar’”, como um ato político e impositivo da parte do professor, e diz que o mais importante é “levar isso para o lado mais científico e não político-partidário: ‘Ah, que a esquerda é a favor dos homossexuais e a direita é contra, porque é preconceituosa.’ Não, não é isso. Isso a gente só vai empobrecer o debate, né, de levar isso para as pessoas.”<sup>732</sup>

Desse modo, por esses motivos, diz que tem dúvidas sobre o momento em que esse debate deve ser feito dentro de sala de aula e diz que não sabe “se a escola é o local ideal para isso”. Segundo Juarez, talvez no ensino médio, já que isso é mais presente para os alunos que são adolescentes, mas afirma que no ensino fundamental não é momento para tratar dessa questão. Nesse ponto diz que o professor tem que ser prudente, não no sentido de ser conservador – e aqui, em diversos momentos de sua narrativa, Juarez demonstra uma

---

<sup>730</sup> Aqui, Juarez também faz outra crítica ao ESP no que diz respeito ao seu argumento, generalizante, de que todos os professores que criticam o Jair Bolsonaro são professores “de esquerda”, marxistas, e por isso são contra o ESP. Como diz: “*Às vezes o cara tem uma opinião – eu, por exemplo, eu me considero de direita, e eu já critiquei o Bolsonaro várias vezes dentro de sala de aula. Aí, um moleque podia gravar aquilo ali, botar na internet e vai dizer: ‘Ah, Juarez é de esquerda, está falando mal do Bolsonaro’.* Meu filho, se tem uma coisa que eu não sou é de esquerda. Mas eu acho o Bolsonaro um asno. Aquilo ali é completamente limitado. Mas aí é que está a questão. Se as pessoas enxergarem que o ESP só [serve] para quem é contra o Bolsonaro, aí não é uma escola sem partido, é uma escola com partido, né, só que outro tipo de partido – que é o partido conservador dentro da escola.” (grifo nosso) JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s).

<sup>731</sup> Idem.

<sup>732</sup> Idem.

preocupação clara em não ser entendido como conservador – mas, sim, de entender melhor essas questões para esclarecer os alunos.

Entretanto, mesmo dizendo que não discutiria essas questões em sala de aula, Juarez deixa claro em sua narrativa que se posiciona “contra qualquer tipo de preconceito”, seja de gênero ou religioso, mesmo que não saiba explicar detalhadamente sobre essas questões. Nesse ponto, é importante destacar aqui também essa questão ética de Juarez como pessoa/cidadão e como professor que atravessa a sua prática docente. Aqui, em uma posição próxima a do professor Raphael, por exemplo, que vimos acima, diz que se deparasse com algum ato de violência física ou agressão verbal em sala de aula iria se posicionar e afirma que o professor “tem que coibir” esse tipo de atitude.<sup>733</sup>

Por fim, Juarez procura enfatizar em sua narrativa que a “educação é libertadora, no sentido de ensinar as pessoas a pensar”. Entretanto, como diz, quem vai ensinar e de que forma vai ensinar, “isso já é outra história”, e reafirma:

“A gente tem que apresentar as possibilidades – mais uma vez, eu estou insistindo nesse argumento, para que isso fique muito claro na nossa conversa aqui. Não estou querendo monopolizar do outro lado a interpretação, não. Cada um com seu cada um, e defenda seus argumentos”.<sup>734</sup>

Por meio dos relatos desses seis professores de História, procuramos reunir aqui significados importantes sobre a discussão em torno da questão da liberdade e da autonomia do professor em sala de aula, dos limites da profissão docente atualmente no Brasil, e da questão da democracia na escola como um espaço dialógico e de múltiplas vozes em debate, temas centrais que buscamos refletir neste capítulo. Em um contexto de avanço do “Escola Sem Partido” e de surgimentos de movimentos de oposição como “Professores Contra o Escola Sem Partido”, nossa intenção aqui foi atribuir uma importância às memórias, representações e experiências dos professores de História sobre sua própria prática docente, reconhecendo a necessidade de atentarmos para um espaço de múltiplas narrativas em disputa no debate público em torno das questões suscitadas pelo ESP (cotejamentos e confrontos possíveis entre as narrativas construídas), não para realizar uma contraposição excludente das mesmas, mas para

---

<sup>733</sup> Sobre essa questão, Juarez destacou em sua narrativa que já se deparou com um caso no qual uma aluna sua disse ter sido abusada pelo tio durante uma aula. Juarez conta que não se envolveu nessa situação por ser um assunto grave e que também não realizou uma discussão em sala sobre esse determinada prática de violência, mas que não negligenciou o caso e levou para a direção da escola resolver esse problema. Como diz, “nessas situações que envolvem crime, a gente tem que encaminhar, levar para frente, para os órgãos competentes resolverem isso”. JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

<sup>734</sup> Idem.

perceber as possíveis interseções e interfaces entre as diferentes práticas e realidades docentes, buscando um maior reconhecimento das suas especificidades em um espaço democrático de atuação.

Desse modo, tendo em mente essa realidade plural da escola, podemos retomar o cerne das questões iniciais que nos colocamos no início deste capítulo sobre as possíveis contribuições de um estudo sobre as experiências de vida docente, e agora nos perguntar: como o ESP e seus PLs podem afetar a vida desses professores que entrevistamos (não só desses como de muitos outros), tendo em vista que, como destacamos no primeiro capítulo, é um projeto de escola que tende a racionalizar e a uniformizar a realidade escolar e a realidade da prática docente desconsiderando as especificidades, as nuances, as histórias de vida e os aspectos subjetivos de cada professor?

Vimos, por meio das análises de história oral de vida dos professores, como existem diferentes trajetórias docentes, distintas formações familiares, escolares, acadêmicas, intelectuais e políticas que implicam em diferentes formas de abordagem do ensino de história e em distintos posicionamentos em sala de aula. Aqui, por meio das aproximações e distânciamentos das narrativas dos professores, percebemos a existência de variados entendimentos e concepções no que se referem à relação entre professor-aluno, à maneira como os professores refletem sobre o ensino de história e às formas como pensam, a partir da prática, os limites e as questões éticas que perpassam a sua profissão docente. Profissão essa atravessada por vivências cotidianas do ambiente escolar, em que dialogam diferentes sujeitos (professores, alunos, pais, funcionários da escola) e que abrem profícuas possibilidades de compartilhamentos de abordagens educacionais em meio aos múltiplos saberes mobilizados.<sup>735</sup> Nesse sentido, tivemos a intenção de analisar, com esse terceiro capítulo, os impactos que as proposições desprofissionalizantes do ESP teriam na realidade escolar e na vida desses sujeitos, e apresentar uma pequena parte da complexidade do que é *ser professor* no Brasil atual.

---

<sup>735</sup> Cf. ALMEIDA; ANDRADE, 2018.

### Considerações finais

“Narrativas em movimento”, eis o mote central desta pesquisa e desta investigação sobre as narrativas públicas dos diferentes sujeitos pessoais e coletivos no tempo presente, em torno dos debates sobre o “Escola Sem Partido” e sobre a educação democrática. Narrativas que marcam o próprio fazer histórico desses sujeitos, que na prática do viver, agir e sofrer, experienciam cotidianamente os problemas e os conflitos da vida política, social e cultural que estão envolvidos. E, também, narrativas do próprio fazer historiográfico, que procuram tecer, por meio das palavras escritas, as efervescências desses conflitos históricos e os significados dos seus movimentos no presente. Aqui, a narrativa como escrita da história tem como objetivo, segundo Ricoeur, compreender e configurar a experiência dos sujeitos no tempo, no mundo da ação e as suas semânticas próprias.<sup>736</sup>

Ao realizar um retrospecto dos caminhos percorridos nesta pesquisa, podemos dizer que a narrativa historiográfica aqui presente buscou acompanhar de perto as narrativas e as ações desses sujeitos em movimento. Melhor dizendo, a escrita também fez-se em movimento, desenvolveu-se de acordo com o próprio desenrolar dos acontecimentos e das disputas desses sujeitos no tempo presente.

Nesse sentido, a nossa intenção foi identificar e analisar os principais argumentos desses diferentes sujeitos sobre as principais questões em debate: qual é a condição do trabalho docente? Qual é a importância do professor? Quais são os limites da profissão docente? Quais são as possíveis relações entre professores e alunos? Até que ponto a dimensão familiar/privada pode interferir na dimensão escolar/pública e vice-versa? Desse modo, essas questões, como vimos, percorreram os três capítulos.

No primeiro e no segundo capítulo, “O avanço do antimovimento social Escola Sem Partido (ESP) no contexto de crise política e os possíveis impactos na prática da história pública” e “O movimento social Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) e a educação democrática”, respectivamente, identificamos essas questões sendo debatidas em espaços públicos mais diversos e mais amplos: em palestras, nas redes sociais, em audiências públicas, em programas de televisão, em entrevistas, espaços ocupados tanto pelos membros do ESP quanto pelos membros do PCESP. Já no terceiro capítulo “A ação da palavra e da

---

<sup>736</sup> Cf. RICOEUR apud ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ANDRADE, Everardo Paiva de. Trajetórias docentes e história pública: a construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.



memória: reflexões sobre o trabalho de história oral com professores de História envolvidos no debate público ‘Escola Sem Partido’”, a nossa intenção foi identificar, por meio das narrativas sobre trajetórias docentes, como os próprios professores, a partir da prática e refletindo sobre a prática docente, pensam essas questões em debate e como essas mesmas questões se fazem presentes em suas experiências em sala de aula, a partir da interação com seus alunos. Aqui, reconhecemos a importância do lugar de fala dos próprios professores narrando suas próprias práticas, reflexões, desafios, realizações, elementos que são intrínsecos à própria profissão docente.

Desse modo, nosso objetivo foi trilhar um caminho partindo de uma perspectiva histórica e sociológica das narrativas mais amplas em torno do ESP, e chegar, por meio da história oral, ao âmbito das experiências narradas, das memórias, das representações, das identidades construídas e dos aspectos mais subjetivos desses professores de História, que se posicionam nos conflitos e nas guerras de narrativas nos diferentes espaços públicos.

Nesse sentido, houve a necessidade de mobilizarmos diferentes leituras teóricas para darmos conta dessas análises nesses três capítulos que apresentamos. Primeiro, começando nessa dimensão sociológica e histórica mais ampla, vale destacar as reflexões em torno das formas de constituição e funcionamento tanto do ESP quanto do PCESP. Nesse ponto, baseamos as nossas análises nas propostas teóricas de três sociólogos que foram fundamentais nesta pesquisa: Alain Touraine, Charles Tilly e Manuel Castells. Aqui, a relação entre sociologia e história foi importante para compreendermos os projetos em disputa. E, nesse caso, os conceitos de antimovimento social e movimento social elaborados por Touraine foram centrais para analisarmos tanto as narrativas, ações e os valores dos integrantes do ESP quanto as narrativas, ações e os valores dos integrantes do PCESP.

Aqui, percebemos nesses grupos as intenções de disputas em torno das orientações culturais e valorativas da sociedade, por meio dos espaços públicos da sociedade civil, aspectos fundamentais na configuração dos conflitos entre movimentos e antimovimentos sociais na atualidade, segundo Touraine. No centro desse conflito encontra-se em jogo o sujeito e a democracia. Como vimos no primeiro capítulo, de um lado, o movimento social, segundo Touraine, reconhece a dimensão do sujeito como ator coletivo dotado de uma identidade cultural pessoal e social diversa, capaz de agir em defesa dessa identidade e de sua liberdade de expressão em um espaço público democrático. De outro lado, como uma inversão dessa perspectiva, o antimovimento social atua negando esse espaço de liberdade de atuação e de expressão do sujeito pessoal e coletivo, considerando determinados valores e identidades como

ameaças à sociedade, como inimigos que precisam ser eliminados ou marginalizados, isto é, o antimovimento atua negando ao sujeito a própria possibilidade de produção de sua subjetividade em um espaço democrático igualitário de reconhecimento das diferenças.

Desse modo, identificamos e analisamos o ESP como um antimovimento social que compartilha de uma cultura política conservadora e que compartilha de posturas e argumentos que ameaçam à liberdade dos sujeitos e sua capacidade de atuação no mundo público por duas frentes de imposição: de um lado, por meio da tentativa de aprovação de legislações racionalizantes e uniformizadoras que atinge diretamente as subjetividades dos professores e dos alunos em sala de aula, estimulando a desprofissionalização docente, principalmente no que se refere às tentativas de cerceamento da autonomia e da liberdade de decisões docentes e às tentativas de separação do “eu” pessoal do “eu” profissional da profissão docente, algo que, como vimos no terceiro capítulo, é fundamental na prática docente e na maneira de ser professor; e de outro, por meio da universalização de valores, crenças e práticas culturais característicos de determinados grupos sociais que compartilham dessa cultura política conservadora e negam os valores, crenças e práticas culturais de outros sujeitos e grupos sociais, através das tentativas de proibição, por parte do ESP, de discussões sobre questões socialmente vivas no âmbito escolar como homofobia, violência contra mulher e racismo, que são importantes para diferentes movimentos sociais e culturais atualmente (movimentos feministas, movimentos negros, movimentos LGBT, etc.). Dessa forma buscam, por meio do não reconhecimento da diferença no espaço escolar e público, uma homogeneização cultural.

Já no que diz respeito ao PCESP, analisado no segundo capítulo, este aparece como um movimento social docente que se contrapõe ao ESP por meio da defesa da educação democrática, um valor do movimento, que engloba tanto a defesa pela liberdade e a autonomia do professor em sala de aula, que exerce sua profissão docente como um educador, ciente de suas responsabilidades profissionais, quanto a defesa de debates sobre questões socialmente vivas no espaço escolar, reivindicadas pelos movimentos sociais acima destacados, visto que são debates fundamentais para o reconhecimento do sujeito e da sua diferença em um ambiente democrático. Dessa forma, se no primeiro capítulo fizemos uma reflexão do ESP como um antimovimento social que faz do outro um anti-sujeito contribuindo para a produção de um ambiente antidemocrático, no segundo capítulo fizemos uma reflexão do PCESP como um movimento social defensor daquilo que Touraine chama de “escola do sujeito”, que é justamente a defesa de uma educação democrática na escola – ao defender a liberdade do sujeito e o respeito à sua diferença em um espaço político democrático. Como vimos com Touraine,

não podemos ter uma democracia como regime político e institucional se não tivermos uma cultura democrática que possa se expressar na “escola do sujeito”.

Além de termos mobilizado as proposições teóricas de Alain Touraine para analisarmos as narrativas e os valores dos integrantes tanto do ESP quanto do PCESP, também mobilizamos as proposições do sociólogo Charles Tilly para nos debruçarmos sobre as diferentes formas de ação política do ESP e do PCESP nos espaços públicos. Aqui, foi fundamental o conceito de repertório de ação coletiva para analisarmos as relações entre os valores e as performances dos sujeitos, entre as narrativas públicas e os espaços de atuação dos integrantes do antimovimento e do movimento. Nesse sentido, também lançamos mão das proposições teóricas de Manuel Castells, para nos ajudar a identificar e analisar as formas de organização e funcionamento tanto do ESP quanto do PCESP, isto é, suas mobilizações nas redes sociais, principalmente, mas também nos espaços urbanos ocupados, construindo redes institucionais e parlamentares, no caso do ESP, e redes de movimentos docentes mais amplas, no caso do PCESP.

Outras leituras teóricas também foram fundamentais para esta dissertação. Aqui, podemos destacar as leituras sobre a história do tempo presente. Como tratamos na introdução, enfrentamos alguns desafios metodológicos no que se refere ao recorte temporal e à delimitação da pesquisa para as análises do ESP e do PCESP, muito por conta da efemeridade e da rapidez dos acontecimentos e das ações dos sujeitos em disputa e também por conta da superabundância de fontes de análise. Além desses desafios do ponto de vista metodológico, também levamos em consideração as reflexões sobre as questões éticas e políticas que atravessam a prática de pesquisa na história do tempo presente com base nos escritos de Marieta Moraes Ferreira, Olivier Dumolin e Jean-Clément Martín, algo que exploramos, principalmente, no segundo capítulo desta dissertação ao analisarmos o engajamento dos historiadores e professores de História que fazem parte do PCESP nos debates públicos mobilizando-se contra o ESP e em defesa de uma educação democrática. No terceiro capítulo, também refletimos sobre esse engajamento, agora por meio das narrativas dos professores de História do ensino básico tendo em vista os seus posicionamentos políticos e ideológicos nos debates em torno das questões socialmente vivas do tempo presente na prática docente cotidiana em sala de aula.

Intimamente vinculada a essa perspectiva da história do tempo presente, também mobilizamos leituras importantes relacionadas ao movimento da história pública. Aqui, as questões suscitadas pela história pública foram importantes para fundamentar nossas reflexões: sobre os envolvimento dos historiadores e professores de História nos diferentes espaços que ultrapassam os muros da universidade e sobre o ensino de história como prática de história

pública. Nessas duas reflexões, o entendimento do historiador-professor de História como um possível intelectual transformador da sociedade em que vive foi fundamental para consolidarmos a importância de investigarmos essas atuações na esfera pública.

No que diz respeito à primeira reflexão, focalizamos as nossas análises no compromisso do movimento PCESP com a história pública, posto que seus integrantes são historiadores e professores de História que atuam tanto no sentido de ampliar o debate sobre o ESP nos diferentes espaços de disputa, de forma a construir uma perspectiva qualificada e historicizada das questões em jogo, para um público que encontra-se fora da academia, quanto no sentido de estimularem estudos e pesquisas sobre o tema “Escola Sem Partido” na universidade. Como defendemos no segundo capítulo, vimos que o PCESP contribuiu e contribui para uma história pública “de mão dupla”, entre o espaço de produção do conhecimento histórico na universidade e o espaço de produção de conhecimento histórico circulante na sociedade.

No que se refere à nossa segunda reflexão, apontamos três sentidos indissociáveis no entendimento do ensino de história como prática de história pública: primeiro, a produção compartilhada do conhecimento histórico escolar entre professores e alunos; segundo, a problematização do conhecimento histórico circulante na sociedade quanto o debate sobre questões socialmente vivas e as demandas do tempo presente que estão ligadas à diferentes públicos agentes e produtores de história; terceiro, a produção de conhecimento histórico que contribui para que os estudantes possam se inserir, de maneira consciente, na realidade histórica do tempo presente em que vivem.

Desse modo, essa fundamentação teórica sobre a interface ensino de história e história pública nos ajudou a refletir, no primeiro capítulo, sobre os possíveis impactos do ESP na história como disciplina escolar, que ameaça, não só à liberdade dos sujeitos como vimos com Touraine, mas também o próprio compartilhamento, entre professor e aluno, de histórias, memórias, experiências e identidades à margem da produção historiográfica e do ensino de história escolar. E, no terceiro capítulo, vimos que essa relação entre ensino de história e história pública toma forma por meio das experiências em sala de aula narradas pelos professores de História. Observamos, por meio das narrativas dos professores, como se configura a produção conjunta de conhecimento entre professores e alunos e como as questões socialmente vivas dos debates públicos do tempo presente aparecem organicamente nas aulas de História. Vimos os diferentes posicionamentos dos professores frente a essas questões em disputa, principalmente no que diz respeito ao ESP e aos temas polêmicos que os envolve: posicionamento político e ideológico (ou não) do professor em sala de aula, os limites de sua atuação como professor, as

questões éticas envolvidas, a possível discussão das questões de gênero com seus alunos, etc. Nesse ponto, a mobilização da história oral (como metodologia de investigação histórica e de produção do conhecimento) foi fundamental para nos aproximarmos das histórias de vida e trajetórias docentes e refletirmos sobre a prática dos professores de História do ensino básico.

Aqui, analisamos como os professores constroem narrativas de si e percebem-se como professores, principalmente, por meio dos conceitos “memória”, “tempo” e “narrativa”, mobilizados a partir de leituras teóricas em torno da prática da história oral, e também por meio da ideia de processo de construção identitária docente, proposta por Antonio Nóvoa. Além disso, a reflexão sobre a indissociabilidade entre o “eu” pessoal e o “eu” profissional do professor e os escritos de Maurice Tardif sobre os saberes experienciais docentes, foram fundamentais para analisarmos a íntima relação entre as experiências e memórias pessoais dos professores, seus valores incorporados durante toda uma trajetória de vida, as suas maneiras de agir como docente em suas relações com seus alunos e as suas concepções de história e de ensino de história.

Desse modo, com esta pesquisa esperamos contribuir, de alguma forma, para futuras pesquisas e trabalhos acadêmicos, mas, também, para os debates públicos sobre: o “Escola Sem Partido”, os movimentos sociais docentes de oposição como o “Professores Contra o Escola Sem Partido”, e os sentidos das trajetórias docentes. Podemos dizer que esta dissertação encerra-se aqui, mas, ao mesmo tempo, abre um vasto e complexo campo de possibilidades de compartilhamento e de interpretação, fundindo-se às narrativas históricas dos sujeitos que ainda encontram-se em movimento e que, pela importância e pertinência das questões suscitadas, perdurarão ainda por muito tempo.

## Fontes da pesquisa

### Fontes digitais:

#### *Audiovisuais*

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 07 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974> Acesso (10/07/2017)

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 14 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo>. Acesso (18/05/2017)

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 15 fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58828&codReuniao=46293> Acesso (17/10/2017)

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido. *Câmara dos Deputados*. 30 mai. 2017 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=65725&codReuniao=47532> Acesso (10/07/2017)

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Debate sobre assédio ideológico nas escolas. *Comissão de Educação da Câmara dos Deputados*. 09 out. 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--T2xobFh0RmIwQIE?usp=sharing>

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Liberdade de expressão na sala de aula. *Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Senado Federal*. 01 set. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwGERV-1zUo> Acesso (10/07/2017)

CANAL FUTURA. Escola Sem Partido – Sala Debate – Canal Futura. *Youtube*. 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk> Acesso (11/02/2018)

CONEXÃO CONSERVADORA. Entrevista com Miguel Nagib. *Blog Conexão Conservadora*. 01 novembro 2011. Disponível em: <http://conexaoconservadora.blogspot.com.br/2011/11/conexao-conservadora-6-miguel-nagib.html> Acesso (17/05/2017)

CONGRESSO. 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. *Eventials*. 24 julho 2014. Disponível em: <https://www.eventials.com/escolasempartido/congresso/#t=1h45m35s> Acesso (10/02/2018)

ESCOLA SEM PARTIDO. Entrevista do Prof. Orley José da Silva ao programa Educashow. *Site*. 19 set. 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/505-entrevista-do-prof-orley-jose-da-silva-ao-programa-educashow> Acesso (18/05/2017)

FELIPE MOURA BRASIL. “Curso da UnB ‘O golpe de 2016’ é inaceitável”, diz fundador do Escola Sem Partido. *O antagonista*. 21 fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/curso-da-unb-o-golpe-de-2016-e-inaceitavel-diz-fundador-escola-sem-partido/> Acesso (18/04/2018)

HANGOUT BIA KICIS. Universidade totalitária – fui perseguida por ser cristã. *Youtube*. 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xiul9vEdhf8&t=3516s> Acesso (10/07/2017)

HANGOUT. Hangout Com Eduardo Bolsonaro, Vereador Carlos Jordy/RJ e Prof. Miguel Nagib. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6GQWc19JMa0> Acesso (10/07/2017)

HANGOUT TERÇA LIVRE. Contra o comunismo ontem e hoje. *Youtube*. 31 mar. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gi1LUZUDnzI> Acesso (10/07/2017)

HANGOUT TERÇA LIVRE. Os próximos passos contra o PT. *Youtube*. 02 jun 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1PBPDJS\\_VME&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=1PBPDJS_VME&t=3s) Acesso (10/07/2017)

HANGOUT TERÇA LIVRE. Quem tem medo do Escola Sem Partido?. *Youtube*. 14 jul. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=L90OR58L\\_pA&t=13s](https://www.youtube.com/watch?v=L90OR58L_pA&t=13s) Acesso (10/07/2017)

KICIS, Bia. Instalação da Comissão Especial “Escola Sem Partido”. *Google Drive*. 05 out. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--QkxFMmR00XE5bFk?usp=sharing>

LA MAESTIZA AUDIOVISUAL. A escola toma partido. *Youtube*. 22 maio 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cTq21yJa0os> Acesso (13/10/2017)

MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. As Inconstitucionalidades do Escola Sem Partido – Palestra com o Procurador Sávio Bittencourt (1/4). *Youtube*. 10 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gOGRrGjFPMM> Acesso (14/12/2017)

\_\_\_\_\_. Investigando o Escola Sem Partido – palestra com o Prof. Dr. Fernando Penna (2/5). 26 jan 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4o2WheU68XA&t=9s> Acesso (15/05/2017)

\_\_\_\_\_. “Investigando o Escola Sem Partido (4/5) – palestra com o prof. Dr. Fernando Penna. *Youtube*. 26 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UG5feB3w7wA> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. MLE Podcast - Episódio 02 - As inconstitucionalidades do ESP: entrevista com Othoniel Pinheiro Neto. *Soundcloud*. 31 janeiro 2016. Disponível em: <https://soundcloud.com/liberdadeparaeducar/mle-podcast-episodio-02-as-inconstitucionalidades-do-esp-entrevista-com-othoniel-pinheiro-neto> Acesso (14/12/2017)

NAGIB, Miguel. Entrevista no programa The Noite com Danilo Gentili. *Youtube*. 09 ago. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkBBW91jVEA> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Encontro com Revoltados Online. *Google Drive*. 25 mai. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--UGUtM1VWNHhGZEE?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Palestra sobre Projeto Escola Sem Partido. *Youtube*. 31 março 2015. Publicação: Rodrigo Constantino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AmgnW6OrLCE> Acesso (17/05/2017)

FERNANDO DE ARAÚJO PENNA. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 1 (Fernando Penna). *Youtube*. 21 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b3TiIy77844> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 3 (Fernando Penna). *Youtube*. 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ec5prmQIP3U> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola sem Partido” (Câmara dos Deputados – 07/02/2017). *Youtube*. 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Fernando Penna sobre o “Escola Sem Partido” – Câmara Municipal do Rio de Janeiro 03/12/15. *Youtube*. 27 de maio de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XGK0\\_dLEQN0](https://www.youtube.com/watch?v=XGK0_dLEQN0) Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Fernando Penna sobre o “Escola sem Partido” (Câmara Municipal de Ribeirão Preto – SP – 24/04/17). *Youtube*. 16 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ROaVcMvMdVk> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre o “Escola Sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016). *Youtube*. 22 novembro 2016. Publicação: Fernando de Araujo Penna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ&t=664s> Acesso (13/10/2017)

PROGRAMA CAIXA DE PANDORA. Projeto “Escola Sem Partido” – Programa Caixa de Pandora – Completo. *Youtube*. 11 de março de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fEQ6I0Oi\\_MM](https://www.youtube.com/watch?v=fEQ6I0Oi_MM) Acesso (11/02/2018).

REDE TVT. Escola sem Partido gera afastamento de professora. *Youtube*. 19 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x4S1vLTIVwQ&t=1s> Acesso (10/02/2018)

RODA VIDA. Entrevista Leandro Karnal. 04 julho 2016. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE> Acesso (10/02/2018)

TV BRASIL. Caminhos da Reportagem: A escola necessária. *Youtube*. 30 setembro 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dKPz9\\_mTLk4](https://www.youtube.com/watch?v=dKPz9_mTLk4) Acesso (13/10/2017)

TV SENADO CE - Comissão de Educação – 01/09/2016. *Youtube*. 01 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-1zUo> Acesso (11/02/2018)



### Sites

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Liberdade de expressão na sala de aula. *Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Senado Federal*. 01 set. 2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=5325> Acesso (15/05/2017)

BRASIL. Brasil Sem Homofobia. *Ministério da Saúde*. 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)

\_\_\_\_\_. Caderno Escola Sem Homofobia. *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53496> (10/02/2018)

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Canal Vlogoteca*. Disponível em: <http://www.vlogoteca.com/> Acesso (10/07/2017)

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://campanha.org.br/> Acesso (11/02/2018)

DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO. Escola Sem Partido: convidados e parlamentares são unânimes quanto à aprovação do projeto de lei. *Site*. 10 abril 2018. Disponível em: <http://depmarcosrogerio.com.br/observatorio-da-familia/escola-sem-partido-convidados-e-parlamentares-sao-unanimes-quanto-a-aprovacao-do-projeto-de-lei/> Acesso (16/04/2018)

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. *Blog Tomatadas*. Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/> Acesso (10/07/2017)

ESCOLA SEM PARTIDO. A inconstitucionalidade do enem. *Site*. 09 janeiro 2016. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/representacao-ao-mp-categoria/574-a-inconstitucionalidade-do-enem> Acesso (15/05/2017)

\_\_\_\_\_. Campanha do Cartaz Antidoutrinação. *Google Drive*. 21 julho 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/19BSDtsYFqC5rPW5YDdvjWayZ43wEfN0n?usp=sharing> Acesso (16/04/2018)

\_\_\_\_\_. Cartaz “Deveres do Professor” (Print do site oficial “Escola Sem Partido”). *Google Drive*. Junho de 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--UzAzM2ZnUHgwbGM?usp=sharing> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Corpo de delito. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/corpo-de-delito> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Deveres do professor. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/deveres-do-professor> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Depoimentos. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/depoimentos> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Educação Moral. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/educacao-moral> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Flagrando o doutrinador. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Modelo de notificação extrajudicial. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. O papel do governo. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/470-plano-nacional-de-educacao-ira-a-profundar-doutrinacao-no-ensino> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/> Acesso (17/05/2017)

\_\_\_\_\_. Planeje sua denúncia. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Perguntas frequentes. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/faq> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Quem somos. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> Acesso (15/05/2017)

\_\_\_\_\_. Síndrome de Estocolmo. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo> Acesso (17/05/2017)

INSTITUTO LIBERAL. Nossa história. *Site*. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/> Acesso (20/05/2017)

INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. Lista dos associados. *Google Drive*. 14 jul. 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Lista dos receptores da revista Think Tank. *Google Drive*. 03 dez. 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. ResPublica. *Google Drive*. 18 dez. 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--enZJbzlKS1RMM1k?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

INSTITUO MILLENIUM. Comunicação Millenium: Miguel Nagib. *Site*. 31 jan. 2011. Disponível em: [http://www.institutomillenum.org.br/?attachment\\_id=34081](http://www.institutomillenum.org.br/?attachment_id=34081) Acesso (20/06/2017)

\_\_\_\_\_. Leandro Narloch – Biografia. *Site*. Disponível em: <http://www.institutomillenum.org.br/recentes/leandro-narloch-biografia/> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Quem somos. *Site*. Disponível em: <http://www.institutomillenum.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso (20/05/2017)

LATTES, Currículo. Bráulio Tarcísio Pôrto de Matos. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785974H7> Acesso (15/05/2017)

\_\_\_\_\_. Carina Martins Costa. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4758396Z2> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Cleonildi Tibiriçá. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4229925Z6> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Diogo da Costa Salles. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4361573D3> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Fernanda Pereira de Moura. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4139026A7> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Fernando de Araújo Penna. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778139H1> Acesso (13/10/2017)

\_\_\_\_\_. Luís Lopes Diniz Filho. *Site*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2132845622294374> Acesso (18/05/2017).

\_\_\_\_\_. Orley José da Silva. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9365254351357550> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Renata Conceição Aquino da Silva. *Site*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4025266J6> Acesso (13/10/2017)

PETIÇÃO PÚBLICA. Arquivamento dos Projetos de Lei nº 7180/2014 (e seus apensados) e nº 1411/2015. *Site*. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85668> Acesso (11/02/2018)

PORTAL MEC. Planos de Educação. *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Projeto de Saúde e Prevenção nas escolas (SPE). *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe> Acesso (18/05/2017).

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. O que é o Programa Escola Sem Partido? *Site*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/faq> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/> Acesso (17/05/2017)

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Bibliografia e referências acadêmicas. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/bibliografia-referencias-academicas/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Documentos, notas técnicas e pareceres. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/documentos/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Mobilização contra o ESP. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/mobilizacao-contr-o-esp/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Sobre o PCESP. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/sobre/> Acesso (15/05/2017)

\_\_\_\_\_. Vigiando os projetos de lei. *Site*. Disponível em: <https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/> Acesso (15/05/2017)

RODA POLÍTICA. “O Paradoxo Brasileiro”, com Bruno Garschagen e "Escola sem Partido", com Miguel Nagib. *Roda Política*. Maio 2016. Disponível em: <https://appticket.com.br/rodapol%C3%ADtica> Acesso (15/05/2017)

SENADO FEDERAL. Evento interativo Programa Escola sem Partido. *Site*. 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=9776> Acesso (12/02/2018)

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/16/programa-escola-sem-partido-e-criticado-em-debate-na-comissao-de-educacao> Acesso (12/02/2018)

SILVA, Orley José da. Perfil no portal Gospel 10. *Gospel 10*. 10 jan. 2012. Disponível em: <http://www.gospel10.com/usuario-professor/> Acesso (10/07/2017)

SOBRE HISTÓRIA. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://www.sobrehistoria.blog.br/> (11/02/2018)

TOMATADAS. Quem sou eu. *Site*. Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/p/quem-sou-eu.html> Acesso (18/05/2017)

WAYBACK MACHINE. Página inicial do site “Escola Sem Partido” antes do debate no Canal Futura. *Site*. 17 de julho de 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160717161115/http://www.escolasempartido.org:80/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Página inicial do site “Escola Sem Partido” depois do debate no Canal Futura. *Site*. 26 de julho de 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160726215013/http://www.escolasempartido.org:80/> Acesso (11/02/2018)

### *Notícias, textos e artigos*

ANDES-SN. Frente Escola Sem Mordaça é lançada em Niterói (RJ). *Site*. 08 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8355> Acesso (12/02/2018)

ANPUH-RJ. Diretoria da ANPUH Brasil apoia nota conjunta de repúdio ao PL 867/2014. *Site*. 26 de agosto de 2015. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/mais-rj/noticias-rj/item/2949-diretoria-da-anpuh-brasil-apoia-nota-conjunta-de-repudio-ao-pl-867-2014> Acesso (11/02/2018)

ABDALLA, Sharon. Projeto remove da escola o seu caráter educacional. *Gazeta do Povo*. 26 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/projeto-remove-da-escola-o-seu-carater-educacional-5onyeds3jrch88sctnfo2c9aw> Acesso (11/02/2018)

ALTAFIN, Iara. Programa Escola sem Partido é criticado em debate na Comissão de Educação. *Senado Notícias*. 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/16/programa-escola-sem-partido-e-criticado-em-debate-na-comissao-de-educacao> Acesso (12/02/2018)

ANTUNES, André. ‘Temos que nos contrapor a esse discurso mostrando os equívocos do Escola sem Partido e dos outros movimentos conservadores’. *Fiocruz*. 29 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-que-nos-contrapor-a-esse-discurso-mostrando-os-equivocos-do-escola-sem> Acesso (12/02/2018)

AQUINO, Renata. A ideologia do Escola Sem Partido. *PCESP*. 03 jun 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasepartido.wordpress.com/2016/06/03/a-ideologia-do-escola-sem-partido/> Acesso (20/06/2017)

\_\_\_\_\_. O que se fala quando se fala sobre “ideologia de gênero”. *Movimento Liberdade para Educar*. 17 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/17/o-que-se-fala-quando-se-fala-sobre-ideologia-de-genero/> Acesso (11/02/2018)

AZEVEDO, Reinaldo. Esquerdopata, esquerdocínio ou esquerdiota? Ou os três? *Veja*. 02 out. 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/esquerdopata-esquerdocinico-ou-esquerdiota-ou-os-tres/> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Esquerdopatia sensual e escolhas morais. *Veja*. 27 nov. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/ainda-sexo-2-esquerdopatia-sensual-e-escolhas-morais/> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Projetam suas crianças do molestamento do Estado. *Veja*. 26 nov. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/protejam-suas-criancas-do-molestamento-do-estado/> Acesso (18/05/2017)

BASILIO, Ana Luiza. Escola sem Partido intimida e persegue professores. *Carta Educação*. 02 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/> Acesso (10/02/2018)

BASTOS, Mariana. PP, PSC, PSDB e MDB, os partidos da “Escola sem Partido”. *Gênero e número*. 18 abril 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/pp-psc-psdb-e-mdb-os-partidos-da-escola-sem-partido/> Acesso (21/04/2018)

BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. *El País Brasil*, Política. São Paulo 25 jun. 2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html) Acesso (17/05/2017)

\_\_\_\_\_. “Eles querem retirar a diversidade da escola”. *El País*. 26 de junho de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466802333\\_665468.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466802333_665468.html) Acesso (11/02/2018)

BETIM, Felipe. Em protesto anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas. *El País Brasil*. 16 ago 2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325\\_619975.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325_619975.html) Acesso (20/05/2017)

CARPES, Giuliander. No Rio, professores municipais fazem protesto em frente à prefeitura. *Uol Educação*. 04 outubro 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/04/no-rio-protesto-de-professores-municipais-chega-a-prefeitura.htm> Acesso (17/02/2018)

CARVALHO, Igor. “Minha vida se tornou um inferno”, reclama educadora, alvo do ex-articulista do Millenium. *Revista Fórum*. 29 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2013/11/29/minha-vida-se-tornou-um-inferno-reclama-professora-vitima-de-artigo-do-articulista-do-instituto/> Acesso (10/02/2018)

CARVALHO, Milena. Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. 26 dezembro 2015. *Ultimo Segundo IG*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html> Acesso (10/02/2018)

CÓLEN, Roberta. 'Escola Livre' é publicada no Diário Oficial e lei passa a valer em Alagoas. *GI-AL*. 09 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/05/escola-livre-e-publicada-no-diario-oficial-e-lei-passa-valer-em-alagoas.html> Acesso (13/10/2017)

COLOMBO, Sylvia. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. *Folha de São Paulo*. 18 mai. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml> Acesso (19/05/2017)

CRISTALDO, Heloísa. MPF diz que Escola sem Partido é inconstitucional e impede o pluralismo. *Agência Brasil*. 22 julho 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/mpf-diz-que-escola-sem-partido-e-inconstitucional-e-impede-o-pluralismo> Acesso (13/10/2017)

CRUZ, Fernanda; CRUZ, Elaine Patricia. Ministro critica leis municipais que preveem a implantação do Escola sem Partido. *Agência Brasil*. 03 outubro 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/ministro-critica-leis-municipais-que-preveem-implantacao-da-escola-sem> Acesso (12/02/2018)

CRUZ, Pe. Luiz Carlos Lodi da. Kit gay nas escolas: um escândalo muito pior que o mensalão. *Google Drive*. Publicado em 13 junho 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--NnVyMDdRbzFLb2M?usp=sharing> Acesso (18/05/2017)

DIP, Andrea. Ameaças, ofensas e sindicâncias. *Pública*. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/ameacas-ofensas-e-sindicancias/> Acesso (10/02/2018)

DOLCE, Júlia. Escola Sem Partido já virou lei em pelo menos quatro cidades brasileiras. *Brasil de Fato*. 29 setembro 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/29/escola-sem-partido-ja-virou-lei-em-pelo-menos-quatro-cidades-brasileiras/> Acesso (09/02/2018)

ESCOLA SEM PARTIDO. *Artigos*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Dia nacional de luta contra a doutrinação política e ideológica nas escolas. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/dia-nacional-de-luta-contr-a-doutrinacao-politica-e-ideologica-nas-escolas> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Doutrinação ideológica na FATEC de Barueri. *Usina de Letras*. 03 dezembro 2013. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cat=Ensaio&cod=12900> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Entrevista do Prof. Orley José da Silva ao programa Educashow. *Site*. 19 setembro 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/505-entrevista-do-prof-orley-jose-da-silva-ao-programa-educashow> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor. *Site*. 30 dez. 2016. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/647-mensagem-de-fim-de-ano-do-coordenador-do-escola-sem-partido-ao-militante-disfarcado-de-professor> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Modelo de petição inicial contra o cabresto politicamente correto do ENEM. *Site*. 08 outubro 2017. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/vestibular-categoria/663-modelo-de-peticao-inicial-contr-a-cabresto-politicamente-correto-do-enem> (08/12/2017)

\_\_\_\_\_. Nenhum professor precisa esperar a aprovação do Projeto Escola sem Partido para adotar o cartaz com os Deveres do Professor. *Site*. 27 maio 2017. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/655-nenhum-professor-precisa-esperar-a-aprovacao-do-projeto-escola-sem-partido-para-adotar-o-cartaz-com-os-deveres-do-professor> Acesso (13/10/2017)

\_\_\_\_\_. O que pode ser feito contra a doutrinação. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/236-o-que-pode-ser-feito-contr-a-doutrinacao> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Plano nacional de educação irá aprofundar doutrinação no ensino. *Site*. 14 abril 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/470-plano-nacional-de-educacao-ira-aprofundar-doutrinacao-no-ensino> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Seminário sobre doutrinação política e ideológica em sala de aula. *Site*. 21 outubro 2012. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/359-seminario-sobre-doutrinacao-politica-e-ideologica-em-sala-de-aula> Acesso (18/05/2017)

FERNANDES, Douglas. “Preferi não levar adiante”, diz Mendonça sobre “curso golpe de 2016”. *Blog Ne10*. 26 março 2018. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2018/03/26/preferi-nao-levar-adiante-diz-mendonca-sobre-curso-golpe-de-2016/> Acesso (18/04/2018)

FERNANDES, Marcela. Homofobia não é assunto de sala de aula, defende fundador da Escola sem Partido. *Huffpost Brasil*. 24 fev. 2017. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2017/02/24/homofobia-nao-e-assunto-de-sala-de-aula-defende-fundador-da-es\\_a\\_21721269/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/02/24/homofobia-nao-e-assunto-de-sala-de-aula-defende-fundador-da-es_a_21721269/) Acesso (15/05/2017)

G1 RIO. Funcionários e professores da UFF entram em greve no RJ. *G1*. 28 de maio de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/funcionarios-e-professores-da-uff-entram-em-greve-no-rj.html> Acesso (11/02/2018)

JORNAL DO RIO. Fim de distinção de uniforme por gênero no Colégio Pedro II causa polêmica. *Band Uol*. 24 setembro 2016. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldorio/videos/16005066/fim-de-distincao-de-uniforme-por-genero-no-colegio-pedro-ii-causa-polemica.html> Acesso (11/02/2018)

JORNAL O DIA. Maconha: Bolsonaro pede afastamento de professor que tem tatuagem no antebraço. *O Dia*. 08 de julho de 2017. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-08/maconha-bolsonaro-pede-afastamento-de-professor-que-tem-tatuagem-no-antebraço.html> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Bolsonaro protocola ação no MP acusando professor de apologia às drogas. *O Dia*. 11 de julho de 2017. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-11/informe-bolsonaro-protocola-acao-no-mp-acusando-professor-de-apologia-as-drogas.html> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. ‘Escola sem partido’ quer fim da ‘doutrinação de esquerda’. *Site*. 05 de setembro de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html> Acesso (11/02/2018)

JÚNIOR, Mário. Frente nacional e do RJ realizaram primeiro curso de formação. *Escola sem Mordaca*. 04 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://escolasemmordaca.org.br/frente-nacional-realizou-seu-primeiro-curso-de-formacao/> Acesso (12/02/2018)

KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. *O Globo*. 18 set. 2007. Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/artigos/que-ensinam-nossas-criancas.php> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Livro didático e propaganda política. *O Globo*. 02 out.2007. Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/artigos/livro-didatico-propaganda-politica.php> Acesso (18/05/2017).



LEÃO, Naiara. Veja vídeos do kit anti-homofobia do MEC. *Último segundo*. 19 mai. 2011 Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/veja-videos-do-kit-antihomofobia-do-mec/n1596964952707.html> Acesso (18/05/2017)

LOFF, Manuel. Escola Sem Partido? *Público*. 06 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/08/06/mundo/opiniaio/escola-sem-partido-1740469> Acesso (11/02/2018)

MAIER, Félix. O País dos Petralhas: Sucesso do Lançamento do Livro em Brasília. *Webartigos*. 29 out. 2008. Disponível em: <http://webartigos.com/artigos/o-pais-dos-petralhas-sucesso-do-lancamento-do-livro-em-brasil/10626> Acesso (10/07/2017)

MARINHO, Isabela. PM volta a usar spray de pimenta em ato de professores na Câmara do Rio. *GI*. 30 setembro 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/professores-se-reunem-com-vereador-apos-novo-tumulto-na-camara-do-rio.html> (17/02/2018)

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil & VIGNÉ, Júlia. Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa. *Correio 24 horas*. 21 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-causa-de-pesquisa/> Acesso (10/02/2018)

MARTINELLI, Andréa. 'Não te estupro porque você não merece', repete Bolsonaro a deputada Maria do Rosário. *Huffpost Brasil*. 09 dez. 2014. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2014/12/09/nao-te-estupro-porque-voce-nao-mercede-repete-bolsonaro-a-depu\\_a\\_21677985/](http://www.huffpostbrasil.com/2014/12/09/nao-te-estupro-porque-voce-nao-mercede-repete-bolsonaro-a-depu_a_21677985/) Acesso (19/05/2017)

MATHIAS, Maíra. “Talvez a gente esteja assistindo ao surgimento de um novo padrão de golpe”. Entrevista: Felipe Demier. *EPSJV/Fiocruz*. 02 set. 2016 Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/talvez-a-gente-esteja-assistindo-ao-surgimento-de-um-novo-padrao-de-golpe> Acesso (20/05/2017)

MATHIAS, Maíra. Por uma educação democrática. *EPSJV/Fiocruz*. 06 jul. 2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/por-uma-educacao-democratica> Acesso (10/07/2017)

MIOTO, Ricardo. Justiça manda site tirar crítica a professora de faculdade de SP. *Folha de São Paulo*. 14 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1385647-justica-manda-site-tirar-critica-a-professora-de-faculdade-de-sp.shtml> Acesso (10/02/2018)

MORRENE, Beatriz. “O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional”. *Revista Época*. 02 de agosto de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html> Acesso (11/02/2018)

MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. Carta de repúdio à mesa da audiência pública sobre “assédio ideológico” na Câmara dos Deputados. *Site*. 06 de outubro de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/10/06/carta-de-repudio-a-mesa-da-audiencia-publica-sobre-assedio-ideologico-na-camara-dos-deputados/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Carta de repúdio da Ass. Bras. De Ensino de História ao “Programa Escola Sem Partido”. *Site*. 19 de agosto de 2015. Disponível em:

<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/19/carta-de-repudio-da-ass-bras-do-ensino-de-historia-ao-programa-escola-sem-partido/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Carta de repúdio do GT de ensino da ANPUH-RJ ao Programa Escola Sem Partido. *Site*. 15 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/15/carta-de-repudio-ao-programa-escola-sem-partido/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Urgente: Pacote ESP no município do Rio. *Site*. 12 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/12/urgente-esp-no-municipio-do-rio/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Nota de repúdio da ANPUH Rio e da AGB RJ ao PL 867/2014. *Site*. 18 de agosto de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/08/18/nota-de-repudio-da-anpuh-rio-e-da-agb-rj-ao-pl-8672014/> Acesso (11/02/2018)

MUNDIM, Isabelle. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? *Uol Educação*. 11 agosto 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm> Acesso (10/02/2018)

NAGIB, Miguel. Carta ao professor Iomar (introdução de Olavo de Carvalho com o texto “O estupro intelectual da infância”). *Google Drive*. 19 setembro 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1eHx3SNUDsK6yQntboRNQmkZ8Tz4rc-1x?usp=sharing> Acesso (20/02/2018)

\_\_\_\_\_. Liberdade de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão. *Consultor Jurídico*. 24 junho 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Por uma escola sem partido. *Site*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/192-por-uma-escola-sem-partido> Acesso (10/02/2018)

NAGIB, Miguel; SILVA, Luiz Carlos Faria da. Direitos dos pais ou do Estado?. *Folha de São Paulo*, 30 jan. 2011. Disponível em: <http://escolasempartido.org/66-direito-dos-pais-ou-do-estado> Acesso (18/05/2017)

NANINI, Lucas. Debate sobre gênero e sexualidade em aula é previsto em lei, diz GDF. *Globo*. 06 de julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/07/debate-sobre-genero-e-sexualidade-em-aula-e-previsto-em-lei-diz-gdf.html> Acesso (10/02/2018)

O ESTADO DE SÃO PAULO. Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar ‘doutrinação’. *Estadão*. 04 abr. 2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinacao,70001726796> Acesso (10/07/2017)

OLIVEIRA, Mariana. Deputado Marco Feliciano responde por homofobia e estelionato no STF. *GI*. 07 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/deputado-marco-feliciano-responde-por-homofobia-e-estelionato-no-stf.html> Acesso (19/05/2017)

PENNA, Fernando. Em defesa da liberdade de expressão em sala de aula. *Carta Maior*. 06 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Em-defesa-da-liberdade-de-expressao-em-sala-de-aula/4/36394> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (org.) *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017.

\_\_\_\_\_. O ódio aos professores. Movimento Liberdade para Educar. 18 de setembro de 2015. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. O ódio aos professores se profissionaliza. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. 14 de novembro de 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Somos contra o Programa Escola Sem Partido. *Site Panela de Pressão*. s/d. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/903?success=true#> Acesso (11/02/2018)

PORTAL CATARINAS. “Não posso orientar quem não acredita naquilo que estuda”, afirma Marlene de Fáveri. *Catarinas*. 11 abr. 2017. Disponível em: <http://catarinas.info/nao-possou-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/> Acesso (10/07/2017)

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. “PL que institui Escola sem Partido é inconstitucional”, defende Deborah Duprat. *Ministério Público Federal*. 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-que-institui-escola-sem-partido-e-inconstitucional-defende-pfdc> Acesso (12/02/2018)

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Em defesa da liberdade de expressão dos professores. *Site*. 07 julho 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/07/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-dos-professores/> Acesso (13/10/2017)

\_\_\_\_\_. Foi instalada na Câmara dos Deputados comissão especial para o “escola sem partido”. *Site*. 05 out. 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/10/05/foi-instalada-na-camara-dos-deputados-comissao-especial-para-o-escola-sem-partido/> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Lista atualizada de assinaturas da carta aberda ao Senado. *Site*. 11 de julho de 2016. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/11/em-defesa-lista-atualizada-de-assinaturas/> Acesso (12/02/2018)

RATIER, Rodrigo. Uma noite com o Escola Sem Partido. *Nova Escola*. 26 mai. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4982/uma-noite-com-o-escola-sem-partido> Acesso (10/07/2017)

REDAÇÃO CARTA CAPITAL. “Perseguição contra professora da Fatec é ridícula”, diz sindicato. *Carta Capital*. 28 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2013perseguiçao-contra-professora-da-fatec-e-ridicula201d-diz-sindicato-9493.html> Acesso (10/02/2018)

REDAÇÃO G1. Adolescente é encontrado morto dentro de colégio estadual ocupado. *G1-PR*. 24 outubro 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Atirador entra em escola em Realengo, mata alunos e se suicida. *G1*. 07 abril 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/atirador-entra-em-escola-em-realengo-mata-alunos-e-se-suicida.html> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. MEC desiste de nomeação de apoiador do ‘Escola sem Partido’. *G1*. 12 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-desiste-de-nomeacao-de-apoiador-do-escola-sem-partido.ghtml>

\_\_\_\_\_. Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e líder de protestos. *G1*. 25 mai. 2016. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-lider-de-protestos.ghtml> Acesso (10/07/2017)

REDAÇÃO G1 ALAGOAS. Ministro do STF suspende Lei 'Escola Livre' em decisão provisória. *G1-AL*. 22 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/03/ministro-do-stf-suspende-lei-escola-livre-em-decisao-provisoria.html> Acesso (15/05/2017)

REDAÇÃO RBA. Professores são detidos em Santo André por ato contra mordada na educação. *Rede Brasil Atual*. 21 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/professores-sao-detidos-em-santo-andre-apos-panfletagem-contra-escola-sem-partido> Acesso (10/02/2018)

REDAÇÃO REVISTA FÓRUM. Danilo Gentili chama moça negra de “chocolate que comerei o dia todo” em post. *Revista Fórum*. 17 abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/04/17/danilo-gentili-chama-moca-negra-de-chocolate-que-comerei-o-dia-todo-em-post/> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Defensor do “Escola Sem Partido” é preso em flagrante por injúria racial. *Revista Fórum*. 01 jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/06/01/defensor-escola-sem-partido-e-preso-em-flagrante-por-injuria-racial/> Acesso (10/07/2017)

REDAÇÃO PRAGMATISMO. As imagens que mais chamaram atenção nos protestos de domingo. *Pragmatismo Político*. 18 ago 2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> Acesso (20/05/2017)

REDAÇÃO SENADO. Cancelada audiência sobre liberdade de expressão na sala de aula. *Senado Notícias*. 07 de julho de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/07/cancelada-audiencia-sobre-liberdade-de-expressao-na-sala-de-aula> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Comissão de Educação debate liberdade de expressão na sala de aula. *Senado Notícias*. 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/04/comissao-de-educacao-debate-liberdade-de-expressao-na-sala-de-aula> Acesso (12/02/2018)

REDAÇÃO TERRA. Ministério da saúde apresenta educação sexual em quadrinhos. *Terra*. 15 jun. 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/ministerio-da-saude-apresenta-educacao-sexual-em-quadrinhos,8d186dfa233ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acesso (18/05/2017)

REVISTA APURO. Escola Sem Partido trata professor como criminoso. *Medium*. 20 de junho de 2016. Disponível em: <https://medium.com/revista-apuro/escola-sem-partido-trata-professor-como-criminoso-ae771430beef> Acesso (11/02/2018)

ROCHA, Camilo. O mapa que registra projetos da Escola sem Partido no país. *Nexo*. 12 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs> Acesso (12/02/2018)

RONCOLATO, Murilo. O curso sobre o ‘golpe de 2016’ e o debate sobre a autonomia universitária. *Nexo*. 06 março 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/06/O-curso-sobre-o-%E2%80%98golpe-de-2016%E2%80%99-e-o-debate-sobre-a-autonomia-universit%C3%A1ria> Acesso (18/04/2018)

ROSA, Ana Beatriz. Escola Sem Partido ganha decisão na Justiça sobre redação do Enem. *Huffpost Brasil*. 26 outubro 2017. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2017/10/26/escola-sem-partido-ganha-decisao-na-justica-sobre-redacao-do-enem\\_a\\_23256916/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/10/26/escola-sem-partido-ganha-decisao-na-justica-sobre-redacao-do-enem_a_23256916/) Acesso (08/12/2017)

ROSSI, Amanda; ALVIM, Mariana. “Já atingiram meu olho, mas não vão me calar”: professora agredida por aluno denuncia mensagens de ódio. *BBC Brasil*. 22 agosto 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41008085> Acesso (10/02/2018)

ROSSI, Mariana. Manifestantes do dia 12 confiam mais em Bolsonaro que em Marina Silva. *Brasil El País*. 14 abril 2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333\\_476876.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333_476876.html) Acesso (20/05/2017)

\_\_\_\_\_. PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. *El País Brasil*. 25 outubro 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658\\_698523.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html) Acesso (10/04/218)

SALLES, Diogo. A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola Sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo de ensino-aprendizado. *RevistAleph*. Julho 2017 Ano XIV – Número 28

SEPE-RJ. Seminário Estadual de Educação do SEPE RJ: A educação em tempos de crise! *Site*. 27 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim640.pdf> Acesso (11/02/2018)

SILVA, Nelson Lehmann da. A doutrinação ideológica nas escolas. Site “Escola Sem Partido”. 23 setembro 2004 (Atualização 2011). Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/173-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Textos Nelson Lehmann da Silva. *Google Drive*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--WGV4QWw5eW1yTFU?usp=sharing> Acesso (10/02/2018)

SILVA, Nelson Lehmann da. A doutrinação ideológica nas escolas. Site oficial “Escola Sem Partido”. Publicação de 2004 (Atualização em 2011). Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/173-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas> Acesso (18/05/2017)

SILVA, Orley José da. Livro do MEC de ciências humanas e da natureza/2016 apresenta a família de acordo com a Ideologia de Gênero. *De olho no livro didático*. 21 ago. 2015. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2015/08/> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. A 3ª versão da BNCC: análise e constatações (Nota Técnica). *De olho no livro didático*. 12 abr. 2017. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/04/a-3-versao-da-bncc-analise-e.html> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Candomblé e Umbanda em livros didáticos/2016 do MEC para o ensino fundamental. *De olho no livro didático*. 12 abr. 2016. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html> Acesso (10/07/2017)

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Frente Nacional contra o Projeto Escola Sem Partido é lançada no Rio de Janeiro. *Portal ANDES-SN*. 14 de julho de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8228> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Manifesto à convocação da frente contra o PL “Escola Sem Partido”. *Portal ANDES-SN*. 07 de julho de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1994796758.pdf> Acesso (10/02/2018)

SOARES, Wellington. Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011. *Nova Escola*. 01 fev. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> Acesso (18/05/2017)

SOARES, Will. Escola Sem Partido avança na Câmara de SP e já pode ser votado em plenário. *GI-SP*. 12 dezembro 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/escola-sem-partido-avanca-na-camara-de-sp-e-ja-pode-ser-votado-em-plenario.ghtml> Acesso (09/02/2018)

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo. *Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação*. 01 abril 2016. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/> Acesso (20/05/2017)

SUL 21. ‘Nem a ditadura militar criou mecanismos tão rigorosos de controle dos professores’. Site. 13 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/nem-a-ditadura-militar-criou-mecanismos-tao-rigorosos-de-controle-dos-professores/> Acesso (12/02/2018)

TAVARES, Viviane Rosa. Professor Fernando Penna recebe Medalha Tiradentes. *Flávio Serafini*. 05 março 2018. Disponível em: <http://www.flavioserafini.com.br/2018/03/professor-fernando-penna-recebe-medalha-tiradentes/> Acesso (18/04/2018)

TOKARNIA, Mariana. ONU alerta para impactos do projeto Escola sem Partido na educação brasileira. *Agência Brasil*. 13 abril 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2017-04/onu-alerta-para-impactos-do-projeto-escola-sem-partido-na-educacao> Acesso (13/10/2017)

\_\_\_\_\_. TOKARNIA, Mariana. Criador do Escola sem Partido diz que projeto da Câmara tem trecho “inaceitável”. *Agência Brasil*. 28 de março de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2017-03/criador-do-escola-sem-partido-diz-que-projeto-da-camara-tem-trecho> Acesso (11/02/2018)

VELASCO, Murilo. STJ condena padre por impedir mulher de fazer aborto em Goiás. *GI*. 24 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/10/stj-condena-padre-por-impedir-mulher-de-fazer-aborto-em-goias.html> Acesso (18/05/2017)

VIEIRA, Isabela. Colégio federal no Rio é o primeiro a aceitar nome social de alunos transexuais. *Agência Brasil*. 31 maio 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-05/colégio-federal-no-rio-e-o-primeiro-aceitar-nome-social-de-alunos> Acesso (11/02/2018)

WURMEISTER, Fabiula. O educador usurpa uma função que é da família. *Gazeta do povo*. 07 ago. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-educador-usurpa-uma-funcao-que-e-da-familia-293fk255btxfvp15ip2ikn4ni> Acesso (18/05/2017)

ZINET, Caio. Projeto de lei prevê prisão de docente que falar sobre “ideologia de gênero”. *Educação Integral*. 09 de novembro de 2015. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/> Acesso (11/02/2018)

### **Redes sociais**

ADUFF. Lançamento: Frente Escola Sem Mordça em Niterói. *Facebook*. 05 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/405639402893663/> Acesso (12/02/2018)

ALAGOAS CONTRA O PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Alagoas-contra-o-projeto-de-lei-Escola-sem-Partido-491605024373089/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Alagoas-contra-o-projeto-de-lei-Escola-sem-Partido-491605024373089/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018).

AQUINO, Renata. Em resposta à crítica de Miguel Nagib. *Facebook*. 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/amoremvermelho/posts/922369307820737> Acesso (11/02/2018)

COLETIVO DE CULTURA NEGRA NA ESCOLA. Página inicial. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivoculturanegranaescola> Acesso (11/02/2018)

ESCOLA SEM MORDÇA. ANDES-SN, Sinasefe e Sinpro-DF levaram a luta contra o PL “Escola Sem Partido” ao Congresso Nacional. *Facebook*. 22 de agosto de 2016. Disponível em:

<https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/posts/166717653762214> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Debate sobre o conservadorismo na educação brasileira. *Facebook*. 17 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/photos/a.107819786318668.1073741828.105579023209411/162754387491874/?type=3&theater> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Frente Escola Sem Mordada do IF Baiano. *Facebook*. 07 de março de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/posts/281064465660865> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Materiais produzidos por Fernando Penna. *Facebook*. 28 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/posts/317796151987696> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/> Acesso (10/02/2018).

ESCOLA SEM MORDAÇA RJ. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Escola-Sem-Morda%C3%A7a-RJ-103199396796455/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Escola-Sem-Morda%C3%A7a-RJ-103199396796455/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

ESCOLA SEM PARTIDO. A escola e o aluno, segundo Deborah Duprat, Hitler, Stalin, Mao e outros bons companheiros. *Facebook*. 24 fevereiro 2017. Disponível: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173489/791483451002648/?type=3&theater> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Depoimento de professora. *Facebook*. 27 setembro 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/videos/917330655084593/> Acesso (09/04/2018)

\_\_\_\_\_. MBL de Bagé faz campanha pelo Escola Sem Partido. *Facebook*. 07 julho 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/872392622911730> Acesso (09/04/2018)

\_\_\_\_\_. Memes do Escola Sem Partido. *Google Drive*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1I89XOCQVgCwjM4maXBq8wxcr813hnzxZ?usp=sharing> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Página inicial do Escola Sem Partido. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/> (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Processem por dano moral. *Facebook*. 16 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173489/942435505907441/?type=3&theater> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Publicações Marcel Van Hattem. *Google Drive*. 11 jul. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--aUdqMzdsenQ0Tzg?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)



\_\_\_\_\_. Publicações Rodrigo Constantino. *Google Drive*. 23 fevereiro 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0ByQ4vrDYxl--NlVxa3lPbEFXTDg?usp=sharing> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. Que outro motivo pode ter um professor para ser contra o Escola Sem Partido? (Sobre a página PCESP). *Facebook*. 18 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191.1073741829.336441753173489/652423601575301/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Trechos da entrevista concedida por Miguel Nagib à reportagem da Revista Época. *Facebook*. 12 março 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/1005787792905545> Acesso (16/04/2018)

EVENTO UERJ. Debate na página do evento da UERJ sobre o “Escola Sem Partido”. *Google Drive*. 28 de agosto de 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1yNcusMamqPmaVkySoFTng89OStoDwJdS?usp=sharing> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Escola sem Partido: uma educação sem voz? *Facebook (Página do evento)*. 03 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/856347867794985/> Acesso (11/02/2018)

FALANDO VERDADES. Fundador do Escola sem Partido passando vergonha. *Facebook*. 21 de julho de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/Falandoverdades.com.br/videos/993915584057095/?hc\\_ref=ARRuunUCIUTtjMleXmIjtBPngfn0r9jWNekUTm43NGHePixkz5Z6v5JhYCK-PjXMh9M](https://www.facebook.com/Falandoverdades.com.br/videos/993915584057095/?hc_ref=ARRuunUCIUTtjMleXmIjtBPngfn0r9jWNekUTm43NGHePixkz5Z6v5JhYCK-PjXMh9M) Acesso (12/02/2018)

FRENTE ESCOLA SEM MORDAÇA – JUIZ DE FORA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Frente-Escola-Sem-Morda%C3%A7a-Juiz-de-Fora-361958547479581/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Frente-Escola-Sem-Morda%C3%A7a-Juiz-de-Fora-361958547479581/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

FRENTE ESCOLA SEM MORDAÇA – SJC. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/frenteescolasemmordacasjc/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/frenteescolasemmordacasjc/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

FRENTE ESTADUAL ESCOLA SEM MORDAÇA – CE. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/escolasemmordacace/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/escolasemmordacace/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

FRENTE GAÚCHA ESCOLA SEM MORDAÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/frentegauchaescolasemmordaca/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/frentegauchaescolasemmordaca/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

FRENTE GOIANA POR UMA ESCOLA SEM MORDAÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/frentegoianaescolasemmordaca/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/frentegoianaescolasemmordaca/?ref=br_rs) Acesso (10/02/2018)

FRENTE URUGUAIANENSE ESCOLA SEM MORDAÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteuruguaiansesecolasemmordaca/> Acesso (10/02/2018)

GENTILI, Danilo. *Perfil social no Twitter*. 02 mai. 2017. Disponível em: <https://twitter.com/danilogentili/status/859465107956527106> Acesso (10/07/2017)

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MARX, TRABALHO E EDUCAÇÃO. Nota do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Mark, Trabalho e Educação, sobre a denúncia realizada contra as atividades do grupo ao Ministério Público Federal. *Facebook*. 01 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/gepmte/photos/a.1769192646628362.1073741829.1757213324492961/1952904998257125/?type=3&theater> Acesso (10/02/2018)

HOLLIDAY, Fernando. Página oficial no Facebook. *Facebook*. 06 abr. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/fernandoholiday.mbl/photos/a.1565465310358296.1073741828.1563878917183602/1869754443262713/?type=3> Acesso (10/07/2017)

KICIS, Bia. Biografia na página do Facebook. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/biakicisoficial/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/biakicisoficial/about/?ref=page_internal) Acesso (10/07/2017)

MÃES PELO ESCOLA SEM PARTIDO. Página inicial. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/maespeloescolasempartido/> Acesso (12/02/2018)

MARA, Pedro. Notificação oficial da sindicância. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1788758187873558&set=a.643389175743804.1073741835.100002181812389&type=3&theater&ifg=1> Acesso (10/02/2018)

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. O Movimento Brasil Livre (MBL) promoverá no dia 15 de agosto a “Marcha pelo Escola Sem Partido”. *Facebook*. 07 agosto 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/654059621384851/> Acesso (12/02/2018)

MOVIMENTO CRISTÃO UNIVERSITÁRIO. Sobre o MCU. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/MovimentoCristaoUniversitario/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/MovimentoCristaoUniversitario/about/?ref=page_internal) Acesso (12/02/2018)

MOVIMENTO ESCOLA SEM CENSURA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoEscolaSemCensura/> Acesso (10/02/2018)

MOVIMENTO EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA. Professor Fernando Penna explica como grupos e coletivos podem juntar esforços conosco em favor da luta por uma educação democrática. *Facebook*. 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/moveducacaodemocratica/videos/1924603284466347/> Acesso (11/02/2018)

MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR. I Seminário Movimento Liberdade para Ensinar [ATIVIDADE DE GREVE-UFF]. *Facebook (Página do evento)*. 22 de julho de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/events/495007823988142/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/495007823988142/?active_tab=discussion) Acesso (15/10/2017)

\_\_\_\_\_. II Seminário Interno do Movimento Liberdade para Ensinar. *Facebook (Página do evento)*. 21 de outubro de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/events/1510344052623318/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1510344052623318/?active_tab=discussion) Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Por que somos contra o programa “Escola sem Partido”? *Facebook*. 02 de março de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1647068818890271&id=1574545902809230](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1647068818890271&id=1574545902809230) Acesso (11/02/2018)

NAGIB, Miguel. Miguel Nagib cita texto “Ódio aos professores” do professor Fernando Penna. *Google Drive*. 19 de setembro de 2015. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1herNJLs\\_pqHIX2HWZglQYG0sD721Eyl?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1herNJLs_pqHIX2HWZglQYG0sD721Eyl?usp=sharing) Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. *Perfil social no Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/miguel.nagib.9> Acesso (18/05/2017)

\_\_\_\_\_. Resposta à professora Renata Aquino. *Facebook*. 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/miguel.nagib.9/posts/425240591014570?pnref=story> Acesso (11/02/2018)

OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/edulaica/> Acesso (11/02/2018)

PAIS DO COL. PEDRO II CONTRA IDEOLOGIA DE GÊNERO E DOCTRINAÇÃO DOS ALUNOS. Página inicial. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/PaisCP2/> Acesso (11/02/2018)

PENNA, Fernando. Comentário sobre a votação da PL 867/2014. *Facebook*. 13 de agosto de 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1455834731410848&id=100009530050057](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1455834731410848&id=100009530050057) Acesso (11/02/2018)

PROFESSOR, DESOBEDEÇA. Página inicial no Facebook. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/professordesobedecaa/> Acesso (10/02/2018)

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Cancelamento da Audiência Pública. *Facebook*. 09 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1603681619924148> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Defensores do programa Escola sem Partido são recebidos no MEC. *Facebook*. 25 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1588680761424234/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Destaques da semana. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page_internal) Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Escola Sem Partido defende que professores não têm liberdade de expressão no exercício de sua atividade profissional. *Facebook*. 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243091/1503047063320938/?type=3&theater> Acesso (15/12/2017)

\_\_\_\_\_. Informe sobre a Audiência Pública no Senado Federal. *Facebook*. 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1602130220079288> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. Memes contra o Escola Sem Partido. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/photos/?tab=album&album\\_id=1842192976073010](https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/photos/?tab=album&album_id=1842192976073010) Acesso (21/02/2018)

\_\_\_\_\_. Nota da ANPUH: Não ao projeto de lei “Escola Sem Partido”. *Facebook*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1573789026246741> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Nota de Repúdio – Sinpro/AL. *Facebook*. 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1539098623049115> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Nota de Repúdio à Lei Nº 8.242/16 – “Escola sem Partido” – Campo Grande (MS). *Facebook*. 26 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/posts/1576541019304875> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Notícia sobre as notificações extrajudiciais dos professores. *Facebook*. 19 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1657157161243260/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. O Escola Sem Partido é uma ameaça à Educação Democrática e Plural. *Facebook*. 20 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1657567074535602/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. O grande perigo da reforma do Ensino Médico. *Facebook*. 5 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1715382225420753/> Acesso (12/02/2018)

\_\_\_\_\_. O movimento Escola sem Partido continua atacando a liberdade de pesquisa no ambiente acadêmico. *Facebook*. 02 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243091/1740653849560257/?type=3&theater> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Projetos de Lei que ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente. *Facebook*. 10 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243091/1507088982916746/?type=3&theater>

\_\_\_\_\_. Quando lecionar pode virar crime. *Facebook*. 10 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243091/1507088962916748/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Somos contra todos os projetos de lei que ameaçam o caráter educacional da escola e criminalizam a prática docente. *Facebook*. 2 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243091/1512415489050762/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Uma sugestão para os criadores do Programa “Escola Sem Partido”: mudem o seu nome! *Facebook*. 27 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945.1073741828.1500492200243091/1502458090046502/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Vamos ocupar as galerias da câmara municipal para dizer não ao “Escola Sem Partido”. *Facebook*. 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/1574545902809230/photos/a.1592439531019867.1073741828.1574545902809230/1646754065588413/?type=3&theater> Acesso (11/02/2018)

\_\_\_\_\_. Vídeos mensais discutindo temas importantes para o debate sobre o “escola sem partido”. *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/videos/?ref=page_internal) Acesso (21/02/2018)

SEPE-RJ. Debate acerca do PL 867/04 de Carlos Bolsonaro. *Facebook*. 02 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1649483545331504/> Acesso (11/02/2018)

### ***Anteprojeto, Projetos de lei, Decretos, ADIs, Notas Técnicas e Comissão Especial Escola Sem Partido***

ATO DE CRIAÇÃO. *Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido*. 16 mai. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/conheca-a-comissao/criacao-e-constituicao/ato-de-criacao>

BARROSO, Ministro Roberto. Ação Direta de Inconstitucionalidade (Med. Liminar) - 5537. *Supremo Tribunal Federal*. 30 maio 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=5537&processo=5537> Acesso (13/10/2017)

BARROSO, Luís Roberto. Votos e decisões no STF - Escola Livre (Escola sem partido) – ADI 5537 e 5580. Decisão liminar. *Luís Roberto Barroso: Jurisdição Constitucional e Debates Públicos*. Disponível em: <http://luisrobertobarroso.com.br/votos-e-decisoes/> Acesso (13/10/2017)

BIONDINI, Eros. PL 2731/2015. *Câmara dos Deputados*. 20 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672692> Acesso (11/02/2018)

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Árvore de apensados – PL 7180/2014*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_arvore\\_tramitacoes?idProposicao=606722](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=606722) Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. *PL 867/15 do autor Izalci Lucas PSDB/DF*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. *PL 1411/15 do autor Rogério Marinho PSDB/DF*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808> Acesso (10/07/2017)

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 7.180/2014*. Brasília. s/d. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BCB224216975FDE21D8BF9C354F4EE2F.proposicoesWebExterno1?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PL+7180/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BCB224216975FDE21D8BF9C354F4EE2F.proposicoesWebExterno1?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PL+7180/2014) Acesso (11/02/2018)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Projeto de lei 01/2015. *Sinpro DF*. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/04/pl-escola-sem-partido.pdf> Acesso (10/02/2018)

ESCOLA SEM PARTIDO. Anteprojeto de Lei Estadual e minuta de justificativa. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/484-anteprojeto-de-lei-estadual-e-minuta-de-justificativa> Acesso (15/05/2017)

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de Lei Municipal e minuta de justificativa. *Site*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo-categoria/485-anteprojeto-de-lei-municipal-e-minuta-de-justificativa> Acesso (15/05/2017)

LUCAS, Izalci. PL 867/2015 “Programa Escola Sem Partido”. *Câmara dos Deputados*. 23 março 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso (10/02/2018)

MALTA, Senador Magno. Votação do Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2016 (“Escola Sem Partido”). *Senado Federal (e-cidadania)*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666> Acesso (09/02/2018)

MEMBROS DA COMISSÃO. *Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL7180/2014 – Escola Sem Partido*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/conheca-a-comissao/membros-da-comissao> Acesso (10/07/2017)

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Nota Técnica nº 2/2017/PFCD. *Ministério Público Federal*. 15 de março de 2017. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/grupos-de-trabalho/direitos-sexuais-e-reprodutivos/atuacao-do-gt/nota-tecnica-2-2017-pfdc> Acesso (12/02/2018)

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Minuta de Decreto Estadual. *Site*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/minuta-de-decreto-estadual> Acesso (10/02/2018)

\_\_\_\_\_. Minuta de Decreto Municipal. *Site*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/decreto-municipal> Acesso (10/02/2018)

RICK, Alan et al. PL 1859/2015. *Câmara dos Deputados*. 10 junho 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894> Acesso (11/02/2018)

SENADO FEDERAL. *PL 193/16 do autor Magno Malta*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666> Acesso (10/07/2017)

Fontes orais:

CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h51m40s)

JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. Entrevista com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna e com a Professora Renata Aquino. 20 abr. 2017. Local: Niterói – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim. (História oral temática – Duração: 2h.05m25s)

SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

### Referências Bibliográficas

- ALBERTI, V. *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a
- \_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b
- ALEXANDER, Jeffrey. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13 n. 37 São Paulo, junho, 1998.
- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Historicidade, sujeito e oralidade. In: MARCHIORI, Marlene. (Org.). *História e memória*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difusão Editora / Senac, 2013.
- \_\_\_\_\_. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ANDRADE, Everardo Paiva de. Trajetórias docentes e história pública: a construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; CALDAS, Renan Rubim. História Pública e Educação Democrática: “Professores contra o projeto Escola Sem Partido” - Narrativas em Debate. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 66- 91, abr./jun. 2017
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço dos debates. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009
- \_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. v.2, nº 3, 2012.
- ALVES, Nilda. Nós somos o que contamos: a narrativa de si como prática de formação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Orgs.). *História de vida e formação de professores*. Rio de Janeiro: Quartet, FEPERJ, 2008.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996
- BITTAR, M.; JUNIOR, A.F. Proletarização de professores. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.



- BOSI, Éclea. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. São Paulo: Companhia das Letras, 13ª edição, 2006
- BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996
- \_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983
- \_\_\_\_\_. Os modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009
- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CUNHA, Luís Antônio. *O projeto reacionário de educação*. 2016. Disponível em: <http://luizantonioacunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, 2013.
- DEMIER, Felipe. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016a
- \_\_\_\_\_. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016b
- DUMOULIN, Olivier. O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (e-book)
- ESPINOSA, Betty Solano; QUEIROZ, Felipe Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017
- FANFANI, E.T. Condição docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Org). *Revisão do Pensamento Conservador: ideias e políticas no Brasil*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2010

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis (RJ), v.94, n.3, p.111-124, maio-jun. 2000.

FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida; PENNA, Fernando de Araújo. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente a BNCC e ao ESP. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, 1992, 5, p. 28 – 49.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de ‘A Shared Authority’ à cozinha digital, e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, nov. 2005

GAGNEBIN, J.M. Memória e verdade do passado. In: *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GIROUX, Henri. Os professores como intelectuais transformadores. In: *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOHN, Maria da Glória. A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade. In: GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2010

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004

GOMES, W. Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, XVI Encontro da Compós, na UTP, Curitiba, 2007

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 35 maio/ago. 2007

\_\_\_\_\_. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, Antonia (Org.). *Vidas de professores*. 2ª ed. Porto: Ed. Porto, 1995

GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo, e políticas públicas na nova república. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.19, nº 54, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016

JEDLICKI, L.R.; YANCOVIC, M.P. Desprofissionalização docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do Ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n. 38, 1999, p. 125-138.

LEISTNER, Rodrigo. As fronteiras entre campo e ação: Bourdieu e Touraine em perspectiva. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

LESSARD, C. Autonomia profissional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010

\_\_\_\_\_. Regulação múltipla e autonomia profissional dos professores: comparação entre o Quebec e o Canadá. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44. p. 143-163. dez. 2006

LIDDINGTON, Jill. “O que é história pública?”. In: ALMEIDA, J; ROVAI, M. (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011

LUCCHESI, Anita. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 2013.

\_\_\_\_\_. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, n. 02, mar./abr. 2014, p. 45-57

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educ. Soc., Campinas*, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MARTINEZ, D. Mal estar docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MARTIN, Jean-Clément. O tratamento histórico frente à verdade judicial: juízes e historiadores. *Direito e Sociedade*, 38, 1998.

MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

\_\_\_\_\_. O gigante. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Comunidade de destino. In: *Manual de História Oral*. SP: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016

MONTEIRO, A. M. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In: *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MONTEIRO, A. M.; PENNA, F. A. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.36, n. 1, p. 191 – 211, jan/abr. 2011

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009

\_\_\_\_\_. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016

MOURA, Fernanda Pereira de. “Escola Sem Partido”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História. UFRJ, dezembro de 2016

NAPOLITANO, Marcos. A crise brasileira, em perspectiva histórica. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016

NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricoeur (1913 – 2005). In: PARADA, Maurício (Org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópoli, RJ: Vozes, PUC-Rio, 2014.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antonio (Coord.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa : Dom Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio (Org.) *Vidas de professores*. 2ª ed. Porto: Ed. Porto, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: flexibilização e precarização. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 25, n. 89, p. 1.127-1.144, set./dez. 2004.

PENNA, F. A. Negociando a distância entre passado, presente e futuro em sala de aula: a relação entre o tempo histórico e a aprendizagem significativa no ensino de história. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

PENNA, Fernando; SILVA, R.C.A. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Revista Tempo*, vol.1, nº 2, dezembro de 1996, UFF, pp.59 – 72.

\_\_\_\_\_. PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História: Ética e História Oral*. São Paulo: PUC, vol. 15, 1997, pp.13 – 49.

\_\_\_\_\_. What makes Oral History different. In: PORTELLI, Alessandro. *The Death of Luigi Trastulli and other stories*. Albany: State University of New York Press, 1991, pp. 45 – 58.

REIS, José Carlos. “A escola metódica, dita positivista”. In: *A história, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos *Annales*: uma articulação possível. In: REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Volume I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. A aula como texto: historiografia e ensino de história. In: ROCHA, Helenice et al (orgs.) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009

RODRIGUES, Henrique Estrada. “Escola Sem Partido”: a escola do nosso tempo?. In: MATTOS, Hebe (et.all) (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

- RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Editora UFPR, 2010.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Hipóteses ontogenéticas relativas à consciência moral: possibilidades em consciência história de jovens brasileiros. *Educar em Revista*. Curitiba, nº42, out/dezembro 2011.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLE, Marlene. A construção do fato histórico e o ensino da História. In: *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004, p.49 – 60.
- SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.
- SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016
- SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: história pública, ensino de história e o projeto “Escola Sem Partido”. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016
- SILVA, Maria Salete. Democracia e sujeito: uma relação indissociável na obra de Alain Touraine. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(2), 2008
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- TAVARES, Maria de Fátima Duarte. Preservação digital: entre a memória e a história. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.9-21, jan./abr., 2012.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010
- TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- VICENTINI, Paula & LUGLI, Rosário. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009

## Apêndice I – Sínteses biográficas dos professores entrevistados<sup>737</sup>

### *Regina Lúcia de Castro*

A professora Regina nasceu em 1958 e morou sua infância e adolescência no bairro Encantado, zona norte do Rio de Janeiro. Regina é filha de pai militar do Exército, e de mãe professora. Seus tios também são militares, um da Marinha e o outro da Aeronáutica. Morava em uma casa com mãe, o pai, as duas irmãs e as duas avós. Segundo ela, dentro de casa “parecia um quartel”, já que seu pai, “linha dura, extremamente conservador e reacionário”, prezava muito pela ordem e pela disciplina.

Inicialmente, quando criança, Regina estudava em uma escola onde a mãe dava aula, chamada Escola Silva Jardim, em Cascadura, também zona norte do Rio. Depois, no ensino fundamental, estudou na Escola Municipal Souza da Silveira, que fica em Quintino Bocaiuva, bairro próximo ao Encantado e no ensino médio estudou na Escola Estadual Visconde de Cairu, no Méier. Ao mesmo tempo que terminava o ensino médio, entrou em um curso de pré-vestibular por volta de 1981/82, para assistir as aulas do professor de História Emir Amed, professor que teve grande importância na sua vida.

Logo em seguida começou o curso de História na UFF. Na entrevista, Regina conta que teve problemas com o pai porque não aceitava que ela fizesse o curso de História, já que para ele era curso de “comunistas”. Para continuar o curso teve que se mudar e morar com umas tias em Icarai, Niterói, próximo à UFF. Ficou um tempo sem falar com o pai. Além disso, Regina teve um problema de saúde quando sua filha nasceu, e teve que trancar um período, logo ao final do curso. Mesmo enfrentando questões familiares, a professora Regina realizou alguns estágios docentes durante a graduação, primeiro no Colégio Pedro II, e depois no Colégio Estadual Leopoldina da Silveira, onde ficou estagiando por um ano.

Em 1986, fez concurso para o magistério no Estado, mas não foi chamada de imediato. Depois de formada, deu aula no Colégio Regente, onde ficou seis anos ministrando aulas para turmas do ensino fundamental e para turmas de supletivos, isto é, turmas de jovens e adultos que não conseguiram terminar o ensino médio. Logo após sua entrada no Colégio Regente, foi convocada pelo Estado para dar aula no Colégio Estadual Delfim Moreira, onde teve alguns problemas com a direção da escola. Em 1989, por conta desses problemas, pediu transferência para o Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho, onde encontra-se até hoje e tem uma ligação muito forte com o colégio. Desde então, deu aula no Colégio de São Bento, escola confessional católica, por volta de 1990/91, e no Colégio Soeiro, antes de realizar mais um concurso para o Estado em 2005. Segundo a professora Regina, ela passou por diversos problemas nessas escolas e a sua vontade mesmo era “sempre de dar aula em escola pública”. Fez o concurso em 2005 para Resende, Município do Rio de Janeiro mais distante de onde a professora Regina morava. Após três anos de experiência dando aula na escola em Resende, conseguiu transferir sua segunda matrícula do Estado para o Olinto e atualmente possui duas matrículas nesse colégio.

A professora Regina tem uma vida de engajamento em defesa da escola pública. Durante seus quase 30 anos de profissão docente e de experiência na educação pública, afirma ser testemunha do “sucateamento da escola pública”. Possui um posicionamento político bastante crítico em relação às medidas tomadas e às políticas públicas engendradas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), medidas essas que, segundo ela, não só afetam a qualidade da educação pública no Estado, mas que afetam também a autonomia e a qualidade da profissão do professor do Estado. Segundo a professora Regina, chegou a filiar-se

---

<sup>737</sup> Vale destacar que todas as entrevistas possuem Carta de Cessão e foram autorizadas pelos professores para publicação.

ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas saiu do mesmo e faz críticas ao partido. Atualmente, identifica-se mais com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mas não é filiada. É uma professora que faz greve e é filiada ao SEPE-RJ (Sindicado Estadual dos Profissionais da Educação do RJ). Recentemente, a professora se posicionou contra a reforma do Ensino Médio e a PEC 241, medidas, segundo ela, resultado de um “golpe e um projeto ultraconservador”, e também se posiciona contra o “Escola Sem Partido”.

### *Leandro Climaco*

O professor Leandro nasceu em 1979, é “filho de trabalhadores” e foi criado nos subúrbios do Rio de Janeiro, como destaca em sua narrativa. Morou no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio, até a separação dos seus pais quando tinha 7 anos e dos 7 anos até os 30 morou em um apartamento no bairro de Madureira, zona norte da cidade, com sua mãe, sua avó e seus dois irmãos. Atualmente, mora no bairro do Meier com seu companheiro Eduardo, também professor de História no Colégio Pedro II.

Desde os 7 anos de idade Leandro passou a estudar em escola pública. No ensino fundamental estudou na Escola Municipal Paraná, em Cascadura, e na Escola Municipal Arcoverde, em Madureira. Já no ensino médio estudou em uma escola particular, o Colégio Santa Mônica, também em Madureira. Durante o ensino médio, começou a trabalhar como estagiário no BANERJ, jovem, com 15/16 anos, para ganhar experiência durante sua formação no curso técnico em Administração, que fazia simultaneamente. Depois de formado na escola trabalhou durante quatro anos porque tinha que fazer um pré-vestibular para passar na universidade e os pais não tinham condições de pagar o curso. Trabalhou primeiro como atendente no Bob's e depois na empresa Parmalat como sorveteiro. Fez dois anos de pré-vestibular, pagando do próprio bolso, e no segundo ano passou em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Durante a graduação, Leandro trabalhou em uma fábrica de botões no RJ chamada Artperola. Primeiro foi assistente administrativo e depois supervisor de venda. Nesse período, cursava a faculdade à noite. Teve bolsa de iniciação científica por dois anos e realizou estágios docentes. Após se formar na universidade em 2007, inicialmente, teve dificuldades de arranjar trabalho. Em 2008, fez prova para o Estado, para a Prefeitura do Rio, e para Nova Friburgo, além de se preparar para a prova de Mestrado em História na UFF, começando a cursar em 2009. Leandro, como historiador, tem como objeto de pesquisa a imprensa e as experiências populares com letramento e periodismo no Rio de Janeiro, focado nos subúrbios da cidade.

Nesse mesmo ano foi chamado para dar aula na rede estadual, na Escola Estadual Machado de Assis, em Nova Iguaçu, na baixada fluminense. No meio do ano também começou a dar aula no colégio particular Santa Mônica na unidade de Taquara. Em 2012, foi o auge do seu trabalho como professor, segundo ele. Começou a trabalhar na Prefeitura, em Campo Grande, zona oeste do Rio, e também no colégio particular MV1, na Tijuca, situado na zona norte carioca, além de continuar dando aula no Estado e no Santa Mônica. Em 2013 começou o Doutorado na UFF, saiu do Colégio MV1 e fez o concurso para o Colégio Pedro II, enquanto ainda trabalhava no Estado, na Prefeitura e no Santa Mônica. Assumiu em 2014 no Pedro II e, como é um cargo de dedicação exclusiva, saiu dos outros colégios em que trabalhava.

O professor Leandro tem uma vida marcada de participações políticas em sindicatos da categoria e em partidos políticos. Quando começou a dar aula no Estado filiou-se ao SEPE-RJ, e quando entrou no Colégio Pedro II filiou-se ao SINDISCOPE (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II). Fez greve em 2011 no Estado, em 2013 na Prefeitura e em 2014 no Pedro II. Foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) na época em que Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, mas depois saiu do partido para filiar-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que é filiado até hoje. Leandro também vai às manifestações, se posiciona e defende a



causa do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), mas, como diz, “não é tão orgânico”, ou “militante de carteirinha”. Recentemente, durante o período de crise política no Brasil em 2015 e 2016, posicionou-se contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e afirma ter sido golpe. Frequentou as manifestações do “Fora Temer” e se engajou contra a PEC 241, a Reforma Trabalhista, e a Reforma do Ensino Médio. Leandro também se posiciona contra o “Escola Sem Partido”, afirmando ser um projeto que busca “criminalizar a fala do professor e um debate que está posto na realidade”, sobre a discussão de gênero na escola.

#### *Fernanda Moura*

A professora Fernanda nasceu em 1986, filha de mãe militar, “da primeira turma de mulheres da Marinha”, como enfatiza, de pai que era contador, e tem um irmão cinco anos mais novo. Morou grande parte de sua vida em Jacarepaguá, na Taquara, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, e hoje mora no bairro Pechincha, também zona oeste, com sua filha Sofia, de 6 anos de idade. Foi criada pelos avós quando criança, porque os pais passavam o dia fora de casa trabalhando. A avó tem apenas o ensino fundamental e o avô era analfabeto.

Com quatro anos, na educação infantil, estudou em um colégio de freiras pela decisão da mãe, que é católica. Apesar da família ser católica, Fernanda considera-se atéia. Durante o seu ensino fundamental estudou em um colégio particular na Taquara e cursou seu ensino médio na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC-RJ), realizando, ao mesmo tempo, um curso técnico em Publicidade e Propaganda. Gostava muito da escola e do curso, mas não sabia se era aquilo que queria seguir. Começou a pensar em ser professora, mas não sabia de qual disciplina. Gostava de Letras, Geografia e História durante a sua formação, mas escolheu História por “eliminação”. Após formada na escola, fez um pré-vestibular particular e passou para História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2004.

Durante a sua graduação, Fernanda diz que gostou muito do currículo do curso, porque era abrangente e voltado para formação de professores. Realizou estágios docentes no Colégio de Aplicação da UERJ (CAP-UERJ), onde teve professoras marcantes em sua formação. Enquanto estava terminando a sua graduação em 2007, fez concursos para o magistério no Estado e no Município do Rio, passando nos dois. Enquanto esperava ser chamada no Município, deu aula em um pré-vestibular comunitário durante o ano de 2008. Em 2009 começou a dar aula na Escola Municipal Eunice Weaver, na Taquara, e em 2010 no Estado, para Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (EJA).

Deu aula na Eunice Weaver de 2009 até 2015. Nesse período, já como professora de História, fez vestibular novamente para o curso de Pedagogia pelo CEDERJ, com o objetivo de cursar disciplinas sobre alfabetização, tendo em vista que a maioria dos seus alunos no Município eram analfabetos. Fez os primeiros semestres da faculdade e depois não continuou, porque não precisava mais. Além disso, em 2010, iniciou uma especialização em Ensino de História no Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No entanto, devido ao nascimento de sua filha, não conseguiu terminar. Entre 2013 e 2014 especializou-se em “Gênero e sexualidade” pelo curso de Medicina Social da UERJ, muito por conta das experiências de abusos e assédios que sofreu quando era aluna e que, já atuando como professora, via nas suas alunas os mesmos problemas sofridos. Em 2015 a professora Fernanda saiu da Eunice Weaver por conta de diversos problemas e conflitos internos na escola. Segundo ela, foi uma “escola traumatizante”, o que contribuiu para o seu processo de adoecimento como professora. Desde então, Fernanda atua na Escola Municipal Juliano Moreira, no bairro Pechincha. No entanto, atualmente, Fernanda encontra-se de licença, por conta de transtornos de ansiedade e depressão causados pelos problemas enfrentados na antiga escola.

A professora Fernanda tem uma vida marcada pelo engajamento político. Durante seu ensino médio, participou ativamente do grêmio estudantil, manifestando-se, naquela época, pela consolidação do passe livre dos alunos das escolas públicas nos transportes públicos do Rio. Também durante o ensino médio era ligada ao PT, e panfletou para a primeira eleição de Lula como presidente, mas nunca filiou-se ao partido. Com o tempo, começou a fazer críticas ao partido, e hoje em dia não se sente representada por nenhum partido político. Filiou-se ao SEPE-RJ desde quando começou a atuar como professora em 2009, e participou de assembleias, manifestações e greves do sindicato. Também participou da greve dos professores da Prefeitura em 2013, ocupando a Câmara Municipal. Além disso, faz da questão de gênero não só um objeto de estudo e de conhecimento historiadora e professora, mas também uma militância política. Atualmente, Fernanda é militante ativa do movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) e tem o Escola Sem Partido (ESP) como tema de pesquisa, tendo realizado uma dissertação sobre o ESP, o fundamentalismo cristão católico e o ensino de História com foco na questão de gênero no Mestrado Profissional em Ensino de História na UFRJ (2014-2016). Também é uma das participantes do Podcast “Sobre História”<sup>738</sup> e também faz disso uma militância política.

#### *Diogo Salles*

O professor Diogo nasceu em 1992, filho de pais militares, atuantes na Aeronáutica, e morou durante grande parte de sua vida no bairro de Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro. Em 2012 mudou-se para Niterói para morar com sua namorada Luiza. De acordo com o professor, ele vem de uma “família classe média branca bem padrão e tradicional”.

Durante a sua formação escolar, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, estudou em escolas particulares. Na entrevista, não conseguiu se lembrar o nome da escola que estudou no ensino fundamental, mas fez todo o Ensino Médio no Colégio Prioridade Hum, que fica no bairro Padre Miguel, também zona oeste do Rio. Segundo Diogo, foi nesse colégio que teve um primeiro contato com a ideia de ensinar. Durante o 2º e o 3º ano participou de um projeto de monitoria criado entre os próprios alunos, no qual davam aulas de todas as matérias entre si, como um grupo de estudos e de ajuda mútua. A ideia e a vontade de fazer graduação em História surgiu justamente de sua participação nesse projeto. Após formado, Diogo fez vestibular para todas as universidades, mas, segundo ele, nunca teve uma justificativa para ter escolhido a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrou na graduação em História na UFF em 2010 e terminou em 2015. Nesse período, além de ter feito as disciplinas de Pesquisa e Prática em Ensino de História, fez estágios docentes remunerados em dois colégios particulares. Estagiou no colégio em que tinha estudado no ensino médio, o Colégio Prioridade Hum e no Colégio Francisco de Assis, situado em Realengo. Depois que se formou, trabalhou mais um ano no Francisco de Assis, não mais como estagiário, mas como professor. Desde então tem trabalhado em cursos de pré-vestibular particulares, como o Escola de Mestres, situado em Copacabana, zona sul do Rio, e Pontual Concursos, também em Realengo. Em 2017, Diogo começou a cursar o Mestrado na linha de Ensino de História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP)

Atualmente, Diogo encontra-se engajado no movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) e é membro ativo do mesmo. Tem no PCESP, como o mesmo diz, sua maior experiência política. Segundo o professor Diogo, sua vida na escola, na adolescência e até o final da graduação foi despolitizada. Não participou de greve política como professor e não possui nenhuma filiação político-partidária e nem sindical. Segundo ele, sua vivência

---

<sup>738</sup> Cf. SOBRE HISTÓRIA. Página inicial. *Site*. Disponível em: <http://www.sobrehistoria.blog.br/> (11/02/2018)

política está muito restrita ao PCESP. Encontrou no movimento uma forma de manifestar suas perspectivas e suas interpretações em relação a diversos temas ligados à sua profissão como professor: sua relação com a sala de aula, sua identidade como docente, suas experiências com seus alunos, sua relação com a democracia e sua relação com a discussão de gênero nas escolas.

#### *Raphael Giovanini*

O professor Raphael nasceu em 1986, em São Gonçalo, Município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sua mãe foi funcionária de banco e seu pai é dentista, e possui dois irmãos mais velhos. Raphael morou em São Gonçalo até seus 8 anos de idade, quando se mudou para Itaboraí, Município próximo à São Gonçalo, em 1995, com 9 anos. Dos seus 10 aos 13 anos, morou em Teresópolis, Município da Região Serrana do Rio, com a mãe e o padrasto, voltando depois para Itaboraí, onde morou até seus 18 anos. A partir de 2005, mudou-se para Niterói onde continua morando até hoje, no bairro Gragoatá.

No ensino fundamental estudou tanto em escola particular quanto em escola pública. Estudou no colégio particular Leão XIII, em Itaboraí, na Escola Municipal Mariana Leite Guimarães, em Teresópolis, e no Colégio Estadual Visconde de Itaboraí, em Itaboraí. Já seu ensino médio foi todo feito em escola particular, no colégio Leão XIII. Após sua formação escolar, fez pré-vestibular particular no Colégio e Curso Facto, centro de Niterói. Segundo o professor Raphael, foi no pré-vestibular que começou a se interessar pelo curso de História, muito por influência de um professor de História que gostava, que expressava opiniões diferentes de outros professores de História que teve no ensino médio e no pré-vestibular, considerados por ele como professores “de esquerda”.

Começou sua graduação em História em 2009 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), em São Gonçalo, e terminou em 2013. Durante a graduação fez estágios docentes no Colégio Estadual Adino Xavier, também em São Gonçalo, acompanhando e ministrando aulas. Segundo Raphael, adquiriu conhecimento na universidade mas não foi da forma que esperava e desejava, visto que os professores, em sua maioria, possuíam mais um “viés de esquerda” e não apresentavam leituras e visões diversas. No entanto, teve aulas com alguns professores considerados “à parte”, que apresentava leituras e textos distintos da maioria e que foram importantes em sua formação intelectual e política.

Após formado, Raphael deu aula no Colégio Estadual Adino Xavier onde tinha feito estágio, ministrando aulas para as turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio. Ficou nesse colégio durante um ano e meio e depois começou a trabalhar na Escola de Ensino Fundamental (EDEF), um colégio particular em São Gonçalo. Nesse colégio, deu aula para as turmas de 6º ao 9º ano, durante um ano. Atualmente, não atua mais como professor, mas trabalha no setor de planejamento da empresa de energia ENEL. Segundo Raphael, após as experiências nas escolas, desiludiu-se com o ensino fundamental e ensino médio, mas pretende seguir carreira universitária como professor de ensino superior.

Raphael possui um posicionamento político favorável ao projeto do “Escola Sem Partido”. É religioso, praticante católico, frequentador da Igreja São Judas Tadeu, em Niterói, e participa também do Movimento Cristão Universitário (MCU). Não é filiado e não se identifica com nenhum partido político, mas é simpático e tem admiração por figuras políticas como Jair Bolsonaro e Donald Trump. Além disso, Raphael também gosta de acompanhar os trabalhos do filósofo conservador Olávo de Carvalho. Considera-se conservador, “antiesquerdista”, é “anti-PT” e é contra a discussão de gênero nas escolas.

#### *Juarez de Almeida Junior*

O professor Juarez nasceu em 1988 em São Gonçalo, filho de pai que foi motorista de ônibus e motorista particular, e de mãe dona de casa. Sua família, como diz, tem uma forte

ligação com a história do Brasil. Tem ascendência portuguesa por parte da família do pai e, por parte da família da mãe, seu bisavô era filho de escravos e sua bisavó era índia. Morou praticamente toda a sua vida no bairro de Nova Cidade, em São Gonçalo, com seus pais e suas duas irmãs gêmeas mais velhas. Em 2016, casou-se com sua esposa Thatiely e se mudou para o bairro de Alcantara, também em São Gonçalo, onde vive até hoje.

Segundo Juarez, sua vida é baseada na cidade de São Gonçalo. Além de ter morado durante toda a sua vida, sua formação escolar e sua formação acadêmica foi toda feita na cidade. Sua alfabetização e 1ª série foram feitas no colégio Pequeno Príncipe, em Nova Cidade, a 2ª série no Colégio Nova Cidade e a 3ª série no Colégio Trindade. Da 4ª à 8ª série (5º ao 9º ano atualmente) estudou em escola pública, na Escola Municipal Visconde de Sepetiba, que também fica em Nova Cidade. No ensino médio, voltou a estudar em escolas particulares. Fez o 1º e 2º ano na Rede MV1 de Ensino, em São Gonçalo, e o seu 3º ano foi no Sistema Elite de Ensino, também na cidade de São Gonçalo. Terminou a sua formação escolar em 2007, mas não passou no vestibular, entrando em 2008 em um curso pré-vestibular particular chamado Vitor Pré-Vestibular.

Em 2009, passou para História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), mas optou pela UERJ por ser em São Gonçalo e ser mais próximo de casa, além do curso ser voltado para a formação de professores, o que coincidiu com o seu objetivo de seguir a carreira da docência. Apesar de alguns problemas da universidade, diz que não se arrepende de ter estudado na FFP e que a formação de professor foi excelente. Fez estágios docentes acompanhando aulas e deu aula também durante a sua graduação. Graduou-se em 2013 tendo como tema de monografia a relação entre senhores e escravos no primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro.

Sua carreira de professor começou cedo, logo quando entrou na universidade. Em 2009, voltou à Escola Municipal Visconde de Sepetiba para contar aos professores que havia passado no vestibular e lá começou a participar do projeto “Mais Educação” ministrando oficinas e aulas de Ética e Cidadania, para turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental, onde ficou até 2012. Nesse mesmo ano, começou a dar aula no Colégio Equipe 1, colégio particular que também fica em São Gonçalo. Deu aula de História para o 7º e 8º ano do ensino fundamental e de Filosofia para o 3º ano do ensino médio. Em 2013, começou a dar aula também no Vitor Pré-Vestibular, onde havia estudado. Em 2014, entrou no Externato Santo Antônio, em São Gonçalo, e no Instituto São Bento, em Niterói, ambos colégios particulares. Nesse ano de 2014, deu aula desde o 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio e pré-vestibular. Nesse mesmo ano, saiu do Colégio Equipe 1 para estudar para prova de mestrado. Havia tentado o processo de seleção em 2013 para UFRJ e para UFF, mas não passou nas provas. Em 2014 tentou para UFRJ e passou. Fez as matérias obrigatórias em 2015, mas em 2016 teve que trancar o período por conta das questões pessoais de casamento e o trabalho nas escolas. No ano de 2016 também começou a desenvolver um projeto de aulas particulares para alunos que vão fazer prova discursiva de História para UERJ e PUC. Atualmente, trabalha com esse projeto tanto em casa quanto no Centro de Estudos Adriana Guimarães, em Niterói, e continua dando aula no Vitor Pré-Vestibular e no Externato Santo Antônio. Também voltou a trabalhar no Colégio Equipe 1.

O professor Juarez possui um posicionamento político e ideológico contrário ao “Escola Sem Partido”, mas afirma que existem professores nas escolas, professores “de esquerda”, que acabam por monopolizar as ideias e não mostram as diferentes interpretações e as diferentes visões da história. Juarez não é filiado a nenhum partido político e não tem nenhuma figura política de admiração, mas nutre simpatias pelo Partido Novo. Não é filiado a nenhum sindicato de professores e nem tem interesse. Coloca-se contra a ideia de Estado grande, afirmando que

o Estado tem que se concentrar apenas nos setores fundamentais da sociedade: saúde, educação e segurança. Acredita no princípio liberal do indivíduo e na iniciativa privada.

## Apêndice II – Trajetórias iniciais de vida: formação familiar e escolar

*Regina Lúcia de Castro*

A professora Regina Lúcia possui diversas lembranças de experiências importantes de suas relações familiares e de seu período escolar e que considera fundamentais para sua trajetória de vida, sua opção pelo curso de História e para sua formação como docente. Em sua narrativa inicial, a professora Regina relata muito dos problemas e dos conflitos que tinha com o pai quando era criança e adolescente e também na vida adulta. Seu pai era militar do Exército e, diferente dos outros entrevistados, que nasceram entre 1978 e 1992 e viveram sua infância e sua adolescência já no período de reabertura política e de redemocratização no Brasil, Regina viveu todo seu crescimento no período da Ditadura Militar. Como diz ela,

“Para falar da minha história de vida e de certa forma relacioná-la à minha opção pelo magistério e, principalmente, por História...está tudo muito interligado. Eu sou filha de militar. Militar extremamente conservador, extremamente reacionário, chama linha dura mesmo. E, por alguma razão, que eu não sei assim te explicar ou te definir...eu desde pequena...achava...percebia alguma coisa assim...alguma distorção em relação às atitudes do meu pai. Uma boa pessoa, foi um bom pai, mas ele era muito arraigado aos princípios que ele adquiriu e foi desenvolvendo dentro dos quartéis por onde ele passou. Ele passou por vários estágios na carreira militar e a cada estágio que ele alcançava mais conservador ele ficava. A ponto de nós, eu e as minhas irmãs – eu tenho duas irmãs – nos considerarmos, assim, é... dentro de um quartel. Porque era disciplina realmente militar dentro de casa. E aquilo sempre me incomodou, sabe? Aquilo sempre me trouxe assim uma...uma angústia. E eu desde de bem nova, eu acho que uns nove, dez anos, eu já comecei a contestar. E as reações obviamente do meu pai sempre foram é... cada vez mais fortes em relação à minha pessoa, porque, evidentemente, o que ele esperava era submissão de todos, dentro daquela hierarquia que ele estabelecia. E eu sempre me posicionei... a partir dos nove, dez anos. Acho que era bem criança ainda, né? Já comecei a questionar aquilo tudo! Eu questionava mesmo. E isso foi indo até chegar na minha opção em estudar História, exatamente para... é... era aquela sensação que eu tinha de que tudo que ele colocava ali dentro, tava tudo errado! Então, eu fui em busca de respostas, de coisas que me afligiam e que eu queria enxergar de outra forma. Então a opção pelo curso de História ela vem também muito nesse sentido, dessa... dessa inquietação de procurar uma outra visão de mundo que não fosse aquela estabelecida ali dentro.”<sup>739</sup>

Em seu relato inicial, podemos perceber que a professora Regina possui uma narrativa bem definida da sua história de vida, tendo em vista que é uma professora madura, com bastante experiência de vida e de sala de aula e que já refletiu muito sobre sua trajetória. Segundo ela, sua história de vida familiar está muito interligada à sua opção por ser professora de História, principalmente por conta da relação com o pai. Como ela destaca, a postura “conservadora e reacionária” do pai dentro de casa a incomodava e, a partir dos nove anos, ainda criança, já questionava e se posicionava em relação a isso, ou seja, não se submetida facilmente às ordens do pai dentro de casa. Como ela diz em outro trecho, “eu era rebelde mesmo, eu fui rebelde”.

Na entrevista, Regina conta que, quando criança, o pai levava ela e as irmãs para os quartéis, como forma de reafirmar a questão da disciplina militar e a sua vaidade como comandante de tropas. Além disso, ouvia as conversas do pai com seus tios “sobre os subversivos e a repressão”, as histórias dos feitos militares da Guerra do Paraguai e a exaltação

<sup>739</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

do Duque de Caxias como herói da guerra, coisas que ela não entendia naquele momento, mas, como diz, conforme foi crescendo começou a entender. Isso tudo, tanto o comportamento autoritário do pai quanto as histórias que ele contava, como ela diz:

“Foi me traumatizando... e isso só foi realmente aguçando mais ainda a minha vontade de desbravar realmente essa outra história, esse outro lado da vida, bem contrário ao que ele expunha, o que ele me mostrava”.<sup>740</sup>

Nesse sentido, o curso de História lhe aparecia como uma maneira de conseguir “desbravar esse outro lado da vida” e “descortinar as coisas”. Ao realizar um trabalho de memória e uma narrativa de si, podemos perceber que Regina aponta algumas características principais que são marcantes em seu processo de construção identitária como pessoa-professora de História: a sua posição questionadora, inquieta, em busca por respostas, desbravadora, de espírito crítico e rebelde, todas características que ela encontrou e encontra no próprio conhecimento histórico e que estão muito vinculadas à sua forma de atuação como docente em sala de aula.

Aqui, o interesse pelo magistério, como ela diz, pode ter vindo da influência de sua mãe, que era professora. Quando criança, Regina estudava na escola em que a mãe dava aula e o ambiente da escola “sempre a fascinou”. Regina lembra também que a mãe dava aula em casa, para complementar a renda, e conta que ficava fascinada com os alunos ao redor da mãe e com o manusear dos livros.

Regina também destaca que gostava de estudar literatura, era a sua “paixão inicial, sempre gostou muito de ler” e chegou a pensar em ser professora de Literatura. Mas foi no pré-vestibular que a professora Regina afirma que decidiu cursar História, muito em razão das aulas de um professor marcante de História em sua vida, o professor Emir Amed.

“É...e realmente né, as aulas do Emir foram, assim, de uma importância enorme pra minha opção. Porque eu descobri o mundo, aquele mundo que eu já tinha aquela sensação. E, claro, aulas geralmente contestadoras. A gente estava saindo de um período de Ditadura, e ainda era perigoso né, você emitir algumas opiniões, as pessoas tinham um certo receio e o Emir não, ele era destemido e eu comecei realmente a me encantar com as aulas dele. Então as aulas do professor Emir me elucidaram bastante, eu falei: ‘é isso, eu quero estudar História!’”<sup>741</sup>

Em sua narrativa, Regina conta como se o próprio professor Emir fosse um reflexo do que ela vislumbrava ser e já sentia de alguma forma desde criança. A ênfase nas lembranças das aulas contestadoras do professor Emir e de sua figura destemida são elementos significativos nesse processo de construção identitária de si, e são marcas da memória e da experiência que a professora Regina leva consigo para dentro de sala de aula como professora atualmente e que possui um impacto muito grande também na maneira como concebe o ensino de história.

#### *Leandro Climaco*

O professor Leandro conta que quando era criança tinha mais proximidade com os avós por parte da mãe, porque os pais ficavam a maior parte do dia fora de casa trabalhando. Vivia em casa com a avó e, apesar dos avós já estarem separados, tinha muito contato também com o

<sup>740</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 19 out. 2016. Rio de Janeiro: Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h23m25s)

<sup>741</sup> CASTRO, Regina Lúcia de. Entrevista com a Professora Regina Lúcia de Castro. 13 ago. 2014 e 15 dez.2014. Local: Rio de Janeiro - Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho. Entrevistadores: Fernando Penna e Renata Aquino (Duração da primeira entrevista: 1h14m11s; Duração da segunda entrevista: 1h23m58s)

seu avô. A memória de sua relação com o avô é muito evidente na narrativa do professor Leandro, tendo em vista a importância de sua figura em sua vida.

“Apesar dos meus avós e pais serem letrados, não era uma casa que incentivava muita leitura não. Mas o meu avô era o cara que lia mais, tinha alguns livros seus guardados em casa, e ele me dava livros, livros de II Guerra Mundial. Lembro também que passei a gostar muito de ler jornal na adolescência, também por conta do meu avô, que comprava jornal aos domingos... já era um adolescente meio velho [risos], domingo tinha que ler jornal... Quando criança e adolescente, também gostava de conversar com ele sobre o passado, gostava de ficar instigando ele a falar sobre o passado. Lembro que ele falava bem de Carlos Lacerda e minha avó falava que a família dela era getulista. Aí eu gostava muito de perguntar para o meu avô sobre o passado, então, ele me contava as histórias dele. Na adolescência, também gostava de ver filmes antigos com ele na televisão...”<sup>742</sup>

Na própria entrevista, ao tecer os fios do passado e ao realizar um trabalho de memória como historiador e professor de História, Leandro comenta que “depois que a gente faz as escolhas da vida a gente tenta olhar para trás e ver onde a coisa pode ter se conectado”, e conclui que o interesse por leitura e pelo passado encontra-se mais vinculado ao avô, enquanto as memórias de sua relação com a avó estão mais ligada ao cotidiano, ao fazer da comida e ao preparar a roupa da escola.

Concomitantemente às suas vivências em casa, Leandro lembra também que quando entrou na escola começou a gostar muito de ler e a ter uma identificação e uma admiração com os professores.

“Então eu lembro que na 5ª série eu passei a querer ser professor de História porque eu gostava do professor de História. E assim foi ao longo do Ginásio, peguei o mesmo professor da... hoje é 6º ao 8º né? Antiga 5ª à 7ª. E a partir daí eu gostei muito de História. Professor Nilton, professor de História da Arcoverde. Não tinha nada de extraordinário, era simplesmente ele falando, quadro, coisa básica que hoje pra muitos pode parecer insuficiente, mas a narrativa dele me seduzia. Gostava de escutar, podia ficar lá parado escutando... Hoje eu olho para trás e vejo que eu já era capaz de ficar na boa escutando, só da pessoa falar. Então aquilo, o interesse pelo passado, pela história, já me mobilizava, eu podia ficar lá... eu gostava de Geografia também, mas História eu acho que me chamou mais atenção.”<sup>743</sup>

Aqui, na narrativa do professor Leandro, o interesse pelo passado além de estar ligado à figura do seu avô também está relacionado ao ambiente escolar, representado principalmente pela figura marcante do professor Nilton.<sup>744</sup> Como diz, o despertar desse interesse e dessa mobilização pelo passado começou cedo, na 5ª série, ainda no início do ensino fundamental II, período que foi importante em sua formação escolar. Por meio dos seus relatos e de sua construção de memória, podemos perceber que o professor Leandro tinha uma relação muito próxima com o ambiente escolar durante o seu ensino fundamental. Leandro conta que reclamava quando os professores faltavam, que fazia críticas à organização da escola, ficava

<sup>742</sup> CLIMACO, Leandro. Entrevistas com o Professor Leandro Climaco. 22 set. 2016 e 15 nov. 2016. Local: Rio de Janeiro - Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 1h36m46s; Duração da segunda entrevista: 1h15m14s)

<sup>743</sup> Idem.

<sup>744</sup> Leandro conta que no estágio docente, durante o curso de História na Universidade Federal Fluminense (UFF), voltou à sua antiga escola para ver se o professor Nilton ainda estava dando aula, com a intenção de acompanhar algumas de suas aulas novamente, agora não como um aluno, mas, sim, como um professor de História e historiador em formação. Mesmo não podendo cumprir o estágio conta que conseguiu encontrar o professor Nilton e trocar algumas palavras. “Eu fui lá e ele acabou perguntando assim... porque eu falei: ‘Po, professor, fui seu aluno.’ Não sei se ele ia lembrar ou não, porque já fazia um tempo. Mas ele disse que lembrou, mas eu nunca sei se a pessoa vai lembrar. Mas uma coisa que ele perguntou que me marcou, foi: ‘Você fez História por minha causa?’ Ele me perguntou. E eu: ‘Sim! Foi!’. Acho que... deve ter sido muito bom escutar isso.” Idem.

avaliando o que não dava certo e o que não era bom e diz lembrar o nome de quase todos os seus professores, isto é, memórias que reforçam a importância simbólica da escola em sua vida quando criança. Já no ensino médio, ao contrário, a escola não aparece tendo o mesmo impacto e o mesmo significado em sua trajetória, já que foi um período em que trabalhava durante o dia e estudava a noite e não criou um vínculo forte na escola. Em comparação com o ensino fundamental, afirma que não lembra o nome de quase nenhum professor.

Essa diferença de significados fica ainda mais clara no momento em que Leandro lembra que, quando criança, também gostava de brincar de ser professor quando chegava em casa. Aqui, o espaço familiar e o espaço escolar se misturavam em suas experiências. Tinha diário, livro, tinha um quadro de giz que era da sua mãe e no qual ficava escrevendo coisas. Nesse momento da narrativa, termina dizendo “engraçado isso...”, de maneira reflexiva e pensativa, como se não tivesse dado conta dessa lembrança antes, mas que estava trazendo à tona essa memória específica no próprio ato de narrar, deixando-se surpreender pelo significado que essa recordação tem em sua vida.

#### *Fernanda Moura*

A professora Fernanda também possui vivas lembranças das suas relações familiares e de suas experiências na escola quando criança e adolescente. Fernanda conta que foi criada pelos avós, já que seus pais trabalhavam fora de casa. Segundo ela, “eram trabalhadores explorados e viviam no desespero em relação ao dinheiro”<sup>745</sup>, principalmente devido à realidade da inflação da década de 90. Como ela diz, tinham que economizar e fazer poupança, não podiam gastar, só com o essencial. Quando criança, também começou a gostar da leitura desde cedo, e esse interesse encontra-se vinculado tanto à memória do seu avô, que era analfabeto, quanto à memória de sua mãe.

“Eu aprendi a ler muito cedo, talvez porque eu visse a vontade também do meu avô de ler. Meu avô pegava o jornal e ficava horas tentando ler alguma coisa. [risos] Aí eu via a vontade do meu avô ali, tudo isso... e eu aprendi a ler muito cedo, aprendi a ler com quatro anos, com a minha mãe. Aí desde então eu comecei a ler. Lia tudo, lia desesperadamente e lia muito jornal para o meu avô para ele poder ter acesso ao jornal. E, assim... a minha primeira memória política foi justamente meu avô tentando ler uma palavra gigantesca e ele ficava lá: ‘Im..., im, im...’ e não saía daquilo ali. Aí peguei o jornal, olhei: ‘Impeachment, vô’ [risos]. Aí ele: ‘E o que é isso?’ Aí a minha resposta, né, que era uma criança de, sei lá, cinco anos que eu tinha na época: ‘Isso é quando a gente demite o presidente’ [risos]”<sup>746</sup>

Neste trecho, além de ressaltar que aprendeu a ler cedo com a sua mãe para tentar ajudar o avô na leitura do jornal, a professora Fernanda destaca que, já na infância, teve seu primeiro contato com a questão política do país. Nesse ponto, é interessante notar a ênfase dada ao que ela considera a sua “primeira memória política”, que, na época, foi sobre o impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Esse destaque feito em sua narrativa é bastante significativo, tendo em vista que sua trajetória de vida e sua formação como professora de História é marcada pelo engajamento e pela militância política. Segundo ela, tinha uma mínima noção da palavra porque seu cotidiano em casa, quando criança, era brincar no quintal e ver televisão, e acabava vendo as notícias políticas sobre o impeachment, sobre guerras, bombas, conflitos políticos em geral. No entanto, apesar dessas lembranças, Fernanda diz que não teve acesso a um grande capital

<sup>745</sup> Aqui, assim como o professor Leandro, Fernanda enfatiza o valor do trabalho ligado à história familiar, algo que reflete também em sua trajetória de vida pessoal, profissional e política, tendo em vista às suas militâncias em prol do Partido dos Trabalhadores (PT) quando era adolescente e às suas participações em greves de professores e sindicatos quando adulta, atuando já como professora.

<sup>746</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)



cultural pela família. Nesse sentido, a escola fez a diferença. Aqui, o seu interesse por livros e pela leitura está muito vinculado ao ambiente escolar.<sup>747</sup>

Sobre sua formação escolar inicial, Fernanda conta que, na educação infantil, estudou em um colégio de freiras e que, segundo ela, foi uma experiência “muito ruim, tanto no sentido do ensino quanto no sentido da repressão”, com a obrigatoriedade da reza, de ter que acreditar em Deus, e ela se sentia muito mal com isso.<sup>748</sup> Nesse ponto, ao realizar uma narrativa de si, Fernanda afirma que foi ruim porque é atea e, como diz, “desde que eu me entendo por gente eu sempre fui”. Aqui, o uso do “sempre” tanto expressa uma intenção de coerência e de continuidade entre os diferentes períodos de sua vida e uma forte ligação a um valor moral considerado importante em sua trajetória, quanto reforça um processo de construção identitária que se faz no tempo presente, posto que está intimamente relacionado à sua prática atual como historiadora, professora e militante.<sup>749</sup> Desse modo, a questão aqui não é confirmar se Fernanda já tinha consciência de ser atea ou não quando criança, mas sim perceber essa construção de memória como um elemento significativo na maneira como se identifica hoje em dia.

Ao tratar dessa lembrança, Fernanda conta das relações ruins e de conflito que tinha com sua mãe durante a adolescência, apesar de que hoje, como destaca, tem uma ótima relação com a mesma. Em uma dessas brigas, Fernanda foi acusada pela mãe de ter influenciado o seu irmão mais novo a também se tornar ateu. A professora lembra também quando a sua mãe, que seguiu carreira militar, a inscreveu no colégio militar como uma forma de contê-la na adolescência, já que tinham muitos problemas. Como destaca Fernanda, foi uma “atitude impositiva” de sua mãe e contra a sua vontade, já que seu desejo era estudar no Colégio Pedro II e não seguir carreira militar. No entanto, Fernanda diz que não completou a prova do colégio de propósito, como uma forma de atitude rebelde de sua parte.

Também na adolescência, Fernanda conta que recebia, dos pais, menos dinheiro que o seu irmão mais novo, segundo ela porque os pais eram controlados financeiramente, mas também porque eles queriam controlá-la, por ser filha mulher. Aqui, a questão da imposição, do controle e da desigualdade no tratamento pelos pais aparecem na narrativa de Fernanda muito vinculada à sua posição como mulher na sociedade, que afetava até mesmo sua relação familiar. Nesse sentido, ela estabelece uma comparação com seu irmão mais novo que, como diz,

“[...] já teve acesso a muitas possibilidades, tanto por ele ser homem, porque aí ele podia sair, ele podia receber mais dinheiro, porque não importava o que ele fosse fazer

---

<sup>747</sup> “A minha casa não tinha, como é que eu vou dizer...pela minha família eu não tive acesso a um grande capital cultural. Então, foi uma coisa que tive que procurar depois e que eu agradeço a escola. Talvez até mais do que a escola em si, acredite, aos livros didáticos [risos], porque eu lia livro didático como se fosse diversão mesmo. Eu sei que o livro de português eu lia antes de começar o ano. Minha mãe comprava o material didático, eu já tinha lido o livro todo, todos os textos que tinham disponíveis, todas as tirinhas, já tinha lido, já tinha decorado, todas as poesias que tinha ali, porque eu não tinha...naquela época não tinha computador, não tinha internet, e isso realmente faz uma diferença enorme na vida, vejo a diferença que faz. A gente não tinha isso, não tinha TV a cabo, não tinha nada, a quantidade de livros na minha casa era irrisória...” Idem.

<sup>748</sup> Na entrevista, Fernanda relata que sua mãe a colocou nesse colégio não para ela ter uma educação religiosa, mas porque queria uma escola com uma infra-estrutura boa e com segurança, já que a escola pública, no entender de sua mãe, não propiciava isso.

<sup>749</sup> Aqui, vale lembrar que atualmente Fernanda tem como objeto de pesquisa o setor fundamentalista cristão católico (Renovação Carismática Católica) e suas ligações com o “Escola Sem Partido”, e atua politicamente contra os mesmos e contra suas posturas que visam proibir a discussão de gênero nas escolas, outro valor fundamental em sua trajetória de vida, por meio do movimento Professores Contra o Escola Sem Partido.

com o dinheiro. Então tinha isso... e também porque eu já estava ali para tipo... o que eu tinha tido acesso eu compartilhava com ele.”<sup>750</sup>

A questão da desigualdade de gênero e os problemas por ser mulher permeia toda a sua narrativa de história de vida. Essa questão também está muito presente nas suas experiências vividas nas escolas em que estudou durante o seu ensino fundamental e médio. Fernanda relata que nunca teve problema de ir pra escola, gostava do ambiente escolar, gostava muito de aprender, mas, ao mesmo tempo, como nos diz:

“[...] tive vários problemas com professores, no ensino fundamental, principalmente, e eu acho que muito pela questão do autoritarismo, mas também por questão de gênero. Eu acho que esperavam de uma menina um comportamento que eu não tinha. Não que eu fosse uma aluna ruim, não era, sempre fui aluna das melhores notas, também não era de desrespeitar professor, mas era de me impor. E aí, isso não agradava. E...é... [pensando] isso é meio complicado de falar, assim, eu nem pensei que eu fosse falar sobre isso mas agora que eu comecei... [risos] eu vou falar. **[Renan: Pode falar]** Né...que...assim, eu acho que uma das coisas que me fez depois ir pesquisar gênero quando eu comecei a dar aula, assim que eu comecei, foi porque eu vi que naqueles dez anos desde que eu tinha saído da escola até eu ter voltado para escola como professora, nada tinha mudado, pelo menos eu não via nenhuma diferença no meu ambiente como professora para o ambiente que eu tinha tido como aluna. Mas no fundamental I, desde que eu entrei na escola, eu sofri abuso por parte dos meus colegas... **[Renan: Nossa...]** Então isso foi muito forte para mim. É... de me botarem sentada do lado do aluno, e aí como eu era muito boa aluna, de desempenho, de comportamento, aí faz aquela coisa tosca de: ‘botar do lado do pior aluno porque aí você vai conter ele’. Essa coisa de, sei lá, a menina tem que mudar o cara desde sempre. Então aí me botava perto do pior aluno. E aí era aquilo né: passava a mão na bunda, essas coisas assim, falava coisas que eu não tinha que ouvir, que ia fazer, que ia acontecer, que queria fazer, e isso desde sei lá, primeira série, segunda série.”<sup>751</sup>

Neste trecho, a professora Fernanda toca em um assunto bastante delicado em sua narrativa, sobre as experiências de abusos e assédios que sofreu por parte dos colegas de sala na escola durante o ensino fundamental. Nesse momento da entrevista, Fernanda inclusive diz que nem pensou que fosse falar sobre isso, já que isso remete à memórias traumáticas que viveu. Aqui, em uma linha tênue entre o dito e o não-dito, entre a presença e a ausência, Fernanda revive essas lembranças dolorosas, em um ato até mesmo de superação de uma memória impedida<sup>752</sup>, traumática, silenciada, mas inesquecível, que ainda incomoda e machuca, mas que, ao mesmo tempo, é publicizada e transformada em instrumento de luta. Isso fica evidente no momento em que diz que começou a pesquisar gênero, e tornar o debate sobre a violência contra as mulheres uma pauta de militância, quando voltou para sala de aula como professora e continuava vendo as suas alunas vivendo os mesmos problemas que tinha vivido como aluna no passado. Aqui, essa memória de experiências traumáticas acaba por ter, como nos diz Gagnebin, um papel fundamental de caráter político e ético na vida de Fernanda: a luta contra o esquecimento e a denegação.<sup>753</sup>

Fernanda relata na entrevista que, na época, não sabia como falar dessas situações com os pais e com os professores, já que esse assunto não era abordado. Ela conta que ia aguentando e batendo nos garotos, se impondo de alguma forma, e talvez até por isso tinha problemas com

<sup>750</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>751</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

<sup>752</sup> RICOUER, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>753</sup> GAGNEBIN, J.M. Memória e verdade do passado. In: Lembrar, escrever e esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.

os professores que tinham uma “postura autoritária” em relação ao seu comportamento, apesar de destacar que era uma boa aluna, com as melhores notas e que respeitava os professores. Além disso, a professora Fernanda conta que também sofria assédio na rua, indo e voltando da escola, por parte dos adultos.

Na FAETEC, durante seu ensino médio, diz que não teve tantos problemas de assédios como havia tido no ensino fundamental, visto que já era adolescente e se impunha de maneira mais firme, mas lembra de uma situação específica de abuso que sofreu dentro da sala de aula por um garoto que, segundo ela, “era muito problemático”. Nesse momento da entrevista, muito emociada, com a voz trêmula e com vontade de chorar, Fernanda conta que a sua professora de português viu a situação de abuso, mas virou o rosto, fingiu que não tinha visto e não tomou nenhuma atitude sobre aquilo, negligenciando a atitude de violência.

“Eu naquele dia cheguei em casa, chorei, chorei, chorei, chorei desesperadamente, mas...era uma professora que eu amava, sabe? Assim...[emocionada] e eu me senti bastante abandonada naquele momento, pela escola e pela professora, que era uma professora que eu adorava, que tinha aquele carinho de mãe e eu me senti completamente abandonada. E teve muito aquela sensação de que tipo: ‘é... estou sozinha e as mulheres estão sozinhas’. Eu acho que isso foi muito cedo pra mim né, essa sensação de que tipo ‘a gente é diferente, a gente é de segunda categoria, a gente passa por coisas que nenhum homem vai ter que passar’ de maneira geral. Até passam, mas não da mesma maneira que a gente [voz trêmula, ainda muito emocionada].”<sup>754</sup>

Apesar dessa experiência traumática específica, Fernanda destaca que gostava muito do colégio, dos professores e gostava muito da área de humanas do seu curso técnico em Publicidade e Propaganda. Tinha disciplinas de Filosofia, Psicologia e Antropologia e era uma escola bem plural: “tinha gays, lésbicas, pessoal que jogava RPG, metaleiro, etc.”. Diferente da formação do professor Leandro no ensino médio, que era em uma escola “bem conservadora” e “tinha um controle absurdo dos espaços”, por exemplo, a formação da professora Fernanda foi bem diversificada, já que a realidade da escola propiciava isso. Segundo ela, tem lembranças boas desse período na escola, um período de amadurecimento como pessoa, como profissional e como cidadã também, tanto que sua militância política começou nessa época, participando das manifestações dos alunos pelo passe livre e panfletando em apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A sua opção pelo curso de História, diferente dos outros entrevistados, não teve uma influência direta do seu ambiente familiar e, como diz, não teve nenhum professor marcante de História que a tivesse influenciado. Segundo Fernanda, a escolha do curso foi feita “por eliminação”. Como destaca, não queria seguir a carreira de publicitária: “porque eu acho que desde sempre me identifiquei muito com uma coisa mais de esquerda e a publicidade não se encaixava nisso”. Segundo ela, na época do ensino médio chegou a pesquisar publicidade como ferramenta para mobilização social, mas no momento do vestibular, viu que não daria para viver “tentando fazer publicidade de esquerda”. Também gostava de Filosofia e Sociologia, mas também seriam carreiras difíceis de se sustentar financeiramente. Gostava de Letras e Geografia, mas tinha gramática e a parte estatística que não gostava. Desse modo, escolheu História, mas destaca: “eu precisaria ser professora, isso hoje eu já sei que eu precisaria ser professora”. Aqui, ao olhar para o passado com os olhos do presente, enfatiza a questão da educação e do ensino, como valor essencial em sua vida como pessoa-professora.

<sup>754</sup> MOURA, Fernanda. Entrevistas com a Professora Fernanda Moura. 09 fev. 2017 e 06 abr. 2017. Local: Niterói - Biblioteca Central do Gragoatá (UFF). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração da primeira entrevista: 2h02m22s; Duração da segunda entrevista: 2h03m26s)

*Diogo Salles*

Já na trajetória de vida do professor Diogo, o período escolar na infância e adolescência parece ter tido um peso maior em suas formações pessoais/profissionais como professores de História do que as relações familiares. Segundo o professor Diogo, sobre seu ambiente de crescimento familiar, diz que

“A minha família ela é bem tradicional mesmo, bem ‘quadradona’ assim em vários sentidos. Ela é...minha mãe e meu pai sempre foram aqueles tipos de pessoas que sempre disseram ‘não, política em casa não, porque não dá, não gosto, muito chato’. Então, é mais ou menos esse o pano de fundo assim, pelo menos familiar. Porque em termos de ambiente familiar eu nunca tive muito esse... não estímulo, mas eu nunca tive muito contato com esse tipo de discussão. Então, esse tipo de coisa eu fui pegando mais em espaços por fora do espaço familiar mesmo.”<sup>755</sup>

Em sua narrativa, ao fazer uma reflexão sobre sua trajetória, Diogo relata que, diferente dos entrevistados anteriores, não percebe nenhuma relação entre a sua escolha por estudar História e a sua relação familiar, principalmente porque sua família não é próxima à nenhuma discussão política e ele não teve esse incentivo dentro de casa. O contato com essa discussão política e outras discussões que perpassam o conhecimento histórico se tornou mais presente durante a sua graduação. Segundo Diogo, a relação com a família “sempre foi muito complicada em vários sentidos”:

“Eu sempre tive muita dificuldade de me relacionar com os meus pais. Meu pai e minha mãe são pessoas muito difíceis e por consequência eu sou uma pessoa muito difícil. Então é como ‘polo negativo no polo negativo, polo positivo no polo positivo’... é tão parecido... nós somos tão parecidos na maneira de lidar com as coisas que a gente se distancia.”<sup>756</sup>

Nesse ponto, vale destacar que o professor Diogo, além de contar sobre o distanciamento que existe em relação à sua família deixa esse aspecto subentendido em suas próprias escolhas narrativas durante a entrevista. Diferente dos outros entrevistados, que contaram sobre suas experiências e memórias das relações familiares durante a infância e a adolescência, Diogo preferiu não se alongar no relato dessas memórias, silenciando-se sobre isso. Em contrapartida, quando contou sobre sua formação escolar e, principalmente, sobre seu ensino médio, tornou os momentos vividos naquela época mais presentes em sua narrativa. Aqui, é interessante notar que o período do ensino médio, diferente do professor Leandro por exemplo, teve mais importância em sua vida do que o período do ensino fundamental, posto que nem se lembrou o nome da escola em havia estudado. Desse modo, podemos dizer que essas seleções no ato de narrar revelam o quão significativo é ou não uma experiência e uma memória na história de vida de uma pessoa.

Foi somente durante seu ensino médio, no Colégio Prioridade Hum, como nos diz o professor Diogo, que teve seu “primeiro contato com a ideia de ensinar” e começou a pensar no curso de História, principalmente, por meio de um projeto de monitoria que existia entre os alunos, no qual davam aulas entre si, tiravam dúvidas sobre as matérias, etc.

“É...foi a primeira vez que eu fiquei na frente de pessoas para ensinar alguma coisa, foram nesses projetos. Tanto que até a minha ideia de fazer a graduação em História pra ser professor de História vem justamente disso. Na verdade, eram todas as matérias. Só que... com História rolava uma química maior porque era o tipo de conteúdo com o qual eu conseguia me relacionar melhor, o tipo de conteúdo com o qual eu conseguia construir um tipo de conhecimento, um tipo de... saber próprio, que

<sup>755</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

<sup>756</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

eu conseguia ir além do que estava no livro didático. E a ideia de cursar História veio principalmente a partir disso, a partir desse potencial que eu conseguia sentir, de pegar esse conteúdo e transformar ele em algo mais do que só o que estava escrito na minha frente, do caderno, no livro didático.”<sup>757</sup>

Neste trecho, podemos perceber que a participação nos cursos de monitoria no colégio foi marcante na vida do professor Diogo, tendo em vista que foi o momento em que ele decidiu ser professor de História. Aqui, como diz, “sentia uma relação diferenciada com o conteúdo de História”, em comparação com as outras matérias, não por ter identificação com o conteúdo em si, mas sim pela capacidade de ensinar, pela capacidade de construir uma relação próxima com a disciplina, em que conseguia transformar o conteúdo em algo a mais, em um saber próprio, com suas próprias interpretações e sua forma de narrar. Nesse sentido, Diogo afirma que tinha professores de História que o inspiravam.

“Eu nunca tive um professor marcante no sentido de um professor que me fez olhar aqueles conteúdos de uma maneira diferenciada. Eu nunca tive isso. Mas eu sempre tive professores, especialmente professores de História, que eu conseguia ver que faziam aquilo que eu queria fazer... Assim, um professor que conseguia pegar aquele conteúdo listado e construir uma narrativa e didatizar isso de uma outra forma. Esses professores, eles foram uma inspiração pra mim no sentido que eles eram o fim aonde eu queria chegar. Eu queria fazer o que esse cara fazia. Que é como se fosse meio que mágica na minha frente assim, em certos aspectos.”<sup>758</sup>

Assim como o professor Leandro e a professora Regina, Diogo também teve professores de História de referência e que foram importantes para a sua formação como professor, visto que eram professores que serviram de inspiração pela forma de ensinar. Como ele diz, ele escolheu História porque sentia que conseguia fazer aquela “mágica” que os professores faziam, isto é, de transformar o conteúdo em uma narrativa agradável, didatizando o conhecimento histórico. Desse modo, Diogo afirma que entrou na graduação já querendo ser professor: “Eu sempre tive isso em mente, isso nunca saiu da minha cabeça. Sempre foi o objetivo”.

#### *Raphael Giovanini*

O professor Raphael também na sua entrevista afirma que começou a se interessar por História durante a sua formação escolar, principalmente no pré-vestibular. Aqui, é interessante destacar que logo no início da entrevista, ao perguntar sobre seus pais, avós e sua infância, Raphael silencia-se sobre isso e começa a sua narrativa a partir da memória que parece ser a mais significativa em sua trajetória docente, que foi o momento em que decidiu fazer História.

“Nunca foi um objetivo meu fazer História, na verdade eu nunca pensava o que eu ia fazer futuramente, né? E...a História apareceu na minha vida depois de um curso de pré-vestibular, um professor chamado, que até hoje eu me lembro, chamado Mauro Faio. Por quê? Eu gostava muito das opiniões dele em sala. Ele era diferente. Ele falava bem dos Estados Unidos. Ele falava coisas por exemplo: ‘Ah, os EUA foi o país, foi o primeiro país independente do mundo, a Europa ainda dependia de sua nobreza’. Eu me lembro que ele citava essas situações e tal, americanas, e ele tinha uma coisa muito característica de...tipo assim, de colocar o ser humano como querendo ser independente sempre. Então essa coisa de comunismo, de pessoas muito associadas, isso daí não cola, esse papo não cola, entendeu? O ser humano tem uma tendência a querer independência, a querer ter seu dinheiro para beber, para fumar, para fazer o que quiser. Ele até cantava a música do Zeca Pagodinho, ‘se eu quiser fumar eu fumo, se eu quiser...’, para dar uma noção de independência. E aí esse

<sup>757</sup> Idem.

<sup>758</sup> SALLES, Diogo. Entrevista com o Professor Diogo Salles. 30 nov. 2016. Local: Niterói - UFF (Bloco E). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 1h47m22s)

professor foi um professor que me marcou muito a minha vida porque ele falava coisas diferentes.”<sup>759</sup>

Neste trecho, o professor Raphael enfatiza que a ideia de fazer o curso de História aparece em sua vida por meio da aula de um professor marcante de História, o professor Mauro Faio. Aqui, diferente dos professores que marcaram os outros entrevistados que vimos acima, o professor Mauro foi marcante para Raphael porque abordava o conteúdo de História de maneira diferente e porque gostava muito das suas opiniões em sala, sobre os EUA, sobre a questão da independência do indivíduo, a crítica que fazia ao comunismo e à associação coletiva, argumentos e pensamentos que Raphael também compartilha atualmente.

Seguindo sua narrativa, e estabelecendo uma comparação com o professor Mauro, Raphael destaca que desde o ensino fundamental e também no pré-vestibular teve professores de História que possuíam mais ou menos uma linha comum, “de esquerda”, como ele diz. Na 8ª série do fundamental, teve um professor que “criticava muito os EUA, principalmente o sistema capitalista em relação à crise de superprodução nas aulas de crise de 29”. No pré-vestibular teve dois professores que, diferente de Mauro, eram professores que tinham “aquele tradicional esquerdismo dos professores de História”, e um deles, como diz,

“[...] falava em sala: ‘Ah, a URSS, o sistema mais igualitário da História! Que não sei o que...’ A gente ficava rindo, porque na época já tinha uma coisa, assim, todo mundo bebendo coca-cola, guerra fria já tinha acabado, não sou tão velho assim né [risos] [...] E eu me lembro que ele fazia essas alusões à URSS.”<sup>760</sup>

Nesse aspecto, o professor Mauro foi uma figura marcante para Raphael porque era um professor que tinha um posicionamento político e ideológico distinto desses outros professores apontados por Raphael. Aqui, o trabalho de construção de memória e de construção identitária de Raphael fica bastante claro, tendo em vista que suas seleções narrativas expressam muito da sua formação política e ideológica tanto como pessoa quanto como professor de História no tempo presente, posicionamento esse marcado por diversas críticas ao pensamento marxista e ao comunismo e marcado pelo apoio ao “Escola Sem Partido”.

Já sobre sua família, ao final da entrevista perguntei novamente sobre os pais e Raphael diz que eles “nunca tiveram nenhuma associação com a História” e que não tem muito o que dizer sobre isso. No entanto, destaca uma lembrança do pai que acredita ser significativa em sua história de vida.

“Uma vez eu me lembro que eu tava assistindo televisão, você vê que essa coisa já é antiga né, de viés ideológico na escola... aí passou uma propaganda de um partido comunista, aí meu pai falou: ‘tudo que é comunista eu apoio’. Aí eu virei: ‘por quê?’. Agora, por que que a pessoa faz associação? Porque a cabeça, a nossa cabeça, ela é muito dicionarizada. O cara vê comunismo: ‘não, comunismo é comum, comum a todos, é uma coisa boa’. **[Renan: Seu pai pensava assim?] Pensava assim [Renan: Ele é comunista? Ele se identifica?]** Não, mas se identifica com o que o sujeito está falando sem estudar a coisa com profundidade. Quando você vai ver, como é na realidade? É todo mundo igual na miséria...e isso que eu tentava explicar para o meu pai, isso que eu falava para o meu pai. De vez em quando ele solta umas ainda, mas aí eu vou falando dos milhões de mortos do comunismo.”<sup>761</sup>

Aqui, novamente as críticas de Raphael ao comunismo aparecem, mas agora relacionadas à memória familiar, principalmente à memória que tem do seu pai dizendo que apoia o pensamento comunista. Nesse sentido, destaca que o “viés ideológico de esquerda na

<sup>759</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

<sup>760</sup> GIOVANINI, Raphael. Entrevista com o Professor Raphael Giovanini. 08 jan. 2018. Local: Niterói - UFF (Bloco A). Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração:1h51m40s)

<sup>761</sup> Idem.

escola é antigo”, dando a entender que seu pai foi “doutrinado” na escola. Nesse ponto, como diz, Raphael procurou mostrar ao pai que existem outras interpretações sobre o comunismo. Aqui, o professor novamente enfatiza seu posicionamento contrário ao comunismo ao trazer à tona essa memória da conversa com o pai, quando falou do exemplo histórico de Cuba, sobre a questão da miséria no regime e sobre as mortes provocadas por outros governos comunistas na história, como uma forma de fazer com que o pai mudasse de pensamento e posicionamento em relação ao comunismo. Aqui, é interessante perceber como esse tema é recorrente na vida de Raphael, tendo em vista que atinge até mesmo sua dimensão familiar.

*Juarez de Almeida Junior*

O professor Juarez também afirma que decidiu ser professor de História durante a sua formação escolar. Juarez começa a sua narrativa sobre sua história de vida destacando que a sua família tem uma história “muito interessante e que tem tudo a ver com a história do Brasil”, pelo fato dos bisavós por parte de mãe terem tido uma relação direta com a cultura escravista e indígena nos séculos passados e, por parte de pai, terem tido uma ligação direta com os portugueses. Segundo ele, a família “tem essa história desse tripé cultural brasileiro”. Essa ênfase dada por Juarez logo no início do seu relato já demonstra a sua intenção na criação de um sentido para sua trajetória como professor de História, até porque, como diz, comenta com os alunos sobre sua árvore genealógica e incentiva os seus alunos a fazerem uma pesquisa sobre as suas histórias familiares.

No entanto, apesar de iniciar a sua narrativa dessa maneira e dizer que tem uma relação ótima com sua família, Juarez não destaca nenhuma vivência no ambiente familiar durante sua infância e adolescência que tenha alguma ligação direta com sua escolha por fazer História. Essa escolha está mais presente em sua formação escolar, quando estava no ensino fundamental na Escola Municipal Visconde de Sepetiba. Como ele diz,

“Mas aí eu já queria ser professor de História desde o 7º ano lá no Visconde quando eu comecei a ter aula de Revoluções Inglesas. Uma coisa que não chama atenção de ninguém, né? E a professora falou lá do processo, da Revolução Gloriosa e cita o Oliver Cromwell, e eu... esse nome desse cara diferente me chamou atenção. E eu fiquei com aquilo na cabeça, achei aquilo muito interessante, o fato de matar um rei né, aquilo ficou na minha cabeça. [Renan: Isso no 7º ano?] No 7º ano. Aí daí pra frente eu nunca pensei em absolutamente nada a não ser ser professor de História.”<sup>762</sup>

Aqui, é interessante notar que, diferente dos outros professores como Leandro, Regina e Diogo que tiveram um interesse pela história por meio da forma de ensinar de um professor marcante, a primeira identificação que Juarez teve com o passado foi pelo conteúdo em si, sobre as Revoluções Inglesas, que lhe chamou muito atenção e lhe despertou uma curiosidade histórica, já na 7º ano do ensino fundamental. Assim como o professor Leandro que vimos anteriormente, já queria ser professor de História desde muito cedo e conta isso com firmeza em sua narrativa.

Apesar dessa primeira identificação com a História ter sido em relação ao conhecimento e ao conteúdo em si, o professor Juarez comenta que teve alguns professores de História como referência em sua trajetória de vida pessoal e profissional. Na 8ª série do fundamental, no Visconde de Sepetiba, diz ter tido uma professora muito marcante em sua vida, a professora Zezé, que, como diz,

<sup>762</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)

“[...] era uma pessoa que me chamava muito atenção, não exatamente pelo conteúdo, ela me chamava muito atenção pelo lidar com os alunos, né? E aquilo me deu essa referência de alguém que sabia lidar muito bem com os alunos.”<sup>763</sup>

Nesse trecho, o professor Juarez conta que o que mais chamou sua atenção na professora foi a maneira de lidar muito bem com os alunos e a aproximação que ela tinha com os mesmos. Como veremos a seguir, essa questão da aproximação com os alunos e de ter uma boa relação com os mesmos é um valor considerado importante por Juarez na forma como pensa o ensino de história e como concebe a sua prática docente em sala de aula. Isso fica ainda mais claro no momento em que relata que no 3º ano do ensino médio, quando estudou no Sistema de Elite de Ensino em São Gonçalo, também teve dois professores de referência: de um lado o professor Marcelo Piccinini que, como diz, era um professor mais ligado ao conhecimento histórico, e de outro o professor Roberto Correa, um professor mais carismático, que, segundo ele, lidava super bem com os alunos. Ao falar desses dois professores, Juarez conclui que “são os dois perfis de professores que tenta sempre misturar” em sua prática docente em História.

Porém, segundo Juarez, o professor que “sempre foi sua referência” – e em sua narrativa deixa isso bem claro, tanto que enfatiza para guardar o nome do professor e lembra até a data em que teve a primeira conversa com o mesmo – é o professor Jaime Fernandes, que conheceu no intervalo entre a 8ª série o 1º ano do ensino médio, em 2004, e destaca que “é o professor mais carismático que já viu relacionado à História”. Como nos diz Juarez, ele não teve aula diretamente com o professor Jaime, mas sua atual esposa, namorada na época, teve aula com o professor Jaime e comentou que Juarez queria fazer o curso de História.

Logo após conhecer Jaime, que na época fazia pesquisa de doutorado sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Juarez começou a participar da pesquisa do professor Jaime ouvindo e transcrevendo as entrevistas feitas com membros do partido, indo na Biblioteca Nacional para pesquisar jornais de época. Como ele diz na entrevista:

“É, já comecei a ter essa prática com a pesquisa e foi muito legal isso para mim. Eu ia lá na Biblioteca Nacional, aí anotava as coisas mais importantes. Fui algumas vezes com ele, a gente fazia juntos. A primeira vez ele foi comigo e ele falou: “ó, é assim que se faz”. Era no microfilme ainda, tinha que ficar rodando naquelas maquinazinhas. Po, isso me enchia os olhos né, falava “caraca, que maneiro!” [...] E isso foi fundamental para mim. E era legal que as vezes tinha alguns depoimentos dos próprios caras do PCB que falavam na época e que não batiam [risos] Aí eu falava para ele: “mas po cara, como é que você vai resolver isso?” **[Renan: Você já tava ali questionando né, levantando questões?]** É, aí ele falou: “tem que cruzar fonte, tu vai pegar informações de outros lugares, problematizando, cada um ali vai querer olhar o passado pensando que ele era o central da parada, mas isso a gente tem que ir desconstruindo ou construindo de acordo com as outras informações que a gente tem”<sup>764</sup>

Como podemos ver nesse trecho, a memória desse período de pesquisa junto com o professor Jaime é ainda muito presente na narrativa do professor Juarez. O fato de frequentar o espaço da Biblioteca Nacional, o manusear dos documentos, a pesquisa no microfilme, tudo isso, como diz, enchia os olhos de Juarez e essa experiência é muito viva em sua memória. Além disso, Juarez já tinha um contato, ainda que “bem primário”, como diz, com a prática do historiador por meio dos ensinamentos de Jaime, isto é, o levantamento de questões, o cotejamento das fontes, a problematização dos usos do passado pelos sujeitos no presente, etc. Tudo isso, como diz, foi fundamental para sua formação. A sua proximidade com o professor

<sup>763</sup> Idem.

<sup>764</sup> JUNIOR, Juarez de Almeida. Entrevista com o Professor Juarez de Almeida Junior. 22 jan. 2018. Local: São Gonçalo – Casa do entrevistado. Entrevistador/Transcrição: Renan Rubim (História oral de vida – Duração: 2h42m38s)



Jaime foi muito grande também, tanto que são amigos até hoje e Jaime foi padrinho do seu casamento.

**Anexo - Acervo “Debates e palestras em defesa da educação democrática 2015/2017 (PCESP/MED)” por Fernando de Araújo Penna**

#001 01/06/2015 Primeira reunião do Movimento Liberdade para Ensinar (MLE). Sede da ADUFF. 17h00. Roda de conversa sobre os projetos de lei que ameaçam a liberdade para ensinar. Fiz a fala inicial apresentando os projetos.  
<https://www.facebook.com/events/936927199660640/>

#002 09/06/2015 Roda de Conversa sobre projetos de lei que ameaçam a liberdade de ensinar. Auditório Paulo Freire na FEUFF. 15h00.

#003 22/07/2015 I Seminário Movimento Liberdade para Ensinar. Pilotis do bloco A, Campus do Gragoatá, UFF. 14h00. MESA 1: Democracia, espaço público e gênero - 14h Fernando Penna, professor de Pesquisa e Prática de Ensino em História, UFF Renata Aquino, graduanda do curso de História, UFF Diogo Salles, professor  
<https://www.facebook.com/events/495007823988142/>

#004 30/07/2015 Reunião do GT Ensino de História e Educação no SNH 2015. Auditório da Reitoria UFSC. 14h00-18h00. Florianópolis – SC. Reunião administrativa do GT como parte do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH-Brasil. Fiz uma apresentação sobre os projetos de lei. Nesta reunião, assumi a coordenação do GT junto com Mauro Cesar Coelho e Maria Cristina Pina. <http://www.snh2015.anpuh.org/programacao>

#005 14/08/2015 Debate sobre projetos de lei que ameaçam a autonomia docente. Sala 214 na FEUFF. 14h00. Debate organizado pelo LEGEO e PIBID-Geografia.

#006 18/08/2015 Debate sobre projetos de lei que ameaçam a autonomia docente. IM-UFRRJ. 20h00.

#007 25/08/2015 Debate “ESCOLA SEM PARTIDO? Um debate sobre educação, ideologia e política”. COLUNI-UFF. 10h00. Debate realizado como atividade de greve.

#008 26/08/2015 Encontro PIBID HISTÓRIA UFF. “A luta contra estratégias de controle do trabalho docente: a proposta do Escola sem Partido”. Sala 318 na FEUFF. 14h00.

#009 02/09/2015 Debate sobre o projeto de lei 867/2015 “Escola sem partido”. Rua Maravilha, 533 – Bangu. 18h00. Debate promovido pela Regional 8 do SEPE.  
<https://www.facebook.com/events/1649483545331504/>

#010 03/09/2015 Diálogos PIBID. “Escola Sem Partido: Educação sem voz?”. Auditório 113 – UERJ Maracanã. 19h30. Evento organizado pelo grupo Tehia.  
<https://www.facebook.com/events/856347867794985/>

#011 08/09/2015 Roda de Conversa "Projetos de lei conservadores e a criminalização da docência" Sala 318 FEUFF. 10h00. <https://www.facebook.com/events/1015759891810198/>

#012 17/09/2015 Palestra “Escola sem partido? O programa escola sem partido e outros PLs que ameaçam a educação”. Auditório FFP-UERJ. 18h00.  
<https://www.facebook.com/events/1717066221848849/>

#013 26/09/2015 Palestra "Projetos de Lei que ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente” Polo Miguel Pereira do CEDERJ. 10h00. Promovida pelo curso de Historia do curso de Licenciatura em Historia EAD/UNIRIO, realizada em 26 de setembro de 2015 no polo Miguei Pereira – RJ.

#014 08/10/2015 2º Seminário sobre a Reforma do Ensino Médio. Salão Azul, P1, UFRRJ - Seropédica. 13h30. Atividade de extensão do grupo de Pesquisa em Humanidades, do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino e do Instituto de Educação.

#015 14/10/2015 Ciclo de Conversas "Educação básica em pauta" - "Escola sem partido: quando lecionar pode virar um crime". CAP UFRJ. 18h00.

#016 e #017 21/10/2015 II Seminário Interno do Movimento Liberdade para Ensinar: Gênero e diversidade na escola. Sala 318 da FEUFF. 14h00. Devido ao atraso dos convidados, acabei falando nas duas mesas. O evento foi divulgado na Telesur.  
<https://www.facebook.com/events/1510344052623318/>  
<https://www.youtube.com/watch?v=4opdMVuHFW4>

#018 23/10/2015 Palestra na Castelo Branco de Realengo.

#019 Seminário "Educação em Tempos de Crise" do Sepe-RJ. Club Municipal. 11h30-12h30 Mesa 2: na contramão de Paulo Freire: reestruturação, programa escola sem partido e os projetos reacionários na educação.

#020 28/10/2015 Mesa "Pátria educadora no contexto de crise" na Semana Acadêmica de Pedagogia. IM-UFRRJ. 19h00. <https://www.facebook.com/events/445580388966100/>

#021 30/12/2015 Aula inaugural "O passado presente no espaço público: os historiadores frente às demandas do seu tempo" na Calourada História-UFF.  
<https://www.facebook.com/events/816019408523503/>

#022 03/12/2015 Audiência Pública "Escola contra quem e a favor de quem?" na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

#023 04/12/2015 O ensino de história e os desafios do contexto atual: o projeto de lei "Escola sem Partido" e a "Base comum Nacional" Sala Manuel Correia – 3º andar do CFCH/UFPE. 09h00. Evento organizado pela ANPUH-PE.

#024 14/01/2016 Palestra "A BNCC e o ensino de história". IH-UFRJ. 11h00 A palestra foi disponibilizada em vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=5GIMYGacmzE&w> Vídeo que foi divulgado no Blog do Freitas: <http://avaliacaoeducacional.com/2016/01/21/base-nacional-comum-video/>

#025 18/01/2016 Aula Inaugural sobre o ESP na UFF de Angra. UFF Campus Angra. 18h00.

#026 26/01/2016 Palestra "Investigando o movimento escola sem partido". FEUFF. 09h00. A palestra foi disponibilizada em vídeo: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLEEUdtMglJeWgoJaqwnumMaQyRjHmDU9k>

#027 29/01/2016 Palestra "Faz sentido a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular?" FEUFF. 09h00 Palestra oferecida em parceria com o CDC.

#028 02/02/2016 Debate sobre BNCC do CAHIS-UFF.

#029 22/02/2016 II Jornada de História – Discussão da BNCC UVA Campus Tijuca. 09h00. Fiz uma apresentação e participei como debatedor.

#030 02/03/2016 Mesa Redonda Temática sobre "Violência". Lançamento da Revista Movimento. FEUFF. 18h30.

#031 22/03/2016 Palestra "Em defesa da liberdade para educar: o perigo da lógica de mercado na educação". Ciclo Encontros 2016. FEUFF. 18h00.

#032 30/03/2016 Roda de conversa sobre o ESP. UERJ. 18h00.

- #033 06/04/2016 Palestra “Base Nacional Comum Curricular de História: desafios e perspectivas” Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro.
- #034 07/04/2016 Palestra “A BNCC e os Reformadores Empresariais da Educação” no Fórum das Licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás. UEG campus Anápolis-GO.
- #035 18/04/2016 Palestra sobre o ESP no Fórum EJA. Salão Nobre do IFCS-UFRJ.
- #036 02/05/2016 Mesa “Políticas e legislações para a educação no Brasil Contemporâneo: o papel da BNCC e do Escola Sem Partido” na 4ª Semana de História da UFF.
- #037 16/05/2016 Palestra sobre BNCC no Fórum EJA Salão Nobre do IFCS-UFRJ. 14h00.
- #038 17/05/2016 Conferência de abertura “Escola Sem Partido” no III Encontro De Historiadores No Século XXI. Assis SP. UNESP.  
<https://www.facebook.com/events/573022902872564/>
- #039 07/06/2016 Debate "Educação em tempos de crise: a ameaça à Educação Pública e gratuita de qualidade como política pública" organizado por alunos da História-UFF.
- #40 08/06/2016 Debate “Liberdade para quem? O Projeto Escola sem Partido e suas repercussões” na FGV. FGV. 13h30. <https://www.facebook.com/events/1727080277565691/>
- #041 13/06/2016 Palestra em Ribeirão Preto SP “Escola sem partido ou sem educação?”. Uma atividade de greve na USP. Uma notícia sobre: <http://www.blogdogaleno.com.br/ribeirao/noticias/nosso-partido--o-ser-humano-diz-professora-da-usp>
- #042 16/06/2016 Historiadores pela Democracia. Debate sobre o escola sem partido. Recife – PE. UFPE.
- #043 16/06/2016 Debate sobre o ESP na UFRPE. Recife – PE. UFRPE.
- #044 17/06/2016 Historiadores pela Democracia. Casa de Rui barbosa.
- #045 20/06/2016 Debate sobre o ESP na Faculdade de Educação da UFRJ.
- #046 24/06/2016 Jornada ANPUH “Escola democrática X Escola Sem Partido”. PUC/SP auditório 239. 09h00. <https://www.facebook.com/events/1557202911248484/>  
<https://www.youtube.com/watch?v=xGh-mFadrZA&feature=youtu.be>
- #047 29/06/2016 Evento de história da idade média. História-UFF.
- #048 08/07/2016 Debate sobre “escola sem partido” na Escola Politécnica da FIOCRUZ. Relato do debate: <https://agencia.fiocruz.br/escola-sem-partido-e-tema-de-debate-na-escola-politecnica>
- #049 11/07/2016 Palestra de Abertura “Problematizando a proposição de uma ‘escola sem partido’” – XVII Ciclo de Estudos Históricos. Ilhéus BA. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.
- #050 13/07/2016 VIII Encontro Estadual do GT Ensino de História e Educação da ANPUH-Rio FEUFF. 09h00. <https://www.facebook.com/events/1307230062639581/>
- #051 19/07/2016 Sala de debates – Canal Futura  
<https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk&feature=share>
- #052 27/07/2016 XV Encontro Estadual de História ANPUH Ceará 2016. Mesa Redonda “A BNCC e o Ensino de História.” Fortaleza CE. 20h00. <http://uece.br/eventos/eehce2016/>

- #053 28/07/2016 VII Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH-RN. Mesa redonda “História, ensino, ideologia: os rumos da democracia no Brasil”. Natal RN. 10h00. <http://www.rn.anpuh.org/2016/evento/home.html>
- #054 01/08/2016 II Seminário sobre Formação de Professores. Mesa: “Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e o Programa Escola sem Partido”. UFRRJ Campus Seropédica.
- #055 10/08/2016 XVII Encontro de História da ANPUH-Rio: entre o local e o global. Mesa “As propostas curriculares na atualidade: a história ensinada entre o local e o global”. IM UFRRJ. 16h00.
- #056 12/08/2016 Aula Inaugural do ProfHistória/UNEB: “Políticas públicas e desafios para o ensino de história: BNCC e Escola sem Partido”. Salvador BA. UNEB. 08h30.
- #057 15/08/2016 Roda de Conversa: “Qual educação escolar? Discutindo o Projeto de Lei 193/2016 e a prática docente”. Lajeado RS. Auditório do Prédio 7 da Univates. 19h10. Vídeo conferência.
- #058 17/08/2016 Palestra “Escola democrática vs Escola sem partido”. Belo Horizonte MG. Auditório do Campus I – CEFET MG. 14h00.
- #059 18/08/2016 Palestra “O conservadorismo na Educação Brasileira: base nacional curricular e escola sem partido”. João Pessoa PB. UFPB. 19h00.
- #060 19/08/2016 Seminário: “Escola Sem Partido”: um golpe à liberdade de ensinar e aprender! Curitiba PR. Reitoria UFPR.
- #061 24/08/2016 Debate no Colégio EDEM sobre escola sem partido.
- #062 25/08/2016 Debate no Colégio CEAT sobre escola sem partido.
- #063 27/08/2016 “A Educação sob Ataque: um debate urgente sobre os PLs "Escola sem Partido"” Uberlândia MG. UFU. 08h30.
- #064 02/09/2016 VIII Semana de Educação UFJF. Mesa Redonda “O Movimento “Escola Sem Partido”: pressupostos e implicações à Educação em Direitos Humanos” Juiz de Fora MG. 10h00.
- #065 05/09/2016 Mesa “A autonomia do campo educacional em questão: do ensino religiosa nas escolas ao escola sem partido”. CPII Campus Centro. 10h00. Com Luiz Antônio Cunha (UFRJ)
- #066 05/09/2016 Lançamento da Frente Escola Sem Mordança em Niterói. UFF campus Gragoatá Bloco F. 18h00
- #067 05/09/2016 Aula Inaugural da Calourada História-UFF “O escola sem partido” UFF campus Gragoatá Bloco P. 19h00
- #068 06/09/2016 Aula Inaugural da Pós-Graduação da FE da UFRJ – CESPEB. FE UFRJ. 18h00.
- #069 09/09/2016 Curso de formação para professores “Educação Patrimonial, Cidadania e Direitos Humanos: desafios do tempo presente”. Encontro intitulado “Cidadania, liberdade docente e o projeto “Escola sem Partido”. Porto Alegre RS.
- #070 12/09/2016 Palestra promovida pela Frente Gaucha Escola Sem Mordança. Porto Alegre RS. Auditório do CPERS. 09h00.

#071 14/09/2016 Aula Magna na FEUFF. A aula foi gravada e disponibilizada em vídeo. Também foi transcrita e transformada em capítulo de livro.

#072 16/09/2016 Debate “Em defesa da liberdade, contra o ‘escola sem partido’”. Promovido pelo CRP-RJ. UNIRIO. 14h00. <https://www.facebook.com/events/171714286594059/>

#073 29/09/2016 Aula Pública em Manifestação na Cinelândia

#074 30/09/2016 Seminário de Ética e Pesquisa em Educação (ANPED). Mesa “Educação, Ética e Democracia: entre conquistas em risco e resistências”. UNIRIO.

#075 03/10/2016 I SEMINÁRIO MOVIMENTOS SOCIAIS, DIFERENÇAS E EDUCAÇÃO. Palestra “A Escola Sem Partido e o Debate sobre Diferenças na Educação”. UERJ Duque de Caxias. 10h30.

#076 05/10/2016 VI Jornada PET-História UFRRJ. Palestra “Escola sem Partido: a invasão do público pelo privado”. UFRRJ Seropédica.

#077 07/10/2016 “Escola cidadã conta a lei da mordaza”. Londrina PR. Sede da APP-Sindicato. 19h00.

#078 17/10/2016 Semana de Pedagogia. Palestra de abertura “Escola sem partido e educar para a liberdade”. IM UFRRJ. <http://eventos.ufrj.br/semanaacademicadepedagogia/programacao/>

#079 19/10/2016 XXXII Semana de História da UFJF - o papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da história. Mesa Redonda “Escola sem Partido e suas consequências para a escrita da História”. Juiz de Fora MG. UFJF.

#080 20/10/2016 VIII Semana de Biologia da UFF. Mesa-redonda “Desafios atuais do ensino e o papel do professor de Biologia”. Prédio da Biologia na UFF. 16h00.

#081 21/10/2016 Debate sobre escola sem partido no Colégio Carmela Dutra. Carmela Dutra. 10h30.

#082 22/10/2016 Encontro Regional Sul SINASEFE 2016. Palestra sobre escola sem partido. Pelotas RS.

#083 e #084 24/10/2016 XXI Semana de Pedagogia do centro Universitário Moura Lacerda. Palestra “Escola sem Partido: conhecendo a proposta”. Ribeirão Preto SP. 08h30 e 19h30. <http://www.portalmouralacerda.com.br/noticias/em-parceria-com-sesc-xxi-semana-da-pedagogia-tera-seminario-de-praticas-esportivas/>

#085 26/10/2016 VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas. Mesa redonda "A legislação educacional frente aos avanços neoconservadores". IM UFRRJ. 18h00.

#086 31/10/2016 Palestra no Centro Pedagógico da UFMG. Belo Horizonte MG. CP UFMG.

#087 03/11/2016 Aula Pública no pórtico da UEFS ocupada e fechada.

#088 04/11/2016 VIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. Mesa de Encerramento intitulada "Desafios Atuais do Ensino de História: "Escola sem Partido" e os ataques a gênero e a diversidade no espaço escolar". Feira de Santana BA. UEFS.

#089 07/11/2016 Palestra no CPII de Realengo.

#090 07/11/2016 Palestra “Escola Sem Partido: o que é? A quem interessa?”. FFP UERJ. 18h30.

#091 09/11/2016 Palestra “A atual situação da política educacional do governo Temer”. IFRJ Nilópolis. 18h00. <https://www.facebook.com/events/536649623207531/>

#092 11/11/2016 II Seminário Temas Contemporâneos do Ensino de História. Conferência “O movimento conservador no Brasil e a educação básica”. Belo Horizonte MG. E.E. Pedro II. 19h00.

#093 16/11/2016 Audiência Pública no Senado Federal. <https://www.youtube.com/watch?v=-YmnvtBfQTg&feature=youtu.be>  
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/16/programa-escola-sem-partido-e-criticado-em-debate-na-comissao-de-educacao>

#093 - #096 17 e 18/11/2016 Jornada contra o Escola sem Partido. ANPUH-RN. Rio Grande do Norte. 17/11 14h00. IFRN Campus Macau. 17/11 19h00. UERN Campus Assú. 18/11 14h00. Livraria Paulinas Natal. 18/11 19h00. Centro de Educação UFRN Natal.

#097 23/11/2016 III Eneal. Palestra “Movimento Escola sem Partido: uma ameaça à educação democrática”. Faculdade de Letras da UFRJ. 09h00. <https://www.facebook.com/eneal2016/>

#098 23/11/2016 Debate promovido pelo grupo EscolasRio. Colégio São Paulo. 17h00.

#099 26/11/2016 4ª Semana da Cultura e da Consciência Afro-Brasileira. Mesa “Vozes em defesa da educação das relações étnico-raciais e contra o programa escola sem partido”. Juiz de Fora MG. Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais.

#100 29/11/2016 Seminário Discente “Educação, Cultura e Sociedade”. Palestra “A educação tensionada: desafios e caminhos do fazer docente no Brasil Contemporâneo”. Universidade Católica de Petrópolis. 09h00.

#101 30/11/2016 XVIII Semana de Educação – Pedagogia: currículo e campo profissional. Palestra “Escola sem Partido ou Educação sem Liberdade?”. UERJ. 18h00. <https://www.facebook.com/events/1152246361508360/>

#102 01/12/2016 Roda de Conversa na Ocupação da Biologia UFF. 14h00.

#103 01/12/2016 Roda de Conversa na Ocupação da Geografia UFF. 19h00.

#104 03/12/2016 Primeiro Módulo do Curso de Formação de Debatedores da Frente Escola sem Mordça.

#105 04/12/2016 II SICEA Inter-regional Sul-Sudeste. Palestrante da mesa redonda resistências. Sala Pedro Calmon UFRJ. 10h00.

#106 05/12/2016 Videoconferência sobre o Projeto de Lei “Escola sem Partido”. Salvador BA. UNEB. 09h00.

#107 07/12/2016 Roda de Conversa no INES. Atividade de Greve.

#108 07/12/2016 Debate sobre “escola sem partido” na UERJ. UERJ. 18h00.

#109 09/12/2016 Aula Pública no ProfHist Turma do Everardo (UFF).

#110 13/12/2016 Debate sobre “escola sem partido”. Londrina PR. CCH/UEL. 19h15.

#111 07/02/2017 Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Minha fala: <https://youtu.be/tsG8j1kkRow>

#112 08/02/2017 II EnFLic Encontro Fluminense das Licenciaturas em Ciências e Matemáticas. Palestra “A educação em ciências diante da base nacional comum curricular”. IFRJ Campus Nilópolis. 18h00.

#113 16/02/2017 Grupos de trabalho do SINASEFE Nacional. Palestra “Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido”. Brasília DF. Hotel San Marco.

- #114 08/03/2017 Aula Inaugural do PEQUI e PEMAT da UFRJ “Os desafios impostos pelo “novo ensino médio” e pela “escola sem partido” à formação de professores”. Salão Nobre do CCMN. UFRJ. 14h30.
- #115 09/03/2017 I Ciclo de Debates sobre as Reformas no Brasil. SINASEFE IFBaiano. Palestra “Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido”. Senhor do Bonfim BA. IF Baiano Campus Senhor do Bonfim. 19h00.
- #116 10/03/2017 I Ciclo de Debates sobre as Reformas no Brasil. SINASEFE IFBaiano. Palestra “Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido”. Serrinha BA.
- #117 20/03/2017 Semana de Integração da Pedagogia. Aula Inaugural. IM UFRRJ. 18h00.
- #118 22/03/2017 Aula Inaugural Calourada UFF.
- #119 31/03/2017 I Simpósio SOS Brasil Soberano – Contra a crise, pelo emprego e pela inclusão. Mesa 2 – Estado, Emprego e Setor de Serviços. Auditório da Faculdade Mackensie. 14h00. <http://sosbrasilsobrano.org.br/reforma-ensino-medio-ira-aumentar-segregacao-social-diz-educador/>  
<https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/videos/1715382225420753/>  
<https://www.youtube.com/watch?v=L6nQ8PyzYkA&feature=youtu.be>
- #120 03/04/2017 Palestrante da mesa-redonda “A reforma do Ensino Médio e os impactos na formação inicial de professores”. IFRJ Campus Duque de Caxias. 09h30.
- #121 07/04/2017 II Jornada sobre Políticas Educacionais Contemporâneas ANPUH-SC. Palestra “Ameaças à educação democrática: analisando o discurso dos defensores de uma ‘escola sem partido’”. Criciúma SC. UNESCO. 19h00.
- #122 10/04/2017 Seminário sobre Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido. Boa Vista RR. IFRR Campus Boa Vista. 08h30.
- #123 17/04/2017 Audiência Pública por uma escola democrática. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. <https://www.facebook.com/events/419958898382922/>
- #124 24/04/2017 Debate Público na Câmara dos Vereadores de Ribeirão Preto SP. Ribeirão Preto SP. Câmara Municipal. [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=1&v=vSGsRL4el4w](https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=vSGsRL4el4w)  
<http://municipais.org.br/noticias/integra/2073>
- #125 27/04/2017 “V Simpósio Internacional de Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluridades de gênero”. Mesa Redonda intitulada “Discussões sobre a escola sem partido e suas repercussões no espaço escolar”. Maringá PR. UEM.
- #126 03/05/2017 Circulo de Debates – A reforma/desmonte do Ensino Médio e as implicações na Geografia e no cotidiano escolar. UFF Campus Praia vermelha. 17h00.
- #127 05/05/2017 V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN “A educação como direito e prática da liberdade”. Painel - A Ofensiva Conservadora na Educação: a formação do sujeito histórico (Escola sem partido, BNCC, Reforma do Ensino Médio). Vitória ES. UFES. 14h00. Convidados: Fernando Penna (UFF), Nilda Alves (UERJ) e José dos Santos Souza (UFRRJ) <http://adufes.org.br/portal/noticias/37-adufes/1933-v-seminario-reforca-a-urgencia-do-combate-ao-conservadorismo-na-educacao.html>
- #128 09/05/2017 Aula Magna do curso de especialização em Ciências Sociais e Educação Básica. “Ameaças à educação democrática: o novo ensino médio e a escola sem partido”. CPII. 18h30 <http://www.cp2.g12.br/component/content/article.html?id=6232>

- #129 11/05/2017 Semana da Faed 2017 e o 2º Seminário das Licenciaturas “Desafios e reflexões em tempos de incerteza”. Mesa coordenada “Escola sem partido e lei da mordaza”. Florianópolis SC. FAED UDESC. 19h00.
- #130 15/05/2017 Debate sobre a Reforma do Ensino Médio no Colégio São Vicente de Paulo.
- #131 22/05/2017 Jornadas de Políticas Educacionais Contemporâneas. Palestra “Ameaças à educação democrática: analisando o discurso dos defensores da “escola sem partido”. Florianópolis SC. UFSC. 19h00.
- #132 29/05/2017 Audiência Pública da Comissão Especial “Escola sem Partido” em Salvador Salvador BA. Câmara Municipal de Salvador. [https://youtu.be/s\\_W34wik\\_Ms](https://youtu.be/s_W34wik_Ms)
- #133 29/05/2017 Debate Escola sem mordaza: por uma educação crítica e libertadora. Salvador BA. Auditório APLB. 14h00. Com Fernando Penna (UFF) e Márcia Barreiros (UNEB) Local: Auditório APLB Endereço: R. Francisco Ferraro, 45 – Nazaré, Salvador
- #134 31/05/2017 Fórum das Licenciaturas da UNEB. Mesa III – DCNs, BNCC, Ensino Médio e Formação Docente. Salvador BA. Hotel Vila Velha. 10h00.
- #135 02/06/2017 6º Reunião Ordinária do ForPARFOR. Conferência “O impacto da ‘escola sem partido’ nas atuais reformas e políticas educacionais”. Brasília DF. UnB.
- #136 05/06/2017 II Jornada Historiadores contra o ‘escola sem partido’. ANPUH-RN. Currais Novos RN. UFRN-CERES.
- #137 06/06/2017 II Jornada Historiadores contra o ‘escola sem partido’. ANPUH-RN. Caicó RN. ECCAM.
- #138 06/06/2017 II Jornada Historiadores contra o ‘escola sem partido’. ANPUH-RN. XII Semana de Estudos Históricos do CERES-UFRN. Caicó RN. UFRN-CERES. #apoioMarlene
- #139 07/06/2017 II Jornada Historiadores contra o ‘escola sem partido’. ANPUH-RN. Parelhas RN. IFRN.
- #140 07/06/2017 II Jornada Historiadores contra o ‘escola sem partido’. ANPUH-RN. Nova Cruz RN. IFRN.
- #141 19/06/2017 XXIII Semana de Pedagogia “A escola pública no século XXI: lutas por uma educação sem mordaza”. Palestra de abertura. Manaus AM. FACED UFAM.
- #142 21/06/2017 Debate – Lei da Mordaza: o retrocesso nas escolas ameaça as universidades? Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. 17h00. <https://www.facebook.com/events/237184276797082/>
- #143 22/06/2017 Mesa de debate – Problemática do projeto “escola sem partido”: a partidarização implícita. FEUFF. 09h00.
- #144 27/06/2017 Debate sobre a Reforma do Ensino Médio e a BNCC no COLUNI-UFF. COLUNI-UFF. 15h00.
- #145 29/06/2017 Fundação do Movimento Educação Democrática. FEUFF. <https://www.facebook.com/events/481697715511339/>
- #146 03/07/2017 XI ENPEC. Mesa 2: Movimentos sociais e projetos educacionais contemporâneos: diálogos com a pesquisa em educação em ciências. Florianópolis SC. UFSC. 14h00. Antonio Fernando Gouvêa da Silva (UFSCAR), Fernando Penna (UFF), Russel Teresinha Dutra da Rosa (UFRGS), Moderador: Charbel El-Hani (UFBA) <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/txt/21>



- #147 10/07/2017 Debate e lançamento do livro "Escola 'sem' Partido". Auditório do IEPIC. 18h00.
- #148 18/07/2017 13º Encontro sobre o Poder Escolar. Mesa de discussão: Reforma do Ensino Médio, Projeto Escola sem Partido e a Pedagogia de Paulo Freire. Pelotas RS.
- #149 21/07/2017 Ciclo de palestras - ensino de história e as questões socialmente vivas. Aula aberta da disciplina de políticas educacionais "A educação sob ataque: a criminalização das práticas no interior na escola". Campo Grande MS. Participei por SKYPE. <https://www.facebook.com/events/1452765371429382/>
- #150 27/07/2017 Apresentação na Reunião do GT Ensino de História e Educação da SNH 2017 ANPUH-Brasil. Brasília DF.
- #151 28/07/2017 Comunicação "O desafio de Hannah Arendt para a reflexão sobre a educação democrática: a relação entre a escola e o espaço público" no SNH 2017 ANPUH-Brasil. Brasília DF.
- #152 04/08/2017 Semana de Acolhimento EEFD 2017/2. Palestra "EEFD faz história: discutindo Escola Sem Partido". EEFD UFRJ.
- #153 08/08/2017 Debates em cena. "Ameaças à escola democrática: o novo ensino médio e a escola "sem" partido". Auditório Cefet/Maria da Graça. 10h30.
- #154 09/08/2017 Roda de conversa "Educação Democrática: o Papel das Universidades e Licenciaturas". Uruguaiana RS. UNIPAMPA. 20h00.
- #155 10/08/2017 Seminário "Política Educacional: luta por uma educação democrática". Uruguaiana RS. Teatro Rosalina Pandolfo Lisboa. 8h30-11h30 e 14h-17h. 1.200 professores!
- #156 11/08/2017 Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 23/2017. Tubarão SC. Arena Poliesportiva. 19h00.
- #157 14/08/2017 Movimento educação democrática: ampliar a luta contra o "escola sem partido". Palestra. Belo Horizonte MG. Auditório do Campus I CEFET-MG. 19h30.
- #158 15/08/2017 Debate "Equívocos do escola sem partido e dos outros movimentos conservadores". Belo Horizonte MG. Sede do Sind-Rede/BH. 14h00.
- #159 17/08/2017 "Ensino de História e políticas educacionais no Brasil". Palestra "Liberdade para ensinar e Escola Sem Partido". UNIRIO Auditório Paulo Freire. 14h00. Promovido pelo Grupo de Pesquisa Oficinas de História.
- #160 18/08/2017 Comemorações do aniversário de 32 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Palestra "O empresariamento da educação por trás da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum". EPSJV/Fiocruz. 9h00. <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/epsjv-comemora-32-anos>
- #161 23/08/2017 Palestra sobre a Reforma do Ensino Médio. Centro Educacional de Niterói. 10h50.
- #162 23/08/2017 Roda de conversa "Escola sem partido: abaixo a lei da mordada!". Organizada pelo CAHIS-UFF para a calourada. UFF Campus do Gragoatá Bloco O. 18h00. <https://www.facebook.com/events/145614812695281/>
- #163 28/08/2017 Debate promovido pela Escola do Professor "Professores contra o projeto 'escola sem partido'". Sede-Centro - auditório 2º andar. 18h30. Palestrantes: Fernando de Araujo Penna e Sérgio Sant'Anna.

- #164 30/08/2017 Roda de Conversa "A educação ameaçada: impactos da ideologia da escola sem partido no trabalho pedagógico dos professores". FE UFRJ. 10h30.
- #165 04/09/2017 Seminário educar com liberdade: currículo da educação básica e educação para a diferença. Belém PA. UFPA - Auditório do IEMCI. Realização GT 21 da ANPED.
- #166 06/09/2017 VI Encontro Nacional de História/X Encontro de estudantes de História: Conservadorismos e expressões de poder pela violência: esferas (extra) institucionais e privadas. Palestra: "Analisando o discurso conservador na educação: impactos no cotidiano escolar". Montes Claros - MG. UNIMONTES Auditório do CCBS (prédio 6). 19h00. Mesa redonda: Conservadorismo e cotidiano - Dr. Durval Muniz (UFRN) e Dr. Fernando Penna (UFF) <https://felipecazetta.wixsite.com/conservadorismopoder>
- #167 08/09/2017 16º Conselho de Entidades Gerais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-CONEG da UBES. Debate: Escola sem partido X Gestão Democrática. São Paulo SP. Faculdade Zumbi dos Palmares. 10h00. <https://ubes.org.br/2017/confira-programacao-do-4o-eme-e-16o-coneg/>
- #168 11/09/2017 Palestra "Educação Democrática" e Lançamento da Frente CPII Sem Mordça. CPII - Auditório Campus Tijuca II. 18h00. <https://www.facebook.com/events/116297219071723/>
- #169 12/09/2017 VIII EREBIO. Mesa Redonda "Questões de gênero e religião: o que cabe no currículo de Ciências e Biologia?". UNIRIO. 10h00 <https://www.facebook.com/SBEnBIO-Regional-02-178394282277210/>
- #170 13/09/2017 IV Semana Interatividade em Ação: Derrubando Muros e Reinventando Caminhos. Palestra "Escola sem mordça". IFRJ Campus São Gonçalo. 10h00.
- #171 15/09/2017 Reunião do Grupo de Pesquisa CDC da FEUFF. Debate sobre os impactos do discurso conservador na educação. FEUFF. 10h00.
- #172 20/09/2017 Debate "Políticas educacionais no Brasil atual: o contexto neoliberal". UFRRJ Campus Seropédica. Auditório Paulo Freire. 18h00. Debatedores: Pablo Gentile (UERJ) e Fernando Penna (UFF).
- #173 22/09/2017 Modos de Vida – Comportamento e cultura. UEL FM 107.9 Londrina PR. 16h30. Entrevista ao vivo na Rádio. <http://www.uel.br/uelfm/arquivo.php?id=16668>
- #174 22/09/2017 I Seminário Educação para Diversidade e Igualdade. Palestra de Encerramento. Londrina PR. UEL Auditório Maior CLCH. 19h00. Provido pelo Coletivo Escola Cidadã - Movimento Educação Democrática. <https://www.facebook.com/events/137773700174017/>
- #175 25/09/2017 Lançamento do Movimento Educação Democrática no Paraná. Debate sobre o Programa Escola Sem Partido. Palestrante. Curitiba PR. UFPR. Reitoria Auditório 100. 19h00. <https://www.facebook.com/movimentoeducacaodemocraticaparana/videos/362405887532436/>
- #176 28/09/2017 XI ENPEH - Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. UFRJ FE. Fiz uma apresentação da pesquisa sobre o escola sem partido. <https://www.facebook.com/events/145015242753799/>
- #177 01/10/2017 CINE DEBATE 2017. Escola para quem e para quê? Teatro Oi Casa Grande. 08h00. Debate com a presença do coordenador do movimento "escola sem partido", Miguel Nagib.

#178 02/10/2017 XII Jornada de Estudos Históricos Professor Manuel Salgado PPGHIS UFRJ. Mesa de Abertura "Os desafios à democracia brasileira: do golpe de 2016 aos ataques à educação". UFRJ IFCS. 18h00.

#179 04/10/2017 XII Semana de História Política da UERJ. Conferência 02 – O peso da tradição e a resistência no ensino de história. UERJ Auditório 91. 09h30.

#180 05/10/2017 Aula Pública em Disciplina do PPGE da UFF. Turma do Prof. Everardo Andrade e Prof.<sup>a</sup> Sandra Selles. FEUFF. 14h00.

#181 06/10/2017 5º Simpósio de História Regional e Local – Poderes e resistências. Conferência de encerramento: Resistências ao Escola sem Partido. Santo Antônio de Jesus BA. UNEB DCH Campus V.

#182 09/10/2017 Palestra com o Fernando Penna (prof. da UFF). Tema: Escola sem Partido. Feira de Santana BA. UEFS Anfiteatro do Módulo II. Promovido pela ADUFS.

#183 12/10/2017 IV Encontro Estadual de Ensino de História. Mesa de encerramento: Políticas públicas para educação. Conceição do Coité BA. UNEB Campus XIV.  
<http://www.ensinodehistoria2017.bahia.anpuh.org/programacao>